



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



TESE DE DOUTORADO

NA ESTEIRA DO GALPÃO:

Catando leituras no território cotidiano da reciclagem
do lixo de Porto Alegre/RS

ROSA MARIS ROSADO

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO HEIDRICH

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS REIGOTA

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

NA ESTEIRA DO GALPÃO:

Catando leituras no território cotidiano da reciclagem
do *lixo* de Porto Alegre/RS

ROSA MARIS ROSADO

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Heidrich

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Reigota

Banca examinadora:

Profa. Dra. Salete Kozel (Programa de Pós-graduação em Geografia/UFPR)

Prof. Dr. Francisco Mendonça (Programa de Pós-graduação em Geografia/UFPR)

Prof. Dr. Roberto Verdum (Programa de Pós-graduação em Geografia/IG/UFRGS)

Prof. Dr. Rualdo Menegat (Dep. de Paleontologia e Estratigrafia/IG/UFRGS)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS, em cumprimento ao requisito para obtenção do título de doutora em Geografia.

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2009.

Rosado, Rosa Maris

Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS. / Rosa Maris Rosado. – Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2009.

[333 f.]. il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2009.

Orientação: Prof. Dr. Álvaro Heidrich

1. Território. 2. Cotidiano. 3. Rede. 4. Habitus. 5. Representações. 6. Lixo. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Miriam Alves CRB 10/1947

AGRADECIMENTOS

É sempre difícil esse momento lembrar todos e todas que contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse, pois há sempre o risco de cometer injustiças, por isto já inicio pedindo perdão pelos esquecimentos que por ventura ocorrem;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo compromisso de realizar pesquisas voltadas aos interesses da comunidade, em particular, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo acolhimento ao projeto e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio na etapa final da pesquisa;

Ao Professor Dr. Álvaro Heidrich, pela paciência, pelo profundo respeito e por ter aceito o desafio de orientar-me nessa empreitada. Muito obrigada pelas valiosíssimas sugestões que foram cruciais para as leituras desse espaço: o galpão;

Ao Professor Dr. Marcos Reigota pelas críticas, provocações e sugestões à pesquisa e, acima de tudo, pela aposta no meu potencial como pesquisadora. Pela amizade e carinho, Mafaldita te agradece do fundo do coração!

Aos Professores Salete Kozel, Roberto Verdum, Francisco Mendonça e Rualdo Menegat por terem acolhido o convite para participarem da banca examinadora dessa tese.

Às(aos) catadoras(es) de materiais recicláveis do Galpão do Loteamento Cavallhada que muito me ensinaram (ensinam) sobre a vida e nossa capacidade de sermos sempre e cada vez mais humanos. Muito obrigado por me receberem em seu “território cotidiano”, permitindo acesso ao universo dessa pesquisa;

Aos educadores do projeto Galpão por terem compartilhado comigo os momentos marcantes da experiência junto as(aos) catadoras(es) e se tornaram grandes amigos(as): Rosa de Fátima Pereira, Daniela Borsato, Leila Francischelli, Luciana Soares e Eduardo Cezimbra, obrigada por terem se engajado na tentativa de construir algo tão ousado para uma política pública.

Um agradecimento especial à amiga Mestre em Geografia Eliane Simões da Silva por sua consideração, apoio, franqueza e, principalmente, pela sensatez de seus conselhos, nos momentos em que me via envolta por sentimentos diante das surpresas que a vida nos apresenta. Pessoas como tu, o Jailton, o Vítor e a Júlia fazem o mundo ainda mais bonito!

À Luana Emil, pelas dicas “antropólicas”, com relação às lutadoras do povo, que muito me auxiliaram a captar na experiência do galpão os seus significados durante as nossas conversas nos cafés da manhã. Tenho muito orgulho da “grande pequena pessoa” que és. Te constituíste como uma verdadeira *female warrior*.

À Marçal Rodrigues, pelas críticas impiedosas, pelas instigações artísticas e pela compreensão nos momentos em que me enredava na teia do passado em busca de significados do vivido e deixava-o no presente, meio esquecido. Sobretudo, pelas trocas humanas de autoconhecimento.

À Camila Emil por me fazer “parar só pouquinho de trabalhar” quando as idéias já tinham escapado e eu tentava, insistentemente, “catá-las” ao léu. Minha pulguinha querida, todo meu carinho, que aprendas a seguir, sem acelerar, o caminho de uma vida feliz que tanto mereces.

Ao meu afilhado Luis Felipe Rosado Murillo, mestre antropólogo cibernético, por todos os apoios e discussões com relação aos caminhos da pesquisa, pela paciência no auxílio da elaboração da rede interna do galpão e, principalmente, pelas frases dispersas em meio a brincadeiras que fazem pensar...

Aos colegas do Posgea, principalmente, Dilermando Cattaneo, Felipe Silveira, Nola Gamalho, Carolina Borges e Ana Mitchell, pelas trocas solidárias e conversas que muito auxiliaram ao me territorializar na Geografia. Um agradecimento especial a companheira de viagem, a geógrafa e educadora ambiental Márcia Berreta, pela leitura solidária das narrativas e pelo apoio com os ajustes no mapa da reciclagem da cidade.

Aos colegas da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS), em especial, à assistente social Marla Kuhn, pelas trocas de nossas angústias geográficas, ao engenheiro cartógrafo Osvaldo Armendaris, pela disponibilidade e à futura veterinária Cintia Bertolo, pelo apoio nos momentos difíceis da pesquisa.

Aos colegas do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) pelos diálogos que facilitaram o acesso às memórias, principalmente, à André Machado, Maraglai e Vilmar Velasques, pelas informações fornecidas.

Às colegas da Secretaria Municipal de Educação (SMED), em especial, à Nedli Valmorbidia, pela generosidade da revisão do texto, à Luciana Capaverde, pela atenção e parceria nos momentos angustiantes de adaptação no retorno a casa e um agradecimento enorme à Teresinha Sá de Oliveira, por saber tecer redes de Educação Ambiental (EA) em nossa cidade. Amiga, que sigamos unidas construindo pontes e buscando consolidar a política de EA em Porto Alegre.

Às minhas irmãs, Regina e Stella e ao meu irmão, Marcus Vinicius, de uma forma especial, à minha mãe Maria Amélia Rosado, que faleceu, enquanto iniciava esse estudo deixando muitas saudades.

À todos e todas que, embora os nomes não estejam aqui citados, contribuíram de distintas e singulares formas para a concretização dessa pesquisa, meu reconhecimento e o convite para que sigamos compartilhando os nossos caminhos na busca por “re-encantar o mundo” a partir da nossa cidade.

Nós vos pedimos com insistência:
Não digam nunca - Isso é natural:
Sob o familiar, descubram o insólito.
Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.
Que tudo o que é considerado habitual.
Provoque inquietação.

BERTOLD BRECHT

RESUMO

O estudo das leituras acerca do galpão de reciclagem do Loteamento Cavallhada-Porto Alegre-RS, interpretado a partir das narrativas compostas da experiência vivida junto às catadoras de materiais recicláveis neste espaço, é o desafio proposto na pesquisa. O cotidiano assume centralidade no diálogo entre os conceitos empregados nas distintas leituras que surgem na “esteira” da experiência do galpão: rede, território, jogo e representações. Partindo de um olhar para as redes sociais que dele emergem, percebe-se a complexa teia de relações que se estabelece a partir deste espaço. A leitura da rede revela que os significados do galpão não estão restritos a sua funcionalidade instrumental, enquanto “equipamento público de geração de renda”. A articulação com nós externos da rede apontam para o estabelecimento de um território dinâmico e fluido. Assim, catando as diferentes abordagens do território extrai-se a leitura do galpão como “território cotidiano da reciclagem do *lixo*”, espaço apropriado pelas catadoras e catalisador de identidades. A dinamicidade desse território é percebida no jogo, que possibilita aos atores ampliar informações e conhecimentos acerca do campo do *lixo* e seguirem sua luta por reconhecimento social. Na leitura das representações sociais de ambiente, percebe-se a adoção de táticas com relação aos constrangimentos e pressões a que são submetidas as catadoras nas suas práticas cotidianas na catação de *lixo*. A conotação pejorativa que o termo *lixo* carrega adverte para a ressignificação desse, no espaço do galpão, que é relevante no fortalecimento da identidade territorial (ou o *habitus* catador) do grupo. As representações de *lixo* são, assim, vistas como via de acesso ao *habitus* catador e, por conseguinte, ao campo do *lixo*. Por meio das leituras realizadas, considera-se que as identidades são transformadas nesta experiência, afinal ao buscar novas articulações, novas redes, constituindo novas territorialidades, “no reciclar das relações”, esse grupo social se mantém vivo e ativo no jogo do *lixo*.

Palavras-chave: território, cotidiano, rede, *habitus*, representações, catadoras de materiais recicláveis, *lixo*.

RESUMEN

El estudio de las distintas lecturas de un galpón de reciclaje de basura del Loteo Cavallhada-Porto Alegre-RS, interpretado a partir de las narraciones de la experiencia compartida con las cartoneras en este espacio, es el desafío propuesto en esta investigación. La cotidianeidad asume posición central en el diálogo entre los conceptos empleados en las diferentes lecturas que emanan de esa experiencia: red, territorio, juego y representaciones. A partir de una mirada a las redes sociales que emergen en el galpón, se percibe la compleja trama de relaciones que se establece en este espacio. La lectura de la red revela que las significaciones del galpón no se limita a su funcionalidad instrumental como “equipamiento público de generación de ingresos”. La articulación con nexos fuera del galpón hace este territorio más dinámico y fluído. "Hurgando" en los diferentes enfoques del territorio surge una lectura de ese espacio como “territorio cotidiano del reciclaje de basura”, espacio apropiado por las cartoneras y catalizador de identidades. La dinámica de este territorio es percibida en el juego que hace posible a los actores involucrados aumentar la información y los conocimientos con respecto a el campo de la basura y seguir su lucha por reconocimiento social. En la lectura de las representaciones sociales sobre medio ambiente se percibe la adopción de tácticas en relación a los condicionamientos y presiones a que están sujetas las cartoneras en sus prácticas diarias con la basura. La connotación peyorativa de la palabra basura advierte sobre su resignificación en el espacio del galpón, relavante en el fortalecimiento de la identidad territorial de las cartoneras. Las representaciones sociales de la basura son vistas pues, como vía de acceso a *habitus* cartonero y, por lo tanto, al campo de la basura. A partir de las lecturas realizadas, se considera que las identidades se transforman en esta experiencia, a fin de buscar nuevas articulaciones y nuevas redes, constituyendo nuevas territorialidades, "para reciclar relaciones", haciendo que el grupo social siga vivo y activo en el juego de la basura.

Palabras-claves: territorio, cotidiano, red, *habitus*, representaciones, cartoneras, basura.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figuras:

Figura 1 - Esquema do diálogo entre leituras proposto na pesquisa	32
Figura 2- <i>Carretadas al cemeterio</i> (GOYA, 1863)	61
Figura 3 – Bloco-diagrama dos “Caminhos do lixo”	76
Figura 4- Espaço interno da UT	1
Figura 5- Mapa de Porto Alegre com a localização das UTs	82
Figura 6- Fachada do galpão	86
Figura 7- Caqueiro na área externa do galpão	87
Figura 8- Fachada da Escola Municipal Neusa Goulart Brizola	87
Figura 9- Cesto de recebimento de cargas	88
Figura 10- Sucata na área externa nos fundos	89
Figura 11- Prensa no galpão	89
Figura 12- Triagem no cesto	92
Figura 13- Símbolo da reciclagem	95
Figura 14- Esquema da Rede da Reciclagem do Lixo de Porto Alegre a partir do Galpão ...	104
Figura 15- Cartaz do II Congresso Latino Americano de Catadores	112
Figura 16- Marcha do V FSM	114
Figura 17- Rede interna do galpão	127
Figura 18- Bomboneiro no Box de PET “branca”	134
Figura 19- Mulher no cesto	135
Figura 20- Esquema da distribuição do espaço físico do galpão	137
Figura 21- Marcha do V FSM	150
Figura 22- Charge sobre a geração de lixo	153
Figura 23- Esquema dos aspectos inerentes ao território cotidiano da reciclagem	175
Figura 24- Esquema da territorialidade e território cotidiano da reciclagem	180
Figura 25- Mural pintado na lateral do galpão	188
Figura 26- Esquema da relação entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas	212
Figura 27- Circuitos da reciclagem	219
Figura 28- Coleta de materiais recicláveis nas ruas, realizada por carroceiro e sua família ..	224
Figura 29- Nuvem das idéias-chave na estruturação da representação social de ambiente ...	246
Figura 30- Desordem e a ordem	253

Quadros:

Quadro 1- Dados gerais das associações de catadores de Porto Alegre	83
Quadro 2- Autores e síntese das respectivas abordagens do território	170
Quadro 3- Condição territorial com relação ao galpão, ao loteamento e à cidade	184

LISTA DE SIGLAS

AP- Administração Popular

ARCAN- Associação de recicladores cidadãos amigos da natureza do município de Erechim.

ASMARE- Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável

CBO- Classificação Brasileira de Ocupações

CEBs- Comunidades Eclesiásticas de Base

CEMPRE- Compromisso Empresarial com a Reciclagem

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

CS- Coleta Seletiva

DEMHAB- Departamento Municipal de Habitação

DMLU- Departamento Municipal de Limpeza Urbana

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FARRGS- Federação das Associações de Recicladores do estado do Rio Grande do Sul

MNCR- Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

ONGs- Organizações não-governamentais

PEAD- Polietileno de Alta Densidade

PET- Polietileno Tereftalano

PMPA- Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PS-Poliestireno

PVC- Cloreto de Polivinila

SGIRS- Sistema de Gerenciamento Intergrado de Resíduos Sólidos Urbanos

SMED- Secretaria Municipal da Educação

SMIC- Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UT- Unidade de Triagem

SUMÁRIO

DOS RESTOS QUE SOBRAM: A CATAÇÃO DE LIXO.....	15
INQUIETAÇÕES DE PESQUISA	18
GEOGRAFAR O GALPÃO É PRECISO!	19
CAMINHO DA CATAÇÃO.....	25
NA BUSCA DO INVISÍVEL NO COTIDIANO DO GALPÃO.....	30
A ABORDAGEM DAS REDES: UMA FORMA DE OLHAR.....	34
CATANDO MEMÓRIAS, COMPONDO NARRATIVAS.....	38
TRIANDO SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES NO COTIDIANO	43
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM BREVE HISTÓRICO E CONTRIBUIÇÕES	45
SOBRE A PESQUISA.....	51
CAPÍTULO 1- O CONTEXTO.....	55
A GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A “SOLUÇÃO MÁGICA” DA RECICLAGEM.....	55
SUBJETIVIDADES EM TORNO DO <i>LIXO</i>	59
MÃOS DO <i>LIXO</i>, PARA ALÉM DO ESTIGMA.....	64
MAPA DA RECICLAGEM NA CIDADE E O CONTEXTO DE PORTO ALEGRE	73
O GALPÃO DA CAVALHADA	85
REFLEXÕES ACERCA DO CONSUMO	92
CAPÍTULO 2- A REDE.....	102
REDE DA RECICLAGEM	102
REDE EXTERNA	103
REDE INTERNA	120
RELAÇÕES DE GÊNERO NO GALPÃO: LUGAR DE MULHER?	130
DIVISÃO DE GÊNERO NO ESPAÇO FÍSICO DO GALPÃO.....	133
REDE DA ECONOMIA POPULAR	142
RECICLAR, REUNIR E RESISTIR.....	145
LEITURA DA REDE	154
CAPÍTULO 3- O TERRITÓRIO.....	158
GALPÃO E TERRITÓRIO: RELAÇÕES POSSÍVEIS.....	158
CATANDO DIFERENTES ABORDAGENS DO TERRITÓRIO	161
TERRITÓRIO NA ESTEIRA DO GALPÃO	170
LEITURAS DO TERRITÓRIO.....	174
TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO NO COTIDIANO DA RECICLAGEM	178
OS TERRITÓRIOS DA CIDADE E A CIDADE DE TERRITÓRIOS	186
INCLUSÃO SOCIAL / RECLUSÃO TERRITORIAL	195
IDENTIDADE A PARTIR DE UM LUGAR DE (R-)EXISTÊNCIA: O GALPÃO	200
CAPÍTULO 4- O JOGO	207
O JOGO NO CAMPO DO <i>LIXO</i>: UMA LEITURA BOURDIANA.....	207
<i>HABITUS</i> CATADOR.....	213
A <i>ILLUSIO</i> NO JOGO.....	218
OS CAPITAIS NO <i>LIXO</i>	223

LEITURA DO JOGO	228
CAPÍTULO 5 – AS REPRESENTAÇÕES	234
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO COTIDIANO DA RECICLAGEM	234
AMBIENTE INTEIRO, NÃO PELA METADE	236
LIXO NÃO É LIXO	248
LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES	257
AMARRANDO OS FARDOS	261
REFERÊNCIAS	268
ANEXOS	283
ANEXO A- NARRATIVAS DOS FRAGMENTOS DE MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA	236
ANEXO B- REPORTAGENS E DOCUMENTOS	236

DOS RESTOS QUE SOBRAM: A CATAÇÃO DE LIXO

O surgimento de novas estratégias da política ambiental, centradas no modo de consumo, se deve a um “deslocamento” discursivo da definição das causas da atual crise ambiental. Até a década de 1970, a crise ambiental era atribuída ao crescimento demográfico, mas a partir deste período, esse discurso se desloca. O argumento passa a ser o da industrialização, isto é, o modo de produção (modelo de desenvolvimento). Após, na década de 1990, a problemática ambiental começa a ser redefinida pela percepção do impacto ambiental provocado pelos altos padrões de consumo da sociedade contemporânea (PORTILHO, 2003).

O tema desta pesquisa apresenta como pano de fundo a questão dos resíduos sólidos urbanos¹, que tem papel fundamental, pois neles identificam-se as relações de produção e o modo de consumo da sociedade contemporânea e, também, porque essas parcelas significativas da população buscam, nos resíduos, sua fonte de sustento. Assim, está relacionada com a luta contra a degradação ambiental, explicitando no seu interior, a luta pela sobrevivência humana.

A insustentabilidade ecológica e social do modo de produção e consumo vigente tem aprofundado a crise ambiental a proporções planetárias. Nessa insustentabilidade, o consumo e a geração de resíduos sólidos urbanos podem ser consideradas duas faces de uma mesma moeda. Para alguns, cabe o consumo, enquanto para outros, sobra o *lixo*, composto pelo chamado “material pós-consumo”. A geração e destinação final dos resíduos sólidos emergem como sérios problemas ambientais urbanos. Nessa esteira é que ocorre o incentivo à reciclagem, sob o argumento do esgotamento dos recursos naturais não renováveis e por razões econômicas ou políticas, observa-se uma maior preocupação com coleta, tratamento e destinação final dos resíduos urbanos, o que possibilita a geração de renda para os pobres da população urbana.

¹ Quaisquer materiais descartados nas atividades industriais, domésticas, comerciais, agrícolas, de serviços de varrição e capina de vias públicas, de serviços de saúde, de obras e demolições, de podas e de parques e jardins. Os resíduos recicláveis são constituídos, principalmente, por papel, plásticos, vidros e metais. Os resíduos orgânicos são compostos, principalmente, por cascas de frutas e legumes, restos de comida, etc. Mesmo sabendo que este é o nome tecnicamente mais correto, opto por referir ao *lixo* por achar importante não esquecer da relação que temos com os “restos oriundos da nossa atitude cotidiana de viver” e do forte conteúdo pejorativo que o termo traz consigo.

Entre as “consequências humanas da globalização” (BAUMAN, 1999) apresentam características e singularidades próprias, o que reforça a necessidade de desenvolverem-se alternativas ao modo de produção e consumo, também, estratégias capazes de combatê-la. O contexto parece exigir cada vez mais ações que estimulem a formação, não só de profissionais qualificados para a reciclagem do *lixo*, mas cidadãos e cidadãos cada vez mais críticos e ativos.

Engajada na luta ambientalista, a presente pesquisa traz a dimensão ambiental explícita na abordagem do *lixo*, apontando as práticas cotidianas, individuais e coletivas, enquanto prioritárias na constituição de estratégias que forjem uma nova cultura política com relação ao ambiente. A dimensão ambiental não é ideologicamente neutra, nem alheia a interesses econômicos e sociais, sua gênese dá-se em um processo histórico-cultural, dominado pela expansão do modo de produção, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros em curto prazo e por uma ordem mundial marcada pela desigualdade entre nações e grupos sociais.

O catador de material reciclável faz parte do ambiental do *lixo* e acaba, muitas vezes, resolvendo questões que o próprio sistema formal (Governo e Instituições) não deu conta, sendo capaz de capturar para o processo produtivo o que foi jogado fora e tornar este recurso considerado inútil, novamente com valor de uso e troca, criando produtos derivados de ricas reservas naturais: eis a “mágica” da reciclagem de *lixo* (MAGERA, 2003). No entanto, é cada vez mais impossível não perceber a armadilha que se encerra nesta “mágica”.

Nas contradições da “sociedade de risco”, Ulrich Beck (1996) refere-se a “democratização do *lixo*” para caracterizar a gestão de resíduos sólidos. Embora suas afirmações refiram-se à Alemanha, sua interpretação serve, perfeitamente, para toda América Latina. Afirma que em geral a indústria escondida atrás de uma pretensa questão ecológica e, fechando os olhos para as consequências ambientais de suas ações, tem convertido todo mundo em “selecionador de *lixo*”, em um processo de externalização gratuito, seguindo o seguinte lema: “já que não à produção, que se democratizem os resíduos”. O fato de que aceitamos a obsolescência programada dos bens de consumo, técnica ou culturalmente induzida, necessária para que o descarte do “velho” abra espaço para novos objetos é mais uma demonstração da nossa falta de consciência crítica frente ao consumo. Esse processo gera efeitos econômicos, ecológicos, mas também culturais e sociais desiguais sobre diferentes regiões, populações e grupos sociais, dando margem a múltiplas perspectivas de análise. Demonstra bem que a dimensão ambiental não envolve apenas aspectos naturais, quanto à necessidade, presente nos discursos de “reciclar para poupar árvores”, mas também os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais ligados ao processo. A necessidade de

compreender essa complexidade a partir do cotidiano das catadoras de materiais recicláveis² de Porto Alegre fez com que se desse o primeiro passo na elaboração desta pesquisa. Esta, parte de uma inquietação que procura por meio de um olhar crítico e reflexivo ler o espaço multifacetado de um galpão³, a partir das relações e inter-relações presentes nas práticas cotidianas com o *lixo*, na sua própria capacidade de viver do que sobra do estilo de vida de outras pessoas. A relevância do papel das catadoras na gestão ambiental da cidade e a sua identidade são exemplos de questões centrais a serem abordadas por meio de um diálogo entre conceitos (redes, território, cotidiano, jogo, representações).

Observo que o espaço do galpão vai além da finalidade de minimizar o problema de “o quê fazer” com uma parcela significativa dos resíduos sólidos urbanos, que aumentam anualmente, e da alternativa de renda para populações “excluídas” do mercado formal de trabalho. Além disso, esse espaço é também o de relação, da sociabilidade e de constituição de identidades, não dadas *a priori*, mas em processo. Espaço que termina por definir-se pela adequação à catação de *lixo*, pela diferença dada a ele na prática cotidiana desta atividade pelas catadoras de materiais recicláveis que dele se apropriaram, humanizando-o.

Nessa experiência integrada do espaço (nunca total), que é articulada, portanto, em múltiplas escalas e dimensões, procuro ler o espaço do galpão “para além dos limites e da concretude das suas condições sócio-econômicas imediatas e visíveis” (REIGOTA, 2002, p.123), portanto por meio da noção de território. Assim, pretendi com a pesquisa alcançar leituras cada vez mais lúcidas, críticas e pertinentes do espaço do galpão, procurando “geografar” o invisível cotidiano dessas mulheres e desses homens na atividade de catação do *lixo* seco (resíduo sólido reciclável) gerado em Porto Alegre, como forma de reconhecimento do seu trabalho pela gestão ambiental urbana.

A existência do galpão como espaço cotidiano das catadoras, de sociabilidade dessa comunidade, constituído (praticamente) fora da institucionalidade tem forte conteúdo político, tornando necessária uma reflexão teórica mais abrangente com relação às territorialidades, bem como, das representações sociais que nele se expressam. Tendo em vista o exposto, a temática escolhida abarca uma ampla variedade de aspectos, que penetram diversas instâncias de análise, possibilitando distintas leituras. Portanto, sua abordagem na pesquisa demanda um esforço proporcional à essa complexidade.

² Opto por registrar o termo no feminino, para frisar que, no caso das Unidades de Triagem de Porto Alegre, as associações são compostas majoritariamente, cerca de 70%, por mulheres.

Inquietações de pesquisa

A inquietação para realização da presente pesquisa parte da necessidade de incremento teórico na busca de subsídios para as ações de gestão e educação ambiental com relação ao *lixo*. A complexidade do universo de pesquisa, cheia de reentrâncias que escapam ao primeiro olhar, ao mesmo tempo desperta temor e fascina por não se enquadrar em categorias reconhecíveis e exigindo uma postura de reflexão constante. Para compreender este universo faz-se necessário “beber em outras fontes de saberes”, isto é, apropriar-se de conceitos de outras áreas do conhecimento, flexibilizando formas rígidas do fazer acadêmico.

Os questionamentos que impulsionam a pesquisa são: como o espaço de um galpão de reciclagem pode ser percebido para além da geração de renda para as catadoras de materiais recicláveis? Esse pode ser reconhecido enquanto um microterritório para o grupo que o ocupa? Como as catadoras estabelecem esse território e como o delimitam nas suas relações com os agentes externos (assessores da prefeitura, atravessadores, pesquisadores, educadoras, vizinhos e com cidadãs e cidadãos)? Como são as relações internas ao grupo? Qual é a posição dos diversos atores no jogo do *lixo* situados nas “bordas” desse território? Anterior a isto, que território(s) é(são) este(s)? Dessas questões surgem outras que, julgo, poderão auxiliar a compreensão dessa realidade: Que significados fornecem ao *lixo*? Quais são os elementos que afetam o fortalecimento da identidade e o conseqüente reforço desse território? Como dotam de significado ao seu cotidiano? Que representações sociais de ambiente expressam na relação com o *lixo*? Como estas incidem sobre este território e por quê? As condições apontadas nesse cotidiano favorecem ou reforçam o território, promovem uma maior ou menor consciência territorial? O que significa a inserção no galpão das catadoras que antes atuavam nas ruas? Quais as relações de poder se estabelecem no interior da associação? Quanto à relações de gênero: como são significadas pelo grupo no seu espaço?

Na formulação da pesquisa considero os aspectos materiais e imateriais da condição e produção do espaço de uma das Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis (UT) de Porto Alegre, focalizando as leituras nas práticas cotidianas e nas relações que as envolvem, que expressam formas de controle do acesso, relações de poder, apropriação e pertencimento ao espaço, aqui interpretadas como forma de reconhecimento da atividade que as catadoras realizam na reciclagem de *lixo*.

³ Galpão é como as catadoras referem-se ao seu espaço de trabalho, denominado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre como Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis.

O objetivo principal da pesquisa é estudar o espaço de uma das unidades de triagem de Porto Alegre, verificando sua configuração enquanto microterritório do grupo social que o ocupa, analisando-o, a partir das narrativas da experiência, junto às catadoras de materiais recicláveis, procurando trazer a tona as redes de relações, representações e os significados presentes nas práticas cotidianas com o *lixo*. Busco analisar as posições e disposições dos atores no jogo do *lixo*, internamente ao galpão e externamente a ele, na legitimação e fortalecimento deste espaço, enquanto microterritório. Procuo, também, interpretar a dimensão subjetiva e cultural na apropriação desse espaço, como criador de uma referência simbólica que reforça a identidade territorial, por meio das relações de poder e controle neste território. As representações sociais de ambiente do grupo social são discutidas com o intuito de compreender como e porque são expressas no galpão e de observar se práticas cotidianas relacionadas com o *lixo* (elemento estigmatizador) reforçam a identidade de catadora ou motivam a busca de outras alternativas de trabalho e geração de renda (ser ou estar catadora?).

Geografar o galpão é preciso!

Há diversos motivos que me conduzem a fazer esta afirmação. O principal deles reside na necessidade de compreender as idéias emanadas da minha vivência junto às catadoras de materiais recicláveis. Retomo as últimas experiências de pesquisa antes desta, na ecologia⁴ na qual o espaço é, comumente, pensado como receptáculo natural das comunidades de organismos. A transitividade dessa disciplina nos domínios das técnicas de mensuramento das variáveis ambientais, visando monitoramento da qualidade dos ambientes e seu grau de impacto antropogênico, dificulta a compreensão teórica de problemáticas ambientais urbanas, tal qual a dos resíduos sólidos. Frequentemente, priorizando dados da fauna e flora, de qualidade da água e do solo, desconsiderando-se importantes contextos da realidade social, principalmente no espaço urbano.

⁴ Aqui me refiro ao Programa de Pós-graduação em Ecologia da UFRGS, num contexto bem específico, no qual tendo o enfoque mais físico, sendo raras as pesquisas em ecologia humana, essas por vezes “marginais” e questionadas quanto a sua validade, quando colocadas ao lado de estudos envolvendo infundáveis análises quantitativas de variáveis ambientais.

Tal como nos diz Milton Santos, o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional, assim enquanto um conjunto indissociável de objetos e ações, traz junto a vida que os preenche e os anima. O espaço assim pensado humaniza o “verde”, que por si só, vazio de humano, não faz a ecologia possível. É com essa premissa que a pesquisa teve como objetivo analisar o uso do espaço pelas catadoras atentando para as interações, disputas e negociações envolvidas no jogo da reciclagem, numa espécie de “geografia relacional” do *lixo*. Portanto, o que busco são outros modos de olhar, que não os habituais, que tenho familiaridade, procurando “provocar a inquietação”, como aponta a citação de Bertold Brecht na epígrafe dessa escrita. Os caminhos da Geografia trazem outra forma de olhar para essa complexidade na qual a aproximação entre as áreas do conhecimento é inevitável e mais do que recomendável, é uma exigência.

A pesquisa busca a compreensão das complexas relações e inter-relações entre os diversos atores sociais envolvidos no jogo do *lixo* de Porto Alegre, a partir do microterritório de uma das Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis (UTs) deste Município. Procuo captar as representações sociais acerca do ambiente e suas interfaces com as representações de *lixo*, expressas pelas catadoras de materiais recicláveis na experiência de produção desse espaço.

A catação de *lixo* não é uma atividade qualquer. Além de reduzir a necessidade de extração de bens naturais, sabidamente, cada vez mais exauridos, propicia uma reflexão profunda acerca do modo de produção e consumo adotados pela sociedade contemporânea, que é, em sua essência, explorador e degradador do ambiente. Reciclar resíduos sólidos é produzir a reinserção de materiais no ciclo de produção e consumo, como fonte de matéria-prima, e envolve uma rede de relações sociais neste mecanismo que se alimenta de objetos considerados inúteis e, em algum momento, transformados em *lixo*.

Interpretar a experiência junto a uma das unidades de triagem (UTs) pode auxiliar na ampliação do olhar acerca desses espaços, estimulando leituras que visem envolver a sociedade com a questão dos resíduos sólidos urbanos, considerando que o conhecimento pode ser um passo para a sensibilização frente às questões relativas ao consumo exacerbado e suas drásticas consequências ambientais.

A compreensão da espacialidade complexa no vivido pelas catadoras de materiais recicláveis no galpão torna-se possível pela observação das redes de relações presentes nestes espaços. Na pesquisa investigo essas redes, para além da consciência coletiva, enquanto categoria de trabalho, levando em conta o sentimento de pertencimento do grupo social em relação ao espaço da Unidade de Triagem de resíduos sólidos recicláveis, por meio de uma

leitura atenta para as representações e significados, procurando desvelar as posições das catadoras de materiais recicláveis no jogo no campo do *lixo*.

Motivada pela colega e amiga, Eliane Simões da Silva, mestre em Geografia, cheguei ao POSGEA/UFRGS. Sendo parceira na minha trajetória de trabalho na educação ambiental, especialmente no que tange aos resíduos urbanos, enquanto “lixóloga”, Eliane sabendo do meu interesse em aprofundar estudos sobre a temática, enfatizando o papel dos catadores, sugeriu-me a aproximação nesta área. Assim, instigada pela possibilidade de refletir teoricamente sobre o universo que vinha trabalhando, seja como técnica, ou como educadora vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, aceitei a sugestão. Embora o receio de pisar em solos desconhecidos, sentindo a defasagem de conceitos básicos da geografia, sigo nesta caminhada ousada, que apesar de difícil, não deixa de ser prazerosa: a busca pela compreensão da complexidade espacial no cotidiano de um galpão de reciclagem⁵ de *lixo* de Porto Alegre, onde atuam as catadoras que compõem a Associação de Recicladores do Loteamento Cavallhada.

Cabe tecer a seguinte consideração: a Geografia como área de conhecimento, historicamente, tem-se constituído com a preocupação de compreender a relação do ser humano (social) com a natureza (meio). Neste sentido, ela se diferenciou das demais ciências que, devido aos seus objetos de conhecimento, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Esse fato fez esta área do conhecimento passar por difíceis “crises de identidade”, na medida em que a Modernidade se instalou e que o caminho foi o da fragmentação dos conhecimentos. Na atualidade, esse paradoxo constituiu-se em privilégio da Geografia, que consegue flexibilizar as fronteiras entre as disciplinas e expandir ainda mais seu vasto campo de análise. Isto pode ser revelado por meio dos diversos temas das pesquisas que estão sendo realizadas no âmbito dessa área. Embora, ainda existam entraves com relação à superação das barreiras entre Geografia Física e Geografia Humana, de forma que -mais do que uma pretensão ou uma possibilidade- esta superação passa a ser, de fato, efetivada na prática diária das pesquisas realizadas.

⁵ Com relação ao emprego do termo reciclagem, mesmo sabendo que tecnicamente não se refere somente a triagem dos resíduos, mas envolve todos os procedimentos desde a segregação na origem até as transformações estruturais dos materiais que incluem a lavagem, fundição, extrusão, entre outros; optei por utilizá-lo em alguns momentos a fim de reafirmar a relevância do papel dos catadores neste processo como um todo.

Na geografia sócio-ambiental, proposta por Mendonça, “o termo **sócio** aparece atrelado ao termo **ambiental** para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea” (2001, p.126- grifos meus). Para o pesquisador, os avanços recentes no trato da questão ambiental, por parte da geografia, passaram de uma fase predominantemente naturalista, para uma outra centrada numa interação dialética entre sociedade e natureza. Nessa corrente, a problemática ambiental deixa de ser identificada apenas como ligada à Geografia Física e passa a ser essencialmente geográfica (*ibid.*).

A Geografia vai assim se constituindo no que se pode chamar de Ciência do Complexo (SUETERGARAY, 2004), esta idéia é ainda mais inspiradora para essa aproximação. Afinal, geografar constitui uma atividade inerente à nossa ação cotidiana é a expressão do que somos em qualquer lugar onde estamos. Implica promover ações cotidianas com responsabilidade social sobre nossos atos, nossas práticas, nossa atividade profissional. Implica em experiência participativa e vivência coletiva, com responsabilidade para com os outros e a sociedade em seu conjunto. Constituem essas práticas formas de Geografar, formas de demarcar, marcar, territorializar, ambientalizar, regionalizar o espaço. Formas de resistir e transformar (*ibid.*).

Assim, como propõe a geógrafa Dirce Suetergaray, refletindo a partir das idéias de Bruno Latour (1994), a Geografia jamais foi moderna, na medida em que sustentou a necessidade de articulação entre natureza e sociedade, em um contexto histórico de separação e purificação dos objetos. Posto que à Geografia não caberia tão somente o estudo da relação sociedade/natureza, visto que essa se configura como um híbrido. Como a dicotomia moderna entre sociedade/natureza sempre me instigara a buscar no conhecimento a “unidade perdida”, identifiquei-me com a área.

Os geógrafos que se interessaram pela geografia do local muitas vezes foram buscar em outras áreas, como Antropologia e Psicologia Social, instrumentos para suas análises. Acredito que outras solidariedades disciplinares podem ser estabelecidas por uma geografia relacional destes “microterritórios cotidianos”. Decorre, no entanto, que nenhuma explicação para a experiência de convívio junto às catadoras é suficiente por si só, pois senti tamanha perplexidade diante das imensas e infinitas possibilidades de interpretação do universo de pesquisa no âmbito da geografia. Parece haver então uma “incapacidade de pensar [...] a prática de outra forma senão como execução” (BOURDIEU, 1996, p.23), tão denunciada por um dos autores que muito auxilia na leitura do jogo no campo do *lixo* de Porto Alegre.

Problematizar teoricamente as minhas próprias narrativas como técnica e educadora ambiental vinculada à Prefeitura sobre a organização dos catadores e sobre as práticas

cotidianas em uma UT, tornou-se para mim um ponto de honra. Narrava o trabalho realizado pelas associações de catadores como economia popular e solidária, que além do “ganho ambiental”, ainda se caracterizam pela “inclusão social e resgate da cidadania para estas comunidades”. A partir do meu afastamento do DMLU e aproximação da Geografia, com o acesso das produções teóricas dessa e de outras áreas que com ela se articulam, além de outros fatores inerentes a consciência de meu “humano inacabamento” pude me questionar sobre o fenômeno da catação do *lixo* na cidade, a partir de um olhar diferente/novo. Quando me vejo envolvida na rede da reciclagem da cidade, percebo-me como elo desta e me transformo, pois muda a forma de ler nas entrelinhas da experiência no/do espaço do galpão.

Numa perspectiva geográfica, percebo que os “processos desterritorializantes” nem sempre são físicos e visíveis podem ser simbólicos e/ou, ainda, podem se escamotear como “estratégias de inclusão social”. É necessário, no entanto, salientar que não se trata de uma pesquisa de avaliação de política pública e sim como revejo minha própria experiência junto as catadoras a partir de algumas leituras, entre tantas outras possíveis. Trata-se de tentar explicitar os limites e as possibilidades de diferentes olhares sobre o fenômeno na perspectiva de contribuir para esse promissor campo de pesquisa.

Assim, apresento a idéia de olhar o galpão (Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis), enquanto território, que não se trata de um espaço somente físico, mas simbólico e catalisador de identidades das catadoras. Procuo então argumentos para o reconhecimento desse “território cotidiano”, com seu valor material (equipamento de geração de renda), simbólico (sentimento de pertencimento), e também cultural (espaço de representação). Insiro ao longo do texto fragmentos de narrativas⁶ acerca do vivido, das práticas e das conversas, nas quais se pode identificar a opção por valorizar ao máximo os saberes das catadoras colocando-os no mesmo patamar dos saberes teóricos acadêmicos com os quais também dialoguei, na esteira⁷ do galpão, como quis frisar no próprio título dessa tese.

À medida que fui percebendo, na prática, o ambiente na sua complexidade, os conflitos provocados por uma visão fragmentada foram se dissipando e possibilitando a ampliação do olhar sobre “o ambiental do lixo”. Com essa inquietude, a partir das vivências junto as catadoras, leituras, reportagens, fotografias, filmes, marchas, reuniões, optei por relatar a experiência em narrativas compostas por fragmentos de memória dessa trajetória, para

⁶ Que podem ser encontradas na íntegra no Anexo A.

⁷ O termo esteira é empregado aqui com duplo sentido. No sentido empregado academicamente para fazer menção ao teórico que fornece a base das reflexões produzidas, aqui se dá valorização destes saberes da experiência das catadoras, sendo que estas se constituem como a principal referência teórico-prática desta tese.

suscitar reflexões e enriquecer o debate acerca do nosso papel no contexto da busca por alternativas à globalização e no combate ao “Império do Consumo”⁸.

A pesquisa vai se tornando no caminho mais complexa e desafiadora, pois me coloco nela, enquanto pesquisadora/educadora ambiental/mulher na digestão dos fatos da realidade vivida e sentida, por meio das narrativas que expressam a vivência junto às mulheres catadoras, na qual tecíamos nossas subjetividades. Ao refletir sobre as redes, noção presente no nosso discurso de educadores ambientais, vi a possibilidade de perceber onde esse microterritório se assenta e de ampliar o olhar para o jogo da reciclagem.

Aponto a íntima relação existente entre a dimensão política da educação ambiental, a complexidade ambiental e os espaços de sociabilidade das catadoras, entendendo-os para além da geração de renda para sua subsistência e da suas famílias (econômico), mas pela sua inserção no MNCR⁹ (político), na construção da sua identidade, bem como, suas representações no/do espaço do galpão de reciclagem enquanto espaço de (r-)existência¹⁰ (cultural).

Sem sombra dúvida, esta pesquisa se constitui em um “canteiro de obras”, com aprendizagens múltiplas, nas quais as trocas são importantes, embora o momento da escrita seja muito solitário. Vários momentos, no decorrer da pesquisa significaram e significam muito para as decisões e definições quanto a que caminhos seguir. Penso, no entanto, que não cabe aqui descrever todos. Por isto escolhi alguns, ciente de que nossas escolhas não são tão livres quanto parecem, pois nossos pensamentos são conformados pelos discursos que nos atravessam. À medida que se tecem as tramas da pesquisa o olhar vai transmutando-se a cada nova “descoberta” teórica.

Para concluir a apresentação, trago um poema de João Cabral de Melo Neto que faz referência ao processo de escrita, que foi sem dúvida o principal desafio, comparando-o com catar feijões. Processos que tem suas semelhanças e diferenças e que me interpelam em suas relações com fazeres femininos (o ato de catar/ escolher feijões), com as próprias “artes de fazer” das catadoras que catam/triam/classificam no seu cotidiano o *lixo* nosso de cada dia e a minha atividade de “catar” palavras, informações, saberes, representações e significados neste

E, ainda, para fazer menção ao equipamento elétrico que dá mobilidade ao nosso lixo no espaço do galpão (motivo de orgulho das catadoras como pode ser verificado nas narrativas).

⁸ Parafrazeando o título de um texto interessantíssimo de Eduardo Galeano, acessado em <http://www.cartamaior.com.br/>.

⁹ Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

¹⁰ Que significa que estão “em busca de afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.39).

vivido, (re)inventando olhar para o galpão, geo-grafando esse território que escolhi, ou que me escolheu.

Catar feijão se limita com escrever: Jogam-se os grãos na água do alguidar
 E as palavras na da folha de papel; e depois, joga-se fora o que boiar.
 Certo, toda palavra boiará no papel, água congelada, por chumbo seu verbo;
 Pois catar esse feijão, soprar nele, e jogar fora o leve e oco, palha e eco.
 a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
 obstrui a leitura fluviente, flutual, açula a atenção, isca-a com risco.

Catar Feijão - João Cabral de Melo Neto (1966).

CAMINHO DA CATAÇÃO

A quem diga olé olé !
 Olé olá!
 Catador de norte a sul e de acolá!
 Nesta marcha sem parar
 Caminhar é resistir
 E se unir é reciclar.

Xote da Marcha do Povo – Dimir Viana (MNCR, 2007)

Visando aprofundar a compreensão do vivido junto às catadoras do Galpão da Cavahada, considerando a complexidade das relações que nesse espaço se estabelecem, destaco alguns referenciais metodológicos relevantes que pude “catar”, ampliando meu olhar sobre a experiência. Aponto, no entanto, o caráter aproximativo dessa discussão, pois não é de longe a intenção esgotar o assunto, mas trazer à discussão aspectos teóricos que têm relação direta com os objetivos desta pesquisa. As possibilidades de leituras que se abriram na abordagem do tema de pesquisa revelam a multiplicidade de olhares possíveis. Durante as discussões das categorias analíticas levantadas procuro não realizar o esquadramento teórico da experiência, mas não posso deixar de considerá-las, pelo interesse em contribuir para a ampliação dos olhares acerca desse tema. Procuro mergulhar no espaço de representação e construção de significados, a partir da minha própria vivência junto às catadoras, em uma atitude de adentramento na experiência, por esse motivo a opção de empregar primeira pessoa do singular na escrita da tese. Esse mergulho na experiência levanta questões para repensar minha própria atuação como bióloga e educadora ambiental.

Jorge Larrosa (1996) fala-nos:

Os acontecimentos da atualidade, convertidos em notícias fragmentadas e aceleradamente obsoletas, não nos afetam no fundo de nós mesmos. Vemos o

mundo passar diante de nossos olhos e permanecemos exteriores, alheios, impassíveis [...]. Walter Benjamin tem um texto que se chama 'experiência e pobreza', no qual faz uma reflexão sobre a abundância de estímulos e a pobreza de experiências que caracterizam o nosso mundo. Temos o conhecimento, mas como algo exterior a nós, como uma utilidade ou uma mercadoria. [...] Estamos informados, mas nada nos **co-move no íntimo** (p.136-137- grifo meu).

O autor citado se refere à forma como consumimos coisas, imagens, informações e até experiências que nos atravessam sem deixar marca alguma em nós. Assim sigo, sem deixar o mundo passar diante dos meus olhos, nas palavras de Larrosa (*ibid.*) a me **co-mover no íntimo**, acessando as marcas deixadas em mim pela vivência, quando me movia junto com as catadoras em seu espaço cotidiano com o *lixo*. Envolvida na rede de reciclagem busco o itinerário de pesquisa mais fecundo a seguir, não dado *a priori*.

Segundo a antropóloga Alba Zaluar (1997), o pesquisador não deve esquecer que a relação que se estabelece, entre o observador e o observado, é uma relação social e política. Ocorre com muita frequência esse esquecimento, sendo atribuída importância maior a pesquisa a ser feita, e os grupos sociais geralmente são vistos como informantes (meros “objetos” de pesquisa), ou seja, devem fornecer os dados que lhe são “fundamentais”, na verdade, para a carreira do pesquisador. O papel dos pesquisadores deve ser, no entanto, o de fornecer um conhecimento que ajude o outro a se fortalecer como sujeito autônomo capaz de elaborar seu próprio projeto político. Não cabe ao pesquisador reforçar ideologias existentes, mas fornecer instrumentos para desvendá-las e superá-las. Aqui o argumento maior é de que o desejo de objetividade ceda lugar ao desejo de solidariedade.

De acordo da Roberto Da Matta (1991), temos que considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” que compartilham, mesmo que às vezes não se comuniquem, “de um mesmo universo de experiências humanas” (p. 23). O que permite superar nossos preconceitos em relação ao “outro”, ao diferente, é abrir a possibilidade de diálogo. Oliva (2001) nos alerta:

O mundo social pode ser encarado, como o fazem alguns autores, como uma *segunda natureza* criada pelos seres humanos em seus processos de interação material e simbólica. E as pessoas elaboram compreensões, mais ou menos lúcidas, dos processos no bojo dos quais vão criando essa *segunda natureza*. As relações sociais são (inter)ações que se desenrolam com alguma forma de compreensão de si mesmas. Ou são, em alguns casos, compreensões que se materializam como modos de agir (OLIVA, 2001, p.35- grifos do autor).

Desta forma, longe de inventariar fatos, me coloco diante da necessidade de estabelecer um diálogo com esse “território cotidiano”, por ser esse um objeto de investigação que apresenta significados, representações acerca de si mesmo. O galpão se parece com um

texto a desafiar as leituras que dele se realizam. Não há como manter uma relação externa, à maneira do ecólogo ao analisar um habitat de alguma espécie não-humana. Aqui os fatos já são interpretados pelos atores que os realizam:

O fato da ação humana ostentar significatividade intrínseca torna obrigatório, quando há preocupação em evitar reducionismos objetivistas, construir **explicações de explicações**, teorias que incorporem a dimensão “teórica” presente nos fenômenos investigados. Se há fatos que se dão a conhecer **pré-interpretados** isso significa que suas formas de manifestação contêm **teorias** sobre eles mesmos (OLIVA, 2001, p.34- grifos do original).

Sigo “na esteira do galpão”, o alerta de Oliva quanto aos “fatos pré-interpretados”, atentando para a “teoria” que deles emerge. Outra recomendação seguida é de Pierre Bourdieu (1997) com relação aos procedimentos de pesquisa que visam eliminar a “violência simbólica” exercida pelo pesquisador com relação ao pesquisado, quais sejam a escuta ativa e metódica e escolha por proximidade, isto é, a participação intelectual e afetiva do pesquisador e a produção de condições otimizadas de familiaridade.

Procuo decifrar assim o universo de pesquisa estranhando-o e refletindo sobre práticas cotidianas com o *lixo*, no espaço vivido, percebido e concebido, buscando desvelar as singularidades e os modos ou *habitus*, como se constrói/estabelece o (micro) território, uma das noções-chave dessa pesquisa, bem como, expressam nele significados e representações. *Habitus* é uma das noções mais relevantes do pensamento de Pierre Bourdieu (1997), “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes”, em outras palavras, é um conjunto de características internalizadas pelas experiências sociais de pessoas ou grupos, na forma de maneiras de agir, perceber e pensar, que os leva a organizar sua conduta e suas escolhas. Por meio dessa contribuição, grande valia para a interpretação do “jogo no campo do *lixo*”, se pode revelar a opacidade do universo da catação demonstrando os códigos, signos e sentidos que se inscrevem nesse espaço social, simbólico e cultural, no dia a dia do galpão.

Desde o primeiro momento de elaboração do projeto de tese, a idéia foi realizar o percurso por meio de métodos qualitativos, para captar a maneira de ser do universo de pesquisa, isto é, o que o diferencia e o que assemelha este grupo social aos demais e sua relação com/no espaço de trabalho – o galpão. A opção foi realizada considerando que a simples aplicação de métodos quantitativos, provavelmente, não refletiria a complexidade desse espaço e ficaria restrita a generalizações sem desvendar as singularidades existentes.

Pelo reconhecimento desta complexidade, utilizo diferentes instrumentos metodológicos, visando o enriquecimento da pesquisa, na medida em que permitem captar a experiência sob vários ângulos. A coleta de informações segue os requisitos da observação participante, que é definida por Minayo (1998) como um processo pelo qual se mantém a presença do observador numa situação social, em relação face a face com os observados, e ao participar da vida deles no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por ele. Afinal, sinto-me “reciclada” desde que tive o primeiro contato com o universo de pesquisa.

Segue-se desta forma, as recomendações de Malinowski (1984) a respeito da habilidade que pesquisador tem que ter para abordar questões a partir de ocorrências reais sobre as quais o informante possa se sentir estimulado a emitir comentários, reações, opiniões. As informações, assim coletadas, podem ser ricas em conteúdos subjetivos, levando em conta a complexidade da natureza humana, em detrimento àquelas coletadas por meio de indagações diretas.

Procuro interpretar as práticas cotidianas de uma UT da cidade de Porto Alegre- o Galpão da Cavalhada, tendo como base as narrativas compostas de fragmentos de memória de vivência junto às catadoras. Exponho-me, despojadamente, nas narrativas elaboradas com recortes da memória de minha trajetória como técnica ou educadora ambiental atuando na Prefeitura, na tentativa de compor um “*corpus* de relatos expressivos de experiência”¹¹ em relação ao campo de estudo, isto é, buscando esclarecer como me inscrevo, enquanto “lixóloga”¹², no campo do *lixo*. Ciente de que esses fragmentos de memória das conversas e práticas cotidianas estão sujeitos às minhas próprias representações acerca do ocorrido e encharcadas pela minha subjetividade assumo, portanto, a imparcialidade no olhar, que é transmutado no decorrer da pesquisa.

Os fragmentos da memória da experiência e das conversas cotidianas com as catadoras relevantes à pesquisa foram levantados no segundo semestre de 2006, a partir da elaboração de narrativas sobre o vivido. Por meio das observações, das conversas e das narrativas elaboradas reflito sobre a experiência no campo do *lixo*, frente a situações que se deparam do dia a dia, procurando interpretar como as catadoras se apresentam/representam diante delas, seu ponto de vista.

¹¹ Conforme Isabel Cristina Carvalho (2002) realiza com relação às narrativas e trajetórias dos educadores ambientais.

¹² O termo *lixólogo/lixóloga* é empregado pelos/as profissionais de diferentes áreas do conhecimento e nas diferentes esferas que atuam na questão dos resíduos sólidos urbanos.

Procuro compreender as táticas adotadas com relação aos constrangimentos e pressões a que são submetidas na sua atividade de catação de *lixo*. Há na pesquisa um questionamento constante no sentido de buscar formulações teóricas com as questões que emergem do vivido, visando, por meio disso transitar entre teoria e prática, em um diálogo entre conceitos teóricos acadêmicos e os saberes da experiência.

As narrativas, compostas a partir da vivência, bem como, a interação das catadoras entre si, entre nós e entre elas e outros agentes externos, ainda, da forma como é representado o processo de catação na gestão ambiental da cidade, essa situação complexa fez necessário “catar” como o humano se expressa dentro do ambiental do lixo, por isso nessa pesquisa geográfica são empregadas em alguns momentos ferramentas antropológicas.

Além da análise das narrativas da vivência e das conversas do cotidiano, utilizei como forma complementar de coleta de dados, a análise documental, visando obter informações – explícitas ou implícitas – sobre o objeto de pesquisa. As fontes documentais utilizadas incluíram dados do PMPA (DMLU, SMED e DEMHAB), bem como, documentos do MNCR e da FARRGS, além de reportagens em revistas, jornais ou mídia eletrônica. Foram utilizados os registros fotográficos do acervo pessoal com o intuito de dar suporte à elaboração das narrativas que, na opinião de Achutti (1997), têm uma função de auxiliar no levantamento de campo, evocando a memória do pesquisador no sentido de apoiar a construção do texto.

Todas as narrativas compostas pelos fragmentos da memória dessa experiência, além das observações e registros, são elementos para as reflexões e apreensões subjetivas desse processo de adentramento no vivido, como ao “vasculhar na esteira do galpão um tesouro perdido de pensamentos” ou uma espécie de arqueologia da experiência desse/nesse espaço. A cada dado ou memória acessada, procuro identificar relações destacando as idéias-força e as categorias conceituais a serem abordadas, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores. Isso leva a novos questionamentos cada vez mais específicos, num processo de “sintonia fina” que me conduz nessa “catação” de leituras.

Concluído o esforço sistemático dirigido a compor narrativas acerca da experiência, busco, assim, identificar nas relações que se tecem e entrecem nas práticas cotidianas do galpão, a tentativa de compreender este espaço, para além da geração de renda para esta comunidade. Após transitar por várias possibilidades de análise a opção foi por um olhar para as redes de relações (internas e externas) no jogo do *lixo*, percebendo neste espaço um território e procurando captar as representações sociais que nele se expressam.

Reforço que a pesquisa, além de mobilizar teorias a respeito do empírico, e articulá-las com a realidade vivida e percebida, expressa a subjetividade da pesquisadora/educadora

ambiental/mulher na digestão dos fatos e da experiência junto às catadoras. Os métodos empregados estão em conformidade com o alerta de Thiollent (1987), pois se constituem em formas de relacionamento e comunicação entre nós, estando, portanto, sujeitas às representações sociais de ambos os sujeitos.

Na busca do invisível no cotidiano do galpão

Por meio de elementos banais do cotidiano, descobre-se que a vida não é tão rotineira, monótona e homogênea quanto parecia ser. Mas ela também não está fadada ao determinismo e às coerções de forças extra-humanas, das quais é impossível se libertar. Para Michael De Certeau (2004), na sociedade da cultura de massa que impõe seus produtos, as práticas do cotidiano produzem "usos" ou "maneiras de fazer" diferentes do simples consumo. Esse autor afirma, então, que as táticas constituem as mil práticas pelas quais as pessoas se apropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural. Dessas "maneiras de fazer", portanto, é preciso descobrir os procedimentos, as bases, os efeitos, as possibilidades, nas intrincadas redes de relações, que com suas ações, os praticantes estabelecem, cotidianamente.

De Certeau (*op.cit.*) nos aponta que a instauração de um corte entre o lugar apropriado e seu outro é acompanhada de efeitos consideráveis, entre os quais: - o "próprio" é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação a variabilidade das circunstâncias; - é também o domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma prática panóptica, a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem medir e observar, controlar, e, portanto, "incluir" na visão.

A tentativa de mergulhar no cotidiano, de buscar o significativo do invisível é por reconhecê-lo como espaço dos conflitos de nossa época, onde se estabelecem os problemas de produção e da condição da vida concreta. "O espaço é um lugar praticado" (*op.cit.*, p.202), assim, podemos dizer que o galpão da Cavalhada enquanto construção arquitetônica é transformado em espaço pela "arte de fazer" das catadoras.

Hoje, o *lixo*, atualmente cada vez mais opulento, oferece campo para uma estratégia de sobrevivência ligada à reciclagem. Nessa perspectiva, pode ser visto como "uma fonte renovável de recursos naturais", na qual os catadores de materiais recicláveis transformam-na em mercadorias. De Certeau (2004) trata os relatos cotidianos, como "feituas de espaço", "contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer" (p. 207), realça o papel da

sucata nas “artes de fazer” e, mais do que isso, baseado no aproveitamento do *lixo*, propõe a adoção do desvio como tática na abordagem crítica das práticas cotidianas.

O *lixo* nos diz muito sobre uma sociedade, nos conta o que diferentes grupos sociais consomem, seus modos de vida, mas acima de tudo aquilo que se joga fora. Para De Certeau (*ibid.*), o trabalho com sucata, ou com produtos análogos, constitui uma interessante prática cotidiana, plena de criatividade e resistência. Uma sociedade, então, é composta de algumas práticas concretas, as quais organizam as instituições normativas, e outras práticas sem-número, sempre presentes, embora não tenham o espaço de um discurso próprio, agem com igual intensidade dentro do ambiente urbano.

As práticas cotidianas no galpão são saberes da experiência, sendo estes entendidos como saberes “que se adquirem no modo como alguém vai respondendo ao que lhe vai acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece” (LARROSA, 1996, p.27). Os saberes da experiência sublinham então sua qualidade existencial, isto é, sua relação com a existência na vida cotidiana. A experiência e os saberes que dela derivam são o que nos permite apropriarmo-nos de nossa própria vida, e isto é o que me mobiliza a pesquisar nesta direção.

O cotidiano é onde se realizam atividades relativas à vida, é a expressão da própria existência humana no mundo, pois se trata da realização dos afazeres diários, da repetição das atividades, mas também do desenvolvimento das emoções. Movida por preocupações, a pessoa organiza seu dia-a-dia, criando uma rede de relações que a influencia. A vida cotidiana para Heller (1992, p. 17), “é a vida de todo homem (e mulher), pois todos estão mergulhados nela com todos os aspectos de seu ser, com toda sua individualidade contida na sua personalidade”. É nela que entram em funcionamento “todos os seus sentidos, todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (*op.cit.*)”, que fazem parte da vida cotidiana junto com o trabalho, o descanso e o lazer. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. Os seres humanos aprendem pela mediação nos grupos, no espaço e é dentro deles que aprendem a viver a cotidianidade.

Há uma compreensão de que o cotidiano é o espaço onde as representações e os significados são expressos, construídos e destruídos em si mesmo a partir das relações que se estabelecem, aí se imbricam e circulam. Portanto, entendo que, no cotidiano, as representações nascem e para esse cotidiano elas voltam na forma de ação. Na presente pesquisa, se estabelece um diálogo entre conceitos em relação ao vivido que permite uma melhor compreensão desse invisível cotidiano no galpão. O conteúdo geográfico do cotidiano

assume centralidade neste diálogo entre conceitos próprios a essa realidade: território, rede, jogo e representações.

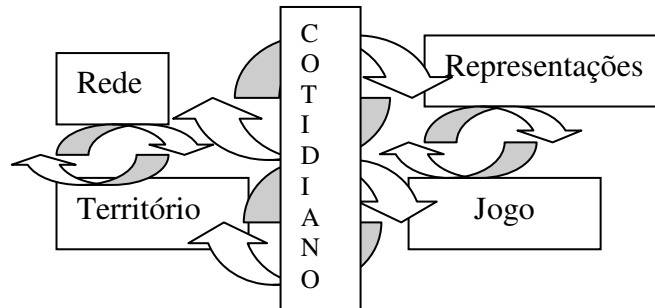


Figura 1 - Esquema do diálogo entre leituras proposto na pesquisa

Fonte: elaborado pela autora

É no cotidiano que realizamos (construímos e vivemos) nossas identidades e produzimos noções de pertencimento como gênero, grupo ou profissão. As representações por serem entendidas como uma forma de dar sentido, produzem valores e permitem o reconhecimento do outro, ou formas de exclusão do outro.

O galpão, que se constitui num *locus* de práticas sócio-culturais, fornece condições de produção das representações sociais na medida em que é nesse espaço cotidiano que as representações se explicitam, ou seja, os usos e apropriações presentes na catação de *lixo*, referem-se, simultaneamente, ao modo de consumo da população, estando diretamente ligados às práticas que nele se estabelecem.

Como observam Mesquita e Brandão (1995), o cotidiano carrega consigo uma interessante ambigüidade, por um lado carrega a idéia de banalidade ou monotonia, onde não há lugar para o desejo, a aspiração e a evasão; por outro, entretanto, pode permitir a observação atenta de nós mesmos, do grupo, ou grupos aos quais nos ligamos, das ações que executamos, do conteúdo e da diversidade de nossos pensamentos no dia-a-dia, dos territórios cotidianos em que vivemos. Partindo dessa ambigüidade, a incorporação da dimensão do cotidiano na pesquisa, enriquece a compreensão do contexto da catação de *lixo*.

Dessa forma, é no instante das rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade no espaço urbano, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento e até da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já que para as catadoras não se trata de remendar os cacos deste mundo, mas de reciclá-lo, parece caber a nos enquanto educadores e pesquisadores dar voz ao silêncio, dar visibilidade a esse invisível no campo acadêmico. Nesse sentido, uma análise crítica do cotidiano das catadoras poderá desvelar as

contradições presentes neste território e seus limites, revelando a riqueza na aparente “pobreza” desse espaço.

As diferentes posições do jogo do *lixo* na cidade correspondem a determinados estilos de vida, sistemas de desvios que são a redefinição simbólica de diferenças de disposições e condições de existência (BOURDIEU,1990). A idéia do *habitus* em Bourdieu contribui para uma melhor compreensão das práticas cotidianas no galpão, demonstrando como cada indivíduo interage com o meio social onde atua consolidando suas práticas, conforme o contexto de sua condição de vida. Essa ligação entre o indivíduo e seu contexto é determinante nas escolhas pessoais, nos gostos do indivíduo, na definição de redes de relações e nos estilos de vida incorporados.

As relações de poder engendradas na prática cotidiana com o *lixo* podem vir a evidenciar uma hegemonização de instrumentos simbólicos e de saberes, conforme apontado por Foucault (1979). Para esse autor a concepção de poder está intimamente ligada à prática cotidiana. Sua teoria de micropoderes aproxima a análise política das minúsculas práticas discursivas (cotidianas), desenvolvendo a idéia de que a opressão tem origem não na “cabeça em mentes maquiavélicas”, mas em um conjunto de mecanismos miúdos que se infiltram pela trama social. Portanto, torna-se indispensável na leitura do galpão, comprometida com um olhar crítico para a realidade, considerar as ações e reações sociais que vêm sendo continuamente “alisadas” (GUATTARI, 1985) pelo discurso dominante, mas que se mostram resistentes. Identifico que há uma forte resistência, no sentido da sustentabilidade urbana, acontecendo por parte dos pobres urbanos, que geralmente são deixadas de lado pelos pesquisadores. O que pode significar a reprodução da negação dessa realidade, tal como é conduzida pela sociedade em geral.

O cotidiano pode ser o espaço da alienação, mas, sem dúvida, é também o espaço da descoberta. De Certeau (2004) propõe o reconhecimento nas práticas cotidianas de uma contra-ordem, que se dá como resistência aos mecanismos de controle, alterando o ambiente construído e inserindo no espaço “maneiras de fazer” inovadoras e criativas. As táticas acontecem nos interstícios desses mecanismos, jogando com o que lhe é imposto. Acredita-se que as táticas contêm a ação política, enquanto potência e, é na configuração dessas experiências que os indivíduos identificam interesses comuns, constituindo-se então em coletivos ou movimentos sociais.

A abordagem das redes: uma forma de olhar

A complexa teia de relações que se estabelece no galpão me instigou a realizar um breve apanhado na Teoria das Redes Sociais e as suas diferentes abordagens e implicações na busca da compreensão do universo da reciclagem. Podemos definir as redes sociais como um sistema aberto em permanente construção, que se tecem e entretecem individual e coletivamente. O conjunto de relações que possui um indivíduo ou um grupo pode ser fonte de reconhecimento, de pertencimento, de identidade, de competência, de ação, essas estão expressas na prática cotidiana das catadoras de materiais recicláveis. Por isto, integro a noção de redes como um dos recursos teórico-metodológicos na pesquisa, forjando a idéia da “rede da reciclagem” para denominar a teia complexa de relações estabelecidas na Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada, que ao se articularem no interior do galpão, configuram nele, um território. Essa rede é constituída pelas conexões entre as pessoas que ocupam posições no jogo do *lixo*, no qual os distintos atores interagem, tendo cada nó uma posição específica e interdependente das demais no complexo campo do *lixo*, vivenciando um conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que dele emergem. Afinal, conforme Bourdieu (1997):

Pode-se representar o mundo social em forma de um espaço (em várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço - mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito como um **campo de forças**, quer dizer, como **um conjunto de relações** de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse espaço e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (p. 133-4- grifos meus).

Há uma defasagem entre os conhecimentos sistematizados a respeito das mudanças macroestruturais nos sistemas sociais e a dinâmica funcional que se constrói a partir das relações interpessoais (com sua dimensão simbólica e subjetiva) no plano local (AUGÉ, 1997). Para superar a defasagem na compreensão dessas relações no cotidiano vivido pelas catadoras, observo então a rede de relações que se estabelece no espaço do galpão. Assumi um olhar atento para os vínculos, os elos e as conexões em diferentes níveis, tanto internos quanto externamente a ele, na relação entre os diversos atores sociais, instituições, organizações presentes nas fronteiras desse território. A relevância do papel das catadoras na

gestão ambiental da cidade, sua identidade e sentimento de pertencimento do grupo são exemplos de questões centrais a serem abordadas no diálogo com a Teoria das Redes Sociais.

A Teoria das Redes Sociais tem suas raízes nas Ciências Sociais. Na perspectiva de Barnes (1987), cada analista, além de dar a sua própria interpretação, as análises feitas por seus predecessores, apresentam versões mais refinadas à idéia de rede social a fim de adequá-la ao seu problema particular. Atualmente, discussão sobre redes sociais tem sido expandida em função de sua utilização nos mais variados campos das ciências, como uma forma interdisciplinar de compreender como se organizam e funcionam as redes sociais em diversas esferas da vida.

A leitura das redes se aproxima da perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari (1995), ainda mais nos seus aspectos de conectividade, heterogeneidade e multiplicidade.

Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder e ocorrências relativas às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo aglomerando atos muito diversos, não somente lingüísticos, mas também perceptivos, miméticos, gesturais e cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas um concurso de dialetos, patuás, de gírias, de línguas especiais (p. 15-16).

Esse aspecto de heterogeneidade dos rizomas pode ser percebido na caracterização das redes, bem como as respectivas relações de identificações ou de assimetrias de poder, que podem ser nomeadas de várias maneiras, de acordo com as seguintes categorias analíticas: reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição (SCHERER-WARREN, 2005).

São exemplos de redes a partir da categoria reciprocidade: redes de sobrevivência, redes de extensão e apoio às tarefas domésticas, redes de tratamento do ócio e de apoio afetivo. Nestes tipos de rede as relações de poder não são explicitadas, aceitando-se a hierarquização como normalidade do social, mas podem converter-se em “resistência” a intervenções externas sobre o seu cotidiano, mesmo que proponham erradicar a pobreza local.

A categoria solidariedade tem sido importante na análise de redes de mútua-ajuda, de ações de voluntariado, de economia popular e solidária, são constituídas localmente, podem extrapolar seus limites locais, regionais e atingirem escalas nacionais e internacionais.

A rede é a forma organizacional proposta pelos movimentos sociais como estratégia de ação que permitiria relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas. Como estratégia de comunicação, as redes são as formas mais expressivas de articulação política contemporânea dos movimentos sociais, a exemplo do que ocorre nos fóruns sociais mundiais.

A dimensão cognitiva das redes merece atenção especial quando se busca compreender o sentido das transformações sociais encaminhadas pelas redes de movimentos.

Os movimentos têm construído novas narrativas para a compreensão da complexidade na sociedade globalizada e da informação, das quais Ilse Sherer-Warren (2005) destaca quatro:

1. Desfundamentação: a narrativa das redes concebe os movimentos como coletivos múltiplos, baseada nas intersubjetividades;
2. Descentramento: têm buscado elementos cognitivos que concebem os sujeitos em suas múltiplas identidades e a transformação como resultado da articulação discursiva e da prática de vários atores;
3. Dos essencialismos rumo ao interculturalismo: a questão que tem sido colocada atualmente é como transcender as fragmentações dos novos movimentos sociais sem cair nas tentações de novos unitarismos totalitários;
4. Da separação entre a teoria e a prática ao engajamento dialógico na rede: precisa-se examinar como se tem, ou não, trabalhado a relação entre conhecimento-reconhecimento-práxis política. Trata-se de repensar as articulações necessárias entre academia, ONGs e militância de base, os quais deveriam participar de um processo dialógico de construção cognitiva.

Na busca da multidimensionalidade das redes sociais (social, temporal e espacial), a autora citada propõe uma análise das interações dialógicas entre os atores que representam tempos sociais diferenciados - da cultura tradicional aos ideários da pós-modernidade, que se situam em espaços sociais de diferentes escalas locais, regionais, nacionais e transnacionais e de distintas concretudes-presenciais e virtuais. Esses compreendem níveis distintos de abrangência, intensidade e permanência das relações sociais e das conexões entre os elos da rede - primários e secundários, elos fortes, ou fracos - e, finalmente, os atores, que se representam por meio de vínculos sociais, podem vir a se mover do cotidiano à esfera pública e à construção de utopias de transformação - redes intersubjetivas, coletivos de redes e redes de movimentos sociais e suas interconexões.

Já não basta, portanto, um olhar unidirecional, mas sim uma diversidade de visões e posicionamentos que contribuem para a configuração das redes sociais. Por meio da rede observamos também a circulação do que Bourdieu (2001) chama de “bens simbólicos”, não se baseia unicamente no poder econômico, mas na expressão do acúmulo dos diversos tipos de capital, quais sejam: econômico, cultural, social, político e espacial, como veremos no capítulo “o jogo”.

Podemos contabilizar mais de meio século de investidas em torno da noção e definição das redes sociais, mas a considero tão vigente como nos seus primórdios, fazendo-se cada vez mais importante a sua compreensão em virtude da complexidade sócio-espacial contemporânea. O estudo das redes sociais vem acompanhado de transformações paradigmáticas, tanto nas técnicas de investigação, como na recorrência a tradicionais campos de pesquisa e na criação de novos universos na produção do conhecimento.

Na abordagem da *Social Network Analysis* (SNA) há o emprego do procedimento nomotético, que procura descrever os padrões da estrutura social em leis gerais (Teoria de Sistemas), a exemplo da Física, da Matemática e das Ciências Naturais. Em 1978, foi criada a Associação Internacional para Análise das Redes Sociais (INSNA). Essa rede de intelectuais tem produzido métodos computadorizados e teorias gerais para análise. Já na pesquisa das ações coletivas e de movimentos sociais, a abordagem é idiográfica, isto é, realizada por meio de estudos etnográficos e históricos, que passam a ser relevantes para entender a dinâmica das redes e seus significados na mudança social (SHERER-WARREN, 2005). Essa última perspectiva se aproxima mais dos objetivos da presente pesquisa por meio do estudo das redes de relações que se estabelecem no galpão.

De uma maneira geral, entende-se por rede social o campo estruturado, em determinado momento, por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações, construídos ao longo do tempo. Esses vínculos têm diversas naturezas e podem ter sido construídos, intencionalmente, embora a sua maioria tenha origem em relações herdadas de outros contextos. Podemos imaginar a rede como composta por várias camadas sobrepostas associadas a um tipo de relação e a um dado período de tempo, e ainda, em um dado espaço. Todas em constante interação e transformação, embora o peso relativo das relações herdadas torne essa dinâmica incremental. A clareza como são colocadas as posições facilita a observação dos diferentes tipos de laços de ligação, como veremos mais adiante no capítulo “a rede”.

O estudo das redes permite, assim, integrar os atores em seus contextos relacionais específicos, muitas vezes, ganhando contornos bastante distintos dos comumente considerados, essa possibilidade de leitura abre novos horizontes para o estudo do galpão, enquanto território das catadoras de materiais recicláveis, indicando a existência de constrangimentos e de permanência nos contextos que cercam as catadoras.

“As redes locais podem transcender da sua constituição basicamente defensiva e muito concreta, voltada para algum problema do cotidiano, passando para uma visão mais ampla de desenvolvimento alternativo” (VILLASANTE, 2002, p. 216). No entanto, a precariedade de

recursos a que alguns grupos sociais estão submetidos, parece inviabilizar qualquer pretensão participativa, não só no âmbito político, mas também nas mais simples atividades, como consumo de bens de primeira necessidade, saúde, trabalho e lazer. Quando essas carências são supridas, ou simplesmente minimizadas, o grupo consegue transpor as dificuldades através do trabalho associativo, como o vivenciado do galpão.

As redes dimensionam, de forma muito apropriada, o sentido dinâmico da organização local em prol do coletivo, mas com uma dinâmica que se modifica de acordo com as necessidades dos indivíduos envolvidos. Essas experiências de organização local na construção e na continuidade dos projetos são inúmeras e cada vez mais frequentes (BORGES, 2007). Reafirma-se assim que a maneira pela qual a rede se associa, varia de contexto para contexto, de espaço para espaço, mediado pelos atores sociais nela presentes.

Catando memórias, compondo narrativas

Os seres humanos têm necessidade de participar, em rede dessas discussões que são muito próximas das conversas informais, fome de falar com as pessoas e não com as paredes, de exprimir seu ponto de vista sobre o que lhes interessa e não sobre o que lhes é imposto. Eles querem se reunir entre vizinhos ou com outros, para recuperar a vida que lhes escapa, investir o banal e o transitório com uma paixão duradoura. Sem esta paixão todo resto é despido de importância (MOSCOVICI, 1984, pág. 72).

A palavra conversa vem da união de duas palavras de origem latina: *cum*, que significa “com” e *versare* que quer dizer “dar voltas”- dar voltas com o outro. As conversas são espaços privilegiados de interação social e de produção de sentidos. Por isso, inspirada na metodologia empregada por Reigota (1999) em “Os Ecologistas”, procuro valorizar as idéias, experiências e sentimentos (a cultura) do cotidiano, do mundo vivido das catadoras, buscando possibilidades de troca, diálogo e reciprocidade.

Segundo Menegon (2004, p. 215) “as conversas do cotidiano permeiam as mais variadas esferas de interação social, mas por serem consideradas corriqueiras, dificilmente pensamos na riqueza e nas peculiaridades que possam estar presentes nessa forma de comunicação”. Assim, informações obtidas nas conversas informais e eventuais com as catadoras, nos seus espaços de socialização, foram consideradas base para a elaboração das narrativas dos fragmentos da memória da minha trajetória de “lixóloga” (Anexo A). A heterogeneidade das questões presentes, nessas conversas não sistematizadas, corrobora para a não linearidade das narrativas compostas. Em muitas situações inesperadas surgiam assuntos dos mais diversos, assim muitas informações acabavam sendo perdidas pela ausência

de registro imediato, mas a idéia-força permanece, permeada pela minha própria subjetividade.

As conversas do cotidiano têm a informalidade como principal vantagem, para Menegon (*op.cit.*), a informalidade das conversas permite que a pessoa utilize repertórios interpretativos (termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem) que não utilizaria numa situação de entrevista, ou vice-versa.

“- Somos muito faleiras, mas quando vem ‘otoridades’, aí a gente tem que se comporta, né?”, diz Lú em tom irônico.

Nesse sentido, nas idas ao galpão não utilizei um padrão fechado de coleta de dados, mas estive sempre alerta a perceber os acontecimentos e as falas. A interação face a face transcorre num contexto de troca e co-participação no qual os participantes compartilham de um mesmo referencial espacial, o galpão. Nas conversas leva-se em consideração: o enunciado, a situação do enunciado, ou seja, o contexto imediato em que ocorre a conversa e a inter-relação estabelecida nesta, isto é, a situação relacional e sua relação com o contexto mais amplo de circulação de idéias numa dada cultura (SPINK, 2004). Em resumo, ao compor a narrativa e analisá-la é preciso entender quem está falando, com quem (que vozes são percebidas), que significa que as conversas são marcadas por dialogia. As conversas apesar de serem específicas do grupo, são interpenetradas por linguagens sociais mais hegemônicas que se configuram como estruturas cristalizadas e compartilhadas que explicitam as pressões sociais mais substanciais e duráveis a que estão submetidos os integrantes de uma conversa (BAKHTIN, 1995).

A opção por escolher algumas conversas e práticas como fonte de informação está de acordo com a pretensão de captar da experiência, o vivido, o cotidiano no galpão. As conversas, geralmente, apresentam uma fugacidade temporal decorrente da mudança de assunto, das interrupções e o desencadeamento das idéias dos interlocutores. Algumas situações inusitadas se perderam pela dificuldade de resgate da memória, devido a não ter feito o uso de gravador para não me distanciar e não constranger as falas no dia-a-dia.

Geralmente, as conversas ocorrem no galpão, mas nem sempre. Algumas foram captadas em diferentes espaços físicos onde o grupo se encontrava, levando em conta assuntos acerca do galpão: seus fazeres, sua organização, sobretudo as relações neste espaço, assim como as representações nele expressam.

As palavras estão tão deliberadamente ausentes quanto às próprias coisas; não há descrição de um vocabulário nem recursos a plenitude viva da experiência. Não se volta ao aquém do discurso- lá onde nada ainda foi dito onde as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta; não se vai além para reencontrar as formas que ele dispôs e deixou atrás de si, fica-se, tenta-se ficar ao nível do próprio discurso (FOUCAULT, 1980, p. 55).

Vivemos trilhando nossas rotas em mapas narrativos como andarilhos imersos nos ditos, contados e expressos nas histórias dos espaços cotidianos por onde circulamos. Trata-se de não procurar explicações unívocas e fácies do sentido das coisas, como nos alerta o filósofo Michael Foucault, as coisas e os já-ditos devem ficar, simplesmente, ao nível de sua existência. Trata-se, entretanto, de um convite a pensar com os próprios discursos, deixando-o aparecer na simplicidade complexa que lhe é peculiar.

A noção de narrativa é muito utilizada, mas pouco esclarecida. Disponibiliza, interconecta percepções e a memória destas percepções no tempo e no espaço. Em uma narrativa, os momentos discretos são contextualizados: aparecem imersos em dado espaço social. Neste sentido as narrativas acessadas na pesquisa são caracterizadas por minha memória disponível sobre fatos das práticas cotidianas no galpão e suas repercussões. As narrativas compostas são produtos de encontros com os mais diferentes objetivos, geralmente não sistematizados para fins da pesquisa e, portanto, sujeitos a alterações em função da fragmentação da memória e da forma de ver o ocorrido recriando discursos e expressões podendo, muitas vezes, esquecer detalhes.

Sobre as questões culturais do grupo com o qual tive a oportunidade de conviver, mantendo ainda o contato, segui a pesquisa com compromisso ético para com as catadoras, aliado ao desejo pessoal de deixar registrados fragmentos da minha caminhada como *lixóloga*. Retomando fatos, fotos e anotações, principalmente, do período de convivência mais intensa (durante o Projeto Galpão, como expresso no fragmento de narrativa abaixo), documentos, reportagens, documentários de TV gravados, busco recordar aspectos dessa experiência.

Construímos juntos educadores(as)¹³, catadores(as), de forma coletiva o Projeto Galpão, na SMED, naquele primeiro ano da quarta gestão da Administração Popular de Porto Alegre, vinculado à política municipal de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Este projeto constitui-se em um espaço pedagógico e de diálogo com os catadores de 4 associações, cerca de 80 catadores, nas quais as relações construídas neste período ainda permanecem bem vivas em mim. Lembro-me dos momentos deste convívio no qual muitas vezes era necessário um “namoro pedagógico” para “seduzir” os catadores a participarem do projeto que apresentava turmas de alfabetização e pós-alfabetização. As emoções das primeiras produções textuais

¹³ Nos trechos sobre o Projeto Galpão escrevo, em vários momentos, na segunda pessoa do plural por estar descrevendo passos de uma construção que foi coletiva desde o seu início. Éramos no princípio três educadoras: Eliane, Rosa de Fátima e eu. Depois juntas com outras educadoras, principalmente, Daniela, Leila, Sheila e Luciana nos tornamos as “galponeiras”, como Eduardo que atuou também no projeto como educador em saúde nos chama até hoje.

foram bastante significativas. O tempo de convívio no Projeto Galpão foi o momento mais marcante da relação com as catadoras [...] (Anexo A).

Para Larrossa (1996) as narrativas não são verdades nem mentiras, são uma forma criativa de organizar e comunicar situações vividas e imaginadas. São, portanto, formas de expressão que são reflexo das representações sociais. Das conversas do cotidiano extraio as idéias que nelas circulam e componho as narrativas entrelaçando com minhas próprias idéias sobre os fatos. O poder de narrar está estreitamente ligado a produção de identidades sociais, neste caso ligado a minha identidade de “lixóloga”. Conforme Larrossa (*ibid.*), “é contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que damos a nós próprios uma identidade no tempo” (p. 69) e, também, no espaço.

A idéia é trabalhar com as representações, a partir do estranhamento do dado social e procurando compreender os significados em função deste contexto cultural. O problema não estaria, então, em abandonar o indivíduo, implicando numa perspectiva individualista, mas em reconhecer que, ao analisar o fenômeno pelas Representações Sociais, envolve uma dinâmica social que é diferente de um agregado de indivíduos¹⁴.

As narrativas são um processo que busca tornar visível, uma realidade complexa, não inteligível ao primeiro olhar. Aproximando-se das idéias de Foucault, Larrossa (1996) declara que nas narrativas “os sujeitos não são posicionados como objetos silenciosos, mas como sujeitos confessantes; não em relação a uma verdade sobre si mesmo que lhes é imposta de fora, mas em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir” (p.54).

Refletindo sobre a autoridade do pesquisador, Clifford (1998) distingue quatro modos de expressá-la: experiencial (baseada no “haver estado lá”), interpretativa (centrada no conhecimento teórico-metodológico), dialógica (que tenta dar a voz aos informantes) e polifônica na qual cada indivíduo, incluindo o investigador empresta sua voz enquanto construtora de sentido em uma cultura. No entanto, este autor reconhece que a voz do pesquisador pesa mais que as outras. É a questão dos micropoderes expressa também nas relações de pesquisa.

¹⁴ Na concepção de Norbert Elias, a sociedade não é a soma de indivíduos livres e egoístas (concepção liberal), nem como totalidade irreduzível às partes (concepção holística-organizacional), mas um fenômeno fluído em que circulam pessoas e coisas mediante um movimento livre e criativo, mesmo que condicionado pela forma assumida pela trama social. A tese da rede em constante movimento aparece para o autor como um conceito adequado à dinâmica das relações humanas que não podem ser reduzidas nem a liberdade individual nem apenas a um constrangimento coletivo. A rede em movimento é um tecer e entretecer ininterrupto de ligações: “Assim, efetivamente, cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar” (ELIAS, 1994, p.34).

Nas narrativas, trago a ânsia de saber por que isto é dito desta forma, contado em determinadas circunstâncias, com o passar do tempo. Assim, “catando” na experiência fatos e ditos marcantes, sigo na tentativa de “geo-grafar”: traçar as vias de representação e significados do galpão, de modo polifônico, isto é, no sentido da multiplicidade de vozes que cada narrativa elaborada encerra. A elaboração das narrativas está relacionada ao compromisso ético com as catadoras, como explicitarei anteriormente, e com a pertinência da temática, no sentido de explicitar as contradições presentes na reciclagem de *lixo*, questão tão presente no nosso cotidiano, mas tão carente de problematizações.

Embora tenha resistido em não colocar os nomes das catadoras, devido a parecer reforçar ainda mais o anonimato que vive no cotidiano da cidade, esses não foram escondidos pelo fato de não as esconder. Essa é uma opção ética, devido a não ter autorização de todas interlocutoras, para nomeá-las explicitamente nas narrativas, somente de algumas, pela dificuldade de encontrar aquelas que não mais atuam no galpão. Escolho uniformizar empregando letras, não revelando o nome das mesmas, devido a ter interagido com várias catadoras e não somente as “minhas interlocutoras mais freqüentes”. Essa preocupação não se relaciona com um sentido individualista/personalista, mas com o desejo de compreender as minhas próprias relações estabelecidas ao longo da experiência com personagens de “carne e osso” e sonhos, das quais não me autorizo ser porta voz.

Busco interpretar o fenômeno da catação no galpão com os olhos de agora, isso requerer a ousadia de aventurar-se por caminhos desconhecidos, borrar fronteiras entre saberes e tentar libertar-se de resquícios de uma visão romântica, comum no campo dos “lixólogos”, que ainda pode ser percebida em alguns momentos na escrita da tese. A reflexão sobre o processo de “inclusão social” por meio da política pública da reciclagem”, me instigou a realizar vários questionamentos, a partir do galpão. Esse espaço social, não se restringe à materialidade de objetos e ações, mas pode também ser compreendido pelas representações e símbolos espaciais que as catadoras dele fazem. Essas representações, a princípio imateriais, acabam tendo repercussões muito importantes nas suas práticas cotidianas.

Nas narrativas, além de buscar minha relação com as catadoras, “cato” as palavras a fim de escrever e re-escrever a minha vivência junto a este grupo social a partir das conversas do cotidiano que as definem e que são por elas definidas. Dessa forma, as narrativas não só ajudam a dar sentido aos fragmentos de memória da experiência, a torná-la inteligível, mas contribui para constituí-la (assim como a mim mesma). É por meio das narrativas sobre a experiência que pretendi dar sentido ao vivido e imaginar o porvir.

Triando significados e representações no cotidiano

Os olhos não vêem coisas,
mas figuras de coisas que
significam coisas

(CALVINO, 1991).

A cultura é entendida como significados partilhados que tem na linguagem o meio que possibilita a consecução e a circulação desses significados. Nesse sentido, como destaca Stuart Hall (2002), é produtivo, para o estudo das representações, entender a cultura como uma arena na qual ocorrem disputas em torno de significados que grupos sociais distintos buscam expressar à sociedade como um todo, suas posições e perspectivas. Para Hall “damos significado às coisas por meio da forma como as representamos- as palavras que usamos, as histórias que contamos acerca das coisas, das imagens que produzimos, das emoções que associamos a elas, das maneiras como as classificamos e conceituamos, dos valores que lhes damos” (*op.cit.*, p.3). Assim, é possível dizer que a cultura assume uma centralidade nos jogos de poder que atuam na definição das identidades culturais, territoriais e sociais dos diferentes grupos.

A representação é um processo de produção de significados sociais por meio de diferentes discursos (SILVA, 2000). As representações em Geografia constituem um modo de falar da Terra, esse “palco da aventura humana”. Há no imaginário social uma profunda “geograficidade” pela relação concreta que se estabelece entre o ser humano e a Terra. Existe, pois, uma relação que não pode ser ignorada entre essa “geograficidade” e a elaboração de um conhecimento que não é neutro, mas ao contrário, qualifica o espaço e seus objetos, conferindo-lhes significados e representações.

Os significados têm que ser criados, pois não pré-existem como coisas no espaço social. O espaço social é representado e conhecido de uma certa forma, por meio dos discursos, de uma forma bastante particular em que o eu é produzido. Esses significados, organizados em sistemas de representação, atuam para tornar o mundo social conhecível e pensável. Busco, assim, ao “triar” no galpão, os significados construídos e reconstruídos pelas catadoras no seu sistema de representação, para compreender como tornam esse espaço significativo, falando nele/dele.

A representação do mundo social encontra no espaço um esquema dialógico que a subsidia em sua elaboração estruturante e estruturada das/pelas representações (KOZEL, 2002). Na interpretação de Salete Kozel, as representações “[...] constituem-se em criações

individuais e sociais de esquemas mentais estabelecidos a partir da realidade espacial inerente a uma situação ideológica, abrangendo um campo que vai além da leitura aparente do espaço [...]” (*op.cit.*, p. 216) e, seu estudo, possibilita a instrumentalização do debate sobre as estratégias dos atores sociais para criarem e recriarem seus espaços, dada a existência de uma forte relação entre as representações e as ações humanas, o que permite compreender a diversidade inerente aos vividos.

Esse saber do espaço expressa valores simbólicos e orienta as ações estruturantes no espaço, com conseqüências importantes sobre a sua organização pela sociedade (CASTRO, 1997). A geografia, em sua busca da compreensão da dimensão espacial da sociedade, depara-se com a tarefa de analisar tanto aspectos materiais, visíveis da realidade quanto esses aspectos inerentes à subjetividade dos atores, suas práticas no espaço e o significado desse.

Na década de 1980, confrontando-se com o estruturalismo, Pierre Bourdieu possibilitou a reintrodução nas ciências sociais da questão da ação do sujeito, com a sua Teoria da Prática procurando compreender como se dão as disposições de apropriação dos objetos culturais (bens simbólicos). Dentro do debate pós-moderno, portanto, a sua posição é clara: as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas essas não possuem autonomia com relação às mesmas. As idéias de Bourdieu trouxeram reflexos não só à sociologia, mas também nos campos de outras ciências, dentre elas a Geografia. É a luta para impor, por meio do princípio da “di-visão”, uma visão de mundo social, estabelecendo sentido e consenso sobre o qual a identidade se enraíza¹⁵, eis a “força da representação” (BOURDIEU, 2001) que se relaciona com os “efeitos do lugar” (BOURDIEU, 1997).

O conceito de representação social é aqui empregado como conceito operacional para a compreensão do galpão, como espaço de produção de discursos pelas catadoras. Essa representação reorganiza a realidade permitindo a interação das características concretas do objeto, das experiências vivenciadas e dos seus sistemas normativos. Por sua vez permite ao indivíduo e/ou grupo dar sentido às suas condutas por meio do entendimento da realidade a partir do seu próprio sistema de referências, encontrando seu lugar nesta realidade.

As representações acontecem numa progressão em espiral permitindo abordar uma órbita de conceitos em níveis crescentes de complexidade, a construção conceitual acontece de forma progressiva permitindo que indivíduos, ou grupos, revelem suas potencialidades, maneiras de imaginar e compreender as lógicas livres de juízos de valor. Podemos, assim,

¹⁵ Este interesse na identidade acaba por minimizar a idéia de que a representação estaria vinculada estritamente no interesse econômico, que ignora as lutas pelo poder simbólico (BOURDIEU, 1990), pelo reconhecimento, por exemplo.

conceituar as representações como “um conhecimento que permite aos indivíduos ou grupos se apropriar do mundo exterior, acompanhado de palavras e idéias comunicáveis” (KOZEL, 2002, p. 223). O que está em pauta é o desvelamento da teia de significados que sustenta o cotidiano no galpão que sem a qual nenhum território existiria.

O conceito de representação, nesse contexto, opõe-se ao de representação contido na concepção da linguagem como mero espelho e reflexo de uma realidade anterior, uma concepção que Stuart Hall (2002, p.224) chama de Teoria mimética da representação. Nessa concepção, a “linguagem é vista não apenas como meio pelo qual a realidade se torna acessível, mas, sobretudo, constituindo, produzindo, formando a realidade” (*ibid.*). É o próprio real que deve ser questionado como produto dos processos, dos dispositivos, dos suportes, dos meios da representação dependentes, do poder e, ao mesmo tempo, tem efeitos de poder. A questão da representação ocupa assim um lugar central na produção de identidades, estando ligada a ela por meio de um nexos íntimo e inseparável, são dependentes.

Por meio das representações e significados constituintes do *habitus*¹⁶, procuro interpretar a experiência do galpão, que são constituintes e possibilitadores da identidade territorial no jogo do *lixo*. Os conceitos identidade e diferença fazem parte do processo de representação social do grupo. Para Hall (2002), o sistema de representação social, que constrói a idéia de identidade e distinção, define os lugares geográficos nos quais os grupos se posicionam ou são posicionados e a partir dos quais podem falar ou serem falados. Tais processos estão profundamente relacionados com o poder que nomeiam, descrevem, classificam, identificam, diferenciam e hierarquizam culturas e sujeitos, ou seja, tais relações de poder definem quem está incluído e quem está excluído de quais grupos e as posições no jogo. Desse modo, representações não são apenas múltiplas, mas particulares e interessadas, convergentes ou divergentes e alguma, numa determinada época e lugar, adquire uma autoridade maior, transformando-se em senso comum.

Representações sociais: um breve histórico e contribuições

A história da Teoria das Representações Sociais parece ter iniciado na França, em 1961, com grande expressão na Psicologia Social a partir da publicação de Serge Moscovici: “A psicanálise: sua imagem e seu público”. No Brasil, em 1993, Mary Jane Spink organizou

¹⁶ Se de um lado ele permite prever uma determinada maneira de agir, por outro ele é o lugar do “vago e do fluído” (BOURDIEU, 1990, p. 98), onde é possível o confronto entre a regra e o imprevisto. Trabalho mais aprofundadamente este conceito no capítulo “O Jogo”.

“As representações sociais na perspectiva da psicologia social”, o primeiro livro sobre as representações sociais publicado no país.

Moscovici elaborou e introduziu o conceito na Psicologia Social como forma de retomar a noção do social de maneira ampliada, “permitindo a articulação dos processos social e cognitiva dos sujeitos” (MOSCOVICI, 2003). Embora originada na psicologia social, a teoria é hoje conhecida como uma teoria das ciências humanas, em geral. Pois, é fundamental lembrarmos que cada grupo social tem sua representação particular de acordo com a posição na sociedade e interesses específicos.

Na Geografia, as representações sociais aparecem nos anos 80 nos trabalhos de Guérin, Gummuchian, e Bailly, que afirmam que essa consiste na representação de objetos, de práticas e de processos espaciais graças aos conceitos evolutivos (PELUSO, 2003). Um dos primeiros geógrafos a aplicá-la no campo educacional foi Audigier, em 1986 (KOZEL, 2002). Sua principal referência na geografia vem da filosofia de Kant. “As coisas não podem ser conhecidas por si mesmas, mas pelas representações que fazemos delas; as leis são produtos do entendimento e não dos ensinamentos provenientes da natureza” (*ibid.*, p. 226). Na concepção, trazida pela geógrafa Salete Kozel, as representações para o conhecimento geográfico tratam-se de:

[...] um tipo de linguagem, portanto, uma construção sógnica, um produto social oriundo da comunicação. A inter-relação entre os indivíduos é perpassada pelos valores, cujos significados são construídos pelos discursos ou “dialogismos” que, ao serem incorporados, se constituem em signos que se transformam em enunciados ou representações (KOZEL, 2002, p. 229).

Se as representações sociais são construídas a partir das práticas sociais no espaço vivido, esse vem a ser um objeto de representação. Conhecido, recriado e reinventado torna-se um debate da Geografia, considerado como um conjunto de espaços que se superpõem em “espaço suporte”, “espaço de vida”, “espaço representado” e do território que engloba todos esses espaços.

No Brasil, dentre vários outros autores especialistas nesse campo de estudo, Denise Jodelet (2001) define as representações sociais como um modelo de conhecimento específico embasado no senso prático do saber comum que tem como função estruturar a comunicação, o conhecimento, o comportamento e as práticas sociais. Na área da educação e meio ambiente, o ingresso desta teoria se dá em 1990 com tese de doutorado de Marcos Reigota, na Univesidade de Louvain, que marca o emprego das representações sociais nas pesquisas em

Educação Ambiental. Seguindo o curso das representações sociais no chamado campo ambiental¹⁷, cabe destacar a pesquisa realizada por Fátima Portilho, sobre as representações sociais dos “profissionais do lixo”, envolvendo engenheiros, garis e catadores da cidade do Rio de Janeiro (PORTILHO, 1997). Deste período, até então, inúmeros trabalhos contemplam o estudo das representações sociais que tem demonstrado ser uma excelente ferramenta na compressão desse campo.

A Teoria da Representação Social nos mostra como a distribuição desigual de conhecimento, por meio das suas diferentes formas de circulação, constitui mecanismos centrais no processo de produção e reprodução da desigualdade social. Basicamente, pode-se dizer, então, que a representação social é uma forma de produção e propagação do conhecimento que se constitui no mundo da vida cotidiana.

Nesse contexto, na análise do cotidiano, a representação social se traduz em conhecimento prático das informações veiculadas na vida social, o que faz com que a realidade se materialize nas práticas cotidianas. Por um lado, o senso comum cresce como um meio imbatível, propagação boca a boca, dos mitos, preconceitos, crenças e atitudes que se originam em certo meio. Por outro lado, a linguagem encerra representações e significados necessários ao desenvolvimento do pensamento. Ao contrário da tradição moderna, o senso comum é visto aqui na sua positividade.

Jovchelovich (1995) afirma que as representações sociais são:

[...] uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, as representações sociais são espaço potencial de fabricação do comum, aonde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que profundamente relacionado: o domínio da vida comum, o espaço público (p.81).

Sendo mediadas e mediadoras, as representações traduzem o espaço na sua relação com a identidade, interpretando, entendendo e construindo o mundo, sendo elas mesmas experiências. Entre o espaço vivido, das práticas espaciais cotidianas, e o espaço percebido, de representação, das estruturas cognitivas complexas, Lefebvre (2000) introduz o espaço concebido pelas estruturas de planejamento e de poder, constituindo-se, assim, uma tríade conceitual que aprofunda dialeticamente a análise do espaço. A tríade lefebvriana é uma característica subjacente a qualquer estrutura sócio-espacial constituindo-se a partir do vivido,

¹⁷ O Campo Ambiental, para Carvalho (2002), se constitui engajado necessariamente na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um ambiente ideal.

percebido e concebido nas práticas espaciais, englobando produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais característicos para o grupo social, as representações do espaço, ligadas às relações de produção, à ordem imposta, e os espaços de representação, apresentando “simbolismos complexos”¹⁸, que são expressão do “subterrâneo” da vida social.

Dessa forma, é possível compreender o motivo pelo qual as representações têm considerável importância na produção do espaço, principalmente levando em conta corresponderem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao poder e à conformação do espaço abstrato. A teoria das representações sociais busca conceitualizar, tanto o poder da realidade social, quanto a atuação dos sujeitos sociais. Assim, estudá-la significa tentar compreender não somente o que as catadoras pensam sobre o ambiente, por exemplo, cujo conteúdo possui um valor socialmente evidente e relevante, mas também como e porque pensam de tal forma.

De acordo com Jodelet (2001), a representação social é elaborada socialmente e partilhada, uma vez que se constitui por meio das experiências, das informações, dos saberes e dos pensamentos que são recebidos e transmitidos pela tradição de uma determinada cultura ou grupo social. Outra questão é a capacidade da representação social de gerar condutas, a partir de uma visão prática. As representações também podem ser vistas como a capacidade de estabelecer uma visão de realidade que é compartilhada por determinado grupo social, sendo parte constitutiva desse, implica em um intercâmbio entre subjetividades e o coletivo na produção de um saber.

Moscovici (2003) reconhece, amplamente, que ao enfatizar o poder de criação das representações sociais, acatando sua dupla face de estruturas estruturadas e estruturas estruturantes¹⁹, se inscreve, portanto entre as perspectivas construtivistas. Desta forma, “as representações sociais, como formas de conhecimento prático, cumpririam diversas funções, como orientação das condutas e das comunicações (função social); proteção e legitimação de identidades sociais (função afetiva) e familiarização com a novidade (função cognitiva)” (SPINK, 1993, p. 306).

¹⁸ Os “simbolismos complexos”, em Lefebvre, referem-se às estruturas e aos processos de cognição mencionados anteriormente.

¹⁹ Dentro da teoria do poder simbólico, o *habitus* é o elemento que articula os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural) e as estruturas estruturantes, ou seja, a “concordância das subjetividades estruturantes” (BOURDIEU, 1998, p.8), temos aí uma articulação entre essa noção de Bourdieu e as representações sociais em Moscovici.

Reigota (2002) aponta que tanto a difusão como a consolidação das representações sociais ocorrem por meio das relações sociais cotidianas (práticas discursivas), nas quais as conversas, da mais banal a mais sofisticada, têm papel fundamental. Alertando para o fato de a homogeneização planetária (cultural), das imagens e dos discursos, ser legitimada por instrumentos tais como a televisão, por exemplo, que alimenta e reproduz inúmeras representações no cotidiano.

Partindo da Teoria das Representações Coletivas em Durkheim, mas diferentemente dessa, as representações sociais de Moscovici (2003) não são uma espécie de superestrutura à qual os indivíduos estão fadados a se subordinarem, pois interessam por possibilitarem o estudo do ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas, ou pensa, e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Esse autor argumenta:

O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam os filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o “alimento para o pensamento” (MOSCOVICI, 2003, p. 45).

Existe, com efeito, uma correlação entre as posições ocupadas pelos atores sociais no espaço social (ou no território) e a posição que ocupam no espaço físico concreto (BOURDIEU, 2001). Este é um fator importante na determinação e configuração do posicionamento social. Numa sociedade claramente hierarquizada verificamos que as hierarquias exprimem-se, também, ao nível das configurações espaciais. As representações sociais proporcionam, desta forma, um método de pesquisa que pode ser implementado em temas diversificados na área da Geografia, permite trabalhar o espaço, suas formas e seus conteúdos.

Sá (1993) salienta três elementos básicos que entram na formação das representações sociais: o contexto (espaço onde as relações humanas se desenrolam), a linguagem (considerada a cena propriamente dita) e o código social do grupo. As representações sociais traduzem a visão de mundo, ou a maneira, o prisma, por meio do qual as pessoas enxergam e o interpretam, o que define de certo modo o seu comportamento e atitude (o *habitus*).

Sendo social e culturalmente elaboradas e compartilhadas, as Representações Sociais contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação, “falar a mesma língua”. Assim, atuam na constituição de identidades dos grupos sociais, sendo

identidade e representação intimamente vinculadas, já que a identidade é ativamente produzida na e por meio da representação.

Quando os grupos sociais constroem e organizam campos representacionais, eles o fazem de forma a dar sentido à realidade, a apropriá-la e interpretá-la. Quando o fazem, dizem quem são, como entendem a si mesmos e aos outros, como se situam no seu território e quais são os recursos cognitivos e afetivos que lhes são acessíveis. Dessa maneira, percebo o galpão como espaço no qual o grupo social que atua na catação “fala a sua língua” e se identifica a partir das práticas cotidianas com o *lixo*.

Para Reigota (2002), as representações sociais são comumente expressões individuais e estão relacionadas com o princípio de que cada pessoa é o reflexo de sua herança biológica, econômica, social, cultural e das interações cotidianas que vivencia. A expressão de cada um traz implícita, as influências recebidas e a forma como as reelabora, recria e singulariza. Assim, representações sociais são tanto a expressão de permanências culturais, como são o *locus* da multiplicidade, da diversidade e da contradição. São reinterpretadas pelo grupo, ou, mais especificamente, estruturadas pelo *habitus*, conforme definido por Bourdieu (2001), entendido como o conjunto de disposições adquiridas em função de se pertencer a determinado grupo social, isto é, esquemas estruturados de percepção, pensamento e ação formados a partir dos modos de viver e de pensar.

Emprego a teoria das Representações Sociais, já que o fenômeno a interpretar é da ordem dos saberes e práticas cotidianas no espaço e, ainda, por acreditar que esta abordagem pode fornecer subsídios para o entendimento da leitura da experiência junto ao grupo. É importante afirmar que, se de um lado busco os elementos mais estáveis, aqueles que permitem a emergência de identidades compartilhadas pelo grupo social no seu espaço, de outro trabalho com o que há de diferente, que me remete ao contraditório nas práticas cotidianas das catadoras. Toda representação se refere a um objeto e tem um conteúdo e alguém que a formula que está imerso, neste caso, no jogo do *lixo*. O galpão pode ser considerado o chão da representação das catadoras, percebido por meio do emprego do material espontâneo presente nas narrativas da experiência.

As condições de produção da representação afirmam, com veemência, a marca social das representações, assim como seu estatuto epistemológico marca a sua função simbólica, e os processos e estados, o seu caráter prático. Dessa forma, a representação social encadeia ação, pensamento e linguagem nas suas funções primordiais de tornar o não-familiar conhecido, possibilitar a comunicação e compreender o mundo e as relações que nele se estabelecem.

“A representação social é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens (e as mulheres) tornam a realidade física e social inteligível, se inserem num grupo ou numa relação cotidiana de trocas, liberam o poder da sua imaginação” (MOSCOVICI, 1978, p.27-28). Essas são entidades quase tangíveis, circulam, entrecruzam-se, atravessam e cristalizam-se sem cessar no galpão por meio das conversas, nos gestos, nos encontros, nas práticas cotidianas com o *lixo*.

SOBRE A PESQUISA

É o que somos – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam, finalmente é o solo [...] pois por definição ele é minado, perigoso, o **solo** sobre o qual eu me desloco (FOUCAULT, 1995, p.203)

Território- terra, área, chão, **solo** (senso comum).

As profundas transformações no mundo contemporâneo delineiam o que está se chamando pós-modernidade, desencadeando crises e modificações radicais no âmbito da existência humana, sendo que nenhum de nós passa imune a essa mobilização. Por esse mundo disperso de novas, quase sempre efêmeras, tecnologias, pelo consumo de toda sorte de produtos da indústria “cultural” (de múltiplas imagens, identidades e modos de ser) essa grande flexibilidade na qual estamos imersos dificulta as pessoas construírem uma narrativa coerente de suas próprias vidas, inscritas neste mundo radicalmente diverso (SENNET, 2006).

É neste processo em que me encontro, procurando construir narrativas coerentes num período em que uma coleção de palavras tem sido empregadas, para se referir a este estado da cultura compondo alguns sentidos para esse tempo: Era dos extremos (HOBBSBAWN, 1994), Era das Incertezas (PRIGOGINE, 1996), Sociedade de Risco (BECK, 1998), Modernidade líquida (BAUMAN, 2001), Condição Pós-moderna (HARWEY, 2005), entre outras. Embora não coincidam nas abordagens e distribuam-se entre aquelas que vêem a pós-modernidade como um mal e as que proclamam suas virtudes; têm os que admitem o estado das transformações espaciais e culturais e aqueles que somente conseguem ter nelas um modernismo tardio. O ponto comum entre estas abordagens é a condição de instabilidade, efemeridade e ambigüidade, que é parte deste fabuloso espetáculo da vida contemporânea, no qual a alegria e o sofrimento estão expostos em um “supermercado cultural”, onde tudo parece poder ser visto e consumido no cotidiano presente.

Há nesta cultura pós-moderna um manchar das fronteiras entre a cultura elitista e a cultura popular, entre o saber científico e a o saber cotidiano das pessoas “comuns”. Afinal,

porque estou mencionando isto numa tese sobre uma experiência no/do espaço das catadoras? Ora, essas movimentações culturais refletem-se nas formas de consumir, pois são nossas representações sociais que estão no epicentro das formas como nos relacionamos com os nossos resíduos e, de forma complementar, com o ambiente. Sem dúvida, o nosso cotidiano é, constantemente, interpenetrado por essas culturas contemporâneas do espetáculo, que, obviamente, permanecem ainda carregadas por elementos da visão moderna, que se reflete material e simbolicamente nos espaços cotidianos.

Certa vez, li uma pichação com a frase “quando aprendi as respostas, mudaram as perguntas!”. Essa frase parece capturar o espírito do tempo em que vivemos, no qual não só se descartam os saberes, mas se desqualificam as perguntas que orientam as buscas. Isso tudo e ainda estamos sobre as amarras do paradigma moderno que nos sufoca, do qual não nos desvencilhamos na busca por “purificar os híbridos”.

De fato, uma investigação desse cunho com um grupo social em situação de desigualdade social e econômica, requerer vários questionamentos: Que tipo de conhecimentos se pode produzir (e também apreender) que sejam úteis a esse grupo social? Como gerá-los de forma solidária, ética, politicamente e humanamente adequada? As informações obtidas sobre o “jogo da reciclagem” podem acabar resultando em aumento da vantagem para quem já as desfruta?

Ao pesquisar por meio de diálogo direto com as catadoras, busco que sirva para que se estimulem e facilitem diálogos futuros de aprendizagens, por meio de trocas, com aqueles profissionais que deles se aproximam (técnicos, educadores ou outros atores). Tenho a consciência do lugar que ocupo nas narrativas, lugar daquela que relata, a partir da sua vivência, com a experiência de “ter estado lá”. Afinal, isso tem a ver com a minha incidência social, como elo da rede de reciclagem da cidade, que faz refletir sobre meu próprio modo de consumo.

A idéia é de uma pesquisa que se aproxima da perspectiva rizomática (no sentido trazido por Giles Deleuze e Felix Guattari) que não se preocupe com a totalidade, que não se proponha a trazer soluções mágicas. Afinal, importa, sim, viabilizar as conexões possíveis gerando novas multiplicidades. Por isso, a Geografia, como Ciência do Complexo, acolhe a pesquisa, por não dicotomizar ou hierarquizar a relação entre o “ambiental” e o “social”. Nessa perspectiva, ocupo-me das perguntas que me tocam, que são as que dão sentido à experiência desse espaço, aquelas que me mobilizam e remexem com saberes e deixam tudo em aberto, num misto de incerteza e promessa, como “catar no cesto um tesouro perdido de pensamentos”. Refere-se às dúvidas nesse processo de experiência, afinal nenhuma indagação

nasce num vazio, tem sempre um “território” e as origens de minhas indagações emergiram do galpão que produz em mim uma série de questionamentos que abalam várias certezas e impulsionam a pesquisa.

Instigada pela riqueza das possibilidades de reflexão, sigo assim, não as tratando como meras formalidades da pesquisa, mas “descartando” suposições prévias e as “reciclando”. Contrabalançando a dúvida e o entusiasmo da incerteza, com uma postura de interrogação ativa, embaralhando razão e paixão, sigo o propósito de buscar compreender minhas inquietações quanto ao vivido no galpão a partir de distintas leituras (o jogo, a rede, o território e as representações). Afinal, essas inquietantes reflexões não me trouxeram um caminho a seguir, mas sim múltiplos caminhos desafiadores vinculados a formas singulares de ver e estar no mundo. Pois como diz o poeta: “O essencial é saber ver uma aprendizagem de desaprender [...] Saber ver quando se vê; ver com o pasmo essencial que tem uma criança, ao nascer; sentir-se nascido a cada momento/ para a eterna novidade do mundo...” (Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa).

A tese é dividida em cinco capítulos. No primeiro, procuro trazer à tona elementos do contexto no qual se insere o universo de pesquisa, trazendo como pano de fundo, a questão do resíduos sólidos urbanos, refletindo sobre as subjetividades que envolvem nossa relação com os “restos oriundos da nossa atitude cotidiana de viver” e acerca de nosso modo de consumo. Situo, neste começo, a geração de resíduos sólidos e a solução “mágica” da reciclagem, traço um mapa da reciclagem na cidade, situando o espaço do galpão da Cavalhada em relação ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos de Porto Alegre, enfatizando as características e singularidades desse espaço e práticas cotidianas das catadoras que nele exercem com o *lixo*. Em um segundo momento, procuro integrar a noção de redes sociais como um dos recursos teórico-metodológicos na pesquisa, com essa leitura, visualizo a uma teia complexa de relações estabelecidas pela Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada, constituída pelas conexões entre as pessoas que ocupam posições no campo do *lixo*, entendo-a como “rede da reciclagem”. No terceiro capítulo, denominado “O Território”, realizo um levantamento das diferentes abordagens desse conceito no sentido de uma melhor compreensão do fenômeno estudado, “catando” aquelas que emanam da natureza complexa das relações que estabelecem o galpão enquanto território cotidiano da reciclagem de lixo. Trago as leituras desse território e os elementos para refletir sobre sua constituição das territorialidades que emergem no contexto da reciclagem do *lixo* como formas de apropriação do espaço urbano. No quarto capítulo, realizo uma leitura do jogo no campo do *lixo* no contexto micro do galpão ao macro da reciclagem a partir das contribuições do sociólogo

Pierre Bourdieu, em sua “Topologia Social”, procurando algumas pistas para compreender “lado ativo do conhecimento prático” e captar os “efeitos do lugar” de que nos fala o autor. Essa interpretação se dá a partir das posições, as disposições, da circulação dos capitais no jogo e da constituição do *habitus* catador. No último capítulo, “as Representações”, busco identificar representações sociais como ferramentas relevantes para captar os saberes da experiência compartilhados no galpão e captados nas narrativas compostas. Investigo a existência de relação entre a produção do território cotidiano da reciclagem no galpão e as representações sociais ambiente/reciclagem/*lixo* que dele emergem pelo reconhecimento entre os que, neste espaço, atuam e exercem suas práticas cotidianas com o *lixo*. Enfim, em “Amarrando os fardos”, conclui-se o que continua, cumprindo o papel de apresentar as reflexões ativadas nessas leituras do universo de pesquisa. Mesmo que trazidas em fragmentos ao longo da escrita, as narrativas elaboradas a partir da experiência são apresentadas na íntegra no Anexo A. Alguns documentos e reportagens são trazidos nos anexos no sentido de apoiar as leituras.

CAPÍTULO 1- O CONTEXTO

A Geração de Resíduos Sólidos e a “Solução Mágica” da Reciclagem

Cerca de 88% do total dos 5.559 municípios brasileiros dispõe seus resíduos de maneira inadequada, a céu aberto ou em aterros “controlados”, provocando situações de degradação ambiental – contaminação das águas pelo chorume, do solo e poluindo o ar pela liberação de gases tóxicos. No Brasil, produz-se diariamente cerca de 130 mil toneladas de resíduos domiciliares e a média de geração de resíduos por habitante é de 0,7 kg/dia (WALDMAM, 2007). De fato, em alguns segmentos sociais mais pobres, com poder aquisitivo mínimo, esse número pode baixar. Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, cada morador gera quase 1 kg/dia de resíduos.

Sobras significam, geralmente, algo desprezível, o *lixo* do qual queremos nos livrar. Responsabilidade da prefeitura que deverá levá-lo para bem longe e assim nos garantir a agradável sensação de limpeza e bem estar. Essa forma simplista de olhar e lidar com os “restos da nossa atitude cotidiana de viver” é resultado de uma visão de gestão de resíduos que trata todos os materiais inservíveis em um determinado contexto como *lixo*.

O aumento da geração de resíduos sólidos urbanos, o manejo inadequado dos mesmos, e à freqüente alteração nas suas características estão, sabidamente, entre os principais problemas ambientais urbanos. A intensificação tecnológica produz materiais cada vez mais complexos e, geralmente, de difícil degradabilidade. Soma-se a isto a falta de sistematização das informações, sendo que os dados existentes sobre gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil são bastante controversos (SILVA, 2007).

A reciclagem tem se apresentado como “solução mágica” para o problema dos resíduos sólidos urbanos. A Coleta Seletiva (CS) traz a possibilidade de uma maior participação de cada cidadão/cidadã na gestão ambiental da cidade, requer vontade política dos governos municipais e compreensão por parte da população de que seu resíduo passa a ser “coisa pública”²⁰ quando se mistura com as sobras dos outros. Na medida em que parte do *lixo* passa a ser vista como algo revestido de valor econômico, tornando-se um produto, uma mercadoria, os interesses sobre ele passam também por uma ordem econômica, o que pode explicar, por um lado, o interesse manifesto de diversos atores. Enquanto mercadoria, o *lixo*

²⁰ Como aponta Luis Fernando Veríssimo, na Crônica do *Lixo* no livro *Comédia da Vida Privada* (1996).

passa a compreender um valor que resulta no lucro de ambas as partes envolvidas na negociação, daquele que compra e daquele que vende. Diversos tipos de latas, vidros, plásticos e papéis encontrados no *lixo* ou classificados como *lixo*, por determinadas pessoas em certas situações, são vistos como mercadorias em outros contextos. Da mesma forma, algumas coisas podem ser vistas ao mesmo tempo, simplesmente, como *lixo* por algumas pessoas e algo mais por outras, revelando o caráter polissêmico do termo. Assim, no mundo reificado o *lixo* assume duplo significado: como algo inservível e, por outro lado, como mercadoria.

O *lixo* produzido, após a coleta, é direcionado para os lixões²¹ ainda existentes em várias cidades do nosso país, ou para os aterros sanitários, como disposição final adequada do *lixo* ou ainda, quando o município apresenta Coleta Seletiva, para Unidades de Triagem (ou galpões de reciclagem) e de compostagem. Nesse contexto temos tanto nos lixões, nas ruas e nas unidades de triagem, as catadoras que coletam, selecionam, classificam e separam os materiais recicláveis misturados ao *lixo*. Tais pessoas, de forma individual ou associativa, vendem o material triado a atravessadores, que, por sua vez, o vendem para as grandes indústrias recuperadoras do país. Nessas últimas, o material reciclável é processado em um novo produto, sendo esse vendido ao comércio para o posterior consumo por parte da população.

A triagem, ou catação de *lixo*, é a etapa inicial do processo de reciclagem que envolve a classificação dos materiais recicláveis em categorias como plástico, papel, papelão, vidro, etc, fazendo parte dessa etapa um forte aspecto sensorial: cores, formas e texturas que expressam uma tipologia. A classificação dos resíduos sólidos também consiste numa forma de controle sobre determinados materiais que antes podiam estar associados a uma noção de risco, perigo e ameaça à saúde pública. A classificação como reciclável ou orgânico/compostável ou rejeito é o que determina a valorização do material, a qual é derivada do “poder estruturante das palavras, da capacidade de prescrever sob a aparência de descrever” (BOURDIEU, 1996, p. 118). O *lixo* orgânico, por exemplo, é considerado “sujeira”, quando encontrado no galpão, pode ser ressignificado como composto orgânico, contribuindo para a incorporação de nutrientes ao solo, portanto positivado pela nova atribuição que é dada. É a coisa certa no lugar errado, como ouvimos entre os “lixólogos”. No entanto, o foco não deve ser somente as formas de destinação adequadas, mas sim as medidas para reduzir a geração.

²¹ Locais à céu aberto onde os resíduos sólidos urbanos são dispostos inadequadamente, sem nenhum controle ambiental.

Outro aspecto a ser acrescentado a este raciocínio é o fato de que a explosão do consumo, a obsolescência planejada e o desperdício nos países desenvolvidos e nas camadas economicamente favorecidas dos países pobres têm sido os principais responsáveis pelo crescimento exponencial de resíduos sólidos e os efeitos ambientais decorrentes de sua geração. Isso faz com que os principais responsáveis pelo aumento vertiginoso de resíduos não sejam os pobres, mas o estilo de vida baseado no descartável presente, em geral, nas camadas mais favorecidas da população mundial.

As preocupações com a coleta, o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos gerados representam, porém, apenas parte do problema ambiental. Vale lembrar que toda geração de resíduos é precedida de outra ação impactante sobre o ambiente, qual seja, a extração de recursos naturais. Após a extração da matéria-prima original ao término do processo, o produto final terá acumulado um determinado conteúdo energético, mas será, após o consumo, transformado em *lixo*, denotando desperdício de energia.

As formas de tratamento e disposição de resíduos sólidos, do ponto de vista da sustentabilidade, deveriam obedecer à dinâmica cíclica do planeta, isto é, os elementos naturais (resíduos orgânicos) deveriam retornar ao meio ambiente natural, permitindo a reprodução do sistema (compostagem). Enquanto os restos provenientes de produtos sintetizados por meio de processos industriais (resíduos recicláveis) deveriam retornar como matéria-prima (reciclagem), assim como deveria ser evitada a geração de resíduos perigosos. Mas, não é o que se verifica geralmente. O que se observa é que uma parcela cada vez maior de materiais, potencialmente recicláveis, é descartada na natureza (em arroios, córregos e outros corpos d'água). No caso dos objetos de plástico, por exemplo, dependendo do tipo, podem permanecer nesses locais sem se degradar por centenas de anos.

A distribuição espacial do consumo, considerando a intensa urbanização, faz com que haja uma trajetória, na qual os objetos produzidos em uma dada região, consumidos em outras e, por fim, destinados a quilômetros de distância. Os resíduos sólidos domiciliares de Porto Alegre, por exemplo, são recolhidos pela coleta regular, após passarem por uma Estação de Transbordo situada na Lomba do Pinheiro, são encaminhados a um aterro privado situado do município de Minas do Leão, portanto a mais de 100 km de distância do local de geração, o que, evidentemente, não é nada adequado do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Os níveis de desperdício, decorrentes do modo de vida adotado, contribuem para a manutenção de uma forma de relacionamento com o meio ambiente que deve ser revista com a maior urgência possível. Para vários materiais, o consumo está crescendo num ritmo tão rápido que suplanta os possíveis ganhos advindos da reciclagem. O moderno aparelho celular,

por exemplo, parece torna-se ultrapassado rapidamente quando uma nova linha de produção é lançada no mercado, o novo vira antigo. O avanço da técnica transforma rapidamente em obsoleto o objeto recentemente adquirido, precisando-se descartá-lo e reciclá-lo continuamente. Assim como os objetos, as pessoas também são previamente condenados a transformarem-se em indesejáveis inutilidades (SENNETT, 2006), transformam-se em resultados da modernização ou em “rejeitos da modernidade” (BAUMAN, 2001).

A reciclagem seria uma tentativa de retornar os resíduos gerados como matéria-prima aos processos produtivos. Algo como a tentativa de imitar a natureza, na qual “tudo se transforma”. No entanto, a reciclagem industrial é defasada se comparada com a reciclagem natural, pois se utiliza de processos ineficazes, quando comparados ao ciclo fechado da natureza, capaz de se perpetuar utilizando exclusivamente recursos renováveis. A cadeia produtiva da reciclagem é constituída pelo produto reciclado que é alvo de *marketing* ecológico ou de “maquiagem verde”. Do consumo, temos o descarte, a idéia do descartável como comportamento adequado e desejável, tendo em vista a sociedade consumista em que vivemos que enaltece o consumo-descarte imediato, numa “cultura do descartável”.

Claro que a reciclagem contribui para a redução da extração de bens naturais, principalmente em um momento de profunda escassez que desponta no horizonte global. Menos papel e menos plástico na rua, mais lata e mais vidro nas recicladoras é fazer retroceder a poluição, ampliar a vida média dos aterros, impedir enchentes, evitar a proliferação de insetos (vetor da dengue, por exemplo), poupar água e energia, conservar os recursos naturais, garantir renda para os catadores e diminuir o impacto da coleta de *lixo* nos cofres públicos (WALDMAN, 2007). Entretanto, apesar de contribuir para a redução de alguns impactos ambientais, algumas formas de reciclar geram outros impactos na fabricação dos equipamentos, na operação dos mesmos ou, ainda, em função da grande demanda por energia e água. Em muitos casos, ocorre a transferência dos impactos ambientais de uma região para outra.

A reciclagem dos resíduos, mais do que qualquer outra técnica, que aparecia como uma das principais bandeiras de luta dos ecologistas, aparece agora como palavra-chave nos discursos das empresas que buscam a certificação ISO 14000, a ecoeficiência e a tão propalada responsabilidade sócio-ambiental. No entanto, a motivação básica desse segmento não está ligada à tentativa de se reduzir o desperdício e o consumo de insumos na produção, mas motivada, sobretudo, pela redução de custos financeiros e aumento dos lucros. A reciclagem de *lixo*, assim, acaba restringindo-se aos materiais com potencial econômico, enquanto outros materiais com grande potencial de risco para o ambiente como, por exemplo,

lâmpadas fluorescentes que não têm, em geral, despertado maior interesse por parte das indústrias recuperadoras.

Subjetividades em torno do *lixo*

A escavação é orientada para os silêncios e para os silenciamentos, para as tradições suprimidas, para as experiências subalternas, para a perspectiva das vítimas, para os oprimidos, para as margens, para a periferia, para as fronteiras, para o Sul do Norte, para a fome da fartura, para a miséria da opulência, para a tradição que não foi deixado existir, para os começos antes de serem fins, para a inteligibilidade que nunca foi compreendida, para as línguas e estilos de vida proibidos, para o lixo intratável do bem-estar mercantil, para o suor inscrito no pronto- a vestir lavado, para a natureza nas toneladas de CO₂ imponderavelmente leves nos nossos ombros. Pela mudança de perspectiva e de escala, a utopia subverte as combinações hegemônicas do que existe, destotaliza os sentidos, desuniversaliza os universos, desorienta os mapas. Tudo isto com um único objetivo de descompor a cama onde as subjetividades dormem um sono injusto (SOUSA SANTOS, 2001, p. 324-325).

Sabemos que, para as pessoas em geral, o *lixo* produzido em suas/nossas casas enseja nojo, rejeição e necessidade de afastamento, sendo imperativo que nos livremos dele o mais rapidamente possível, de preferência que ele vá para bem longe dos olhos e do coração. Não é necessário ser um especialista para saber que as preocupações quanto aos resíduos sólidos são relativamente recentes. Nas cidades antigas o *lixo* era jogado nas ruas, sendo necessário gritar para avisar aos transeuntes, para que não fossem surpreendidos com as sobras lançadas pelas janelas.

Na sociedade industrial os objetos passam a ser vistos a partir da sua utilidade funcional, reforçando a possibilidade de existir algo que “sobra” e que, conseqüentemente, deve ser separado, isolado e classificado como inútil, transformado, portanto, em *lixo*. Os resíduos sólidos são, assim, coisas sem valor, que cheiram mal, representam sujeira e ameaça à saúde, numa visão sanitário-higienista. Como subproduto da civilização, o *lixo* é tido como um dos ícones da não-civilidade. Jogar fora algo seria a conseqüência mais direta do consumo atribuindo, dessa forma, distinção social.

As catadoras distinguem os bairros de origem dos resíduos pela característica dos mesmos: “*lixo* pobre” que contém mais materiais orgânicos misturados e em decomposição, vindo de bairros cujos moradores com baixo poder aquisitivo, e “*lixo* nobre”, formado pelo descarte de muitas embalagens recicláveis, identificando um maior consumo de produtos, originário de bairros de moradores ricos. Esse assunto é bastante presente nas *conversas cotidianas* no galpão: “No material que vem das três figueira vem muita coisa boa”, dizem. Isso demonstra que a segregação sócio-espacial urbana se expressa também pela qualidade do

material pós-consumo gerado nos distintos bairros da cidade, o que é detectado pelas próprias catadoras na prática cotidiana no galpão.

A problemática dos resíduos sólidos urbanos veio à tona nas últimas décadas, por meio dos estudos ambientais que demonstram que a capacidade de suporte do planeta Terra não sustentará por mais tempo os níveis do consumo adotado, fato explicitado pela escassez de recursos naturais e pelas conseqüências ambientais decorrentes da geração de resíduos em excesso. O *lixo*, como expressão da sociedade de consumo, traz consigo todos os processos que o possibilitaram e o constituíram. Traz consigo, além dos processos políticos, econômicos, ecológicos e tecnológicos, associados a sua existência, as marcas da dominação cultural, observada nesses chamados materiais pós-consumo. Para o antropólogo Nestor Canclini pela imposição da concepção neoliberal de globalização, os direitos são desiguais, as “novidades modernas” aparecem apenas como objetos de consumo, e, para muitos, como “espetáculo” (CANCLINI, 1995). *Lixo* e consumo são faces de uma mesma moeda. O cerne da questão é a visão dominante que se sustenta na produção voltada para o consumo alienado. Fica demonstrada a importância de se refletir sobre um tema que carrega preconceito e estigmas negativos, envolvendo até certo tabu. Trabalhar com *lixo*, era até pouco tempo, impensável, inclusive por muitas pessoas engajadas de uma forma visceral na sua ressignificação:

“Meus irmãos já trabalhavam no galpão [...] Eu nem imaginava trabalhar com *lixo*, nem queria [...] então tive filho e tinha que sustentar, né? Hoje eu também visto camiseta da reciclagem com orgulho”, diz Lu.

O *lixo* é central na cultura do consumo, entretanto nossas cabeças começam a delirar em torno da angústia que ele nos provoca: angústia que não é outra coisa senão nossa angústia de morte (RODRIGUES, 1995). Há algo que nos une a todos, cotidianamente, sem distinção: todos nós geramos *lixo* e, paralelamente, também nos une o fato de que todos um dia morreremos. No entanto, a morte é um evento natural que faz parte da vida, enquanto o *lixo* é fruto do modelo de sociedade que escolhemos. Mas, que relação estabelecemos entre a *lixo* e morte?



Figura 2- Carretadas al cemeterio (GOYA, 1863)

Fonte: disponível na internet

No período em que se discutia, na Câmara de Vereadores, o projeto da lei que proíbe a circulação de carroças nas ruas da cidade, visualizei em uma exposição a imagem trazida acima (figura 2). Embora o contexto de produção dessa gravura do artista espanhol Goya tenha sido os desastres da guerra, a imagem forte de recolhimento dos mortos me remete a reflexão sobre a relação *lixo*/morte.

Por despertar os mesmos sentimentos de repúdio e até temor associados à morte, o termo *lixo* é associado à idéia de fim, de “cadáveres” do consumo e, como tal, deve ser afastado do olhar o quanto antes. Tratamos a nós mesmos como se tratam os objetos funcionais e nos vemos, corporalmente, como se vêm os produtos, logo morrer acaba sendo análogo a ir para o *lixo*. “Assim, é compreensível que queiramos nos livrar do *lixo*, como queremos nos livrar da morte” (RODRIGUES, 1995, p. 9). Acontece que o *lixo* é uma construção da cultura do consumo que o gera, gerando-a. Após o lucro gerar *lixo*, passa então o *lixo* a ser tratado como mercadoria.

O estigma pode ser observado, por exemplo, na forma como:

[...] as áreas de destinação final dos resíduos são definidas (locais afastados) e no vocabulário os termos associados aos resíduos (não prestar, jogar fora, escória, apodrecer etc.) transbordam para outras esferas da vida e por elas são absorvidos (“pessoa que não presta”, “jogar alguém na prisão” ou “apodrecer na prisão”, “escória humana” ou mesmo “boca do *lixo*”) (EIGENHEER, 1992, p.38).

Emílio Maciel Eigenheer associa o tratamento dado pela sociedade ao *lixo* ao tratamento dado às pessoas ou espaços marginalizados, como cemitérios, manicômios, prisões, áreas de prostituição, asilos e albergues para mendigos. O autor ressalta, ainda, que as

atitudes com relação ao *lixo* são similares às atitudes ligadas a esses cantos e periferias da cidade.

O *lixo* parece trazer, em muitos contextos, o estigma da morte, ao mesmo tempo em que não deixa esquecer a brevidade da vida. Por meio de significados negativos historicamente e culturalmente atribuídos, surge o desejo de manter-se longe, da sujeira, das pessoas e espaços a ele relacionados. Na vida cotidiana são criados marcadores (físicos ou simbólicos) desses espaços: portas, tampas, muros, meios-fios, porta social, porta de serviço, entre outros. Quando, porém, aparece aquilo que não encontra lugar neste sistema binário (limpeza/sujeira), desafiando-o por não se enquadrar, surgem os problemas que exigem cuidados, pois ameaçam e provocam insegurança. O *lixo*, a sujeira e as pessoas ligadas a ele, podem ser considerados dentro de uma ambivalência. *Lixo* é uma “mistura de elementos pertencentes a categorias que devem ser mantidas separadas (orgânico e inorgânico, útil e inútil, privado e público...)” (RODRIGUES, 1995, p.84). Sujeira é, assim, a indistinção das fronteiras, escondendo a nitidez das separações.

Os estigmas associados ao *lixo* são deslocados para os que com ele trabalham. Para a população, em geral, que gera o *lixo*, os(as) catadores(as), assim como, e os(as) garis se transformam, simbolicamente, nos culpados(as) por seus resíduos, pois ao afastar o *lixo* de alguém, significa aproximá-lo de outro alguém. As práticas associadas ao *lixo* aparecem como símbolo da “baixa posição social”, deixando clara a relação de hierarquia, poder e distância. As pessoas que com ele trabalham carregam assim o signo da periculosidade, insalubridade e do risco pela vontade higienista-sanitarista, seja das parcelas mais economicamente favorecidas, seja do Estado. No entanto, os estigmas são social, cultural e historicamente construídos e podem variar de acordo com a sociedade, com o período histórico e no espaço ocupado.

Essas representações reforçam que a sociedade, de uma forma geral, se relacione com os resíduos dentro de um quadro de distanciamento, carregado de preconceitos e estigmas. A angústia gerada pelo *lixo*, não é uma simples aversão a putrefação de produtos orgânicos, seu entendimento é, portanto, muito mais complexo. Podemos observar que o *lixo*, apesar de estar à margem, mesmo carregado de significado negativo, cumpre uma função de testemunho do que a chamada civilização não quer ver: o que ela é. Assim, como “*alter ego* civilizacional”, o *lixo*, que aparentemente se opõe à lógica funcional e utilitarista da produção, não é, na verdade, nada além de sua outra face. Expõe de forma crua e desafiadora os horizontes e limites de um modo de vida presidido por uma “contradição inconciliável: explorar em frenética velocidade industrial um planeta que se regenera em ritmo natural e, após ter dele

absorvido o que o nutre, devolver ao mundo seus dejetos indigeríveis” (RODRIGUES, 1995, p.10).

Também deriva da nossa impotência diante de um problema que parece insolúvel, para o qual não há saída diante e dentro dos limites da sociedade de consumo na qual vivemos. O *lixo* não é senão o outro lado da própria degradação humana, desse modo, o associamos, mesmo que inconscientemente, a nossa impotência diante da morte. Assim como é associado à morte, ao fim, o *lixo*, ao se mostrar reciclável, também encerra a possibilidade de recomeço.

A reciclagem, então, implica em “ressuscitar” materiais, permitindo que sejam outra vez aproveitados. Daí que surgem os projetos e programas de Coleta Seletiva (CS), que embora tenham todos seus méritos do ponto de vista do gerenciamento adequado dos resíduos, como veremos a seguir, podem esconder um significado trágico, pois mesmo que aprendamos a digerir o *lixo* indigerível, o processo de digestão pode produzir outras conseqüências ambientais, tornando-se, também, agressivo do ponto de vista da sustentabilidade planetária. Caso se seguirmos este percurso haverá, neste planeta, espaço suficiente para ser compartilhado com a vida e com o *lixo*?²²

Assim, a reciclagem, tem algo de análogo à esperança das pessoas que se fazem congelar, com a promessa de não virarem *lixo* e poderem retornar à vida quando a ciência tiver descoberto o que fazer para torná-las de novo úteis e produtivas, rentabilizando desse modo ao máximo sua existência biológica. Conquistar-se-ia, enfim, a imortalidade das pessoas e a infinitude dos recursos naturais? Reside, então, no *lixo* além de um problema “ecológico”²³, econômico e social, também, político e cultural. Em geral, aspectos recorrentes na abordagem do *lixo*, referem-se às primeiras dimensões citadas, mas há pouca discussão sobre as demais dimensões. Observa-se, por exemplo, a importância dada à reciclagem como uma solução de ordem técnica para o *lixo*, em detrimento de análises mais críticas.

O enfrentamento do problema do *lixo* domiciliar nos grandes centros urbanos requer projetos de gestão que rompam antigos padrões e estigmas, mas “há questões mais profundas sugeridas na relação entre ser humano e natureza, pelas quais, a partir de um determinado

²² Esta situação é muito bem ilustrada por um bom recurso pedagógico para a educação ambiental, o filme *Wall-E* (PIXAR, 2008). Nele a humanidade em um tempo futuro viveria em uma meganave espacial, pois o planeta que foi transformado em um imenso vazadouro de lixo, não havendo condições de manutenção da vida.

²³ Emprego o termo ecológico, entre aspas, como restrito a aspectos naturalistas, por ser o sentido atribuído no senso comum e nas *conversas do cotidiano*, e geralmente, também, no campo acadêmico. Embora tenha uma concepção de caráter mais amplo desta adjetivação, compartilhada por diversos educadores(as) ambientais, como referindo-se a um conjunto de aspectos. Tal como vemos nas *Três Ecologias*, do filósofo Félix Guattari (1991) que articulam, na forma da heterogênese, um projeto humano, reorientando o sentido da produção de bens materiais e imateriais e constituindo valores ecosóficos em oposição à hegemonia de sentido e de valores propagados pela sociedade capitalística.

momento, algo recebe o valor de *lixo*. Essa é uma dimensão da qual o discurso técnico não pode dar conta” (EIGENHEER, 1992, p.37).

O termo técnico resíduo sólido, tendo uso nos campos acadêmicos ou profissionais, é caracterizado por uma falsa neutralidade. Empregar a noção de *lixo* é uma forma provocativa e adequada para discutir sobre resíduos em seu contexto social, na sociedade contemporânea que desconsidera o trabalho vivo e invisível das catadoras. A dimensão subjetiva precisa, urgentemente, ser levada em conta, na elaboração de programas de Coleta Seletiva e reciclagem que almejem modificar certas instituições e pessoas com relação ao *lixo*, esse espelho do modo de consumo.

Mãos do *lixo*, para além do estigma

A mão com que eu cato o *lixo*
 Não é a que eu devia ter
 Não tenho para ganhar
 Na mesa da minha casa
 O pão bom de cada dia.
 Como não tenho, aqui estou
 Catando *lixo* dos outros,
 O resto que vira *lixo*.
 Não faz mal se ficou sujo,
 [...]
 Por que fome não tem luxo.
 A mão com que cato o *lixo*
 Não é a mão que eu devia ter.
 Mas a mão que a gente tem
 É feita pela nação.
 [...]

Mão do lixo, poema de Thiago de Mello

A atividade da catação de *lixo* no Brasil não é recente, data de quando os indivíduos passaram a realizar a coleta de materiais descartados, para posteriormente encaminhá-los aos processos de reciclagem artesanais ou industriais. Esses materiais eram aproveitados como matéria-prima para as incipientes indústrias de transformação do recém instalado parque industrial brasileiro.

Lembro-me que, quando criança, na década de 70, em Porto Alegre, ouvia gritos vindos da rua: “garrafa vazia, jornal velho”. E também havia o “velho do saco”, personagem silencioso que coletava materiais recicláveis nas ruas, colocando-os em um saco de linhagem que carregava nas próprias costas. Tratava-se de um catador, portanto. Nessa última década, tem se verificado um crescimento quantitativo vertiginoso dessa atividade. Para Polita Gonçalves (2003):

O garrafeiro sumiu, o papelheiro desapareceu. Entre nós - as fábricas humanas de lixo - e os sucateiros - cheios de pulseiras de ouro - restou um punhado de catadores [...]. Ficamos alheios no processo, sem nos preocupar com o destino dos materiais reaproveitáveis que insistimos em jogar fora. Como se a lixeira fosse um desintegrador mágico de matéria (GONÇALVES, 2003, p. 93).

Nos ecossistemas urbanos, os(as) catadores(as) se encarregam de uma quantidade significativa de materiais recicláveis presentes no *lixo* urbano. Embora isto venha se alterando muito nos últimos anos, ainda sofrem discriminação por parte da sociedade, pois são estigmatizados pelo trabalho que realizam. “O estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24). Para Erving Goffman (1998), o estigma tido como “patologia social”, na tradição antiga de interpretação sócio-antropológica, faz parte dos repertórios identitários por meio dos quais os indivíduos manipulariam as suas relações dentro de instituições totais. Esse autor aponta:

[...] o termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso (GOFFMAN, 1998, p. 13).

Mas, continua ele, “o indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central” (*op.cit.*, p. 16). O estigma se estabelece a partir da relação entre atributo e estereótipo: determinados atributos seriam inaceitáveis para um tipo de indivíduo ou grupo, de acordo com os estereótipos que criamos para os mesmos. Desta forma, não haveria estigmas absolutos, isto é, os atributos indesejáveis somente o são para um determinado indivíduo ou grupo social.

Proponho, então, uma leitura dos aspectos culturais relacionados, através das representações que se expressam nas conversas em torno do *lixo*. Como os estigmas são construídos social, histórica e culturalmente, podem, portanto, variar de acordo com o espaço. Isso significa que, ao estigmatizar as pessoas ligadas ao *lixo*, confirma-se a “normalidade” de quem dele tem uma relação distanciada, mas esse estigma por outro lado une os que se aproximam espacialmente do *lixo*.

As catadoras lidam com o *lixo* de forma bastante próxima, significando-o, classificando-o de forma diferenciada da sociedade em geral. Mas, quais seriam as representações de *lixo* deste grupo social? Como foram construídas e como orientam suas práticas cotidianas de trabalho com o *lixo*? Se para sociedade em geral há um sensação de

nojo com relação ao *lixo*, as suas representações sociais diferem, sendo empregadas algumas táticas para permanecer no jogo da reciclagem.

As catadoras de materiais recicláveis, conscientes ou não, têm papel fundamental na re-inserção de materiais pós-consumo à cadeia de produção, realimentando-a, evitando a extração de bens naturais, sabidamente, cada vez mais raros. Mas, estas agentes ambientais urbanas seriam excluídas?

A exclusão é um termo polissêmico de uso muito polêmico no âmbito acadêmico, afinal pode referir-se a um conjunto muito diversificado de situações. Martins (1997) considera exclusão uma categoria imprecisa que pode levar a uma visão reducionista do problema, substituindo a idéia sociológica do processo de exclusão. Para este autor:

Rigorosamente falando, não existe exclusão, existem contradições e vítimas de processos sociais, políticos, econômicos excludentes. Existe, sim, o conflito no qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo e seu mal-estar. As políticas atuais implicam na inclusão precária, instável e marginal (p.14).

Penso que não é possível considerar as catadoras como “pessoas excluídas”, já que desempenham um trabalho incorporado ao mercado e fazendo parte de uma cadeia produtiva em franca expansão - a da reciclagem de materiais pós-consumo, estando, paradoxalmente, situadas na base dessa cadeia. Afinal, cada pessoa, efetivamente excluída do processo do capital, compromete sua reprodução, representa um perigo real para sua sobrevivência.

O “fim dos empregos”, dos vínculos formais de trabalho e o incremento na geração de resíduos, entre outros fatores, produziu essa forma de trabalho precarizado no contexto urbano: a catação de *lixo*. Situada no que Santos (2004) chamou de circuito inferior em termos de produção, distribuição e consumo, os catadores não se beneficiam, de forma nenhuma, dos progressos técnicos e das atividades a eles ligadas. Neste circuito, não há preocupação com acumulação de capital, trata-se, antes de tudo, de assegurar a vida cotidiana familiar.

No sistema classificatório do *lixo*, com seus contrastes e diferenças, revela-se a sujeira ou a limpeza, a doença e a saúde, a morte e a vida. Esses contrastes e diferenças que, como demonstra Roberto Da Matta, “separam dois domínios ou universos sociais mutuamente exclusivos e que podem ser ordenados de forma complexa, pois que se organizam tanto na forma de uma oposição binária, quanto em gradações (*num continuum*)” (DA MATTA, 1991, p. 71). Quando se transgridem os limites desses domínios e se ultrapassam as suas fronteiras sociais, o transgressor “tenderá a ser foco de alusões bastante fortes, e, provavelmente, o esforço para fazê-lo voltar à esfera de origem será tanto maior quanto mais forte for seu poder

evocativo. A distância entre domínios chama a atenção para o objeto, transformando-o” (p. 75), assim como a quem com ele se relaciona.

Desse modo, ao fazer de seu meio de sustento a atividade com o *lixo*, com as sobras do consumo, com os objetos descartados e que foram socialmente rejeitados por não terem mais serventia, as catadoras de materiais recicláveis transgridem domínios do puro/impuro (DOUGLAS, 1976) e são, por isto, consideradas “poluídas”, “contaminadas”, de acordo com a sua maior ou menor proximidade do *lixo*, sendo alvo de alusões depreciativas.

“Se não estivesse lá, estaria trabalhando no galpão de reciclagem. Foi uma oportunidade de garantir renda sem ter que trabalhar com lixo”. A entrevistada da pesquisa de Carolina Borges (2007) já teria trabalhado em um galpão de reciclagem de Porto Alegre, portanto uma ex-catadora que carrega a imagem depreciativa da atividade que realizava.

É no contexto desse trabalho informal que catador se constitui como uma categoria carregada de preconceitos e de designações que lhe atribui uma identidade baseada na inferioridade e subalternidade (JUNCÁ *et al.*, 2000): “A visão predominante na sociedade identifica a atividade de catador como degradante, como último degrau de um processo de desqualificação. Quem trabalha com o refugo urbano, com o resto, com ele se confunde também com o lixo...” (p.116). Com relação ao universo da pesquisa, essa idéia não se aplica ao galpão, pois a atividade com o *lixo* e a sua ressignificação parece fortalecer a identidade do grupo, embora por vezes perceba-se a dialética orgulho/vergonha:

Somos catadoras(es), trabalhadoras(es) da reciclagem, associadas(os), pessoas da comunidade que valorizam os materiais para não destruir a natureza, colegas de aula e de trabalho em busca de um lugar melhor para se viver [...] - Texto coletivo das alunas(os) catadoras(es) da turma de pós-alfabetização do projeto galpão (2001).

Todos juntos somos fortes nada temos a temer; somos todos catadoras(es) alunos trabalhadoras(es) [...] - Paródia elaborada pelas alunas do Projeto Galpão (2001) a partir da música Todos Juntos, dos Saltimbancos de Chico Buarque.

Afinal, o reconhecimento do trabalho das catadoras vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Observa-se que os processos de organização²⁴ têm contribuído para este reconhecimento, garantindo-lhes espaços de participação em fóruns e debates sobre a temática dos resíduos sólidos, o que têm fortalecido a auto-estima dos participantes.

²⁴ No caso do universo de pesquisa, observa-se que a relação com o MNCR e, durante determinados períodos, com a FARRGS contribuiu para um maior reconhecimento social do grupo.

Dentro de uma dialética inclusão/exclusão, é pelas mãos das catadoras que uma infinidade de materiais deixa de ser considerado *lixo* e retorna ao ciclo de produção como matéria-prima, reduzindo os gastos das indústrias recuperadoras, que, indiretamente, aumentam seus lucros. Através desse trabalho invisível materiais deixam de ser aterrados, aumentando a vida útil das áreas de destinação final, reduzindo os gastos públicos.

De acordo com a estimativa feita pelo próprio Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), há cerca de dois milhões de catadores de materiais recicláveis atuando nas ruas, nos lixões e organizados em associações e cooperativas pelo Brasil. Esse novo movimento, formado no início dos anos 2000, organiza a luta pelos direitos dessa categoria e tem conquistado, cada vez mais, espaço no cenário nacional. A categoria foi legalmente reconhecida, incluída em programas municipais de Coleta Seletiva (CS), e, atualmente, tem assento garantido no CONAMA. Tal como Roberto Verdum (2000) aponta é o vírus da autogestão o que deve ser difundido como via alternativa para essa categoria, aproveitando-se a extrema carência de matéria-prima no setor de aproveitamento de materiais pós-consumo.

Por intermediário da luta pelo reconhecimento de suas atividades junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, passaram, oficialmente, a serem designados como: catadores de materiais recicláveis²⁵. Sendo considerada uma categoria de ocupação, esta se encontra dentro de um sistema informal de trabalho, raramente, é regularizada, salvaguardando alguns casos em que existam sistemas cooperativos de trabalho.

No Brasil, existem várias publicações sobre Coleta Seletiva, mas poucas tratam sobre as relações sócio-espaciais dos catadores, no entanto, são comuns às diversas situações vivenciadas por estes atores, em distintas cidades brasileiras, como, por exemplo, as formas de repressão, ou a estigmatização que sofrem cotidianamente. Os estudos acadêmicos envolvendo catadores de materiais recicláveis vêm apresentando visibilidade na última década²⁶. Contudo, a maioria apresenta caráter técnico-ambiental, econômico, ou mais

²⁵ Como consta no Número 5192.05 da nova CBO, versão 2002, no qual reconhece-se a profissão de Catador de Materiais Recicláveis, por meio da portaria ministerial 397/2002. Embora o reconhecimento "no papel", ainda há muito a ser feito para que este se efetive na prática.

²⁶ Buscando o tema no banco de teses da CAPES os termos: Catadores de materiais recicláveis, catadores de *lixo*, trabalhadores da reciclagem, trabalhadores do *lixo*, badameiros, carrinheiros, bagulheiros, encontram-se 56 teses e dissertações (sendo 46 pesquisas de mestrado e 10 de doutorado). As áreas que aparecem são engenharias (hidráulica e saneamento, civil e de produção), educação, administração, psicologia social, serviço social, direito, saúde pública, economia, desenvolvimento e meio ambiente, desenvolvimento sustentável, ciências ambientais, ciências sociais, antropologia, história e geografia. Neste programa, o POSGEA/UFRGS, temos as pesquisas de mestrado de Rosane Scolari (2006) e Eliane Simões da Silva (2008), além do Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia/UFRGS de Ricardo Dagnino(2004) relativos ao tema que são referenciados ao longo da tese.

vinculado ao “social”, mas poucos têm aprofundado as relações intersubjetivas nestes espaços de sociabilidade. Há uma carência de estudos com enfoque sobre os catadores de materiais recicláveis em unidades de triagem de resíduos sólidos (galpões de reciclagem), embora existam inúmeras em funcionamento no país. Parece que, invisíveis no cotidiano das cidades, permanecem também na penumbra do campo acadêmico. Realizo aqui um diálogo com alguns pesquisadores que compartilham idéias relativas ao tema e contribuem para o reconhecimento da situação do(a) catador(a) de material reciclável no contexto atual.

Geralmente, os enfoques pesquisados envolvem diagnósticos técnicos dos sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos ou avaliação de políticas públicas no campo do *lixo*. Nas áreas ligadas ao “social” há trabalhos que envolvem exploração do trabalho nas cooperativas de catadores (as chamadas *coopergatos*), sobre a informalidade e precarização do trabalho, pobreza, exclusão/inclusão, processo educativo no trabalho, noções de higiene, divisão social do trabalho, trabalho infantil no *lixo*, percepção ambiental, identidade social e cultural, perfil dos catadores, consciência política, produção de significados no trabalho com o *lixo*, viabilidade da coleta pelos catadores, representações sociais-*lixo*, saúde-doença e ambiente.

Em uma análise psicossocial do trabalho dos catadores, Miura (2004) aponta que o *lixo* e a catação se constituem como centro de suas vidas, em suas relações e emoções, sofrimento e alegria. Analisando as relações interpessoais (vínculos e rupturas), sofrimentos, sentidos, afetos e, também, a relação saúde/doença como uma das dimensões reveladoras de sofrimento. A autora revela que a ocupação é, em si, na realidade, mais um sofrimento, dentre outros já sentidos em épocas anteriores. A mesma considera positiva a oportunidade de organizar-se e mobilizar-se, coletivamente, na luta por melhores condições de trabalho e de vida. Essa luta é traduzida na insistência do grupo em oficializar, nacionalmente, este trabalho como profissão ou, ainda, na realização de mudanças na própria rotina da catação de material reciclável, que pode se tornar menos isolada, mais organizada e rentável.

Rosa (1996) analisa um processo educativo de um grupo de catadoras de materiais recicláveis na Vila Santíssima Trindade, em Porto Alegre/RS. Para essa pesquisadora, na associação estudada, são construídas novas noções de tempo e espaço, em um processo educativo que se inicia no ambiente de trabalho, mas que se difunde para as demais esferas de existência, contribuindo para a constituição de um grupo social com maiores possibilidades de participação no cenário econômico, e até no político.

Na engenharia de produção, inusitadamente²⁷, Ferreira (2000) propôs aos gestores públicos de sua cidade a implantação de um sistema alternativo de Coleta Seletiva (CS) de resíduos sólidos domiciliares para Cianorte/PR mediante o envolvimento de catadores de rua (carrinheiros) nessa coleta. Enquanto na geografia, Amaral (2001) realizou uma pesquisa muito interessante, trazendo à tona uma Curitiba/PR a partir do olhar dos carrinheiros por meio da representação fotográfica no percurso diário, com o propósito de identificar a leitura deste grupo sobre a imagem da cidade, conhecida como “ecológica”.

Em uma análise crítica da relação entre o Estado e os catadores de Belo Horizonte/MG, Andrade aponta: “a razão de Estado traz a tudo e a todos em seu favor, trouxe os catadores para atuarem no espetáculo da catação ‘institucionalizada’, cujo palco é o mercado da reciclagem. Suas origens e posterior consolidação acham-se presentes nos marcos atuais do capitalismo avançado, em seu continente de transformações” (ANDRADE, 2006, p.89). Ainda referindo-se a política de “inclusão social dos catadores” na gestão dos resíduos sólidos urbanos, afirma que esta se procede por meio de “prescrições e opressões vividas de tal modo, que passam a contribuir para a fragmentação e a desagregação das relações internas à associação (ASMARE) e dessa com os catadores ‘autônomos’, ligados aos depósitos particulares” (*ibid.*, p.91). Nesse aspecto, outras pesquisas disponíveis sobre o tema estabelecem uma espécie de “divisor de águas” no qual as relações entre poder público são associadas ao alívio do sofrimento daqueles que vivem na/da rua (catadores), mas outras leituras possíveis têm surgido. Divulgam outro olhar sobre a questão do catador, que invisível anteriormente, passa a ser visto como agente ambiental urbano.

Muitas contradições, surpresas e decepções surgem no decorrer das investigações deste universo, pois os pesquisadores acabam tendo que abandonar uma visão romantizada, assumindo um olhar mais crítico para essa atividade. Como Rosane Scolari (2006) que afirma que se deparou com “muitas pessoas que nem sequer vêem os catadores, com outras que os vêem, mas não os enxergam como pessoas que tem uma história de vida e com poucos que têm interesse de imaginar como é seu cotidiano” (p.156).

²⁷ Refiro “inusitadamente” por perceber que, em geral, nas engenharias os trabalhos nesta área são direcionados para as logísticas de coleta seletiva realizadas pelo poder público, no entanto tenho percebido nesta área também a preocupação com as estruturas dos galpões de reciclagem e com os *designs* dos carrinhos utilizados pelos catadores de rua.

Há gestões públicas municipais que se valeram deste modelo de “inclusão social dos catadores”, como um passo para se “garantir o exercício da cidadania dos grupos tradicionalmente marginalizados” (DIAS, 2002, p.62), mas valendo-se disso para ganhar legitimidade pela sua “eficiência e habilidade” no trato com “grupos marginalizados, na sua promoção social” (ANDRADE, 2006, p.90). Numa outra direção, Scolari (2006) demonstrou que a organização representa, fundamentalmente, a redução de preconceitos, a inclusão social e a ressignificação da identidade dos catadores.

No estudo sobre Educação Popular na Unidade de Triagem do Loteamento Wenceslau Fontoura, Feitosa (2005) direciona seu olhar para a capacidade das catadoras em constituírem, entre amontoados de objetos descartáveis, atitudes de afeição, amorosidade, cuidado e saberem jogar com a tristeza, a tensão e os problemas diversos que atravessam a vida cotidiana.

Quais mecanismos de filiação social podem ser construídos através da experiência com as sobras? Esta é a pergunta central da tese de Juncá (2004), cujo foco de investigação encontra-se nas possibilidades de re-invenção do cotidiano a partir do trabalho com o *lixo*. Ela parte do pressuposto de que o campo do *lixo* é cercado de ambigüidades, podendo condenar o catador a um processo perverso de filiação. Assim, o cotidiano é o espaço de referência da investigação, problematizando-se o eixo trabalho, saúde e vida, considerando-o de fundamental importância para um diálogo com a complexidade do tema.

As representações sociais de *lixo* elaboradas pelas pessoas que com ele trabalham são refletidas por Portilho (1997) que acredita serem elas que permitem viver e conviver com o *lixo* de forma tão próxima, apesar dos estigmas, nojos e tabus presentes na sociedade. A autora se propõe a conhecer o universo representacional dos profissionais do *lixo*, contribuindo para reduzir os preconceitos, ultrapassar o senso comum e fornecer subsídios para as políticas na área de limpeza urbana.

Tomando como objeto o município de São Paulo/SP, Sabetai Calderoni (1996) obtém como resultado principal de sua pesquisa, em grandezas referentes ao ano de 1996, que a reciclagem do *lixo* é, economicamente, viável, podendo proporcionar ganhos superiores a R\$ 1 bilhão anuais, no caso desse município. Na análise econômica sobre quem realmente ganha com o processo de Coleta Seletiva e reciclagem dos materiais, demonstrando que o poder público – notadamente as Prefeituras e, conseqüentemente, a sociedade – fica com os custos, enquanto as indústrias ficam com os ganhos. Entre os principais atores, a indústria aufer a maior parte dos ganhos, cerca de 70% do total relativo. O autor demonstra, ainda, a

necessidade de inverter esta lógica, fazendo com que o setor empresarial, realmente, assuma a responsabilidade sobre o destino dos materiais por ele fabricados após o consumo.

Levantando a questão importante da desmistificação da reciclagem, Miotto (2003) analisa o processo, tendo como hipótese que a reciclagem não promove uma mudança efetiva na problemática ambiental, mas que reproduz a dinâmica da sociedade industrial capitalista. Nesse sentido, a autora aponta não ser a conscientização ambiental e sim apenas uma estratégia de *marketing*, sendo para os catadores, no entanto, uma questão de sobrevivência. A pesquisadora denuncia que o processo de reciclagem, assim como o “desenvolvimento sustentável”, incorporado ao discurso de empresários e governos, ao invés de questionar a relação sociedade/natureza tende a ocultá-la.

De uma maneira geral, as demais bibliografias sobre o assunto apontam para a possibilidade de uma melhor organização dos catadores, preservação de recursos naturais, economia de energia, geração de trabalho e renda e redução de desperdícios (MARTINS, 2003; CALDERONI, 1996; GRIMBERG; BLAETH, 1998).

Dagnino (2004) realiza uma análise de conjuntura sobre a questão e demonstra que, apesar dos incentivos governamentais à reciclagem, o contexto político e econômico é balizado por uma estrutura de poder desigual. E aponta:

Este poder é estruturado devido à formação histórica de nossa sociedade e é também estruturante, no sentido de que restringe seriamente a capacidade de negociação do movimento dos catadores. Esta condição leva à necessidade de alterações estruturais que, somente no longo prazo e com o engajamento de outros setores da sociedade, parecem viáveis (p.109).

Alguns autores apontam a constituição de associações como uma das formas de escapar da vulnerabilidade social e econômica. Embora “quando trabalham individualmente nas ruas, (os catadores) conseguem ganhar relativamente um pouco mais do que aqueles que estão em processo de organização” (GRIMBERG; GOLDFARB; TUSZEL, 2004, p.7). Scolari (2006), tendo como foco a ARCAN de Erechim/RS, aponta que a organização tem papel fundamental na diminuição dos preconceitos e para a ressignificação da identidade e inclusão social dos associados, principalmente os vinculados às atividades internas. A autora também identifica que os catadores “independentes” vivem um pouco melhor, tendo rendimento superior aos demais, os associados apresentam situação mais crítica quanto à sobrevivência.

As preocupações com o aumento da produção e, conseqüentemente, com a renda obtida pelos catadores são recorrentes nas pesquisas. Na presente pesquisa, pela particularidade do universo no qual se debruça, a perspectiva não é pensar na produtividade

destes espaços nos moldes da economia de mercado, pelo gerenciamento de uns sobre os outros, mas na sociabilidade, convivência que não se mede pelos ganhos materiais obtidos, mas pela combinação sinérgica de capitais, simbólicos e culturais. Em outras palavras, não é propósito trabalhar com o tema somente na perspectiva de uma atividade vinculada à economia urbana, associada à precarização do trabalho nas cidades, mas é necessário trazê-la à tona para, a partir dela, buscar uma perspectiva ampliada, que dê conta da complexidade dessa atividade. Uma perspectiva que envolva também as dimensões políticas e subjetivas presentes nessa complexa trama de relações que o compõem, aproximando-a de um diálogo ousado entre exterioridade e interioridade.

Mapa da reciclagem na cidade e o contexto de Porto Alegre

A cidade não pode ser vista e analisada como fora da escala planetária, por isto quando nos deparamos com pessoas iguais a nós (mas diferentes) nessa cidade vivendo a partir de materiais ou objetos tidos como *lixo*, torna-se indispensável à interpretação desse fenômeno para que possamos compreender o que Morin denominou como identidade planetária, ou seja, que todos estamos conectados na e pela Terra (MORIN, 1995). Assim, como a máxima histórica da Educação Ambiental é “pensar globalmente e agir localmente”, a recíproca se torna cada vez mais verdadeira, pois as nossas ações cotidianas incidem globalmente e precisamos refletir sobre o local que ocupamos nesse planeta, nossa cidade, assumindo a nossa territorialidade urbana e planetária. O desafio metropolitano é o desafio tanto da instauração de instituições compatíveis com valores mais solidários e tecnologias mais conviviais, quanto à construção de uma espacialidade que permita e estimule a autonomia, o encontro, a satisfação de necessidades e a convivialidade, em vez da segregação, da apartação e dos preconceitos (SOUZA, 2000).

Durante décadas, o trabalho de coleta de materiais recicláveis esteve restrito aos grupos de catadores “escondidos” no lixão e o descaso do setor público e dos movimentos sociais em relação à sua importância como agentes efetivos da Coleta Seletiva (CS) contribuiu para que seu trabalho permanecesse por décadas marginalizado, dificultando a organização destes atores. No final dos anos 1980 e início da década de 1990, as catadoras passaram a compor o sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos em Porto Alegre e alguns outros municípios.

Poucos são os municípios no país que realizam e apresentam um sistema de gerenciamento de resíduos. Segundo dados do IBGE (2000) 76% dos municípios brasileiros

depositam seus resíduos sólidos em lixões; 13% em aterros controlados e 10% em aterros sanitários e somente em 1% dos municípios os resíduos sólidos passavam por algum tipo de tratamento. Poucos são os municípios brasileiros que possuem um programa de Coleta Seletiva (CS). São Paulo é o estado com maior número de cidades que apresentam esse programa (57), seguido pelo Rio Grande do Sul (42), Santa Catarina (22), Minas Gerais e Paraná (18) e o Rio de Janeiro (9). Sendo o Brasil um país composto de 5.561 municípios, percebe-se que somente 3,5% desse universo possuem programas de Coleta Seletiva (CS). Se compararmos os dados oficiais de CS do país aos dados de reciclagem demonstrados nos indicadores das indústrias recuperadoras, tem-se que são em grande parte resultado da coleta informal de materiais recicláveis (realizada por catadores de rua e em lixões). É, portanto, em grande parte, a reciclagem industrial mais fruto da necessidade do que de políticas públicas de gestão integrada do *lixo* ou consciência ambiental.

Os argumentos dos gestores municipais para não implantação da CS relacionam-se aos elevados gastos necessários para manutenção de um Programa. Enquanto isso, os defensores da CS contra-argumentam, porém que, tais programas não estão dissociados da economia, além disso, não se pode ignorar questões como eficiência e relação custo-benefício, no entanto que programas deste cunho não devem ter seu sucesso medido exclusivamente por uma planilha financeira (GRIMBERG; BLAUTH, 1998).

No Estado do Rio Grande do Sul as (os) catadoras(es) encontram-se em muitas cidades trabalhando nas ruas e sobre lixões, retirando seu sustento e de suas famílias da separação dos materiais recicláveis de toda sorte de resíduos descartados pela sociedade de consumo. A capital, Porto Alegre, com cerca de 1,5 milhões de habitantes, cidade-sede dos primeiros Fóruns Sociais Mundiais, cujo lema “outro mundo é possível”²⁸ foi escolhida devido à sua experiência de democracia na gestão urbana implantada por seu governo local, conhecida como Orçamento Participativo – sistema deliberativo participativo dos recursos municipais. Em 2000, a cidade foi eleita como coordenadora do Grupo de Trabalho sobre gestão de Resíduos do Programa de Gestão Urbana (PGU) da ONU para América Latina e Caribe, por sua referência com relação de gerenciamento de resíduos sólidos. Afinal em uma direção privilegiada em relação ao Brasil, a cidade apresentava um serviço de coleta de *lixo* com elevada qualificação no período de 1991 a 2000, que teve início com a adoção de novos conceitos de gestão de resíduos sólidos por parte da administração pública municipal. Foi nesse período que se passou da fase de utilização de lixões para a fase de implantação de um

²⁸ Para saber mais sobre o Fórum Social Mundial ver: <http://www.forumsocial.org>.

Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (SGIRS), com o desenvolvimento de projetos de educação ambiental e implantação do Programa de Coleta Seletiva. Os “Caminhos do Lixo”, propostos por esse sistema, encontram-se representados no bloco-diagrama do Atlas Ambiental de Porto Alegre (figura 3). Esses caminhos envolvem os aspectos da geração de resíduos, a segregação na origem, as coletas diferenciadas para cada tipo de resíduo e a destinação final dos mesmos.

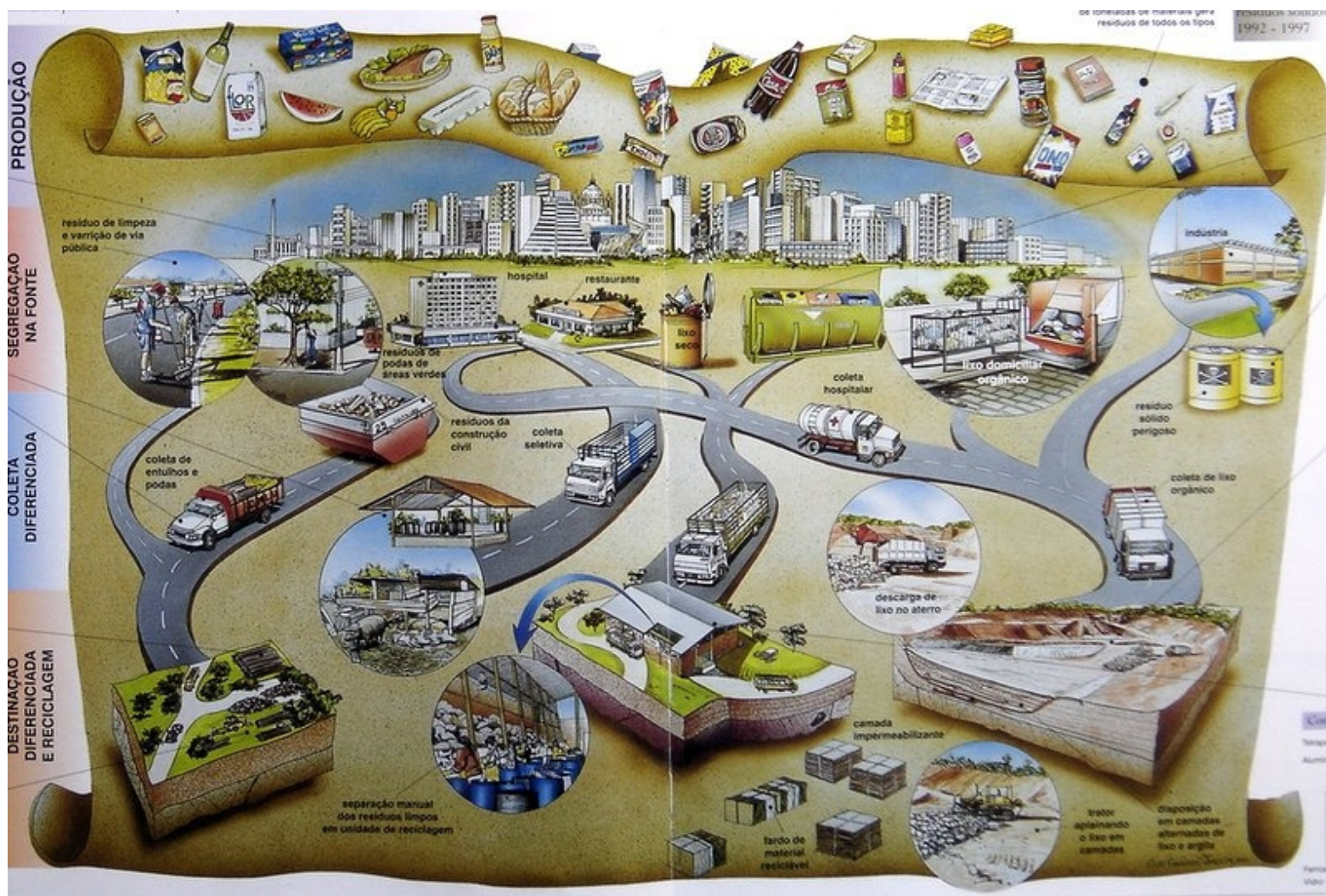


Figura 3 – Bloco-diagrama dos “Caminhos do lixo” em Porto Alegre: da geração ao destino final
 Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre (MENEGAT,1998).

A história do *lixo* em Porto Alegre sofreu muitas alterações ao longo do tempo. Conforme Costa (1983), as primeiras iniciativas municipais, no final do século passado, se limitavam ao recolhimento dos detritos e transporte para áreas mais afastadas do perímetro urbano. A disposição era realizada a céu aberto, sem nenhum critério, além da preocupação de “livrar-se do *lixo*”, que neste período ainda apresentava uma quantidade pequena, visto que a cidade concentrava uma população ainda reduzida, e a característica desses resíduos era diferenciada, já que grande parte das embalagens plásticas utilizadas hoje, ainda não existia. Nesta época ainda era incipiente a atividade da catação de resíduos nas vias públicas.

Na década de 70 foram abertos três lixões na cidade: o da Ilha do Pavão (1973), o aterro de Benópolis (1977) e o da Olaria Brasília (1978) (MENEGAT, 1998). Com o passar do tempo a expansão urbana fez com que a cidade fosse aproximando-se dos antigos lixões, esses por sua vez já se encontravam com a capacidade esgotada. Outros lixões menores foram surgindo. Em 1983, foi aberto o grande Lixão da Zona Norte, sendo esse, em 1990, bio-remediado, isto é, transformado em aterro.

O primeiro mapa contendo as informações sobre o contexto dos resíduos sólidos da cidade foi elaborado em 1998 e publicado no Atlas Ambiental de Porto Alegre. O “Mapa do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos”(MENEGAT, 1998, p.188), contém a distribuição geográfica da produção média de lixo por habitante/dia e apresenta além das 9 unidades de triagem de resíduos existentes no período, a localização das antigas áreas de lixões, aterros controlados e sanitários.

Conforme o DMLU, atualmente, não existe mais lixões na cidade de Porto Alegre e cada habitante produz cerca de 1 kg de resíduos por dia, sendo recolhidas diariamente cerca de 1.600 toneladas de resíduos na cidade (incluindo resíduos domiciliares, comerciais, públicos e hospitalares). A falta de áreas para implantação de novos aterros em Porto Alegre obriga hoje o município a encaminhar parte dos seus resíduos a um aterro privado situado na cidade de Minas do Leão, isto é, a mais de 100 km do local de geração. O problema, no entanto, passa pela necessidade de redução do volume de resíduos gerados pela população, tanto na origem (com a diminuição do desperdício e eliminação do consumismo) como na destinação final (com a reciclagem e reaproveitamento dos resíduos).

Assim, a Coleta Seletiva insere-se no Sistema de Gerenciamento Integrado de resíduos Sólidos (SGIRS), que de acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), tem como princípios os 3 erres, isto é, reduzir, reaproveitar e reciclar²⁹. O município apresenta um Programa de Coleta Seletiva (CS) desde 1990:

²⁹ Incluo sempre um outro “erre” que penso ser mais relevante de todos, trata-se de repensar – o que significa refletir sobre o modo de produção e consumo vigente e suas drásticas consequências ambientais.

Esse programa promove a redução dos resíduos sólidos depositados em aterros sanitários, aumentando a vida útil destes e reduzindo a necessidade de novas áreas; possibilita, ainda, a geração de trabalho e renda na triagem e reciclagem. Favorece a sustentabilidade ambiental e minimiza os problemas ecológicos decorrentes da extração de bens naturais. Incentiva ainda o envolvimento direto da população em um processo educacional que estimula a consciência ambiental do cidadão gerador para uma responsabilidade pós-consumo (PMPA, 2004).

A própria experiência na operação do programa impôs uma reflexão sobre as múltiplas dimensões da pobreza. Os participantes do programa de geração de renda da prefeitura não costumavam ter acesso a bens culturais: “A situação de pobreza é mais ampla do que o aspecto econômico: envolve acesso à cultura e educação. Em nosso programa de geração de trabalho e renda tínhamos no grupo de pessoas com mais de 30 anos que nunca tinham ido à Usina do Gasômetro” (A., funcionário do DMLU que atuou na implantação da CS). De um lado, há a percepção acerca da complexidade e da multidimensionalidade do problema implicava novos desafios das políticas públicas. De outro lado, há a percepção clara dos limites de uma máquina burocratizada, de funcionamento separado em setores quase estanques, que a torna disfuncional quando se busca construir ações mais efetivas³⁰.

O Programa de Coleta Seletiva dos resíduos sólidos domiciliares na cidade iniciou-se pelo bairro Bonfim, a partir de uma campanha denominada “Dê um Bom fim ao seu *Lixo*”, e depois expandiu-se para os demais bairros da cidade, chegando a recolher, diariamente, cerca de 70 toneladas de resíduos recicláveis. Os materiais encaminhados às Unidades de Triagem de resíduos sólidos recicláveis reduzem o volume destinado aos aterros sanitários. Com o aumento do material reciclável coletado, mais associações de catadores foram surgindo, assim, a Prefeitura realiza, por meio do DMLU, a coleta do *lixo seco/reciclável* nos domicílios e entrega às associações de catadores. Este modelo segue, atualmente, com algumas alterações nas relações entre catadoras e poder público.

Anterior à implantação do Programa, a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, já existia há alguns anos. Sua constituição foi em 1986 com o trabalho de um grupo vinculado as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), organizações vinculadas à igreja católica. Na Vila Dique, zona norte da cidade, e no Loteamento Wenceslau Fontoura, região noroeste, haviam dois núcleos de catadoras que se constituíram também com apoio inicial das CEBs, e consolidaram-se, pouco depois do início das atividades do Programa Municipal, respectivamente, na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Santíssima Trindade e na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta. A Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis da Vila Santíssima Trindade, localizada perto do Aeroporto Salgado Filho, possibilita alternativa de renda a parte das pessoas que catavam no Antigo Lixão da Zona Norte. A situação

degradante dos catadores no lixão impulsionou o município na direção da implantação do SGIRS, em 1989. Nesse processo, muitos catadores não se adaptaram a nova forma de trabalho e abandonaram a associação, dando lugar a moradores da região em situação de desemprego e sem histórico de trabalho na catação de *lixo* e, então, houve o envolvimento maior da Igreja Luterana. Existem ainda, hoje, pessoas de uma mesma família que atuam no galpão desde a fundação da associação.

Em 1991, consolidou-se um grupo que residia na Vila Tripa, situada também nas proximidades do aeroporto e em uma grande avenida da Zona Norte da cidade, que foi reassentada no Bairro Rubem Berta. Como a maioria eram catadores que atuavam no centro da cidade, houve a constituição da Associação de Reciclagem Ecológica Wenceslau Fontoura e início da atuação recebendo as cargas da Coleta Seletiva. Pela mudança na forma de trabalho, muitos catadores voltaram para locais próximos ao centro, tendo o grupo uma composição bastante distinta da inicial, contando hoje com poucos membros que estão desde a formação da associação. Este grupo também apresenta forte relação com a Igreja Católica, tendo, inclusive, uma capela no interior do terreno onde se situa o galpão.

A primeira associação, que se formou vinculada, desde sua origem, ao Programa Municipal de Coleta Seletiva, foi a Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte e se constituíram a partir da organização de grupos de catadores do Antigo Lixão. Este local apresentava uma situação inconcebível, na qual havia centenas de catadores sobrevivendo, em condições subumanas, dos resíduos dispostos inadequadamente. Para as pessoas que viviam sob condições precárias de subsistência, submetidas às mais diversas formas de degradação humana, a relação com a prefeitura significou, naquele momento, um impulso para a constituição dos grupos. Constituiu-se, assim, uma relação diferenciada entre o poder público municipal e os catadores.

No ano de 1994, como possibilidade para reinserção social de jovens em situação de risco (drogadição, criminalidade, etc.) surge na Associação Comunitária do Campo da Tuca a possibilidade de constituir uma Unidade de Triagem de Resíduos. Esta tem a característica de ser uma associação de moradores, em um bairro de periferia da cidade, que percebe na catação uma possibilidade de geração de renda e ocupação para os jovens em situação de vulnerabilidade social.

O Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto surge em 1996, por iniciativa de lideranças comunitárias, com apoio da prefeitura e da GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica). A atividade da catação de *lixo* para esse grupo além de ser alternativa de trabalho e renda para pessoas do local apresentava-se como uma resposta a violência contra a mulher, conforme a fala da sua liderança. Esta liderança tem um forte espírito empreendedor, fazendo como ela mesma diz:

³⁰ Como pode ser ilustrado pela narrativa sobre o fim do Projeto Galpão (Anexo A).

“qualquer coisa para ter benefícios para associação”, sendo conhecida como a “Patrôla da Vila Pinto” (conforme título de matéria veiculada na Zero Hora).

Em 1996, constitui-se a Associação dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Loteamento Cavahada, formada a partir do assentamento da Vila Cai-Cai, onde moravam os catadores que coletavam na região central da cidade, universo da presente pesquisa cujas características serão detalhadas a seguir.

Outra entidade que se organiza no ano seguinte é a Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica, na Restinga, Zona Sul da cidade. Diferente das anteriores já inicia com o apoio do poder público local, a partir dos próprios moradores da região que não tinham experiência na catação de *lixo*, mas que se encontravam em situação de desemprego. O galpão da associação foi construído pela Prefeitura e liberado em regime de cessão de uso a essa associação, assim como foi feito com as UTs do Loteamento Cavahada, a da Zona Norte, do Loteamento Wenceslau Fontoura e a da Vila Pinto, tendo todos um *layout* semelhante de construção (figura 4).

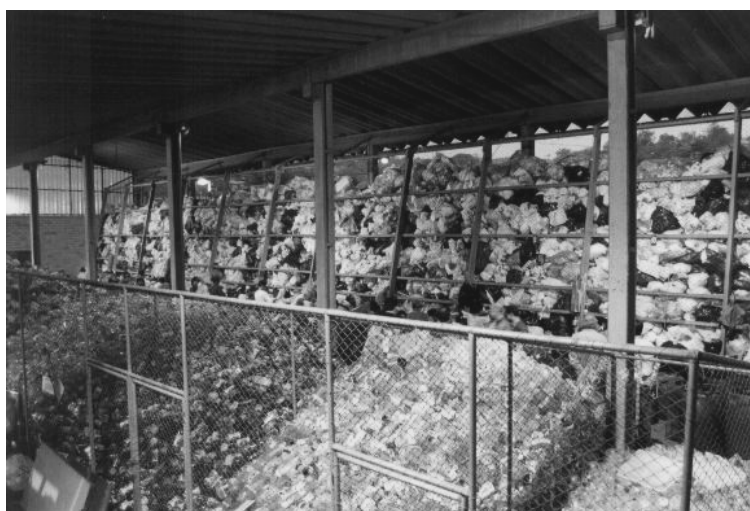


Figura 4- Espaço interno da UT – Galpão

Fonte: arquivo do DMLU

A Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro (ATUT) foi concebida, inicialmente, como forma de reinserção ao trabalho de alguns pacientes moradores deste Hospital e ao longo de 2001 passaram a compor a associação, moradores da Vila São Pedro. No entanto, devido à questão da baixa produção que reduzia a partilha, com o passar do tempo permaneceram na associação, quase que exclusivamente, pessoas portadores de sofrimento psíquico que exercem a catação enquanto atividade de terapia ocupacional.

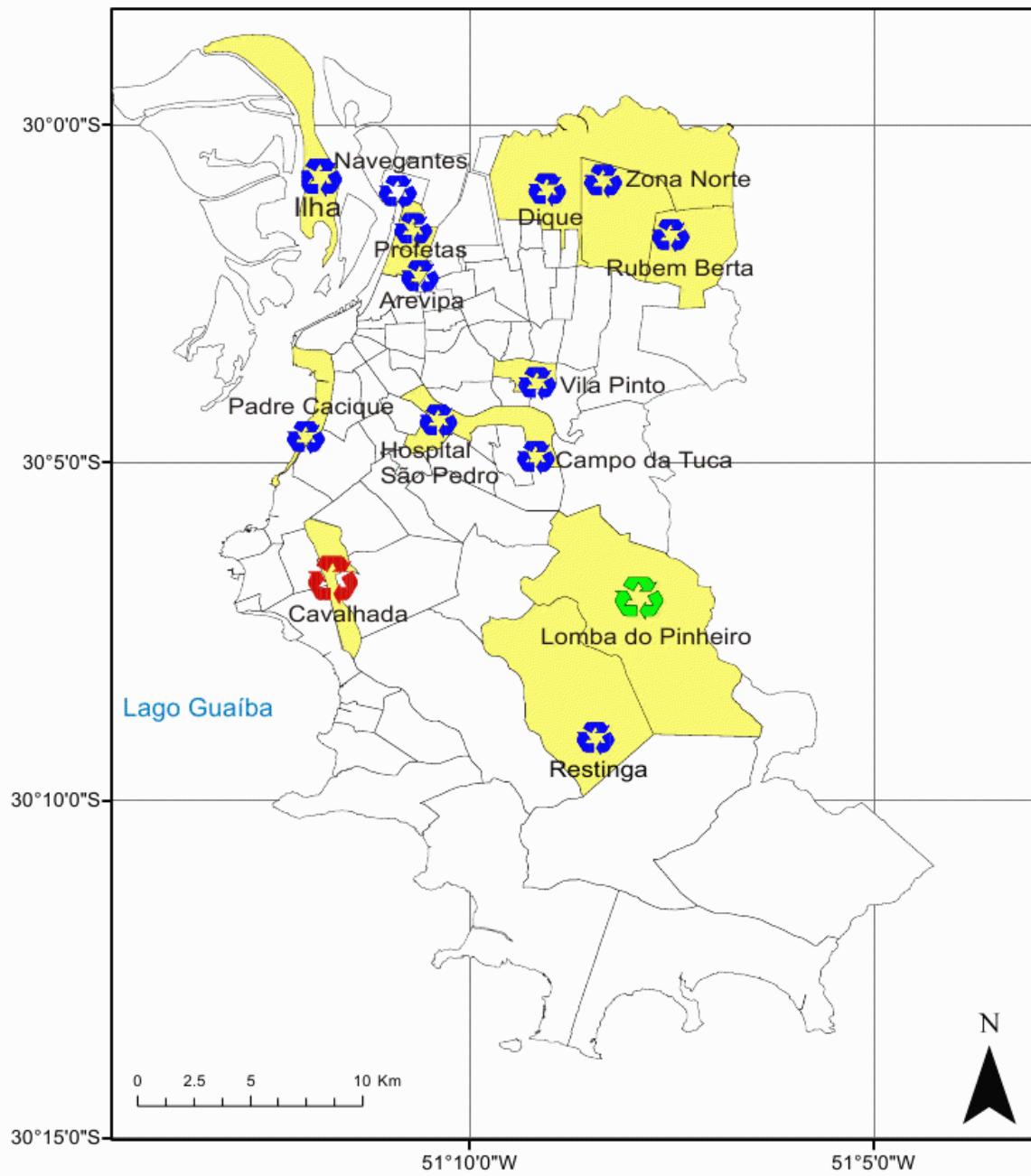
As Associações Profetas da Ecologia e Aparecida das Águas tiveram suas origens em 1995 e 1994, respectivamente, a partir das ações de entidades religiosas de inspiração cristã, de caráter comunitário. Ingressaram no período de 2004 a 2005, como UTs participantes do Programa de Coleta Seletiva do Município. A devoção à Nossa Senhora Aparecida é uma característica dos grupos vinculados à igreja católica. Essa santa foi adotada como a padroeira dos catadores.

A UT Padre Cacique é gerenciada pela Associação dos Catadores de Material Reciclável dos Direitos dos Moradores de Rua. Relacionada ao Movimento pelos Direitos dos Moradores de rua (MDM de rua) esta unidade, fundada em 2001, congregou, inicialmente, catadores que moravam nas proximidades do Parque Marinha do Brasil e na Orla do Lago Guaíba.

A Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares da Lomba do Pinheiro entrou em funcionamento em julho de 2000. Foi construída com recursos do Programa Pró-Guaíba, no mesmo terreno onde se situa a Estação de Transbordo da Lomba do Pinheiro, para ser uma unidade diferenciada na qual o foco situa-se no reaproveitamento de resíduos orgânicos por meio da compostagem. Os catadores desta associação separam rejeitos, recicláveis e orgânicos, em duas esteiras elétricas, sendo os orgânicos encaminhados ao pátio de compostagem. O composto orgânico obtido, após peneirado, pode ser utilizado na jardinagem e agricultura para melhorar as características do solo. Este é comercializado e a renda gerada é partilhada entre os integrantes da associação. Já a renda obtida dos resíduos recicláveis, é muito reduzida, devido ao seu baixo valor comercial pela mistura com os orgânicos. Essa associação não recebe as cargas da Coleta Seletiva e sim cargas de áreas da cidade nas quais o resíduo gerado apresenta um maior percentual de orgânicos na sua composição.

Além dos cerca de 700 catadores que atuam de forma associativa junto ao Programa Municipal de Coleta Seletiva, estima-se, ainda, a existência de cerca de 7 mil catadores exercendo a atividade sem vínculo com o poder público, tais como, carrinheiros, carroceiros e papeleiros, que atuam nas ruas da cidade.

Na figura 4 e no quadro 1 apresento, respectivamente, a localização e dados gerais das 14 associações de catadores de Porto Alegre existentes no ano de 2007. Recentemente, em 30 de junho de 2008, foi inaugurada mais uma UT, denominada Anjos da Ecologia, situada junto ao Loteamento Santa Teresinha (antiga Vila dos Papeleiros), no Bairro Navegantes. Com essa unidade totaliza-se 15 vinculadas ao Programa de Coleta Seletiva da cidade.



Legenda




-  UT= Unidade de Triagem de Resíduo Sólidos
-  UTC= Unidade de Triagem e Compostagem
-  Objeto de Estudo: UT Cavalhada

Figura 5- Mapa de Porto Alegre com a localização das UTs

Fonte: elaborado para a tese.

Quadro 1- Dados gerais das associações de catadores de Porto Alegre, em 2002.

Associação	Data de fundação	Bairro	Área (m²)	nº de sócios	mulheres	homens
Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre	1985	Arquipélago	845	37	20	17
Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis	1991	Sarandi	360	27	20	7
Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta	1991	Rubem Berta	1400	64	52	12
Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte	1992	Sarandi	450	54	34	20
Associação Comunitária do Campo da Tuca	1994	Partenon	300	20	10	10
Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto	1994	Bom Jesus	1200	92	64	28
Associação de Recicladores do Loteamento Cavahada	1996	Cavahada	550	43	30	13
Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica	1996	Restinga	600	40	29	11
Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro- ATUT	2000	Partenon	360	45	25	20
Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares da Lomba do Pinheiro	2001	Lomba do Pinheiro	900	90	34	56
Associação de Reciclagem Ecológica Vila dos Papeiros	1999	Navegantes	630	20	09	11
Associação da Pe Cacique	2001	Praia de Belas	120	40	08	32
Profetas da Ecologia	1995/2004	Navegantes	200	31	06	25
Aparecida das Águas	1994/2005	Floresta	250	41	09	32

Cada associação tem uma coordenação composta por um presidente, vice-presidente, secretário e um tesoureiro, que compunham o Fórum das UTs que se reuniam, periodicamente, no DMLU e, atualmente, não se reúnem mais.

A Coleta Seletiva é apresentada pelo poder público municipal, como uma alternativa, que ao mesmo tempo, produz ganho social e ambiental. Solução que obrigatoriamente é precedida de ações

de educação ambiental, devido a potencialidade de geração de renda, e vem acompanhada de unidades de triagem dos materiais, centrais de comercialização, reaproveitamento e reciclagem propriamente ditas, não fugindo da necessidade de unidade de destinação final para aquela fração não reciclável. Os catadores são considerados atores sociais fundamentais deste sistema integrado de gerenciamento, realizando a classificação e comercialização, gerando renda e construindo sua cidadania (REICHERT; DUTRA, 2003).

As atividades previstas dentro do Programa Municipal são: o acompanhamento de cada associação, auxílio à manutenção da estrutura física do local e planejamento da Coleta Seletiva e por último a elaboração de projetos que apontam para a “verticalização na cadeia produtiva da reciclagem”³¹. Entretanto, conforme dados da Coleta Seletiva do município no período ficava demonstrado que, se todos cidadãos, efetivamente, separassem seus resíduos e disponibilizassem para a coleta, não haveria estrutura operacional para coleta diferenciada dos mesmos, nem espaços suficientes para triagem, isto é, não haveria galpões que dessem conta do volume de resíduos recicláveis gerados na cidade. Este fato já apontava para a necessidade de adequação do sistema pela sua incompatibilidade com a realidade que se observava na cidade.

O departamento apresenta dados que demonstram a queda do volume dos resíduos domiciliares recolhidos, o que conforme Dagnino (2004) não significa que houve redução da geração, mas a interceptação crescente dos materiais recicláveis dentro do universo de resíduos coletados, pela atuação dos catadores “avulsos” nas ruas da cidade³². Concordo com a sua afirmação de que “cabe à sociedade e aos governos o reconhecimento e a valorização do trabalho dos catadores e posicionar-se favoravelmente a sistemas de Coleta Seletiva que os integre de forma autônoma, o que certamente contribuirá para cidades mais justas, humanas e sustentáveis” (DAGNINO, 2004, p.61).

De fato, a organização da associação de catadores foi uma experiência importante na vida para catadoras que tive a oportunidade de conhecer. Essas, algumas vezes relatam o desejo de exercer uma atividade no mercado formal, com emprego fixo. Mas há os que “vestiram a camiseta da reciclagem” da forma associativa: “Na realidade, se tem carteira assinada, tem patrão e se tem patrão, já dá aquele negócio de exploração”, diz Ta. Parecem identificar o sentimento de pertencimento ao galpão como positivo e o estigma pela sociedade da atividade com *lixo* como negativo.

³¹ Entre estes projetos é possível citar o da Central de Comercialização de Resíduos Recicláveis, envolvendo todas as associações de cidade e duas da região da Grande Porto Alegre, que serviria de entreposto com objetivo era eliminar os atravessadores vendendo os materiais diretamente as indústrias recicladoras e , conseqüentemente, aumentar os ganhos obtidos pelos(as) catadores(as).

³² Atualmente, esta questão é visualmente evidente o volume das cargas das carroças que cruzam a ponte do Guaíba em direção as Ilhas, principalmente ao entardecer.

As catadoras acreditam nos benefícios de seu trabalho para a sociedade e reivindicam seus direitos como cidadãos. Sherer-Warrner (2005) argumenta que os atores em relação não formam redes passivas e que estas podem vir a se articular por meio de redes politicamente ativas, nas quais os atores são partícipes de movimentos, com críticas a condição de subcidadania, construindo, politicamente, táticas de resistência.

O galpão da Cavalhada

Galpão é como as catadoras se referem a seu espaço concreto de trabalho com o *lixo*, denominado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre como Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis, que são vinculadas ao Programa de Coleta Seletiva da cidade. Cada associação de catadores apresenta características próprias e especificidades, sendo responsável pela gestão de uma das 15 unidades de triagem de resíduos sólidos existentes no município.

A escolha da Associação de Catadores do Loteamento Cavalhada levou em conta a convergência do interesse de pesquisa nessa associação, bem como da minha acessibilidade ao espaço do galpão, visto já ter atuado muito próxima ao grupo de catadoras que nele atua, estabelecendo vínculos que ainda persistem. Cabe observar que a UT do Loteamento Cavalhada apresenta características específicas e singularidades que a distinguem das demais UTs de Porto Alegre, entre elas: (1) trata-se de uma unidade vinculada ao Movimento Nacional de Catadores (MNCR); (2) localizada em um reassentamento urbano que se caracterizou como um projeto diferenciado com diversas intervenções do poder público municipal; (3) ser um dos espaços nos quais se desenvolveu o Projeto de Educação de Jovens e Adultos- EJA (o Projeto Galpão) durante o ano de 2001.

O Loteamento Cavalhada é um assentamento de famílias que foram “removidas” de zonas consideradas de risco pela Prefeitura de Porto Alegre. A antiga Vila Cai-Cai situada na Av. Padre Cacique nas margens do lago Guaíba, constituída por barracos, sem saneamento ambiental. Nesse local havia criação de porcos e galinhas, juntamente com o cultivo de hortaliças em um ambiente com muito *lixo*. Muitos moradores da Vila Cai-Cai trabalhavam “puxando carrinho”, ou seja, coletando material que, segundo seu julgamento, poderia reciclado (papel, papelão, jornal, latas de alumínio, e outros materiais). A maioria dos moradores realizava a coleta de *lixo* no centro da cidade, “puxava” até a vila, onde fazia a triagem, e comercializava em um dos pequenos depósitos ali existentes.

Para compreender o Galpão é necessário explicar como se constituiu o Loteamento. O Loteamento Cavalhada foi formado primeiramente pelos moradores da Vila Cai-Cai, que a partir de 1995 foram “removidos” (reassentados) por estar em área considerada de risco à margem do lago Guaíba, na Avenida Padre Cacique (Anexo A).

Com essa mudança de moradia, surgiu à possibilidade de constituir uma Associação de Recicladores³³, que trabalharia em um espaço cedido (figura 6) pela Prefeitura, separando o material encaminhado via Coleta Seletiva. Em agosto de 1996, o galpão foi inaugurado com estatuto, regimento interno e vinte sócio-fundadores (entre esses os membros de duas famílias são maioria na associação).



Figura 6- Fachada do Galpão
Fonte: acervo da autora

Há também o galpão “de baixo” ou “novo” (ou ainda o “galpãozinho”) é o que recebe somente o resíduo reciclável dos hospitais, inaugurado em 2003 (depois do fim do projeto Galpão). Onde fica a esteira elétrica de triagem, motivo de orgulho para a associação, visto ser a única UT em Porto Alegre que possui este equipamento. Na parte da frente, fora do galpão, ficam os cascos de vidro (figura 7), os potes e garrafas que são vendidos inteiros para reutilização (para colocar compota e para pirataria de bebidas alcoólicas importadas) (Anexo A).

³³ Havia em certo período, desacordo quanto a sua própria denominação, Associação de Recicladores ou Catadores..., visto que os seus membros se autodenominavam Recicladores pela aproximação da FARRGS - Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul. No entanto, após divergirem da FARRGS, se unem ao MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-, voltam a se denominar catadores como antes de se organizarem em galpões. Há uma diferença crucial entre a FARRGS e o MNCR: a primeira pretende garantir aos catadores melhores condições por via legal e constitucional, enquanto a segunda, por se caracterizar como um movimento popular e pretende problematizar as instituições do estado (MICHELLOTTI, 2006).



Figura 7- Caqueiro na área externa do galpão

Fonte: acervo da autora

No início, o galpão recebia dois caminhões de material e dispunha apenas de uma prensa. Com relação à moradia houve melhoras significativas nas condições de saneamento ambiental, além da construção de uma escola de ensino fundamental (figura 8) e um Posto de Saúde da Família (PSF).

Hoje, no Loteamento, existem mais de cinco grupos de reassentados oriundos de diferentes locais da cidade, assim se constituiu um conflito territorial entre “os que chegaram primeiro” e “os que chegaram depois”. Esse conflito é, conforme as conversas, originado da disputa pelos pontos de tráfico de drogas, algumas catadoras contam que às vezes não se pode passar para outro lado por que “dá tiro”. O marco divisor dos lados é a Escola Municipal Neusa Goulart Brizola (figura 8), onde as crianças brincam de *bang-bang*, reproduzindo sua realidade vivenciada (Anexo A).



Figura 8- Fachada da Escola Municipal Neusa Goulart Brizola

Fonte: acervo da autora

A associação proporcionou às famílias reassentadas da Vila Cai-Cai uma atividade econômica. Nela trabalhavam, no período de maior convivência junto ao grupo, cerca de 38 pessoas.

Boa parte do *lixo seco* produzido pelos moradores da região sul de Porto Alegre termina lá, inclusive o meu, sendo, meticulosamente, separado pelas mãos sem luvas de mais de 30 mulheres. Nas primeiras visitas, as primeiras impressões. O Galpão é um espaço inacreditável. Há nele um incrível jogo de cores, cheiros, ruídos, rótulos e embalagens. No “fim da linha do consumo” com toda sua dramatização e a opulência os materiais diversos presentes naquilo que em algum momento alguém classificou como *lixo* são ressignificados no dia-a-dia neste espaço. Diariamente, cerca de 6 toneladas do *lixo seco* de Porto Alegre é encaminhado para o galpão da Cavalhada, via Coleta Seletiva e separado no local. Junto às garrafas plásticas de refrigerante, alimentos em decomposição e toda sorte de objetos estão as catadoras a ordená-los (Anexo A).

A atividade se realiza num prédio de alvenaria de cerca de 550 m², equipado com quatro prensas e duas balanças. Com exceção de uma prensa, doada por uma empresa privada local, todos os investimentos foram feitos pelo setor público municipal (SMIC e DMLU). O trabalho consiste em separar os resíduos que são encaminhados por meio dos caminhões da CS, prensá-los e enfardá-los para a comercialização.

O Galpão é escuro e nele há pouco silêncio. É difícil o acesso ao seu interior devido a quantidade de “coisas” que há dentro dele. Do lado direito de quem entra encontram-se os banheiros. Defronte à porta principal, as prensas e a balança onde são pesados os materiais separados. Este local é onde, geralmente, circulam os homens, na confecção e pesagem dos fardos. No meio do galpão ficam os boxes de armazenamento onde são colocados os materiais já triados. O cesto (figura 9), onde atuam em geral as mulheres, no fundo do galpão pode encher ou diminuir, trazendo junto com seu inchaço ou esvaziamento manifestações de euforia ou tristeza, tranqüilidade ou conflito. Quanto mais material mais conversas, mais barulho, mais se mexe, remexe, se quebra vidros, se separa, enfarda e amarra os fardos para o aguardo dos compradores (Anexo A).



Figura 9- Cesto de recebimento de cargas

Fonte: acervo da autora

O galpão abriga três instalações separadas do contato com o resto do ambiente interior há dois banheiros e uma sala, onde é o escritório. O restante é uma grande área comum. Atrás do galpão espaços onde ficam os resíduos maiores de sucata (televisores, computadores,

carcaças de geladeiras etc.) (figura 10) e onde o caminhão despeja os resíduos no cesto. Quando o cesto está cheio a carga de resíduos é colocada no chão, formando um monte de *lixo* análogo ao relatado na cidade invisível de Leônia (CALVINO, 1991, p.108), reunindo um “tesouro de resíduos” (Anexo A).



Figura 10- Sucata na área externa nos fundos

Fonte: acervo da autora

A prensa (figura 11), no centro do galpão, em geral está ligada fazendo um barulho ensurdecedor que se mistura ao ruído de vidros sendo quebrados, vozes, risadas, gritos das catadoras, numa profusão de sons indistinguíveis. Mas,

[...] quando o cesto está à míngua, todo o cenário se transforma. As conversas e fofocas dão lugar às queixas e lamentações. As reclamações e as discussões ocupam o lugar do otimismo, do barulho das garrafas sendo quebradas, dos plásticos e latas sendo jogados no interior dos grandes sacos de armazenamento de material. Não se vê o caminhão dos atravessadores na frente do galpão comprando o material e aí vem a preocupação das catadoras com as contas a pagar e com a manutenção da vida cotidiana. “Ontem o caminhão que veio estava vazio (com pouco material). Por isto hoje não há ninguém aqui hoje” (Anexo A).



Figura 11- Prensa no Galpão

Fonte: acervo da autora

Em determinado período, a unidade chegou a proporcionar aos seus integrantes uma renda média mensal de cerca de R\$ 400,00, chegando a, aproximadamente, R\$ 600,00 nas festas de final de ano. O pagamento é feito em uma conta bancária com cartão magnético para receber a partilha, que é calculada conforme o número de dias trabalhados. Todos hoje sabem assinar seu nome e o lêm, verifica-se que mesmo sendo interrompido o projeto Galpão alguns permaneceram estudando. Recebem visitas de escolas, universidades e outros grupos, com frequência quando falam sobre a importância de separação e tratamento do *lixo*.

To. é uma das escolhidas para acompanhar as visitas e mostrar o galpão. Ela mostra os “boxes”, onde colocam os diferentes tipos de plásticos e de papéis já separados. Explica como são separados os vários tipos de plásticos com seus respectivos nomes técnicos (PET, PVC, PEAD, PS, entre outros). Mostra todo funcionamento do galpão do cesto a prensagem. Em alguns casos a prensagem é interrompida para que ela seja ouvida pelos visitantes. Ao chegar, à entrada do galpão, o silêncio denuncia a presença de visitas (Anexo A).

O grupo tem uma direção eleita a cada dois anos, que pode ser reeleita. Faziam se representar tanto na FARRGS, em nível estadual, como no MNCR, de nacional a internacional. Havia, no início, resistência na participação de reuniões e eventos, pois a ausência no galpão poderia significar a queda da produção e a conseqüente redução da partilha, este argumento era freqüente. Particpei com o grupo do 1º e do 2º Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis:

No ano de 2003, realizou-se o 1º Congresso Latino Americano de Catadores, em Caxias do Sul reunindo os catadores brasileiros, os do Uruguai e da Argentina. Em decorrência, surge mais um documento, a Carta de Caxias do Sul, na qual vários pontos foram definidos em relação à situação do catador, a ênfase foi dada em como o catador se compreendia, constituindo-se na perspectiva de agente ambiental, essa definição se dava por trabalhar na coleta e reciclagem dos materiais recicláveis. Um trecho do Documento de Caxias deixa nítida esta definição: “coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais” (MNCR, 2007).

[...] ocorreu entre os dias 23 e 25 de janeiro deste ano (2005) no Ginásio Municipal de São Leopoldo (figura 12), cidade gaúcha situada no Vale do Rio dos Sinos. Com o tema: Não há fronteira para os que exploram não deverá haver fronteiras para os que lutam, o congresso foi realizado nos dias que antecederam o V FSM em Porto Alegre, totalizando 1050 catadores. [...] Os catadores do Galpão da Cavalhada ficaram juntos quase todo tempo do congresso. Algumas das catadoras comentaram comigo a situação precária do alojamento onde se encontravam. Outras, como a Ce. colocavam a “mão na massa”, procurando estar presente onde era necessário auxílio a organização do evento. Presenciei-a no refeitório servindo pedaços de melancia aos participantes [...] (Anexo A).



Figura 12- II Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis, São Leopoldo/RS

Fonte: acervo da autora

Entre as especificidades do grupo temos o seu forte vínculo com o MNCR. Na associação, as decisões do cotidiano são tomadas, em geral, pelos membros da diretoria, e, quando necessário, são realizadas assembléias para deliberar quanto ao andamento do trabalho ou planejamento. No período, compareciam às reuniões do Orçamento Participativo, para o qual elegeram como conselheira a própria coordenadora da associação.

O galpão é um espaço preferencial de socialização: “gostamos de trabalhar no galpão porque é tranquilo, a gente trabalha à vontade, não tem patrão prá enchê o saco”. Essa fala chama a atenção para o que afinal significa a catação de *lixo*? Quando conversamos sobre “onde estaria se não tivesse no galpão”, algumas responderam que iriam trabalhar com outras atividades que sabem fazer como: serviços gerais, ou em “casa de família” (como empregada doméstica); já outras responderam:- “Não saberia o que fazer”. Algumas (alguns) já haviam saído do galpão e voltaram. O galpão representa o “ganha-pão”, mas para muitas catadoras é muito mais, pois falam das conquistas, das lutas da convivência e as brincadeiras, da ludicidade, que quase sempre está presente nas conversas das mulheres em frente ao cesto de triagem (figura 13). Encaram a vida “numa boa”, isto é, na dor e na alegria de serem o que são, catadores e catadoras.

A dignidade que a acompanha no seu cotidiano em meio ao *lixo* está na base do seu reciclar a vida. Sem pieguice, essa catadora (refiro-me a Ce.) não reclama por piedade, nem se enreda em queixas, mas cria astúcias. Ser livre é o mais importante, que significa antes de mais nada de enxergar na vida as possibilidades. Suas práticas cotidianas entre a desordem e a ordem, na vida e no trabalho, são tentativas de sementes de transformação da sociedade que ao perceber-se, pode também se reciclar [...] (Anexo A).

[...] Cada uma dessas mulheres acorda todas as manhãs e com seus sonhos, vão para o galpão rasgar sacolas e separar o nosso *lixo*. A diversidade neste espaço é o que considero de mais extraordinário, a humanidade que nele se expressa e a possibilidade de transformação de objetos, fazeres e pessoas (Anexo A).



Figura 12- Triagem no cesto
Fonte: acervo da autora

Poderia afirmar que é reduzida a possibilidade de generalização das observações para outras associações. Entretanto, o que se procura generalizar, neste tipo de estudo, são possibilidades de leitura a partir do diálogo entre a experiência concreta e proposições teóricas e não proposições sobre a comunidade, afinal essas são singulares. Nesse sentido, entendo que as particularidades do galpão da Cavalhada representam uma riqueza contextual que amplia e enriquece as possibilidades de compreensão do fenômeno da catação de *lixo*.

Reflexões acerca do consumo

Em espaços como o galpão rompe-se com a linearidade processo produção-distribuição-consumo-descarte-destino final, e se transforma num ciclo fazendo retornar o que seria *lixo*, com o imaginário da “ressurreição de objetos” pela reciclagem. Segundo Bauman (2001), na modernidade líquida “a produção de mercadorias como um todo substitui hoje o mundo dos objetos duráveis pelos produtos perecíveis projetados para a obsolescência imediata” (p.100). Podemos então visualizar o nosso modo de consumo, demonstrado nas diversas embalagens de várias cores, formas e materiais, ali podemos perceber o desperdício, os supérfluos, os excessos cometidos pela sociedade, que se desnuda e põe exposta a sua verdadeira face, desmascarada pelas ágeis mãos das mulheres catadoras. O *lixo*, como possibilidade de renda para elas, se transforma em matéria-prima, que vai deixar de ser retirada da natureza. *Lixo*, natureza disfarçada.

As embalagens encontradas nestes espaços se constituíram, num primeiro momento, como uma importante ferramenta de marketing, que auxiliam no processo de feiticização da mercadoria, devido à saturação das prateleiras das lojas e supermercados, e cumpriram o papel de atrair a atenção dos consumidores e efetuar a venda. A embalagem é um aspecto da mercadoria que

acrescenta valor de distinção (diferenciação) frente aos demais produtos disponíveis. Uma estratégia que tem sido bastante utilizada pelas empresas brasileiras, é a “maquiagem ecológica” das embalagens, por meio da informação de que são “recicláveis”. O fato é que essas mensagens disfarçadas têm, por trás, o interesse da venda, sem que o consumidor perceba e tenha a dimensão de como está sendo influenciado. São discursos e imagens carregadas de representações que dão sentido e orientação à vida cotidiana das pessoas: compre é contribua para a preservação do planeta! Embora muitas vezes até se explicita esse falso argumento mercantil, no qual a sociedade poderia prescindir da necessidade de reduzir os atuais padrões de consumo, apontada pelos ambientalistas.

"As pessoas deveriam comprar o que vem em embalagem reciclável. Já começar a selecionar na hora da compra", ensina a catadora aos visitantes.

Assim, a reciclagem dependeria mais do consumidor que deve comprar mercadorias com embalagens recicláveis, incluindo além da avaliação qualidade/preço, em seu "poder" de escolha, a “variável ambiental”. Esse seria o processo impulsionador do desenvolvimento das chamadas “tecnologias limpas”. Nesse sentido, o consumidor é responsabilizado, através de sua atitude individual, pelas mudanças nas matrizes energéticas e tecnológicas do sistema de produção.

O fato de mercadorias precisarem de consumidores faz com que, aos poucos, a principal tarefa da indústria passe a ser, não produzir mercadorias, mas sim produzir necessidades para estas mercadorias. Verifica-se, então, uma explosão da produção de necessidades de consumo – seja obsolescência programada ou perceptiva, que surge como modo de alterar a relação das pessoas com os objetos.

É inevitável o espanto inicial diante da surpresa de saber o que é considerado descartável para as pessoas. “Isso veio do lixo também?” É uma pergunta recorrente entre os visitantes. É também constante e chamativa presença de aparelhos elétricos velhos e inteiros. O galpão se recria e renova a cada nova carga que chega. Como se fosse um “parque dos objetos mortos”, impregnado de memórias das pessoas, explicitando a vida cada vez mais encurtada pela obsolescência programada ou perceptiva dos objetos (Anexo A).

Mas, esses objetos não são apenas associados a necessidades, sendo relacionados ao prestígio simbolizado por sua posse mais do que por sua utilidade, como aponta Baudrillard (1972, p.14): “os objetos nunca se esgotam naquilo para que servem, e é nesse excesso de presença que ganham significação de prestígio, que ‘designam’ não já o mundo, mas o ser e a categoria social de seu possuidor”. Nessa mesma linha, Marcel Mauss (2001) traz que não é o interesse individual que está em jogo no consumo, mas sim o ganho simbólico atualizado no eterno circuito de dar, receber e retribuir. Segundo ele, os objetos não são fins em si mesmos, ou seja, não têm valor intrínseco, nem são consumidos a partir de uma perspectiva de aplacar supostas necessidades.

No entanto, o discurso ecológico, iniciado com os movimentos de contestação do estilo de vida industrial e urbano, identifica-se à ideologia do consumismo, base do modelo capitalista, como

um dos pilares da atual crise ambiental planetária. Assim, ultrapassadas as correntes preservacionistas e conservacionistas do movimento ecológico original, o chamado “sócio-ambientalismo” rompe radicalmente com as proposições anteriores e aponta os insustentáveis padrões de produção e consumo, como um dos temas mais recorrentes na análise da situação ambiental.

Diante da perspectiva do esgotamento dos recursos naturais surge a necessidade de estabelecer limites à ação humana, parecendo representar, inicialmente, um freio ao sistema de produção (como no livro “Limites do Crescimento”, de D. Meadows publicado em 1972). Segundo esta corrente, os padrões de produção devem ser modificados, de um lado, através da substituição de matérias primas e matrizes energéticas e, de outro, combatendo o desperdício, a obsolescência planejada dos produtos e sua descartabilidade. Já os padrões de consumo, segundo o discurso ecológico, devem ser drasticamente reduzidos, estabelecendo-se, não apenas um piso, mas também um teto de consumo, especialmente referindo-se ao consumo ostentatório das camadas abastadas da população, tanto nos países de primeiro, quanto nos de terceiro mundo (PORTILHO, 2005).

Na contramão da racionalidade ecológica, contudo, a racionalidade econômica nega a necessidade da imposição de limites, afirmando, até mesmo, que a percepção da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais pode funcionar como uma mola propulsora do desenvolvimento tecnológico, oferecendo soluções através da substituição de matérias-primas e outras matrizes energéticas. Esse debate entre diferentes setores da sociedade apresenta contradições. O que se pretende, no ambientalismo, é a redução do consumo, especificamente do consumo ostentatório, baseado no modelo norte-americano. Mas, o discurso “ecológico” oficial, carregado pela ideologia da racionalidade econômica, ameaçada pela proposta de redução do consumo, passa a substituí-la pela modificação dos padrões de consumo, por meio da invenção do “consumidor verde”. Trata-se, nessa perspectiva, não de consumir menos, mas de consumir diferente. Deixando de focar aspectos como a descartabilidade, a obsolescência planejada e a redução do consumo, enfatiza a reciclagem, o uso de tecnologias limpas e o incremento de um mercado consumidor verde (*ibid.*).

A “maquiagem ecológica” tem sido empregada como estratégia de *marketing* de várias grandes empresas. Uma grande empresa de supermercados de Porto Alegre, somente para citar um exemplo, tem vendido, a preço de custo, sacolas de algodão para seus clientes, contendo o slogan “consumo consciente” e o logotipo da empresa estampado. Essa “sacola ecológica” circula nos ombros das pessoas pelas ruas da cidade, como “propagandas ambulantes”. Envolvidos pelo apelo ecológico e sem se darem conta, os consumidores acabam pagando para fazer *marketing* de graça para a empresa. Blauth (1997, apud PORTILHO, *ibid.*) destaca que a rotulagem “verde” vem sendo usada com caráter essencialmente mercadológico e que os símbolos, normalmente formados por setas circulares, sugerem falsas idéias baseadas:



Figura 13- Símbolo da reciclagem

Fonte: domínio público

(1) no pressuposto da reciclagem garantida (a presença do símbolo é, no entanto, apenas uma indicação do seu potencial de reciclabilidade, não garantindo sua reciclagem); (2) no pressuposto da reciclagem permanente e infinita (o ciclo fechado leva a crer que a reciclagem é permanente e infinita, como se não houvesse mais necessidade de extrair matéria-prima virgem) e (3) no pressuposto da embalagem ecológica (as embalagens descartáveis e de difícil degradabilidade são apresentadas como ecológicas pelo fato de serem recicláveis, quando, na verdade, uma embalagem que se poderia chamar de fato ecológica, seria aquela retornável ou de fácil degradabilidade).

Nestor Canclini (1995) ressalta que as mudanças na maneira de consumir vêm alterando as formas de se exercer a cidadania, surgindo uma cumplicidade entre consumo e cidadania. Assim, consumir torna-se sinônimo de “participar”, uma vez que as pessoas, atualmente, não mais se organizam em torno de processos produtivos ou políticos, mas, ao contrário, em torno de consumos simbólicos; manifestam-se não mais apenas como comunidades lingüísticas ou políticas, mas principalmente, como "conjunto de pessoas que compartilham gosto e pactos de leitura em relação a certos bens (gastronômicos, desportivos, musicais), os quais lhes fornecem identidades comuns" (*ibid.*, p.261). As formas tradicionais de exercer cidadania, ligadas a partidos, sindicatos, associações de base, vão cedendo lugar a uma nova forma de atuar na sociedade: consumir. Seguindo o pensamento de Canclini, não podemos mais reduzir a cidadania a uma questão de participação política, pois “o mercado desacreditou essa atividade, [...] não apenas lutando contra ela, exibindo-se como mais eficaz para organizar a sociedade, mas também devorando-a, submetendo a política às regras do comércio e da publicidade, do espetáculo, do lucro e da corrupção” (*ibid.*, p. 20). Há assim toda uma tendência do consumo assumir uma proporção extremamente importante na contemporaneidade, em linhas gerais, pode-se dizer que esse tem assumido um forte viés político.

Essa argumentação torna-se viável com a globalização que consiste em reduzir empregos para reduzir custos, gerando um continente de trabalhadores desempregados, que são, conseqüentemente, alijados dos direitos humanos básicos: trabalho, saúde, educação, moradia. Nesse contexto, Canclini aponta não para o elogio do consumo como forma democrática de

cidadania, mas por exibir o avesso desse processo mercadológico, como na atividade de um segmento social que tem, nas sobras do consumo, um modo de adquirir itens básicos de sobrevivência.

A alegria de poder adquirir um mínimo é revelada no discurso das catadoras quando relatam a experiência de possuir crédito: “Quando tiramos as Carteira de Identidade conseguimos fazer crédito nas loja”. Na perspectiva apresentada por Canclini, as catadoras querem assim consumir para serem consideradas cidadãs, pois o consumo assume uma conotação de dever e obrigação cívica, em que a cidadania passa a ser exercitada por meio dele. Do consumidor são exigidos papéis cada vez mais variados: da obrigação cívica à participação política através desta nova forma de exercício dos seus direitos e deveres da cidadania.

Vale acrescentar, no entanto, que o discurso ambientalista de redução do consumo pode ser analisado distante da realidade cotidiana onde nem os próprios ambientalistas conseguem reduzir, ou mesmo modificar, suas formas pessoais de consumir. O indivíduo, entretanto, não é puramente uma vítima passiva do sistema, pelo contrário, existem também aspectos que o levam a lógica da distinção (gosto de classe e estilo de vida), fundamentais na compreensão dessa dinâmica. Dentro dessa lógica, o consumo funda-se, não em função da satisfação de necessidades individuais e harmoniosas, mas como prática social, já que as necessidades se organizam, segundo busca por diferenciação.

Os objetos consumidos funcionam como signos e distinguem o indivíduo como pertencente a um determinado grupo social, fornece-lhe uma distinção (BOURDIEU, 2002). Enquanto a produção de bens segue o ritmo da produtividade industrial, a produção de necessidades segue a lógica da diferenciação social. A necessidade, na contemporaneidade, não é, no entanto, a necessidade de tal objeto, mas a necessidade da diferença. Nunca existirá, portanto, satisfação completa ou definição da necessidade, induzindo o consumidor a uma insatisfação definitiva. Da mesma forma que o significado do diferencial se move, ou se modifica, também a necessidade e o desejo se moverão e se modificarão.

Há uma ilusão de que, ao possuir tal e qual produto, a pessoa se distinguirá da massa anônima. O que ocorre, porém, é exatamente o contrário. Na moda, por exemplo, todos devem, igualmente, possuir tais e quais produtos para se distinguir, não se distinguindo, no final das contas, em nada. No lugar da diferenciação, surge a obediência aos códigos e valores. Da mesma forma que os diversos objetos simbolizam a filiação a um grupo social, o corpo também funciona como signo que marca um sistema de assimetrias e desigualdades, sendo, porém, o mais íntimo destes signos, pois nunca pode ser desvinculado da pessoa a quem pertence. O corpo transforma-se em corpo-consumidor, um corpo para ser visto. De forma que “se o corpo-consumidor brilha (ao consumir) é

porque em seu interior já se instalou uma epifania do objeto, então sua natureza tal como conhecemos está em vias de desaparecimento” (RODRIGUES, 1995, p.19).

Conforme Dupuy (1980), há uma espécie de geração espontânea de demanda: considerando que os bens distinguem e denotam um *status* social e uma posição na sociedade, o valor e a possibilidade distintiva dos bens diminui quando cresce o número de pessoas que os possui ou os consome. Mas, se as condutas do consumo são, aparentemente, orientadas e dirigidas para o prazer, correspondem, na realidade, a um desvio do desejo, já que o consumo não acontece em função do prazer, mas sim em função da produção. Essa função não é individual, mas coletiva e imediata.

Dessa forma, o desejo de diferenciação e a obediência a um código são vividos pelo consumidor como “liberdade” e “direito de escolha”. A escolha, no entanto, já se encontra formalizada, em função da disponibilidade e fornecimento de bens pelo mercado. A escolha consiste em variar os bens em função da sua posição na escala hierárquica, aceitando o estilo de vida de determinada sociedade e desmentindo a teoria da autonomia e soberania do consumidor. Assim, o mercado polariza entre aquele que tem condições de realizar o chamado “consumo verde” e os que permanecem exercendo consumo de produtos mais baratos, mas tecnicamente e “ecologicamente” duvidosos.

De Certeau (2004) analisa o modo como nós, consumidores, usamos os textos e artefatos que nos rodeiam. E a resposta, ele sugere, taticamente. Isso quer dizer de formas muito mais criativas e rebeldes do que já tinha sido imaginado. Ele descreveu o processo de consumo como um conjunto de táticas pelas quais o “fraco faz uso do forte”, no qual a tática “é a arte do fraco” (p.100). Aproximando essas considerações ao universo da pesquisa, observo que para participarem da ordem hegemônica de produção e consumo, as catadoras reconvertem, intencionalmente, os seus códigos, ou seja, convertem as formas de desenvolver sua atividade, assimilando novos *habitus* em suas vidas que se refletem no seu lazer, no seu vestuário, na sua alimentação, etc.

- “Que bela estás!?” Disse a Ta. que, bem humorada, como sempre, me respondeu dando um rodopio: “Gostou? Te mete minha nega, tudo do ‘Shopping Cavalhada!’”. Depois em tom mais baixo acrescentou: “Tirando a calcinha, o sutiã e essa meia-calça, o resto saiu tudo do cesto!”³⁴ (Anexo A).

A ressignificação do *lixo* torna-se possível a partir das práticas cotidianas das catadoras, ao classificarem aquilo que passa a ser considerado como mercadoria, os materiais que são comercializáveis. Além disso, podem ser separados objetos de outras formas como aqueles que podem ser usados, aproveitados, consertados, ou ainda presenteados. No período de maior vivência no galpão, fiz aniversário e fui presenteadada por Ta. com um “anjinho do *lixo*”. Esse fato carrega um

³⁴ As catadoras relatam que junto com as sacolas de materiais, chegam sacolas contendo roupas, sapatos, às vezes, cobertores e outros objetos que são por elas aproveitados.

cunho profundamente simbólico, afinal a imagem do anjo parece ter sido forma empregada para “purificar” a própria concepção de *lixo*.

O campo do *lixo*, associado diretamente ao do consumo, é um campo social estruturado em que as necessidades e os bens transitam da camada da população economicamente mais favorecida para as camadas populares. Nele, as necessidades de consumo de uns são vistas como possibilidade de suprimento pelo pós-consumo de outros, dentro de uma espécie de segregação pelo consumo. Portanto, ao se fazer a análise de um determinado espaço social, com suas singularidades, como o “*Shopping Cavalhada*”, das representações nele presentes, têm-se numerosas vias de acesso à estrutura da sociedade.

Para Bourdieu (2002) os gostos de classe obedecem a certa lei, onde o que é considerado luxuoso para uma classe social, é banal para a classe ocupante de um nível acima. Assim, o estilo de vida das camadas populares tem por característica o fato de que representa uma forma de adaptação à posição social, reconhecendo os valores dominantes. O que os separa são os meios econômicos que elas têm à disposição para realizar seu estilo de vida, suas formas de adquirir determinados objetos. Dessa maneira, o seu estilo de vida define-se, de um lado, pela ausência dos consumos de luxo e, por outro, pelo fato de que esses consumos acabam presentes, porém são substituídos por outros produtos ou os mesmos aproveitados após terem sido descartados.

Os materiais que chegam ao galpão são aqueles considerados “sem função”, desnecessários ou ultrapassados pelo processo de obsolescência perceptiva (tal como as roupas utilizadas por Ta.). Canclini (1996) reforça que a partir da degradação da política e da descrença nas instituições sociais, surgem fortalecidos, outros modos de participação e de identidade cultural. Para ele, as identidades, aos poucos, passam a se definir pelo consumo, ou seja, dependem daquilo que se possui ou daquilo que se pode chegar a possuir, além da intenção em desfrutar de certa qualidade de vida. Nesse sentido, esse autor propõe um entendimento do conceito de cidadania não apenas ligada à estrutura formal da sociedade, como os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais, mas incluindo as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e identidade social, como a atividade de consumo. O autor propõe, portanto, repensar a cidadania, abrangendo as práticas não consagradas pela ordem jurídica, levando em conta o papel das subjetividades e, ao mesmo tempo, “entender o lugar relativo destas práticas dentro da ordem democrática” (p.23). Procura, assim, reconhecer que, ao se consumir também se pensa, isto é, se escolhe e se reelabora o sentido social, constituindo-se numa nova maneira de ser cidadão. Mas, reconhece que na distribuição desigual do acesso aos bens de consumo, se mantém a contradição, já que o direito de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados estes bens se restringe, novamente, às elites. Sendo assim, haveria uma cumplicidade entre consumo e cidadania, na medida em que os conflitos se mantêm por meio da distribuição e apropriação desigual de bens.

Em outro enfoque, Eigenheer (1993) propõe que se busque, em cada consumidor, o verdadeiro cidadão, no sentido original do termo, ou seja, aquele comprometido com preocupações coletivas, mesmo em seus espaços privados de circulação. Nesse sentido, tanto o consumo, quanto sua denúncia, fazem parte da sociedade contemporânea e tanto a exaltação do consumo, quanto a lamentação de que as necessidades são alienadas e artificiais, alimentam a mesma cultura de massas.

Essa ambivalência talvez seja o que mais me provoca a refletir sobre o consumo, pois se de um lado ele representa, de uma maneira genérica uma maior geração de resíduos, é também visto como uma forma de pertencer à sociedade. Canclini, longe da visão de que o consumo seria apenas a realização irracional de desejos fúteis, investe esforços para demonstrar que o ato de consumir envolve processos sócio-culturais mais amplos, onde se dá sentido e ordem à vida social e, principalmente, onde se constroem as identidades nesse mundo pós-moderno. O autor lembra que os gastos suntuosos estão quase sempre associados a rituais e celebrações, como, por exemplo, aniversários e festas, muitas vezes de caráter religioso. Consumir seria, nesse contexto, um investimento afetivo e não um simples gasto monetário; os bens, por sua vez, seriam acessórios rituais, dando sentido ao fluxo simbólico da vida social.

Nós, seres humanos, intercambiamos objetos para satisfazer as necessidades que estabelecemos culturalmente: “Preciso comprar um presente para meu sobrinho, pois amanhã é dia das crianças” ou “para uma amiga, pois é aniversário dela”, assim: “integramo-nos na sociedade e nos distinguimos, realizamos nossos desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos significados e dar-lhes certa constância ou segurança em instituições ou rituais” (CANCLINI, 1995, p. 25).

Por outro lado, talvez, devêssemos ter em mente também uma análise da cadeia de produção para desfeticizar a mercadoria, demonstrando as ligações humanas que são criadas pela globalização. Assim como existe a questão do investimento afetivo, muitas vezes em datas criadas pelo próprio mercado, é, também, importante reconhecer as responsabilidades que emergem quando nos beneficiamos, enquanto consumidores de produtos de baixo preço em prejuízo da exploração de pessoas de outro lado do planeta, produzidos com mão de obra escrava e/ou infantil.

Os significados regulam a vida e os rituais servem para conter o curso dos significados e tornar explícitas as definições públicas do que o consenso geral julga valioso, conforme Douglas (1976). Essa autora vê o consumo como um processo ritual cuja formação primária consiste em dar sentido ao fluxo rudimentar dos acontecimentos. O consumo se liga, portanto, à insatisfação do fluxo errático dos significados que engendra. Comprar objetos significaria assim assinalar-lhes um lugar em uma ordem, atribuir-lhes funções na comunicação com os outros.

Por intermédio de mecanismos altamente eficazes de aceleração do giro de bens de consumo, os consumidores foram forçados a acreditar na inevitabilidade do descartável, da necessidade da novidade e na obsolescência instantânea das coisas. Isto implica, sem sombra de dúvida, em profundas mudanças psicológicas. O bombardeio de estímulos, no campo da mercadoria, gera uma sobrecarga sensorial e uma cegueira num universo de imagens. Essa produção de volatilidade atua na manipulação do gosto e da opinião; a publicidade e as imagens passam a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais.

Além da manipulação dos desejos, as propagandas das mercadorias expressam uma série de representações acerca do ambiente, de gênero e os mais diversos temas. Dentre as inúmeras conseqüências desse processo, é importante acentuar a efemeridade das modas, dos produtos, assim, como das idéias, dos valores, das formas de agir e pensar. A descartabilidade e a instantaneidade ampliam-se, significa que a possibilidade de jogar fora não só coisas, mas também, lugares, estilos de vida, valores, relacionamentos, modos adquiridos de agir e de ser.

As coisas possuem atributos humanos: acariciam, fazem companhia, compreendem, ajudam. O perfume te beija e o carro é o amigo que nunca falha. A cultura do consumo fez da solidão o mais lucrativo dos mercados. Os buracos no peito são preenchidos enchendo-os de coisas, ou sonhando com fazer isso. E as coisas não só podem abraçar: elas também podem ser símbolos de ascensão social, salvo-condutos para atravessar as alfândegas da sociedade de classes, chaves que abrem as portas proibidas (GALEANO, 2007).

Na atualidade, grande parte da população brasileira, não tem acesso ao consumo ou tem um acesso limitado. Poderíamos nos perguntar, por que a revolução não emerge dessa limitação ou desse não acesso? Poucos ficam acomodados porque podem consumir e muitos vivem o mito do consumo, ficam com o imaginário do consumo, vivendo de fato apenas com um consumo residual. O consumo, assim é uma variável chave na análise do espaço social, pois uma parte privilegiada da população participa do consumo, e, de maneira geral, as populações pobres dos países em desenvolvimento vivem numa situação de subconsumo (GEORGE, 1971). Conforme Tratado sobre consumo e estilo de vida, aprovado no Fórum Internacional das ONGs em 1992, somente 20% das pessoas consomem 80% dos recursos naturais do planeta. Aqueles que comandam o jogo fazem de conta que não sabem disso, mas qualquer um que tenha olhos pode ver que a grande maioria das pessoas consome pouco, muito pouco ou quase nada, o que garante a existência da pouca natureza que nos resta. É importante alertar como Eduardo Galeano, ainda que pareça óbvio, que “não existe natureza capaz de alimentar um *Shopping Center* do tamanho do planeta” (GALEANO, 2007).

Castoriadis (1982, p.103) afirma que “o capitalismo promove a fabricação sintética de novas necessidades, a manipulação dos consumidores, o desenvolvimento de uma mentalidade de *status* e de posição social, ligados ao consumo e à aquisição de bens materiais”. Conforme Eduardo Galeano:

Esta civilização não deixa as flores dormirem, nem as galinhas, nem as pessoas. Nas estufas, as flores estão expostas à luz contínua, para fazer com que cresçam mais rapidamente. Nas fábricas de ovos, a noite também está proibida para as galinhas. E as pessoas estão condenadas à insônia, pela ansiedade de comprar e pela angústia de pagar” (GALEANO, 2007).

Atualmente, o mercado tem gerado cada vez mais angústias e insatisfações, com o apelo cada vez mais fervoroso ao consumo, de tal forma que as pessoas já nem sabem mais distinguir o que é viver bem, com qualidade de vida, de simplesmente adquirir coisas para aplacar uma ansiedade que, facilmente, é substituída por outra e assim sucessivamente. É exatamente este tipo de comportamento, que torna insustentável toda e qualquer organização social, degradando e provocando crises profundas nas diversas esferas da vida.

Outro fator importante é o de que a globalização enfraquece as culturas locais, pois os meios de comunicação, sejam os mais antigos, como o rádio, a TV e o cinema, sejam os pós-modernos, como o fax, as TVs a cabo, o celular, passam a funcionar cada vez mais como o espaço público dentro das sociedades globalizadas e passam a substituir os encontros face a face. Há assim o fortalecimento crescente desses espaços multimídia, transnacionais, em detrimento das identidades locais, enfraquecendo as culturas tradicionais. Os ideais de identidade local que fornecem uma identidade ao grupo, perdem espaço para as identidades fragmentadas vindas de fora. Desta forma, boa parte do argumento de Canclini (1995) é dedicado à formulação de políticas eficazes, que se contraponham ao processo mais amplo de esvaziamento do espaço público tradicional e de empobrecimento causado pelo consumo cultural "americanizado", baseado no “*american way of life*”³⁵.

Para pensar, teoricamente, o consumo, atrelado a pós-modernidade, é necessário vinculá-lo tanto ao estilo de vida, quanto a identidade social³⁶, aos signos de uma dada cultura como aos aspectos negativos associados à exaustão dos bens naturais necessários à produção de mercadorias e ainda com a falsa criação de necessidades que coloniza nossos corpos e mentes. Mas, o que seria então um Consumo Sustentável? Trata-se de reciclar todo o lixo (e aqui é lixo mesmo) despejado em nossas subjetividades pelo bombardeio das “semioses capitalísticas”³⁷ que modelizam afetos sentimentos desejos e outras intensidades, direcionando-os para o consumo alienante de mercadorias. Trata-se de recuperarmos nossa saúde psíquica superando as neuroses, ansiedades, stress, fobias e uma serie de perturbações que dificultam nosso bem viver (PORTILHO, 2005).

Diante da complexidade de todo e qualquer tema que envolva a questão ambiental, é preciso considerar as contribuições de autores como Guattari (1991) que acredita em uma articulação ético-

³⁵ Em um vídeo denominado “A História das Coisas” temos a seguinte informação: “apenas 1% do que é consumido por uma norte-americano permanece em uso após 6 meses”.

³⁶ No entanto, não é o produto consumido em si que fornece esta identidade, mas sim a reação do consumidor com relação ao bem ou serviço adquirido (BARBOSA, 2004).

³⁷ Cf. Guattari (1991).

política entre três registros ecológicos: o do ambiente natural, o das relações sociais e o da subjetividade humana. Pois entende que precisamos discutir a poluição da subjetividade, que atualmente é exercida pela indústria cultural.

O consumo, em sinergia com diversos fatores envolvidos resulta, certamente, em uma maior geração de resíduos. De um lado encontra-se uma maior oferta de tecnologias, luxo e conforto, de outro, acumulam-se os restos, a sucata, o ultrapassado, superado, fora-de-moda e as inúmeras embalagens do novo, ou seja, tudo isto compondo o *lixo* que ninguém quer perto. Sendo assim o que as catadoras estão comunicando ao resignificar o *lixo* ou ao transformar o *lixo* novamente em mercadoria? São recursos para pensar...O *lixo*, enquanto mercadoria, serve para “ordenar o mundo” (SOSNISKI, 2006) e também para fazer pensar a sociedade que o gera.

CAPÍTULO 2- A REDE

Rede da reciclagem

Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas capazes de assegurar a comunicação entre os indivíduos e os grupos que dela fazem parte (RAFFESTIN, 1993). O entrelaçamento de redes informais de conversação no cotidiano vivido se fortalece com as redes formais de discussão e debate e são essenciais para a criação de modos mais complexos de entendimento de situações, políticas públicas e problemas coletivos. Porém, ao mesmo tempo em que criam aproximações, vizinhanças, acessos e convergências, elas também podem proporcionar rupturas e distanciamentos entre esses mesmos indivíduos e grupos. Assim, as redes impõem limites, pois se estruturam em uma base relacional que coloca indivíduos, ou grupos, em contato, evidenciando tensões e conflitos ao mesmo tempo, permitem que sejam tecidos laços de solidariedade a partir dos pontos ou nós que marcam as distintas posições.

Essa compreensão permite perceber a importância da leitura das redes na ampliação do olhar para o jogo político, para além da arena institucional. Ou seja, as redes permitem que atores, com papéis e capitais bem distintos possam opinar e/ou participar da formulação de um projeto ou de uma política em função das relações interpessoais. Por meio dos vínculos sociais, os atores podem vir a se mover do cotidiano à esfera pública e à construção de utopias de transformação. Por isso, a noção se constitui numa reflexão interessante na análise do cotidiano do galpão, que além de explicitar os modos de consumo de uma parcela da sociedade, demonstra que o grupo social que nele atua vem utilizando o espaço, como um elemento relevante na produção das suas identidades e dos seus sistemas de representações.

A tese da rede, em constante movimento, aparece para Norbert Elias (1994) como um conceito adequado para explicar a dinâmica das relações humanas, que não são reduzidas à liberdade individual, nem apenas ao constrangimento coletivo e às determinações sociais.

A rede em movimento é um tecer e destecer ininterrupto das ligações. A ordem invisível desta forma de vida em comum, que pode não ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis (ELIAS, 1994, p.35).

A rede da reciclagem discutida ao longo desse capítulo se caracteriza pelo conjunto articulado de atores e instituições em relação ao papel que desempenham e assumem no jogo do *lixo* de Porto Alegre. Essa rede é influenciada e influencia mutuamente de uma forma complexa, outras

tantas redes, em especial no que se refere às redes internas de reciprocidade³⁸ estabelecidas no cotidiano do galpão da Cavalhada.

A rede da reciclagem é tecida pelas relações internas ao galpão e, com seu entorno imediato, na relação com a comunidade do Loteamento Cavalhada, com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (por meio do DMLU, SMIC, SMED), ONGs, com os compradores (atravessadores), com o MNCR, com a FARRGS, com outras associações, entre outros.

Nessa rede as posições e os vínculos são influenciados pelos capitais que os diversos atores dispõem, ou tem acesso, pelas suas disposições no jogo do *lixo*, sobretudo, pela própria dinâmica de suas práticas cotidianas, incluindo as estratégias e táticas aí adotadas. Os atributos parentesco, vizinhança, amizade, dentre outros (apontados por Melucci (2001), Sherer-Warren (2005), entre outros), também aparecem, fortemente, nesta rede, assim como a existência da rede mais ou menos intencionalizada do galpão, enquanto espaço apropriado pela associação de catadores de materiais recicláveis do Loteamento Cavalhada.

A perspectiva da rede se demonstra como interessante para o entendimento das relações complexas estabelecidas no galpão, pois nele se estabelecem relações fluidas por diversos motivos, ora por interesses comerciais de materiais pós-consumo, ora por interesses políticos, ora pelo próprio jogo, no qual tecem e entretecem constantemente. A rede de reciclagem conecta diferentes pontos em diferentes lugares, das relações bem próximas no cotidiano do galpão às relações mais amplas e difusas que permitem hoje a articulação com um movimento nacional, que se conecta com os movimentos latino-americanos, portanto aproxima as escalas, global e local. Afinal, conforme o lema do II Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis “Não há fronteira para os que exploram, não deverá haver fronteiras para os que lutam”, dito de outra forma, se a exploração se ramifica sob o tecido social as formas de resistir a ela também são reticulares.

Rede Externa

A análise da rede externa ao galpão deve contemplar as relações com: a prefeitura municipal (principalmente DMLU órgão do qual esta tem relações mais próximas), outras associações de catadores, catadores “avulsos”, entidades representativas da categoria, atravessadores, organizações não governamentais, organizações religiosas e a população em geral. Esta é uma rede de relações

³⁸ Na teoria de Marcel Mauss, os três momentos da reciprocidade — dar, receber e retribuir — formariam uma unidade possibilitada pelo caráter total do dom. O bem doado, carregado de força vital, da energia que obrigaria à retribuição, faria a mágica de reunir as pessoas, de criar laços sociais entre elas em um dado espaço. Assim, a reciprocidade é o dom em circuitos simétricos e assimétricos da troca, porque são a base ou o cimento de qualquer sociabilidade, não se restringe, como sugeriu Mauss, às sociedades ditas tribais ou primitivas (ZALUAR, 1997).

mais institucionais (Figura 14), mas nela há também relações informais que não aparecem a não ser com um olhar mais atento.

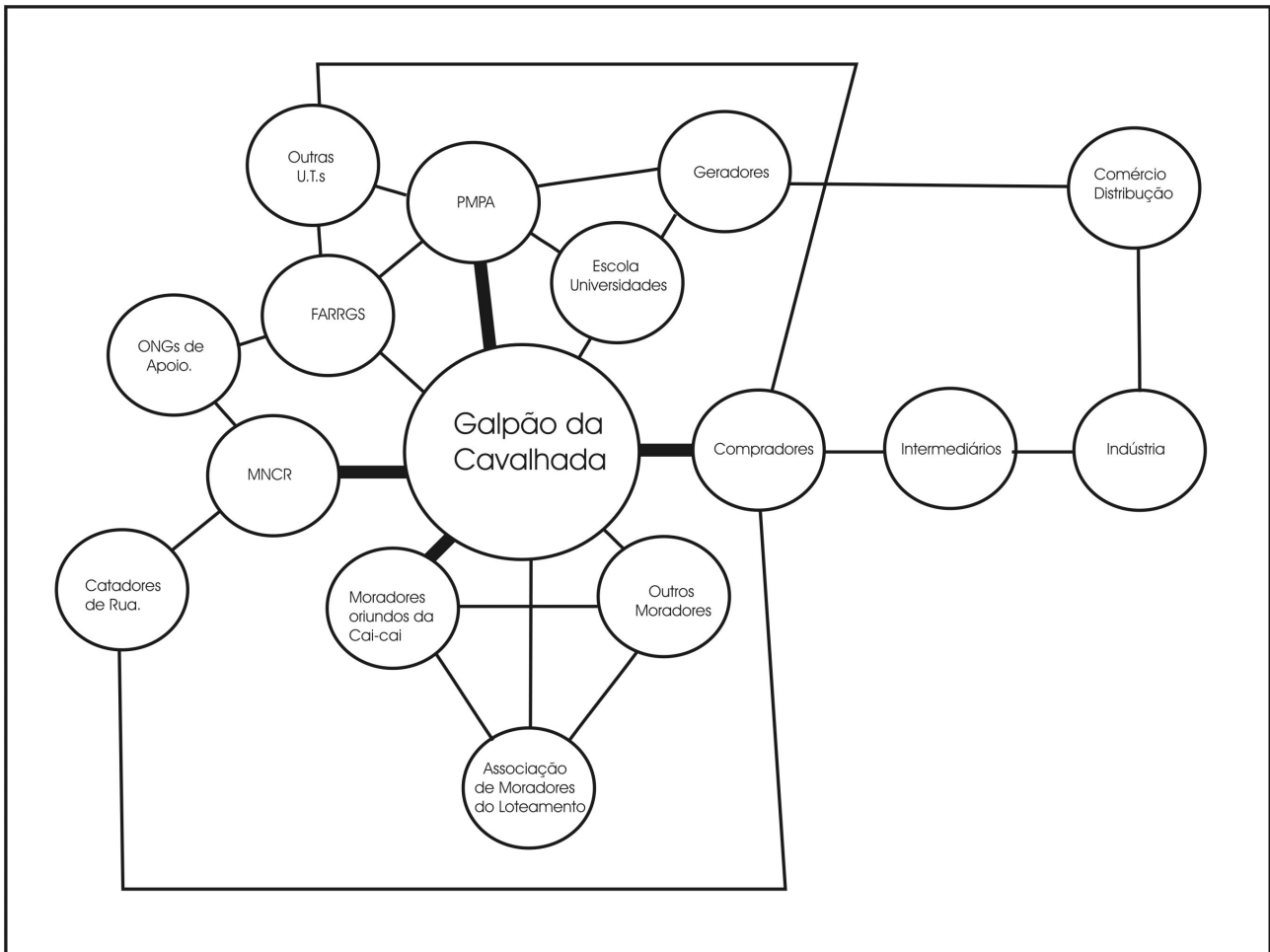


Figura 14- Esquema da Rede da Reciclagem do Lixo de Porto Alegre a partir do Galpão
 Fonte: elaborado pela autora.

As indústrias recuperadoras não têm ligação, ou um relacionamento direto com os catadores, pois assumem posições extremamente distintas no jogo do *lixo*. Para estas, pelo menos conforme o discurso do CEMPRES (Compromisso Empresarial com a Reciclagem), o trabalho dos catadores é interessante e não apresenta desvantagens. As críticas, quando aparecem, são relativas à maneira pela qual a atividade é geralmente executada, por exemplo, a ação de catadores nos logradouros públicos ou nos lixões, que, pelo manejo inadequado do *lixo*, poderão resultar em problemas de saúde pública.

As indústrias tentam, por meio de *lobbies* políticos, agregar o termo matéria secundária aos resíduos sólidos recicláveis no projeto de lei que institui a política nacional de resíduos sólidos (em tramitação no congresso nacional), por meio da tão propalada logística reversa. Muitas vezes esse processo não é visto como parte integrante e necessária para a qualidade ambiental, mas sim como

forma de reduzir gastos e aumentar lucros. Esse processo industrial, como percebemos nas campanhas de *marketing* quanto à responsabilidade ambiental das empresas, nega a existência de milhares de pessoas que vivem hoje da catação de *lixo*.

Entre a indústria e os catadores na rede de reciclagem, há a figura dos atravessadores, que aparecem não somente canalizando os materiais triados pelos catadores aos intermediários, mas também com relações muitas vezes clientelistas, influenciadas por preferências e critérios políticos na negociação e manutenção do seu poder junto às associações de catadores. Quando essa relação é diferenciada, é explicitada no momento em que as diversas UTs fazem a comparação dos resultados da comercialização de materiais, devido aos diversos valores praticados com relação ao mesmo material reciclável. Os atravessadores aglutinam materiais devido às associações não possuírem áreas de armazenamento para grandes volumes de materiais recicláveis. Geralmente, esses dispõem de espaços físicos cobertos onde armazenam os materiais até obter uma quantidade considerável, de forma que possam ter maior “poder de barganha” nas transações com intermediários, que vendem, diretamente, às indústrias que os transformam e os empregam nos processos produtivos. Esses espaços são situados em locais estratégicos para as suas atividades comerciais, isto é, perto do centro da cidade ou nas vilas populares de Porto Alegre. Para recuperar a maior quantidade possível de materiais e para reduzir os custos de controle da qualidade, os atravessadores contam com a força de trabalho dos catadores, aos quais pedem em contrapartida a certeza de que o material não seja vendido a outros.

Em uma das idas ao galpão, cheguei no momento que saía uma Kombi. D. So. estava sendo levada para o hospital, pois passava mal. Ela acabou tendo que ser submetida há uma delicada cirurgia cardíaca. Fiquei sabendo que a Kombi que a levava era de um dos compradores (atravessadores) e que havia levado ao hospital uma criança, filha de uma catadora, que caíra de um local alto do galpão. Alguns compradores parecem socorrer os catadores em momentos difíceis, por isto esses são muito considerados na maioria das associações (Anexo A).

No esquema da figura 14, represento de forma destacada as ligações de confiança, às vezes, de difícil compreensão, que unem os catadores aos atravessadores. Do ponto de vista empírico, esses pequenos empreendedores, que atuam na interface entre as economias formal e informal, que com a comercialização dos materiais adquiridos das catadoras, não somente como fonte de subsistência, mas seguidamente também fonte de significativos ganhos econômicos. Na medida em que os catadores se fortalecem, por meio da percepção de suas possibilidades de ação, através da sua organização, os atravessadores vão perdendo sua função e os próprios catadores podem assumir o fluxo dos materiais aos intermediários. Caso organizassem esta produção de materiais recicláveis triados e prensados³⁹, gerada pelas unidades de triagem do município, para comercialização, pela

³⁹ Há o exemplo de entreposto de comercialização organizado pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Gravataí, que opera há cerca de dois anos captando materiais de associações de outros seis municípios da RMPA (alguns catadores que atuavam no galpão, hoje trabalham nesse local).

quantidade de materiais conseguiriam agregar valor, promovendo uma melhor renda compartilhada entre todos e gerando mais postos de trabalho. Mas, em certos grupos⁴⁰, essa relação parece se transformar em uma armadilha difícil de escapar para a parte mais frágil, isto é, os catadores. A dívida, financeira ou não, assumida por eles com o atravessador torna-se, na maioria das vezes, impagável. Os traços negativos que caracterizam as trocas entre atravessadores e catadores às vezes não são claramente percebidos por estes últimos, ainda que, nas suas representações, perceba-se alguns aspectos contraditórios. Há os que reconhecem o excessivo poder contratual do atravessador, por outro lado, esse ator parece representar a única pessoa disposta a intervir, de maneira imediata e eficaz, para remediar as situações precárias e difíceis que, não raramente, se apresentam no seu cotidiano (COLETTI; ROSADO, 2007).

Outra ligação que merece destaque é a estabelecida com a prefeitura, que ao longo dos últimos anos, manteve uma relação direta com as associações de catadores, o que pode ter, de certa maneira, contribuído para o reconhecimento formal e sua organização. No entanto, é necessário atentar para as distintas leituras quanto à estratégia do poder público local na “inclusão social dos catadores”, mas que não excluem, necessariamente, uma a outra. Pois, se um lado à relação é conveniente para o poder público, de outro ângulo temos para a possibilidade concreta de constituição de movimentos reivindicativos e afirmação de sua identidade dos catadores, na adoção de táticas para resistir a certos dispositivos de controle e regulação da atividade da catação.

Na maioria das vezes, os gestores de projetos sociais não experimentam os problemas que pretendem superar e, portanto, não fazem idéia de sua real dimensão e abrangência. Por isso que o sucesso de qualquer projeto social está diretamente relacionado ao envolvimento dos potenciais beneficiários, desde o processo de planejamento, passando pela implementação, acompanhamento e avaliação. Esses projetos somente se efetivam de fato com a autogestão por esses atores, o que só é possível quando são protagonizados, desde sua concepção, pelos próprios beneficiários. Mas, isso somente ocorre quando os gestores não subestimam a capacidade desses atores.

Cabe destacar que a extrema miséria daquela população, aliada a **despolitização e desorganização** que compromete nossas possibilidades de estabelecer relações de parceria e cooperação no processo de reassentamento da vila, condiciona os aspectos políticos e metodológicos de nossa intervenção. Precisamos ter claro que o avanço de uma consciência mais ampla virá somente, numa hipótese otimista, após bastante tempo. Portanto, em muitos aspectos não conseguiremos alterar nosso papel tradicional de **tutela** em relação ao conjunto de famílias da Cai-Cai (PMPA, 1994- grifos meus).

A transcrição acima é de um parágrafo do Projeto Loteamento Mitra (Vila Cai-Cai), elaborado por um Grupo de Trabalho intersecretarias sob a coordenação do DEMHAB, em maio de

⁴⁰ Principalmente para os catadores de rua, para os quais os atravessadores emprestam carrinhos, prestam auxílio financeiro aos catadores em dificuldade e, em alguns casos, fornece até um barraco no qual possam separar o lixo recolhido e pernoitar, estabelecendo uma relação muito forte de dependência.

1994. Neste trecho identifica-se que o poder público já entra na relação com a previsão de necessidade de tutela, justificada pela “desorganização e despolitização” da comunidade, fato que reflete as posturas adotadas pela comunidade na relação com a PMPA, após o reassentamento.

Guattari (1986) traz que os grupos sociais podem oscilar entre duas posições: a da subjetividade alienada a perder de vista a alteridade social e a subjetividade com vocação a tomar a sua palavra. É inegável que o grupo social em questão nos anos que seguiram vivenciou uma experiência de organização que possibilitou a articulação entre as diferentes associações e formação de uma rede social bastante avançada, se comparada com outros movimentos populares. A experiência do galpão demonstra que, ao contrário das predições do poder público local neste período, entre as demais associações, esse é o grupo mais politizado e sem sombra de dúvida um dos que apresenta vocação firme em tomar a sua palavra.

Como já citado, durante o período da Administração Popular (AP), o DMLU chamava o Fórum das UTs⁴¹ para apresentação de propostas de alteração na dinâmica da Coleta Seletiva (CS) pelos representantes do órgão (como foi o caso do Projeto de Revitalização da CS, em 2003). No entanto, estes momentos sistemáticos também se caracterizavam como uma oportunidade dos catadores de diferentes associações trocarem idéias, tomarem conhecimento de como as demais associações comercializam, com quem e qual valor de cada um dos materiais recicláveis, e conversarem sobre assuntos de seu interesse. Entre as demandas dos catadores, geralmente, apareciam às queixas relativas à quantidade e qualidade das cargas encaminhadas via Coleta Seletiva para o galpão e, ainda, a demora na retirada das caixas (contêineres) de rejeito, realizada pela Coleta Especial do DMLU. O clima das reuniões, por vezes, era tenso. Havia situações nas quais algumas lideranças insultavam os técnicos do departamento acusando-os: “defendem os queridinhos”. Essa expressão era dita para referir-se a existência de tratamentos diferenciados entre as associações de catadores.

Há conflitos recorrentes com o DMLU, com relação à cobrança da qualidade da triagem, visto que em algumas associações os rejeitos chegam a 40% do material encaminhado via CS, e também quanto a distribuição das cargas entre as UTs. Algumas associações consideram haver privilégios a “certas associações”, denunciam haver tratamento diferenciados por parte do DMLU. Esse fato se relacionava com disponibilidade das associações em receber cargas que não haviam sido previstas, quando havia desistência por parte de outras associações. Avalio que neste quesito a associação da Cavalhada estivesse entre as favoritas, (neste período) por sua disponibilidade, pois dificilmente negava o recebimento de cargas, somente quando estavam em luto pela morte de algum parente, vizinho ou amigo (Anexo A).

⁴¹ A implantação da Coleta Seletiva deu-se nesta AP, mas o referido fórum foi se consolidando a medida que mais UTs iam de constituindo. Neste período, houve momentos de maior e de menor participação das associações de catadores, o que variava também em função dos interesses e projetos das distintas gestões do DMLU.

Nas reuniões, as questões levantadas pelas associações, geralmente, se referiam a extrema dependência de intermediários; baixa capacidade para atuação no mercado de materiais recicláveis; desconfiança de alguns associados quanto à atuação das coordenações, principalmente, com relação a partilha; a baixa qualidade dos materiais que eram encaminhados pela Coleta Seletiva; a frequência de retirada da caixa de rejeito pelo DMLU, que alterava o ritmo de trabalho; a distribuição desigual de cargas entre as UTs entre outros. Quanto ao último aspecto citado, como a composição dos materiais recolhidos não é a mesma em toda a cidade, algumas associações recebiam partes “nobres” dos resíduos, enquanto outras recebiam partes de menor qualidade, ou seja, com menor valor comercial. Eram estabelecidos pactos com o DMLU quanto à distribuição das cargas. Esse pacto servia como referência para uma discussão coletiva, estabelecendo em conjunto critérios de distribuição.

Os rejeitos são depositados em contêineres ao lado do galpão e ficam no guardo da retirada pelo serviço de coleta especial do DMLU. Esse é um dos elementos de conflito com o órgão público. Quanto o contêiner lota é necessário chamar o DMLU para retirá-lo, que muitas vezes não tem possibilidade operacional de realizar a tarefa no mesmo turno, acarretando a diminuição de velocidade de triagem em virtude de não haver espaço para colocar o rejeito (há vários relatos sobre as “as brigas com o F.”- coordenador desse serviço no período) (Anexo A).

Mas, geralmente os conflitos eram referentes a cobranças dos técnicos do órgão com relação as posturas inadequadas de outra associação do ponto de vista do SGIRS adotado pelo município, nas quais a mesma afirmava estarem dificultando seus negócios. Ilustro a questão com uma negociação realizada com um dos *shoppings* da cidade, no qual essa associação recolhia a totalidade dos resíduos, não somente os recicláveis. A repreensão por parte do DMLU advinha do fato de estar recolhendo, gratuitamente, a caixa de rejeitos disponibilizada para essa associação, contendo resíduos orgânicos de um grande gerador⁴², sem cobrança de nenhuma taxa ao mesmo. Conforme citado anteriormente, essa associação tem uma liderança que se apresenta como aquela que “faz qualquer coisa para conseguir novos aliados”, para isso ela se utiliza de dramaticidade extra como tática no jogo do *lixo*.

Ao longo da história da Coleta Seletiva, observo a existência de diferentes momentos na relação entre a prefeitura e as associações de catadores. No início, na implantação desse programa, a relação era baseada em assistencialismo e paternalismo, no qual se reforçava uma dependência dessas comunidades com relação ao poder público local. Com o passar do tempo e com os

⁴² Conforme o Código Municipal de Limpeza Urbana (Lei 234/90) este tipo de resíduo, considerado especial, é de exclusiva responsabilidade dos geradores sendo cobrado deste a execução do serviço pelo poder público.

processos, ainda muito tímidos, de organização dos catadores a relação se dava a partir de um discurso de autonomia⁴³, ainda que relativa, das associações.

Quanto às dinâmicas na rede percebidas nas práticas cotidianas podemos captar condutas diversas em distintos momentos. Em alguns, há certos privilégios pelos contatos diretos com agentes públicos, com os quais se consegue benefícios por mecanismos clientelistas, demonstrando uma relação do tipo populista. Em outros, a relação com o poder público local se dá a partir de uma visão técnica, baseada na convicção de que é possível produzir respostas técnicas para os problemas ambientais⁴⁴ decorrentes da geração de resíduos recicláveis, pensando a possibilidade dos catadores tornarem-se desnecessários nesse processo. A prefeitura, no discurso da inclusão social, via Coleta Seletiva, vê os catadores como parceiros prioritários na gestão dos resíduos sólidos urbanos. No entanto, o termo parceria pressupõe condições de igualdade entre as partes e não uma relação entre aquele que tem o poder de dar, suspender e retirar o material, a seu bel-prazer, e aquele que executa, tendo, na maioria das vezes, que se submeter às decisões. Isso de fato, portanto, não se constitui em uma efetiva parceria.

De toda forma, existe o papel de mediação, que os agentes do poder público local assumem nessa rede, no meu ponto de vista, teria como objetivo dar voz ao mediado, formular as demandas da comunidade, na elaboração das políticas públicas. O mediador é aquele que dialoga com a comunidade e, para que esse diálogo aconteça, mediador e mediado devem estar inseridos no mesmo jogo de linguagem, que é estabelecido por um acordo tácito, e não imposto por uma das partes, tendo ambos, então, as mesmas condições dentro dessa relação. Nas conversas com as catadoras, essas referem que no início, muitas vezes, não compreendiam os técnicos/as da prefeitura, pois utilizam termos complicados, mas que, gradativamente, esses foram incorporados às suas próprias falas (tais como: “gerenciamento integrado de resíduos sólidos”, “segregação na origem”, “verticalização da cadeia produtiva”...). Ao dominar os termos técnicos, as catadoras foram tornando o diálogo possível. No entanto, devemos ter cuidado com o pressuposto de comunicação ideal, há uma grande diferença de partir de um tipo ideal de comunicação⁴⁵ e de acreditar ser possível que toda comunicação chegue a seu estado ótimo.

No intervalo, o momento das brincadeiras, o lúdico parece estar sempre presente, somente: “quando vem as otoridades, aí agente têm que se comporta, né? (diz Lu., em tom irônico)”.

⁴³ O desenvolvimento urbano, ou melhor, o desenvolvimento social trazido à luz das peculiaridades do espaço e da vida das cidades, é trazido por Souza (2000), em *O Desafio Metropolitano*. O autor aponta que a autonomia individual e coletiva é o parâmetro básico de definição e avaliação do desenvolvimento urbano e não do crescimento do PIB, da renda *per capita* ou qualquer outro indicador econômico ou outro indicador como o IDH da ONU, que são empregados com se coisas tais como qualidade de vida e necessidades básicas tivessem o mesmo conteúdo em todos os lugares e em todas as culturas.

⁴⁴ O termo ambiental aqui assume o seu sentido restrito, que não englobam o social, o cultural e as demais dimensões que se entrecruzam formando a complexidade do ambiente urbano.

⁴⁵ No sentido de uma relação dialógica e livre de coerção.

Era o momento também da contação das histórias do grupo, como um episódio contado por D. E. Ocorreu em 2000, o Galpão pegou fogo. Ela conta com um profundo sentimento de gratidão as pessoas que ajudaram. A prensa foi salva e ninguém se machucou, pois foi à noite. O Galpão ficou em ruínas. “A prefeitura levantou o galpão novamente, mas ficamos um tempão sem trabalhar, e sem receber também, não foi fácil! As gêmeas da Ce. ainda eram bebês” (Anexo A).

Não podemos partir do pressuposto que todos os agentes envolvidos (mediadores e mediados) possuem a mesma condição de entendimento, pois o mediador assume esse papel, justamente, pela dificuldade do mediado em relacionar-se com outros jogos de linguagem, ou seja, o mediador somente tem razão de existir na relação se for para cumprir com esse papel. Dever-se-ia, portanto, entender essa prática mediadora como efêmera, o mediador só cumpre com seu papel na medida em que a comunidade não mais precisar dele para dialogar com as instituições, quando essa tiver seus próprios meios de expressar seu próprio pensamento. É mais interessante para o grupo social que o mediador atribua validade ao seu discurso (em diferentes meios) do que procure traduzi-lo no discurso do outro. Assim, na prática mediadora, pode-se perceber uma “violência simbólica” pela subjugação da cultura, do entendimento acerca do mundo, do próprio mediado. Por mais que o mediador, bem como a instituição por ele representada, apresente boas intenções. Pois, se pensarmos, por exemplo, com relação ao discurso “ecologista” da reciclagem, mesmo que possa parecer pedagogicamente construtivo, é sempre o “estranho” dizendo o que se deve ou não ser dito aos visitantes do galpão.

Os visitantes testemunham experiências interessantes. Conforme as conversas com as catadoras: “Alguns já descem do ônibus tapando o nariz, principalmente de escola particular”. Então surge entre elas a pergunta que cheiro sente? Se tem cheiro no galpão, quais as causas desse? É verdade que às vezes é mais preconceito do que cheiro realmente, mas há o fato de que os potes de margarina vem com restos e as caixinhas de leite não são enxaguadas antes do descarte, por exemplo, o que acarreta a deterioração destes laticínios provocando cheiro desagradável [...] Isto quando esses materiais não são misturados a resíduos orgânicos ou rejeitos. Embora não seja dito de maneira incisiva pelas catadoras que orientam as visitas, fica evidente que cheiro é decorrente do descarte realizado de forma inadequada (impensada) pelos geradores de resíduos e que nada pode ser feito por elas quando estes já estão no galpão. T. quando acompanhava insistia em falar que elas trabalhavam, não com *lixo*, mas com material reciclado, que vinha limpo, por que as pessoas separavam nas suas casas. Desta vez, estava conversando com To. comentei: “Por que T. não aproveitava para mostrar que as pessoas não separavam direito...”. A To. respondeu que provavelmente T. ficasse com vergonha de acusar as pessoas (Anexo A).

Nessa perspectiva, ressalvo que a eventual dificuldade de compreensão das catadoras não se dá por uma incapacidade cognitiva, mas por fazer parte de um grupo específico, agir e participar do jogo em uma determinada posição a partir do seu *habitus*, da sua cultura. É, precisamente, no discurso que se articulam o poder e o saber, como nos traz Foucault (1986). Por essa razão é necessário conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é uniforme, nem estável. Mais precisamente: não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre acolhido e discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o discurso dominado; mas como

uma multiplicidade de elementos discursivos que podem atuar em estratégias diversas. É nessa distribuição que é preciso restituir, com o que ela comporta de coisas ditas e coisas escondidas; de enunciações requeridas e das proibidas; com o que ela supõe de variantes e de efeitos diferentes, segundo quem fala (e para quem fala), sua posição de poder, o contexto institucional em que se acha colocado (FOUCAULT, 2004).

Ainda sobre a mediação realizada pelo poder público local, por meio do DMLU, siga a reflexão motivada por Marcelo Lopes de Souza (2000):

As administrações municipais autoritárias conduzem a criar resistência de significativa importância prático-política e pedagógica, no entanto, a postura demagógica e paternalista, freqüentemente, leva a desmobilização muitos nestas situações tem a ilusória impressão de que o poder público está a pleno de boas intenções, sem que na verdade ele empreenda ou pretenda empreender algo de consistente a favor da diminuição das disparidades sociais e espaciais intra-urbanas, concorrendo ao contrário para a limitação da organização e da conscientização (p. 147).

O autor citado exemplifica a situação acima com a administração da cidade de Curitiba que, no período da publicação, representava uma versão típica do que chama de postura paternalista. A administração popular de Porto Alegre foi referência na questão da participação democrática, por meio do Orçamento Participativo. Com relação ao Programa de Coleta Seletiva, imperava a mesma intenção de participação dos catadores no processo, embora em certos períodos esse fosse conduzido de forma paternalista e clientelista, deixando transparecer a relação de reciprocidade negativa. Conforme as catadoras relatam, com relação ao apoio eleitoral, são por vezes surpreendidas com a visita de políticos no galpão, em época de eleições.

Souza alerta que a democracia não é mais o conteúdo de uma forma de vida que faz valer os direitos de todos, agora passa a ser um regulador para a satisfação dos interesses privados. Na atualidade, a democracia possibilita certo bem-estar, mas sem liberdade (SOUZA, 2006). Mas, se o Estado distancia-se cada vez mais do bem-estar social, os chamados grupos excluídos, mediados por ligações identitárias simbólico-culturais, vislumbram a possibilidade de organização autônoma, o que pode ser ilustrado pelo surgimento crescente de movimentos sociais politicamente atuantes (SCHERER-WARREN, 1996).

No período do Projeto Galpão, percebe-se uma preocupação com a mobilização desde os “de baixo”, baseada em relações de respeito mútuo, na aposta e confiança⁴⁶, nas quais educadores (as), vinculadas ao poder público local, nesse processo aprendem a negociar com seus preconceitos e a flexibilizar seus saberes no diálogo com os saberes das catadoras, enquanto elas tendem a fortalecer sua auto-estima no diálogo com a diferença.

[...] desenvolvimento do projeto brotou das experiências realizadas anteriormente junto à UT Rubem Berta que surgiram do compromisso assumido por professores da FACED-UFRGS com a Coordenadora da FARRGS, do período. Essa catadora quando procurada no galpão do Loteamento Rubem Berta para realização de trabalhos de campo de pesquisas acadêmicas, problematizava: “Tudo bem podem vir, mas quando nós (catadoras e catadores) iremos estudar na universidade?” [...] Realizado pela parceria do EJA-SMED e da FACED-UFRGS, o projeto procurou também efetivar uma integração entre vários atores, representantes das Associações de Reciclagem, da FARRGS, bem como aqueles que se incorporaram no decorrer do processo [...] (Anexo A).

A aposta do projeto era na organização autônoma dessa comunidade e no protagonismo do processo de organização dos catadores. Assim, os atores foram assumindo suas posições no campo do *lixo*, estabelecendo relações que se estendem atualmente da esfera local do galpão para redes mais abrangentes, articulando-se em outros movimentos sociais, através do MNCR, que constitui elos entre associações e cooperativas de catadores do estado, do país, assim como na América Latina.

[...] Mas quem eram eles? E o que queriam? Após místicas e animação com as cantigas do movimento, a mesa de abertura se constituiu com os relatos de lideranças de catadores da Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia e Brasil. Apresentando-se como a realidade mais difícil no momento a situação dos catadores do Uruguai que sofrem com a repressão policial, sendo impedidos de catarem no lixão ou nas ruas das cidades (Anexo A).



Figura 15- Cartaz do II Congresso Latino Americano de Catadores
Fonte: MNCR, 2008.

Ao encontrar o A. no Seminário organizado pelo DMLU, ficamos muito contentes em ouvi-lo, havia sido aluno do projeto Galpão. Na sua fala no seminário demonstrava segurança e a firme identidade de catador na luta por seus direitos. Foi uma fala coerente e apropriada. Ao conversarmos durante o intervalo, lembramos o quanto para ele antes, quando era representante da FARRGS, era difícil falar em público. Então, ele nos lembra da música que fizeram em aula durante o projeto: “todos juntos somos fortes nada temos a temer; somos todos catadores alunos trabalhadores...”. Sua lembrança parecia nos afirmar que o trabalho com a auto-estima e identidade havia surtido efeitos em seu modo de ser e de agir ou talvez esta tenha sido a nossa compreensão... Mesmo assim saímos extremamente felizes pela lembrança do processo educativo que vivenciamos (Anexo A).

⁴⁶ Mas não de confiança plena, pois algo de aventura é percebido no processo em ambos os lados, numa experiência de auto-educação constante. Saliento que a vivência nesse período foi o principal estímulo para a realização da presente pesquisa.

Entre as associações de catadores do município, a do Loteamento Cavahada é a mais próxima ao MNCR, tanto em número de associados que participavam/participam desse movimento, como em responsabilidade por levá-lo à frente nas lutas. Os militantes mais ativos do MNCR fazem parte da associação do loteamento Cavahada⁴⁷. No entanto, essa relação é repleta de altos e baixos, pois há momentos de mobilização coletiva e fases nas quais apresentam enormes dificuldades de articulação, inclusive dentro do próprio galpão.

Numa certa tarde de inverno, fomos assistir a um filme que passava na sala de cinema da Casa de Cultura Mario Quintana. Educadoras e catadoras do Galpão foram prestigiar ao filme “O Sonho de Rose, 10 anos depois”, da diretora Tetê Moraes, que registra o cotidiano do assentamento de sem-terras mais de dez anos depois do filme “Terra para Rose”, sobre a ocupação de um latifúndio no Rio Grande do Sul, na Fazenda Annoni, por um grupo de agricultores que inspirariam a criação do Movimento dos Sem-Terra (MST). Não faltaram comentários das catadoras durante a projeção, nem no final. A história⁴⁸ acompanha a trajetória de famílias de “sem terras”. [...] Ao longo da projeção, entre os cochichos pude ouvir: “Elas são como nós”. Fiquei pensando muito nesta fala... Principalmente no fato das catadoras terem se identificado com as trabalhadoras “sem terra”. Por serem mulheres, por serem mães, na luta por seus direitos, na luta para o sustento das famílias? [...] Quando acabou o filme o silêncio pairava no ar, parecendo demonstrar o quão reflexivas saíram as catadoras da sala de cinema (Anexo A).

Quando há demanda dos catadores, esse grupo encontra sempre um ponto de articulação com outras associações, demonstrando a possibilidade de construção de uma identidade coletiva. Esse princípio articulador justifica-se sobre bases mais gerais: “somos todos catadores”.

Todos juntos somos fortes
 Não há nada a temer.
 Somos todos catadores,
 Adultos, trabalhadores
 Nada temos a perder...

⁴⁷ Tive dúvida ao definir a relação com o MNCR nas redes externas ao galpão, visto ter tido contato com o movimento através e sempre junto a este grupo. Optei por colocar estas relações nas redes externas pelas oportunidades de ampliação das articulações com outras associações, sejam elas da cidade do estado ou do país.

⁴⁸ Rose e sua família participaram da ocupação da Fazenda Annoni em 1985. Dois anos depois, numa colisão entre caminhões na estrada, três integrantes do MST morreram e vários ficaram feridos. Ela estava entre os mortos. O motorista do caminhão fugiu. A invasão da fazenda foi um marco para a expansão do Movimento dos Sem Terra em todo o Brasil.



Figura 16- Marcha do V FSM

Fonte: **acerco da autora**

O trecho acima transcrito refere-se a uma paródia da música Todos Juntos (Chico Buarque) feita pelos alunos galpão da Cavalhada, apresentada no I Seminário de Avaliação e Planejamento do Projeto Galpão em dezembro de 2001. No galpão, os associados se orgulham da conquista, por meio do MNCR, do dia do Catador, que passou a ser dia 25 de novembro. Para o grupo, a primeira conquista mais importante do movimento foi o reconhecimento legal da ocupação catador⁴⁹, embora em sua dimensão cultural ainda haja muito a ser feito. Houve diferença no grau de solidariedade observada entre os catadores (recicladores, carrinheiros, papeleiros, carroceiros) após esse reconhecimento, assim como houve avanço no processo de conscientização dos seus direitos e o conhecimento das formas diferenciadas de enfrentar as adversidades.

“Aqui, em Porto Alegre, os que começaram a atividade no galpão eram denominados de recicladores, para se diferenciar dos catadores de rua, mas era preciso solidariedade entre todos os que trabalham e vivem do *lixo*, por isso devemos todos nos unir, o movimento é um só: seja nos galpões, nas ruas, puxando carinho ou nos lixões espalhados por este Brasil, catador é catador” (A.).

Pude ouvir relatos sobre a trajetória de cada um daqueles catadores, após estes a conclusão que se chegava é que as histórias eram muito parecidas. Alguns tinham ficado sem alternativa no campo e foram tentar a vida na “cidade grande”, assim acharam na catação do “lixo” seu sustento. Outros já moravam na “cidade grande”, mas perderam emprego no mercado de trabalho formal, por vários motivos entre eles a baixa escolaridade. Enfim, todos percebiam que procuram o mesmo, seu sustento, trabalho digno, enfim: Vida e Cidadania, como no lema do movimento (Anexo A).

⁴⁹ Houve o registro da profissão na CBO: CBO 94, de acordo com a Portaria 397 de 9/out/2002, Ministério do Trabalho e Emprego, Catadores de Materiais Recicláveis: catam, selecionam e vendem materiais recicláveis profissionais que se organizam de forma autônoma (aqui com o sentido de individual) ou em Cooperativas/Associações com diretoria e gestão dos próprios catadores.

Organizando-se em seus fóruns, as catadoras buscam construir uma militância, na coerência entre a experiência pessoal e suas idéias defendidas. “Apesar das imensas dificuldades, resistimos e lutamos dia-a-dia pela vida. Pelo direito de trabalhar honestamente e sobreviver” (MNCR, 2008). Mas, a igualdade se interrompe, por certo momento, por uma cadeia de diversidades, às vezes, desigualdades, que se expressam por estarem: umas mais próximas ao poder público local, outras vinculadas à igreja católica ou outras organizações religiosas, outras buscam apoiar-se em entidades privadas ou qualquer instituição que lhe forneça alguma forma de benefício e ainda, outras que crêem somente na organização pelo próprio grupo, como é o caso da Associação do Loteamento Cavahada.

Existe no Rio Grande do Sul, além do MNCR, a organização institucionalizada na FARRGS, cada instância com suas atribuições que, muitas vezes, se sobrepõem, cuja atuação é mais controlada pelas relações com o Estado. Esses espaços são privilegiados para a legitimação e reconhecimento da categoria, e, conseqüentemente, fortalecimento do seu território, constituindo-se, ao mesmo tempo, como espaços de disputa pelos benefícios econômicos e/ou políticos. Quando há conflitos internos na associação os representantes desta instância são chamados para servir de mediadores, às vezes, para dar conselhos, ou mesmo assumindo um papel de interventor, quando o problema é maior, em prol do coletivo.

“[...] Todos se revoltaram. Então nos duas dissemos que não queríamos mais ficar na coordenação do galpão, que eles (os demais associados) se ralassem... Sentamos num fardo e esfriamos a cabeça e então começamos a pensar o que iríamos fazer... Aí tive a idéia de chamar a Hilma para conversar. Ligamos para ela no outro dia estava lá com o E.(assessor técnico da FARRGS). Todos ficaram envergonhados, pois levamos um ‘xixi’ daqueles” (conta To.).

Algumas lideranças se destacam no processo, principalmente aquelas que estiveram desde o início da organização: Hilma Klein Cardoso, da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta é uma delas, era reconhecida nas conversas como “braço de ferro dos catadores” ou aquela que não tem “papas na língua”. Hilma foi presidente da FARRGS, desde sua fundação em 1998, até o seu falecimento em 2002 que entristeceu os catadores, pois essa liderança, de uma maneira geral, era muito considerada nas associações. Conforme uma das conversas: “Hilma era guerreira. Tinha força e vontade de lutar”. Todos os catadores a respeitavam muito e, alguns, até a temiam pelo seu temperamento forte. O poder dessa catadora no estado do Rio Grande do Sul, mesmo quando não estava presente, mesmo não manifesto, era sempre levado em conta. Embora diante de algumas atitudes, como na fala transcrita acima, a levavam a distribuir repreensões. Quando Hilma chamava a atenção, em geral, as coordenações das associações transferiam sua insatisfação para o pessoal que não era da coordenação.

“Muitos aqui a conheceram, eu admirava sua força e seu pulso forte. Hilma Maria foi uma catadora, ela cresceu, viveu e sustentou seus filhos em cima do *lixo*. Era forte e botava a boca no mundo, foi através dela que percebi que ninguém ia fazer por mim, que teria que lutar por reconhecimento, e é por isso que estamos aqui por Hilma e pelos nossos direitos como trabalhadores honestos”, disse Ce. ao grupo. Fizeram um “grito de guerra” e todos gritaram: “Hilma Maria valente e guerreira; símbolo da luta da catadora brasileira”. Ter um símbolo neste momento inicial do Movimento era visto como importante para fortalecer a organização e construção da identidade coletiva (Anexo A).

A FARRGS é o braço institucional da organização dos catadores, tendo apoio de ONGs que atuam na assessoria a grupos da economia popular. Cada associação, pelo seu envolvimento no processo, apropriava-se de forma diferenciada das informações que circulavam. Na idealização dessa instituição era previsto o papel na interlocução dos catadores junto às negociações com o Estado, tentando atribuir uma unidade de representação da categoria, visto que os conflitos internos das associações colocavam em risco o processo de organização. A fragilidade dos vínculos estabelecidos entre as associações e a falta de confiança mútua entre os grupos dificultava a implantação de projetos que agregariam valor ao material triado. A divergência de linhas de atuação entre as lideranças de catadores foi explicitada na disputa política pela FARRGS no ano de 2002⁵⁰.

As associações de catadores de Porto Alegre possuem um histórico marcado pela presença das mesmas lideranças que influenciam no momento de decisões dos grupos. Conquistaram no Orçamento Participativo do Estado uma Usina de Beneficiamento de Materiais Plásticos, que se encontrava pronta para operar, no então Parque Industrial da Restinga. Eram passos na direção da verticalização da cadeia produtiva de produtos reciclados, agregando valor ao material comercializado, gerando novos postos de trabalho e, enfim, buscando reduzir a distância enorme entre as pontas do processo de reciclagem, isto é, catadores e empresários recicladores. Algumas associações não concordaram em destinar sua produção de PET (os fardos) à usina para que fossem processados agregando valor a esse material. Alegavam que preferiam continuar vendendo a menores preços para seus compradores (já expressei como se dá essa relação), mas com retorno mais imediato, semanalmente. E ainda, as dificuldades de administrar coletivamente a usina fizeram com que as associações perdessem a conquista⁵¹.

⁵⁰ Michelloti (2006) discute a experiência de organização dos catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul nas suas lutas por reconhecimento social, demonstrando empiricamente a existência de dois grupos, um com ênfase na dimensão econômica (recicladores como empreendedores, via FARRGS) e outro na dimensão política (militantes do MNCR).

⁵¹ Atualmente está em vigor a concessão do prédio e equipamento para uma empresa privada.

“Eu acredito que toda essa construção de Federação, de Usina, abriu os olhos do pessoal para ver que eles é que têm a faca e o queijo na mão, é só saber cortar, então eu acredito que teve uma valorização muito grande nessa questão e que não tinha, mas nem todas as Associações conseguem ver.” (E. ex-coordenadora da FARRGS, catadora do Galpão Profetas da Ecologia).

Houve um grande desgaste da FARRGS nessa questão da Usina. O Grupo Gestor da Usina, formado por representantes das associações envolvidas, teria a atribuição de gerenciamento operacional, embora tenha havido maior interação entre as associações, mediadas pelo poder público, o fato não se refletiu em maior solidariedade e coesão entre os grupos. Nestas oportunidades, os catadores de Porto Alegre tiveram a possibilidades de desenvolver aspectos de organização coletiva, mas sob a tutela do estado e não o caminho da autonomia, o que foi suficiente para o projeto da usina não lograr êxito.

O reconhecimento social dos catadores atrelados ao poder público, com a possibilidade de serem empreendedores, via organização junto a FARRGS, ainda persiste. Mas, em oposição a este “confinamento”, que restringe o número de catadores inseridos, temos os princípios de solidariedade com os quais se identifica o MNCR, que almeja autonomia com relação ao poder público local e apregoa condições de redistribuição de renda. A reivindicação do MNCR é o pagamento pela prefeitura da coleta feita pelos catadores nas ruas da cidade.

A cisão entre catador de rua e de galpão, reforçada pelo poder público local, parece então ter um forte conteúdo ideológico. Criam-se privilégios materiais e simbólicos a uma parcela dos catadores (os que atuam nas UTs), essa dicotomia aparece reforçada em alguns trabalhos acadêmicos. Martins (2003) avalia que uma das formas de escapar da vulnerabilidade social e econômica é constituindo-se em associações maior segurança no trabalho do que os trabalhadores mais informais por estarem “assistidos institucionalmente”. A idéia que perpassa esta dicotomia é de que um reciclador quer ser “empresário do lixo” ou de que um catador é um trabalhador⁵².

No entanto, esse cenário de distinção entre quem é e quem não é do galpão, pode ter como intento a afirmação de uma identidade confrontada com uma dupla disjunção: “o bem do grupo” persiste em sua “reclusão”, com o perigo de formar gueto e “o bem do grupo” que arrisca a sua

⁵² No início da relação entre o poder público local e as catadoras das associações, estas eram chamadas de “recicladoras” para diferenciar dos catadores de rua, sob o argumento da necessidade de elevação da auto-estima. Esse fato serviu também para afastar as duas subcategorias de catadores, colocando-os em posições de diferentes em termos “distinção social” no espaço urbano (instigando a concorrência observada entre catadores dos galpões e catadores de rua). Após a emergência do MNCR, as catadoras das associações passam a se autoneamar da mesma forma “em solidariedade aos (as) companheiros (as) que vivem da catação nas ruas e nos lixões espalhados por este Brasil afora” (diz A.).

diferença em articulação com outras associações e com os catadores de rua. Todas as identidades se vêem transformadas nesta luta, na qual se percebem em um processo de hibridização.

A articulação momentânea dessas diferenças não pressupõe a perda da identidade e sim a abertura de novas possibilidades, em uma concepção dinâmica da identidade, ou melhor, identidades, no plural, com a articulação constante em um campo de forças, território. Por isto avalio que ao buscar novas articulações, novas redes e “no reciclar das relações”, o grupo da Cavahada se mantém vivo e ativo no jogo do campo do *lixo*.

A atividade rotineira executada em meio ao *lixo* é um trabalho que vem sendo reconhecido pela população, em geral, e faz parte de um processo educativo que não envolve somente as catadoras, mas que, necessariamente, transforma todos(as) que do galpão se aproximam ou que dele tomam conhecimento. Embora haja o reconhecimento pelo trabalho realizado, há ainda preconceito que pode estar associado à forma de rejeição e distanciamento do *lixo* que persiste fortemente na sociedade⁵³.

“Eu dizia para as meninas que não era lixão. Até hoje eu brigo com quem chama o galpão de lixão!”. Diz To. em uma das conversas (Anexo A).

As associações de catadores atravessam dificuldades, em alguns períodos, devido à redução de quantidade e qualidade do material encaminhado por meio da Coleta Seletiva (CS). Esse fato ocorre, de certa forma, pela existência, cada vez maior, de catadores de rua. Essa coleta informal, realizada pelos carrinheiros e carroceiros, tem sido ampliada cada vez mais na cidade, devido a atual conjuntura de desemprego e de uma cultura da separação, assumida por uma parcela dos porto-alegrenses, que contribui para “disponibilidade de renda junto ao meio-fio” para estes catadores, que coletam antes da passagem do caminhão do DMLU (REICHERT; DUTRA, 2003). Entretanto, ainda existe uma considerável parcela da população que permanece sem aderir ao Programa de CS, dispondo para a Coleta Comum os resíduos recicláveis misturados aos orgânicos.

A Prefeitura, por meio do DMLU, realizou, em períodos passados, algumas tentativas de integrar estes catadores informais ao Programa de CS, tarefa bastante complexa primeiro pelo número cada vez mais elevado de catadores que atuam nas ruas, que percebem o trabalho precarizado como alternativa de renda, assimilando o alto grau de dependência dos atravessadores e a desconfiança destes com relação àqueles que representam a política institucionalizada. No discurso da prefeitura, no período da Administração Popular, a coleta informal pelos catadores não deveria ser incentivada, visto que o recolhimento de resíduos sólidos urbanos domiciliares é por lei atribuição exclusiva do poder público local. Conforme essa visão, o sistema de gerenciamento

⁵³ Conforme suscitado no capítulo 1, no item intitulado “Subjetividades em torno do lixo”.

integrado⁵⁴ dos resíduos deveria ser concebido para que a catação de rua ou a coleta informal fosse gradativamente abandonada, substituída e desnecessária.

No entanto, não há como negar a realidade que está nas ruas, na qual os catadores, carroceiros e carrinheiros coletavam, informalmente, um volume de resíduos sólidos urbanos bem maior do que o sistema de recolhimento institucional pelo DMLU. Uma pesquisa realizada na cidade, em 1997, já indicava que esses catadores de rua coletavam uma carga equivalente a aproximadamente três vezes a quantidade recolhida pela coleta formal (COSTA; SATTLER, 2000). Cada vez é mais claro que, conforme apontado recentemente por Eliane Simões, em um estudo de caso na AREVIPA, “os catadores de rua devem ser considerados parte integrante na definição do sistema ‘integrado’ de gerenciamento, tanto na fase de definição, quanto na implementação” (SILVA, 2007, p.63). A autora alerta que, na implantação de políticas públicas na área, deve-se evitar cometer erros originados pela falta de diálogo e no desconhecimento do universo dos catadores de rua.

Na rede da reciclagem de Porto Alegre há o entrecruzamento de todas estas dinâmicas, ora direcionadas para um lado, ora para o outro, num movimento constante da rede, que se move e que nos move cotidianamente. Em certos momentos, outros atores sociais circulam na rede. As catadoras relatam que recebem no galpão cinegrafistas, fotógrafos, jornalistas e repórteres em busca de matérias e também com relação à presença de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, levantando dados para estudos. Conforme as catadoras esses atores “chegam, se apresentam, fazem perguntas, tiram fotos e vão embora”. Afirmam que, geralmente, não recebem retorno do resultado dessas ações realizadas no galpão. Alguns pesquisadores tendem a desqualificar as falas dos desfavorecidos e encará-los como explorados, como se fossem sem cultura, “sem critérios éticos universais, sem redes de solidariedade e de sobrevivência, sem rosto, sentimentos, leitura de mundo e singularidade” (REIGOTA, 2006, p.12).

Ainda que o pesquisador se julgue aliado das classes populares, não seja cobrado de não se vestir igual, comer do mesmo prato, agir das mesmas formas e partilhar semelhantes situações as que seus pesquisados, até porque isso não apagaria suas marcas “de fora”, não se deve desconhecer que o distanciamento absoluto dos intelectuais, em relação ao meio popular, produz um efeito de certo alheamento das condições concretas vividas e sentidas no cotidiano desses lugares invisíveis. E isso tem consequência também epistemológica, na medida em que o priva de um olhar mais “de dentro”, limitando não raro a qualidade da análise e da intervenção.

⁵⁴ É comum encontrarmos o termo “integrado” como qualificativo aos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos. No entanto, se levarmos às últimas consequências o sentido dessa qualificação, observaremos que ela deveria trazer para os sistemas de gestão propostos, a natureza participativa essencial para que uma verdadeira integração ocorra entre os atores envolvidos nos mesmos.

A presente pesquisa procura ir em direção contrária a essa tendência de intervenção, pois, desde o início, parte de uma relação de vínculo, respeito e profunda consideração para com as catadoras envolvidas, estando esta baseada em uma interpretação, bem particular, realizada a partir da experiência de convívio junto a elas e não a uma explicação da sua realidade concreta.

Houve momentos muito emocionantes no congresso de catadores, quando esses (os catadores e catadoras) faziam questão de dizer que quem tinha que “tomar as rédeas da luta” eram eles próprios e não os “técnicos”, como chamavam a todos que no evento não eram catadores (pesquisadores, estudantes, representantes da igreja, assessores, representantes da prefeitura, membros de ONGs, etc): “Nós é que temos que decidir os rumos, não eles, pois esta luta é nossa”(Anexo A).

Nos nossos encontros educativos, enquanto tecíamos nossas subjetividades nesta rede, estive consciente de lidar com pessoas dessa sociedade complexa, pessoas que vivem sob a pressão das mesmas forças estruturais que eu e que, em muitos casos, ostentam valores e crenças idênticas às minhas. Porém, pressupor de antemão essa semelhança dos nossos universos simbólicos é submeter todas as conversas aos mesmos critérios de análise, poderia representar a facilitação da violência simbólica exercida sobre as catadoras, pela ordem social hegemônica. Penso que a abertura a “outras leituras possíveis”, de outras dinâmicas sócio-espaciais e culturais, serve como escudo à massificação, à homogeneização. Senti a necessidade de rever minhas próprias noções, processo difícil que procuro seguir, obstinadamente, transformando-me a cada momento da pesquisa.

Rede Interna

Nessa parte do texto, procuro situar além das relações entre os membros da Associação de Catadores, a relação entre esses e os demais moradores do Loteamento Cavalhada, por entender que esse contexto é importante para interpretação de como se articulam e se conectam as redes interna e externa ao galpão. Os atores sociais envolvidos são vistos como jogadores, por meio das relações que mantêm entre si, formam uma teia flexível de tensões, que se forma, necessariamente, pela interdependência dos indivíduos. Essas relações podem ser marcadas por uma configuração de aliados ou de adversários.

Notamos que uma das preocupações dos chamados profissionais do “social” gira em torno da autogestão⁵⁵, embora haja poucos estudos e pesquisas com esse foco. Nesse escopo de investigação, localizo o trabalho de Pucci (1998), que junto a uma comunidade de assentamento urbano desenvolveu uma proposta de autogestão comunitária. A autora discute os processos de

⁵⁵ O conceito vem sendo aplicado ao campo econômico, um método de gestão de empresas, e no campo político, uma forma de democracia direta. Entretanto, pode ser entendido de maneira mais ampla, se analisado sob diferentes enfoques, expandindo-se para todas as outras esferas da vida social.

segregação sócio-espacial que acontecem nas cidades latino-americanas e centra seu estudo nos bairros da periferia, que emergem como “bolsões de miséria”. Por meio de observações, propõe um método de trabalho em função da autogestão comunitária, visando a melhoria dos assentamentos populares, por meio da problematização das políticas públicas e propiciando espaços para a participação comunitária. Embora as comunidades tenham suas singularidades e diferenças, com encolhimento do estado de bem-estar social, esse parece ser o caminho a seguir e para isto é importante haver o conhecimento e reconhecimento das redes que aí se estabelecem.

Enquanto a política local interessa aos atores hegemônicos como possibilidade de adequação à globalização; para as classes populares e as pessoas do lugar interessa a consolidação de um espaço de garantia do trabalho e da qualidade de vida (HEIDRICH, 2004). No entanto, as práticas cotidianas no lugar consolidam-se como maneiras completamente segmentadas de sua realização, assim como uma diacronia entre local-global. Conforme o autor, a solidariedade territorial-local é cada vez mais seletiva e a participação diferencial das pessoas no espaço social faz pensar que a vida social está permeada não somente por contradições sociais, mas por distintas espacialidades, isto é, as pessoas e a comunidade apresentam diferentes vínculos com as escalas, da local à global.

Considero que o fortalecimento dos vínculos com espaço e, de modo mais eficiente, as articulações em rede, podem possibilitar a construção dos vínculos de solidariedade com instituições e lugares. No Loteamento Cavahada, vive-se essa situação, a comunidade transferida de uma área de risco às margens do Lago Guaíba, que atua no galpão por ela gerenciado, estabelece aí seus vínculos com este espaço, com as pessoas e com as instituições. Esse grupo é oriundo de um mesmo local demonstrando, por meio de suas memórias, fortes laços de pertencimento apontando para relações identitárias como podemos observar nos fragmentos relato da “linha de tempo do galpão”, a seguir:

Nossa história começa na Vila Cai-Cai, na rua Padre Cacique, onde morávamos e trabalhávamos puxando carrinhos e em outras atividades na rua [...] Quando foi construída a avenida Beira Rio ficou muito perigoso e passou a ser área de risco. Então, em 1995, começaram as remoções para o Loteamento Cavahada e as reuniões para unir o pessoal e começar um trabalho em grupo para fundar uma Associação de Recicladores. A inauguração do galpão foi em agosto de 1996, com estatuto, regimento interno e vinte sócio-fundadores. Recebíamos dois caminhões de material por dia e tínhamos uma prensa. [...] Em 2000 tivemos uma grande perda. Numa madrugada de sábado, acordamos com estouros e gritos: Fogo! Fogo! O galpão estava pegando fogo e mesmo no desespero conseguimos salvar os equipamentos. Apesar do galpão ter ficado em ruínas, tivemos apoio para sobreviver, principalmente de outros recicladores e de compradores. Conseguimos verbas para reconstruir o galpão através da ajuda da prefeitura, de moradores da vila e de compradores. [...] Temos orgulho da nossa história e do nosso trabalho e queremos passar a todos uma mensagem de luta e otimismo (texto coletivo da turma do projeto Galpão, extraído da publicação *Lixo não é Lixo* lançada no II FSM/2002).

Conforme aponta Heidrich (2004), esse grupo apresenta forte identidade ligada ao passado, guardando lembranças boas da vida e do lugar em que habitavam às margens do Lago Guaíba. Nas

conversas sobre esse tema, afirmam que as árvores que plantaram ainda permanecem no local, onde hoje há uma praça⁵⁶. Em contraste com essas relações identitárias e fortes laços de solidariedade interna, temos a relação com os demais moradores do Loteamento Cavallhada, oriundos de outros locais da cidade, com suas distintas territorialidades, que não são admitidos como sócios efetivos no galpão (podendo algumas vezes atuar como *freelancer*⁵⁷ quando indicados por algum associado), demonstrando que a solidariedade territorial-local é seletiva.

“Às vezes, o pagamento era por quinzena, depois passou a ser mensal. Tinha um tempo que a gente trabalhava por produtividade, era pelo cesto, tinha que estar no mínimo pela metade no final do dia. Depois passou a ser pela bombona cheia e pesada. Isto era na época do A, por que na época da Ce. não tinha isto...algumas vezes era injusto, pois mesmo quando tinha baixado o cesto a produtividade era para a ‘panelinha’.” [...] “A gente, que não era da ‘panelinha’, se saísse do galpão para tentar outro emprego ou por outro motivo não podia voltar perdia a vaga, mas quanto era, saía e voltava quando quisesse. Às vezes, ficavam um a três meses fora e depois voltavam como se nada tivesse acontecido”. Ela não é associada, ela é *freelancer*, como chamam as pessoas contratadas temporariamente nos tempos de maior geração de resíduos (próximo ao natal). Portanto, não tem os mesmos direitos dos associados (Anexo A).

As relações de solidariedade entre os antigos moradores da Vila Cai-Cai parecem não se refletir, portanto, como relações compartilhadas com toda a comunidade do loteamento, sendo limitadas aos que apresentam uma subjetividade territorial relacionada ao passado. Mas, o que é que torna a solidariedade entre os membros desse grupo social possível? O sentimento de pertencimento à vila parece ser transferido para o espaço do galpão, há um conjunto de táticas que asseguram a preservação do bem comum, baseando-se nas relações interpessoais pré-existentes. Na rede interna do galpão introduz-se uma dinâmica no seio da qual se constroem diversas territorialidades, diversas relações no cotidiano.

A rede apresenta a propriedade de conexidade, isto é, por meio da conexão de seus membros (nós), simultaneamente, tem potencialidade para solidarizar ou de excluir, de promover a ordem ou a desordem (DIAS, 2005). No mesmo sentido, as relações de poder são forças reguladoras tanto do social, como do psicológico, nos diferentes estágios do desenvolvimento social, enfocando a questão de “como a auto-regulação dos membros de um grupo estabelecido muito coeso está ligada à opinião interna que esse grupo faz de si” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20). Assim como na comunidade estudada pelos autores, analogamente, no Loteamento Cavallhada criou-se uma determinada configuração marcada pela existência do grupo de antigos moradores da Vila Cai-Cai, que se colocam como pessoas que têm orgulho de sua história e dos demais moradores do loteamento que “chegaram depois” e, por isso, são estigmatizados pelos primeiros. Elias aponta que o grupo estabelecido atribuíria aos seus membros características humanas superiores; excluía todos os

⁵⁶ Ao lado da área do antigo Estaleiro Só, Cristal, Porto Alegre/RS.

membros do outro grupo de contato social com seus próprios e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social, como a “fofoca elogiosa e a ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão” (*ibid.*, p.22).

“Somos muito faladeiras, aqui tu só vai ter dificuldade para saber coisas nossas, por que prá saber do loteamento todo é só fica ouvindo”, diz Lu. O principal instrumento que mantém e dá o tom são as fofocas que, como atividade grupal, deve ser analisada relacionando-se com os termos da sua produção:

A fofoca [...] tem dois pólos: aqueles que a circulam e aqueles sobre quem ela é circulada. Nos casos em que o sujeito e o objeto da fofoca pertencem a grupos diferentes, o quadro de referências não é apenas o grupo de mexeriqueiros, mas a situação e a estrutura dos dois grupos e a relação que eles mantêm entre si (ELIAS ; SCOTSON, 2000, p.130).

As fofocas envolvem tanto casos reais como imaginados sobre o comportamento alheio. No galpão, ninguém se considera fofoqueiro(a), mas existe a unanimidade de que há fofoca. Ser sujeito (ou objeto) de fofoca significa integração ao grupo, mas, há fofoca realizada para disseminar uma reputação (negativa ou positiva) de indivíduos ou de grupos. Segundo Fonseca (2000), as fofocas são as principais manipuladoras da reputação dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo. Quando observadas sugerem a reciprocidade que não garante de modo algum a tranqüilidade na comunidade. Muito pelo contrário. Longe de promover um clima de acordo entre os membros da comunidade, estabelece, por vezes, um tom de desconfiança, que pode culminar em violência.

Nas conversas cotidianas do galpão, as referências sobre a relação entre os “de cima” e os “de baixo” refletem claramente essa noção, comenta-se sobre as brigas entre os membros dos dois grupos tecendo-se especulações acerca das possíveis causas. Os *outsiders* do galpão compartilham significados que podem ser estigmatizados pelos estabelecidos, de certa forma, ambos apresentam determinados valores que servem como critério de comunicação e diferenciação, nesse caso, uns já eram catadores antes de irem morar no Loteamento, outros não. Essa é uma das formas mais expressivas de divisão dos grupos. Assim como as formas de sociabilidade nessas relações podem ser vistas através das redes, da mesma forma, as respectivas relações de identificações ou de assimetrias de poder podem ser vistas a partir da reciprocidade.

O sentimento de exclusão, a vivência da pobreza e as frustrações diante da sociedade de consumo são experiências que aumentam o potencial de conflito. O loteamento todo acaba adquirindo uma reputação depreciativa perante a população em geral e as instituições, por vezes sendo comparado a uma panela de pressão pronta para explodir.

“Achamos muitas coisa no cesto. Eu achei um dia um anel de ouro com umas pedrinhas e vendi por 150 reais. Acho que vendi por pouco. Mas na época eu não sabia o quanto valia.

⁵⁷ Termo empregado para caracterizar os catadores sem vínculo qualquer com a associação, isto é, independente, não associado, colaborador.

A gente tinha que dividir o que achava, mas ninguém dividia. Um dia achei no pátio de fora 150 reais e fiz a festa de aniversário da minha filha. [...] Uma vez a D. J. achou uma carteira com todos os documentos e cartão de crédito e tudo... ela me disse que queria me contar uma coisa, então eu disse pra ela falar logo. Ela disse que tinha ligado para o dono da carteira para avisar que tinha achado ele ficou fazendo um monte de pergunta pra ela. Ela achou estranho e me perguntou se eu achava que ele ia levar os home lá...eu disse que não sabia. Foi para casa no fim de tarde e em seguida baixou lá um carro da brigada cheio de brigadiano e desceu o cara dono da carteira dizendo que o filho dela tinha roubado a carteira dele. Ela contou que explicou que tinha encontrado no galpão e que tinha testemunha e se eles quisessem ela levava eles para falar com as pessoas. Disse que o filho dela era trabalhador e não fazia estas coisas...Foi um rolo”, conta To.. Nem To., nem D. J. jamais falaram sobre documentos e outros achados no galpão. To. diz que quando encontrava documentos jogava logo fora (Anexo A).

Estar no fogo cruzado, no meio da disputa pelos pontos de tráfico de drogas ou entre traficantes e a polícia, faz parte da rotina de comunidades de áreas urbanas. Grande parte dos conflitos sócio-espaciais do Loteamento Cavahada parecem relacionados ao tráfico de drogas. Reside aí o “olho do furacão” das disputas entre os “de baixo” e os “de cima”, conforme apontado nas conversas.

Com relação às atividades ilícitas locais, tática adotada é o silêncio, dentro do galpão não se fala explicitamente sobre o assunto. A tática silenciosa dá a sensação de proteção, mas quando ocorre alguma coisa no loteamento o medo retorna a atuar. Uma menina aluna (10 anos) da escola morreu ao ser atingida por uma bala perdida, durante tiroteio entre as gangues do tráfico. No período pairava loteamento um clima misto de tristeza e tensão. Em seguida, um líder de uma das gangues foi assassinado e outro foi preso. Após os fatos, ficou tudo “tranquilo” novamente. Mas, logo as disputas recomeçaram e o silêncio também (Anexo A).

Este tipo de atividade ilegal é organizada também em rede, por meio de relações interpessoais ancoradas no segredo e nos acordos tácitos (ZALUAR, 2004), porém a lealdade e reciprocidade são impostas através do medo e pela violência. O medo da polícia está presente na maior parte da população pobre da região metropolitana, os confrontos entre gangues e as famosas balas perdidas, constantemente, atingem passantes, crianças, idosos, pessoas da vizinhança. A convivência, as tensões e os eventuais confrontos entre projetos individuais e coletivos expressam-se nas grandes cidades. O Loteamento Cavahada não foge a esta regra, a comunidade vive em certos períodos em meio aos desencontros e o medo.

Uma vez fui levar um documento do projeto na casa de Dona So., antes que pergunta-se alguma coisa percebi que estava muito falante (e ela não é de muita conversa). Notei então que algo a deixara apreensiva. Perguntei como estava M., sua filha de 16 anos que era aluna do projeto Galpão, pois não estava mais indo às aulas, nem ao galpão. Aí ela começou a contar tudo. Estava aflita porque M. se envolveu com P., um dos “cabeças do tráfico” no loteamento. Foi morar com ele e agora está grávida. – “Como ele foi preso fazem 3 dias e ela não pode sair de casa”, disse ela. Não entendi de imediato, não perguntei, mas ela continuou: “É que ele fica sabendo todos os passos dela mesmo que esteja ‘baixado’ e como se olhos dele estivessem aqui. Ele não a ‘autoriza’ ela sair de casa, então ela não vai a lugar nenhum. Nem aqui em casa ela vem.” M. é uma jovem bonita e, pelo que entendi P., é um homem mais velho. Referindo-se a outra gangue que disputa pelo tráfico Dona So., aponta: “Além disto podem fazer alguma coisa com ela para se vingar do P., sabe como é,

né?! A gente nunca sabe. Estou tentando levar ela daqui para casa da minha irmã no interior. É uma situação muito difícil!”. Afirma, ainda: “Quando a M. se deu conta da ‘burrada’ que fez (referindo-se ao envolvimento da filha com P.) era tarde e agora tá difícil! Ela está arrependida e com medo” (diz Dona So., com olhos cheios d’água). Conforme outras conversas, muitas pessoas já deixam o loteamento para escapar da violência (Anexo A).

A violência é um termo com inúmeros desdobramentos que embora relevante, não está entre os focos da pesquisa. Raros são os estudos nos quais os pesquisadores conseguem transmitir o que é conviver com a violência de vizinhos e parentes cujas atividades implicam ameaça, quase constante, de morte ou violência física (talvez essa tenha sido a perspectiva trazida por Foucault). A violência no loteamento explicita de uma maneira dura a ligação entre ele e as forças econômicas e políticas da sociedade globalizada.

Ainda em relação à narrativa trazida anteriormente:

Esta foi a primeira vez que ouvi falar sobre a relação de alguém do galpão com o tráfico. Geralmente, quando o assunto das desavenças na comunidade é trazido os envolvidos são “marginais” ou “vagabundos”, mas... nunca tem ninguém do galpão na história (Anexo A).

A relação entre distintas territorialidades da comunidade está na maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante e o uso do poder e da força através de constrangimentos e da violência são possíveis de serem demonstradas através da análise das redes. Assim, a comunidade do loteamento mostra, em miniatura, aspectos de uma estrutura que todos compartilhamos, que deve render-se a este “exercício de imaginação” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.49) menos no intuito de “saber qual dos lados estava errado e qual tinha a razão” (p.24), e sim que a pesquisa toma não configuração idealista e sim uma configuração crítica, com desejo de compreender o que acontece.

Além da situação em que mãe e filha trabalhavam na associação, as redes no galpão são tecidas, envolvendo os laços de parentesco, amizade, vizinhança e a relação com o MNCR. A maioria era da antiga Vila Cai-Cai e já atuava na catação, mas os demais também lentamente vão assumindo o compromisso com jogo do *lixo*.

Pela configuração desta rede podemos entender o território constituído por relações sócio-espaciais que possuem códigos particulares de trocas, profundamente marcadas pela personalidade, exercendo um controle eficaz sobre os membros dessa coletividade e são dependentes de reciprocidade. Esta noção é apontada no Ensaio sobre a Dívida, por Marcel Mauss, que insiste na imbricação entre sociológico e psicológico: entre o social e o individual⁵⁸. Esse é o exercício constante da pesquisa, o de buscar refletir sobre a condição social das catadoras, articulando com as relações intersubjetivas nas práticas cotidianas com o *lixo*.

⁵⁸ Como vemos também na “A sociedade de indivíduos”, de Norbert Elias.

Uma das perspectivas de pensar as redes é como esse espaço da reciprocidade que se circunscreve nas comunidades, diferentemente das suas relações bem marcadas com o mercado ou com o Estado, os bens trocados têm, também, valor simbólico, valor de uso marcado pela sociabilidade no espaço do galpão. Como vemos em Elias e Scotson (2000):

[...] No âmbito de uma troca de idéias contínua dentro da comunidade, no decorrer da qual os indivíduos exerciam considerável pressão uns sobre os outros, para que todos se conformassem à imagem coletiva da comunidade na fala e no comportamento nesse padrão de controle da vizinhança, as redes familiares mais altamente respeitadas ocupavam uma posição chave: enquanto tinham poder suficiente, agiam como guardiãs da imagem comunitária e das opiniões e atitudes aprovadas (*ibid.*, p.51-55).

Nas comunidades, onde vigoram as relações baseadas nos laços afetivos, a reciprocidade é de natureza restrita ou generalizada, mas sempre dentro dos limites exclusivistas dos membros com laços primários (ou de parentesco), envolvendo pessoas que se conhecem entre si e têm muitos laços de longa duração, excluindo as demais. No galpão, as decisões parecem restritas às mãos dos que atuam há mais tempo na catação de *lixo*, os antigos moradores da Vila Cai-Cai.

“Quem não era da panelinha não tinha vez”. Disse isso tanto em relação a liberação de vales e recursos adiantados para pagamento por mês quanto com relação a saídas e retorno ao galpão. “Nunca tive oportunidade de pegar dinheiro, às vezes, as pessoas pediam até 2 mil para construir alguma coisa na casa (as casas entregues no loteamento eram de 1 piso, hoje quase todas são de dois, inclusive a da To.). Ce. dava e depois a pessoa saía do galpão e não pagava [...]” (Anexo A) .

Embora, no estatuto social das associações de catadores, haja a restrição de número de membros da mesma família, observa-se que as relações de parentesco que ocorrem em grande parte no galpão é justificada pelo argumento da confiança, e, implicitamente, também para aumentar a renda familiar dos associados. Nesse nível, o que parece estar em pauta é aquilo que Caillé denominou "valor de ligação" (CAILLÉ, 2000) o que agrega, reúne pessoas em relações duradouras como se pode perceber no galpão. Mas outros argumentos circulam, como a falta de material encaminhado pela Coleta Seletiva:

“Ontem o caminhão que veio estava vazio, com pouco material. Por isto hoje não há ninguém aqui”. Quando isto acontece Ce. liga para o DMLU solicitando que venha uma carga, o que nem sempre acontece, em virtude da escassez de material coletado. Este é um outro aspecto que pode limitar a quantidade de vagas na associação é a relação entre entrada de material – que oscila conforme a época do ano, mas variando a renda final repartida entre os catadores. “Um maior número de pessoas para a partilha para dividir, reduz a partilha, a caia a renda”, diz Ce., “Sendo assim o número de associados deve ser definido com muito critério”, justifica ela (Anexo A).

Vários membros dessa associação são da família da Dona E. ou parentes da Dona So. Isso não ocorre só no Galpão da Cavahada, os demais galpões também são, em geral, empreendimentos populares, intimamente ligados a vínculos familiares. A família está, portanto, entre os componentes fundamentais que auxiliam na constituição do capital social no campo do *lixo*. Ocorre,

portanto, a valorização dos laços de parentesco, para além da consangüinidade, na rede de reciclagem de Porto Alegre. Os laços de parentesco são mais numerosos, essas afinidades podem estar na origem de certas solidariedades observadas. Esses laços podem ser vistos como táticas adotadas pelas famílias para criar uma maior unidade no grupo, que quase sempre é uma forma de perpetuação de sua posição no jogo, reforçando sua territorialidade.

Dona So. é a matriarca da família M.. A família com maior número de membros atuando no galpão. Dona So. também é respeitada pelo grupo, que confia nela. Várias vezes tesoureira da associação. Seu J. está sempre ao seu lado, em todas as situações. Todos percebiam o afeto que nutre por sua esposa e as relações de cuidado para com ela. A educadora que ministrava aulas para o casal nos contava admirada: “Nem na sala se aula eles se desgrudam, sentam juntos e se ajudam. É lindo de se ver!” (Anexo A).

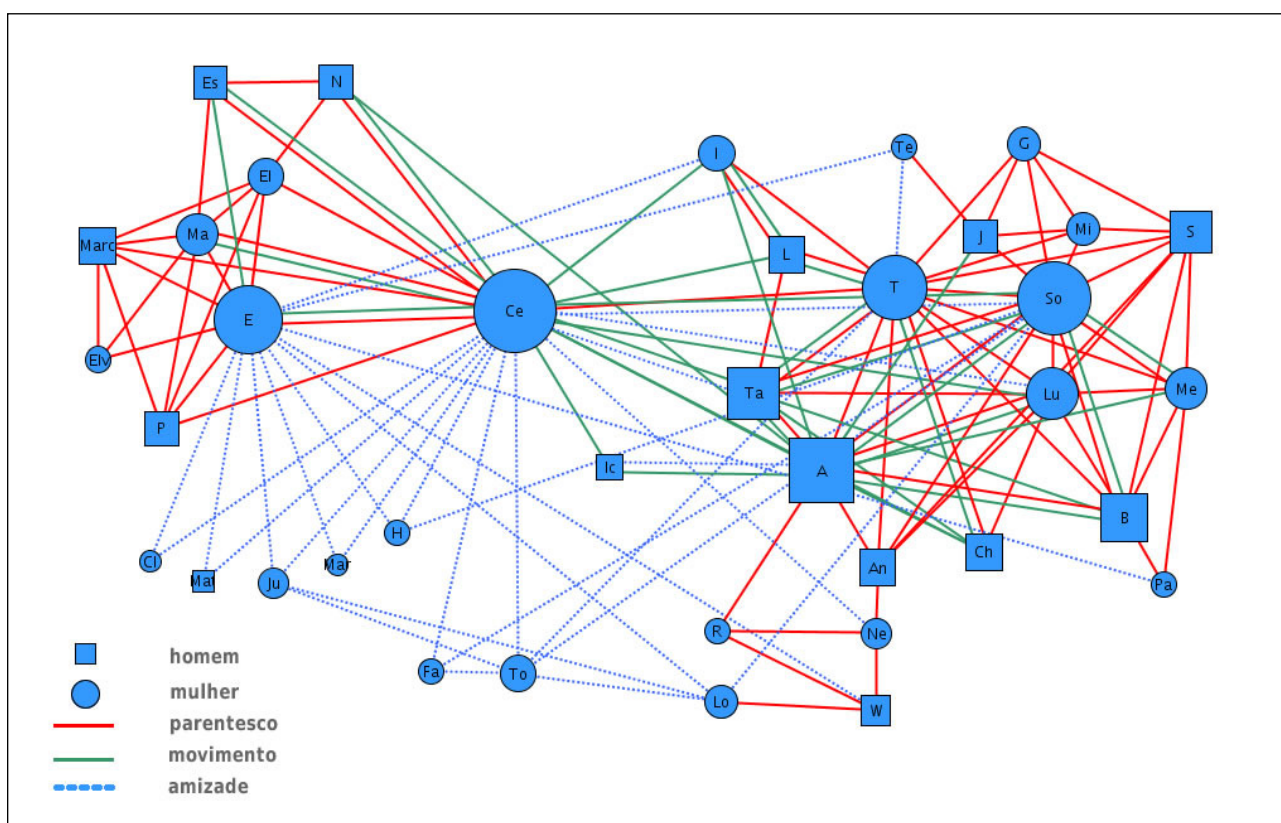


Figura 17-Rede interna do Galpão

Fonte: elaborada pela autora

Na rede observamos a forte centralidade de Ce., seguida da Dona So. e da Dona E. e a importância das relações de parentesco. “São duas famílias a da Dona E. e da Dona So.”, diz Lu. Falar em parentesco é, também, falar em economia dos bens materiais e simbólicos. Entre os parentes, não estão sendo considerados somente os com laços de consangüinidade, mas os agregados e que têm alianças com as famílias.

“Se a Ce. chamar: ô afilhado! Com certeza, uns 15 aqui olham prá trás...”, diz a A.

Não se identifica distinção entre que é parente consanguíneo dos que não tem laços de sangue, mas alianças de afetividade (são genros, noras, afilhados, comadres, etc.). Um dos laços que unem as duas famílias “de sangue” é o caso da Ce., madrinha de batismo da filha de T. , são consideradas comadres, portanto. Como podemos observar na figura 17, além desse elo forte entre as famílias e dos laços de amizade entre elas, temos o vínculo com o MNCR que também as une.

Para interpretar, suficientemente essas relações devemos lembrar primeiro tratar-se de um jogo, a reprodução social vai depender do saber jogar nesse mercado, ou seja, a reprodução depende da estratégia das famílias (trocas simbólicas). Segundo ponto a ser lembrado são os efeitos da unificação do mercado de bens simbólicos e econômicos, ou a mudança nas regras do jogo. Os cálculos para uma melhor troca, o que Bourdieu vai chamar de ação estratégica, é o que constitui o saber jogar, estar inserido na rede e ter o sentido do jogo.

Na ótica da rede social, refletindo a estratégia do indivíduo, ou grupo social com fim de sobrevivência no meio social ficarem em lugar secundário as determinações estruturais e coletivas e muros invisíveis são erguidos, criando-se assim um *habitus*, ou melhor, valores que são tidos tanto como verdadeiros, tanto como invenções. Daí surge a territorialidade exercida neste espaço - o galpão, como veremos no capítulo seguinte.

Estas mulheres e homens têm cumprido seu papel na gestão dos resíduos sólidos urbanos nos galpões e vivem relações interpessoais, familiares e de trabalho que se misturam, com as singularidades presentes em cada contexto. A maioria dessas pessoas apresenta pouca escolaridade⁵⁹, conseqüentemente, as que possuem maior escolarização acabam detendo o poder e a administração do empreendimento. Normalmente, são as catadoras que compõem a coordenação da associação, pois os demais sentem dificuldades em acompanhar grande parte dos processos desenvolvidos na associação (negociações, venda, partilha, entre outros). No galpão, a ausência de membros da associação com experiência nos cálculos dos recursos e que apresentavam dificuldades para administrar, também é tema recorrente nas conversas. Os associados sentiam dificuldade em acompanhar os projetos, gerando grande desconfiança para com os coordenadores, principalmente, tesoureiros. Ao mesmo tempo, os coordenadores percebiam que seu trabalho era bastante prejudicado pela falta de compreensão do grupo. Internamente ao grupo do galpão, havia, com certa frequência suspeitas, e desconfiança de quem circula pelo escritório. A alta densidade relacional, parentes ou vizinhos, tem o outro lado da moeda: a interferência na vida dos outros, através da palavra que difama.

“Uma vez fiquei de presidente do galpão. [...] Foi numa época em que a C. e a D.S. não queriam mais, por que as pessoas estavam chamando elas de ladras. Então como ninguém queria eu e a T. assumimos [...] Eu disse que não queria, por que não sabia nada, elas disseram que eu aprenderia rápido e que era fácil” (Anexo A).

⁵⁹ Mais de 90% dos catadores e catadoras que atuam nos galpões, conforme dados do Projeto Galpão/SMED/2001, não concluíram o ensino fundamental (grande maioria cursou no máximo até a 4ª série).

Essa impossibilidade de compreensão gera, algumas vezes, desconfiança quanto ao comportamento destes representantes: relação com os compradores, cálculos da partilha, por exemplo. Ao mesmo tempo, as coordenadoras percebem que seu trabalho é bastante prejudicado pela falta de entendimento do empreendimento enquanto coletivo.

“Elas”, da diretoria, e “nós”, demais associados: as conversas são marcadas por uma separação simbólica e efêmera, demarcada por um “microterritório” do escritório e de outros espaços. Em outros momentos, essa divisão se dissipa, e retorna no período de pagamento e nas negociações de venda. Os questionamentos, tensões na partilha ou a compreensão, a flexibilidade, são exemplos desse jogo ambivalente entre ordem e desordem, vivenciado no cotidiano do galpão.

As relações de trabalho nas associações de catadores, por vezes, reproduzem a mesma lógica de exploração dominante no mercado de trabalho competitivo, conduzidas pela hierarquia e pelo autoritarismo. Parece uma situação bastante contraditória que este grupo venha a desenvolver relações solidárias de trabalho estando incluída em uma sociedade calcada no individualismo. Esse contraditório pode, por meio de estado de estranhamento de situações consideradas imutáveis ou dadas *a priori*, abrir espaço para “inéditos viáveis”⁶⁰ (ROSADO, 2002).

Com relação às fofocas, Scolari, na pesquisa envolvendo o grupo de catadores da ARCAN, observou que quando as discussões ficam muito atreladas a questão da produção, “ocorre involuntariamente um distanciamento afetivo entre eles, percebendo-se um enfraquecimento da relação solidária, pelos ‘fuxicos’ e competições de todo o gênero” (SCOLARI, 2006, p. 159). Embora haja fofoca no galpão da Cavalhada, apesar das situações adversas as pessoas não se dobram, não esmorecem se vingam simbolicamente ao desdenhar dos que não são do grupo. As coordenações são tratadas ora como ladras, ora como opressoras e, ambigualmente, como heroínas nos momentos de maior fragilidade do grupo. Pois, como apontado nas conversas com as catadoras, “as coisas só funcionam mesmo quando a Ce. mete a mão”, referindo-se a catadora que esteve à frente da coordenação.

Os desafetos são enfrentados por meio do deboche e ironias, desse modo, infla-se a própria auto-estima, mostra-se aos outros que se é “dono do próprio nariz” e as manifestações de confrontações no acerto de contas são freqüentes diante de humilhações sofridas. Nas narrativas

⁶⁰ Empreguei no artigo citado a categoria “inéditos-viáveis” proposta por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*, de tamanha importância e profundidade pôr sua riqueza semântica, que nos abre ao mundo genuinamente humano. Retrabalhada por Freire em toda a sua obra, a categoria traduz, do campo dos sonhos possíveis, o seu modo ser coerente com sua leitura de mundo. Para Ana Freire é “Uma palavra que trás nela mesma o germe das transformações possíveis voltadas para um futuro mais humano e ético. Uma palavra que carrega no seu âmago, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos, ansiedades, vontades e possibilidade de saber, fragilidade e grandeza humanas” (FREIRE, 2000, p.15).

cotidianas percebi a vida que borbulha nos modos de ser e viver das catadoras no galpão, que as via com frequência “tão iguais a mim e ao mesmo tempo diferentes”⁶¹.

O galpão pode, também, ser entendido como “pedaço” das catadoras, na perspectiva antropológica de José Guilherme Magnani (1998), o qual reivindica essa categoria para designar um componente espacial correspondente a uma rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança e procedência. O “pedaço” é, dessa forma, um espaço intermediário entre o privado e o público, onde se desenvolve uma rede de solidariedade básica, que é mais ampla, fundada em laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. O “pedaço” ocupado pela comunidade é descrito por Magnani (*ibid.*) nos seguintes termos:

Para além da soleira da casa, portanto, não surge repentinamente o resto do mundo. Entre uma e outra se situa um espaço de mediação cujos símbolos, normas e vivências permitem reconhecer as pessoas diferenciando-as, o que termina por atribuir-lhes uma identidade que pouco tem a ver com a produzida pela interpelação da sociedade mais ampla e suas instituições (p.117).

O autor assim alerta para o determinismo social que reduz os espaços a simples reprodução. No “pedaço” do galpão, onde as catadoras sentem-se em casa, as narrativas sobre as fofocas entre outros “causos”, também revelam algo sobre os valores do grupo, assim como as múltiplas práticas cotidianas de onde emergem táticas criativas e inovadoras. Na pesquisa, a presença não é do “informante”, submetido à regras da entrevista, que lhe são estranhas, mas sim “nativo dominando seu pedaço”. Mesmo tendo a presença bem tolerada pelo grupo, não nutri a ilusão de estar “no controle da situação”, pelo contrário. E foi justamente por isto que passei perceber as dinâmicas sócio-espaciais do grupo, nas redes de relações, que, enquanto técnica do DMLU, não percebia e que estabelecem esse “pedaço” enquanto território.

Relações de gênero no galpão: Lugar de mulher?

Voltando nossa reflexão para as mulheres que buscam alternativas na economia informal urbana⁶², mais particularmente na catação de materiais recicláveis, obtendo renda geralmente inferior a um salário mínimo para sustentarem-se e sustentarem seus filhos, residindo em áreas urbanas periféricas e tendo, em geral, baixa escolaridade.

⁶¹ Fonseca lembra o uso da metáfora do espelho na pesquisa antropológica para descrever o encontro entre sujeito e objeto, alertando que tal processo não deve ser confundido com o efeito narcísico, em que os dois se fundem no mesmo objeto, e sim atentando para as diferenças (atrás das aparentes semelhanças) que se cria um espaço para o diálogo acontecer (FONSECA, 2000), procurei na pesquisa seguir este alerta.

⁶² A maioria (70%) dos pobres do mundo são mulheres desprovidas de mecanismos sociais para buscar estratégias de sobrevivência (MÉSZÁROS, 2002).

Como se poderia supor, a maioria das pessoas que atua nas UTs de Porto Alegre é constituída por mulheres (cerca de 70%), sendo que no galpão da Cavallhada esse percentual é cerca de 60%. Assim, as associações de catadores apresentam diferenças de constituição e organização, mas possuem em comum uma maior quantidade de mulheres, que demonstra claramente a necessidade de atentar para essa questão.

No contexto relacional do galpão, levando em conta a relação entre os gêneros, há que se observar as representações ocultas na aparente naturalidade das divisões das tarefas e dos espaços internos, as mesmas que nos dizem da sociedade. As relações de gênero determinam o lugar dos homens e o lugar das mulheres no galpão, ou no mundo⁶³. As relações de gênero, nesse espaço, dialogam com a identidade e as representações que aí se expressam.

A relação entre sujeito e território é investigada da seguinte forma: “[...] possui diferenciações internas e no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está, necessariamente, fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida” (SILVA, 2005).

Ao gênero feminino, comumente, se atribui o desempenho da maternidade, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao gênero masculino, a agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio. Entretanto, as categorias constitutivas da representação de gênero nunca são lineares, causais ou conseqüentes, mas formam uma complexidade permanentemente aberta a partir da dinâmica da vida cotidiana. Rose (1993) e McDowell (1999) trazem à tona sua posição crítica ao condenar o simplismo que envolve a análise entre gênero e espaço, associando essas categorias aos tradicionais eixos binários que dividem, por exemplo, espaço público e privado, associando cada um deles, respectivamente, com o homem e com a mulher. Essas pesquisadoras argumentam que o gênero não pode ser estudado separado de idade, classe, etnia e que estes elementos são interdependentes e alvo de disputas de poder. Essas lutas fazem parte das práticas cotidianas na relação entre grupos sociais e espaço.

Silveira (2002) cita algumas trajetórias marcantes ao longo do período de implantação do Programa de Coleta Seletiva da cidade nas quais é perceptível a passagem da situação de subordinação feminina para um processo de reconhecimento e afirmação da condição feminina na atividade da catação. Um exemplo, bastante caricato, de uma das reuniões de organização da associação é trazido pelo o autor através de uma cena, na qual uma catadora foi retirada pelo

⁶³ O gênero não se deve meramente a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. Trata-se de uma temática complexa e pode-se perceber enquanto os papéis sociais a serem desenvolvidos carregam uma forte carga biológica no seu desempenho.

marido, arrastada pelos cabelos⁶⁴. Anos mais tarde consideradas exitosas, dentro e fora da comunidade, indicando que os papéis foram transformados e subordinações foram rompidas, entre as associações constituídas tamanha inflexão não pode ser devidamente entendida fora do contexto das UTs, sem prejuízo das particularidades de cada caso.

Partindo da consideração de que a organização do trabalho constitui um *locus* privilegiado das desigualdades de gênero, Silveira (*ibid.*) refere-se a experiência das UTs como claramente indicativa de uma transformação no sentido emancipatório. Para ele, o próprio fato dos homens ficarem com tarefas que requerem força física não representa desigualdade como dominação e subjugação em nenhum dos dois vetores possíveis, pois não se constata hierarquização valorativa das tarefas.

Entretanto, para as catadoras do galpão da Cavahada, sua tarefa no cesto é considerada como a mais pesada. Diferentemente do apontado por Silveira, a fala de To. remete a uma valorização maior do trabalho realizado pelas mulheres: “O trabalho mais pesado é o nosso, pois não podemos parar”, diz ela. O fato de ser o trabalho que “não pode parar” parece indicar ser a que é fundamental, pois a atividade desempenhada no cesto deve ser vista na seqüência: triagem-armazenagem- enfardamento- pesagem- comercialização. Por ser a primeira a realizar-se no espaço do galpão, as demais atividades acabam sendo dependentes da realização dessa.

A desigualdade social de gênero e discriminação pelo trabalho com *lixo* são obstáculos que se combinam mutuamente⁶⁵. Embora, a redução da desigualdade de gênero e das discriminações esteja ausente no rol de preocupações dos gestores locais, sua evidencia é inegável no percurso do Programa de Coleta Seletiva, é em grande parte fruto desse grupo social, das mulheres em particular⁶⁶. A dimensão de gênero, aqui presente, é entendida de modo não restrito à política pública, mas apresentando as vulnerabilidades econômicas e incertezas políticas desse grupo social.

Gênero é uma categoria relacional, na qual, ao se levar em conta os gêneros em presença, também se consideram as relações de poder, a importância da experiência, da subjetividade, do saber concreto. Essa dimensão (e certamente outras, não sistematizadas aqui) indica que as teorias estão reabilitando ao conhecimento concreto, a experiência vivida e reconhecendo a possibilidade de diversas racionalidades, o que é adequado às características multifacetadas de grupos sociais

⁶⁴ Rose (1993) reivindica uma relação entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia é baseada na teoria masculina heterossexual burguesa, envolvendo um tipo de propriedade conquistada historicamente pela violência.

⁶⁵ Demonstra que apesar de apresentar um crescimento significativo a participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho é assim marcada pela informalidade e pela segregação ocupacional. São as mulheres as mais atingidas pelo desemprego e precarização do trabalho.

⁶⁶ Afinal, homens e mulheres desenvolvem espacialidades urbanas diferenciadas. Admite-se esta diferenciação relacional como uma construção social e cultural, concebida internamente aos grupos sociais, onde os deslocamentos de pessoas na cidade são atravessados pelas construções de gênero. A desigualdade substantiva existente entre homens e mulheres é fomentada pela instituição diferencial dos papéis atribuídos a ambos os gêneros.

contemporâneos. A forma de conhecer e lidar com o saber desses grupos implica em visões diferentes de um mesmo objeto - sem que a diferença implique desigualdade, pois é preciso entender a diferença como especificidade, como nos ensinam pequenos espaços como o galpão.

As relações de gênero no galpão são estabelecidas a partir da compreensão que o grupo tem desse lugar. A partir dos sentimentos de pertença e dos laços familiares, percebe-se a relevância das interpretações do mundo vivido na contribuição das idéias do grupo no lugar onde trabalha e convive, o galpão. A tentativa de elucidar estes aspectos pode auxiliar a perceber as representações de gênero nesse lugar, responsáveis pelas formas de agir cotidiano e demonstradas, por exemplo, na divisão espacial das tarefas entre os gêneros.

Assim, as relações sócio-espaciais estabelecidas entre homens e mulheres no galpão estão, cotidianamente, em constante movimento de transformação, fazem parte da própria produção desse lugar enquanto território. Como resultado desse fenômeno, mas também uma evidência análoga da resistência, ou melhor, da r-existência antes descrita, que se observa nas famílias monoparentais femininas (a de Dona E. e a de Dona So.) têm, apesar da sua invisibilidade, lutado pela conquista de melhores condições sócio-espaciais na realização da atividade da catação. Isso se reflete nas reações diante das intervenções do poder público local e as transformações a partir da experiência no vivido com o *lixo*.

Destaca-se aqui a assunção feminina de uma identidade própria, embora, obviamente, esse fenômeno não seja atributo exclusivo das mulheres catadoras; da condição de exercer a atividade da catação de *lixo*. Entretanto, ao menos no contexto de Porto Alegre, não cabe ignorar este diferencial em termos numéricos, a maioria pertence ao gênero feminino. Mas, não é somente uma questão quantitativa, pois são as catadoras mulheres assumem, como vimos, centralidade na rede interna do galpão.

Há vários trabalhos que mostram a questão da inclusão das mulheres em atividades na economia informal urbana. Embora não seja esse o foco da pesquisa, cabe refletir sobre as relações sócio-espaciais de gênero para trazer a importância de investigação sobre a condição feminina urbana, tornando visível a luta cotidiana das mulheres catadoras, potencializando a compreensão da complexidade espacial urbana.

Divisão de gênero no espaço físico do galpão

A divisão das tarefas no galpão é realizada da seguinte forma: as mulheres trabalham nas mesas de triagem selecionando os mais de 40 tipos diferentes de materiais recicláveis presentes no “*lixo*” e os homens carregam bombonas, tonéis plásticos onde são colocados os materiais já triados, prensam e enfardam o material carregando os fardos no momento da venda. No cesto, encontramos

seis mesas. Em cada uma destas trabalham de cinco a sete mulheres que rasgam os sacos de *lixo* e separam papéis, vidros, metais e plásticos de diversos tipos. As mulheres jogam o material separado nas bombonas e os homens levam o material para um box de armazenamento onde são depositados, separadamente, conforme o tipo. A prensa é o equipamento utilizado para fazer os fardos de cada material. Essa atividade exige força e há risco de acidente se realizada sem os EPIs⁶⁷. No entanto, em termos de mobilidade no espaço físico do galpão:

“Percebi que nos primeiros contatos foram mais com os homens do que com as mulheres do galpão, pois estes têm maior mobilidade no espaço, carregando bombonas, aparecendo no pátio, enquanto as mulheres não podem afastar-se do cesto” [...] (Anexo A).

No Galpão da Cavalhada, quando questionadas (os) quanto à forma de dividir o trabalho as respostas das catadoras e dos catadores são semelhantes...

“Os homens trabalham nas prensas e como bomboneiros, e as mulheres trabalham triando nas mesas, pois tem mãos mais delicadas e mais tato”, afirma To. [...]

“Os bomboneiros são homens que pegam as bombonas cheias das mesas de triagem e jogam o material no box determinado, onde os materiais ficam até a prensagem”. [...]

“Prá fica na mesa tem que sê mulhé por que elas têm a mão mais delicada prá diferenciar o tipo de material, um plástico PET de um PVC, nós somo home não temo esse tato”, diz seu V. enquanto prensa materiais (Anexo A).



Figura 18- Bomboneiro no Box de PET “branca”

Fonte: acervo da autora

As respostas são semelhantes no sentido que ambas ressaltam características físicas dos gêneros masculino e feminino, na concepção que cada um construiu em interação com a sociedade do que é próprio aos homens e o que é próprio às mulheres. Constata-se no discurso uma adequação das atividades eminentemente masculinas e femininas, ou seja, conteúdos que a partir dos aspectos biológicos constroem as representações de gêneros. “Trabalho de mulher” no galpão seria a tarefa mais leve e minuciosa, que requer, portanto, mãos finas e delicadas, em outras

⁶⁷ Equipamentos de Proteção Individual.

palavras destreza manual e tato, no entanto a que não pode parar. Enquanto o “trabalho de homem” no galpão é aquele que necessita de maior força física.

A dominação masculina, historicamente, modelou, disciplinou e normatizou as relações de gênero (BOURDIEU, 2005). Segundo Bourdieu(*ibid.*), existem relações de força assimétricas inseridas nas relações de gênero e esta relação se dá por meio da dominação masculina. O corpo masculino e o corpo feminino são construídos e percebidos segundo esquemas práticos (*habitus*), que são percebidos por meio dos pensamentos e das ações pelo conjunto de membros de um grupo. De acordo com esse autor, para entendermos a dominação masculina é necessário analisarmos as estruturas inscritas na objetividade e na subjetividade, inscritas nos corpos, sob forma de disposições visíveis no modo como o corpo é usado, e nas mentes, sob a forma de princípios de percepção do corpo dos outros.

A dominação simbólica é exercida por meio da linguagem, das formas que expressam sentimentos, idéias e percepções, que são inseridas nas relações de gênero compatíveis com o esquema de oposições fundamentais hierarquizadas, que transformam o corpo biológico em corpo socialmente/culturalmente modelado. O que produz e sustenta a dominação simbólica é o fato de que os dominados incorporam as mesmas estruturas mentais percebidas pelos dominadores, uma dominação é exercida, assim, a partir da cumplicidade entre ambos, e pela incorporação dessas estruturas (BOURDIEU, 2005).



Figura 19- Mulher no cesto
Fonte: acervo da autora

Sacolas caindo no cesto,
mulheres trabalhando,
do tato, da mão que rasga as mesmas sacolas

As atividades no galpão são divididas de acordo com o que se compreende que seja atividade de homem e atividade de mulher: os homens fazem o trabalho que exige força física; as mulheres realizam o trabalho que exige habilidade, paciência, - como a separação do material, mas também diplomacia e compreensão necessária para administrar as relações no grupo - o que significa cuidar da relação entre as pessoas no local de trabalho.

“O meu irmão L., que é presidente da associação agora, tinha fazer essas coisas, mas é sempre assim as coisas sempre caem na mão da Ce., não adianta ela que se dá com todo mundo, ela conversa e convence o pessoal. Até porque ela e a Dona E. são as que estão há mais tempo. [...]” (Anexo A).

A construção social e cultural do que compete ao homem e à mulher realizar no trabalho é aceita com naturalidade pelo grupo. Embora isto não seja tão delimitado, pois, em último caso, há mulheres que realizam atividades que exigem força física. Percebe-se, portanto, que essa divisão não é tão muito rígida, pois quando há muito material para prensar:

Me. é uma que vai para prensa. Inclusive ouvi dizer que os fardos que ela faz ficam muito melhores, mais bem feitos (Anexo A).

Segundo Neves & Bahia (1992):

[...] a representação que as mulheres têm de si mesmas, entretanto, parece determinar sua participação nas atividades relativas à limpeza urbana. São garis (na varrição), varrem os logradouros como suas casas. Não são vistas na coleta, dirigindo caminhões e nem mesmo manejando latões. [...] Por outro lado, as mulheres que integram o setor informal do *lixo* são exemplares ao mostrar, cotidianamente, sua capacidade de realizar tarefas que exigem esforço físico. (p. 16-18).

Além das representações sociais que as mulheres têm de si mesmas, observamos que os catadores, por sua vez, acreditam que as mulheres trabalham tanto quanto os homens, “dando duro” e “pegando no pesado”. Quanto aos homens, é difícil vê-los realizando uma atividade considerada feminina no galpão, não os encontramos separando o material no cesto. Mas, essa também não é uma questão tão rígida, pois o serviço não é suspenso por não ter homens para realizar as tarefas ditas pesadas, mas, às vezes, ocorre de algum homem ser deslocado, ainda que, temporariamente, para a separação de material, atividades tidas como de domínio das mulheres. Porém, são situações esporádicas e que fogem à regra.

⁶⁸ Produção textual coletiva das alunas da turma de alfabetização do Projeto Galpão (EJA/SMED, 2001- grifo meu), sob a mediação da educadora Rosa de Fátima.

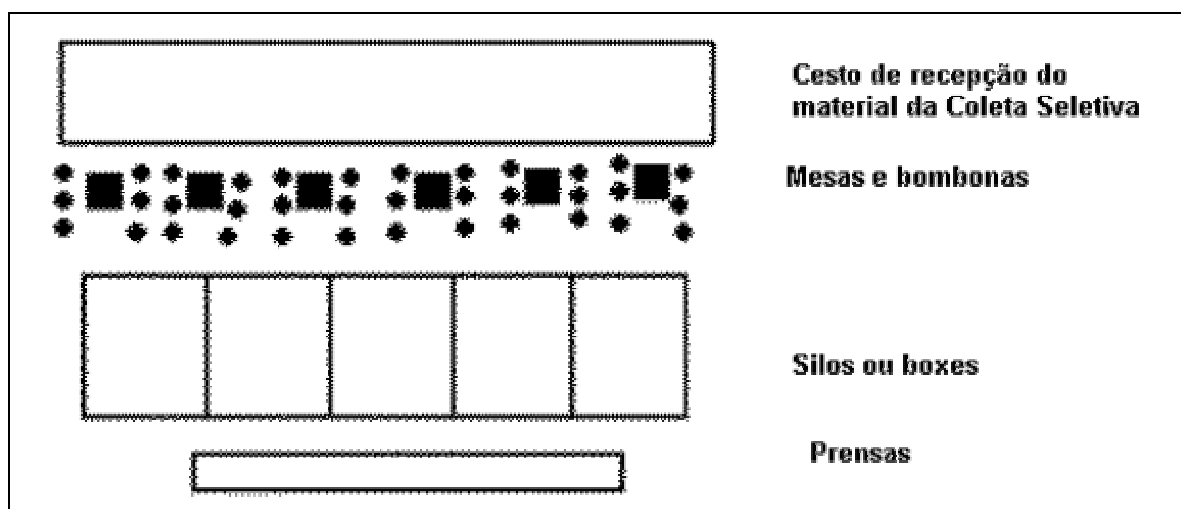


Figura 20- Esquema da distribuição do espaço físico do galpão
Fonte: elaborado por Luana Emil⁶⁹

A separação de resíduos sólidos é então tida como uma atividade feminina, como já apontado, considerando que cerca de 70% da mão-de-obra nos galpões é constituída por mulheres. São elas que organizam o trabalho e administram o Galpão, ocupando funções na diretoria e, sobretudo, cuidam das relações internas. Se na questão da produção a relação entre homem e mulher pode ser de complementaridade, no exercício do poder parece ser mais conflitiva para os homens, pois sendo as mulheres a maioria, está subentendido: “elas mandam e os homens acatam”. Segundo To.: “mesmo quando foi o L. e o A. os coordenadores, quem mandava era as mulheres, principalmente a Ce.” (trecho da conversa com To. transcrita na íntegra no Anexo A). Porém, é necessário que haja certo modo para esse “mandar”, que envolve o cuidado ao falar e o respeito ao colega: princípios que perpassam a relação da diretoria com todos os demais membros da associação, independentemente do gênero.

É possível observar que essas mulheres desempenham em seu cotidiano, artes de fazer detendo considerável poder, traçando algumas linhas de fuga, desviando da hegemônica dominação masculina. Parecem ter desenvolvido, no galpão, táticas para escapar de alguns de certos dispositivos de controle. Assim, não apresento aqui as catadoras como vítimas, mas como mulheres que estão se construindo enquanto tais, tendo o galpão como espaço de socialização, podendo até reverter a relação de gênero a uma espécie de “dominação feminina” neste lugar. Pois as relações, embora em alguns momentos sejam menos equitativas, como demonstra a fala de To., por vezes a balança tende para o lado feminino, com o argumento de serem a maioria. Assim os homens também apresentam os corpos socializados e sofrem dominação, por meio da violência simbólica,

⁶⁹ Esquema presente no trabalho elaborado em 2004, na disciplina de Antropologia Contemporânea I: “Lutadoras do Povo”, não publicado pela autora.

na qual todos (homens e mulheres) estão submetidos à condição social em que se encontram, na catação de *lixo*.

“Na época da Ce. era tudo pela maioria, não tinha vez. Se tu não concordava e a maioria votava a favor, tu tinha que ir junto...às vezes fomos em reuniões sem saber muito certo pra que. Uma vez fomos a reuniões para pedir o galpão com esteira só para o hospitalar” (Anexo A).

Entender como o poder da Ce. é exercido com legitimidade, é entender como ele é outorgado pelo grupo. A autoridade que lhe é atribuída pode ser relacionada também ao seu poder materno. Isso pressupõe compreender o papel que essa catadora exerce e a posição que assume no jogo, bem como, todo prestígio que apresenta na rede interna do galpão.

No Galpão sempre era recebida pela Ce., mesmo quando não era presidente. Quando chegava perguntavam sempre: - Quer falar com a Ce.?, respondia: - Sim e contigo também! [...] e elas logo retrucavam: - É, mas é a Ce. que sabe de tudo sobre a gente [...]. Impressiona muito a visão que a maioria dos associados têm da Ce. Ela conquistou uma legitimidade e prestígio muito grande, todos no galpão a ouvem e sentem-se por ela representados. Parte dessa legitimidade deriva da sua trajetória de trabalho. A Ce. é filha da Dona E., que igualmente tem um prestígio grande na comunidade. São de uma família cata desde que morava na Vila Cai-Cai. A Dona E. tem 11 filhos entre os biológicos e os “criados” e a Ce., assim como sua mãe, também tem 11 filhos sendo que biológicos são seis, os outros cinco são “criados” (Anexo A).

Embora haja tentativas de certa insubordinação por parte de alguns homens catadores, essas logo se manifestam com a aceitação do poder de Ce. como algo “natural”, mesmo que de forma inconsciente. A resistência inicial aparece com relação aos conflitos e ambivalências que são gerados em múltiplos planos na família, na relação interpessoal e nas relações sociais mais amplas e se dissipam quando há necessidade de união para controle desse território, o galpão.

Em alguns momentos, foi possível perceber as tensões que atravessavam, tanto a relação entre homens e mulheres, como também com muita frequência, entre as mulheres, por isto não problematizo a fundo a questão, por tratar-se de mais um atravessamento da pesquisa entre outros tantos. Essas tensões são percebidas nos conflitos explicitados nas conversas com as catadoras: “Quem não faz parte da panelinha não tem vez!” (fala da To. com relação a quem não pertence a nenhuma das duas famílias que predominam no galpão).

Pude observar que a forma de viver as relações de gênero nesse espaço não ocorre de forma dramática. Identifiquei a esperteza e as artimanhas como um modo de resistência e de reação às atitudes masculinas. Observo que a solidariedade entre as mulheres pode, então, ser rapidamente substituída pela disputa, dependendo do interesse em jogo. Como seria essa relação caso as mulheres não fossem em maior número? Haveria um modo especial de tratá-las ou prevaleceria a mesma relação?

Na relação entre as mulheres mais velhas e os homens mais jovens no galpão, observa-se uma relação doméstica comparada à de mãe e filho. Entre as mulheres mais jovens percebe-se certa descontração, em relação ao tratamento. Às vezes, essas ordenam em tom de brincadeira, em outras, com a autoridade de quem ensina o trabalho. Essa relação depende, também, da condição do homem, se ele é muito jovem ou se acabou de ingressar no galpão e está na condição de aprendiz.

Quando questionado sobre como era trabalhar em um lugar onde a maioria das colegas é mulher, um catador respondeu com uma risada espontânea seguida de um silêncio que pode expressar sua leitura da situação. Esse aspecto da relação entre os gêneros é vivido de forma difusa. Ao mesmo tempo em que se tenta manter certa privacidade, existem as fofocas e as piadas que expõem às vezes uma situação íntima.

Em geral no espaço, os homens falam pouco e as mulheres muito. Algumas catadoras falam de uma forma “picante” e não deixam de fazer brincadeiras com relação a qualquer homem que adentre no galpão. Embora algumas mulheres não participem das brincadeiras, não se escandalizam. Ao contrário, se divertem com as insinuações, piadas e fofocas contadas pelas colegas. As conversas entre as mulheres no galpão versam sobre vários assuntos. Nem todas as mulheres entram nas fofocas, algumas são bastante discretas.

Claudia Fonseca (2000) demonstrou em estudo etnográfico em um bairro popular de Porto Alegre, o uso do humor em referência às relações amorosas. A autora é cuidadosa na compreensão desse aspecto, preocupada em não cair em estereótipos, o que, segundo ela, é recorrente tanto no senso comum, quanto na literatura antropológica. Argumenta que:

O humor apresenta-se como entrada conveniente para os discursos “alternativos” que tenderiam a ser esquecido na “norma hegemônica”. [...] Aí, aparecem representações também estereotipadas, mas com a vantagem de serem diferentes dos estereótipos presentes no discurso normativo. Ajudam, assim, a subverter algo da lógica de muitos modelos teórico-metodológicos que procuram interpretar a experiência das pessoas em termos de leis unívocas. Foi, portanto, a partir do humor, junto com fofocas e outros discursos “espontâneos”, que procuramos construir a lógica subjacente à criatividade cotidiana [...], das relações de gênero (FONSECA, 2000, p.138-139).

Seguindo a idéia da autora, observo que a ironia e o humor são marcas constantes também nos diálogos do galpão. Para Fonseca (*ibid.*), essa é uma relação, assumidamente ambígua, com a realidade e cada sinal, cada elemento que compõe o diálogo é significativo. Pode-se dizer que, seja nas relações de trabalho na qual existe a possibilidade de comando, seja nas relações sociais em que só a amizade ou parentesco perpassa, ou mesmo em uma relação afetiva, não existe no galpão uma “dominação masculina”, aqui entendida como um modo de imposição do poder do homem, ou o estereótipo do homem macho e a mulher submissa. “Ele devia ficá feliz por que é comigo que ela sai [...] Ele se some, às vezes, a I. aproveita quando ele tá em casa para cuidar das crianças e sai comigo” (trecho de narrativa acerca das idas de algumas das catadoras aos bailes). Pode-se

considerar que nesse grupo, homens e mulheres são ativos nas relações sociais que se estabelecem entre eles.

Na realidade, o conflito entre as mulheres mais evidente e em geral se tece uma rede de intrigas entre elas, onde a moral é alvo de julgamento. Para as mulheres, o relacionamento profissional entre homens e mulheres no galpão é tranqüilo, porque as funções estão estabelecidas desde o princípio: o respeito às normas é regra básica para manter-se no galpão “quem não obedece sai”, e isto serve para ambos os gêneros. Para as catadoras a presença dos homens no trabalho é importante e é necessária para o bom desempenho das atividades, embora não seja indispensável.

Compreendi, por exemplo, que o fato de um homem exercer a função de presidente, função legalmente importante dentro da Associação, não causava conflito entre elas, pois na realidade não significava uma demarcação de espaço. Mesmo quando um homem é alçado à posição de presidente, ele não determina as diretrizes do galpão, porque quem tem o poder político-afetivo nesse espaço são as mulheres.

Para se entender melhor essas relações, se faz necessário resgatar uma marca peculiar das mulheres das classes populares: a baixa escolarização. Esse é um aspecto que não difere muito entre os homens e as mulheres desse grupo, mas no aspecto que as mulheres, em sua maioria, tiveram basicamente experiências de trabalho doméstico ou familiar, seja na sua casa, com a sua família, como diarista em “casa de família”, é proeminente. Com isso, é necessário lembrar que embora tenham a experiência administrativa doméstica, do ponto de vista formal esse conhecimento era inexistente para essas mulheres, sendo construída no seu lugar de trabalho. Embora a maior escolaridade seja um quesito levado em conta na escolha da coordenação da associação, existem situações nas quais ela não é impedimento:

“Uma vez fiquei de presidente do galpão. Tu acredita? (risos) Eu analfabeta, presidente do galpão não sabia nada daquela papelama toda, guria do céu! Como iria fazer os cálculos? [...] Eu disse que não queria, por que não sabia nada, elas disseram que eu aprenderia rápido e que era fácil. Então todas aceitamos e assim ficou mais um tempo... mas, logo as brigas recomeçaram...” (Anexo A).

O estudo de Rosa (1996) aponta que o processo educativo se inicia no espaço do galpão, mas se difunde para as demais esferas de existência, contribuindo para a constituição de um grupo social com maiores possibilidades de participação no cenário econômico, e até no político. Nabozny (2005), ao estudar a experiência do Orçamento Participativo, argumenta que as mulheres são fundamento dessa estrutura, atuando, como nós, de redes comunitárias. Cerca de 80% das mulheres conselheiras e delegadas do Orçamento Participativo estão envolvidas de forma concomitante em outras organizações no espaço local. Esse é o caso das lideranças das catadoras em suas respectivas associações. O fato evidencia que essas mulheres não estão passivas, mas sua

atuação política é uma realidade que sustenta a vida cotidiana o que parece levar ao enfraquecimento das relações desiguais de gênero no espaço do galpão.

O envolvimento das mulheres do meio popular em alternativas de geração de emprego e renda ocorre de forma mais simples em relação ao homem, por essas já estarem imersas em uma cultura de troca e solidariedade com o seu meio. Essa acaba sendo mais do que uma característica, representa uma alternativa de sobrevivência para a mulher e seu núcleo familiar (DOS SANTOS, 2004).

A relação entre os gêneros, embora imersa nos estereótipos formados culturalmente, não se trata de uma representação fixa, nem tampouco elas se posicionam enquanto sexo frágil, até mesmo porque a vida exige delas atitudes de bravura na luta pela sobrevivência diária. Ao longo do tempo de convívio, tive a oportunidade de acompanhar situações diversas no campo das relações de gênero. Algumas das mulheres se separaram, ficando ficaram sozinhas sendo responsáveis por criar os filhos. Enfim, situações diversas comuns a qualquer outro universo feminino, vivido sem dramaticidade, com reação e resistência, mas também com ludicidade. Essa ludicidade pode ser vista como forma de amenizar os fatos vividos para salvaguardando-se de não assumir o papel de vítimas ou de fracas. Tal atitude pode se justificar pela história de vida da maioria destas mulheres que, desde cedo, tiveram que “ir à luta”:

Apontar existência de uma convivência harmônica entre os gêneros neste espaço, não significa ignorar as tensões e os juízos de valor construídos culturalmente a partir da diferença, mas a não problematização, talvez, seja uma estratégia para conviver com tranquilidade nesse espaço. Os homens por vezes brincam com esta situação, ironizam-na.

Gênero, como importante categoria explicativa da produção do espaço em sua relação com o entorno do galpão, também se colocou como instrumento de visibilidade para essas agentes femininas. Argumenta-se que há aspectos da experiência feminina que determinam, em grande parte, a produção do espaço urbano. Exemplo disso é a creche situada defronte ao galpão, na qual os(as) filhos(as) das catadoras freqüentam enquanto essas trabalham, que foi conquistada pela luta dessas mulheres no Orçamento Participativo.

A representação de gênero no espaço do galpão, no entanto, parece ser ressignificada e complexificada pelo grupo na produção das relações que estabelecem entre os sujeitos e as atividades que realizam, sendo permeadas pelo conhecimento e pelo poder. A pluralidade dessas relações constrói e distingue corpos femininos e masculinos, tornando-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras identidades, tais como a territorial. É necessário admitir também que cada uma das articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou masculinidades são e podem ser vivenciadas no espaço experimentadas dentro dos mesmos grupos, em distintos momentos da vida.

A forma como é vivida a relação de gênero no galpão é trazida como uma interpretação a partir das narrativas apreendidas da experiência nesse espaço. Explicito tratar-se de uma compreensão aproximativa pela dificuldade em captar esta dimensão devido a sua complexidade. Penso que a palavra, com relação a esta dimensão, deve ser das mulheres e dos homens catadores, que tecem no dia-a-dia tais relações nesse espaço. Nas relações de gênero, captadas nessa leitura das redes internas do galpão, ficam lacunas que devido às conversas cotidianas obtidas não expressarem todos os questionamentos, as contradições, as ambigüidades vividas nessas relações, poderão ser analisadas em trabalhos futuros mais direcionados a essa abordagem.

Para Simone de Beauvoir (2003), não somos mulheres, nos tornamos mulheres, portanto analisar relações que produzem a identidade feminina e as táticas adotadas nas práticas cotidianas do galpão é interessante para produzirmos intervenções que permitam refletir e modificar as assimetrias das relações de poder entre os gêneros ainda vigentes na condição feminina urbana.

Rede da economia popular

A alternativa da geração de renda, a partir da reciclagem, tem sido identificada como economia popular, mas cabe destacar que nem toda economia popular é solidária. Nesse sentido, os avanços e conquistas dos catadores parecem ser no nível simbólico, nas táticas adotadas, nas formas de colaboração, pois como alguns autores apontam (entre eles Melucci, 2001) para que uma rede de solidariedade seja, realmente, efetiva, ela deve tornar-se o modo de produção dominante.

Enquanto o global impõe ao lugar uma racionalidade única, o local responde de acordo com sua própria racionalidade fundada na escala do cotidiano, a partir dos parâmetros: co-presença, vizinhança, intimidade, emoção, cooperação, socialização, unidos em contigüidade. Assim, conforme Milton Santos (2002): “Cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Para esse autor, no lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – a cooperação e o conflito são a base da vida em comum.

A ordem dos vetores hegemônicos cria localmente desordem, porque essa ordem não é portadora de sentido para o local. Enquanto a ordem segue as exigências do mercado global na chamada globalização perversa, no local a rede cria solidariedade entre os atores, formando o cotidiano da contigüidade = horizontalidade (território) e também, a verticalidade (redes). É preciso que haja normas que defendam os interesses locais frente à lógica perversa global, como nos alerta Milton Santos é preciso atender esses interesses sociais locais.

Há que se destacar que o que produz a descoberta não é a razão universal e impessoal de ação, mas a essa capacidade de constituir alianças, tecer redes e obter apoio entre as pessoas. Para

Alain Caillé, o que faz funcionar e mover os mercados econômicos não é a universal lei econômica da oferta e da procura, mas a cadeia de interdependências e relações de confiança de que são feitas as redes (CAILLÉ, 2000). Porém, não hesito apontar, sem ingenuidade, que há o interesse econômico, mas que a união é por “interesse e desinteresse”, pois antes do interesse econômico é preciso que os indivíduos ou o grupo existam e se constituam como tais, isso se dá por meio das relações intersubjetivas. É inegável que o interesse existe e desempenha um papel importante nessas redes, mas esse é o ponto de partida empregado como meio de não tomar os humanos por algo que eles não são, “é um bom mecanismo de proteção contra as utopias totalitárias” (GODBOUT, 1998, p.1). Afinal, o mercado está inserido de forma subjetiva nas relações que englobam as redes. Os valores humanos são inseridos nas representações sociais, assim quando desaparecem as culturas, desaparece a solidariedade e generalizam-se as relações mercantis. Portanto, ao se fazer uma análise de um determinado espaço social, das representações nele presentes, tem-se numerosas vias de acesso à estrutura de uma dada sociedade, fato que pode ser observado na pesquisa. Afinal, as relações sócio-espaciais organizam a forma de produção, do mesmo modo que os conflitos e lutas decorrentes dessas relações, “provém da construção de geografias humanas que refletem e configuram o ser no mundo” (SOJA, 1993, p. 65). Dessa forma, podemos pensar nessas geografias alternativas, forjadas, entre outros motivos, pela falta de oportunidades de emprego na economia formal, nestes lugares, como o galpão e na rede de reciclagem concretizada na complexidade metropolitana, que cria territórios cotidianos espalhados pela cidade.

As práticas sociais se estruturam a partir da construção de redes sociais centradas nos processos de sociabilidade vivenciados pelas pessoas no seu cotidiano, como vemos no galpão. Na observação da rede de reciclagem da cidade destaca-se, evidentemente, o aspecto econômico, mas os aspectos sócio-espaciais, ambientais, políticos e culturais também se entrecruzam, interagindo e mobilizando os atores envolvidos. Não há, entretanto, autonomia da rede frente ao mercado, pelo contrário, há uma forte dependência das escolhas que fazem os atores melhor posicionados no campo do *lixo*, a indústria recuperadora e, ainda, do consumo e da forma de descarte adotada pela população. Entretanto, há um espaço cada vez mais importante para as ações coletivas localizadas na busca identitária de grupos que se definem como pertencentes a um território ou configuração cultural particular. Tais processos se estruturam fora dos padrões hegemônicos, como observamos na associação de catadores do Loteamento Cavalhada, situada na esfera do trabalho informal.

Apesar de a análise das redes sociais, no contexto da chamada economia popular e solidária, abranger tanto políticas mais amplas, quanto modos conforme é produzida e reproduzida a vida cotidiana em grupos pequenos, como ocorre nas associações de catadores. A articulação entre as diversas associações, por meio de ligações de diferentes tipos, e a troca de elementos podem fortalecer o conjunto na medida em que são fortalecidas pela rede. Empregando esse olhar, posso

representar cada membro da associação de catadores como um nó da rede de reciclagem de Porto Alegre, que se articula por meio de diversos elos internos, com outros associados, e externos, com o poder público ou com os atravessadores entre tantos outros. Visualiza-se assim a necessidade de aprimorar a autoapoiese na rede, isto é, satisfazer suas necessidades e girando com os capitais (de seus diversos tipos) de estabelecer fluxos cada vez mais adequados entre os nós.

Refletindo sobre o emprego do termo economia solidária para caracterizar estas redes de reciclagem e o papel da associação de catadores nesta, considero tratar-se de um eufemismo, que pode acobertar as desigualdades socioeconômicas presentes no universo da reciclagem de materiais. Acredito que esta forma de economia popular, na qual se inserem as catadoras, possa ser identificada, sim, como rede da reciclagem, na qual, frente ao crescente desemprego estrutural, a catação de *lixo* passou a ser uma alternativa de renda, sendo a mão de obra no trabalho precarizado dos catadores aproveitada numa cadeia produtiva em franca expansão, a da reciclagem industrial.

Existe e insiste a "degradação de toda relação com o mundo e, como conseqüência, com o tempo e com o espaço" (BOURDIEU, 1998, p. 120), fortemente orientada pelo modelo hegemônico. Bourdieu aponta: "A precariedade está hoje por toda a parte" (*ibid.*) e Bauman (2001) traz discussão semelhante em vários momentos da discussão sobre a "modernidade líquida", na qual hoje, os tempos e os seres humanos, seus humores e seus produtos, encontram-se carregados de fluidez e transitoriedade. A economia popular tenta ir em direção contrária, captando e articulando o que parece ser uma experiência combinada de garantias (de posição e de sobrevivência), da incerteza (em relação à sua continuação e estabilidade futura) e de insegurança (do corpo, do eu e de suas extensões: posses, vizinhança, comunidade).

O popular deve ser procurado no coração da economia contemporânea, nas "artes de fazer" (DE CERTEAU, 2004), nas práticas cotidianas. Nessas micro-práticas diárias no espaço cotidiano, no que percebemos como popular, estão interesses e regras próprias e fazem uma "bricolagem" com e na cultura econômica dominante. O cotidiano é inventado por infinitas formas de agir "não autorizadas" dos populares, pelas quais vão se apropriando do espaço urbano vão forjando astúcias para resistir a disciplinarização dos corpos (ao biopoder, nos moldes foucaultianos).

Bauman traz que "a existência é moderna na medida em que contém a alternativa da ordem e do caos" (BAUMAN, 2001, p.14). Assim, o caos é a condição necessária para a ordem, essa só é ela mesma quando em contato frente a frente com seu outro, que é o caos. Na perspectiva de Foucault, esses entendimentos, essa ambigüidade, prepara a modernidade como um período de intolerância à diferença, mesmo que esta intolerância seja recoberta pelo véu da aceitação. A "inclusão social dos catadores" pode então ser vista como um passo para o moderno ordenamento sócio-espacial urbano. Mas, quem inclui o excluído? E quem é excluído? E ainda, por quem é considerado excluído?

Reciclar, Reunir e Resistir

A experiência junto às catadoras leva a constatar que a vivência desse grupo social é muito mais rica e diversificada do que os modelos explicativos são capazes de apreender. Daí a questão de saber como os diferentes grupos que compõem a ecologia dos espaços sociais, dialogam nos e entre diversos mundos de ação. As trocas têm também papel conflituoso uma vez que elas não se sustentam somente em termos de uma natureza solidária, mas a partir de práticas recíprocas em que a relação de conflito passa a atuar (GODBOUT,1998). Esse conflito existente no campo do *lixo* forja a emergência de um novo movimento social urbano - o MNCR. Esse movimento tem se gestado na luta cotidiana pelo controle do *lixo* ou pela apropriação de seu espaço de geração – a cidade. Se não é só o número de catadores que pode indicar a importância desse movimento, o principal fato é o tipo da influência que podem exercer. Os movimentos sociais podem provocar uma verdadeira “polinização” na sociedade inteira. Segundo a essa bonita expressão de Souza (2006):

Autênticos movimentos sociais [...] podem, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada, mas pode polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso - o que, dialeticamente, pode vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e do seu potencial de combate (p. 109).

Com relação às possibilidades “polinizadas” pelos movimentos fica claro que não bastam as carências, pois, se assim fosse, já deveria ter ocorrido uma revolução no Nordeste brasileiro, por exemplo. Sempre “as lutas se agravam a partir da articulação de carências e setores organizados, mobilizados, que ‘puxam’ as lutas” (GOHN, 2000, p. 57). Assim, as catadoras que atuam no galpão podem vir por meio do MNCR a “puxar” a luta junto com os catadores de rua. O MNCR pode vir a se articular com outros movimentos em defesa da vida humana e da natureza, como os atingidos por barragens (MAB), os que padecem ou padeciam de contaminação em espaços industriais, assim como os que se postam na defesa dos manguezais contra a indústria da carcinocultura entre outros. Esses conflitos possuem atores sociais que não definem a si mesmos como “ambientalistas”, embora façam parte de uma luta diretamente relacionada à qualidade de vida. Alier (2007) define esses tipos de conflitos ambientais distributivos como “ecologismo dos pobres”⁷⁰.

⁷⁰ No livro homônimo a expressão o autor descreve e analisa as manifestações crescentes por justiça ambiental, assim como movimentos populares. No “ecologismo dos pobres”, o ponto central é o fato de os pobres, com frequência, favorecerem mais a conservação dos recursos naturais. Além disso, os impactos dos problemas ambientais são sentidos muito mais por esses, pois tem menos condições econômicas de protegerem sua saúde e bem estar.

A presença de movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face de nova conjuntura e das novas forças sócio-políticas em ação). O importante a destacar é esse campo de força sócio-político e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas sofridas constrói, demarca interesses, identidades, projetos e subjetividades.

Numa certa tarde de inverno fomos assistir ao filme “O Sonho de Rose, 10 anos depois”, de Tetê Moraes, que registra o cotidiano do assentamento de sem-terras mais de dez anos depois do filme “Terra para Rose”⁷¹, [...] Ao longo da projeção, entre os cochichos pude ouvir: “Viu! Elas são como nós”. Fiquei pensando muito naquela fala... Principalmente, no fato das catadoras terem se identificado com as trabalhadoras sem terra. Por serem mulheres, por serem mães, na luta por seus direitos, no sustento, identidade de gênero? [...] Quando acabou o filme o silêncio pairava no ar demonstrando o quão reflexivas saíram as catadoras da sala de cinema (Anexo A).

Essas lutas envolvem, desde movimentos que podem iniciar em pequenos grupos, como no caso da associação da Cavallhada, espacialmente delimitada, e vão se expandido pela cidade inteira, criando redes cada vez mais amplas como o MNCR, que vem se articulando na América Latina. Movimentos sociais referem-se a um fenômeno coletivo que apresenta certa unidade, quando visto de fora, mas que no seu interior contém formas de ação e meio de organização muito diferenciados e, freqüentemente, é preciso gasto de muita energia para manter a união na diferença. É sempre necessário investir grande parte dos recursos para gerir a complexidade que o constitui. Dentro desta complexidade, temos a diversidade política que observamos em grande parte dos movimentos.

Com relação ao MNCR procuro, com um olhar a partir de "dentro", interpretar o significado do movimento para aqueles que dele participam. Retomo, assim, os sempre revisitados escritos de Paulo Freire a despeito de sua reiterada referência ao ser humano como um ser de relações⁷² que atravessa, explicitamente ou não, o conjunto de sua obra. Desta forma percebo que enquanto a relação entre os protagonistas for viva, haverá nela a tendência a fugir das equivalências mecânicas e calculáveis através de extras, que por sua vez tendem a se normatizar, contratualizar pela necessidade de cumprimento às regras. Se a equivalência vence é o fim do jogo e se isso acontece é por que algo já não circula mais entre os integrantes: a dádiva que, simplificada, é o que circula em prol ou em nome do laço social.

A identidade coletiva constrói-se a partir de um conjunto de representações por parte dos atores sociais, isto é, por meio de um processo simbólico. Assim os atores, com maior ou menor capacidade de exercer seu “poder simbólico”, enfrentam-se para instituir e justificar sua identidade

⁷¹ Premiada documentário sobre a ocupação de um latifúndio no Rio Grande do Sul, na Fazenda Annoni, por um grupo de agricultores que inspirariam a criação do Movimento dos Sem-Terra (MST).

coletiva particular. As lideranças são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, assim como para articular o movimento em conexões e redes.

A diversidade política no interior dos movimentos é um desafio a unidade. No caso do MNCR, observa-se incidência de uma militância anarquista historicamente baseada na recusa as formas institucionais de fazer política e que defende a ação direta como meio de obter as suas conquistas. A existência de espaços de organização, mobilização e vivência social dos Catadores de Materiais Recicláveis, constituídos fora do campo da institucionalidade têm forte conteúdo político, tornando necessária uma reflexão teórica mais abrangente sobre esta perspectiva dos movimentos sociais, pois esses continuam criando redes locais com características próprias das culturas e dos ambientes nos quais se assentam as comunidades.

A rede social se apresenta, então, como estratégica de mobilização por cidadania e ultrapassam as possibilidades tradicionais de geração de trabalho e renda pelo mercado formal. No caso dos catadores as articulações em rede se dão em função de reivindicações junto ao poder público municipal, por exemplo, com relação à qualidade e quantidade do *lixo seco* encaminhado por meio da Coleta Seletiva e a reivindicação de pagamento pelo serviço público prestado.

Uma das bandeiras de luta do MNCR é o devido pagamento pelo poder público pelos serviços que nós prestamos à sociedade, já que está provado que o trabalho dos(as) catadores(as) é mais eficiente na coleta seletiva que os caminhões e aparatos do setor privado (MNCR,2007).

Uma nova cidadania está ligada, não só ao consumo, como aponta Canclini, mas à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os do tipo urbano como o MNCR – e aqui é interessante anotar como a cidadania se entrelaça com o acesso à cidade, seus espaços e seus resíduos – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais e ecológicos. Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania (DAGNINO, 1994). A autora citada esmiuça essa nova cidadania em cinco itens que penso ser relevante trazê-los, mesmo que em fragmentos:

1-“Considero que a nova cidadania trabalha com uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. [...] o direito à autonomia sobre o seu próprio corpo, o direito à proteção ambiental e o direito à moradia são exemplos – propositadamente bastante diferentes – dessa criação de novos direitos [...]

2- [...] a nova cidadania, ao contrário da concepção liberal, não se vincula a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política progressiva dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política

⁷² Ser de relação como modo de existir é vocação ontológica dos humanos, completada por outros traços, a exemplo de sua natureza também inconclusa. Inconcluso, aliás, não afeta apenas a condição humana, pois “onde há vida há inacabamento”, sendo que “entre homens e mulheres o inacabamento tornou-se consciente” (FREIRE, 1997, p. 55).

indispensável à instalação do capitalismo [...] Nesse sentido, ela é uma estratégia dos excluídos, uma cidadania de ‘baixo para cima’;

3- [...] ela se constitui também enquanto uma proposta de sociabilidade. Novas formas de sociabilidade, um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis, e não apenas a incorporação ao sistema político no seu sentido estrito [...]

4- [...] O processo de construção da cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que foram definidos social e culturalmente para eles [...],

5- [...], o que está em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade. [...] a conquista dos direitos de cidadania, tal como definidos por aqueles que hoje no Brasil estão excluídos dela, implicará desde logo, modificações radicais na nossa sociedade. Mas, por outro lado, penso também, e em termos mais concretos, em práticas populares recentes, como, por exemplo, as que têm surgido em algumas cidades, [...] onde os setores populares e suas organizações abriram espaço para uma participação efetiva na gestão das políticas públicas [...] (DAGNINO, 1994, p.107-108).

No entanto, vários autores criticam as análises tradicionais e concordam com a necessidade de uma caracterização menos focada no Estado, assim como de uma apreciação das contradições internas dos movimentos sociais. Durham, numa perspectiva antropológica, entende os movimentos sociais como uma forma específica de mobilização popular, com espaço próprio diferente do ocupado por sindicatos e partidos, mas não inferior a estes. A autora considera que a partir de carências comuns, esses movimentos promovem a reivindicação de direitos sociais, e que, essa transformação de necessidades em direitos, coincide com a construção coletiva de uma nova cidadania (DURHAM, 1984).

Esses movimentos sociais são novos em relação à política tradicional, buscam identidade autônoma e recusam as formas de tutela. O elemento novo desses movimentos consiste, exatamente, na criação de pequenos espaços de prática social. São espaços para aqueles que, sendo pobres e dispendo de pouco poder político, apelam, contrariamente, às outras linguagens, ao discurso dos direitos humanos, ao valor da natureza para a sobrevivência humana, aos direitos territoriais indígenas e à sacralidade de alguns espaços de vida. Nas mais diferentes latitudes, em contextos rurais ou urbanos, comunidades pobres começaram a envolver-se em intensos conflitos socioambientais, produzindo sua própria interpretação da questão ecológica (ALEIR, 2007).

Nun (1989) também ressaltou o poder revolucionário dos novos movimentos na “rebelião da vida cotidiana”. Mostra como, a partir dos setores oprimidos, o cotidiano torna-se um fato político, e entende por setores oprimidos as minorias étnicas, as mulheres, os homossexuais, e outros que: “transgredindo os rituais de discrição e boa conduta, exigem serem ouvidos” (*op.cit.*, p.85) e vistos. Os novos movimentos sociais são também definidos como aqueles que, mais próximos das concepções anarquistas, realizam uma crítica ao autoritarismo da cultura política tradicional, procurando estabelecer novas formas de organização e luta.

A valorização dos movimentos sociais alternativos ocorre, justamente, pelo que eles têm de ruptores do consenso e da subjetividade produzida por meio da mídia. Na avaliação de Guattari, os grandes partidos e os sindicatos buscam obter consenso, igualar opiniões, já esses movimentos produzem acontecimentos e não fenômenos de consumo. Essa ruptura desencadeia processos de singularização, produzindo novas redes para se entender diferentemente uma situação. "Não se trata de gerar um modelo com o qual a sociedade inteira vá se identificar, mas permitir que possam proliferar, na sociedade, novas formas de organização, novas maneiras de conceber as relações na vida cotidiana" (GUATTARI, 1986, p.34).

A diversidade, um princípio ecológico fundamental, expressa, por exemplo, nos Fóruns Sociais Mundiais (FSM), segue na contramão do processo de globalização que produz a homogeneização cultural, possibilitando a emergência de novas práticas políticas criativas. Os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil surgem, então, como possibilidades de grande importância. Entendo o fórum como um destes espaços criativos que, com todas suas contradições, surgiu como uma nova forma possível de atuação política, e que se demonstrou articulado com a dimensão pedagógica dos movimentos.

Retornando ao "bloco" do MNCR na Marcha (V FSM), todos já estavam bem cansados afinal era o encerramento de um Congresso que durou três longos dias de calor e muita discussão e informação. Carregavam uma bandeira gigante, na qual brincavam passando por baixo dela, demonstrando que a luta pode também ser lúdica. Alguns materiais encontrados no caminho foram simbolicamente colocados sobre a bandeira, uma garrafa PET, uma latinha de refrigerante. Uma moça, com trajes *dark* olhou para a bandeira com materiais e comentou: "Olha só, colocaram *lixo* em cima da bandeira. Que sacanagem!" A catadora que estava próxima à moça a olhou surpresa com seu comentário. Paramos para explicar para a moça, que venho de São Paulo para participar do Fórum, primeiro que aquilo não era *lixo* e sim matéria-prima do ofício dos protagonistas deste movimento social novo que surgiu com a marcha a Brasília no ano de 2001; segundo que os catadores de materiais recicláveis atuam diariamente nas associações, cooperativas ou ainda nas ruas, nos lixões espalhados pelo país coletando materiais que as pessoas, como eu, ela e outras tantas, descartam inadvertidamente em meio ao *lixo* e por último relatamos ainda as principais lutas do movimento entre as quais o reconhecimento pela sociedade do trabalho realizado. A moça ficou admirada, fez algumas perguntas, e ficou observando os catadores afastarem-se na marcha (Anexo A).



Figura 21-Marcha do V FSM
Fonte: site do MNCR (2007)

A citação acima, extraída dos fragmentos da memória de participação na Marcha do V FSM junto às catadoras, ilustra com clareza a face pedagógica que não pode ser dissociada dos movimentos sociais. Esses se constituem como práticas que articulam uma ação organizada, e um entendimento de mundo, seja um projeto imediato ou utópico, apontam para uma “outra (des)ordem possível”.

Concluída a marcha a grande maioria dos catadores (com exceção de dois ou três) não participou dos demais dias do V FSM, apesar de toda a discussão realizada nos meses que antecederam a este evento que deveria ser o espaço para o protagonismo de movimentos, como o dos catadores. Durante o fórum, vários espaços poderiam ter sido ocupados por eles, como: a mesa redonda que discutia a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Encontro e Oficina dos Fóruns *Lixo e Cidadania*, etc⁷³. Fora sua participação na coleta organizada, circulando com seus jalecos laranjas pelo “território social mundial” com sacos verdes nas costas, os catadores não foram vistos participando dos espaços de discussão do Fórum, a não ser catando os resíduos gerados por pessoas que acreditam que em um “outro mundo possível”(Anexo A).

Mas, a própria operacionalização da coleta pelo MNCR já se constituiu num aprendizado de organização para quem a executou e também para quem tomou ciência de sua existência e pode fazer as conexões com os princípios do evento. Conforme Grybowsky (1988):

“[...] enquanto espaço de socialização política, os movimentos permitem, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em

⁷³ Dois destes momentos contaram com a participação de uma das lideranças de catadores que se apresentou relatando a existência de diversidade política no movimento nacional.

segundo lugar a elaboração da identidade social, a consciência de seus direitos e reivindicações. Finalmente, em terceiro lugar, a apreensão crítica de ser indivíduo, de suas práticas e representações sociais e culturais (p. 941).

Ainda que o autor citado refira-se aos trabalhadores rurais sem-terra, essa dimensão político-educativa trazida por ele é comum ao MNCR. E aí reside, sem dúvida, uma dimensão importante de sua eficácia, de seu poder de transformar, uma dimensão pedagógica. Sigo buscando contribuir para a suspensão do reducionismo econômico que centra atenção neste contexto de resposta às adversidades pobreza e desemprego, buscando não deixar de fora a análise das “artes de fazer” das catadoras, no enfrentamento das adversidades pela complexidade das relações que as envolve cotidianamente e a sua condição de protagonista de sua própria história. Afinal, como bem nos alerta Marcos Reigota, “não podemos quantificar os significados do que é vivido por cada pessoa; no entanto, conhecê-lo torna-se fundamental na perspectiva da descoberta de uma história construída/vivida cotidianamente por sujeitos anônimos” (REIGOTA *et al.*, 2003, p.9). E ainda, “os principais desafios estão relacionados ao tempo presente, em que as profundas mudanças mundiais (que se refletem no local) no espaço político, econômico e social começam a desenhar novos imaginários, novas cartografias simbólicas que nos trazem para uma história não oficial, não linear e, portanto, uma nova geografia” (REIGOTA, 2002, p.31) cartografada por sujeitos anônimos na adoção de táticas para resistir a precariedade que os afeta cotidianamente.

No desejo de “reencantar o mundo”, emergem movimentos, novas propostas de se organizar, outras formas de pensar a cidade e a vida urbana, enfim, todo um conjunto de saberes que se confrontam com as formas já instituídas, e dadas como únicas, de gerir a vida. Para compreender os movimentos sociais contemporâneos deve-se entender como os indivíduos tornam-se sujeitos de seus destinos pessoais, e como de sujeitos se tornam atores políticos por meio de conexões em redes, e de como atores em respectivos movimentos são formas de resistência e de proposição em relação aos “códigos culturais opressores” (TOURAINÉ, 1997) ou, ainda, em relação as “incertezas do cotidiano na sociedade planetária” (MELUCCI, 2001).

Nas relações internas aos movimentos, por vezes, ocorre a reprodução da mesma lógica autoritária do sistema social hegemônico. Dan Baron (2004) aponta que todos os indivíduos internalizam os valores sociais do sistema. Ressalta que, enquanto as lideranças desses movimentos continuarem a avaliar que o autoritarismo não-intencional ou o individualismo competitivo são simplesmente contradições ideológicas, não vão deixar os participantes entender e transformar suas próprias subjetividades. Para o autor, os movimentos começam então a perceber e reconhecer que uma revolução cultural é necessária.

Elas e eles estavam lá, com as motivações mais diversas, mas estavam lá, fazendo parte do congresso e depois da marcha do FSM. O importante é que provocaram e questionaram. Para nós fica a pergunta, será que existiu o reconhecimento que faz com que os indivíduos

sejam também um “nós”? Como a unidade pode emergir de toda pluralidade apresentada? Os significados e relações estabelecidas convergem para os objetivos do movimento? Colocar o problema é refletir sobre como aquilo que chamamos empiricamente de “movimento” que parece ter uma unidade que é resultante de processos individuais bem heterogêneos e de subjetividades distintas que precisam ser compreendidas e, sobretudo, respeitadas (Anexo A).

[...] Relata que foram obrigados a participar de todas as ações do MNCR, o que para ela era sofrido. “Às vezes, tínhamos que ir a lugares e ficar dormindo no chão, sem ter segurança, não conseguíamos dormir, ficávamos acordadas até amanhecer. As crianças ficavam soltas, dormíamos tudo amontoada, que nem bicho. Tinha medo que nos acontecesse como aconteceu com os sem-terra”, conta To. (Anexo A).

Enquanto a subjetividade for negada e até satirizada, os militantes não irão conhecer-se e entender o quanto seus próprios processos internos inibem a construção de novas subjetividades e comunidades de cooperação (BARON, 2004). Dessa forma, reafirmo que ainda que recente a articulação a partir do MNCR, mesmo que às vezes por caminhos tortuosos, é a alternativa mais consolidada e legítima de organização pelos próprios catadores, que propicia fortalecê-los enquanto categoria de trabalhadores, mas é necessário que reflitam sobre estas dificuldades da construção do coletivo são inerentes aos humanos.

Desde o ponto de vista antropológico, assim como o biológico, os seres humanos são diferentes, enquanto únicos, irrepetíveis e diversos. O que se reivindica é, então, o reconhecimento e o exercício em plena liberdade dessas diversidades, partindo sempre de uma igualdade no plano jurídico, político, social, econômico e ambiental, no sentido de igualdade de possibilidades para realizar-se a si mesmos. Isto supõe uma ruptura total com a filosofia da competitividade, que incentiva e premia a quem atua em conformidade com o papel lhe é designado pela sociedade ou pelo Estado.

Essa negação da diferença constitui um dos elementos fundamentais que caracterizam as causas de conflitos na sociedade, por meio de fórmulas de integração que fazem ver o diferente como não conveniente, de acordo com as pautas marcadas pelos “poderes homogenizantes”. Assim, o conceito de desvio tem um importante papel, em função de que qualquer um que desvie é colocado num lugar aparte, em nome de uma falsa distinção, expulsando-o da coerência social.

As manifestações de reivindicação da diferença têm surgido com força das mãos dos movimentos sociais alternativos. Seu campo de ação vai, desde a reivindicação da diferença, até as mais intimamente ligadas ao ser humano individual, passando por reivindicação de situações humanas mais diversas, entre outras em defesa de melhores condições de vida através da exigência de equilíbrio ecológico, por exemplo, e assim uma sucessão de manifestações que irão se dirigir a revolucionar a filosofia da sociedade tecnológica, na medida em que translocam seu próprio fundamento ao colocar o ser humano, tanto individual como coletivamente, no centro teleológico de todas as atividades humanas (BERECIARTÚ, 1986).

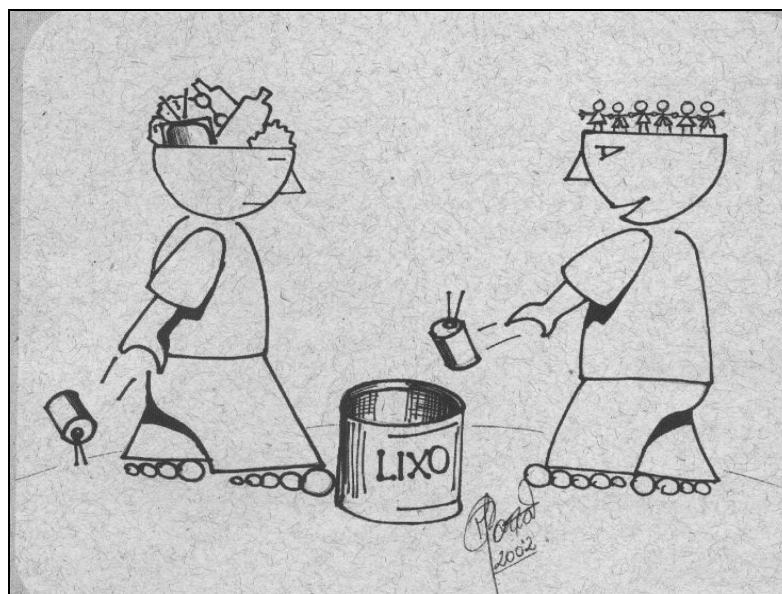


Figura 22- Charge sobre a geração de lixo

Fonte: Guia Lixo não é lixo (2002)

A análise dos desafios enfrentados pelos catadores organizados no MNCR indica que embora o processo ainda seja incipiente e frágil, alguns passos já foram dados no sentido do reconhecimento e fortalecimento dos grupos. Cabe ressaltar que a capacidade de lidar com os conflitos internos que cada grupo apresenta e a qualificação de uma consciência enquanto catador são elementos fundamentais para a construção de uma identidade coletiva. A solidariedade aparece como um princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída para o outro (não movimento) seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças. Como nos mostra Eder Sader (2001, p.42): “Quem pretender captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza”.

A cultura dos grupos sociais é incrivelmente variada. A bagagem que as pessoas recebem no início da vida, na família e da vizinhança é constantemente transformada e atualizada em função da diversidade das situações com as quais elas são confrontadas e dos contatos que estabelecem nos espaços nos quais circulam. Quaisquer que sejam os bens materiais e pessoas, suas conversas tem um elemento novo surge, então, o fato de os parceiros se encontrarem, se falarem e tentarem achar um território, no qual haja um entendimento comum que faz existir a sociabilidade entre eles.

Graças às interações que desenvolvem entre si, os indivíduos se beneficiam de um reconhecimento coletivo e adquirem uma identidade a partir do espaço. As relações dos indivíduos no espaço com o qual estão envolvidos respondem a finalidades variadas: “afirmar seu ser social por meio das redes de que participam, construir identidade por meio do sentido dados a

coletividade, interrogar-se a cerca do significado do ambiente no quais estão inseridos” (ROSENDALHL; CORREA, 2001, p. 39).

Leitura da rede

O pressuposto da análise de redes sociais, incorporado aqui, é o de que o social é estruturado por inúmeras dessas redes de relações de diversas naturezas. Hoje, a rede é uma forma de organização humana, fortemente presente na vida urbana. Como ferramenta, a análise de redes põe a mostra um amplo leque de aspectos do universo de pesquisa que permaneciam invisíveis, permitindo novos olhares sobre as práticas cotidianas no galpão, podendo até mesmo acrescentar novos atores ignorados no início.

O estudo das redes coloca, assim, em evidência um dado da realidade contemporânea que ainda está sendo pouco explorado, ou seja, de que as pessoas, dotadas de recursos e capacidades, organizam suas ações nos próprios espaços cotidianos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelas redes nas quais estão conectados.

As territorialidades inventadas pela rede são observadas, claramente, desde um primeiro momento de aproximação do galpão, pois, como já reporte, os que lá trabalham tendem a ser vistos como “iguais”, por atuarem juntos, por estarem submetidos às mesmas regras, enquanto os que se encontram fora (no exterior), que não trabalham juntos, são vistos como “estranhos”. Toda essa relação de poder interna e externamente ao galpão, constrói e/ou reforça a identidade de grupo, os “estabelecidos”, que, de certa forma, os distingue dos demais, dos *outsiders*.

A noção de rede social, trabalhada aqui como rede da reciclagem, se inscreve no campo das relações econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais, que produzem um conjunto de significações mediadas, sobretudo, pela complexidade do cotidiano de trabalho com o “lixo”, portanto numa perspectiva rizomática. As diversas concepções de redes sociais que foram visitadas servem para procurar compreender a complexidade do universo da reciclagem, como recurso teórico de valor prático, para o avanço das territorialidades, que exigem o envolvimento e a participação das pessoas na tão polêmica promoção da “inclusão social”.

Assiste-se emergência de movimentos sociais urbanos que imprimem sua marca, não somente na ação política na reivindicação junto ao Estado por serviços públicos, mas também na provisão direta de serviços trabalhando, em parceria seja com ONGs, instituições religiosas ou mesmo agências que publicam projetos de gestão participativa. O estímulo às práticas de

participação nos serviços públicos faz-se sentir na gestão dos resíduos sólidos urbanos, através dos Fóruns Lixo e Cidadania⁷⁴, por exemplo.

Ter espaço de visibilidade é importante para os catadores, porque os retira da “sombra”, os remove da posição que nega o devido respeito e dignidade por eles ansiada. Mas, ao mesmo tempo, a dinâmica da visibilidade pode produzir armadilhas, tais como a representação inadequada, depreciativa ou estereotipada do grupo, o que confere uma visibilidade perversa que, a todo instante, precisa ser contestada (como na lei que proíbe a circulação das carroças nas ruas de Porto Alegre⁷⁵).

No momento de alterações profundas na gestão pública dos resíduos sólidos da cidade, que se direciona cada vez mais para objetivos privatistas, a discussão teórica sobre as redes de reciclagem, nas perspectivas aqui apresentadas, se configura em importante estratégia para subsidiar teórica e politicamente os atores sociais envolvidos em defesa da cidadania e por uma gestão sustentável dos resíduos na cidade. A intenção é inspirar novos estudos e a elaboração de estratégias criativas para suscitar um amplo debate com a sociedade porto-alegrense, para a busca de uma gestão compartilhada de resíduos sólidos que contemple os princípios da justiça ambiental. No entanto, o sonho libertário de mudar o mundo não resulta de discursos bem articulados e palavras de ordem revolucionárias, que até podem ser úteis em sua razão de ser, dentro de determinados contextos. A mudança, para acontecer, demanda das próprias catadoras que assumam sua libertação, não como dádiva, mas como conquista da qual sejam os reais protagonistas. É no território cotidiano, que se tecem as redes que vão mostrando a real disposição desses atores em serem protagonistas, em seu empenho de mudar a sociedade, partindo da mudança de suas próprias condições de vida e trabalho. Nesse sentido, procuro aqui observar essa possibilidade nas redes de relações que brotam dos pequenos gestos, nos espaços miúdos e pouco visíveis como o galpão.

A grande questão que se coloca é saber como anseios formulados nos microcosmos da vida cotidiana, e que perpassam as redes informais, podem criar interseções com as redes institucionais. Acredito que é quando passam a ganhar um espaço de visibilidade e ocorre a tematização de suas necessidades e quando desafiam, não somente a cultura política dominante, mas também ampliam as suas noções de “inclusão social” e reconhecimento, introduzindo novas territorialidades e novos modos de vida no espaço urbano.

⁷⁴ O Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Porto Alegre, desde 2002, tem articulado diferentes atores sociais, ONGs, empresas, universidades, associações de catadores entre outros, para buscar uma gestão compartilhada dos resíduos gerados na cidade, por meio da reflexão sobre os problemas socioambientais relacionados à geração e manejo do lixo.

⁷⁵ Alguns vereadores que elaboraram o projeto de lei que institui a proibição da circulação de carroças na cidade, chegam a acusar, em programa de TV, que os carroceiros usam a carroça para realizarem “pequenos furtos” (ver folder do MNCR, no anexo 2).

A educação, nesse processo, se mantém aberta, como um rizoma que “não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, no *intermezzo*” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37). A educação, na produção de uma cosmovisão abrangente, trata-se de uma atitude prática na busca incessante de desenvolver todas as dimensões e potencialidades libertárias do ser humano, o que vai se refletindo concretamente, de algum modo, nos diferentes espaços onde circulam, nas outras esferas de vida, manifestando-se em suas subjetividades nas redes de relações.

As práticas adotadas pelos distintos atores em relação no âmbito da reciclagem em Porto Alegre apontam para a conformação de uma rede, cuja funcionalidade revela uma forma organização hierarquizada e regulada externamente pelas indústrias recuperadoras, que seguem a lógica do chamado darwinismo social (com vitória dos mais “aptos”). Mas, no interior da rede pulsa uma semente de mudança, afinal pela própria conceituação que o termo reciclagem traz consigo, a transformação é possível. Enquanto redes mercantis lutam pela manutenção do *status quo*, na rede da reciclagem vemos os aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais entrelaçados e, podemos dizer, a abertura de um campo, pois nesta rede não há um *habitus* instituído *a priori*, mas se forjando nas linguagens cotidianas que circulam no jogo do *lixo*.

A autogestão, não somente no campo econômico, mas no campo político, é uma forma de “democracia direta” (VIANA, 2005, p. 1). Entretanto, tal conceito pode ser entendido de maneira mais ampla, se analisado sob diferentes enfoques. Sob o ponto de vista libertário, a autogestão é “uma relação de produção que se generaliza e se expande para todas as outras esferas da vida social” (*ibid.*, p. 4). Podemos entender como autogestão o espaço de decisão em qualquer esfera da vida e pode ser tomado de “baixo para cima” ou mesmo horizontalmente, invertendo a lógica predominante, sobretudo no cotidiano das cidades, como na gestão dos resíduos sólidos. O MNCR reivindica a gestão dos resíduos recicláveis (coleta, triagem e comercialização) pelos próprios catadores. Quando expresso a necessidade de autogestão na organização dos catadores, estou me referindo a uma tentativa de socialização do poder, com o intuito, mais profundo, de gerirem-se a si mesmo(s) mesmo que temporariamente⁷⁶.

Com o processo de globalização, grande parte da diversidade cultural desaparece, com a homogeneização da cultura. Mas, nas cidades muitos ancoram suas identidades em locais, forjando novas territorialidades no espaço urbano. É importante destacar que, por meio do olhar para essa rede, foi possível identificar que a política pública pode tanto induzir ações de transformação, como de inércia ou ambas, simultaneamente. Na antropologia urbana se consideram as relações informais ao nível de parentes e amigos, como vemos no galpão, como um mecanismo adaptativo de grande

⁷⁶ O caráter de efemeridade das experiências autogestionárias foi descrito por Hakim Bey (2001, p. 12) ao sugerir a proliferação de TAZ (sigla de Zonas Autônomas Temporárias), “enclaves independentes com experiências comunitárias descentralizadas, espalhados pelo mundo e ligados em rede”.

importância para a sobrevivência nas cidades (OLIVEN, 2002). Para Rubem Oliven, as cidades se constituem nos centros mais dinâmicos de sociedades complexas e representam espaços nos quais as contradições da sociedade tornam-se mais evidentes. As hierarquias sociais formadas nas cidades pela distribuição da forma de produção, distribuição e consumo surgem como uma condição natural. Essa condição comum aparece mais contrastante onde o acesso à educação e à distribuição de renda é desigual.

Com essa leitura foi possível também perceber como os vínculos e as posições na rede da reciclagem se tornam mais ou menos prováveis, dando acesso diferenciado a conhecimentos, informações e recursos, influenciando de maneira importante as dinâmicas do poder que circulam, nas quais as relações interpessoais explicam uma parcela importante dessas dinâmicas. Assim, embora se demonstre a importância das relações institucionais entre o Estado, o mercado e a comunidade da reciclagem, a consolidação da rede se dá por meio dos vínculos entre as pessoas. Por meio dessas relações interpessoais, nas redes de intersubjetividade do cotidiano, que se reproduz e/ou transformam-se as relações de dominação da estrutura hegemônica na sociedade em rede em que vivemos.

Quando colocam em prática políticas sociais que visam minimizar os efeitos de injustiças sociais, os atores institucionais envolvidos não levam em conta as redes de relações cotidianas, da qual fazem parte os atores. Na rede de reciclagem predominam relações de sociabilidade marcadas por significados compartilhados, como a ressignificação do *lixo*, e estão ligadas ao mundo da vida e à diversidade de saberes, constantemente em contato por meio das mensagens providas nessa rede de relações.

CAPÍTULO 3- O TERRITÓRIO

Galpão e território: relações possíveis

O ambiente contemporâneo pode ser visto como uma superposição de espaços definidos por uma infinidade de relações em rede entre lugares e conexões com outras redes, sem as quais não existiria a comunicação entre os diferentes territórios constituindo tramas que se tecem e entretecem cotidianamente. Podemos assim passar de um espaço a outro, mas cada um pode ser visto como um mundo isolado, um compartimento separado dos demais, que por nossas práticas cotidianas podemos conectá-lo a redes mais e mais amplas.

Na concepção de Milton Santos, o espaço é um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo da sociedade não é independente da forma (os objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço é, por conseguinte, “um conjunto de formas (fixos), contendo cada qual frações da sociedade em movimento (fluxos)” (SANTOS, 2002, p. 26-27).

Heidrich (2007) aponta que devemos conceber a transição do humano para o social, essa transição do humano que produz espaço, e que essa condição que configura o humano como social é a mesma que configura o espaço como território. Trata-se, portanto, de buscar um entendimento da condição humana a partir das práticas e representações, manifestas em suas relações cotidianas com/no espaço. Essa compreensão requer uma nova abordagem que supere a perspectiva econômica e instrumental, permitindo o entendimento de que nem toda a energia empregada em uma ação tem uma função produtiva voltada somente à sobrevivência.

A posição social exprime-se no lugar do espaço físico onde está situada; o espaço apropriado funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social, conforme é trazido por Bourdieu, que apresenta relação estreita com a noção de território. Na medida em que múltiplos poderes (macropoder e micropoder) determinam múltiplas territorialidades que se sobrepõem e convivem, essa noção fornece também diferentes escalas espaciais para se trabalhar, que podem ir desde o território nacional aos microterritórios do cotidiano.

O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 122).

Sendo assim, o território se define não apenas pelo controle de uma dada área (domínio), mas também pela apropriação simbólica, como discutirei mais adiante. Por isto me pareceu um terreno fértil para evocar a noção de território e/ou enfoque territorial como uma abordagem pertinente ao universo de pesquisa.

O processo de trabalho no galpão, de um modo geral, não sofre transformações. Ele é realizado cotidianamente na mesma seqüência: classificação dos diferentes materiais encaminhados por meio da Coleta Seletiva (CS), prensagem, enfardamento, armazenamento, comercialização dos mais de 50 tipos diferentes de materiais recicláveis e partilha dos ganhos entre os membros da associação. A palavra Galpão fornece significado ao espaço cotidiano das catadoras de materiais recicláveis, isto é, a unidade de triagem de resíduos sólidos. Este vocábulo, presente nas conversas do cotidiano das catadoras, está diretamente relacionado à identidade territorial desse grupo social.

Assim, o emprego do território na pesquisa, não se dá, somente como opção epistemológica ou como mero instrumento analítico, e sim como representação presente na consciência da existência da cultura dos catadores, portanto com a sua dimensão política e também cultural. Trata-se de um diálogo entre as correntes da Geografia Crítica e Cultural, apresentando a necessidade de se considerar não apenas as grandes transformações estruturais na sociedade, mas também as relações que condicionam o funcionamento do território no nível local, contemplando aspectos ligados à individualidade e à subjetividade, tais como os significados e o sentimento de pertencimento.

Enquanto a noção das redes funciona como instância de mediação capaz de contemplar as relações entre os atores locais e as demais esferas e escalas, o território passa a ser visto e compreendido como uma referência para pensar o galpão enquanto espaço apropriado e ressignificado pelas práticas cotidianas das catadoras, em uma perspectiva que valoriza os atributos políticos e culturais da comunidade. Mas, não subestimo o peso das determinações econômicas e sociais na gênese desse território, nem procuro minimizar o impacto destas sobre a rede de reciclagem de *lixo* de Porto Alegre na qual esse território se assenta, mas procuro interpretar as relações sócio-espaciais expressas nas práticas cotidianas com o *lixo*.

A leitura do galpão não é fácil, pois, permanentemente, a decodificação é ameaçada pelo “efeito de naturalização” que nos coloca em risco de assimilar as posições sociais e espaciais das catadoras como “naturais”, entretanto é valioso ter sempre em mente que “não há espaço, numa sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprime as hierarquias e as distâncias sociais” (BOURDIEU, 1997).

O contexto do chamado processo de “exclusão social”, que prefiro me referir como processos desterritorializantes (HAESBAERT, 2004), ao qual são submetidas parcelas significativas da população, entre as quais as catadoras de materiais recicláveis, há uma tendência

ao fortalecimento das identidades territoriais, criando geografias alternativas forjadas, entre outras questões, pela falta de oportunidades de emprego na economia formal.⁷⁷ Como comenta Rogério Haesbaert (2002):

Enquanto a economia globalizada torna os espaços mais fluídos, a cultura, a identidade, muitas vezes, ressitua os indivíduos em micro ou mesoespaços em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades históricas, sociais e geográficas (...). A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba, em vários momentos, tendo efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de espaços mais fechados, visando assegurar sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar o mínimo de dignidade (p.92).

O galpão de reciclagem do Loteamento Cavahada é, então, reconhecido como um micro espaço, um mundo à parte, conectado à redes locais e globais⁷⁸. Esse espaço consolida diferenças e torna-se uma estrutura estruturada e estruturante, ou seja, produz práticas cotidianas de maneira quase autônoma. Assim, essas práticas definem simultaneamente o lugar, a relação dele com o local e com o global, pois do microterritório cotidiano do galpão na cidade, ao mercado global da reciclagem há um universo de desigualdade a ser desvelado e compreendido por meio das representações imersas neste espaço. Entendo ser este um bom exemplo para ilustrar a dificuldade de separar o social, o econômico, o cultural, e o ambiental, quando se procura as causas profundas da produção e da representação de um território. Procuro aqui olhar para esse espaço não apenas como um lugar no qual as catadoras desenvolvem seu trabalho com o *lixo* e apresentam um sentimento de pertença, mas também como um território, onde há uma identidade se forjando a partir da apropriação desse espaço. O caráter simbólico desse microterritório, como emblema da ressignificação do *lixo*, fica enaltecido, quando explicitado no discurso, demonstrando essa identidade com relação ao espaço: “Sou do Galpão da Cavahada”. Percebo, a partir da minha vivência junto às catadoras, o galpão como um lugar carregado de um conjunto de experiências e relações de essência afetiva e simbólica, que se dão no/com/através desse espaço, portanto, sendo fonte de uma parcela da identidade das pessoas que nele estabelecem suas práticas cotidianas. O simples fato de conhecer o espaço e representá-lo simbolicamente, bem como, reconhecer-se nele, já aponta para a existência de uma apropriação que revela uma produção, mesmo que abstrata, de um território. Ele existe relacionado à marca identificadora da prática com o *lixo*, como espaço de ocupação por um grupo particular, que inscreve aí sua identidade, que o considera próprio e nele transita livremente.

⁷⁷ A respeito da forma de economia aí gerada, escrevemos um artigo no qual apontamos que mesmo quando o mercado prevalece como forma de regulação estes atores sociais não agem de forma isolada, mas ao contrário se articulam em redes de relações (COLETTI; ROSADO, 2007).

⁷⁸ Por meio das empresas recicladoras associadas a investimentos e projetos transnacionais, mas por outro lado através das articulações do MNCR com outros movimento de mesmo cunho na América Latina (em especial Colômbia, Uruguai e Argentina).

No capítulo “O jogo”, inspirada em Bourdieu, trabalho com o conceito de “*habitus* catador” que tem aqui o mesmo sentido da identidade territorial das catadoras. Mas, questionamentos surgem: que é o território nesse contexto? Em que consiste? Como se demarca? Trata-se de um processo de produção de um novo território, ou de uma nova territorialidade no contexto urbano? O que diferencia os “nós do galpão” dos “de fora”? Mas, é importante alertar para o fato de que toda expressão de uma relação territorial receia um componente poético, uma relação de ordem fenomenológica que escapa as estritas lógicas causais (DI MÉO, 1998), afinal vivemos num mundo de territórios. Com essa visão, analisando a dinâmica do espaço do galpão, percebe-se a complexidade de um dos processos mais importantes na construção do território, o jogo da territorialidade que ela envolve.

Cada autor, dependendo da sua pesquisa e de suas opções teórico-metodológicas, privilegia alguns aspectos do território, seja o aspecto econômico, político, cultural ou ambiental ou vários fatores que se inter-relacionam, para explicar fenômenos sócio-espaciais dinâmicos e complexos. Realizo um levantamento das diferentes abordagens do território no sentido de uma melhor compreensão do fenômeno estudado, catando aquelas que emanam da natureza complexa das relações que estabelecem o galpão enquanto território.

Catando diferentes abordagens do território

Seriam necessárias inúmeras páginas para descrever a polissemia do termo território e a complexidade dos fenômenos espaciais que interferem no seu conteúdo semântico. Mas, como apontado, a intenção é catar no emaranhado de significados as abordagens do território que melhor explicitam as relações sócio-espaciais no espaço do galpão de reciclagem do Loteamento Cavahada. Afinal como diz Di Méo (1998), o território por natureza multi-escalar está longe de se fechar em um conceito. O território da geografia continua a ser aberto, pronto para tramar-se com todas as combinações espaciais que tecem tanto as coletividades humanas nos limites da extensão terrestre, como as experiências pessoais.

A primeira concepção acerca do território parece ter sido originalmente elaborada pela Etologia, mas precisamente por meio dos estudos dos naturalistas do final do século XVIII. O território, conforme a interpretação biológica, era compreendido com base no comportamento das espécies animais e vegetais, com relação a localização, o domínio e a defesa de um dado espaço físico, sendo um dos atributos pelos quais haveria a competição inter e intra-específica. Nesse caso, território é o espaço defendido por qualquer animal confrontado com a necessidade de proteger, de assegurar a segurança da sua progenitura, transmitir nas condições mais eficazes o seu patrimônio genético e controlar os recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Está inscrito na ordem da

materialidade, da realidade concreta da Terra, onde o termo tira a sua origem etimológica. Existe uma relação entre o território da etologia produzido pelo comportamento agressivo dos animais não humanos que delimitam e defendem o seu meio e o território das sociedades humanas que resultam da divisão política de espaço geográfico? Foi a partir desse questionamento que o conceito de território foi incorporado à logística estatal e, depois disso, às análises geográficas.

Parte dos próprios biólogos alerta para os riscos de pensar a territorialidade humana da mesma forma de outros animais. Thorpe (*apud* Haesbaert, 2004), por exemplo, aponta para os sérios danos que alguns pesquisadores provocaram (e ainda provocam) ao concluir que nossa própria territorialidade é, de todos os modos, comparável à dos animais não humanos. A humanidade compartilha com outras espécies muitos de várias características, incluindo a sociabilidade, mas é a cultura o que lhe é própria e faz a singularidade humana no seio do mundo animal. Convém levar em conta a explicação biológica geral de que o comportamento de qualquer espécie, não humana, ou humana, apresenta relação com seu patrimônio genético, o genoma, e com o ambiente no qual ele vive estando sujeito às modulações da experiência vivida.

Sem dúvida, a territorialização no espaço foi decisiva na construção da cultura humana. Outro autor (WALL *apud* Haesbaert, *ibid.*) alerta, claramente, para o risco de abordar as duas formas de relação entre seres humanos e outros animais, aquela que descarta e até abomina qualquer tipo de comparação (aproximação), que ainda é lugar comum nas ciências sociais e aquela que percebe, a partir da teoria darwinista, o comportamento humano como produto da evolução sujeita, portanto, ao mesmo esquema explicativo do comportamento animal. Apesar de ter tendência a assumir a segunda opção, o autor afirma que as duas proposições são criticáveis.

Friedrich Ratzel, com a “Antropogeografia”, ao tratar do território vincula-o a idéia de *habitat*, usada na Biologia para delimitar áreas de domínio de determinada espécie animal, portanto, uma noção próxima a de solo e/ou ambiente. A grande contribuição de Ratzel foi de vincular o território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, teorizando e justificando sua relevância na constituição do Estado-Nação para a manutenção e conquista de poder, pois para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário existir território, enquanto espaço ocupado por uma determinada sociedade. Essa concepção clássica de território vincula-se, portanto, ao domínio de uma determinada área, associado às dependências dos recursos de um espaço concreto.

Em uma visão naturalista, a definição de território, na etologia, é visto como o espaço que regula a distância entre membros da mesma espécie. Na perspectiva etológica, a maioria dos mamíferos usa suas dejeções para sinalizar, demarcar seu território ao olfato de seus congêneres. Esse tipo de abordagem do território, como área geográfica na qual há recursos a serem dominados ou controlados, não é uma perspectiva aceita por diversos autores. Raffestin (1993), por exemplo, a repeliu veementemente pelo perigo de se apagar as especificidades humanas, cuja a eliminação

conduz a tomar da mesma forma a territorialidade humana e animal (não humana). Segundo ele, nos aspectos relativos à dominação nos territórios, não se pode, simplesmente, fazer uma transposição dos comportamentos animais para os humanos.

Entretanto, embora abandonando as noções advindas da etologia, o território dos humanos é hoje visto como um espaço apropriado em função de um jogo de interações complexas, permanecendo mediado pela relação sociedade/natureza. Dessa forma, o ressurgimento com intensidade da temática do território nos estudos geográficos, nas últimas décadas, enfoca-se não mais a perspectiva clássica de Ratzel (1990), relacionada ao Estado-nação, mas a um novo referencial que busca contemplar a complexidade da sociedade contemporânea.

Mesmo que a perspectiva etológica não se aplique aos seres humanos, levando em conta todas as ressalvas apontadas, pode-se traçar o paralelo com as sociedades humanas as quais estabelecerem seu território a partir da marcação com signos, que podem indicar a sua extensão ou apenas seus limites. A colocação de limites, tais como barreiras, muros, cercas, define um território na medida em que a área delimitada está topologicamente fechada, distinguindo “um dentro” e “um fora”. Para Raffestin (1993), o “estar no mundo” do ser humano é caracterizado pela sua liberdade com relação ao ambiente. Caso seja ingênuo pensar que são as propriedades naturais das coisas que podem determinar a ação humana, o é também pensar que as formas da comunicação e da socialização humana, em geral, tenham uma existência autônoma, somente como expressões de valores que os seres humanos atribuem ao mundo separado da “inerte” natureza, sobre os quais exercita, ou pelo menos julga exercitar, uma espécie de domínio incondicionado. No entanto, a liberdade a que o autor se refere implica na linguagem, o que diferencia a territorialidade humana da animal (não humana). Assim, os seres humanos tornam o mundo legível pela linguagem, e lhe atribuem sentido, sendo animais semióticos, como o próprio Raffestin aponta. A territorialidade está, portanto, condicionada pelos sistemas de signos e códigos. A partir dessa idéia, afirma ser a territorialidade humana superior a animal em termos de complexidade. Os instrumentos de significação possibilitam ao ser humano agir sob o mundo conformando a seus interesses e desejos e, sua inteligência ajuda a compreender o mundo. Ao inventar os instrumentos, inventa o mundo. Assim, ao tomar a territorialidade humana da mesma forma que a animal, corre-se o risco grave de provocar uma espécie de darwinismo social ou perder a sua verdadeira “natureza”⁷⁹, a capacidade humana de inventar à cada momento novas situações.

A diferença entre a complexidade da territorialidade humana daquela da vida animal é explicitada por Robert Sack (1986), afirmando que a humana seria intencional, comunicativa, de historicidade aberta, criadora de instituições, abstrata e vinculada ao exercício do poder, sendo

assim, não apenas naturalmente motivada, não instintiva, mas principalmente enraizada social e geograficamente. Para Sack, a territorialidade humana é um meio indispensável para o exercício do poder em todos os níveis. Ao dizer que a territorialidade seria uma forma de classificação de uma área, esse autor se refere ao fato de que ao se exercer uma estratégia de controle de uma área, cria-se, instantaneamente, uma limitação para o contato com quaisquer objetos ou pessoas dentro dos limites em questão, sem a necessidade de enumerá-los. Isso se torna possível ao estabelecer um controle direto de acesso, seja por barreiras físicas ou simbólicas.

A característica da abordagem de Sack é que apresenta o enfoque mais a nível material, na qual o território é visto como uma ferramenta dos ricos para explorar os pobres, assim trata-se o território como uma forma de obscurecer relações de dominação. Mas, a territorialidade pode ser vista como importante instrumento para delimitar as vantagens potenciais oferecidas por uma estratégia territorial, que não se limita ao plano físico, pois engloba também o simbólico. Assim, apesar de priorizar esses aspectos do território, Sack também admite a existência de contextos afetivos e de significação no cotidiano das pessoas.

Diferentemente de outras formas de marcar território, o enclausuramento impede, ou dificulta, fisicamente a entrada de estranhos. Pode haver, entretanto, sinalização dos limites de um território sem impedimento sério a sua transposição; nesses casos, o limite apenas torna visível a invasão do espaço. Essa demarcação pode dar-se também em um nível imaterial, simbólico, abstrato. Assim, ao nível da experiência humana, a relação territorial parece menos violenta, mais organizada, mais afetiva e mais simbólica, mais moderada por um largo reconhecimento do princípio de alteridade (DI MÉO, 1998).

“A territorialidade humana é melhor compreendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma dada área e pode ser ativada e desativada (SACK, 1986, p. 1).” Assim, poderia dizer que, ao controlar o acesso ao galpão, enquanto um espaço de trabalho, as catadoras estariam territorializando-o. A territorialidade estaria assim intimamente ligada ao modo como as catadoras se organizam no espaço e como o dotam de significado, o transformam em território. Afinal, a territorialidade “como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (*ibid.*, p.219).

A estratégia, que transforma um simples local em instância territorial, pode ir desde a utilização de violência física, passando por normas e disposições até formas sutis de comunicação, tais como a própria postura corporal. De um modo geral, essas estratégias podem ser agrupadas em

⁷⁹ Percebe-se, no entanto, que mesmo com esse alerta importantíssimo e considerando haver superioridade da territorialidade por esses, com relação à exercida pelos demais animais, o emprego do termo “animais semióticos” para

quatro grandes tipos de ações: a delimitação de áreas às quais se estabelecem normas claras do que é permitido ou proibido; a implementação de limites ou fronteiras por meio de marcas simbólicas ou sinais; a distribuição e alocação de recursos; o repasse da responsabilidade das decisões e atitudes sociais para a área. A noção de territorialidade, para Sack, cumpre, ao mesmo tempo, os papéis de classificação (relacionada à área), de comunicação (relacionada às fronteiras) e de controle (coesão).

“A territorialidade tem potencial explícito de tornar visível, sendo que o território pode desviar a atenção, pois aparece mais o território do que os atores realizando o controle (SACK, 1986, p.33)”. A condição do território não é a competição pelo espaço, mas pelas coisas e relações presentes no espaço. Sack provoca-nos a pensar: quem controla quem, como, porque e com qual propósito. O enfoque parece ser a territorialidade como estratégia de controle dos recursos em uma dada área, portanto restrito à materialidade, mas afirma que esse controle deve ser concebido e comunicado.

Toda a relação de poder, espacialmente mediada, é produtora de identidade, controla, distingue e separa, classifica o indivíduo, ou o grupo. Mas, a visão de poder aqui é ampliada, não restrita a uma leitura materialista, mas apreendendo a concepção de poder simbólico em Bourdieu. Embora Sack não ignore essa dimensão, ela é mais explícita nos textos de Raffestin. As discussões mais recentes sobre o território incorporam, cada vez mais essa componente cultural/simbólica, considerando que o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural, e uma dimensão material, de natureza, predominantemente, econômico-política. É a relação entre o domínio e a apropriação. O domínio está relacionado à dimensão política, economia e funcional, enquanto a apropriação pode ser subjetiva, simbólica/cultural. Dependendo do que está em jogo no momento pode ser mais simbólico ou mais funcional.

“O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Nessa passagem, Raffestin (1993) estabelece um papel central do grupo social como elemento constitutivo do território, em sua dinâmica de relações e imanências de poderes. O poder informalizado esconde-se atrás do Poder formalizado, esconde-se tanto melhor quanto maior for sua presença em todos os lugares. Presente, em cada relação, na curva de cada ação: “insidioso, ele aproveita-se de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração dos humanos” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

O enfoque da abordagem de Raffestin são as redes, ele traz que o “território é um espaço onde se projetou trabalho, revelando relações de poder. Apóia-se no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder” (*ibid.*, p.144). Dessa forma,

o território é uma reordenação do espaço, na qual a ordem está em busca dos significados dos quais dispõe a pessoa enquanto pertencente a uma cultura. Ainda, para esse autor, o território é caracterizado por uma configuração social voltada exclusivamente para organização e manutenção do poder, mas distinta da concepção de Sack, mais materialista, o objeto de estudo para Raffestin são as relações sociais que se concretizam no território significando territorialidades.

Referindo-se a multidimensionalidade do poder, Raffestin critica as concepções que privilegiam o poder do estado, afirmando que, historicamente, os seres humanos efetuaram a repartição da superfície terrestre implantaram nós e construíram redes, que sustentam as práticas sociais, tanto econômicas, quanto políticas e culturalmente produzindo territórios, no campo das relações de poder. A multiplicidade da territorialidade é uma de suas grandes contribuições, com ênfase na dimensão política. O aspecto inovativo que aparece na obra de Raffestin é direcionado à conquista da autonomia pela indicação da (i)materialidade da territorialidade, pelas redes.

Tanto Sack, quanto Raffestin não rompem com a velha identificação do território restrita ao seu substrato material, mas a despeito das críticas as abordagens destes autores em suas obras fundamentam, até os dias de hoje, o conceito de território como objeto de análise nas mais diferentes escalas espaciais e temporais, particularmente na complexidade do cotidiano metropolitano.

Marcelo Lopes de Souza (2006) prioriza mais as relações projetadas no espaço do que propriamente o espaço concreto. Aborda o território com enfoque político e também cultural, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios a partir dos conflitos originados pelas diferenças culturais. Para esse autor, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” (SOUZA, 2006, p.81). Trata, portanto, das relações de poder, espacialmente delimitadas, e operando sobre um substrato referencial. No sentido proposto pelo autor, em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo. Deste modo, na visão de Souza, o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções, e ainda “os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas espaciais e temporais” (p.81). Em suma, sempre que houver seres humanos em interação em um dado espaço, primeiramente transformando a natureza, espaço natural, por meio do trabalho e depois criando continuamente um valor ao modificar e retrabalhar o espaço social; estaremos diante de um território. É, portanto, inconcebível para Souza (*ibid.*) que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de ter sido territorializado por alguém. Afinal, o território é um lugar particular, local e, ao mesmo tempo, um nexo entre o lugar e outros lugares possíveis, global. Assim como o poder é onipresente

nas relações sociais, o território está presente em toda espacialidade social ao menos enquanto o ser humano estiver presente na Terra.

Essa abordagem de Souza contribuiu, de maneira significativa, para o entendimento do galpão, para além de um espaço de geração de renda. Privilegiando as transformações provenientes do poder no território, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e outros. A proposta de flexibilização da noção trazida por Souza (*op.cit*, p.86), na qual o território “é um campo de forças uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite e uma alteridade: a diferença entre nós (os de dentro, o grupo, a comunidade, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)”, vai ao encontro da noção de Espaço Social em Bourdieu (1996).

Como afirmou Michael Foucault (1987), o poder se faz presente em toda relação. Sendo assim, o poder atravessa todo o aparato estatal e mantém interações, invariavelmente marcadas por conflitos, com diversas instâncias políticas e sociais, da modesta a mais complexa, mas de forma alguma se limita à escala do Estado. Sendo assim, o recorte espacial, seja qual for sua grandeza, em que se exerce um controle, atributo do poder, reclama o estatuto de território. O território pressupõe então relações de poder, que circulam nas redes e dessas para o espaço. Souza enfatiza que o território é essencialmente um instrumento do exercício do poder e questiona-se: quem domina ou influencia quem nesse espaço e como? (SOUZA, 2006).

O território usado é uma categoria integradora por excelência e que, especialmente no planejamento, vem definitivamente terminar com as falsas premissas da possibilidade da gestão por áreas. Proposto por Milton Santos, o termo território usado é assumido como um conceito indispensável para a compreensão de funcionamento do mundo no presente, esse mundo globalizado, que incansavelmente se torna míope à realidade da maioria dos habitantes da Terra. Nesse período, caracteriza-se pelo processo de resistência dos lugares às perversidades impostas pela globalização, o autor, aponta que é dentro dos territórios que se estabelece a contradição vivida entre o mundo e o lugar.

“É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 1996, p. 15). É a partir do uso do território que ocorre a possibilidade de articularmos a materialidade e a imaterialidade que inclui a natureza, seu uso e a ação política e cultural a ele ligada. Isso, porque o território usado não é estático, e sim dinâmico, transformador e pleno de contradições (*ibid.*). O território, nesse sentido, é relativo tanto a um espaço vivido, quanto ao percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”.

A abordagem de Paul Claval (1999) remete à concepção do território como produto das relações e a territorialidade como essa consciência de pertencer aquilo que nos pertence. Nesse sentido, as territorialidades não se apresentam como objeto, mas sim como relações mediatizadas, sejam elas simétricas e/ou assimétricas. O território e suas representações sociais, por sua vez, configuram-se como um misto de relações: de sujeição e dominação, de realizações, de subserviência, poder e resistência. Por isso, o território não é sinônimo de liberdade, é para alguns realização e, para outros, desencanto e na sua multidimensionalidade vivida e percebida nessa complexidade.

Baseando-se na distinção entre apropriação e domínio do espaço em Henri Lefebvre, Haesbaert propõe:

O território envolve sempre ao mesmo tempo uma dimensão simbólica, cultural, através da identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar (político- econômico): a apropriação do espaço como forma de domínio e “disciplinarização” dos indivíduos (HAESBAERT, 2004, p.94).

A par dessa complexidade, Rogério Haesbaert (2004) elaborou uma classificação das diferentes abordagens do território nas quais se enquadram três vertentes básicas: 1) política, a mais difundida, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente de caráter estatal [...]”; 2) cultural, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita por meio do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço [...]”; 3) econômica, que aponta o território “como fonte de recursos e destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate capital-trabalho” (p.40).

A criação do território como uma configuração do espaço é uma demarcação humana, não elimina a sua ocorrência absoluta, única e indivisível, se o considerarmos como a total amplitude das possibilidades de localização de objetos e seres, bem como das possibilidades de relações entre os mesmos (HEIDRICH, 1998). Para Álvaro Heidrich, a demarcação de territórios objetiva “impor o domínio humano sobre a existência em geral”, tanto sobre as condições de extensividade como as de contiguidade e de vizinhança. O território consolida-se pelos vínculos territoriais de apropriação no sentido de posse, a adequação, a valorização, por meio da prática humana na criação de uma estrutura ligada à sobrevivência e consciência do espaço, revelando sentimento de pertencimento (HEIDRICH, 2004). De outra forma, consiste na possibilidade de “partilhar o indivisível e relativizar o absoluto” (HEIDRICH, 1998, p.11). Conforme o autor: “[...] o território passará a existir tão somente quando se definirem: (1) uma relação de apropriação das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade humana como uma **comunidade**, por isso mesmo, diferenciada de

outras e, pelo mesmo critério, **a delimitação do acesso**, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída” (HEIDRICH, 2000, p.26- grifos do autor).

Originalmente, a idéia de dominação do espaço expressava uma condição necessária à sobrevivência. Hoje, essa noção indica possibilidades analíticas que privilegiam outras formas de apropriação, balizadas pelos mais diferentes objetivos, também de ordem simbólica e cultural (SUERTEGARAY, 2000). Partindo do pressuposto de que as relações sociais que produzem o espaço urbano não se relacionam apenas às formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção hegemônico, mas também aos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana, então o olhar de pesquisa deve contemplar estes aspectos. Faz-se necessário, portanto, observar a dimensão subjetiva da relação entre o grupo social e o espaço, a partir da leitura dos códigos, significados e representações que nele se expressam, pois o grupo vive o território por meio de sua cultura, que influencia suas experiências e ações.

O movimento do e no território precisa ser apreendido considerando-se: atores sociais e suas ações e reações múltiplas e cotidianas em forma de redes, a apropriação simbólica e material (E-P-C), as mediações na apropriação e produção territorial: as tecnologias, a ciência, o saber popular, as relações de poder, o trabalho, os objetivos, metas e finalidades dos indivíduos e grupos sociais, as relações do ser humano com sua natureza exterior, os componentes e movimentos da natureza exterior, as continuidades e descontinuidades historicamente condicionadas, as desigualdades (ritmos-tempos), diferenças e identidades e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) (SAQUET, 2007).

Após o estudo de diferentes abordagens⁸⁰ acerca do conceito de território, vislumbro a perspectiva integradora, que congrega essas múltiplas dimensões do território, como a capaz de evidenciar a riqueza das relações socioespaciais que se manifestam na aparente pobreza deste espaço: o galpão. Diante da complexidade do universo de pesquisa, a abordagem que me pareceu mais pertinente é a que propõe uma leitura mais ampla desse território, isto é, para além de ser um espaço de geração de renda (dimensão econômica), incorporando os laços afetivos entre as catadoras e sentimento de pertencimento ao grupo (dimensão cultural/simbólica e afetiva) e das relações de poder internas e externas a ele (dimensão política). Percebo que essa abordagem vai ao encontro de uma das propostas apontadas por Haesbaert (2004) que inclui uma concepção multidimensional, multiescalar e não exclusivista de território: territórios múltiplos e multiterritorialidades.

⁸⁰ Alerta para a existência de inúmeras abordagens acerca do território, que não foram trazidas aqui pela necessidade de optar por aquelas que têm subsidiado os debates e com aplicações na Geografia Brasileira (para conhecê-las com maior profundidade sugiro o estudo recente de Marcos Saquet- Abordagens e concepções de Território).

Além das interpretações consistentes dos geógrafos Raffestin e Sack, com seus distintos enfoques já explicitados, que fundamentam a compressão da construção histórica do conceito, procuro no quadro a seguir trazer a síntese por autor de cada uma das abordagens estudadas.

Quadro 2-Autores e síntese das respectivas abordagens do território

Di Méo	Dematteis	Haesbaert	Badie Alliés	Santos	Souza Gomes	Heidrich	Claval	Saquet
Relações cotidianas	Material e imaterial; Relacional	Dimensão identitária Simbólica/ Afetiva	Estado-nação /Política e Soberania	Território Usado	Campo de forças; Apropriação Política e Cultural	Vínculos territoriais; Apropriação, Valorização e Consciência	Produto de relações; Produtor de identidades	Relações sociais (poder) Abordagem múltipla e híbrida - EPCN ⁸¹

Território na esteira do galpão

Grande parte dos textos relativos à questão do território parecem permeados pelo enfoque econômico, demonstrando a inter-relação entre as condições materiais de produção e reprodução social, em um plano superestrutural. Entretanto, é importante atentar para os conflitos advindos desse enfoque economicista das relações. Algumas das abordagens são trazidas aqui para um reconhecimento da evolução do conceito de território, mas pouco contribui para a compreensão do galpão enquanto território, pois são insuficientes para abarcar sua complexidade.

Reverendo as abordagens do território estudadas, destaco que há tendências observadas que partem, desde uma visão eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção; outras são pautadas na dimensão política e também cultural, simbólico-identitária, tratando das representações sociais dentro da fenomenologia e, ainda, uma última que tem ganhado força em virtude dos alertas a cerca da necessária sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento local, tentando articular diferentes saberes e experiências cotidianas. Sendo o espaço uno e múltiplo, como bem nos aponta Dirce Suertegaray (2000), sua leitura somente se viabiliza calcada em diferentes conceitos, sendo a escolha do território uma opção para enfatizar certos aspectos deste espaço. Pela complexidade que envolve essa noção é possível nela identificar tanto as relações de poder como a apropriação simbólica e afetiva do espaço do galpão, o microterritório cotidiano da reciclagem do *lixo*. Ao optar por uma abordagem multidimensional do território, entendendo-o como um híbrido, em função das

⁸¹ Econômica, Política, Cultural e Natural.

multiplicidades presentes no universo de estudo, portanto o sincretismo epistemológico decorrente dessa escolha que se faz notar em todo percurso da escrita da tese.

No galpão, a ordem é estabelecida na desordem do *lixo*, que é ressignificado pela rede de reciclagem como matéria-prima. Faz-se necessário, no entanto, enfatizar uma categoria essencial para a compreensão desse território, que é o poder exercido pelos indivíduos, ou pelo próprio grupo, sem o qual não se define o território. Contempla essa mesma realidade a existência da dominação social e cultural a que estão submetidas, a exploração do trabalho, o controle da mobilidade no espaço urbano, que é também associada ao surgimento desse território.

O controle desse espaço relaciona-se com a manutenção dos meios mais imediatos e ligados ao sustento das famílias pela geração de renda a partir da catação de *lixo*. Embora esse controle mude, ao longo do tempo, pois a territorialidade pode assim ser ativada ou desativada, conforme o contexto social e político, levando em conta a concepção de Sack(1986). No caso das comunidades tribais que Sack traz como exemplo, a relação mais importante com o território se define por uma lógica de diferenciação étnica, enquanto no galpão a diferenciação se dá pelos vínculos estabelecidos com a vizinhança, pois o acesso é restrito a membros da antiga Vila Cai-Cai. Essa forma de controle é decorrente da identidade territorial ligada ao passado, fato associado ao processo de territorialização que, ao mesmo tempo em que vincula esse grupo, desvincula outro. A territorialidade recorre a uma dimensão histórica do imaginário social do grupo, de modo que o espaço do galpão serve de referência e condensa a memória, fortalecendo a identidade.

A contribuição de Raffestin (1993) é relevante à medida que seu enfoque são as redes, sendo o território um espaço de relações de poder. Dessa maneira, podemos perceber a presença de ambos os *pêis*⁸², tal como o autor aponta, tanto no nível micro, como no nível macro e algumas repercussões decorrentes de seu exercício, isto é, tanto no âmbito do grupo, quanto da sociedade em geral, com relação ao campo do *lixo*. No processo de apropriação do galpão pelas práticas cotidianas, com seu potencial de ressignificação do *lixo*, é que esse grupo social produz valores e a questão do poder se complexifica. É a apropriação e não a propriedade que o habilita. É nas trocas e na reciprocidade que se qualifica o espaço gerando esse território.

A territorialidade, no enfoque relacional de Raffestin, reflete a multidimensionalidade do vivido, assim é comum relacionar ao espaço em que habitam membros de uma coletividade. Segundo esse enfoque, os seres humanos vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais, por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. A rede, com elos majoritariamente familiares, assegura o controle do/no espaço do galpão, sendo esse mediador da organização do grupo. Sem se darem conta, os atores modificam quem deles se aproxima e também modificam a si próprios nessa interação.

Embora a noção de território usado (SANTOS, 2000) referira-se mais à dimensão econômica da construção do território, é outra leitura possível do espaço do galpão, sensível às práticas cotidianas das catadoras que nele sentem-se “em casa”, no qual para entrar é necessário “pedir licença” para quem o “usa” no cotidiano.

A base física material, o prédio da associação de catadores, torna-se micro-território a partir de uma relação de apropriação, que não requer a propriedade formal, mas pode ser simplesmente da consciência de que “esse é o meu lugar”. Não me refiro ao espaço delimitado pela cerca que circunda o terreno, no qual o prédio da unidade de triagem está situado, não é caso somente do espaço físico construído, dos muros, barreiras, fachadas que delimitam concretamente os espaços identificados. Um ponto importante dessa interpretação é que a apropriação não é somente no sentido físico, mas também no sentido simbólico, por isto é necessária uma abordagem que envolva tanto o sentido material como imaterial, que são valores importantes e sobre os quais se estabelecem as relações entre as pessoas do grupo e desse com a base física.

Para Marcelo Lopes de Souza (2006):

O território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (os de dentro, o grupo, a comunidade) e os outros (os de fora, os **estranhos**)”. (p.86, grifo meu).

(...) Perto das nove e meia da manhã o pessoal geralmente faz uma pausa para o café. Esta hora era sempre mais agradável, pois era quando eu podia conversar sem estar gritando por causa do barulho da prensa, além disso, muitas vezes eu ficava constrangida de olhar as pessoas trabalharem estando “parada” (embora estivesse desempenhando algum papel, enquanto técnica ou educadora). Quanto às conversas entre elas, são de mil tipos, em cada mesa cada duas falam de alguma coisa, mas quando o assunto chegava em “quem matou o tal Lineu”, cada uma dava o seu “pitaco”. (...) Elas gritavam não só para saber do último capítulo da novela, mas também para contarem as fofocas: “Eu falo muito, mas tem aquelas que se acanham quando vem gente **estranha**”, disse-me Lu. (Anexo A).

Os que lá trabalham tendem a ser vistos como iguais, por atuarem juntos, por estarem submetidos às mesmas regras, por ressignificarem o *lixo*. Enquanto os que se encontram “fora”, que não trabalham juntos, são vistos como **estranhos** ou, algumas vezes, como “espiões” ocorrendo até mesmo uma certa desconfiança por parte do grupo com relação aos reais interesses da aproximação. As relações de poder interna e externamente ao território cotidiano da reciclagem, portanto espacialmente mediadas, constroem e/ou reforçam a identidade de grupo, os “de dentro”, de certa forma os distingue dos demais, os “de fora”.

Ocorre que é no espaço socialmente e culturalmente apropriado, também dotado de significado, o galpão, que “o poder vem de baixo, não há uma posição binária e global entre dominador e dominado” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Por exemplo, às vezes, não há aceitação de

⁸² O poder com p minúsculo, informal (micropoder), e Poder com P maiúsculo, formalizado (macropoder).

cargas da Coleta Seletiva, devido ao cesto estar cheio ou, mesmo que implicitamente, por não desejarem trabalhar no sábado ou feriado.

“[...] Já na primeira semana tinha um feriado e o cesto estava cheio. Olhei prá o cesto e olhei prá Ta. e disse: ‘ Não vai dá pra parar no feriado, vamos ter que trabalhar pra baixar o cesto’. A Ta. disse: ‘ Tu tá louca o pessoal vai nos matar se dissermos que vão ter que trabalhar no feriado’. Aí tava chegando mais caminhões colocando a carga já no chão. Então eu disse para a Ta. dizer para todos. Ela disse e todos se revoltaram [...]” (Anexo A).

Trata-se também de uma visão ampliada do poder que apreende a concepção de “poder simbólico” na ótica de Bourdieu⁸³, envolvendo a produção dos significados. No cotidiano do galpão, percebe-se esse poder quando a carga é colocada no chão e pode significar que não receberão mais cargas naquele dia.

A abordagem de Souza (2006) contribui de maneira significativa para o entendimento do galpão, para além de um espaço de geração de renda, ao possibilitar sua leitura como um “campo de força” na rede de reciclagem, empregando esse caminho de pensamento procuro interpretar o “lugar do próprio”, o particular do grupo. Ao analisar as vertentes apontadas por Haesbaert (2004) percebo que as várias dimensões da ação humana não se separam na vida cotidiana. Procuro trafegar por entre essas dimensões expressas no galpão, priorizando aspectos que vão além do econômico, compreendendo esse como um território, que se forja nas relações que nele se estabelecem produzindo-o, alterando-o, fortalecendo-o, ou enfraquecendo-o.

Pode-se dizer que no galpão, como alternativa de geração de renda para as catadoras, evidencia-se fortemente o viés econômico presente no estabelecimento deste território, no entanto, a abordagem múltipla, com enfoque na vertente cultural, se direciona para o atendimento de um dos objetivos da pesquisa, que se refere a observar a dimensão subjetiva na apropriação desse espaço como criador de uma referência simbólica.

Por atenderem aos fundamentos trazidos por Heidrich (1998), com relação a vínculos territoriais de apropriação, a adequação, a valorização, consciência do espaço, revelando sentimento de pertencimento, o grupo social que atua no galpão estabelece aí, portanto, seu território. Esse grupo se apropria do espaço e nele exerce suas relações de posse e domínio, empregando táticas para reservar o acesso a um determinado grupo, estabelecendo, nesse espaço, também relações afetivo-simbólicas, referenciadas na forma como se identificam.

Penso que a abordagem que trabalha com a noção de território como um híbrido, seja entre o material e imaterial, seja entre a natureza e a sociedade, em suas diversas dimensões, econômica, política e cultural, a partir de uma **visão caleidoscópica**, no sentido da variedade de formas e de múltiplas possibilidades de leituras, se demonstra melhor articulada e conectada com a

⁸³ O poder simbólico é, para o autor, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

complexidade do universo de estudo, na qual o grupo social partilha de um espaço que integra seu sustento econômico: sua vida política e cultural.

Leituras do território

O galpão mostra-se como fonte de significados, que fornece uma parcela da identidade compartilhada pelo grupo social que nele atua, onde se funda seu sistema de legitimação. O sentimento de pertencimento ao galpão emerge nas conversas cotidianas e nas memórias coletivas que se constituem em elementos de coesão do grupo. O galpão mostra-se como o espaço de representações, palco das práticas cotidianas ou “artes de fazer” das catadoras. A partir da percepção dessa espacialidade complexa, motivei-me a buscar nexos teóricos para relações estabelecidas nesse espaço, passando a compreendê-lo como um território, componente indispensável da existência humana.

O espaço do galpão define-se pela adequação a atividade da catação de *lixo* e pela diferença dada a ele nas práticas cotidianas das catadoras que dele se apropriaram, humanizando-o. Sob a noção de território, capaz de exprimir a natureza complexa das relações e inter-relações que se estabelecem no galpão, que se inscreve no campo dos sentidos e da sensibilidade humana, perpassa um conjunto de significações mediadas, sobretudo, pelo cotidiano, e são decorrentes da relação espacial que o grupo social mantém no seu dia a dia de trabalho com o *lixo*.

Esse espaço do galpão pode ser encarado como um dos chamados “territórios do cotidiano” (MESQUITA; BRANDÃO, 1995) que têm como parâmetros a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade, reunindo na mesma lógica interna todos os seus elementos pessoas, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, é traço de união, a garantia da comunicação e proximidade.

Os vínculos territoriais são resultantes de concepções que o grupo detém do espaço, por eles valorizado e apropriado. Entendo que esse microterritório, mesmo partindo de uma base material (prédio do galpão), pois se estabelece na apreensão de significados e representações que se constituem em condição para as referências identitárias existentes associadas ao espaço ocupado no passado (Vila Cai-Cai). Passo, então, a denominar este espaço como **território cotidiano da reciclagem do lixo**.

Observando, esse microterritório, particularmente na complexidade do cotidiano metropolitano, percebo a necessidade de considerar as relações que condicionam o funcionamento deste em nível local, contemplando-o, para além dos aspectos políticos, os aspectos ligados à subjetividade, tais como as representações. Neste sentido, estudar o território cotidiano da

reciclagem significa entendê-lo como resultado de um processo de apropriação do espaço pelas catadoras, compreendendo-o para além da dimensão material, buscando as dimensões subjetivas (simbólicas e afetivas). Ao mesmo tempo em que devem ser considerados os aspectos relativos a identidade e, ainda, as relações de poder que emanam deste microterritório, é necessário compreender as concepções de mundo das catadoras expressas deste espaço.

“Eu também dizia catá *lixo*, mas quando entrei no galpão comecei a chamar de reciclagem...Eu dizia para as meninas que não era lixo até hoje eu brigo com quem chama o galpão de lixo!”; diz To.

“O mundo foi feito perfeito, nos precisamos de tudo. (silêncio) Eu preciso deles para botarem o *lixo* prá mim viver e eles também dependem de mim para limpar a cidade”, aponta J.

O território cotidiano da reciclagem é interpretado como a força desse lugar que une as catadoras, que lhes oferece além da possibilidade de ganhos econômicos, para manterem suas famílias dentro de condições específicas de vida e trabalho, a possibilidade de participação de redes mais amplas. Mesmo sendo explícita a relação com a economia, a experiência do galpão está, implicitamente, imersa na política e na cultura. Por isso, me resguardo de afirmações generalizantes, pois cada grupo social produz seu território em consonância com suas crenças, valores, ritos e mitos, embora as pistas fornecidas nas práticas cotidianas, esses elementos não estão tão explícitos assim.

Em um primeiro esforço de compreensão do território da reciclagem o esquema a seguir foi elaborado (Figura 22), buscando ilustrar alguns dos aspectos levantados a partir da minha vivência junto às catadoras.

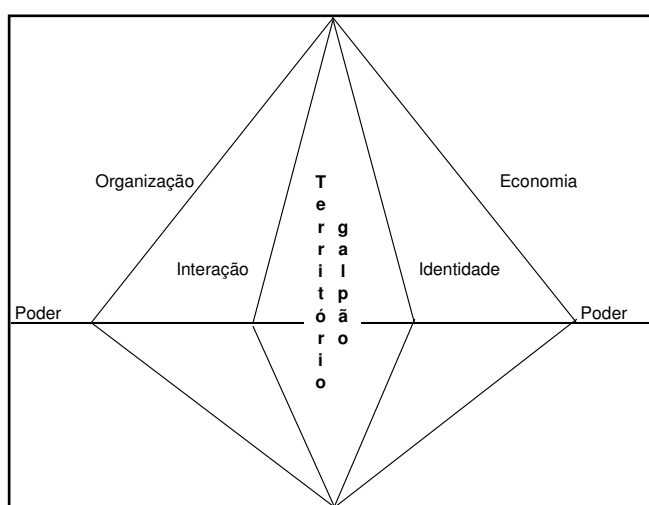


Figura 23- Esquema dos aspectos inerentes ao território cotidiano da reciclagem

Fonte: elaborado pela autora

Conforme representado no esquema, procurei demonstrar uma concepção multifacetada do território cotidiano da reciclagem, por analogia, escolhi a imagem de um **poliedro**⁸⁴. Portanto, conforme o ângulo que se olha um determinado aspecto deste microterritório é visualizado em uma das faces deste poliedro. Quando observados aspectos referentes à interação entre as pessoas nesse território, percebemos as ligações afetivas e simbólicas que se estabelecem entre elas e com o espaço do galpão. Essa interação é permeada pelo poder, eixo transversal, tanto em nível macro, poder estatal, como de micro, micropoderes. A existência de sentimento de pertencimento a esse espaço também possibilita visualizar a marcada relação entre a identidade destes atores sociais e o estabelecimento deste território por meio da interação social: redes de sociabilidade. Sob o ponto de vista da economia, na sua função mais evidente de “geração de renda para sujeitos que, provavelmente, estariam excluídos do mercado formal de trabalho”, conforme uma visão mais institucionalizada da prefeitura e por outros atores envolvidos na chamada economia popular e solidária. A forma de organização, enquanto categoria de trabalhadores, espaço de enunciação, isto é, onde os catadores têm voz e vez e no processo cotidiano de trabalho com os resíduos, divisão das tarefas fortemente marcadas pelo recorte de gênero, apresenta-se vinculada ao aspecto econômico, sendo, também, transversalizada pelo poder. Nessa abordagem, então, poder e território devem ser enfocados, conjuntamente, de modo articulado, na consolidação da abordagem do território cotidiano da reciclagem, tal como fica demonstrado em um dos eixos do poliedro que transpassa todos os demais aspectos inerentes ao galpão, inclusive ultrapassando seus limites das faces que compõe esse microterritório. Embora essa abordagem dê conta de definir forma e conteúdo por meio de uma construção teórica do conceito de território, por ser uma imagem estática não dá conta de construir um caminho de reflexão que represente a dinâmica do galpão.

Assim, da repercussão dessa reflexão que permanece ativa surge a idéia do **caleidoscópio**⁸⁵ como metáfora para uma visualização do território cotidiano da reciclagem. Essa visão refere-se a multiplicidade das dimensões do território, que compõe diferentes imagens e leituras possíveis a cada golpe de mão. Dentro dessa idéia de que as imagens são móveis e diferentemente da visão anterior, embora não oposta a ela, essa não é possível esquematizar em um plano. Com elementos apontados por esta imagem interpretativa que se apresenta aberta suficiente, abarca simbolicamente os saberes e as leituras das próprias catadoras nas suas práticas cotidianas no galpão.

⁸⁴ Na geometria espacial a figura corresponde a um sólido cuja superfície é composta por um número finito de faces.

⁸⁵ A visão caleidoscópica surge para a flexibilização do conceito de território, empregado aqui para abarcar a complexidade do universo de pesquisa, pois a formalização demasiada deste, visando sua precisão, poderia excluir as noções que emergiram do próprio campo empírico.

Além disso, a imagem mental de um caleidoscópio parece interessante também como alegoria devido à mudança do meu próprio olhar sobre este espaço, por meio do diálogo com diferentes autores, da articulação de conceitos científicos e as reflexões propiciadas pela Geografia e na articulação desses com os de outras áreas do conhecimento. Ao pensar a imagem, dependendo do olhar, percebe-se uma ou mais das diversas “cores” que se articulam e compõe essa imagem interpretativa do território cotidiano da reciclagem. Por meio dessa visão caleidoscópica é possível representar a complexa rede de relações nas práticas cotidianas com o *lixo* nas quais as catadoras estabelecem suas territorialidades de “r-existência”. Ao referir o microterritório, estou falando sobre uma base material, que é física e ocupa lugar no espaço, porém, isso não é suficiente para descrever o aspecto relacional, ou seja, as relações entre os atores, individuais ou coletivos, e deles com o espaço do galpão. Na imagem de um caleidoscópio múltiplas leituras aparecem sobrepostas dando idéia da complexidade que envolve a noção.

O território, em sua abordagem mais tradicional, não admitia a possibilidade da descontinuidade, da superposição e da existência periódica dos territórios considerada nas propostas de Souza (2006) e Haesbaert (2002; 2004) que ao admitirem a existência de formas territoriais assim caracterizadas, argumentam no sentido de uma territorialização marcada pela fluidez e pela mobilidade. Entendo essa visão como de grande valia na interpretação do microterritório estabelecido pelas práticas cotidianas na catação de *lixo*, já que corresponde a uma atividade na qual a mobilidade e a fluidez são características essenciais à obtenção da matéria-prima, o *lixo*, ocasionando também a construção de identidades territoriais.

Embora o conceito território seja bastante antigo na Geografia e da força que o mesmo apresenta na área, ainda carece de procedimentos metodológicos que permitam abarcar sua complexidade. Estando intimamente ligado ao poder e, sendo o poder relacional, me propus aqui ao analisá-lo a partir de um olhar para as redes de relações. Conforme Haesbaert (2004, p. 87): “Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão”. Assim, o território cotidiano da reciclagem tenta responder à questão da relação do grupo social com o seu espaço, levando em conta os discursos ambientais que o atravessam cotidianamente. Essa leitura corresponde a um conjunto de experiências ou, em outras palavras, de relações que se dão no/com/através do espaço do galpão, que apresenta elementos responsáveis por estas relações que diferem, consideravelmente, ao longo do tempo.

O território, ao longo da história, foi colocado, várias vezes, de forma a legitimar algumas dicotomias, entre elas a leitura que separa sociedade e natureza, como se o território não incorporasse uma base natural (HAESBAERT, 2004). Ao contrário disto, o território cotidiano da reciclagem do *lixo* é útil para demonstrar, na prática, a aproximação e/ou ausência de dicotomia

entre as abordagens: territorial e ambiental⁸⁶, no âmbito da Geografia. O espaço do galpão é transformado em território pelas práticas cotidianas das catadoras sendo atravessado pelo discurso ambiental, focado na necessidade de aproveitamento dos chamados materiais pós-consumo, devido à reconhecida raridade dos bens naturais. Desta forma, assim como a questão ambiental que o atravessa, esse microterritório necessita de uma abordagem multidisciplinar para sua compreensão. Integrando-se sociedade-natureza, política, economia e cultura, entre material e imaterial, esse território pode assim ser tomado como um híbrido.

Territorialidade e território no cotidiano da reciclagem

Na discussão teórica sobre território e territorialidade, em vários momentos, são expressões vistas como homólogas: para que exista território deve haver territorialidade - algo que seria como a qualidade de ser do território. Em uma visão que enfatiza a dimensão simbólico-cultural do território, ligando-o a territorialidade, há a questão da identidade. Sendo simbólica, a territorialidade pode, ou não, corresponder a um espaço concreto, ou seja, pode existir territorialidade, mas não existir território, no sentido material, um território que lhe corresponda diretamente. Isso não significa, para Haesbaert (2004), que em nível mais pontual e descontínuo em vários momentos não se identifique o elo concreto entre a territorialidade e o território em seu sentido pleno.

O território carrega uma complexidade na qual se tecem relações de poder, é difuso, rizomático (utilizando novamente a expressão encontrada em Deleuze e Guattari), da sua mais visível forma institucional ao invisível e simbólico das representações e significados dos diversos grupos sociais. Desta forma é construído neste jogo, entre material-imaterial, funcional-simbólico, identidade-diferença e ambiente-cultura.

Os processos de desterritorialização não se tratam de processos simplistas de fragilização dos territórios, mas da complexificação de uma dinâmica que se encontra aberta à experimentação de um jogo muito mais amplo de identidades, como vemos no jogo da reciclagem do *lixo*. Guy Di Méo (1998) afirma que território é uma construção social, um processo de interação das relações cotidianas e na co-presença de pessoas entre elas, com os lugares e os objetos. Como se percebe, o território envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que o agir cotidiano produz sobre o ambiente em que se encontra.

No entendimento de Di Méo (1998) deve-se levar em conta o território multidimensional participando na identidade por meio de ordens distintas: da materialidade, da psiquê individual e das representações sociais e culturais. Na primeira ordem, a identidade territorial resulta da maneira

⁸⁶ Os trabalhos de Scolari (2006) e Silva (2007) são exemplares neste sentido, pois foram desenvolvidos com esta mesma temática dentro da Geografia, nas linhas de pesquisa em Análise Territorial e em Análise Ambiental,

como a biosfera registra a ação humana e se transforma por seus efeitos; na ordem da psiquê individual, a territorialidade identifica-se, pelo viés emocional do ser humano e a relação com o espaço; e, na terceira ordem, são as representações que conferem sentido ao território e elas se regeneram em contato com o universo simbólico do qual o território fornece a base referencial.

Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que “a dimensão simbólica (como aquelas promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que se faz uso de fronteiras territoriais para se fortalecer)” (HAESBAERT, 1997, p. 171). As identidades se associam ao espaço: elas se baseiam nas lembranças divididas, nos lugares na memória do passado. A territorialidade se transformou em um dos componentes mais importantes das novas orientações do mundo social e político (CLAVAL, 1999).

A concepção de território, como produto multirrelacional, na qual esse é visto como produto do desejo, que tem o poder construtivo e vem acompanhado de diversos agenciamentos que, para Haesbaert(2004), são construídos pela territorialidade, o mecanismo de produção e defesa do território. Esses agenciamentos também podem ser observados em Heidrich (2004) quando afirma: “o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação” (p.39).

São os princípios da territorialidade humana que estão presentes quando se trata de território. Para Heidrich(*ibid.*), é através da apropriação do espaço que se constrói território, e os agenciamentos, ou seja, esses princípios, precisam estar presentes para que haja o pertencimento, para o exercício da territorialidade. Essa relação entre territorialidade e o território cotidiano da reciclagem pode ser demonstrada de forma bastante simplificada no seguinte esquema.

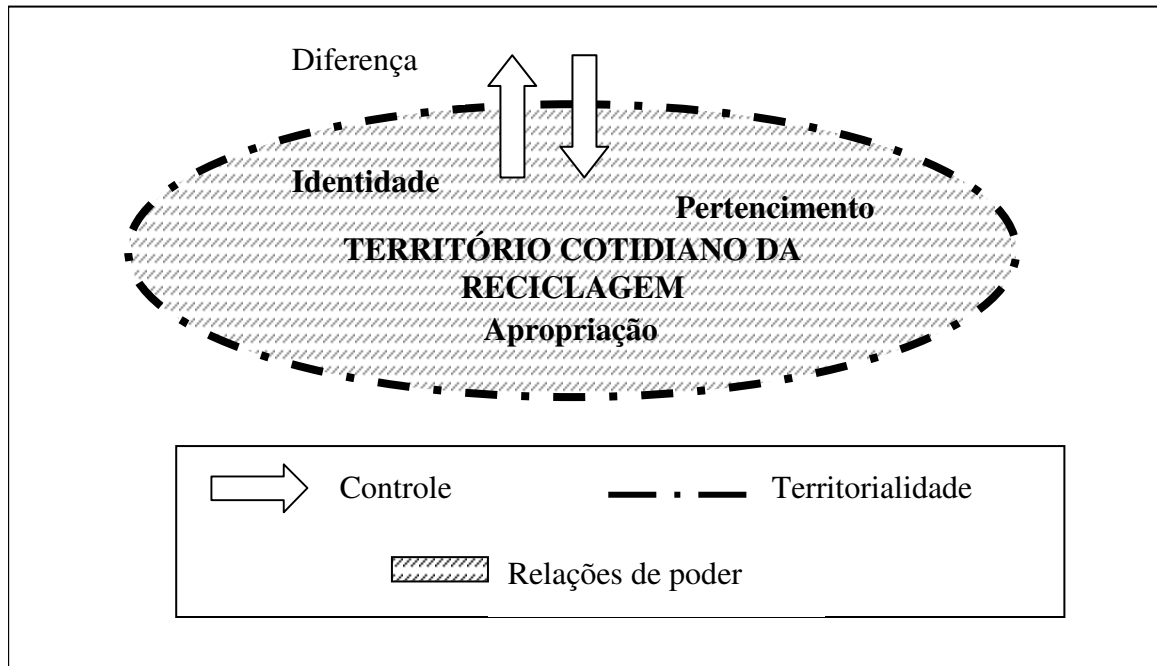


Figura 24- Esquema da territorialidade e território cotidiano da reciclagem

Fonte: elaborado pela autora

Apresento o esquema da figura 24, ciente da provisoriedade dessa síntese, pois sempre escapa algo, que somente percebe quem vive o cotidiano de trabalho com o *lixo* no galpão. A visão de pesquisa, baseada em narrativas compostas por fragmentos das conversas e práticas cotidianas no galpão, é relativa ao seu contexto específico e ao olhar da pesquisadora. Embora estejam bem presentes os aspectos econômicos ligados ao galpão, como espaço de geração de renda, por meio da apropriação material, estão ligados aos aspectos sociais de controle de acesso a este recurso por um determinado grupo e as relações de poder que nele se estabelecem. Sendo o território cotidiano da reciclagem também composto por aspectos culturais vinculados ao galpão enquanto fonte de identidade para o grupo, uma referência identitária construída a partir do reconhecimento da diferença e ao pertencimento, reforçando a existência também de uma apropriação simbólica vinculada à memória da Vila Cai-Cai.

Quando questionada se atua no galpão também, a filha de seu P., que não era da Vila Cai-Cai, respondeu:- “Bem que eu gostaria, mas não me dou com essas pessoas...eles fecham... é só a **mesma panelinha de sempre**” (Anexo A) .

Trata-se, de certa forma, da semantização do espaço do galpão pelas práticas cotidianas que nele se exercem. A territorialidade é a forma de manter o contexto por meio do qual as catadoras experimentam o trabalho com o *lixo* e a ele atribuem significados diferenciados da sociedade em

geral. Desta forma, a ligação entre elas no espaço do galpão é próxima, não somente por serem colegas de trabalho, parentes ou vizinhos, mas porque se conectam também pela ressignificação do *lixo*.

T. quando acompanhava (a visita ao galpão) insistia em falar trabalhavam não com *lixo*, mas com material que vem limpo, por que as pessoas separavam nas suas casas: “Daqui tiramos o sustento de nossas famílias e protegemos a natureza” (Anexo A).

O território marcado por esse vivido é palco desta sociabilidade diferenciada, fruto das relações estabelecidas pelo grupo, que, portanto, compartilha a identidade, bem como, os bens simbólicos associados ao espaço. Assim, em diálogo constante com marcas inscritas no espaço, são articuladas representações específicas acerca do *lixo*, que são produto e condições para o estabelecimento do território cotidiano da reciclagem.

Entendo a noção de territorialidade como um dado relacional⁸⁷, que pode ser conhecido e reconhecido por meio de suas diversas formas e expressões, como o “próprio” material e imaterial desta comunidade, que facilita a reciprocidade nas práticas cotidianas com o *lixo*. Sem reduzir o conceito, a territorialidade está para além de uma expressão de poder, uma estratégia e tática fortemente dependente de relações e posições dos atores no jogo. Nesta perspectiva, “a territorialidade, como componente do poder, não significa somente a criação e manutenção da ordem, mas é um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significado” (SAQUET, 2007, p.84).

Para Souza (2006), “a territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território, um território, isto é, (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (p.99). A territorialidade consiste, assim, na forma de relacionar-se e de apoderar-se, direta ou simbolicamente, de um território. Significa, portanto, as práticas cotidianas, as relações momentâneas, que os seres humanos alimentam entre si, com sua natureza interior e sua natureza inorgânica, para sobrevivência biológica e social, mas indo além. A etologia costuma ver no controle exercido sobre um determinado espaço, o traço definidor da territorialidade.

Podemos apreender outra forma, talvez especificamente humana, de conduta territorial: o acolhimento. O gesto mais básico de acolhimento, oferecer um assento em um fardo de papel para o visitante sentar; manifesta uma ambivalência. Se, por um lado, proporciona conforto ao visitante, por outro lado pode ter como objetivo fixá-lo ao lugar atribuído, reduzindo sua mobilidade no interior do galpão. Mas, há muitas outras formas de delimitação que são adotadas nessas práticas

⁸⁷ Para melhor compreender o aspecto relacional do território, conferir as questões levantadas por Haesbaert (2004, p. 58).

cotidianas, pois é na particularidade de cada situação que a identidade territorial (ou o *habitus* catador) manifesta-se sobre esse local.

A territorialidade é o conjunto de todas as práticas espaciais, materiais e imateriais, assim como idéias, que vão permitindo a apropriação social do espaço (DI MÉO, 1998). A partir desse ponto de vista é interessante representar a mudança social sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte esta vida e morte dos territórios. Na história do Galpão se observa essa vida e morte, pois o grupo que se estrutura a partir/com/no/através da Vila Cai-Cai, desterritorializa no Loteamento Cavahada e se reestabelece, reterritorializa no galpão, tendo-o como seu microterritório. Afinal, é por meio vínculos, criações e invenções humanas, através das práticas sociais que se produz o território (HEIDRICH, 2004), que se efetiva no espaço dotado de uma representação, que revela a imagem de um território, um local de relações.

Sack (1986) também colabora para a leitura da territorialidade no galpão à medida que reconhece “a dimensão econômica, do uso, e cultural (significado do espaço para quem o ocupa), sendo definida como a tentativa de um grupo de atingir / afetar / influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área” (p.6). Mas, ao afirmar que a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder, na relação da sociedade com o espaço, o autor se aproxima da perspectiva de Raffestin. Toda relação de poder, espacialmente mediada, é também produtora de identidade, pois controla, distingue um “nós” e os “outros”, separa, e ao separar, nomeia ou classifica os indivíduos e os grupos sociais.

Como já referido, a territorialidade pode ser desativada, por exemplo, quando ocorrem situações extremas, que mobilizam a tomadas de decisão diferenciadas da norma, como enfatizado seguinte fragmento das narrativas:

O galpão andava sendo roubado aos finais de semana. Era necessário que alguém o ficasse cuidando. Ce. viu neste fato uma oportunidade de ajudar quem necessitava. Um rapaz do loteamento, não pertencente a antiga Cai-Cai, portador de HIV, foi expulso de casa não tendo para onde ir (sofrendo discriminação no seio da própria família). Ce. apresentou na associação a idéia de que ele pudesse permanecer em um barraco no terreno do galpão “Assim ele faz a segurança durante a noite e nos finais de semana e assume o cargo de vigia”. “Uma mão lava outra”. E assim o rapaz ficou morando em um barraco ao lado do galpão, até que alguém do poder público exigisse do grupo a sua retirada, com o argumento do espaço não ter por finalidade institucional habitação e sim ser espaço de geração de renda (Anexo A).

Nesse exemplo, se situa a “inclusão social” que estava na intencionalidade discursiva do poder público local, sendo realizada pelos próprios “sujeitos” da política social. Demonstra o protagonismo das catadoras que têm no galpão um espaço de reconhecimento e o dotam de significado partir da prática da catação de *lixo*, exercendo nele solidariedade. Essa iniciativa demonstra uma forma de relação que está, cada vez mais, extinta entre as relações instituídas na

sociedade hegemônica. “Uma mão lava a outra”, diz a catadora alertando-nos para a existência de reciprocidade.

No galpão, o estabelecimento do território se dá pela organização espacial das práticas cotidianas das catadoras, que atribuíram outro sentido a esse espaço e deixa de ser somente um “equipamento público de geração trabalho e renda”; nele definiram posturas e posições que devem ser assumidas. Sob esse ponto de vista, os meios pelos quais são realizadas as táticas de controle caracterizam-se como formas políticas de territorializar. Afinal, como na parábola de Schopenhauer é preciso uma distância “boa”:

Era um gelado dia de inverno, os membros da sociedade de porcos - espinhos se juntaram para obter calor e não morrer de frio. Mas logo sentiram os espinhos dos outros e tiveram de tomar distância. Quando a necessidade de aquecerem-se os fez voltarem a juntar-se, se repetiu aquele segundo mal, e assim se viram levados e trazidos entre ambos as desgraças, até que encontraram um distanciamento moderado que lhes permitia passar o melhor possível (SCHOPENHAUER, 2000, p. 651-652).

Nessa parábola temos uma ilustração de que a “boa distância” entre cada um e os outros, que seria ideal, passa pela construção da idéia de fronteira. Essa fronteira não é dada de antemão, mas um efeito da própria tentativa de aproximação e afastamento, dependendo do contexto de sociabilidade. A fronteira é uma espécie de acordo que visa dar uma resposta aos desafios resultantes da vida em sociedade. No galpão, geralmente, não se permite o ingresso como associado de moradores do loteamento que não tenham sido da Vila Cai-Cai, demarcando uma fronteira. Mas, essa se desfaz, diante da presença de algum mal-estar produzido nas relações da rede, então os atores agrupam-se em um novo modo para conseguir tolerar ou resolver os conflitos cotidianos. Essa relação também pode ser observada, como já apontado, nas redes internas desse território, quando, eventualmente, as “fofocas” extrapolam os limites e invadem o espaço íntimo de alguma associada ou diante de outros fatos que constroem esse “controle”.

Esse grupo produz territorialidade, mas em um território instável e fragilizado, que envolve, ao mesmo tempo, uma dimensão mais concreta, de caráter político-econômico, como forma de ordenação do espaço urbano, estratégia de disciplinarização da coleta de *lixo* nas ruas da cidade, até uma dimensão simbólica e cultural através de uma identidade territorial atribuída ao grupo como forma de controle e apropriação. Essa territorialização precária se constitui como embrião de reterritorialização reflexiva que acredita na luta por reconhecimento e legitimação do seu fazer no espaço urbano⁸⁸.

⁸⁸ Isto é expresso pelo fato de ser esta associação de catadores a mais ativa e articulada com o MNCR, pelo menos no período de maior contato.

A territorialidade não é um epifenômeno no contexto da luta por justiça social, como horizonte “utópico”, pela plena autonomia⁸⁹. Para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se, são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos condição *sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no território (SOUZA, 2006a, p.112).

O território é catalizador da identidade cultural do grupo e, ao mesmo tempo, fonte de recursos para sustento das famílias. Assim, nesse território cotidiano da reciclagem, forja-se a identidade catadora, objetivada como relação entre similaridade instituída, fundamentando um “poder simbólico” (BOURDIEU, 1990), por assumirem o mesmo processo de ressignificação do *lixo* e determinadas relações internas e externas ao galpão, deixa de ser somente um espaço de trabalho, pois “num mundo no qual o simbolismo da cultura é presença fundamental em todas as esferas da vida, o território não poderia fugir a regra e se vê cada vez mais mergulhado nas tramas de um poder simbólico que tudo parece arrebatá-lo” (HAESBAERT, 2007, p. 38). Afinal, o que importa é a necessidade de legitimação social do grupo através do reconhecimento do espaço que ocupa na cidade, na sociedade. As ações que envolvem esta territorialidade no interior do galpão são diferentes com relação ao Loteamento Cavahada e a cidade na qual se insere.

Quadro 3- Condição territorial das catadoras com relação ao galpão, ao loteamento e a cidade

Condição territorial	Galpão	Loteamento	Cidade
Demarcação	Acesso irrestrito aos membros da antiga Vila Cai-Cai	Exercem controle do acesso de pessoas que não pertenciam à Vila Cai-Cai	Sofrem o controle da mobilidade/ “docilização dos corpos”
Apropriação	Territorialidade	Territorialidade precária	Reclusão territorial
Domínio	Adequação	Disputa territorial	Segregação sócio-espacial
Separação	Família A/Família B/Aggregados	Antiga Vila Cai-Cai/ Outras comunidades	Inclusão/Exclusão
Coesão	Vínculos fortes	Vínculos fortes a frágeis	Vínculos fracos
Solidariedade	Territorial	Seletiva	Fragmentada
Pertencimento	Forte	Fraco	Em disputa

Embora a territorialidade fosse desenvolvida a partir do acesso ao recurso, galpão: enquanto equipamento público de geração trabalho e renda, a partir desse, tornou-se possível a articulação com redes externas, locais, nacionais e internacionais, por meio do MNCR. Essa possibilidade de ampliação da visão do jogo por meio das redes é um dos aspectos mais relevantes na apropriação do espaço, que pode ser visto como fonte da identidade catadora a partir da valorização e consciência. Como prerrogativa desta identidade, destaca-se a exclusividade na condição territorial do grupo social. Essa idéia parece garantir, no imaginário do grupo, a plena noção do que é seu e do que é dos outros, ou seja, a separação através da exclusividade reforça a identidade e a diferença com

⁸⁹ O autor considera autonomia na linha de Cornelius Castoriadis que aponta: “Uma coletividade autônoma tem por divisa e por auto-definição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis” (CASTORIADIS, 1982, p.22).

relação aos demais moradores do Loteamento. Essa identidade é associada à memória, isto é, há no galpão laços identitários associados ao passado na Vila Cai-Cai⁹⁰ que está presente na memória individual e coletiva, por meio das lembranças compartilhadas pelo grupo na experiência nesse/desse lugar, que são importantes no fortalecimento do território cotidiano da reciclagem. Neste sentido, a memória da Vila Cai-Cai permanece na composição da identidade desse grupo como um lugar onde as relações existentes no galpão se iniciaram, como uma espécie de “mito de origem” da rede interna.

Com relação à cidade, a ameaça da privatização dos serviços de limpeza urbana segue em marcha, o que vai ser um grande problema nas questões de saúde pública, pois há uma análise prospectiva de que esse processo pode agravar ainda mais os problemas: a privatização da água, dos esgotos, e tudo mais que concerne à vida urbana. A cidade tem crescido de tamanho, os problemas se avolumam. Com esse crescimento, as grandes empresas são chamadas para “resolver” as questões urbanas. Essas empresas são cegas para a vida social e para a dinâmica sócio-espacial das cidades, por conseguinte, agravam os problemas, intensificando a segregação sócio-espacial urbana e os processos de reclusão territorial dos pobres, à sua invisibilidade social.

Em Porto Alegre foi implantado o novo modelo dos serviços de limpeza urbana, baseado na privatização dos serviços de Coleta Seletiva. As alterações na gestão modificam o modo de abastecer os galpões existentes na cidade, ação antes realizada pelo serviço público, passando a ser realizada pela iniciativa privada. Esta se constituiu na temática principal do “Seminário Educação, Resíduos Sólidos e Cidadania: o futuro de Porto Alegre” realizado por nós, enquanto membros do Fórum Municipal *Lixo* e Cidadania, realizado na Câmara Municipal de Porto Alegre, em novembro de 2005. Estavam presentes grupos de catadores das associações e representantes da FARRGS e MNCR, além de técnicos da PMPA e apoiadores do MNCR. Nesse evento, apesar das divergências entre os grupos, seus discursos se uniram buscando contrapor os argumentos do DMLU acerca do novo modelo de gestão dos resíduos. Mesmo que não tenha havido continuidade, a discussão demonstrou a possibilidade de argumentos comuns entre as diferentes tendências de organização dos catadores.

O setor privado, ao assumir o controle da Coleta Seletiva, dispõe de mecanismos para assumir o monopólio do serviço, colocando os catadores à margem do seu trabalho. As falas contrárias a privatização do *lixo* partem dos catadores articulados no MNCR, mas, em geral, não são ouvidas em todas as associações. Em uma delas ouvi a afirmação: “Não interessa quem traz, o

⁹⁰ Atualmente, um projeto privado de urbanização da Orla do Guaíba está sob avaliação para ser implantado na área onde se situava a Vila. Denominado Pontal do Estaleiro, envolve a construção de enormes prédios às margens do Lago, no espaço onde há poucos anos atrás (um pouco mais de uma década), a Vila Cai-Cai foi retirada do local devido ao mesmo constituir-se numa APP (área de preservação permanente) e às características urbano-ambientais desta região, que estão sendo esquecidas.

importante é ter material prá catar”. A causa da não privatização do *lixo* parece, no entanto, uma causa suficientemente convergente capaz de congregar as associações, sem ferir suas diferentes visões de organização coletiva, sobretudo no reconhecimento do grupo ao encontrar sua própria VOZ.

As associações existentes deveriam se adequar para conveniar com a prefeitura, o convênio previa o repasse de R\$ 2.500,00 reais por associação para despesas de manutenção do galpão. Neste momento, em que os catadores iniciavam sua organização tentando desmistificar a separação entre catadores de rua e de galpão, essa proposta envolvendo repasse de recursos veio a silenciar as associações que gerenciam os galpões. O DMLU traz a idéia de uma coleta seletiva compartilhada entre catadores de rua e empresa privada contratada. A proposta é apresenta para os representantes dos catadores que trazem vários questionamentos (Anexo A).

No cenário atual aponta para o acirramento da crescente dicotomia entre o DMLU e catadores, uma política do medo é cultivada pela necessária aceitação de premissas do poder público, com a ameaça de corte das cargas⁹¹, passando a vigorar como instrumentos de controle e repressão sobre a Associação. Enquanto isto, em outras associações, a construção coletiva cede lugar a despolitização, ao estranhamento e à conseqüente busca pelas saídas “consensuais”, enquanto seguem com táticas de sobrevivência em um ambiente onde, contrariadamente, optou-se pela premência cega e surda a produtividade.

Os territórios da cidade e a cidade de territórios

As redes de distintas escalas convergem na cidade. O olhar para as redes sociais torna-se necessário na cidade, porque a percepção dos seus territórios, em especial, é afetada pela nossa participação em grupos. O urbano é, simultaneamente, local e global, difuso e reticular e o território, significa articulações sociais e coesão, no lugar; é produto de tramas que envolvem as construções, instituições e redes multiescalares (SAQUET, 2007). O território urbano é um território dividido, que diferencia o espaço com relação a quem a ele se encontra ligado, portanto em uma ordem de subjetivação individual e coletiva, funcionando em uma relação espacial construída, também, simbolicamente.

As intervenções do Estado no ambiente urbano, a partir da racionalidade estética dos urbanistas, têm destruído os territórios, tornando-os apenas espaços (GUATTARI, 1985). Vários autores têm relatado que, atualmente, o mais relevante não é a disputa de classes, mas sim a segregação sócio-espacial urbana. Assim, há uma cartografia urbana dividida em zonas civilizadas e

⁹¹ O que foi feito nas eleições para a coordenação do galpão, nas quais ao eleger a coordenação vinculada ao MNCR, que não compactua e não silenciava diante as políticas do departamento as cargas da coleta seletiva foram suspensas e o repasse de recursos para a manutenção do galpão também (em 2008).

zonas “selvagens”⁹², compondo o mosaico urbano. A cada uma das identidades urbanas se deseja a correspondência a um território que lhe seja próprio, onde os iguais se encontram, pois há uma necessidade de homogeneização dos espaços, uma vez que as diferenças sociais e culturais para serem encaradas como diferenças devem estar relacionadas ao um espaço de distinção ou de segregação sócio-espacial (GOMES, 2005, p. 96).

As cidades de hoje são espaços com velocidades múltiplas (ASCHER, 1995, LÉVY, 2006), o que é inédito. Essa superposição das métricas espaço-temporais constitui um desafio para as formas habituais de abordar o espaço. Os vários territórios urbanos não podem ser apreendidos com os mesmos instrumentos. Com efeito, a análise das redes permite ressaltar proximidades que de outra forma, ficariam invisíveis, mas, ao contrário, a continuidade ou, quase continuidade do ambiente construído, pode dar a ilusão de um sistema urbano integrado, embora se trate apenas de justaposição. A lógica urbana que vem operando é a atribuição das cidades a uma marca construída a partir de critérios fundamentalmente econômicos, como a capacidade de consumir e também a competência para fazer escolhas de uma parcela da população urbana.

Enquanto os investimentos públicos urbanos mais importantes são direcionados à cidade enquanto mercadoria, frutos da decisão privada motivada pelo interesse do lucro, a cidade segue direcionada à fragmentação e a paisagem urbana segue marcada por intervenções desconexas. Não é difícil de observar o quanto parece estar se ampliando o uso e as normas como estratégias do “poder dominação” na cidade, constituindo-se, então, os diferentes territórios urbanos.

Um argumento também importante desenvolvido por Carlos (2001), sintetiza o (re)pensar a cidade que:

[...] significa pensar o sentido da vida na cidade (de como ela se realiza), significa pensar a plena dimensão do homem (mulher), o que revela a cidade enquanto liberdade. Se é no cotidiano que se realiza a norma, ganha forma a segregação, é aí que estão as possibilidades de apropriação do espaço (p.430).

A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica, ecológica e cultural e resulta de um intenso e recíproco relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica da cidade em toda sua complexidade. Essa expressa a formação de redes, como a da reciclagem do *lixo*, que se exprimem no espaço e constituem, em certa medida, a base de sustentação dos territórios cotidianos.

⁹² “As zonas civilizadas são as zonas do contrato social, que vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. Para se defender, transformam-se em castelos neofeudais, enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, *gated communities*). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e que por isso é comum à ação estatal e à ação não estatal” (SOUSA SANTOS, 2000, p.52).

Se a complexidade da atividade da catação do *lixo* varia de tempos em tempos e de locais para locais, em geral, o preconceito ainda impera e o incentivo e apoio do poder público diminui com as tendências à privatização do *lixo* e com o não direito à cidade. Mesmo em Porto Alegre, cidade reconhecida, internacionalmente, por ter sido sede das primeiras edições do Fórum Social Mundial e pela experiência de democracia participativa, como uma metrópole entre o local e o global (UEDA e SOARES, 2003) observamos essas tendências. Atualmente, identificamos tentativas de expulsar, do centro, os carroceiros, com a aprovação de um projeto de lei que proíbe a circulação de carroças e carrinhos a tração humana na cidade. A figura 25 mostra claramente o posicionamento das catadoras do galpão a esse respeito⁹³.



Figura 25- Mural pintado na lateral do galpão

Fonte: acervo da autora

O uso do espaço por grupos sociais distintos é seletivo, e quando estes tentam estabelecer em uma dada área um determinado uso, conflitos sócio-espaciais urbanos emergem. Cabe aqui trazer o que aponta Alier (2007), esses conflitos são de distribuição ecológica, pois os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso a benefícios obtidos dos recursos naturais e os serviços proporcionados pelo ambiente como suporte da vida são de distribuição desigual. Esses conflitos existirão sempre que não houver acordo sobre como os recursos serão apropriados e como serão destinados os resíduos sólidos, pois à medida que se expande a economia, mais resíduos são gerados e mais os sistemas naturais são comprometidos e, sobretudo, mais se deterioraram os direitos humanos, assim como a bio e a sociodiversidade são reduzidas.

⁹³ A associação recebeu um ofício do DMLU solicitando a pintura da parede que contém o mural e, principalmente, a frase nele expressa. O argumento para essa censura deve-se ao fato do prédio ser de propriedade da prefeitura, que, obviamente, tem posicionamento contrário ao emprego das carroças na coleta de resíduos.

Uma cidade que cresce, consome mais energia e materiais, no entanto, à distribuição desses dois fatores dá-se de maneira desigual, condicionada ao poder político e econômico, por isto não existe uma tendência à sustentabilidade ecológica, pelo contrário. Os movimentos sociais urbanos têm se oposto às injustiças ambientais⁹⁴ urbanas, não passíveis de serem transferidas para outros lugares, e podem forjar mudanças efetivas nesse cenário. A justiça ambiental é entendida como um conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, de classe ou gênero, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas, assegurando, desse modo, tanto o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais, quanto às informações relevantes que lhes dizem respeito e favorecendo a constituição de movimentos na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico (ALIER, 2007).

Trabalho com a idéia de que os conflitos sócio-espaciais envolvidos na gestão dos resíduos sólidos urbanos revelam a possibilidade de realização de uma gestão ambiental urbana na qual se leve em conta o convívio respeitoso com as diferenças e o direito à cidade, revelando os limites de uma gestão homogênea. Trata-se, portanto, de um contexto no qual as necessidades de sobrevivência perpassem as práticas de apropriação do espaço urbano levando em conta as situações críticas de uso do espaço urbano, como a catação de *lixo*.

A identidade territorial urbana reside nos saberes populares das comunidades. A cidade precisa reconhecer e valorizar esses saberes que se encontram incrustados nas comunidades (MENEGAT, 2004). As comunidades, não existem sem um território, pois é nele que efetivam relações específicas, as quais constituem a cultura que lhes confere essa identidade. O território e a cultura das comunidades ficam na maioria das vezes, esquecidos no processo de educação e produção de saberes, sendo que a escola, inserida em uma comunidade, não é vista plenamente como lugar de diálogo interétnico e cultural, o que significa falar do território na qual está inserida⁹⁵. O resultado é que o território parece ter dono e que dele não podemos falar. O dono nem sempre é evidente e, quando, se manifesta, o faz por meio da violência, para impor grupos de controle, como no caso do tráfico, ou até mesmo quando ocorre a remoção de comunidades; processo esse que nem sempre é bem compreendido e, via de regra, conflituoso.

⁹⁴ Mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento econômico às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ALIER, 2007).

⁹⁵ A situação relatada pelas educadoras do projeto Galpão em carta a coordenação pedagógica da SMED (nos anexos) sobre o acesso das (os) catadoras(es) no espaço da Escola Municipal Neusa Goulart Brizola, localizada no Loteamento Cavalhada, ilustra bem esta afirmação.

Ao desconsiderar a cultura⁹⁶ local, essa bricolagem de saberes, o poder público pode contribuir para aumentar a tensão do *apartheid* urbano e a falta de diálogo entre as comunidades, o que significa aumentar o medo territorial e escalada da violência urbana. A exclusão de territórios para a natureza, isto é, o controle da natureza apartada vedada a circulação humana, como foi o caso da implantação do reassentamento da Vila Cai-Cai e do recente conflito no Parque Natural do Morro do Osso⁹⁷ com relação reivindicação de posse de terras pelas comunidades indígenas, exemplares neste sentido. Ambos os casos contribuem para acirrar a lógica dualista sociedade/natureza (natureza sem sociedade e sociedade sem natureza). Às vezes o acesso não é permitido devido à degradação ambiental, como, por exemplo, nas situações de áreas para destinação final de resíduos (lixões) pelos riscos eminentes à saúde pública.

O meio urbano é um microcosmo sociedade/natureza, um híbrido, que transcende essa lógica de simplificação, nele se tecem redes e conexões que dependem de várias instâncias, nenhuma delas se pode controlar totalmente e porque nele se dão intersecções de redes mais e mais amplas produzindo fenômenos rizomáticos, sendo necessário vê-lo como um ecossistema⁹⁸. Para entender o metabolismo desse ecossistema é preciso articular análises das causas econômicas, sociais e culturais do crescimento das cidades com a análise física dos insumos de energia e matérias, aliada à análise física da excreção urbana.

Os ecossistemas urbanos apresentam características comuns de ecossistemas mais complexos, entretanto, ultrapassando sua abrangência, são afetados e afetam a biosfera como um todo. O conceito de metabolismo das cidades consiste no balanço da entrada de recursos e saída de resíduos, sendo que esse deve ser central, quando se pensa e concretiza a gestão ambiental urbana. Uma cidade compreende um conjunto de atividades sociais e econômicas que necessita de matéria e energia para o seu desenvolvimento. Funcionam como sistemas abertos, que captam insumos do

⁹⁶ A cultura aqui não é tida como um conceito, mas encarada como a maneira de ser e vivenciar o território, afinal como nos lembra M. Certeau (2004), a cultura seria o limite e o âmago que nenhuma pesquisa seria capaz de explicar, pois esta noção abriga em si uma realidade rica que nosso “pobre saber ocidental” seria incapaz de compreender.

⁹⁷ A área do parque em questão faz divisa com o terreno onde se situa o Galpão do Loteamento Cavallhada. Em abril de 2005, um grupo indígena Kaingang retomou área do Morro do Osso justificando ser o parque uma área de ocupação tradicional indígena (inclusive o fato é reforçado nas informações turísticas de Porto Alegre, que afirmam a existência de um cemitério indígena na área, que inclusive é motivo do nome do parque). Nessa situação mais recente, o andamento acabou se caracterizando como um conflito jurídico entre natureza e cultura. Em um material do DEMHAB do período do reassentamento da Vila Cai-Cai, lê-se: “é importante a implantação de cooperativas habitacionais no pé do Morro do Osso, pois elas cumprirão o papel fundamental de ocuparem a área entre o parque e o loteamento. Com esta separação pode ser evitado o contato mais intenso dos moradores da Cai-Cai com a área do Parque, o que trará benefícios a todos (...) as cooperativas habitacionais servirão de ‘tampão’ e poderiam desempenhar outras funções como: servir de agente de conscientização para a necessidade de preservação ambiental do Morro do Osso e demandar algum volume de mão-de-obra doméstica nas suas casas. Isto só será correto na medida em que estas cooperativas forem selecionadas dentro de um determinado perfil (PMPA, 1994, p.4).” Transcrevo esse fragmento do projeto de reassentamento, pois acredito que esse facilita a reflexão sobre a exclusão de territórios para a natureza.

⁹⁸ Por definição, ecossistemas são comunidades de organismos que interagem entre si e sua relação com o ambiente em que vivem. Nós, seres humanos, somos “organismos que interagem entre si” e o ambiente físico em que vivemos é cada vez mais a cidade. Logo, a cidade acaba sendo um ecossistema que engloba o ambiente construído e os ambientes ecológico, social, econômico, cultural e político.

ambiente - por exemplo, água, madeira, combustíveis fósseis, fauna e flora - e devolvem produtos, serviços e resíduos em excesso ao final do ciclo. Os resíduos gerados nesse processo, além de não substituírem os recursos naturais, em quantidade ou qualidade, promovem impactos negativos ao meio natural. Cada habitante, em média consome diariamente 560 litros de água, 1,8 kg de combustível fóssil e produz cerca de 450 litros de água servida, cerca de 0,80 kg de *lixo* e 0,90 kg de poluentes no ar. No Brasil, aproximadamente 75% da população brasileira se concentram nas cidades.

Na cidade, os impactos ambientais recaem de maneira mais pesada sobre os que dispõem de menos recursos para se protegerem: os pobres urbanos. Na resolução dos conseqüentes conflitos territoriais urbanos por meio de política pública, freqüentemente, ocorre a simplificação forçada deste ecossistema urbano complexo, negando a legitimidade de certos pontos de vista. Isso ocorre, muitas vezes, porque os discursos empregados pelos atores sociais, com freqüência, não são decodificados pelos atores que empregam o discurso econômico hegemônico, por interesse ou desinteresse e, assim, acirram-se os conflitos, pois se polariza e reduz o debate. Dentre esses conflitos pode-se citar a urgência do sustento vital, a demanda por segurança ambiental, os direitos territoriais indígenas. Neles, o enfoque não é “uma reverência sagrada à natureza”, mas um interesse no ambiente como fonte de subsistência, não em razão das futuras gerações de humanos, mas, sim como território dos humanos pobres urbanos de hoje.

A análise destes conflitos deve levar em conta as relações mutáveis existentes entre as estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas e o ambiente natural, não a divisão de classes, mas de espaço, poder, renda, de trabalho e de conhecimento, considerando-os como, Alier (2007) propõe, conflitos ecológicos distributivos⁹⁹ na cidade. Seriam os conflitos na rede da reciclagem “conflitos ambientais distributivos”? Existiria, em relação aos catadores, uma espécie de “ecologismo dos pobres”? Tais os conflitos distributivos parecem ser no fundo conseqüência de uma negação da ecologia pela racionalidade econômica, por meio da apropriação desigual dos recursos ecológicos e do espaço ambiental urbano.

Tomando a visão recente da ecologia urbana, é possível dizer que o discurso da sustentabilidade das cidades se divide, basicamente, em dois campos: um que privilegia a sua articulação às formas de gestão dos fluxos de energia e materiais frente ao crescimento urbano; outro que define a insustentabilidade como a incapacidade da produtividade e dos investimentos urbanos de acompanhar o crescimento das demandas sociais (ACSELRAD, 2001). A leitura da cidade como sistema termodinâmico aberto identificará no urbano, o *locus* privilegiado da produção

⁹⁹ Distribuição ecológica, na concepção do autor, é entendida como os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso a benefícios obtidos dos recursos naturais e os serviços, proporcionados pelo ambiente como suporte da vida (ALIER, 2007). Esses conflitos, que ocorrem simultaneamente em prol dos direitos humanos e da ecologia, vêm sendo

crescente de entropia, emblema da irreprodutividade ilimitada do processo de crescimento econômico material. A insustentabilidade urbana é, nessa perspectiva, uma expressão social da irreversibilidade termodinâmica. Esse processo significa a construção de novos tipos de relações sociais, que implicam, obviamente, na constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos. Entretanto, para a sociedade, em seu conjunto, requer também aprender a conviver em termos diferentes com esses cidadãos, que tem se recusado a permanecer nos lugares definidos socialmente para eles.

Trata-se de pensar um novo modelo de desenvolvimento para as cidades, baseado nos princípios da democratização dos territórios no combate à segregação sócio-espacial, na defesa dos direitos de acesso aos serviços urbanos e na superação da desigualdade social manifesta também nas condições de exposição aos riscos urbanos (ACSELRAD, 2001, p. 23).

Isso se dá pela justiça ambiental que se opõe às estratégias de desterritorialização dos capitais, exigindo-se ao lugar do ambiente de negócios, a busca da distribuição dos múltiplos atributos qualitativos de um ambiente urbano para todos. “Em muitos casos, as comunidades humanas têm inventado sistemas de manejo comunitário de recursos” (*op.cit.*, p.118), isto se o Estado consentir que as comunidades tomem suas próprias lógicas na utilização dos recursos, a situação irá diferir de quando o próprio Estado define como se utiliza ou não esses recursos.

No jogo do *lixo* de Porto Alegre, o catador, inserido em uma associação local, estabelece, como vimos, suas relações sócio-espaciais por meio de redes. Enquanto forja seu discurso, a partir de sua identidade, produz o conhecimento de que o contato com escalas mais amplas fortalece essa identidade. Sua luta envolve decisões de geradores de resíduos, atitudes dos governos locais, bem como, o sustento de sua família. Situando a posição desses atores sociais e demonstrando na prática que problemática ambiental apresenta distintas e interdependentes escalas, global e local, realiza-se um exercício que não é muito freqüente nos estudos e levantamentos ambientais empíricos.

“As externalidades que recaem sobre a população pobre e sem poder, são as de baixo custo, inclusive as internalizadas. Caso as pessoas queiram defender os ecossistemas dos quais retiram seu sustento, é, portanto, mais eficaz apelar, se forem culturalmente relevantes, para outros discursos de valoração” (ALIER, 2007, p. 139), isto é, a valoração deve ir além da análise econômica custo-benefício. Mas, quem tem o poder de definir qual discurso de valoração será adotado? Diversos valores e diversos interesses e discursos em jogo, portanto é possível alcançar uma decisão pela lógica reducionista da análise custo-benefício, no entanto essa deve ser reconhecida como uma perspectiva entre tantas outras, mas ainda há quem detenha o poder (formalizado) sobre qual padrão de valor deve ser atribuído e, normalmente, não são os atores mais diretamente envolvidos com o problema.

Partindo do ponto de vista pragmático, poderíamos afirmar que as questões ligadas ao ordenamento e gestão do espaço, onde se inserem as chamadas questões ambientais, tem sido cada vez mais centrais para alimentar o debate acerca da abordagem territorial. Elas ajudam a repensar o conceito de território. As políticas de ordenamento territorial-urbano deixam mais clara a necessidade de considerar o caráter político do jogo entre os macropoderes, políticos institucionalizados, e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos no cotidiano das comunidades, e considerar seu caráter integrador como “ambiente” capaz de reconhecer e tratar o espaço em suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2004).

Ambos, Território e Ambiente, são complexos e têm sofrido inúmeras metamorfoses em um processo constante de re-visão e neste movimento do pensamento voltam a se aproximar e integrar. Agora não com um caráter positivista e naturalista, mas relacional, superando as falsas dicotomias sociedade-natureza. O território pode ser visto como ambiente de um grupo que não pode, por si mesmo, ser objetivamente localizado, mas que é constituído pela interação entre os seres que nele exercem suas práticas, no mesmo sentido o ambiente pode ser visto como um território, a partir do qual a pessoa ou grupo se referencia. Não existe território sem os atores sociais, assim como não existe ambiente sem humanos. Embora possa parecer uma idéia simplista, essa carrega a complexidade que deve ser apreendida na busca por compreender o mundo da vida. Sendo assim, o território seria o resultado do entrecruzamento de múltiplas relações de poder, sejam aquelas mais diretamente ligadas a fatores econômico-políticos, isto é, de ordem mais material, sejam aquelas relacionadas às questões de caráter mais cultural, com ênfase no poder simbólico. Desse modo, essa abordagem relacional do território conforma-se enquanto tal não apenas pela definição dentro de um conjunto de relações sócio-espaciais, mas também por abarcar uma complexa relação com o espaço, que se articula, intimamente, com a concepção de ambiente que tenho trabalhado¹⁰⁰.

Mas, qual é então a relação entre ambiente e território? Território e ambiente são categorias que estão intimamente ligadas, ainda mais quando se trata do jogo do *lixo*: não há como desvinculá-las. Território e ambiente são siameses inseparáveis. Não existe território fora do ambiente. Entendo que o galpão é ambiente territorializado e território ambientalizado pelas práticas cotidianas das catadoras. A representação de ambiente, que compartilho, incorpora uma relação homem-natureza horizontal e não homogeneizante, na qual, além de ser entendido como complexo, o ambiente é o *locus* da diversidade e da diferença no qual a necessidade de participação direta dos atores envolvidos na questão, mas sem cair numa espécie de “parlamentarismo ou democracia participativa” na gestão do ambiente, mas na perspectiva da auto-gestão, neste caso, uma auto-gestão ambiental (CATTANEO, 2004).

Como se pode ver isto na cidade? Esta relação é complexa e porta ambivalências. As territorialidades urbanas podem fazer um contrapeso aos efeitos destrutivos do ambiente, fornecendo estratégias para a “duração da cidade”¹⁰¹. A questão do *lixo* desperta a necessidade de trazer o humano para dentro da ambiental, expressando assim uma (des)construção da separação sociedade-natureza, tornando a nítida e pedagogicamente aparente complexidade da simplicidade, trazendo estas dimensões como simbióticas e não apartadas, embora no imaginário se dê ênfase a uma ou a outra dimensão.

Procuo, assim, compreender o universo do *lixo*, estando alerta ao imprevisível e para entendimentos do ocorrido no lugar/ambiente/território constituído pelas redes de relações no galpão, afinal penso essas categorias a partir das relações e experiências vivenciadas neste espaço. É necessário retomar sentidos esquecidos e produzir novos em um ir e vir constante entre teoria e prática, dialogando com conceitos e os saberes da experiência, lendo o lugar como um texto, ambiente como método e território a partir do cotidiano de redes de relações no espaço do galpão.

Somos indivíduos, temos corpos que em si já são territórios e ambientes, possuem dimensões, sensações e emoções. Devemos considerar essas relações fundantes com espaços, ambientes e lugares. Trazer para a leitura a abordagem territorial em rede é desafiador. Como no livro *Três Ecologias* de Guattari, esse universo de pesquisa traz à tona que além da ecologia tal como tradicionalmente é considerada, há uma segunda que é a ecologia das relações de trabalho, fundadas em relações políticas e sociais e, ainda, uma terceira, a ecologia cultural uma ecologia das idéias e de produção de subjetividades, todas estas são interpenetradas umas nas outras. Nessa experiência percebo as inter-conecções em relação ao espaço do galpão, que dialogam e me fazem questionar sobre o meu próprio cotidiano¹⁰². O espaço/ambiente como objeto de apropriação, é atravessado por relações de poder no território cotidiano da reciclagem do nosso *lixo*.

A constituição dos territórios urbanos produz constrangimentos ambientais que os podem tornar mais e mais visíveis. Precisamos conhecer melhor a cidade interpretando-a e nela percebendo as possibilidades de um desenvolvimento local que considere a maioria da população e um novo arranjo territorial, com autogestão e autonomia dos atores sociais urbanos. Assim, a territorialização e a ambientalização da cidade se efetivam na relação que se estabelece entre sociedade-natureza, mediada pelas territorialidades presentes da vida cotidiana. Uma nova leitura dos territórios da cidade poderá ser entendida pela educação ambiental, numa perspectiva política e crítica, como um conhecimento da complexidade ambiental urbana, onde os diferentes processos urbanos passam a

¹⁰⁰ Refiro-me aos mais de 10 anos nos quais tenho atuado como educadora ambiental, seja na rede pública municipal de ensino e em outros espaços, que entendo, educativos como o galpão.

¹⁰¹ Para esclarecimentos sobre a noção de duração das cidades, ver em Henri Alcerad (2001).

¹⁰² Resido em um bairro da região sul de Porto Alegre, aproximadamente 5 km da UT Cavalhada, toda a semana quando a coleta seletiva passa recolhendo o material reciclável que descarto, sinto-me cotidianamente ligada ao galpão, mesmo não estando lá diariamente.

ser revelados através das relações entre as escalas espaciais e as interdependências entre os aspectos, tais como os naturais, econômicos, políticos, sociais e culturais. Considero a Educação Ambiental como uma importante interlocutora no diálogo entre comunidades, poder público, empresas e universidade, a fim de buscar um desenvolvimento local que contemple a diversidade e complexidade. A educação ambiental acrescenta uma especificidade à educação, que é compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais, orientada por sensibilidades solidárias com o território, na formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões sócio-ambientais, tendo como horizonte a luta por justiça ambiental. Assim, sem desconhecer a disputa pelos sentidos atribuídos ao ambiental numa esfera de relações em que há disputas de poder, a educação ambiental¹⁰³ segue tecendo redes no campo ambiental¹⁰⁴ encontrando na tematização dos conflitos e da justiça ambiental, espaço para a convergência entre as reivindicações sociais e ambientais.

Inclusão social / Reclusão territorial

A segregação espacial dos pobres nas grandes cidades é um fenômeno já bem estudado. Haesbaert (2001) traz à tona que nas sociedades da (in)segurança, apesar de todos os discursos de fim dos territórios, os (des)controles do território permanecem ativos. Ele aponta que os processos desterritorializantes podem ser de exclusão (colocar para fora do território) ou de imobilidade (reclusão territorial). Trazendo a concepção de fascismo territorial em Santos e de reclusão disciplinar em Foucault, o autor aponta para a construção da noção de reclusão territorial. Exemplifica com o que ele chama de “alfavelização”, que considera um processo de reclusão territorial na sociedade da (in) segurança, que se dá internamente no sentido de deixar o outro de fora, afirmando que este é um processo típico da sociedade contemporânea, e pode ser caracterizado também como reclusão territorial de exclusão. Nesse caso, o agente reclusor é paraestatal.

Com atuação seletiva do Estado pode caracterizar-se também como agente de reclusão. Essa reclusão é um processo típico da sociedade moderna que, de forma compacta, homogeniza os espaços. Assim, com uma discursividade politicamente correta, os gestores públicos locais afirmam: “precisamos incluir os excluídos”. Passa despercebida a complexidade da questão, fazendo dela

¹⁰³ No campo do lixo, a Educação Ambiental revela-se como um processo contracultural e contra-hegemônico, que deve explicitar as contradições do sistema que não consegue resolver o problema- resíduos e sua gestão- que é consubstancial a seu funcionamento.

¹⁰⁴ O campo ambiental é compreendido como:[...] o campo que inclui uma série de práticas e políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre os temas ambientais (CARVALHO, 2002, p. 34).

uma mera questão técnica, ainda que se possa embutir nela um discurso político em prol da cidadania, termo que merece ser refletido. Koga (2003, p.33) afirma que: “O Território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder”. Assim a cidade é o espaço das diferenças, o lugar de encontro e de convívio com a diversidade ou, pelo menos, deveria ser.

Se considerarmos que “os homens e as mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica (HARVEY, 2005, p. 203)”. A experiência cotidiana no galpão apresenta-se como um grande desafio e também um estímulo para pensar a complexidade territorial, pois traz a tona uma diversidade de aspectos culturais e políticos não visíveis de imediato. A comunidade de catadores quer ser protagonista e não objeto de políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, neste caso seu envolvimento e incorporação é fundamental no sistema de gerenciamento **integrado** de resíduos sólidos gerados na cidade.

O território possui, tanto uma componente relativa ao espaço social, como ao vivido, conectando as esferas da habitação e do trabalho. No caso do galpão é um território cotidiano que, no dizer de Di Méo, se refere à “objetividade das relações sociais e entre as pessoas e o espaço e à relação existencial do sujeito estabelece com tudo que há no espaço de seu cotidiano” (DI MÉO, 1998, p. 37-38). O território é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social (KOGA, 2003). Mesmo que seja um local que se foi não intencionalmente, não movido pelo desejo de ir, neste processo que pode ser visto como reclusão territorial, em algum momento se resgata a territorialidade presente e enraizada na memória (da Vila Cai-Cai) e se faz senti-la em um outro espaço físico: o galpão.

Haesbaert (2004) faz referência à exclusão e a desterritorialização: [...] “partimos do pressuposto de que toda a pobreza e, com mais razão ainda, toda a exclusão social é também, em algum nível, exclusão sócio-espacial, e por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras desterritorialização” (p. 315). Desterritorialização, aqui é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável a nossa participação efetiva como membros de uma sociedade. Haesbaert (*op.cit.*) explica que na “desterritorialização”, podem existir situações em que, apesar de “territorializados” no sentido funcional mais concreto, podemos estar mais “desterritorializados” no sentido simbólico-cultural, sendo o contrário também possível. A exclusão como desterritorialização, deve ser vista, deste

modo, também na sua dimensão E-P-C-N¹⁰⁵. Pode-se dizer que a relação de exclusão social pode representar a “desterritorialização” ou “territorialização precária”. Considero que no galpão ocorre uma territorialização precária, pela sua instabilidade, pois identifico que, com o aparecimento de novas dificuldades, a territorialidade se dissipa e outras táticas são buscadas para permanecer no jogo da reciclagem. Com a fragilidade e enfraquecimento do território cotidiano da reciclagem, o controle se exerce de outra forma, mas isto não impede que ainda exista uma identificação dos que eram “de dentro” do galpão, este microterritório. Assim, a perda de vínculos econômicos, culturais, políticos ou sociais, implica no afastamento do indivíduo, ou da coletividade, da condição territorial presente naquele momento. A mudança de gestão da administração municipal significou a alteração das relações políticas entre catadores e o poder público local. Esse fator, somado aos baixos ganhos, decorrentes da queda da quantidade de materiais recicláveis que chegavam no galpão (pelo acirramento do conflito entre coleta formal e informal), pode ter provocado a perda de vínculos territoriais, o que produziu o afastamento de pessoas que assumiam centralidade nas redes internas ao galpão, fragilizando a sua condição, enquanto território. Neste contexto se explicita que qualquer processo de territorialização ou o fortalecimento/enfraquecimento de tais vínculos depende da invenção de novas relações sócio-espaciais. Assim, essa “inclusão social”, via Coleta Seletiva se apresenta como um processo precário demonstrado na situação de instabilidade vivida pelo grupo, no que diz respeito aos vínculos de convivência social, que se esvaem diante de novos contextos econômicos e políticos.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através da identidade territorial atribuída aos grupos sociais (...) uma dimensão mais concreta, de **caráter político-disciplinar** a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2004, p. 42- grifo meu).

Interpreto que o fenômeno da catação de *lixo* em Porto Alegre também pode ser caracterizado a partir do **caráter político-disciplinar** do território cotidiano da reciclagem, como um processo de reclusão territorial de exclusão, na qual se disciplinou “os corpos por meio de um biopoder¹⁰⁶” mantendo “imóveis”, aumento ainda mais a invisibilidade dos catadores na cidade. Significa que ao melhorar as condições de trabalho dos catadores, que antes circulavam livremente nas ruas da cidade, incluindo-os em um “equipamento público de geração de renda”, também se procede essa reclusão territorial, pois ocorre o controle da mobilidade e intensifica a invisibilidade, antes simbólica, se torna também material. Haesbaert (2004) trata o termo reclusão territorial como sendo um processo de exclusão, disciplinar e biopolítico, para manter “longe do olhar dos

¹⁰⁵ Econômica, Política, Cultural e Natural.

¹⁰⁶ Esse termo foi introduzido por Michel Foucault (1988) para a dimensão do poder que incide diretamente e de maneira planejada sobre a “vida nua” das populações.

civilizados, a incivilidade, vida nua, animalidade”. Apesar de parecer um tanto cruel, de fato, as pessoas não querem ver quem vive dos seus restos, não querem enxergar quem vive do seu *lixo*, o que está em jogo é que isso lhes coloca como co-responsáveis pela situação de precariedade do ambiente urbano.

A perspectiva do biopoder tem tentado colapsar as dicotomias modernas que tem-nos pautado o cotidiano urbano fronteiras entre social, cultural e biológico. O núcleo comum destas diferentes compreensões poderia ser sintetizado pela centralidade na experiência e na prática. Trata-se de um modo geral das formas de regulação que disciplinam as práticas cotidianas na cidade, que controlam a vida e a emergência de saberes, ensinando e posicionando os sujeitos de modo a fechar a regulação, do “poder-saber disciplinar na sociedade de controle”(FOUCAULT, 1988). Mas, em que medida estas regulações estariam redesenhando os territórios de apropriação e também de concentração/exclusão do acesso a esse biopoder? Uma determinada sociedade transpassa o “umbral de modernidade biológica” (*ibid.*), quando o indivíduo e a espécie entram nas estratégias e nos cálculos do poder político. O biopoder do século XIX, tal como descrito pelo Foucault, atuava em dois níveis, articulando mecanismos disciplinares, capturando os corpos, com mecanismos reguladores de controle da população. As técnicas disciplinares serviam para “inserir os corpos dentro do aparelho produtivo, corrigindo os desvios, inculcando as regularidades necessárias ao bom funcionamento das fábricas e administrações” (*ibid.*,p.20). Envolvendo questões como *hábitat*, saúde pública, higiene, entre outras, o Estado procurava regular os desvios e nesse movimento houve a integração: os que ficavam fora, os “marginais”, testemunhavam pelas falhas do sistema programa ou da política estatal, as falhas na gestão da “vida nua”. É sua própria vida que “incomoda”, acusada de consumir recursos (a cidade como recurso) “sem acrescentar nada” à riqueza dos ricos, sem consumir as “benesses” que a globalização econômica traz.

Assim, se expressa uma ambivalência crucial, pois: Quem retira da vista dos consumidores os seus vestígios do dia? A população de catadores tem crescido e aparecido muito com suas carroças e carrinhos nas ruas das cidades. Para arriscar uma metáfora, essa população deixou de ser rebanho para se tornar enxame e o trato preconizado pelos que detém o poder econômico é o decretar o “fim das carroças”, na medida em que a preocupação se volta para o trânsito, devido aos congestionamentos provocados pela circulação de um número cada vez maior de veículos entregados para o transporte individual. Desta forma, o estudo dos significados e representações de uma população à margem da ordem socioeconômica e também transgressora do ordenamento sócio-espacial urbano adquire pertinência crescente no contexto contemporâneo.

No discurso industrial da eco-eficiência está implícita a “visão de inutilidade” do catador, pois o material pós-consumo pode ser captado pelo distribuidor, que o direcionará direto ao produtor. Em suma: o trabalhador cuja força de trabalho, se supõe ser o “único bem negociável”, se

torna “inútil para o sistema produtivo”, acaba sendo reduzido a “um corpo que pesa para a sociedade”. Mas, quem fornece as maiores quantidades de materiais pós-consumo para serem aproveitados pela indústria, que com eles lucra ainda mais? Eis a grande armadilha da reciclagem, cuja importância tem sido, cada vez mais, exaltada, como relevante para a sustentabilidade planetária. No entanto, os atores que a realizam no cotidiano das cidades seguem sob olhar discriminador ou indiferente. O que está em jogo, além dos diversos valores atribuídos ao *lixo*, é a disputa em torno do seu espaço de geração – a cidade.

O estado de exceção constitui então uma forma de exclusão, “aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão” (AGAMBEN, 2007, p. 126). Excluído, entendido assim, não significa apenas privado dos benefícios que a sociedade oferece, significa expulso da humanidade, reduzido à “vida nua”. Talvez pudesse dizer que esse seria o caso dos catadores do lixão e das ruas, pois o catador do galpão é percebido como um “agente ambiental urbano”, pelo menos para as pessoas ligadas, de maneira mais próxima, à rede da reciclagem. Mas, seja qual for a classificação de lixão, de rua ou do galpão, se vê o catador na luta “pelo seu modo de percepção legítimo” (BOURDIEU, 1996).

Os catadores, ao territorializarem-se no espaço do galpão, exercem nele apropriação e controle, restringindo o acesso de pessoas oriundas de outras vilas, que foram reassentadas no mesmo local. Embora obedecendo a certo esquadramento que “disciplina corpos” do seu livre andar pelas vias públicas, exercem aí territorialidade. Esse fenômeno pode ser visto também como um alisamento do espaço, como denominam Deleuze e Guattari (1995), por caracterizar como uma reterritorialização “artificial”, cujo fim é a homogeneização do espaço urbano. Embora, essa territorialidade possa ter se realizado como possibilidade de recriação, pelo próprio grupo, de territórios originais que atendam não só as aspirações de reprodução material, como também à expressão de suas especificidades culturais.

Veiga- Neto (2001), analisando as políticas de inclusão, afirma que de outro lado elas têm enfrentado dificuldades de ordem epistemológica ou mesmo prática, seja quando pretendem tratar de modo generalizante e indiferenciado as inúmeras identidades culturais que povoam aquilo que se costuma denominar de “todo social”, seja quando não levam em consideração que tais identidades têm suas raízes em camadas muito mais profundas do que fazem crer os discursos mais progressistas sobre os excluídos, com o alerta importante de que estas podem trazer em si a vontade de tornar homogêneo.

Embora seja fácil pensar em algo do tipo redenção, no qual nós encaminhamos os “descaminhados” por obra do nosso “esclarecimento” pedagógico, técnico e científico e de nossa militância política, o exercício é de não deixar-se cair nessa armadilha. O caráter platônico desse

tipo de entendimento vai ficando cada vez mais evidente. É necessário lembrar que as políticas de “inclusão social” na cidade têm de, antecipadamente, levar em conta a multiplicidade e a complexidade presente em cada contexto, que está acima da simples soma de elementos e deverá significar um combate às segregações sócio-espaciais urbanas.

Identidade a partir de um lugar de (r-)existência: o galpão

Sob a ótica da dimensão simbólica do território, cabe esclarecer que esta reflete o que mais recentemente os estudos geográficos territoriais vêm destacando, ou seja, o caráter identitário entre os atores sociais e os espaços por eles ocupados. Nesse sentido, Souza (2006, p. 84) observa que “um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, uma vez que a ocupação do mesmo é visto como algo gerador de raízes e identidade”, já que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria vinculada aos atributos do espaço. Dessa forma, “[...] o território é ao mesmo tempo um recurso ou um instrumento de poder e um valor, valor esse que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial.” (HAESBAERT, 2001, p.171).

O termo identidade é utilizado para fazer referência aos pontos de sutura entre: “os discursos e práticas que, por um lado, buscam ‘interpelar’, falar conosco, ou nos situar como sujeitos sociais de determinados discursos, e, por outro lado, buscam destacar os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos dos quais se pode falar” (HALL, 2002, p.5).

Nessa perspectiva, as identidades são “pontos” que nos ligam temporariamente a posições construídas em práticas discursivas cotidianas, sendo que disso decorre o caráter mutante e provisório que lhe é conferido nas análises culturais. Assim, ao contrário do senso comum no qual a identidade aparece como algo estável, para muitos autores é preferível falar em “processos de identificação”, pois apesar de ser construída a partir da diferença ou de “características próprias ou singulares”, justamente por seu caráter simbólico, a identidade é sempre múltipla e/ou aberta a múltiplas reconstruções (HAESBAERT E ARAÚJO, 2007).

Mas, visualizando seu caráter simbólico, sem perder de vista o caráter social na construção da identidade, e a luta para afirmar essas tem causas e conseqüências no território. Estas causas e conseqüências vão de espaços geográficos bastante amplos até a ressignificação de objetos do cotidiano, como no micro-território do galpão, que se tornam referenciais por meio dos quais os grupos sociais se reconhecem e podem reafirmar suas identidades na luta contra o estigma do *lixo*.

Somos seres humanos, mulheres e homens, casadas(os), separadas(os), viúvas(os), bonitas(os), feias(os), mães ou pais de família, amorosas(os), educadas(os), esclarecidas(os)...

Somos catadoras/es, trabalhadores da reciclagem, associados, pessoas da comunidade que valorizam os materiais para não destruir a natureza, colegas de aula e de trabalho em busca de um lugar melhor para se viver.

Somos educadoras/es ambientais e também estudantes em busca de novos conhecimentos para aprendermos a lidar melhor com nosso trabalho.

Somos pessoas que sabem muito da vida e que tem muito a ensinar.

Somos tudo isso e **muito mais...**

(Quem somos? Texto coletivo das alunas(os) catadoras(es) da turma de pós-alfabetização do Projeto Galpão, professora Daniela Borssato , 2001 - grifo meu).

Essa narrativa aparentemente simples, reproduzida por mim em outros momentos para expressar o trabalho com auto-estima no processo educativo das catadoras durante o Projeto Galpão, transborda de significados e sutilezas ocultas e expressas em cada frase. Poderia refletir, longamente, sobre o desejo de ser igual a outro ser humano qualquer expresso nas primeiras linhas ou de ser diferente no sentido implícito na expressão **muito mais** colocada ao final da frase. Essa expressão pode ser lida como muito mais que meros elementos incorporados na base de um processo a reciclagem industrial ou que meros agentes do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. Trata-se do modo como cada catadora vai se apropriando de suas próprias formas de ser e estar no mundo, re-produzindo lógicas, bem como, forjando novas formas de pensar mediadas pelo espaço do galpão.

A identidade se dá em relação ao outro, não catador, que não é o mesmo, e a partir do qual se pode afirmar a diferença, assim ser catadora ou catador não é uma identidade que se dá determinada em si mesma, mas na enunciação, nas conversas, nas falas expressas no galpão. Assim, afirma-se que a identidade assumida pelo grupo social é territorial, pelo fato das catadoras reconhecerem-se como pertencentes ao território cotidiano da reciclagem. Esse território é fonte da identidade do grupo e desloca a ênfase na subordinação das classes populares para a criação e reinvenção do cotidiano, não no intuito de negar a força do poder formalmente instituído, nem de encobrir desigualdades políticas fundamentais, mas sim de explorar, plenamente, outras dimensões e possibilidades presentes nesse contexto. Como alerta Haesbaert (2004, p.89), “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa, e ao separar de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos ou grupos”.

As identidades têm como matéria-prima o território, desta forma pode-se afirmar que havendo um território cotidiano da reciclagem nele se constroem identidades, mediadas pelo espaço do galpão enquanto lugar da sociabilidade. A sociabilidade é mais presente quanto maior for a proximidade e fortalece as relações identitárias do grupo. Mas, se por um lado há sociabilidade neste espaço e reforço das identidades nesse lugar de encontro, por outro há também o desencontro.

Esse lugar é a expressão do mundo da vida, devendo ser visto por meio de aproximações e estranhamentos. A viabilização do acontecer pode extrapolar a escala do lugar, na medida em que as potencialidades internas, para serem mobilizadas num âmbito externo, dependem da

comunicação do lugar com a rede. A dimensão espacial do cotidiano, tal como referiu-se Milton Santos (2002), está repleta desses laços de coexistência (identidade) e, especialmente, do que pode ser compreendido como cooperação e conflito. Afinal, os lugares contêm o mundo e, por isto, são sua expressão.

O lugar pode ser compreendido como um contexto, mediação entre particular e o universal e como componente do sentido de identidade (SAQUET, 2007). Pode não ser apenas a resistência via formação de guetos, por exemplo, mas, também, de hibridismos culturais, voltados a contatos e interações culturais mais intensas. O lugar é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões, sendo assim, a ordem aí construída, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade. Por meio dessa identidade, o ser humano comunica-se com o mundo. Entretanto, também é o lugar que indivíduos e coletividades estão submetidos às diversas formas de ameaças, podendo ter sua existência deteriorada. Assim se projetam, no território cotidiano da reciclagem, as múltiplas facetas do “efeito de lugar” que age sobre a produção social e cultural das representações que dele emergem.

O galpão é lugar da constituição de identidades, o reconhecimento de si no outro (iguais, mas diferentes). A produção das representações sociais dá-se na comunicação entre as catadoras, nos processos no qual elas desenvolvem sua identidade, ou seja, criam símbolos e se abrem para a diversidade. Poder-se-ia empregar esse conceito de lugar para ler geograficamente o galpão, pois ambos, território e lugar, possuem uma referência simbólica importante. No entanto, entendo que a opção por território, não exclui a possibilidade de vê-lo como lugar, se dá em função de ter sido percebido o controle e o poder no espaço do galpão. A opção também se realiza por levar em conta o papel emblemático deste espaço no jogo do *lixo* de Porto Alegre, portanto, não restringindo a abordagem somente do grupo que dele faz uso, mas procurando um olhar mais amplo para este jogo, focando a disposição na vida cotidiana das catadoras, captando as singularidades e similaridades, procurando perceber as relações de poder que dele emergem, que são fundamentais para seu reconhecimento enquanto território cotidiano da reciclagem.

Percebe-se a identidade a partir do outro, pois somente se é “de dentro do galpão” na medida em que se diferencia do outro que é “de fora do galpão”. Assim, a dimensão territorial compõe essa identidade das catadoras do Galpão da Cavahada, ocorrendo a constituição de um *habitus* que demonstra a necessidade de articulação entre território-identidade-cultura. Para Claval (1999), a territorialidade é um dos ingredientes essenciais das identidades, mas ela não tem sempre a mesma capacidade de reprodução e nem a mesma forma. Por isso, para esse autor, a identidade com o espaço apropriado consiste em importante ferramenta de construção e defesa do território. Na pesquisa, fica claro esse aspecto, pois o galpão é elemento importante no fomento da identidade: em um primeiro momento de recicladora (não mais catadora de rua) e em outro, de maior aproximação

com o MNCR, como catadora (como uma forma de reconhecimento social enquanto categoria). Portanto, esta identidade não é estanque, sendo alterada pelos contextos sócio-políticos e culturais.

No processo de implantação da Coleta Seletiva (CS), por meio da assessoria do DMLU, tanto os catadores do Antigo Lixão da Zona Norte, quanto os carrinheiros da Vila Cai-Cai, entre outros, eram denominados pelo poder público, e motivados a autodenominarem-se, como recicladores, com a intenção de reforçar sua auto-estima pela “ascensão” no campo do *lixo*, procurando afirmar a diferença entre a catação no galpão e as condições anteriores, nas quais atuavam sujeitos as intempéries, reforçando, assim, também a separação dos grupos em catadores do galpão e catadores de rua.

“Devemos todos nos unir, o movimento é um só: seja no galpão, na rua, puxando carinho ou nos lixões espalhados por este Brasil, catador é catador” (diz A.).

Essa identidade não dá-se como uma de distinção com relação ao catador de rua, dá-se somente com relação “outro” não catador. Nesse grupo a distinção entre catador de galpão e de rua não é comum, visto ser a rua a forma como a maioria acessou o campo do *lixo*, no passado, quando ainda residiam na Vila Cai-Cai. Essas lembranças sim o diferenciam dos demais grupos de moradores do Loteamento. A identidade se dá, distintamente, em termos do espaço de moradia e do espaço de trabalho. Mas, não podemos esquecer que o elo entre território e identidade, associado as ressignificações efetuadas no espaço, encontra-se imerso em relações de poder, estando, portanto, sujeita aos mais diversos jogos, ora mais impositivos, ora mais abertos, que implicam também o poder dentro de uma sociedade profundamente desigual, marcada por múltiplos processos de dominação cultural. No entanto, não é possível saber sobre a identidade deste grupo social apenas com base em sua cultura (que cultura é esta?), modo de vida, ou seu *habitus*, pois as identidades são construídas também nas relações de contraste ou mesmo no conflito entre as culturas, entre o auto-reconhecimento e o reconhecimento pelo outro, seja ele o poder público, a sociedade em geral ou os vizinhos do Loteamento.

A identidade é construída subjetivamente, baseada nas representações, nas conversas cotidianas, embora não seja algo puramente subjetivo, pois não despreza a realidade concreta e objetiva das práticas no galpão. Portanto, a identidade se constrói na relação entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas (BOURDIEU, 1996) na catação de *lixo*, no interior do galpão ou em contextos que determinam a posição deste agente, orientando suas representações no jogo.

Hall (2002, p. 109) aponta que a identidade tem a ver tanto com as questões “quem somos nós” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos. Desta forma, as identidades aparecem e acontecem nas narrativas

cotidianas e vão delineando as “geo-grafias” (PORTO-GONÇALVES, 2001) ou a “topologia social” (BOURDIEU, 1987) do jogo do *lixo*.

A identidade cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço (OLIVEIRA, 2006, p.1).

A proximidade entre as pessoas envolvidas nas práticas cotidianas do galpão, movidas também por afetividade, intensifica sua comunicação de forma a identificarem com o lugar, como materialidade impregnada de valores, que ganha significado pelo seu próprio uso como uma das esferas da vida cotidiana.

Na constelação de conceitos que orbita no território cotidiano da reciclagem temos: cultura, trabalho, identidade, diferença, pertencimento, que perpassam, transpassam e interpenetram-se uns nos outros, nunca separados, sempre articulados e completamente indissociáveis. Na identidade da catação de *lixo*, não podemos esquecer as mais diversas relações de poder presentes no jogo da reciclagem, ora mais impositivas, ora mais abertas, mas imbricadas nas relações presentes nesta sociedade profundamente desigual marcada por processos de dominação cultural.

Com relação ao grupo social que atua no galpão, Heidrich (2004) aponta a construção de uma vida solidária entre os membros da associação, em contraste com as relações desenvolvidas na comunidade de bairro, pois esta solidariedade não é compartilhada com grupos oriundos de outras áreas da cidade. Assim, o sentimento de pertencimento a Vila Cai-Cai parece ser transferido para o galpão, visto não haver mais o corresponde na esfera do habitar¹⁰⁷, pelo menos não tão próximo concretamente quanto no passado, esse passa a se referenciar a esfera do trabalho. O galpão se constitui, pelo menos em um determinado momento, como referencial espacial à identidade desse grupo social que apresentava fortes laços comunitários com relação a Vila Cai-Cai, mas também relacionado à condição social do grupo, associada à catação de *lixo*.

As relações próximas, internas ao galpão, potencializaram a articulação externa de membros da associação, que, atualmente, são identificados como lideranças do MNCR (em nível nacional) tanto pelo poder público, como pelos próprios catadores. Considerando-se a fragilidade contemporânea do Estado, especialmente na escala local: “as questões referentes à administração transcorrem por estas outras formas de associação que vem exercendo funções antes atribuídas ao âmbito estatal. Além da questão estrutural, essa realidade tem se expressado em idéias e propostas que defendem alternativas voltadas ao próximo, nas comunidades locais” (HEIDRICH, 2004, p. 209). Esses lugares, ligados por redes, podem polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia

¹⁰⁷ Durante o assentamento a distribuição das moradias não levou em conta a existência de laços familiares ou entre os vizinhos no local de origem.

transformadora, que pode permitir aos atores a ampliação de seu repertório de táticas contra os efeitos da globalização.

Há uma cultura peculiar que circula no galpão e apropria-se deste espaço e nele estabelece o território, que é conectado à rede de reciclagem mais ampla. Esse pode ser considerado um lugar de “(r-)existência”, no qual a comunidade luta para resistir a exploração e a estigmatização, mas também pela sua própria forma de existir no espaço urbano. Mesmo sendo lugar não deixa de ser um microterritório apropriado, no qual as catadoras exercem suas práticas cotidianas tecidas por relações. Portanto, não trata-se de um embate de conceitos, trata-se de empregar noções que abarquem toda essa “microgeografia relacional” que rege as práticas cotidianas na catação de *lixo*, e que pode vir a deslegitimar as dicotomias sociedade-natureza, material-imaterial, objetivo-subjetivo entre outras tantas que tem produzido formas de pensar que em nada favorecem a compreensão do mundo em que vivemos.

CAPÍTULO 4- O JOGO

O jogo no campo do *lixo*: uma leitura bourdiana

Ciente do contexto no qual foi produzida a teoria bourdiana¹⁰⁸, qual seja a França dos séculos XIX e XX, e o distanciamento deste em relação à realidade dos países latino-americanos, procuro, com prudência, nesta teoria, algumas pistas para compreender como se produzem as práticas cotidianas no galpão, buscando “lado ativo do conhecimento prático” e procurando captar os “efeitos do lugar” de que nos fala o autor (BOURDIEU, 1997). Sua reflexão transgrediu as fronteiras que separam o subjetivismo (pressupõe a possibilidade de apreensão imediata da existência vivida e entende que essa apreensão se constitui num modo mais ou menos apropriado de conhecimento do mundo social) e o objetivismo (pressupõe uma ruptura com a experiência imediata, o que implica colocar entre parênteses a primeira experiência do mundo social e elucidar as estruturas e os princípios, inacessíveis a toda apreensão imediata, sobre os quais repousa a experiência).

Pierre Bourdieu era um pedagogo extraordinário que, além de aportar um saber teórico que insistia na importância da relação prática com a teoria e de rejeitar "a arrogância do sociólogo que recusa sujar as mãos na cozinha da empiria" (BOURDIEU, 1996, p. 598). São conhecidas suas contribuições percorrendo os vários domínios do espaço social, nos campos da sociologia, antropologia, educação, entre outros, buscando desvelar os fundamentos ocultos da dominação (CATANI, 2002).

Esta leitura contribui para tornar visíveis os conflitos sócio-espaciais presentes no jogo que se realiza no campo do *lixo* de Porto Alegre a fim de fazer emergir novas relações de força. O conceito de espaço social, difundido na sociologia, é utilizado para designar, sobretudo, o campo de inter-relações sociais. Todo o sistema de interações se inscreve em um espaço em que se associam o lugar, o social e o cultural.

A sociologia, para Pierre Bourdieu, pode apresentar-se como Topologia Social na medida em que representa o mundo social em forma de um espaço (com várias dimensões) constituído na base de princípios de diferenciação e distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado. O espaço social é entendido, nesta perspectiva, como “campo de forças” onde os atores sociais se definem por suas posições relativas. O mundo humano torna-se

¹⁰⁸ Referente a teoria produzida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu do final dos anos 60 (com as obras *Le métier de sociologue*, *La reproduction* e *Esquisse d'une théorie de la pratique* entre outras) até 2004 (ano de publicação da edição em português do livro *Esboço de autoanálise*, lançado 2 anos após seu falecimento).

o espaço de relações construído de acordo com os posicionamentos (posições no jogo) e com a avaliação que deles fazem os atores sociais. Assim, procuro realizar uma leitura do jogo no campo do *lixo*, assumindo minha posição relativa a este. A intenção aqui não é de forma alguma reduzir a teoria de Bourdieu, trata-se do exercício da busca de estratégias para estender o olhar acerca da realidade sócio-espacial deste “jogo”, tanto no seu sentido mais amplo, macrocosmos do processo da reciclagem como um todo, quanto ao sentido mais restrito, do microcosmos do galpão da Cavalhada, a partir de uma perspectiva reflexiva e crítica.

Esse autor fez um esforço para reencontrar a espessura da realidade social e fazer ressurgir as dores que se ocultam nela, desafiando os políticos a saírem de sua estreita visão e assumirem todas as esperanças difusas existentes entre os grupos sociais (BOURDIEU, 1997). Atento às minúcias da empiria e também aos “objetos humildes”, investindo imensas ambições teóricas em objetos triviais à primeira vista, o autor atrai pesquisadores(as) que procuram o invisível no cotidiano, como procuro nesta tese.

Alerta à vertente teórica de Bourdieu, mobilizo as noções de campo, capital e *habitus* procurando entender como se dão as posições e disposições no jogo do *lixo* em Porto Alegre. Estas noções aparecem intimamente relacionadas, sendo possível pensá-las de forma articulada, como tento fazer no início deste capítulo. Estando atenta à necessidade de reformulá-las em alguns sentidos, visando adequação frente à realidade sócio-espacial em questão. Afinal, não se pode deixar de lado que cada teoria ou explicação ganha, nos espaços em que são interpretadas, lidas e acolhidas, novos contornos e sentidos ligados as posições e disposições¹⁰⁹ ocupadas pelos atores destas apropriações.

Embora essas noções não possam ser examinadas em si mesmas e por si mesmas, sendo sempre colocadas à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica, inicio mobilizando algumas delas, que penso serem aplicáveis ao campo do *lixo* de Porto Alegre. Perfeitamente articuladas, tornam possível a explicação acerca das posições ocupadas pelos diferentes atores no espaço social em questão, em decorrência da circulação desigual de diferentes capitais, não se tratando, no entanto, de determinações lineares, porém de possibilidades de relações e percepções. A idéia não é adotar estas noções como únicas, mas como possibilidades, instrumentos para ler este espaço social: o galpão.

Campo é o espaço onde as posições dos atores podem ser fixadas, ou seja, onde grupos ou pessoas ou instituições apresentam qualidades e propriedades distribuídas de maneira desigual, o que faz que tomem posições distintas. Dito de outra forma, “campo é um jogo no qual as próprias regras estão em jogo” (BOURDIEU, 1996, p.29). Representa um espaço social de dominação e de conflitos. A desmontagem desta dominação desemboca, em Bourdieu, na denúncia da “miséria do

mundo". Este princípio consistente na obra do autor faz sua abordagem pertinente, portanto, nas pesquisas sobre o fenômeno da catação de *lixo*.

Cada campo não é absolutamente autônomo, mas tem “certa” autonomia, pois possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social, baseada nos seus próprios capitais, estratégias e interesses. O campo é também um mercado, ainda é possível descrevê-lo, segundo a concorrência entre os atores que aí estão engajados, conforme sua posição no jogo. As distorções na compreensão dos fenômenos se devem, muitas vezes, às diferenças de posição. Estas diferenças remetem a diferentes pontos de vista sobre o jogo. Essa noção, por tornar possível apreender a particularidade na generalidade e a generalidade na particularidade, é bastante aplicável ao “campo do *lixo*”.

A noção de capital diz respeito mais as propriedades que atuam nesse campo, que pode ser objetivado ou incorporado. No campo do *lixo*, percebe-se a existência de uma distribuição desigual de capitais nos seus diversos tipos: simbólicos, culturais, econômicos, sociais e espaciais. A questão da reciclagem, abordando o capital econômico, do ponto de vista objetivado, na sua forma material, é debatida no campo acadêmico dentro dos estudos sobre a economia informal. Abrindo parênteses, a heterogeneidade desta economia informal tem tornado cada vez mais difícil e superficial a sua própria explicação por parte de uma única disciplina, ou seja, da economia. De fato, nem a idéia do indivíduo isolado, movido exclusivamente pelo interesse material, nem a visão estrutural da economia informal, como segmento de reprodução do modelo hegemônico de sociedade, conseguiram fornecer uma explicação convincente para o fenômeno da informalidade (COLETTO E ROSADO, 2007). O emprego de trocas simbólicas (não econômicas) levanta novas questões relativas à interação em rede de relações na qual se inscrevem os atores sociais e a possibilidade destes modificarem as suas estruturas, favorecendo novos efeitos emergentes. Sendo assim busco me deter agora no capital incorporado – capital cultural¹¹⁰ e social¹¹¹ - que também influenciam nos poderes que definem as probabilidades de ganho neste determinado campo: o do *lixo*.

Bourdieu parece não ter explorado, suficientemente, a dimensão espacial de sua idéia, isto é, o conjunto de disposições, valores e estratégias adquiridas com/ no/ através do espaço e que pode ser trocada por outros tipos de capitais. Levy (2006) nos incita então a pensar a noção de capital espacial¹¹², pois se as desigualdades sociais e econômicas são reflexo/refletidas do/no espaço, este

¹⁰⁹ Essas são, para Bourdieu, “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 1996, p.22).

¹¹⁰ Capital Cultural é um “conceito que explicita um tipo de capital, um novo recurso social, fonte de distinção e poder em sociedades em que a posse deste recurso é privilégio de poucos” (BOURDIEU, 1996, p. 32).

¹¹¹ Capital Social é o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 67).

¹¹² Capital Espacial refere-se a constituição de um recurso embasado em a capacidade de manejar a dimensão espacial de algum bem (material ou imaterial) e de valorizá-lo em outro tipo de recurso (político, econômico, simbólico, social) (LÉVY, 2006).

pode ser visto como um recurso, um valor. Nos chamados “processos desterritorializantes” (HAESBAERT, 2004) aos quais estão submetidas parcelas significativas da população, entre os quais os catadores de materiais recicláveis, observam-se como nas grandes cidades esses sujeitos desprovidos de capital econômico, são também, simultaneamente, desprovidos desse capital espacial, vivendo “nas sobras” do espaço urbano.

Embora a posição do jogo definida pela distribuição do capital econômico, seja sempre mais evidente: “a posição ocupada no espaço social se dá pela estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital (que também são “armas” do jogo), comanda as representações desse espaço e nas tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 2001, p.27). A visão restritamente econômica individualiza tudo: a produção, a justiça, a saúde...Tudo para a satisfação dos clientes/consumidores. É preciso se opor a esse tipo de economia, forjando uma “outra economia”, que levaria em conta todos os indivíduos e os coletivos, os bens materiais e simbólicos, e, também, os custos associados a “precariedade (que) está em toda parte” (BOURDIEU, 1998, p.119).

As situações explicitadas reforçam a necessidade das formas difusas de organização dos excluídos do circuito formal da economia, como a existência de cooperativas e de associações e a importância das redes de relação na constituição destas formas organizacionais. De acordo com Bourdieu, ao explicitar as relações de dominação vigentes na sociedade, que se concretizam no cotidiano, não pretende decretar a impossibilidade de transformações, pois diz o autor:

[...] não vejo como as relações de dominação poderiam se realizar sem suscitar uma forma de resistência. [...] A questão não é negar que existe disposições a resistir, consiste em examinar sob quais condições essas disposições são socialmente constituídas, efetivamente desencadeadas e politicamente eficazes” (BOURDIEU & PASSERON, 1982, p. 58-59).

Há, no galpão, um espaço de r-existência¹¹³, no qual as catadoras expressam um conjunto de disposições individuais e coletivas. Esta r-existência é instituída na medida em que os catadores se constituem, simultaneamente, em um grupo de pessoas consideradas excluídas do mercado foral de trabalho e, também, uma força na luta pelos direitos cidadãos. É preciso reconhecer que as práticas cotidianas com o *lixo* estão sujeitas a certos mecanismos de controle, mas que por meio de táticas inovadoras e criativas as catadoras buscam resistir. Portanto, as táticas acontecem nos interstícios desses mecanismos, no “contrafogo”¹¹⁴, jogando com o que lhe é imposto. É da complexidade da circulação desses outros capitais que emerge a noção de capital simbólico. A existência do capital

¹¹³ Termo que prefiro a palavra resistência, por agregar as idéias inspiradoras de Porto-Gonçalves (2002), já referidas anteriormente.

¹¹⁴ Fogo ateado ao encontro de um incêndio florestal para impedir-lhe a propagação (título de um dos últimos livros de Pierre Bourdieu).

simbólico pressupõe, de alguma forma, o atendimento às expectativas coletivas, pois só existe na medida em que é reconhecido como um valor. Capital Simbólico pode ser entendido como:

[...] qualquer tipo de capital (econômico, cultural ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produtos da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, de estruturas de distribuição do capital no campo considerado [...]. O capital simbólico é um capital, com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento (BOURDIEU, 2001, p. 150).

Assim como o capital econômico, cultural e social, que é constituído pelas redes de relações, também o capital espacial, enquanto um tipo de capital simbólico, contribui para situar os atores em determinadas posições no jogo, por meio de um conhecimento e reconhecimento do e no espaço urbano. O capital espacial urbano não é o mesmo para todos, as desigualdades são óbvias, mas não podem ser facilmente classificáveis segundo uma escala dual. Além disso, conforme alerta o Geógrafo Jacques Levy (2006), a composição deste capital não é um dado em si independente do seu uso.

Com esses capitais incorporados, os atores formam um *habitus*, que é uma maneira de interiorizar seu modo de agir em um determinado espaço social, como ocorre no galpão. Portanto, o *habitus* demonstra que os atores sociais não são orientados apenas pelos interesses econômicos, mas por regras traduzidas em valores, gostos, lugares percebendo-os nas suas dimensões objetivas e subjetivas. O *habitus* assim representa a conexão entre a ação individual e as condições sociais e culturais nas quais estão envolvidos os atores, o que dialoga de forma pertinente com o universo de pesquisa.

A noção bourdiana de *habitus*, dita de outra forma, se configura como sendo “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1996, p.53). E ainda, é o conjunto das características que são internalizadas ou interiorizadas em diferentes espaços vividos, nas experiências sociais de pessoas ou grupos, maneiras de agir, disposições e percepções que levam a organizar uma forma considerada “natural” e inconsciente de agir. Para resumir essa relação entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas, baseando-me Bourdieu, esquematizo a seguir:

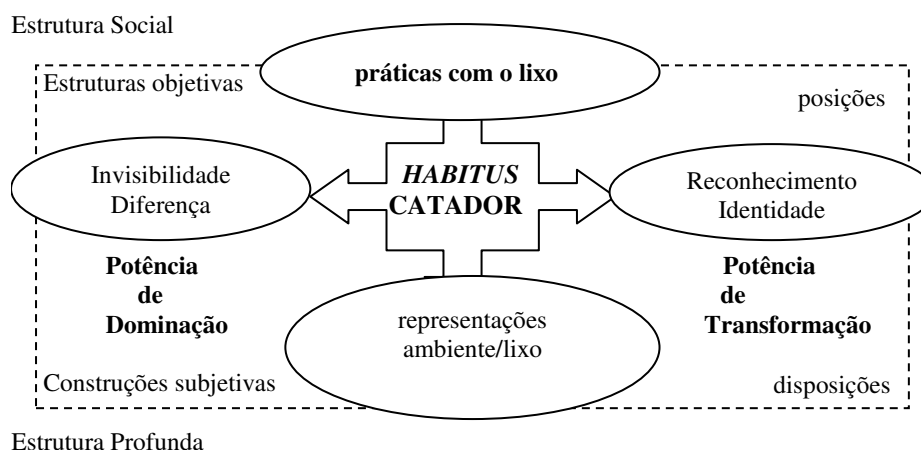


Figura 26- Esquema da relação entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas na catação de *lixo*
Fonte: elaborado pela autora.

Localizo no conceito de *habitus*, no primado da razão prática, uma disposição incorporada pelas catadoras na prática cotidiana da catação de *lixo*, buscando “o lado ativo do conhecimento prático” de que nos fala o autor. Essa noção não pode ser compreendida isoladamente, pois não explica o social independentemente de outros elementos, tais como a trajetória dos indivíduos, ou grupos. Bourdieu alerta que, em cada grupo, é preciso identificar sua posição nas relações com à sociedade, suas condições concretas de existência e as possibilidades de autonomia ou dependência daí decorrentes. Por isso, busco estender o olhar para o processo mais amplo da reciclagem, procurando, por meio de afastamentos e aproximações, uma leitura crítica do acontecer no galpão.

A construção do *habitus* é explicada, também, como:

[...] produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas ‘linhas de demarcação mística’, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus* (BOURDIEU, 2001, p 64).

Assim, esta é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou “capacidades treinadas” e “propensões estruturadas” para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio.

Trata-se, portanto, de reconhecer os modos de incorporação do funcionamento dessa realidade sócio-espacial num processo de interiorização que obedece às especificidades espaciais e da posição dos atores no jogo. Interessa, sobretudo, a produção de novas interpretações possíveis

dessa realidade sob a forma de estratégias de ação, enfatizando a leitura de como as catadoras produzem práticas cotidianas e nelas buscam forjar táticas para resistir aos dispositivos de controle presentes no jogo.

Seguindo a inspirada por Bourdieu, baseio-me na convicção de que não podemos capturar a maneira de ser mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, espacialmente situada, como um “universo de configurações possíveis”. No entanto, é necessário sempre alertar que esta leitura está impregnada da minha representação acerca deste campo, como parte dele, concordando, ou não, com as regras do jogo que nele se realiza. A partir dessas noções bourdianas busco perceber quais as posições, as disposições e como se dá a circulação de capitais.

Habitus catador

Levar a consciência os mecanismos que fazem a vida dolorosa, não é neutralizá-los; explicitar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser a mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir que os que sofrem **descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim sentirem-se desculpados**; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta da infelicidade sob todas as formas, inclusive as mais íntimas e mais secretas” (BOURDIEU, 1997, p 735).

“Não estudei, era muito acomodada, não me esforcei. Por isso permaneço aqui” (V.).

Se for verdade que o que mundo social fez, armado desse saber, ele é capaz de desfazer, se é verdade que a maioria dos mecanismos econômicos e sociais está na base dos sofrimentos mais cruéis, sobretudo os que regulam o mercado de trabalho, que não são fáceis de serem modificados e estancados, conforme aponta Bourdieu (1998), toda política que não tira pleno partido dessas possibilidades, por reduzidas que sejam, e que a ciência pode ajudar a descobrir, pode ser acusada de cegueira.

Assim, é preciso ler o jogo no campo da reciclagem do *lixo*, por meio de um olhar mais amplo do que uma política pública de geração de renda, percebendo como se estabelece a relação do galpão com o contexto mais amplo do mercado da reciclagem, em uma atitude, por vezes, de aceitação do estado de coisas existente. Encontro na noção de *habitus* uma contribuição relevante para essa compreensão. Este não reside nem na consciência, nem nas coisas, mas na relação entre elas, isto é, entre a história objetivada nas coisas e a história encarnada nos corpos sob a forma de disposições que se expressam nos espaços. Como nos aponta Bourdieu, “o corpo está no social e o social está no corpo”, e a incorporação do social que é o fundamento da presença mundo social, que supõe esta experiência comum desse mundo como evidente.

O *habitus* é o elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação às determinações externas do presente imediato. Por ser espontaneidade, sem consciência ou vontade, o *habitus* não se confunde, para Bourdieu, nem com a necessidade mecânica, nem com a liberdade reflexiva dos sujeitos das teorias racionalistas. É o mecanismo pelo qual as condições objetivas de existência moldam as maneiras de sentir, pensar e agir daqueles que as sofrem. Isto sem passar por representações conscientes, pois é direcionado diretamente para o corpo. É um princípio de produção, e até de *invenção*, mesmo que dentro do quadro estrito imposto pelas estruturas nas quais se forma.

Por meio do *habitus* são introduzidos o agente (catador), a ação prática (catação) e talvez a recusa a um olhar crítico que não deixa de ter certa “afinidade” com as disposições e posições políticas vigentes. As raízes das ações podem ser localizadas no repertório das práticas que as catadoras apresentam por suas vivências anteriores (na catação de rua com os pais, como é trazido nas conversas). Assim, uma das características definidoras do *habitus* catador é a aprendizagem pela convivência no meio em que as ações se desenvolvem.

Ao que parece, os membros desse grupo social são dotados de gostos semelhantes e condições e condicionamentos sociais semelhantes (semelhantes, mas diferentes, isto é, em suas singularidades). Assim, o *habitus*, como social inscrito no corpo no indivíduo biológico, permite produzir uma infinidade de atos de jogo, o estado de possibilidades e de exigências objetivas, as coações e as exigências do jogo. Ainda que não estejam reunidas num código rígido de regras, aqueles que têm o “sentido do jogo” estão preparados para percebê-las e realizá-las. Para aqueles que têm o “sentido do jogo” da reciclagem, a triagem de diferentes tipos de materiais recicláveis, os dispositivos de “valoração” destes materiais considerados de maneira genérica como *lixo*, estão presentes no seu sistema de representação como possibilidade de renda. Isso é algo que transcende ao espaço físico do galpão, assumindo uma maneira de ver e de agir cotidiana, portanto, um *habitus* catador.

[...] Pode-se dizer, indiferentemente, ou que os agentes tiram partido das possibilidades oferecidas por um campo no intuito de exprimirem e de saciarem suas pulsões e desejos, eventualmente sua neurose, ou que os campos utilizam as pulsões dos agentes constrangendo-os à submissão ou à sublimação, fazendo-os se dobrarem diante das estruturas e das finalidades que lhes são imanentes. [...] conforme os campos e os agentes poder-se-ia descrever cada forma singular de um *habitus* específico como uma formação de compromisso (BOURDIEU, 1998, p.198).

Assim, *habitus* catador parece ser incorporado por meio dos saberes da experiência com o *lixo*, no processo de ocupação de uma posição no jogo e internalizado nas formas de agir cotidianas, sendo aproveitado pelo mercado de recicláveis que dele faz uso. Nessa perspectiva, ao “vestirem a camiseta da reciclagem” as catadoras assumem o seu compromisso com o jogo. O caso de To. é exemplar neste sentido, mesmo não atuando há mais de um ano no galpão, leva material reciclável descartado no seu atual local de trabalho para vender, afirmando que é para “juntar dinheiro” para o

aniversário de 15 anos de uma de suas filhas. No entanto, esse *habitus* pode, ainda, ser visto como algo que constrange os atores a comportamentos específicos, exteriores aos próprios atores, produto do jogo de forças dentro desse campo social, onde se estruturam e se solidificam as práticas e as atitudes consideradas legítimas. Em certos espaços, onde a prática da catação de materiais recicláveis é identificada como necessária e importante para gestão ambiental dos resíduos da cidade, há um reforço deste *habitus*, enquanto em outros espaços, ocorre o escamoteamento deste, devido à discriminação existente fortemente associada ao estigma do *lixo*.

Na escola ao pegar o boletim da filha, ela estende a mão, mas logo a esconde constrangida: “Minhas unhas estavam pretas de sujeira. Sai do cesto e fui direto para a escola, peguei boletim da mão da professora e sai correndo, com vergonha” (Anexo A).

No dia-a-dia do galpão as catadoras têm acesso a embalagens de produtos que não fazem parte de seu modo de consumo e que, levando em conta seu poder aquisitivo, não poderiam adquirir. No jogo no campo do *lixo*, a transposição do *habitus* catador permitiria estender, para além do espaço físico do galpão, as condutas que aí se cultivam, compondo outras esferas da vida do sujeito. Nesse caso, o *habitus* resulta da interiorização da inferioridade (baixa estima) e da interiorização da desigualdade social, sob a forma de disposições inconscientes, inscritas no próprio corpo das catadoras, no ordenamento do espaço e na consciência do inalcançável.

Há nas relações cotidianas de trabalho com o *lixo*, no galpão, o desenvolvimento de múltiplas táticas que conformam toda uma cultura específica, no *habitus* catador. Esse é responsável, atualmente, pela ressignificação de um percentual considerável de materiais recicláveis que são encontrados nos resíduos sólidos urbanos, que assumem por meio deste outro valor, tendo aí a justificação do seu agir cotidiano no campo do *lixo*. Através do jogo, por meio de atos e de alvos estabelecidos, realizam um verdadeiro milagre: "eles conseguem fazer crer, aos indivíduos consagrados, que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa" (BOURDIEU, 1998, p.106), em outras palavras, não são “descartáveis”, como se pretendia fazer crer.

Este *habitus* é produto de uma experiência passada e presente, não se mostrando totalmente estático, mas implicando em práticas e representações que não são totalmente determinadas (os atores fazem escolhas), nem totalmente livres (estas escolhas são orientadas pelo *habitus*). Às vezes, os atores parecem não se adequar a nenhuma outra atividade que tiveram a oportunidade de exercer. Há várias situações exemplares neste sentido, de catadoras/catadores que “arrumaram outro serviço” e não se adaptaram retornando para o galpão.

Mesmo que não apareça como uma construção lógica, o *habitus* catador pelo seu agir dá outro significado ao *lixo* que, considerado como desordem pela sociedade em geral, é ressignificado

por ele como ordem. Essa ressignificação é a sua forma de assumir um compromisso imanente ao jogo e de ser reconhecido por isto. “Ele vestiu a camiseta da reciclagem” (diz Lu.).

Observa-se uma relação íntima entre o espaço corporal e o espaço social, pois com *habitus* catador inscrito no corpo, este requer certa habilidade criativa quanto ao treino de seu corpo para a função na seleção de material.

[...] No primeiro dia senti que os resíduos de hospital apresentavam um cheiro bem desagradável [...] parecia uma mistura de plástico descartável, remédio, álcool iodado...sei lá mais o quê. Triávamos com luvas nas mãos e máscaras que escorregavam do rosto com o suor.[...] Começava a sentir no corpo o cansaço de ficar de pé para realizar a triagem. [...] Sempre ouvia dos colegas técnicos que as paradas para o lanche nos galpões eram muito frequentes,[...] começava a compreender e sentir no corpo os porquês disto. Ficava constrangida de reclamar [...], mas com o passar dos dias fui me sentindo a vontade. Já estava inclusive sendo motivo de chacotas para as catadoras: “Será que tu aguenta ficá a semana que vem toda ainda nesse calor?” Em um final de tarde, ao terminar a caracterização, ao jogar os sacos de rejeito do contêiner e senti que algo aconteceu em minhas costas (uma distensão muscular). [...] Eu já valorizava muito a atividade das catadoras passei a valorizar também seu corpo pela resistência e imunização (Minhas mãos no *lixo*-Anexo A).

Ao contrário da relação de afastamento que a sociedade tem do *lixo* que gera, quem como ele trabalha tem uma relação de aproximação. É nessa direção que Sosniski (2006) realizou um estudo etnográfico sobre o cotidiano dos catadores da Ilha Grande dos Marinheiros (Bairro Arquipélago/Porto Alegre/RS). A autora afirma que mesmo com todos discursos sobre *lixo* como causador de doença que, além da visão biomédica, são carregados dessa relação de distanciamento, os catadores persistem atribuindo valor positivado ao *lixo*, uma vez que esse ocupa lugar privilegiado em suas vidas, ordenando seu mundo.

A contribuição da leitura bourdiana vem na direção da politização dessa valoração, passa a ser relativo também a diferentes esferas de ação social. Para Bourdieu, a classificação dos valores é objeto de uma luta entre os grupos sociais que ocupam posições distintas em um espaço social. Ao ressignificar o *lixo* os catadores assumem o compromisso com o jogo, deixando claro que vale a pena lutar. A disputa em torno de diversos valores atribuídos ao *lixo* é o que está em jogo neste campo, assim como os privilégios e a distribuição das riquezas materiais e simbólicas produzidas que são orientadoras da percepção desse valor. O conjunto de valores assumidos pelos diferentes grupos muda, assim como também mudam os valores dominantes de uma sociedade para outra de uma época para outra.

As razões higiênicas para o afastamento do *lixo* desempenham papel importante nas idéias do que é “civilizado”, daquilo que se julga “incivilizado”, ilustrando o “processo civilizador” (ELIAS, 1990), ou seja, as mudanças na estrutura da sociedade estão ligadas à mudanças de comportamento dos indivíduos, baseadas nas mudanças de valores. Mas, como tornar visíveis determinados valores legitimados por esse grupo social?

A importância da reciclagem tem cada vez mais sido exaltada, como relevante para a sustentabilidade planetária, no entanto, os atores que a realizam no cotidiano das cidades seguem sob olhar discriminador ou indiferente. Os valores tidos como corretos com relação ao *lixo* pela sociedade moderna são, claramente, definidos em oposição aos percebidos pelos catadores. Como então perceber os valores de sustentabilidade e possibilidades de transformação agregados à tarefa árdua dos catadores?

Como se vê em Bourdieu, os valores, assim como outras dimensões da vida social, não se realizam unicamente nos indivíduos, nem nas instituições, mas em ambos, pensados como dois estados do mundo social. O capital econômico permite o distanciamento com coisas e pessoas indesejáveis (o *lixo* e quem com ele lida), ao mesmo tempo, que aproxima as desejáveis minimizando o gasto para delas se apropriar (bairros próximos do centro ou com comércio local bem estruturado, para consumir mais facilmente e, conseqüentemente, gerar mais *lixo*). A falta deste capital prende ao lugar, priva do direito à cidade. A privação dos deslocamentos, o “disciplinamento dos corpos” (FOUCAULT, 1987, p.127) e convertido em estruturas espaciais naturalizadas como inclusão social- as UTs. Entretanto, outros capitais aí circulam e não são percebidos, pelo menos assim de imediato, sem um olhar mais atento, para as redes de relações no campo do *lixo*.

As contribuições de Michel de Certeau (2004) também são particularmente apropriadas para pensar o cotidiano daqueles que vivem do *lixo*, seres desprovidos de um “próprio”, cuja vida se desenrola por inteiro “dentro do campo de visão do inimigo”. Pois se trata de uma guerra entre, de um lado, as estratégias de expulsão da vista e, de outro, as táticas de sobrevivência. Além disso, parece que o modo de ação descrito por De Certeau (2004) como tático define perfeitamente aquilo que tipifica o agir dos catadores: a prática do desvio de função, pela qual o uso previsto para ruas, lugares, coisas e até instituições, é subvertido.

A existência de um “próprio” como condição expressa de seu exercício: “[...] toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’, um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios” (DE CERTEAU , 2004, p. 99). A instauração do próprio: “é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e assim obter para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (*ibid.*). A política pública é, assim, da ordem da estratégia, uma política urbana de gestão de Resíduos Sólidos, que contempla o Programa de Coleta Seletiva. Mas, aí está também a brecha oferecida às táticas, que sabem frustrar as expectativas e surpreender. A tática deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma “força estranha”. Em suma, a tática, para De Certeau, é “arte do fraco”.

Assim, as diferenças de posição no jogo podem ser apreendidas a partir do par estratégia / tática, tal como elaborado por De Certeau. Resumindo o argumento, podemos dizer que a estratégia da política pública de geração trabalho e renda pela triagem de resíduos, gera uma situação, administra um estado de coisas estabelecido, enquanto a tática das catadoras no espaço do galpão, improvisa, esforçando-se para tirar o melhor proveito de uma situação que lhe é imposta. Representa, portanto, a parte incorporada do uso, sob a forma de um *habitus*, que pode também ser percebido como o estabelecimento de um território que lhe é “próprio”.

A *illusio* no jogo

Considerando o uso da metáfora do jogo¹¹⁵, compreendo essa noção como algo inerente ao agir social, que pode ser de natureza cooperativa ou conflitiva, na qual os diferentes atores, com perspectivas comuns ou divergentes, possuem recursos distribuídos, segundo posições (espaços) de acumulação de capitais (poderes). Entendo o espaço social como “campo de forças”, cuja necessidade se impõe aos atores que nele se encontram envolvidos, como um campo de lutas no interior do qual os atores se enfrentam, com os meios e fins diferenciados, conforme sua posição no campo. É possível perceber os dispositivos na forma como circulam as informações sobre os valores dos materiais recicláveis entre os diversos atores que fazem parte desse jogo, quais sejam: a indústria recuperadora, os atravessadores, os intermediários e os catadores e ainda, o poder público local. Surge daí a indagação: que está em jogo no campo da reciclagem além da agregação de valor econômico ao material antes tido como sem valor, o *lixo*?

Quanto às regras do jogo, que se impõe a todos que dele participam, para serem compreendidas é necessário ter o sentido do jogo, como domínio prático ou necessidade imanente de um jogo. As regras do jogo podem, conforme o pensamento bourdiano, alterar-se segundo o interesse dos atores em função de jogadas, reconfigurando as condições em que ele se desenvolverá. Embora no nível macro seja evidente a centralidade do mercado, uso aqui a metáfora para ilustrar um conjunto de pessoas que participa de uma atividade, que inclui a catação de *lixo* nos galpões de reciclagem, que se relacionam com a Coleta Seletiva da prefeitura, que obedecem a certas regularidades.

Certa inércia parece emergir sobre uma espécie de consciência difusa e confusa de uma cumplicidade profunda entre os adversários inseridos no mesmo campo: “se enfrentam, mas estão de acordo pelo menos a respeito do objeto do desacordo” (BOURDIEU, 1996, p.140). No entanto, estes atores, não necessariamente se opõem,

¹¹⁵ Essa metáfora surgiu a partir de uma provocação do professor Álvaro Heidrich com relação aos conflitos entre a Coleta Seletiva institucional e a realizada pelos catadores de rua: “Tu dirias que os catadores de rua estão ganhando?”

[...] agem e, em conseqüência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação [...] (RAFFESTIN, 1993, p.156).

A rede de reciclagem, conforme explicitada no capítulo 2, sustenta o jogo. Nesta rede os princípios aparecem mais ou menos explícitos e codificados na complexidade do *habitus*, por exemplo, nas relações entre os que assumem distintas posições no jogo.

Isto nos remete ao trabalho de Ricardo Dagnino (2004), no qual propõe um olhar geográfico para a gestão dos resíduos sólidos recicláveis de Porto Alegre, tendo o ponto de vista localizado na base da questão (figura 14), o que propõe uma percepção maior dos problemas enfrentados pelos catadores. Tendo como base os estudos de Milton Santos sobre os sistemas de fluxos da economia urbana e formas de representação gráfica por meio de modelos explicativos, esse autor aponta, ao longo do trabalho, uma perspectiva mais ampla para torná-las capazes de “gerar um processo para tratar as condições objetivas que, em conjunto com outras de caráter subjetivo – ambas situadas no âmbito de ação ou governabilidade dos atores que participam no jogo – delimitando o campo” (DAGNINO, 2004, p. 107).

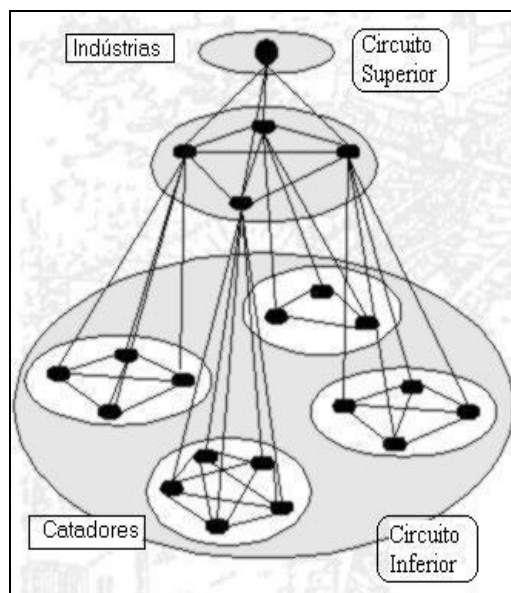


Figura 27- Circuitos da reciclagem
Fonte: DAGNINO (2004)

À primeira vista, a metáfora empregada pode parecer inadequada por trazer um processo socioespacial urbano como um jogo, mas aqui se amplia essa idéia, não restrita a uma simples engrenagem, a um sistema. A vida é um tabuleiro, campo onde se dá a experiência humana, onde há espaço para solidariedade, descoberta, transgressão. Quem quiser ganhar neste jogo, apanhar a bola,

ter vantagens, materiais ou simbólicas, deve ter o sentido do jogo. No caso da reciclagem: O que está em jogo no campo do *lixo*? Mas, o que é ter sentido do jogo? Qual o objeto de disputa? O valor do *lixo* ou seu espaço de geração, a cidade?

O que interessa no jogo é o controle do campo. No caso da reciclagem, o domínio da cadeia produtiva. A indústria, a “dona da bola”, precisa da matéria-prima (resíduos triados e beneficiados) obtida de intermediários, que compram de atravessadores que precisam dos catadores para obtê-la. Não importa vencer, definitivamente, a partida, pois o final do jogo pode simplesmente significar o fim de todos os jogadores (a interdependência na rede). A associação de catadores precisa das cargas da Coleta Seletiva realizada pelo poder público local para obter os resíduos recicláveis, comercializá-los, gerando renda para o seu sustento e de sua família. Por outro lado, a prefeitura precisa da associação de catadores para dar destino adequado a uma parcela dos resíduos gerados na cidade, mas, também, do apoio político, no sentido restrito, eleitoral¹¹⁶. Portanto, esses atores contam no jogo mais amplo da reciclagem, a ponto de se pensar que sem esses não haveria jogo.

Jogos como esse são relevantes e interessantes, por que isto é colocado, imposto e posto em nossas mentes e em nossos corpos sob a forma do “sentido do jogo”, o interesse pode ser no sentido de não ser indiferente ao jogo. Todo o campo social tende a obter, daqueles que nele entram em relação, o que Bourdieu chamou de *illusio*¹¹⁷. Essa idéia é pouco divulgada e não aparece como uma noção básica que é rapidamente associada à obra desse sociólogo, no entanto, ela se liga, umbilicalmente, tanto à idéia de *habitus* quanto à de campo, tendo também uma associação, mais mediatizada e não tão direta, com a idéia de violência simbólica.

“Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo, que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p.139). Contradições explicitam-se na composição da *illusio*, na riqueza e na diversidade de possibilidades expressadas nas dinâmicas variadas neste campo, desencadeando mudanças contínuas na rede da reciclagem de Porto Alegre.

Jogar nesse campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, saber que ele é importante, isto é, que o que está em jogo é tão importante a ponto de desejar aí fazer a “revolução”.

Algumas catadoras associadas saíram do galpão, pelos mais diversos motivos...O posterior retorno de algumas catadoras às ruas, pode significar essa revolução, contra a invisibilidade social,

¹¹⁶ Isto é observado na época de eleições municipais, quanto candidatos à vereadores procuram apoio das lideranças de catadores que apresentam forte influencia nas decisões da comunidade, pelo “capital social” que dispõem.

¹¹⁷ *Illusio*, do grego *ludus*, significa jogo. Para Bourdieu é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, é acreditar que o jogo vale a pena ou que vale a pena jogar.

reafirmando sua luta cotidiana pela sobrevivência, sua adaptação ao jogo. Neste momento cabe o alerta para os processos de naturalização das escolhas e do pensamento estatal que ao constituir um projeto social de inclusão das catadoras nos galpões, não reflete sobre as diversidades e singularidades dessas, sobre as diversas formas de ser e estar catadora. Essas tentam então resistir “a docilização de seus corpos” pela reclusão na UT. Este processo pode ser caracterizado como um tipo de violência simbólica, isto é, “de inculcação de significações e que legitimação de distinções sociais, exercida pelos atores autorizados pela instituição” (BOURDIEU, 2005a, p. 231), neste caso, pelo poder público local, que ao tentar incluí-las, colocando-as em melhores condições para desempenhar sua atividade, torna-as ainda mais invisibilizadas. O retorno à rua significa, também para as catadoras, o aumento do esforço físico, estar à mercê de intempéries e outros reveses inerentes ao trabalho nas ruas. Enquanto para a cidade da mobilidade rápida a presença das catadoras na rua com seus carrinhos a tração humana, significa transtorno ao trânsito de automóveis; para a gestão da prefeitura pode significar perda de votos, para os atravessadores pode significar ter mais trabalho para captar os materiais em diversos locais da cidade e, enquanto para a indústria, o elo mais forte da rede, a “dona da bola no jogo”, pode não influir em nada, exceto alguma ínfima redução no seu vasto lucro diante da economia de não extrair a matéria-prima dos cada vez mais raros bens naturais.

Tem sentido falar-se em mobilidade, pois no quadro do domínio do espaço, conforme Levy (2006), ela entra na composição do capital espacial dos indivíduos. Pode-se considerar que uma cidade permite, até certo ponto, a cada cidadão “geo-grafar” o espaço urbano, justamente, pela oferta de mobilidade, que constitui um instrumento decisivo da liberdade. Numa cidade, essa dimensão material da mobilidade tem muito a ver com o que se poderia chamar de urbanidade *a priori*, isto é, a estrutura espacial fundamental de um espaço urbano. Então, assumindo esta posição no jogo, nas ruas, as catadoras teriam maior liberdade ao encontro e de viver a cidade, portanto maior capital espacial urbano, embora toda ambivalência que esta afirmação encerra. Nessa posição no jogo, as catadoras apresentam a possibilidade de espelhar a sociedade de consumo, estando na rua, rompendo com as regras, desnaturalizando os padrões do ordenamento socioespacial urbano. Afinal, uma posição se conquista e por meio do reconhecimento pelos próprios oponentes no jogo. Este grupo social recusa o lugar que, numa determinada circunstância espaço-temporal, atores melhor situados no jogo pelos capitais que dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, podem se mobilizar em busca de reconhecimento e a afirmação da justificação de sua existência. Conforme a Cartilha de Formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis o catador deve:

Estar consciente do valor e da utilidade pública dos serviços prestados pelo desempenho da sua atividade profissional, que proporciona benefícios econômicos e ambientais para toda a sociedade (MNCR, 2002).

A conquista da própria existência do Movimento Nacional de Catadores, o MNCR, é uma possibilidade de romper com o silêncio, a invisibilidade e o isolamento de centenas de catadores e com a sua insistente inexistência para os atores que detêm capitais.

Outro fator relevante foi à criação do Fórum Nacional do Lixo e Cidadania no ano de 1998, com objetivo de fomentar as discussões, estabelecer e buscar as soluções para os problemas decorrentes da produção do lixo. Os catadores iniciam sua participação nesse fórum e iniciam os processos de conscientização sobre o trabalho e a busca por formas de organização. Iniciam a construção de parcerias e articulações. Nesse período das primeiras organizações dos catadores, em junho de 2001, ocorre o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, junto com ONGs e instituições dos poderes público, privado e religioso, deliberando pela criação oficial do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR (COSTA, 2008).

Como nos aponta Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), o movimento social se compreende, pelo forjar de identidades coletivas, num sentido geográfico muito preciso: “é o que vemos como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa determinada circunstância, outros segmentos sociais, melhor situados no espaço social tentam lhe impor”. Por isso, a construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas, também, por serem percebidas como interessante. E na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os modos de percepção legítima da “di-visão” do espaço urbano, reforçando que a chamada “exclusão social” é um processo, uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou “natural”.

Há um reconhecimento por parte do poder público das lideranças de catadoras, das pessoas que assumem centralidades na rede. Mesmo que não controlem a partida do jogo, estando submetidas a certos dispositivos de dominação, esses não são, totalmente, bem sucedidos. Assim, mesmo sendo as atores mais vulneráveis neste jogo, as catadoras “ousam quebrar as regras”. Podem, assim estar, mostrando a ineficiência do poder público em mediar o jogo, pela própria inadequação das regras estabelecidas à sua presença. Estas inadequações, sendo incorporadas às discussões no campo acadêmico, no que se referem à gestão dos resíduos sólidos urbanos, podem vir a pesar no campo político, principalmente, no que tange as disputas pelo poder local e no envolvimento da população com a questão.

Na catação de *lixo* nas ruas, esta forma determinada de inserção mobilizada no espaço urbano, o itinerário de recolhimento é adequado de acordo com as exigências dos próprios fornecedores, evidenciando uma significativa adaptabilidade do serviço informal fornecido. Tal adaptabilidade contrasta com a não adaptabilidade do serviço oficial de Coleta Seletiva oferecido pelo DMLU, no qual é o gerador que deve adequar-se às exigências para a disposição desse serviço.

De uma maneira geral, os acordos informais que ligam catadores a geradores de resíduo reciclável contribuem com a constituição de uma contra-ordem social, ainda que parcial e instável, na qual esses atores desenvolvem, com maiores garantias, as suas atividades, favorecendo sua ocorrência na contra-mão da coleta institucionalizada e regulamentada pelo poder público local (COLETTO E ROSADO, 2007).

Os Capitais no lixo

Os bens simbólicos ligados ao pertencimento a um grupo não são todos quantificáveis, sendo alguns deles imateriais. O pertencimento a uma associação, para muitos catadores, cuja existência é marcada pela pobreza e extrema “exclusão”, torna-se o primeiro passo de um processo de reconstrução tanto da confiança em si mesmo, quanto no outro. As formas de ajuda recíproca que nascem e se consolidam no interior destes grupos sociais favorecem um processo de articulação em redes de relações sociais cada vez mais amplas, cuja existência parece, em certos casos, estar caracterizada de modo permanente pela ruptura das relações sociais.

De uma maneira geral, a “solidariedade”, de diferentes formas, parece ser um elemento comum nas narrativas dos catadores visando construir uma determinada ordem social no interior de cada associação. Tal “solidariedade” é promovida e construída através de práticas cotidianas e estratégias de ação que podem ser ainda muito diferentes entre si. Por exemplo, o fator coesão em algumas associações é construído “de baixo” e a sua forma parece decididamente mutável e de contornos pouco definidos; em outras, ao contrário, tal “solidariedade” assume esta uma forma inspirada em uma ideologia bem precisa, entretanto é essencialmente concebida e efetivada “de cima”. Na maior parte dos casos, parece prevalecer o respeito às escolhas e aos interesses individuais, ainda quando estes possam representar obstáculos ou mesmo afetar a produção (COLETTO E ROSADO, 2007).

Entretanto, o essencial do que se vive e vê no campo do *lixo* são as evidências mais impressionantes e as experiências com o *lixo* que demonstram que seu princípio está completamente em outro lugar. Nesse campo, fica claro o alerta de Bourdieu, quando afirma: “Não há espaço social em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e distâncias sociais, sob a forma mais ou menos deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito da naturalização” (BOURDIEU, 1997, p.260). A citação remete à várias situações narradas pelas catadoras quanto a proibições e obrigações as quais são submetidas pelas coordenações nas diversas associações. Algumas vezes, as relações de trabalho nas associações seguem a lógica dominante no mercado de trabalho competitivo, conduzidas pela hierarquia e pelo autoritarismo. Essa contradição de compor uma associação, ou, no dizer das catadoras, “não ter patrão”, mas estar sujeito a

imposições por parte da coordenação, é conteúdo recorrente das conversas cotidianas no galpão. Essas situações, algumas vezes, acabam naturalizadas: “- afinal ela sabe o que é bom para nós”. Ou ainda, como dizia a Ce.: “eles reclamam agora, mas depois vão me agradecer”, referindo-se a obrigatoriedade de frequentar as aulas do projeto de Educação de Jovens e Adultos. Nos passeios que realizamos no Projeto Galpão a coordenação também obrigava os associados a irem sob pena de perderem a vaga na associação.

[...] Lembro que a Dona J. ficou da parte debaixo (do barco). Estava apavorada fui falar com ela e tremia. Tentei acalmá-la: “Não tem perigo”, mas com os olhos cheios d’água me disse: - “Fui obrigada a vir” (Anexo A).

O que faz crer que há, um “em cima” e um “em baixo” lá mesmo entre os “de baixo”, assim como há um “em baixo” entre os “de cima”. Mas, as lutas cotidianas são mais complexas do que faz crer a dialética restrita a relação dominantes *versus* dominados. Isto também se percebe na relação com a prefeitura, na qual ao agir conforme os interesses, os catadores mantêm a aparência de obediência às regras do jogo, às vezes com escapes. Estes escapes podem falhar podendo ter resultados trágicos, tal como ocorre com a queima de fios elétricos para separação do cobre, prática proibida pela prefeitura, que pode ocasionar incêndio pela quantidade de materiais inflamáveis dispostos no espaço físico do galpão.

A posição de dependência do poder público local na disposição dos resíduos, via Coleta Seletiva, deve ser relativizada, na medida em que a coleta formal encaminha para o galpão, conforme o discurso das próprias catadoras, somente a “borrega” (materiais misturados, rejeitos), enquanto os catadores de rua coletam o “filé” do *lixo* (materiais recicláveis, com valor econômico).



Figura 28- Coleta de materiais recicláveis nas ruas, realizada por carroceiro e sua família
Fonte: acervo da autora

Parece haver, como alerta Bourdieu, não apenas um jogo, mas a uma série de jogos concomitantes e diferentes, embora o que aconteça em um jogo interfira em outro. No jogo político, atores são incorporados seletivamente pelos atores dominantes no campo econômico: ora a balança tende para um lado, ora para outro; dependendo dos interesses em jogo.

Embora, do ponto de vista econômico, as catadoras possam ser vistas como dominadas no jogo, quanto ao seu “capital cultural” não se pode dizer o mesmo sem assumir uma postura reflexiva e crítica. Mesmo levando em conta alguns poucos atravessadores que já foram catadores, e obtiveram ascensão no campo do *lixo*, ou melhor, mudaram de posição no jogo, pouco têm incorporado de saberes acerca de como se tria, alguns detalhes da identificação dos materiais pelo tato, pelos sons emitidos (por exemplo, plástico estralador). Que saberes são esses? E como esse “capital cultural” é colocado em circulação? Esses saberes procuram deslindar uma espécie de influência que os jogos mantêm sobre os atores nele socializados, uma relação encantada, a *illusio*, que não é abandonada por simples decisão ou consciência.

Destaco que as práticas cotidianas (culturais) desse grupo demonstram a existência de um aprendizado informal difundido por instâncias não consideradas como legítimas. É interessante aqui a considerar contribuições de Renato Ortiz (1994), quando aponta que a modernidade traz novos valores, novos padrões globais e hegemônicos que conferem prestígio àqueles que o interiorizam. As formas tradicionais de cultura, entre elas às veiculadas pela escola, por exemplo, deixariam assim de serem as únicas formas de distinguir os grupos sociais. Já Bourdieu faz questão de reforçar que a escola tem agravado as desigualdades por privilegiar conhecimentos associados aos padrões das elites (BOURDIEU, 1996). Seria interessante salientar que se estivesse garantido o domínio da cultura letrada e erudita, fator de distinção social, este não precisaria de uma série de estratégias de legitimação e consagração. Este domínio se forjaria por si só. É neste sentido ainda que a cultura não legitimada dos segmentos populares precisa ser a todo tempo estigmatizada como pobre e grotesca, para reafirmar o domínio da cultura letrada (BOURDIEU, 1996).

É importante destacar que ao formular o conceito de Capital Cultural, nas suas formas: incorporado, sob a forma de disposições duráveis do organismo; objetivado, sob a forma de bens culturais materiais e institucionalizado, sob a forma de diplomas e titulação, Bourdieu não desconsidera a existência dos grupos populares na disputa pela cultura legítima, embora não seja este o seu enfoque até pelo contexto no qual se debruça. No entanto, penso que o mesmo concordaria com a inferência de que diferentes formas de capital cultural, entre os segmentos populares, podem impor uma diferenciação interna entre eles. Como acontece no galpão no qual os associados são todos aqueles que apresentam experiência no campo do *lixo*.

Este capital cultural só tem sentido se colocado em circulação. Ele circula nas redes de sociabilidade dos catadores. As condições para a circulação destes saberes da experiência com o

lixo, certamente, favorecem os contatos, as trocas e, portanto, a transmissão mais assegurada de valores culturais identitários que compõe o *habitus* catador. Neste sentido, a herança cultural, valorizada, teria mais condições de ser apropriada no processo de convivência. Este capital é um conhecimento não adquirido na escola, mas na experiência ao campo do *lixo*, é um recurso aberto, heterogêneo, que predispõe e potencializa o indivíduo a enfrentar os desafios e os limites desta experiência. É possível, assim, pensá-lo como um capital cultural com outra significação, o “capital cultural dos desfavorecidos”, apreendido informalmente em heterogêneas experiências, no seu espaço de convívio social, na sua luta cotidiana pela sobrevivência, notadamente, no contato com informações disponibilizadas pelos seus pares na troca e na reciprocidade no espaço do galpão.

A noção de Capital Social também é relevante na reflexão sobre como as catadoras chegam a posição que chegam no jogo, a partir do conjunto de dispositivos que lançam mão nas relações estabelecidas em rede. O reconhecimento, o prestígio e a autoridade de catadoras, como a Ce., me parece exemplar neste sentido. Segundo alguns associados: “as coisas só funcionam quando a Ce. mete a mão”. Ao longo de sua trajetória de vida foi incorporando o seu capital social, que foi delineando sua posição no campo, acumulando poder simbólico e político neste percurso. Do ponto de vista do capital cultural (esse saber da prática), a catadora traz consigo as experiências e vivências da rua, das lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, bem como, as conquistas para o grupo que a fortaleceram, ainda mais, como liderança, levando-a a assumir uma posição central na rede interna da associação de Catadores do Loteamento Cavahada, assim como na rede da reciclagem de *lixo* de Porto Alegre.

Às vezes precisava ir a reuniões fora do galpão, o pessoal não ficava sabendo o que iriam fazer, qual era o motivo de sair do galpão [...] Quando a rotina é rompida a quem reclame, mas geralmente a reclamação se dá mais pela desinformação. Foi o que aconteceu em um dia que a saída do pessoal era para receber recursos de um projeto do governo do Estado, denominado “Coletivos de Trabalho”. Era importante o pessoal ir, mas às vezes, não divulgava pela questão da “segurança” (poderiam ser assaltados). Nestes casos, a Ce. era quem convencia, pela confiança que o grupo depositava nela, e somente a nela, como comenta Lu.: “O meu irmão L., que é presidente da associação agora, tinha fazer essas coisas, mas é sempre assim as coisas sempre caem na mão da Ce.. Não adianta ela que se dá com todo mundo, ela conversa e convence o pessoal. Até porque ela e a Dona E. são as que estão há mais tempo”(Anexo A).

O retorno à catação de *lixo* nas ruas, realizada com carrinho à tração humana, é um *habitus* já inscrito no corpo dessa catadora, desde quando residia na Vila Cai-Cai.

Quando a distribuição desigual de capitais simbólicos nesse campo pode-se trazer à tona a violência simbólica da invisibilidade a qual as catadoras do galpão estão submetidas durante sua prática cotidiana com o *lixo*. O retorno à catação na rua pode assim representar uma luta pela apropriação do espaço da cidade.

A precariedade está por toda parte, desestrutura a existência e as estruturas temporais e degrada toda a relação com o mundo e, em consequência, com o espaço. Essa precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto aos seus efeitos, tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, um mínimo de crença e de esperança que é preciso ter para se revoltar, contra o presente, mesmo que mais intolerável (BOURDIEU, 1998, p.120).

Essa “miséria da posição” que o autor se refere, na experiência no galpão, no trabalho precarizado com o *lixo*, onde se encontram muitas mulheres (cerca de 60%), não é percebida se vista levando em conta o jogo “mais amplo” da reciclagem, isto é, se comparado à situação dos lixões espalhados pelo país, fica longe esta idéia. Esta referência é utilizada no cotidiano pelas catadoras para compensar as mazelas e condenar as queixas ou para servir de consolo. Nas conversas se ouve: “Tem gente que não tem isto que nós temos, não podemos nos queixar” (diz Lu.) e “O trabalho mais pesado é o nosso, pois não pode parar” (fala To. com relação à triagem no cesto).

Perceber e compreender todos os sofrimentos e constrangimentos neste jogo é uma necessidade que tem se multiplicado, com a proliferação de galpões nas cidades. Esta precariedade, como uma estratégia, assim como a própria flexibilidade do mercado de trabalho, é inspirada por questões tanto econômicas como políticas, é “produto de uma vontade política e não mera fatalidade econômica identificada de maneira genérica como ‘mundialização’” (BOURDIEU, 1998, p.123).

Os grupos sociais existem ao mesmo tempo na realidade objetiva das regularidades e coações instituídas e representações (*habitus*) e, também, nas táticas de resgate de negociação e de blefe, destinadas a modificar a realidade, modificando as representações.

“Aqui não trabalhamos com *lixo*, trabalhamos com material. O que a Coleta Seletiva traz prá cá é limpo, pois a população separa nas casas.” Esta fala, tal como outras contendo o mesmo enfoque fantasioso, era expressa no momento das visitas, próximo ao cesto onde uma infinidade de materiais não segregados de forma adequada na sua origem, como restos de alimentos, tocos de cigarros, fraldas descartáveis, papel higiênico usado, entre outros (Anexo A).

Bourdieu remete-nos ao pensamento que situa as representações, expressas através da linguagem, no âmago das relações de poder. Algumas respostas aos questionamentos sobre a atividade com o *lixo* não parecem respostas refletidas. Parecem discursos prontos e táticos ou uma disposição incorporada, ou seja, um impulso para fazer a coisa de determinada forma, assumir um determinado comportamento tido como aceitável e adequado. Esta forma, incorporada às práticas cotidianas, que as estruturam socialmente no trabalho com o *lixo*, são apreendidas por meio de processos de socialização no galpão, nas redes internas e externas.

Sob outro ângulo, as palavras que constroem essa realidade sócio-espacial são tanto alvo quanto fruto de uma luta política, o que permite pensar que ao definirem-se como “agentes

ambientais urbanos”, estão definindo o real como um campo de lutas para definir o que é real. Neste sentido, atribui-se à representação do mundo pelo qual as palavras têm o poder de fazer existir ou inexistir aquilo que existe, seguindo o raciocínio de Bourdieu. É nesta medida que as conversas cotidianas no galpão podem ser compreendidas com relação ao poder e constroem um vocabulário específico que as identifica, as nomeia, atribui coerência, significado e valor ao seu mundo. Enquanto representação, elas partilham da aludida capacidade mágica de contribuir para a existência do jogo. O discurso depende das relações de poder que se estabelecem, concretamente, entre jogadores, entendidas, às vezes, como capacidade de produção e capacidade de apropriação ou controle do espaço.

Apesar das incertezas e dificuldades, mesmo conservando um grau elevado de heterogeneidade, as catadoras conseguem lançar mão de uma base comum sobre a qual podem produzir uma forma mais ampla de capital cultural. Este capital cultural aparece com a ressignificação do *lixo*, por exemplo, e é adquirida pela catadora, podendo ser incorporada como disposições duráveis, que se traduz em formas de agir em relação ao *lixo*. Esses saberes do *lixo* facilitam a troca de informações, o conhecimento e a reciprocidade entre elas, favorecendo uma maior difusão da confiança interpessoal em cada grupo, que vai além de um simples agregado de catadores.

[...] Mesmo tendo estas falas silenciadas durante a visita, somente o fato de entrar no espaço do galpão e ter a oportunidade do contato com as catadoras, já é suficiente para rever alguns pré-conceitos a respeito do *lixo*. Tenho a convicção de quem tem essa experiência não sai imune, pelo menos um pouco “contaminada” a pessoa fica e a partir desta vai fazer pelo menos alguma reflexão, nem que seja no seu âmbito mais íntimo [...] (Anexo A).

Mesmo com todos os obstáculos, as catadoras têm conseguido uma maior visibilidade, promovendo um processo de legitimação que, combinado a uma maior atenção à questão ambiental, procuram uma posição no jogo. Assim, esta particular forma de economia informal, promove a atuação de novas formas de “colaboração”, que com todas as suas limitações, representa a forma de nos relacionarmos com o *lixo* nosso de cada dia.

Leitura do jogo

Os fatores mais favoráveis à mudança das relação com o *lixo* aparecem nas práticas cotidianas das catadoras que buscam ir além da mera sobrevivência. De tal forma, o *habitus* catador deve contribuir para dissociar a imagem do catador de *lixo* como aquele que sobrevive graças às

políticas assistencialistas. É da forma de agir, do *habitus*, que podem surgir, nas brechas do que é imposto, táticas as quais os dominantes têm dificuldades de intervir¹¹⁸.

A luta leva em conta certos limites, visto que a quebra radical pode significar o fim do jogo, o que não é interessante para quem o domina. As rupturas podem ter consequências graves e não previsíveis para parte dos jogadores. O receio em relação à mudança das regras é maior por parte de quem tem mais a perder. Desta forma os estabelecidos (a indústria recuperadora, os atravessadores, intermediários e a prefeitura), os que estão em posição mais confortável no jogo estarão menos dispostos à mudança, pois isto requer correr riscos de perder capital (seja qual for o tipo: econômico, social, político...), principal regra é procurar manter a posição no campo.

Tirar das ruas é a regra que os coloca no patamar da normatização, do ordenamento sócio-espacial urbano e então, o *status* social que isto implica, que induz uma cisão entre os catadores do galpão e os de rua. O uso de expressões como “roubo do lixo” e a acusação de que os catadores de rua sujam a cidade são usadas e apresentam a imagem deste grupo como negativa perante a opinião pública, sendo reforçada na mídia.

Penso que os catadores são os que mais arriscam neste jogo e partindo destes que pode surgir potenciais formas criativas de se estabelecer, pois tem menos a perder. A catadora e o catador parecem tornar-se, com todas as barreiras a serem superadas, atores que participam tanto para a melhora das próprias condições de vida, quanto para repensar uma política de Coleta Seletiva de resíduos urbanos que concilie de maneira mais eficaz, as suas múltiplas dimensões: econômica, ambiental e cultural (COLETTI E ROSADO, 2007).

Assim, procurando responder a pergunta: Quem está ganhando? Não penso que os catadores estejam ganhando, afinal ninguém ganha ou perde neste jogo. Penso sim que estejam na busca de táticas para, de certa maneira, resistir ao controle do campo e na procura dessas podem desacomodar as demais posições no jogo. Isso pode forçar uma ruptura que possibilite constituir uma nova forma de gerenciar os resíduos recicláveis da cidade, na qual esses atores assumam centralidade, legitimados, ou não, pelo poder público local.

Mas, de onde surge a idéia de que os catadores possam receber da prefeitura para coletar os resíduos recicláveis da cidade, tendo subsidio para fazer o que já fazem de “graça”, mas de maneira mais organizada? Seria possível? Tendo a responder que sim, existe isso na cidade de Belo Horizonte. Os catadores da capital mineira após vários protestos conseguiram que o prefeito recua-se na sua intenção inicial de articular a coleta seletiva com o setor privado e a questão foi colocada para discussão pública. O processo de mobilização dos catadores nesta cidade se desdobrou em vitória no final do ano de 1989, que conseguiram incluir na pauta de discussões e depois fazer aprovar na nova Lei Orgânica do Município, que agora os colocava como “atores privilegiados junto ao serviço de limpeza urbana da cidade”. Portanto, como foi (ou ainda é, com os seus limites) em Belo Horizonte, a coleta feita por

¹¹⁸ Exemplo disso foi a interrupção do trânsito na ponte do Guaíba, realizada em protesto contra a proibição da circulação de carroças pelas ruas do centro da cidade.

catadores não é bem aceita em Porto Alegre, não se apresenta como alternativa interessante, pois não há vontade política por parte do poder público local, que atualmente preocupa-se em responder ao MP sobre denúncias de irregularidades no processo licitatório de contratação dos serviços de coleta (Anexo A).

Enquanto técnica da prefeitura, envolvida na rede da reciclagem, percebia-me como elo conectado a essa. Frequentemente, argumentava que a capacidade dos processos de exclusão é muito mais ampla diante da capacidade, cada vez mais reduzida, do setor público em dar conta por meio de projetos sociais, de incorporar o número, vertiginosamente crescente, de pessoas desempregadas e em situação de miséria e pobreza e que busca no *lixo* sua fonte de sustento. Os processos neoliberais, com a nova roupagem da globalização, para enterrar de vez o *welfare state* começam exatamente pela reforma do sistema de proteção social, isto é, a ordem é abandonar as conquistas sociais para crescer (privatizar), conforme alerta Bourdieu (1998).

Penso que as alternativas que se forjarem com relação à gestão dos resíduos sólidos recicláveis da cidade, somente serão efetivas se emergirem dos próprios catadores, representando seus anseios, aproximando-a, realmente, deste grupo social e que ultrapassem a necessidade de delimitação de espaços físicos para realização da atividade da catação.

É porque o corpo está (em graus desiguais) exposto, posto em jogo, em perigo, no mundo, enfrentando o risco da emoção, do ferimento, do sofrimento, [...] portanto, obrigado a levar a sério o mundo (e nada é mais sério que a emoção, que toca no mais fundo dos dispositivos orgânicos), que ele está em posição de adquirir disposições que são aberturas para o mundo, isto é, para as próprias estruturas do mundo social do qual elas são a forma incorporada (BOURDIEU, 1998, p. 168).

No sentido do acima exposto interpreto que Ce. é uma boa jogadora, pois tem o “sentido do jogo” no campo do *lixo*. Com o *habitus* catador, inscrito em seu corpo, ela segue, atualmente, livre pelas ruas da cidade a coletar os restos e as chances de sobrevivência sua e de sua família. Afinal, “ter sentido no jogo é tê-lo na pele” (BOURDIEU, 1996, p.82). Ce. tem o sentido do jogo do *lixo* em Porto Alegre na expressão de seus olhos quando conta sua trajetória de vida e na sua pele, com a tonalidade de quem recebe sol cotidianamente, no ir e vir pelas ruas da cidade... Um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo, de um campo, no qual o jogo se dá. Por que ela é boa jogadora? Ter o jogo na pele é ter seu sentido, é perceber, no estado prático, o futuro, é ter o senso histórico do jogo, anunciando o que está por vir. Afinal a antecipação do bom jogador é a capacidade de tomar decisão no momento certo, em relação a algo que não é, imediatamente, percebido e disponível, mas que é como se sempre estivesse ali, um próximo passo que parece “natural”. O porvir está inscrito na face do presente, mas pode ser por interesse ou desinteresse no sentido do jogo. Com seu capital simbólico, apoiado no conhecimento e o reconhecimento da reciclagem, Ce. segue antecipando o porvir.

Da mesma forma que ocorreu a incorporação do sentido da reciclagem e adoção de um discurso “ecologista”, pelo interesse inicial de melhorar a separação dos resíduos pelos “clientes” (geradores de *lixo*) esse acabou, por desinteresse, sendo incorporado ao *habitus* catador e inscrito no corpo. Assim, o interesse econômico – entendido, exclusivamente, como interesse para geração de renda para sua subsistência e de sua família - não é a única dimensão que influi nestas “escolhas”, mesmo presente, esta dimensão não aparece isolada e preponderante sobre as outras dimensões. É preciso, portanto, pensar nestas múltiplas dimensões.

Há um processo de invisibilidade que tenta impor silêncio a esses cuja natureza do seu fazer não é o dizer, processo esse que esquece essas “revoluções moleculares”(GUATTARI, 1986) inscritas nas práticas cotidianas com o *lixo*. As lutas por justiça social são mais complexas do que se fazia crer, mas há possibilidade de pesquisadores estarem mais próximos desses movimentos e por meio de suas formulações, das teorias, da sua capacidade de análise, enfim com o seu “capital cultural”, em grande parte derivado dos seus títulos que tornam suas falas autorizadas, contribuir, dar visibilidade a estas lutas cotidianas. É, assim, assumindo o interesse em contribuir, que tento sintetizar esse esforço no sentido interpretar a relação entre o campo do *lixo* e as noções trazidas por Pierre Bourdieu. Penso que este é um bom momento de reafirmar o pensamento deste sociólogo, sob suas formas variadas, como aplicável no âmbito da geografia em pesquisas, especialmente ligadas à investigação empírica. Este autor abriu um leque de investigação que abarca vários setores de manifestação da ação social, numa busca por entender os sentidos dos elementos contemporâneos da vida social de instituições e de atores sociais, que são bem pertinentes, com as ressalvas inerentes aos seus respectivos contextos, a pesquisas que contemplem o fenômeno da catação de *lixo*.

O campo do *lixo* surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas, pela distribuição das diversas formas de capital – simbólico, cultural, espacial, econômico- os atores participantes são munidos com as capacidades adequadas ao desempenho das funções e às práticas que o atravessam. As relações existentes no seu interior definem-se, objetivamente, a estrutura do campo e os atores adquirem um corpo de disposições, no microcosmo, que lhes permite agir de acordo com as possibilidades existentes no jogo.

As catadoras parecem estar “recusando” o lugar que lhes estava reservado no espaço urbano - a UT, pela boa vontade do poder público local, como efeito de adequação a um sistema de ordenamento sócio-espacial urbano que incide sobre todos os cidadãos. Diante das possíveis reviravoltas na cidade, provocadas pela ação desses atores, identifiquei a necessidade de criação de instrumentos novos, aos quais se abrem a partir das perspectivas trabalhadas por Bourdieu, no âmbito da reflexividade do olhar para a experiência. É importante ainda ressaltar o retorno à rua das catadoras do galpão, pode se dar por um aspecto de transgressão e resistência, além da luta de

sobrevivência. A rua é uma saída, uma tentativa, um meio de escapar do recesso no galpão. Por isso, a ida para a rua pode ser vista, a partir dessas considerações, como uma forma de resistência, um sinal de que, o que pode existir de criativo e de esperança ainda não morreu. Neste sentido, a rua pode, ainda representar uma forma de “resistência à homogeneização”(BOURDIEU, 1998), um sinal de que ainda existe vitalidade nesses seres humanos, que se recusam a aceitar o lugar que lhes é imposto.

Observo com relação à “inclusão social” por meio da Coleta Seletiva, que as catadoras presas às urgências da vida, submetem-se ao estabelecimento de relação de dependência com o poder público local, como regulador das atividades relativas aos resíduos sólidos urbanos. No entanto, não basta estar no espaço de geração de renda e ter relação com o mercado, isto consiste em uma visão economicista do processo. Mas, é possível perceber nesse espaço o fortalecimento de vínculos identitários entre as catadoras e sua articulação em rede que as aproxima, fomentando uma “geografia relacional” que pode vir a reforçar a ação política para reivindicar seus direitos cidadãos e o reconhecimento de sua atividade para gestão ambiental da cidade.

Mas, é preciso lembrar que as políticas públicas de “inclusão social” têm que abolir os eufemismos e levar em conta, antecipadamente, a multiplicidade e a complexidade de cada contexto simbólico-cultural. Para Canclini (1995, p.103) “as especificidades das culturas populares derivam do fato de que o povo produz no trabalho e na vida formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica das suas relações sociais”. Nesse sentido, os aspectos fundamentais como o uso do espaço, as formas de organização do trabalho, as trocas simbólicas e as redes de relações entre as catadoras que se estabelecem na prática cotidiana da catação de *lixo*, contemplam, enfim, essas e outras mediações culturais que são importantes para a compreensão da complexa realidade que as envolve. Enquanto modo de mobilizar-se no espaço urbano, criando territórios efêmeros e dispersos, os catadores seguem em uma forma ativa de relação com o meio urbano, nos “territórios cotidianos da reciclagem”, podem ser caracterizados como uma “bricolagem”, como um processo de espacialização do *habitus* catador. Tomando-se o estado de constante exposição de si como traço distintivo de sua condição urbana, o enfoque para estar atualmente nessas táticas “mobilizadas”, de quem atua nas ruas, que envolvem o questionamento prático das funcionalidades estabelecidas, tanto nos espaços públicos ocupados, quanto dos materiais descartados encontrados nas ruas da cidade.

Pode-se perguntar, então, se outras sintaxes podem ser escritas com as mesmas peças do jogo do *lixo*. Pode-se perguntar se essa reinvenção do cotidiano não abre possibilidades de mudança, bem como, se a “sociedade disciplinar” não teria perdido o controle da “docilização dos corpos” (FOUCAULT, 1987) ou na gestão da vida nua (AGAMBEN, 2007).

Nessas práticas cotidianas, na cidade, se forjam os sujeitos sociais, os sujeitos culturais, que se constituem em sujeitos políticos, que produzem saberes, valores, cultura. Seus processos de produção de significados brotam das tensões, dos conflitos, das contradições da ordem social vigente. E então, ironicamente, tornam-se visíveis... e porque incomodam, porque ousam sair das cavernas ansiando por justiça ambiental, ousam abrir os olhos e cobiçar os “valiosos bens de consumo” que ornamentam a cidade por atrás dos muros invisíveis do *apartheid* urbano¹¹⁹, cujas sobras lhes são destinadas cotidianamente.

¹¹⁹ Que Bindé (2000) caracteriza como a segregação sócio-espacial nas metrópoles contemporâneas, que gera uma nova forma urbana, composta pelas cidades “muralhadas”, separadas pela extrema polarização social.

CAPÍTULO 5 – AS REPRESENTAÇÕES

Representações sociais no território cotidiano da reciclagem

“Quando tu vê uma reportagem de educação ambiental, no jornal ou numa televisão, quase sempre, nunca quem fala é quem trabalha na área de reciclagem de resíduos geralmente é um engenheiro ambiental, um professor na área de educação, especialista. Os catadores podem não ter estudo mais tem muito conhecimento da prática”. E. (Ex-coordenadora da FARRGS).

A fala transcrita acima remete firmemente a necessidade das catadoras terem voz, de serem ouvidas e, sobretudo, de terem seus conhecimentos valorizados e considerados no campo do *lixo*. Trazer falas como essa, torna ainda mais evidente que minha intenção, não é, de forma nenhuma, ser porta voz das catadoras na academia, mas sim de trazer meu olhar sobre as representações expressas no cotidiano que emergiram a partir da vivência junto ao grupo. Com essa forma de reconhecimento dos saberes da prática com o *lixo*, busco estimular pesquisas futuras sobre o tema.

Temos aqui, então, uma questão pedagógica, de produção de conhecimento que remete às formas de sociabilidade no espaço do galpão, que ensinam modos de ver, fazer e conhecer, este saber da prática. Pensar as práticas cotidianas com o *lixo* como experiência singular leva a abandonar a idéia de que as catadoras necessitam de capacitação técnica para a triagem dos materiais recicláveis, em detrimento da observação das habilidades acionadas na relação com seus pares, no cotidiano do galpão, onde o *lixo* ganha outro significado.

O emprego da representação social para a compreensão da temática ambiental parte da minha prática pedagógica como educadora, diante da necessidade de entender como educandas (os) vêem as questões ambientais, de que forma pensam e agem no seu cotidiano levando em conta esta visão. A compreensão das representações sociais de ambiente que os participantes apresentam é, no meu entender, o ponto de partida de qualquer atividade deste cunho.

A representação social parece constituir-se em uma espécie de fotossíntese, pois metaboliza a luz que o mundo joga sobre nós sob a forma de experiências que nos iluminam, ou ofuscam, transformando-a em energia. Esta se incorpora à nossa visão de mundo e a devolvemos a ele como entendimento, mas também como valores e significações. Como na planta, esta energia nos colore, nos singulariza diante dos demais, significa intensas trocas e relações complexas que contribuem para pensar a vida.

Para Reigota (2002), o percurso da abordagem ambiental exige uma visão de mundo que ultrapasse os limites dos nossos interesses individuais e as fronteiras, reais e imaginárias, do nosso espaço de ação. Reforço sua compreensão da educação ambiental enquanto educação política que

necessita de encontros e diálogos entre culturas, conhecimentos e opiniões diferentes, assim, inicia, estimula e consolida laços de cooperação e solidariedade.

Em transformando o espaço, os meios naturais e sociais, o homem (ser humano) também é transformado por eles. Assim o processo criativo é externo e interno (no sentido subjetivo). As transformações interna e externa caracterizam a história individual e a história social onde se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, à exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo [...] (REIGOTA, 2002, p.15).

A compreensão das diferentes representações deve ser a base da busca de negociação e solução dos problemas ambientais. Compartilho da visão de Reigota (*ibid.*), quando afirma que o desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo, biológico e político, a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais. Esse elemento na pesquisa pode propiciar, não somente a identificação das representações sociais de ambiente no contexto da catação de *lixo*, mas ir além, possibilitando a sua desconstrução e reconstrução de novas representações, mais reflexivas, críticas e contextualizadas.

A noção de ambiente estrutura uma discussão entre duas esferas de ações sociais: o “mundo da vida” (ambiente da vida cotidiana), o universo de visibilidade desse grupo social, e o “mundo do sistema normativo” (o sistema político-econômico e jurídico), duas esferas separadas de uma mesma questão. A chamada “questão ambiental” refere-se, portanto, a uma noção bem mais ampla que implica na aproximação dessas esferas da sociedade, assim como das escalas global e local.

Compor narrativas, a partir da experiência, levando em conta um olhar mais amplo sob o universo de pesquisa, possibilitou compreender o contexto de resignificação do *lixo* e as representações acerca do ambiente que se expressam nas relações e práticas cotidianas no galpão. Identifico o uso de repertórios no campo do *lixo*, o que traz a tona o quanto o senso comum aparece entremeado por repertórios de outros domínios interpretativos, mais formalizados. A variabilidade de significados atribuídos ao que lhes acontece, aponta a riqueza dessa forma de coleta de dados, que para além de ajudar a interpretar determinadas formas de agir do grupo, apresentadas anteriormente como dadas, são frutos de um diálogo. Baseando-me nas práticas e conversas no território cotidiano da reciclagem de *lixo*, nas redes que nele se tecem, busco acessar também as condições de produção das representações sociais nesse espaço.

Das narrativas compostas, a partir do material verbal coletado de conversas livres e informais e da vivência, contemplam as idéias centrais e ancoragens de posicionamentos de onde foram extraídas as representações por meio de idéias associadas ao ambiente e a *lixo*. As expressões-chave empregadas nas falas ou trechos do discurso são destacadas nas narrativas compostas e revelam a essência do conteúdo das conversas.

A idéia central, que emerge dessas narrativas, é a de “preservação do ambiente”. Evidente que grande parte das narrativas não remete apenas a uma idéia central correspondente, mas também,

explicitamente, há afirmações nas quais está embutida uma representação mesmo nas falas mais genéricas. Afinal, cada grupo social constrói suas representações que variam conforme uma série de fatores, como identidades, experiências desenvolvidas em relação ao objeto de representação, contexto espacial atual e passado. Assim em distintas conversas e momentos, revelam os diferentes graus de compartilhamento de uma idéia entre as catadoras. Porém, há algo que as unem, as construções das representações e significados em torno do ambiente, que podem revelar a complexidade das lutas simbólicas travadas no campo do *lixo*. O discurso hegemônico acerca da “ecologia”, que marca firmemente as conversas das catadoras, principalmente com agentes externos ao galpão, aparece como uma espécie de justificação do seu fazer, a catação.

Ambiente inteiro, não pela metade

Existe uma lista enorme de definições para o termo ambiente, essas definições indicam que não existe consenso sobre ele no campo acadêmico em geral, o mesmo ocorrendo fora dele. Entre essas definições podemos citar uma bastante ampla: “o que circunda um organismo, incluindo as plantas e os animais, com os quais ele interage ”(RICKLEFS, 1973, p.71). Reigota (1997) elencou uma série de definições de alguns autores, nessas percebe-se que passam pela forma como a relação homem-natureza é encarada, sendo relevante o contexto dentro do qual se aborda a questão ambiental.

A noção de ambiente está assim intimamente ligada à idéia de natureza. Cada sociedade, de acordo com a sua cultura, elabora uma idéia de natureza, a sua representação social. Essa representação de natureza será determinante nas relações que estabelecerá com ela, por meio do modo de vida nela e com ela. As discussões relativas à natureza vêm ao longo das últimas décadas ultrapassando o campo acadêmico e mobilizando diferentes segmentos da sociedade. A noção de natureza é, assim, “construída pelo ser humano a partir de matizes políticas, econômicas, simbólicas, míticas, entre outras. É perceber que preciso entender o ser humano como natureza representa a superação do conceito de natureza como objeto universal do trabalho, passando a se caracterizar como sujeito e objeto ao mesmo tempo” (KOZEL, 2004, p.157).

Como aponta Moscovici (2007) na epígrafe inicia o prefácio da edição brasileira do livro *Natureza para pensar ecologia*: “Eu sei que a natureza não tem nada de verde e nem de cinza, que ela representa, na verdade, uma paleta infinita de cores” (p.7). Deve-se, portanto, romper com a visão do humano como ser apartado da natureza, restabelecendo uma relação com o planeta, baseada no respeito a tudo que vive. O ser humano, como ser biologicamente social, produz conhecimento e seu sistema de representações na interação com os outros e o reelabora de acordo

com um processo dinâmico e contínuo. As representações são, ao mesmo tempo, repetidas e modificadas nesse processo.

A natureza é, como ela sempre foi, imediatamente acessível a nossos sentidos e a nosso pensamento, o universo familiar das águas, dos ventos, das plantas e das árvores, a terra sobre a qual encontram os homens (e mulheres) e os animais (não humanos) sob o céu chuvoso ou ensolarado, segundo o ritmo das estações do dia e da noite, nosso *habitat* rico em cores e odores. Ao viver e trabalhar, os homens (e mulheres) e a natureza constituem uma unidade, eles (elas) são natureza e não temos nenhuma dúvida a esse respeito (MOSCOVICI, 2007, p. 83).

O ser homem é também natureza, mas possui, entre outras particularidades, a de produzir cultura e ter consciência de si e de sua existência. Dessa forma, abrem-se possibilidades de organizar, de produzir, de pensar, de entender o mundo e, inclusive, reencantá-lo.

A noção de meio ambiente para um geógrafo, não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem (ser humano), as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais” (VEYRET, 1999, p.6, *apud* MENDONÇA, 2001, p.125).

Mas, ainda que haja a preocupação em ampliar a significação do termo, este parece estar sempre mais carregado dos aspectos naturais devido a sua constituição histórica. Nos últimos anos, o caminho da sensibilização da sociedade, em relação aos problemas ambientais, exigiu a adequação do termo, ainda em processo, em função de sua própria complexidade. Apresentando-se como um desafio à inserção na abordagem ambiental numa perspectiva humana - portanto social, econômica, política e cultural. Essa importante e desafiadora inserção parece ser facilitada quando se trata da temática dos resíduos sólidos urbanos, como na presente pesquisa.

“A noção de ambiente, na época da fundamentação do pensamento positivista, não tinha a mesma significação que dos dias atuais. Na verdade, praticamente não existia, pois o conceito de meio ambiente, derivado de meio geográfico” (MENDONÇA, 2001, p. 116), ainda não havia sido incorporado pela ciência. Assim, a percepção do que seja o ambiente está vinculada ao conjunto de fatores externos atuantes nos organismos biológicos. Bem como a natureza, a representação de ambiente costuma não incluir os seres humanos e as relações sociais, culturais e políticas. Visto que como vimos, ambiente é igualado à natureza. A adoção de modelos positivistas fez com que o ambiente fosse visto, como o conjunto de fatores bióticos (vivos, relativos ao seres vivos dos reinos animal e vegetal) e abióticos (não-vivos) de um *hábitat*. Nesse contexto, não há como entender e pensar a questão ambiental como sendo complexa, visto que é da “natureza” do positivismo o pensamento fragmentado, sendo o ambiente visto como natureza, apartada do humano.

A concepção naturalista de meio ambiente parece ter sido introjetada, de forma que inserir o ser humano no debate ambiental não tem sido uma tarefa fácil. A perspectiva humana das problemáticas ambientais tem sido um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas,

pesquisadores e ambientalistas, na busca do equilíbrio entre uma visão deveras antropocêntrica e, uma reducionista, “biocêntrica” (que exclui os humanos e sua cultura). Na questão dos resíduos sólidos observa-se um crescente envolvimento das duas, embora não pareça ainda haver despertado atenção, por interesse ou desinteresse¹²⁰.

Na contemporaneidade, portanto, o ambiente não se trata mais de uma concepção científica, de um objeto de estudo da geografia ou da ecologia, pois impregnou uma considerável complexidade. Isso ressalta a necessidade de buscar a unidade perdida com a fragmentação do conhecimento, cujas partes somadas não compõem um todo, mas estão conectadas havendo interdependência entre elas. A coalizão de saberes é necessária, como nos alerta Moscovici (2007), para a superação da violência da ciência contra as outras formas de conhecimento, restaurando a plenitude dos laços com a natureza da qual fazemos parte, afinal estamos atrasados, herdamos a árdua tarefa de restabelecer esses laços. Devido a sua complexidade, o ambiente não pode ser entendido senão a partir do diálogo respeitoso, no qual haja solidariedade entre os diferentes saberes, e não hierarquia.

Com o agravamento da problemática ambiental, principalmente, com as mudanças climáticas globais, atinge os diversos setores da sociedade sem distinção, a concepção do que seja ambiente tem-se ampliado no âmbito da população em geral. Esclareço que prefiro empregar o termo ambiente ao invés da expressão meio ambiente, pois, para além do argumento da redundância, que aponta terem os termos meio e ambiente o mesmo valor semântico, ressalto aqui como um contra-argumento, incansavelmente utilizado na minha caminhada como educadora ambiental, as concepções que dicotimizam pobreza x ambiente, quando buscava expor tratar-se de duas faces de uma mesma moeda¹²¹. No contexto atual, com a emergência de inúmeros conflitos ecológicos distributivos, parece ser cada vez mais necessária “a reapropriação social da natureza”, por meio da justiça ambiental.

Emprego ambiente, em vez de meio ambiente, como forma de reafirmar, e o farei sempre que necessário, de que não se trata somente dos aspectos naturais, mas políticos, econômicos, sociais, psicológicos, culturais, míticos e outros tantos que tecem a complexidade ambiental. Afinal, da forma como defino o ambiente, as atividades dos seres humanos em sociedade no espaço, isto é, as nossas práticas sócio-espaciais estão inseridas na noção, entendendo-o como algo complexo, composto pela sinergia de múltiplos aspectos.

Assim, a questão ambiental tem sido vista como importante fator de discussão nos diversos meios sociais, muitas vezes provocadas por reportagens na mídia. Cada vez mais, a população em geral tem se preocupado com essa questão e, principalmente, com as conseqüências que a

¹²⁰ Afinal, o trabalho intelectual com esta questão requer um auto-questionamento sobre seu próprio cotidiano que nem todo pesquisador está disposto a fazer.

degradação da natureza pode trazer para o seu cotidiano. Nesse sentido, os problemas relativos à poluição, à escassez de recursos naturais, ao aquecimento global, à destinação dos resíduos sólidos, entre outros, passaram a fazer parte das preocupações da sociedade contemporânea, sobretudo, nos grandes centros urbanos.

Pelo caráter difuso e variado do termo, o ambiente é considerado por Reigota (2002) como uma representação social. As representações sociais, dentro do cotidiano, traduzem em conhecimento prático produzido a partir de informações que circulam na vida social, o que faz com que se concretize nas práticas dos atores tanto de forma social, quanto de forma política.

De maneira genérica, existem três tipos diferentes de representação social de ambiente: a naturalista, a globalizante e a antropocêntrica (REIGOTA, 2002). A representação “naturalista”, “é caracterizada por noções dos aspectos naturais, às vezes se confundindo com os conceitos ecológicos de hábitat, nicho ou ecossistema” (*ibid.*, p. 75). Enquanto, a representação “antropocêntrica” se caracteriza pela utilização dos recursos naturais para a garantia sobrevivência do ser humano, a “globalizante” evidencia as relações recíprocas entre natureza e sociedade e requer, conforme o autor, um nível cognitivo mais elaborado (*ibid.*).

Mais tarde, verificou-se a necessidade de acrescentar mais uma representação: a teocêntrica, que surge “devido ao aumento dos espaços religiosos no país, observado pelo crescimento do número de novas igrejas que se instalam que tem no desamparo dos mais humildes, espaço para cultivar crenças e se aproveitar da boa fé”¹²² (REIGOTA, 2002, p.156). A dinâmica das representações sociais está, portanto, ligada aos contextos e mudanças sócio-culturais e isso se reflete também nas categorias que se expressam em um dado momento, portanto outras categorias podem ser criadas a partir das análises.

O ambiente, mesmo como uma representação social, é contextualizado por Reigota na seguinte definição:

O lugar determinado ou perdido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (2002, p. 14).

Mas, há uma tendência de determinadas representações simplistas sobre o ambiente se cristalizarem e permanecerem com uma verdade dada, principalmente, entre comunidades que permanecem alijadas do acesso à educação e sujeitas a homogeneização cultural, legitimada pelo bombardeio cotidiano da mídia.

Representação social de ambiente, via de acesso ao *habitus* catador

¹²¹ Quando a questão ambiental ainda era rotulada, pelos ditos progressistas de esquerda, como “pequeno-burguesa”.

¹²² O autor se referia as igrejas que cobram valores de seus fiéis (dízimos e outros), que muitos vezes deixam para instituição todos seus recursos financeiros em troca da “garantia de que irão para o céu”.

Na relação entre o ambiente e sua representação, no universo de pesquisa, penso ser o ambiente representado de forma plural e isso se dá pelo fato de compreendê-lo, a partir de uma perspectiva subjetiva, ancorado na realidade concreta das catadoras. Enfim, esta fundamentação teórico-metodológica alicerça-se no fato de que:

[...] indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social podem ser muito diferentes em relação às suas personalidades, mas se aproximam no que se refere à sua experiência social comum. São similares, portanto, em relação ao pensamento, à ação, aos *habitus* incorporados, aos padrões de linguagem, enfim, às suas representações sociais, que são variações de um padrão comum subjacente (PORTILHO, 1997, p. 165).

Como já apontado anteriormente, os esquemas cognitivos existentes na base do *habitus* e as disposições por ele geradas podem se exteriorizar sob a forma de capitais simbólicos. Convém ressaltar que o capital simbólico que circula no galpão é considerado como um crédito no sentido, ao mesmo tempo, de crença e de confiança (como concedida antecipadamente aos catadores oriundos da Vila Cai-Cai, por exemplo). Esse é posto à disposição de um agente pela adesão de outros atores, que se reconhecem por esta ou aquela propriedade a ser valorizada. As diversas formas de capital simbólico, tais como ter um bom conhecimento dos diversos tipos de materiais recicláveis, interferiram, pelo menos em algum momento, em um elemento de “distinção social” no interior do loteamento Cavahada.

As representações, em consequência de sua natureza interpretativa, possibilitam a observação dos mais variados componentes da realidade individual e coletiva, na qual estão expressos explícita ou implicitamente, os resultados das práticas cotidianas. Por conseguinte, os sentidos atribuídos pelo grupo social direcionam o *habitus* catador. Conforme Moscovici,

[...] uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações. A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois o seu papel consiste em modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no decurso de) miríades de interações sociais (1978, p. 25-26).

Mas, como os componentes do *habitus*, na sua articulação na rede e no território, estão presentes nos processos de formação das representações sociais das catadoras? Aqui emerge novamente a questão do modo como constroem suas identidades, por meio das formas pelas quais esse grupo social enfrenta seus desafios cotidianos na atividade da catação de *lixo*. Esse enfrentamento diário deixa visíveis os aspectos positivos da atividade, contrariando as visões pejorativas a ela, ainda, atribuídas. Como bem lembra Denise Jodelet, a representação social deve ser estudada articulando elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam a realidade material, social e ideal (das idéias) sobre a qual elas vão intervir (JODELET, 2001). O conjunto de componentes e relações

contidos na representação social, vista como saber prático, deve assim responder a três perguntas fundamentais: Quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que se sabe e com que efeito?

No núcleo central das representações sociais de ambiente entre as catadoras está a reciclagem, um elemento evocado com elevada frequência pelo grupo. Este elemento traz à tona a questão ambiental na forma de discurso, no cotidiano das catadoras e aí estrutura sua representação. As representações das catadoras parecem ancoradas em representações diversas expressas pela mídia, presentes nos discursos técnicos acerca das chamadas tecnologias limpas, mas que são enriquecidas pela pluralidade da experiência vivida no galpão. Essas agentes estão em um espaço determinado, portanto, as forças dinâmicas das representações sociais decorrem sua inserção no território cotidiano da reciclagem, nesse contexto relacional.

Os embates e resistências são inerentes ao processo de construção de suas identidades individuais e coletivas, veladas ou declaradas, a partir do *habitus* catador que se configura nas disputas no jogo do *lixo*. As representações sociais constituem assim como uma via de acesso ao *habitus* catador posto que sua dinâmica se assenta [...] “nas bases epistemológicas nas quais se fundamentam Bourdieu e Moscovici, no sentido de dar um novo estatuto à relação sujeito/objeto e permitem pôr em evidência a dinâmica relacional e simbólica através da qual os indivíduos ou os grupos entram em contato com o mundo exterior e o reproduzem” (DOMINGOS SOBRINHO, 1998, p. 119).

Dessa forma, é possível ressaltar os sentidos mais amplamente compartilhados pelos atores portadores das disposições comuns a esse *habitus* incorporado. Por conseguinte, o *habitus* catador desperta a necessidade de respeitar as normas e valores sustentados pelo grupo, o que lhes possibilita a convivência no galpão. Empregando a linguagem bourdiana, pode-se afirmar que, neste contexto, está sendo gestado o mais oculto e determinante dos investimentos educativos: a produção de um capital cultural do *lixo*, já referido.

Procurou trazer para a concretude as representações sociais de ambiente, expressas no território cotidiano da reciclagem e, ao mesmo tempo, trazer o simbólico da experiência da sobrevivência material do grupo social na catação de *lixo*. As catadoras do galpão referem-se ao ambiente como algo próximo, juntando com o distante, estando implícita uma forma de aproximá-lo da sociedade por meio da atividade da catação de *lixo*. Há certo discurso que sublinha a importância de ensinar, informar e sensibilizar as pessoas para que estas mudem de atitude com relação aos resíduos, pois a reciclagem é vista como um avanço na “proteção do ambiente”, sendo, evidentemente, as catadoras importantes agentes ambientais com competência e responsabilidade para atuarem na base deste processo. No entanto, é visível a necessidade de levar em conta os

ganhos em simultâneo - os econômicos e os ecológicos deste processo, bem como, ver as armadilhas que o colocam como adequação ao processo de globalização.

Nos termos da teoria das representações sociais, o discurso da reciclagem apresenta características da modalidade comunicativa a qual Moscovici (1978) chamou propagação. No centro desta propagação está a idéia de que a Terra está em risco e que os problemas ambientais são muito graves e que podemos estar próximos de acabar com a vida no planeta, o que é fato, e aponta-se que a chave para reversão está no dia-a-dia, através da separação dos resíduos na origem (recicláveis de orgânicos/compostáveis). Ou seja, esta é uma forma de inserir-se cotidianamente como parte responsável na “preservação do ambiente”. Essa propagação, face aos problemas que descreve como prementes e a exigir uma mudança de atitude imediata, não se compadece com a visível necessidade de redução dos resíduos gerados por meio de uma reflexão crítica acerca do consumo exacerbado.

A representação de ambiente das catadoras, nesse ponto de vista, tem a ver com um “ambientalismo científico” muito difundido e consensual nos nossos dias, sendo também respaldado em um discurso de que a tecnologia pode resolver os problemas ambientais. Entretanto, ao pensar o ambiente a partir do processo de reciclagem do *lixo*, há a descoberta da possibilidade de transformação não só das coisas, mas das relações humanas emergindo novas sensibilidades, ou seja, existem chances de transformar e/ou entender as dificuldades de transformação de uma situação que parece *a priori* dada, imutável. Nessa possibilidade, dar sentido ao espaço é uma força poderosa e inevitável da vida cotidiana.

Para compreender as representações de ambiente no universo do galpão, retomo a metáfora do caleidoscópio, utilizada para ilustrar minha visão sobre o território cotidiano da reciclagem. Percebo que esta mesma imagem interpretativa é adequada também para a leitura do galpão, a partir dos diferentes enfoques: o jogo, a rede e o território. Também pude perceber distintos aspectos que explicitam o significado deste espaço pelo convívio tanto com a noção de desordem como de ordem, na resignificação do *lixo*, o que tem relação com as representações acerca do ambiente que não apresentam uma estabilidade, mas uma multiplicidade, sendo dependentes do contexto e da posição dos atores no jogo.

A representação de ambiente captada a partir da resignificação do *lixo*, cuja tessitura é marcada pela leveza e pelo caráter aberto das proposições, mobiliza em conjunto várias idéias que são consideradas normalmente em oposição, abrindo a possibilidade de reflexões fecundas: vida/morte, ordem/ desordem, afastamento/ aproximação, limpeza/sujeira e natureza/cultura. Afinal esses objetos considerados em algum momento *lixo*, só existem no mundo se a eles é atribuído significado, que se dá por meio de práticas. Estas práticas incluem um conhecimento que se forja nas convenções e classificações, expressas na linguagem e que tornam possível pensá-lo.

Temos uma infinidade de idéias acerca do ambiente que variam bastante, de acordo com o contexto discursivo no qual são empregadas. No universo de pesquisa, o ambiente é assumido em alguns contextos como um objeto do discurso acerca da reciclagem, muitas vezes podendo ser lido como justificação na busca pelo reconhecimento da atividade da catação de *lixo*. Mas as representações podem ter influencia da relação com o poder público local, que apresenta muitas vezes uma noção de ambiente reduzida ao meio natural e dissociada do social como podemos observar no fragmento do projeto de reassentamento da Vila Cai-Cai transcrito abaixo.

[...] Claramente só podemos falar em proteção ambiental se tivermos equacionado o problema da renda dos moradores da Vila Cai-Cai [...] Cabe lembrar que é fundamental associar o deslocamento da Cai-Cai com a despoluição da Orla do Guaíba. Portanto, assim que os moradores da Cai-Cai tiverem sido deslocados deveremos [...] efetuar obras de paisagismo no local (PMPA,1994).

No contexto do galpão, falar de ambiente pode significar tática de sobrevivência (não somente material, mas também simbólica) no jogo do *lixo*. Estas são representações construídas a partir do acesso a elementos simbólicos do *lixo*, que compõe o que Bourdieu denominou de “poder simbólico”(1990, p.7-8). Pode-se dizer então que as representações acabam funcionando como formas de adquirir reconhecimento no campo do *lixo*.

Entretanto, quando as representações se constituem em elementos incorporados ao *habitus* ou perpassam as falas sem alterações no que se produz/reproduz? Afinal, o ator somente se torna um ator social quando "pode sentir prazer em fabricar um objeto, em falar com os outros, em ouvir uma história ou um canto, em demonstrar uma teoria, em adquirir um saber" (CASTORIADIS, 1982, p. 358). Para Cornelius Castoriadis, “o processo bem-sucedido de socialização é aquele que tornou o agente capaz de elaborar representações sociais que são para ele fonte de prazer” (p. 359).

No território cotidiano da reciclagem de *lixo* é possível observar como se constitui um conjunto de processos miúdos, pelos quais as catadoras sublimam a precariedade do ambiente no qual realizam a atividade, atribuindo a ela elementos que podem sugerir a obtenção de prazer. Isso é perceptível no tom de orgulho com que se referem a sua atividade, ou seja, a intensidade da luta vivida cotidianamente.

“Eu sei a importância que tem nosso trabalho. É simples, mas mostra na prática e faz a pessoa que passa por aqui pensar antes de sair jogando *lixo* em qualquer lugar”, diz I.

Temos aqui um saber adquirido no fazer com o *lixo*, nas práticas cotidianas no espaço de sociabilidade do galpão, que é também fonte de prazer. As representações estão, assim, intimamente ligadas ao acesso e a qualidade das mensagens relativas à questão ambiental que chegam ao grupo e como estas são recebidas, legitimadas ou transformadas.

O ambiente é ressignificado pelo grupo, sendo que esta ressignificação de caráter prático, algo mais simples que ser “agente ambiental” que “preserva o ambiente”, “cuida da cidade”, “salva as árvores”. Quando uma representação se faz necessária é por que há conflito entre o que é dito e efetivamente compreendido. A representação de ambiente expõe o conflito, ou seja, isto “é dito assim e compreendido assado”. “Separo o reciclável como forma de sustento”, “ganha pão” e/ou “separo o material reciclável para a preservação da natureza”, permite, portanto, que diversos discursos sejam enunciados no mesmo espaço, em distintos momentos e, às vezes, pelas mesmas pessoas, com diferentes interesses.

Reigota (2002) ressalta que podemos em um mesmo grupo encontrar desde representações sociais mais simplistas de ambiente, enquanto natureza (natural), até outras mais sofisticadas que o consideram como espaço de múltiplas inter-relações. O fato das representações sociais serem entendidas como processo, aponta para a necessidade de compreender que está relacionada com o fato das pessoas estarem em constante interação e em interação com o meio. Assim, “cada segundo na vida de cada um traz implícito possibilidades de mudanças consideráveis na nossa forma de ver o mundo e atuar nele” (p. 125).

As representações exercem papel de mediação entre a noção e as práticas sociais cotidianas, entre sistema cognitivo e estrutura social são, portanto, intercambiáveis (MOSCOVICI, 2001) assumindo papel na integração e na estruturação das identidades individuais e grupais. O processo de ancoragem ligado com a fase simbólica da representação interpreta a partir de elementos que são familiares ao grupo. A objetivação é a fase na qual se materializa o abstrato elaborando uma nova noção a partir de registros anteriores. No entanto, a associação entre a idéia de “preservação do ambiente” e “interesse público” por meio da limpeza da cidade, pode ser encarada como um dos motivos capazes de produzir um “olhar simplificador”, “purificando” a imagem sobre a catação de *lixo*, mas que além de atribuir ao *lixo* o *status* de mercadoria, justifica a precariedade do trabalho.

Quanto à produção de significados, com a análise das representações sociais de ambiente das catadoras emerge como elemento comum, a preservação ambiental associada à atividade da reciclagem “com o nosso trabalho preservamos a natureza”, “poupamos árvores”, ou ainda, “evitamos a poluição”. Aqui vamos ao encontro da representação naturalista na qual o ambiente é formado apenas por flora e fauna, água, solo e ar, como tradicionalmente definido e, ainda, atribuindo à natureza “natural” a finalidade de uso humano (ou dizer, “poupamos arvores”, está implícito o porquê, para fazer papel), portanto, também poderia se classificar como antropocêntrica. Eventualmente, algumas falas durante as conversas expressam a desigualdade sócio-econômica tão gritante no processo “nós separamos materiais que os ricos descartam, recuperando para a reciclagem”. Observa-se, em outros discursos, a presença de aspectos políticos, éticos, econômicos, sociais, ecológicos e culturais em uma visão mais globalizante do que seja o ambiente: “Nós somos

pessoas da comunidade que valorizam os materiais para não destruir a natureza, colegas de aula e de trabalho em busca de uma vida melhor para se viver”. Nesse sentido, observa-se que há entre as falas as que remetem à múltiplas representações do que seja o ambiente. Portanto, pode-se dizer que as representações naturalistas coexistem, neste contexto, tanto com as antropocêntricas como as globalizantes, de acordo com as categorias expressas por Reigota.

Mesmo não captando nas falas nenhuma menção ao ser humano como parte do ambiente, isso pode não aparecer explicitamente, mas nas entrelinhas observa-se o sentido da prática como de sustento à vida. Assim, positividade associada à atividade da catação de *lixo*, remete diretamente ao modo como uma determinada parcela da comunidade a percebe, enquanto atividade produtora de valores socialmente reconhecidos, como a “preservação do ambiente”.

Nas falas durante as visitas ao galpão, a concepção de natureza aparece na maioria das vezes associada à reciclagem com o objetivo da preservação: “poluição”/ “material misturados com *lixo*”/ “vão acabar com a vida”. A poluição aparece também como estruturante da representação de ambiente, significado que é produto da inserção urbana deste grupo social, como atuando para minimizar os impactos decorrentes da geração de resíduos sólidos urbanos. Embora ainda prevaleça uma forte tendência a associar a preservação a natureza, numa relação sociedade/ambiente que corresponde a “representação social hegemônica por ser altamente compartilhada” (MOSCOVICI, 1984), geralmente, reproduzida na escola e reforçada pela mídia.

Há, no entanto, outro lado das questões ligadas à “preservação do ambiente” que pode ver nela a necessidade de limitar o consumo e, conseqüentemente, a geração de resíduos. O engajamento das catadoras no discurso ambiental tende aí a ser fragmentado, devido a sua dissociação entre este e sua luta por melhores condições de vida e trabalho, que estão fortemente associadas a maior disponibilidade de matérias recicláveis e, portanto, um maior consumo. Afinal, quanto mais consumo (consumo verde), mais *lixo*, mais recicláveis, melhor para as catadoras, pois indica mais renda, mais “qualidade de vida”. Esta fragmentação fez-se explícita durante a participação das catadoras no Grupo de Trabalho Sustentabilidade Planetária, na organização do V Fórum Social Mundial, no qual argumentaram contra a distribuição de canecas entre os participantes, pois esta atitude evitaria a utilização de copos plásticos descartáveis, o que para elas não era interessante, visto que estariam responsáveis pelo recolhimento e triagem dos resíduos durante o evento. “Quanto mais material melhor!”

Assim, há um poder simbólico na utilização do termo ambiente no jogo do *lixo*, que pode ser por “interesse”, mas é apresentado como universal. Neste jogo, as influências das representações parecem implicar na composição do capital cultural/simbólico das catadoras, fortalecendo as relações no território cotidiano da reciclagem.

“Com o meu trabalho, tô ganhando meu ganha pão para sustentar minha família e cooperando também prá preservar o ambiente”, diz Ca.

“Daqui tiramos o sustento de nossas famílias e protegemos a natureza”, diz To. durante a visita de uma escola ao galpão.

Apesar do sustento da família com o *lixo* ser, para as catadoras, o significado mais relevante que as motivaria para o trabalho, estando a atividade subordinada a este valor maior, a idéia mais freqüente é associada a “preservação do ambiente”. Nesse caso, é como se estivessem a lutar, primeiramente, pela própria sobrevivência, de modo que a tática discursiva sobre a “questão ambiental”, no seu enfoque reducionista, fica no plano de legitimação pela justificação da atividade que desenvolvem.

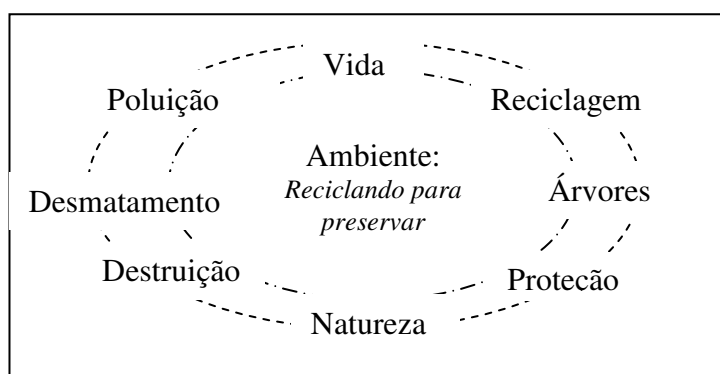


Figura 29- Nuvem das idéias-chave na estruturação da representação social de ambiente

Fonte: elaborado pela autora

As idéias-chave que circulam em torno do objeto de representação (figura 29), o ambiente, não são fechadas, estanques, mas estão direta, ou indiretamente, ligadas ao contexto estabelecido pelas atores em relação no jogo do *lixo*. Nesse contexto, as catadoras elaboram suas concepções de mundo e criam suas representações em relação ao ambiente de acordo com o discurso sobre a reciclagem que as atravessa cotidianamente. Esse grupo social possui uma experiência particular em relação à noção de ambiente, pois este é elemento presente no seu cotidiano discursivo e, sendo assim, reconstroem suas impressões, experiências e definições sobre este. Essas representações sociais fazem com que o ambiente seja o que pensamos que ele seja ou deva ser.

Nesse ponto, penso ser interessante refletir sobre as representações das catadoras no processo das inter-subjetividades, que se tecem e acabam por transformar-se na complexa rede da reciclagem. O ambiente é assim uma noção construída neste contato, em que se estabelece o ponto de vista da catadora. Assim, como nos escritos do antropólogo Tim Ingold (2000), a formação da pessoa é, necessariamente, a formação de seu próprio ambiente, cujo processo se dá por meio das experiências de vida, marcadas pela complexidade das relações, nos campos mais diversos da vida afetiva, política, econômica, social e cultural. O território cotidiano da reciclagem é este contexto,

este determinado espaço, no qual as catadoras interagem e, sem que percebam, este se constitui também no seu ambiente.

As catadoras apropriam-se de discursos relativos ao ambiente e fazem desta apropriação uma tática discursiva no jogo da reciclagem do *lixo*. E, neste jogo, uma série de disputas, conflitos e contradições se inscrevem e são relegados ao local. A idéia de autonomia, efetivada pelo MNCR, abre caminho para uma apropriação no sentido de (re)tomar para si o controle de um território, como condensador de identidades e saberes, o galpão¹²³. Tal apropriação discursiva está baseada no reconhecimento da catação como parte de um processo relativo às questões ambientais e é um princípio organizativo da territorialidade aí formada. São discursos construídos, ao longo dos anos, de relação com outros atores sociais, quais sejam assessores técnicos da Prefeitura, assessores de ONGs e outros, construídos sob o próprio sentido, hegemonicamente atribuído à reciclagem, pela sociedade. A discussão, neste caso, segue no sentido de que para além da visão “ecológica”, as catadoras lutam cotidianamente para preservarem suas próprias vidas e pela sobrevivência de sua família. A representação naturalista de ambiente parece assim simplificar o debate, desumanizando-o.

“O mundo foi feito perfeito nos precisamos de tudo...(silêncio) eu preciso deles para colocar o *lixo* e eles precisam de mim para manter a cidade limpa”. E.

“Ser humano todos nos somos, seja catador, seja médico, professor, é cidadão e tem que ser tratado com respeito.” N. (carrinheiro)

Essa reflexão ajuda a entender que o ser humano é também natureza, ressaltando valores como a alteridade, a reciprocidade e a complementaridade. Assim, por meio da alteridade, é possível reconhecer o outro com um valor em si mesmo e que, se existe, deve continuar a existir, reforçando a responsabilidade ética do ser humano perante os outros seres humanos e as outras espécies. Através da reciprocidade e complementaridade, fica claro que o equilíbrio ecológico pressupõe que os seres são recíprocos e se complementam, pois nada, nem ninguém, se basta a si mesmo. Necessitamo-nos mutuamente.

Homens (e mulheres), naturezas, mundos e saberes são diversos e diversas devem ser as formas de compreendê-los, para que se possa, desta forma, pensar a questão ambiental e tudo que ela envolve a partir de baixo e de diversos pontos. Assim, caberia aos povos historicamente oprimidos, [...] não mais um papel secundário ou simplesmente assistencialista no que se refere à sua inserção na temática ambiental. Ao invés de um ‘ambiental’ feito **para** os “de baixo”, teríamos um “ambiental” feitos **pelos** “de baixo” (CATTANEO, 2004, p. 100- grifos do original).

No galpão, observa-se que as representações são empregadas como táticas discursivas, relacionadas com a posição no jogo da reciclagem, levando em conta com quem e de onde se fala. É possível perceber, nessas táticas, esse “ambiental feito pelos de baixo”. No entanto, para analisar os

¹²³ Recentemente setembro de 2008 houve a retomada do galpão pelos “catadores históricos”, ver nos anexos.

discursos no jogo do *lixo*, mais aprofundadamente, demandaria outros instrumentos de coleta de dados mais formalizados, o que não foi à opção de realização desta pesquisa.

Esse “ambiental feito pelos de baixo”, em uma representação globalizante de ambiente, que constituiu-se como essencial na busca de alternativas para equacionamento das chamadas problemáticas ambientais urbanas relacionadas aos resíduos sólidos. Primeiro, por incluir aspectos que extrapolam a perspectiva naturalista, como no trabalho realizado pelas catadoras, que põe a vista os padrões de produção e consumo adotados pela sociedade contemporânea. Segundo, como decorrência do primeiro, deixa explícito que o tratamento da questão, restrito ao discurso “ecológico”, desconsidera a luta deste grupo social pela sobrevivência, que vem sendo travada no cotidiano das grandes cidades, por motivos econômicos, mas também táticos e estarem na busca por atribuir funcionalidades distintas das hegemônicas ao espaço urbano, forjando geografias alternativas na cidade.

As representações sociais de ambiente expressas como táticas discursivas no jogo do *lixo*, estão então associadas à necessidade política de valorização da atividade de catador. É possível perceber aqui que o foco da luta pelo reconhecimento da catação, a valorização da atividade pode se dar pela adoção de novos significados e aos valores simbólicos ligados ao *lixo*, associados à reciclagem como forma de proteger o ambiente, positivando-o perante a sociedade que, cada vez mais, tem a consciência da necessidade de preservação do ambiente. Portanto, faz-se necessário realizar uma leitura mais ampla das influências/interferências do território cotidiano da reciclagem nessas representações, debruçando-se, também, sobre as representações acerca do *lixo* que aí se expressam.

A identificação das representações sociais das catadoras é relevante para a dimensão política da educação ambiental e na elaboração de alternativas para intervenção através da qualificação dos diálogos com esse grupo social. Ao expô-las, propicia-se, sem impor, sua ampliação ou incorporação de elementos, trabalhando com essas representações de forma a torná-las mais reflexivas, críticas e pertinentes com o contexto, no sentido da luta por justiça ambiental.

Desta forma, a atribuição de significados positivos à atividade da catação parece ser uma pré-condição para a “inclusão simbólica” daqueles envolvidos nesta tarefa, que ainda sofrem discriminações associadas ao estigma do *lixo*. Aquilo que é considerado o principal problema ambiental urbano pode converter-se em recurso ambiental, o *lixo*, e tática de sobrevivência para uma parcela significativa da população. Assim, as representações de ambiente das catadoras aparecem, intimamente relacionadas as representações do *lixo*, que para as catadoras “não é *lixo*”.

Lixo não é lixo

Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz

Fazendo uma conexão entre a experiência do galpão, no convívio com as catadoras, considerando o cotidiano com o *lixo* enquanto expressão da cultura em contextos urbanos, lembro da leitura instigante de Italo Calvino sobre certa cidade invisível...

A cidade de Leônia refaz a si própria todos os dias: a população acorda todas as manhãs em lençóis frescos, lava-se com sabonete recém tirados das embalagens, veste roupões novíssimos, entrai das mais avançadas geladeiras latas ainda intactas, escutando as últimas lenga-lengas do último modelo de rádio. Nas calçadas, envoltos em límpidos sacos plásticos, os restos de Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro. Não só tubos retorcidos de pastas de dente, lâmpadas queimadas, jornais, recipientes, materiais de embalagem, mas também , aquecedores, enciclopédias, pianos , aparelhos de jantar de porcelana. Mais do que pelas coisas que todos os dias são fabricadas, vendidas, compradas, a opulência de Leônia se mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para dar lugar às novas. Tanto que se pergunta se a verdadeira paixão de Leônia é de fato, como dizem , o prazer das coisas novas e diferentes , e não o ato de expelir, de afastar de si, expurgar uma impureza recorrente. [...] É uma fortaleza de rebotalhos indestrutíveis que circunda Leônia pouco a pouco invadiria o mundo se o imenso depósito de *lixo* não fosse comprimido, do lado de lá de sua cumeeira, por depósito de *lixo* de outras cidades que também repelem para longe montanhas de detritos [...] (CALVINO,1991, p.109).

Os espaços urbanos são controlados pelo poder higienista que passa a ser aceito como regulador dos comportamentos adequados à urbanização e aos interesses privados. Considerando que o medo inibe a razão, a sujeira é uma representação constituída por um medo específico que obstrui a reflexão. Segundo os sistemas classificatórios desenvolvidos pela antropóloga Mary Douglas (1976), para os quais nós temos necessidade, enquanto seres humanos, de organizar e classificar o mundo para compreendê-lo e habitá-lo, ordenando, classificando e separando as coisas de acordo com sua forma e sua função (as limpas das sujas, as sagradas das profanas, etc.). Em nossa cultura, limpeza e sujeira são categorias colocadas em pólos opostos. Mas, limpeza e sujeira também são categorias relativas, pois o que é limpo em uma dada circunstância espacial pode ser considerado sujo em outra.

Para Douglas (1976), nosso comportamento de limpar ou evitar a sujeira não está ligado apenas à idéia de doença. Ao contrário, sujeira é, essencialmente, desordem. Ao perseguir a sujeira, “não somos governados pela ansiedade de escapar a doença, mas estamos, positivamente, reordenando nosso ambiente, fazendo-o conforme a uma idéia” (p.13). A autora sugere, então, que, antes de começarmos a pensar na poluição ritual, devemos adotar uma posição de humildade e reexaminar nossas próprias idéias sobre sujeira. Começo a refletir sobre a essa idéia a partir da experiência no galpão.

Presenciei naqueles dias quentes várias práticas cotidianas do galpão que marcaram. Para citar uma cena que me tocou muito foi quando uma catadora grávida fez seu lanche fazendo de mesa um fardo de material plástico. Cortou pão e o recheou com o conteúdo de uma lata

de sardinha, pegou uma garrafa plástica de água mineral da carga vinda de um hospital (passando a mão no gargalo, como que para limpá-lo), encheu-a de refrigerante e bebeu. Surgiram-se questionamentos sobre a minha própria visão de *lixo* [...] As fronteiras da polarização do que seja limpeza e sujeira ficaram “suas” para mim, exigindo um amplo processo de reflexão sobre aquele lugar e minhas próprias noções (Anexo A).

Se pudéssemos abstrair a patogenia e a higiene de nossa noção de sujeira, estaremos diante da velha noção de sujeira como um tópico inoportuno, uma contravenção à ordem. No caso citado, essa abstração é relativa, pois embora seja forte essa noção de que os resíduos de hospitais são contaminados, na prática menos de 5% desses são considerados potencialmente infectantes, isto é, podem vir, efetivamente, a transmitir enfermidades parasitárias, virais ou bacterianas à seres humanos. Estes resíduos são provenientes de locais hospitalares específicos, tais como áreas de isolamento, blocos cirúrgicos e laboratórios de análises clínicas. Assim, a garrafa em questão, por ser oriunda de um ambiente hospitalar carrega uma visão generalizante, presente no imaginário da população em geral, de que todo o resíduos que sai de um hospital é contaminado.

Analisar as práticas que se travam no cotidiano do galpão faz com que se tenha que rever as próprias concepções e valores acerca de limpeza, higiene, sujeira, doença. Douglas (1976) assinala que as regras de higiene estão ligadas à marcação de fronteiras e distâncias sociais entre pessoas, grupos, objetos e idéias. Assim, a relação de poder está presente na hierarquia entre quem tem o direito de sujar e quem tem o dever de limpar. A limpeza é sempre feita por pessoas situadas em posições inferiores da escala social e a prática das atividades purificadoras aparece como símbolo da baixa posição social¹²⁴, deixando clara a relação de hierarquia, poder e distância, dentro da lógica expressa por Rodrigues (1995) que afirma que “quanto mais próximo do centro de poder, mais distante da sujeira; quanto mais periférico em relação ao centro de poder, tanto mais íntimo com a sujeira” (p. 96-7).

Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática das coisas, na medida em que a ordem implica rejeitar elementos inapropriados. Esta idéia de sujeira nos leva ao campo simbólico e traz, obviamente, a ligação com os sistemas simbólicos de pureza (DOUGLAS, 1976). “Toda vez que um modelo de pureza é imposto em nossas vidas, ou ele é desconfortável, ou se rigidamente seguido, conduz à contradição, ou à hipocrisia. Aquilo que é negado não é, todavia, removido. O resto da vida aquilo que não se enquadra exatamente nas categorias aceitas está ainda presente e exige atenção” (DOUGLAS, 1976, p. 198). Nosso comportamento com que seja é considerado sujo nos leva a uma reação de afastamento que condena este objeto ou idéia capaz de confundir ou contradizer as classificações mais gerais.

Vale lembrar que antropólogos são unânimes em afirmar que, mais que a sujeira, o que assusta é a ambivalência, a desordem desestruturadora (DOUGLAS, 1976; RODRIGUES, 1995).

¹²⁴ Vale ressaltar a predominância do trabalho feminino nas atividades de limpeza doméstica.

Por isso, não é à toa que a presença dos catadores nas vias públicas provoca incômodo, pois é associada à presença do impuro que nega e contradiz a pureza da cidade. Segundo Douglas, a relação puro/impuro:

[...] implica duas condições: um conjunto de relações ordenadas e uma contravenção da ordem. Sujeira, então, não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira há sistema. Sujeira é o sub-produto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados (DOUGLAS, 1976, p. 50).

A sujeira foi criada pela atividade diferenciadora da mente, é um subproduto da criação da ordem. Assim, ela começou de um estado de não-diferenciação; através do processo de diferenciação, seu papel foi o de ameaçar as distinções feitas; finalmente, retorna a seu verdadeiro caráter indiscriminável (*ibid*, p. 195).

Seguindo os argumentos apresentados por Douglas, na ordem imposta, seja na mente ou no mundo exterior, o que é reconhecido como *lixo*, rejeitado, portanto, da ordem, não tem lugar e estando fora ameaça a ordem. Neste limbo ficam os objetos sem identidade, que após serem vistos como inúteis, passam a ser vistos como possibilidade de renda. Nesse estágio ambíguo entre ordem e desordem, ameaçam provocando certo medo. No galpão, em um dado momento, os materiais encontram-se nesse estágio. Quando surgem comentários sobre as condições de higiene e os riscos a saúde no galpão se pode ouvir falas como: “(ratos/sujeira) é assim mesmo, quem não gosta vai embora”, “em certos assuntos é melhor não mexer” ou “não adianta falar, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”. Quanto à questão dos riscos à saúde a que estão submetidos os catadores (carroceiros) da Ilha Grande dos Marinheiros, Marla Kuhn (2008), em sua dissertação recentemente concluída aponta:

O enfrentamento dos riscos é uma ação fundamental na reversão de contextos vulneráveis, sem esquecer que muitas vezes existe uma dependência econômica em certos grupos sociais do setor produtivo que gera o risco, afetando em muito a percepção sobre os que estão expostos. Importante destacar que não basta que apenas um risco seja percebido: os grupos sociais expostos aos riscos devem participar das decisões que os afetam. Para isso, é necessário desenvolver capacidade de organização interna e mobilização que sensibilizem forças sociais e instituições para agirem na defesa de interesses locais, territorializados e legítimos (p.77).

Sosniski (2006), em sua etnografia, na mesma ilha, encontrou duas representações de *lixo* entre os catadores, uma que nega a existência de prejuízo à saúde e outra que deixa espaço para dúvida, no fato de que talvez possa causar algum prejuízo. Mas, evidentemente, há uma diferenciação entre o “*lixo limpo*”, seco/reciclável, e o “*lixo sujo*”, orgânico, que pode causar doença. O que remete a uma das narrativas, sobre minha constituição enquanto “lixóloga”, acerca do filme Ilha das Flores de Jorge Furtado:

A ilha que aparece no filme de Furtado, como é alertado ao seu final, é a Ilha Grande dos Marinheiros, mas há também imagens do Antigo Lixão da Zona Norte. Ele utilizou Ilha das Flores, que fica a 2 Km da Ilha dos Marinheiros, como uma alegoria paradoxal (flores e

lixo). A população residente na Ilha das Flores alega que a Ilha ficou estereotipada e mal vista após o filme. Enquanto na Ilha Grande, houve fortes reclamações quanto aos efeitos discriminatórios provocados aos moradores do local que até em atração turística foram transformados por causa do tal filme reconhecido internacionalmente [...] Quanto aos catadores da Ilha Grande dos Marinheiros, que nunca competiram com os porcos por alimentos (como no filme), entre eles o cineasta de renome internacional não é visto com bons olhos...[...] (Anexo A).

Após estudar as condições dos catadores na Colômbia, Magera (2003) concluiu que, apesar das duras condições de trabalho, dos baixos rendimentos e do estigma social, a ocupação de catador, em geral, não é temporária, e são freqüentes os casos de pessoas que trabalham com isso por toda a vida. A justificativa ambiental atribui mais dignidade à ocupação, ocorrendo uma espécie de purificação do *lixo* por quem com ele trabalha, que se converte em agente ambiental urbano.

No caso do galpão, o *lixo*, ao emergir como “sustento”, “pão”, “trabalho”, através das falas das catadoras, revela seu caráter polissêmico do termo. A mercadorização do *lixo* remete a uma ordenação, por tratar-se de um processo através do qual está se tornando algo que não é *lixo*, mas mercadoria e para que seja visto como tal deve “destornar-se” *lixo*. A forma como são agrupados e separados os objetos por cores (papel branco e papel misto) e classificados a partir de diversas categorias, expressa um princípio de mercado. Além da estreita associação que pode ser feita entre a adoção de um princípio classificador e lógica de mercado, remeto novamente a Douglas (1976), para pensar que, ao ser classificado, o *lixo* passa a ser relacionado à outra coisa que não a sujeira, saindo do estágio ambíguo, sendo ressignificado. A introdução de um princípio ordenador no universo dos resíduos pode ser vista como ligada à construção de uma percepção de purificação da sujeira, pois aquilo que é ordenado torna-se limpo.

“O *lixo* não ofende a ordem pela qual o mundo das pessoas que com ele convivem se organiza, pelo contrário, ele faz parte dela. Ele não confunde o esquema geral através do qual o mundo é visto, ele próprio é ordenador desse mundo” (SOSNISKI, 2006, p.37).

Apesar de certos comportamentos serem comuns a todos os seres humanos, independente do grupo social ou cultural a que pertençam, os comportamentos assumem significações diferentes em cada cultura, em cada espaço em que são exaltadas determinadas atitudes e desprezadas outras. Através de suas práticas cotidianas, as pessoas vão se conformando ao padrão de significação do seu grupo, de tal forma que as condutas aceitas passam a ser percebidas como naturais e universais. O grau de engajamento, o pertencimento, pode ser observado a partir da vontade dos membros do grupo em manter o mesmo prisma sobre o mesmo objeto de representação, o *lixo*, independente do contexto em que se encontram.

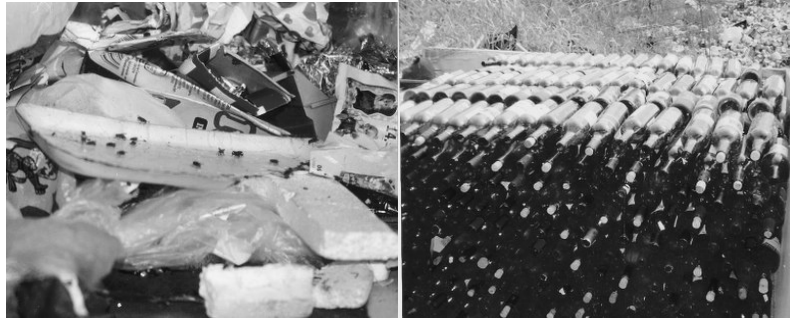


Figura 30- Desordem e a ordem
Fonte: acervo da autora

[...] em uma de nossas atividades com os educadores da rede municipal na qual (como era de praxe) procurávamos buscar a representação de cada uma trazia acerca do *lixo*, ela estava presente, aguardando seu momento de relato. Ao receber a tarjeta que distribuímos disse, com aquela expressão sincera que lhe é característica nos olhos, a todos presentes, que preferia falar a escrever. Então disse a sua palavra em alto e bom tom: **possibilidade**. Ensinou muitos presentes com este simples gesto (Anexo A).

Cada um se relaciona com o *lixo* de maneira diferente, em função do nível de contato e, ainda, em função das diferenças de inserção de cada grupo social. Alguns ensaios e pesquisas têm se dedicado à discussão das representações de *lixo* encontradas na população em geral, tais como os trabalhos de Eigenheer (1993), os de Kuhnem (1995), Rodrigues (1995), Portilho (1997). Mas, ao contrário da representação social hegemônica, do senso comum como sujeira e seu sentido pejorativo, o *lixo* é positivado na representação das catadoras como matéria-prima: “isto não é *lixo*, é material” é uma expressão recorrente nas falas no galpão.

Representar um objeto é: “ao mesmo tempo conferir-lhe um *status* de um signo, é conhecê-lo, tornando-o significante. [...] é um modo particular por que culmina em que todas as coisas são representações de alguma coisa” (MOSCOVICI, 1978, p.63). Uma vez renomeado o *lixo*, em material, pelas catadoras, esse assume outras características, de sujo a limpo, de desordem a ordem, de negatividade a positividade, tornando-se objeto de convenção entre aquelas que compartilham desta resignificação.

“Aqui não trabalhamos com *lixo*, trabalhamos com material. O que a Coleta seletiva pra cá é limpo, pois a população separa nas suas casas” (diz T. às visitas).

O sistema de ordenamento muda quando se substitui um olhar por outro. A dualidade natureza/cultura dá sustentação à sociedade fazendo emergir oposições e polaridades, entre elas limpo/sujo, ordem/desordem, etc. Ainda na linha de Douglas (1976), o nojo dos produtos orgânicos expressa, então, mais do que o risco à saúde, uma transgressão ou um perigo sobre esta zona limítrofe entre a natureza e a cultura, já que o nojo é uma reação a esta desordem na linha de separação entre estes dois domínios. Assim sendo, o nojo é uma forma de separação entre natureza

e cultura, uma forma de expulsar para fora do nosso mundo, aquilo sobre o qual não há controle social. O corpo possui forças totalmente controladas e forças que ignoram o controle social e até o ameaçam. As reações de nojo são, então, formas que atribuem valor cultural às “coisas da natureza” (PORTILHO, 1997). A sensação de nojo é assunto proibido no campo do *lixo*, causando até certo espanto: “Nojo do quê?”, dizem as catadoras. As coisas nojentas são as que ameaçam a ordem e as sensações de nojo são reações contra aquilo que escapou do sistema de classificação e que o desafia. É a natureza invadindo a cultura. Os gestos que expressam nojo, como tapar o nariz ou trancar a respiração, são maneiras de interromper os canais de comunicação com o mundo e de recusar a recepção da mensagem: “mau cheiro”. Conforme as conversas sobre as visitas ao galpão: “Alguns já descem do ônibus tapando o nariz, principalmente de escola particular”. As pessoas e os comportamentos são classificados, assim como é possível classificar as situações permitidas ou proibidas a determinados comportamentos e quem os apresenta.

T. quando acompanhava insistia em falar que elas trabalhavam, não com *lixo*, mas com material reciclável, que vinha limpo, por que as pessoas separavam nas suas casas. Nesta vez, estava conversando com To. comentei: “Por que ela não aproveitava para mostrar que as pessoas não separavam direito...”. A To. respondeu que provavelmente T. ficasse com vergonha de acusar as pessoas, disse que quando ela fazia o acompanhamento das visitas e algum aluno tampava o nariz, com nojo, ela dizia que só tinha cheiro ali por que as pessoas não separavam direito nas suas casas: “Eu falava com jeito, não ofendia ninguém, mas alertava”. Além disso, a quantidade de resíduos recicláveis que poderiam ser aproveitados e que deixam de ser em função da mistura fica bem evidente no momento em que os visitantes visualizam a caixa de rejeitos. “Sempre tem um que pergunta, por que tem papel branco ali?”. Muitas vezes estes materiais estão sujos de café ou erva de chimarrão inviabilizando sua comercialização. As pessoas se surpreendem com o que vem na Coleta Seletiva... (Anexo A).

Na vida cotidiana do galpão, entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência, uma correspondência entre os significados de *lixo* de uns e de outros. A significação de objetos, tidos como *lixo*, se apóiam em entendimentos diferenciados do que seja bom, ou ruim. Nossa atitude cotidiana é a do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens e mulheres, no qual *lixo* significa desordem. Assim, a ressignificação do *lixo* -de desordem para ordem- e também - de inutilidade para possibilidade-, tem seu correspondente valor como fundamento no cotidiano.

Parto do princípio de que todos somos “lixeiros”¹²⁵, isto é, geradores de *lixo*, conscientes ou não, mais ou menos informados sobre o destino dado a ele. É por entre as subjetividades negativas, entorno dos “restos oriundos na nossa atitude cotidiana de viver”, que emerge o desejo de afastamento das nossas sobras, assim como das pessoas e espaços a elas relacionados.

¹²⁵ Utilizo este termo nas falas acerca do *lixo*, afinal se o padeiro faz pão, quem faz *lixo*, lixeiro é.

Assim, a relação entre a catação de *lixo* e a cognição tem papel primordial na produção de conhecimentos acerca do viver na cidade. Pois, dos saberes que emergem destas práticas, expressos na linguagem, forjam-se convenções e classificações que aproximam noções normalmente consideradas em oposição, o que nos instiga a pensar criticamente o ambiente urbano e nossas formas de viver nele.

Entre vários outros objetos perdidos, sem identidade formando um montão de *lixo*, no qual seria desagradável mexer, esta fatalidade imobilizadora se desfaz no espaço do galpão, onde estes objetos ganham outra significação, restaurando sua identidade como objeto existente a um determinado fim: reaproveitável ou reciclável, levantando-se assim a bandeira de que “*lixo não é lixo*”.

Na sociedade contemporânea, considero extremamente relevante discutir as representações que as pessoas têm sobre o *lixo*, visto que estão associadas às formas como se estabelecem as relações sociais, afinal, a forma como tratamos nossas sobras diz muito sobre como nos relacionamos. Alienamo-nos de nós mesmos através do sistema de consumo, conseqüentemente, do sistema de descarte dos objetos dos quais nos servimos, pois os objetos deixam de ser simples produtos das atividades humanas. Desta forma, o *lixo* torna-se um forte indicativo que denuncia as relações sociais efêmeras, descartáveis e alienadas.

Tudo vira lixo
Tudo pode virar lixo
Carta de amor vira lixo
Conta pra pagar vira lixo
Seja como for tudo pode virar lixo
Namorado, gato, tio
Até seu pavio
Também pode virar lixo
[...]
Tudo pode se acabar
E virar lixo...

Vira Lixo. Chico César / Suely Mesquita (2003)

Assim, assistimos na contemporaneidade não somente a extinção de espécies animais não humanos e vegetais, mas das relações humanas, que se tornam também descartáveis. Devemos estar alertas para a poluição das nossas subjetividades pelo bombardeio da mídia, que tenta nos convencer que a felicidade está no consumo de bens materiais, o que deve estar na base das nossas reflexões acerca do *lixo*. Afinal, como no filme *Ilha das Flores*, “*lixo é questão de julgamento*”, pois o que é *lixo* para um não é para outro.

É por intermédio das interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído; características da vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas idéias; conhecimento e cultura; dimensões de tempo e expectativas de

vida; níveis de consumo e de participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução dos problemas ambientais que preocupam a todos nós (REIGOTA, 2002, p.28).

A classificação do *lixo* como reciclável ou resíduo sólido é o que determina a valorização do material, a qual está fundamentada em uma perspectiva puramente técnica. Essa forma de nominar possui um efeito performativo sobre esse material, derivado do poder estruturante das palavras, “da capacidade de prescrever sob a aparência de descrever” (BOURDIEU, 1996, p.118).

Nessa direção, para as pessoas envolvidas na ressignificação do *lixo*, parece haver uma dicotomia entre aqueles que consideram *lixo* como *lixo* e aqueles, aos quais se identificam, que consideram que “*lixo não é lixo*”. O compartilhar desta forma de representar o *lixo*, como material, reforça a identidade no território cotidiano da reciclagem. A cultura cria, assim, seus contornos externos a partir da sua diferenciação e oposição com relação ao mundo externo: um “nós”, opondo-se a um “outro”. Da mesma forma, a cultura institui seus limites internos, por meio dos quais seus domínios passam a fazer sentido para as pessoas.

Intrigava-me às práticas cotidianas domésticas das catadoras que não levavam os resíduos gerados nos seus domicílios para o galpão, nem questionavam a inexistência da Coleta Seletiva em sua rua. Este comportamento é justificado por elas de distintas formas: “quando estou em casa não quero nem saber de reciclar, já reciclo o dia todo aqui” ou “é *lixo* pobre” (afirmando ser o *lixo* que geram sem valor comercial). Mas, se à primeira vista parece uma contradição por parte das catadoras, percebe-se uma questão recorrente no cotidiano, inclusive traduzida na expressão popular: “Em casa de ferreiro, o espeto é de pau”. Pode-se perceber também a coerência da não separação do *lixo* por elas, pois nas suas casas já ocorre o julgamento condenando um determinado material à categoria de *lixo*, por isto este não pode ser ressignificado no galpão.

Todavia, se observa um *habitus* catador que é incorporado, pois existe quem, mesmo saído do galpão, separa seu material e entrega a um vizinho catador. “Por mim, eu ainda estava lá...(referindo-se ao galpão)” e ainda “[...] tem um pessoal vizinho da minha casa que separa bem direitinho, só PET, papelão e latinha. Eu entrego as garrafas lá de casa para eles”, comenta To. Apesar de todo o estigma do *lixo*, as catadoras seguem com o *habitus* inscrito no corpo, sendo que conforme uma das lideranças afirma: “[...] alguns têm essa consciência, os demais a gente tem que estimular e levantar a auto-estima para que eles se valorizem e valorizem o próprio trabalho”. Observo que há várias catadoras que têm clara a importância da atividade que desempenham e não se esquivam de exigir o reconhecimento e educar a cidade com relação aos resíduos.

Ao viver do *lixo*, exibindo-o, as catadoras obrigam a sociedade a olhar não apenas para elas, mas para o próprio modo de consumo que adota. Ao formar uma associação e apropriarem-se do galpão é permitido a elas exercer seu trabalho com dignidade e voltarem recicladas para a cidade formal. A transformação está sempre sendo reforçada no discurso das catadoras: “Depois que nós

ficamos organizados, adquirimos respeito e cidadania [...] Antes a gente ía numa lanchonete do centro e eles pensavam que a gente queria era roubar. Agora a gente senta e lancha igual a todo mundo”. Desse modo, pode-se perceber que reciclando o *lixo*, essas catadoras também se reciclam, resta saber se a sociedade se recicla a partir de um olhar para esta realidade, como parte dela.

Leitura das representações

Todos os átomos se movimentam, por meio da reciclagem, dentro dos ciclos ecológicos nos ambientes naturais. Mas, há que se compreender melhor o que é a reciclagem no contexto ambiental urbano. A reciclagem do *lixo* retira materiais do ambiente, cuja decomposição é prolongada no tempo e difusa no espaço, traduzindo-se como elemento de preservação ambiental interessante. Sabe-se que a decomposição do papel pode levar até seis meses, já as garrafas plásticas de refrigerante (PET), por exemplo, requerem aproximadamente 200 anos. Apesar dos benefícios da reciclagem, em termos da preservação, dispensa grandes argumentações devido a sua difusão na sociedade contemporânea, no entanto, deve-se refletir sobre as construções imaginárias do mito da reciclagem infinita.

Com o estímulo à reciclagem, percebe-se a tentativa de mexer com as representações acerca do *lixo*, o que se relaciona também nas representações de ambiente. O que seria *lixo* do ponto de vista da natureza, ou seja, aquilo que é indigerível para ela nos processos de ciclagem natural, como os plásticos, por exemplo, ganha uma conotação positiva de *lixo* seco reciclável ou material, como é denominado pelas catadoras.

Embora os benefícios obtidos pela reciclagem, quanto à economia de bens naturais sejam inquestionáveis, a associação da atividade recicladora com a defesa do ambiente no imaginário social é tão forte a ponto de se engendrar uma compreensão que se trataria de procedimento que não impacta o ambiente, baseado em uma campanha forte de mídia que traz a reciclagem como a “salvação do planeta”. Estes discursos, aparentemente homogêneos, podem ser, no entanto, conflitantes, quando olhados com maior cautela (PORTILHO, 2005).

As propostas de solução para minimizar os impactos ambientais provocados pela geração de resíduos sólidos são relacionadas às representações que se têm desses, que são, em geral, fragmentadas, baseadas em uma visão cartesiana de mundo. Essas propostas, apesar da roupagem de “ecologicamente corretas”, consistem na reintegração de parte dos resíduos na cadeia de produção industrial, aumentando o lucro das empresas recuperadores, às custas de um trabalho invisível nas grandes cidades: o das catadoras. Precisamos olhar diferente, olhar para estes novos territórios cotidianos da reciclagem do *lixo*, espalhados pelas cidades.

Faz-se necessário desacomodar nossos pontos de vista sobre os fenômenos, para compreender e agir diferentemente. Por essa perspectiva o aprendizado e a mudança são processos inseparáveis. Pois se por um lado há claros efeitos benéficos, no que diz respeito ao aumento da vida útil dos aterros sanitários e à redução da extração de determinados bens naturais, práticas como a reciclagem, embora embasadas em preocupações concretas, estão longe de buscar uma solução e camuflam os problemas, mantendo e reproduzindo o modelo hegemônico de produção e consumo da sociedade. Por isso, a idéia-força extraída da experiência junto às catadoras é a de possibilidade de transformação, embora saibamos que são muitas e diversas as formas e propostas de mudança, isso deixa o processo ainda mais rico pelas inúmeras possibilidades que se abrem.

A reciclagem, vista como possibilidade de recuperação lucrativa de resíduos sólidos para o circuito do consumo de mercadorias, nos conduz a uma desmistificação com relação aos ganhos ambientais por ela proporcionados, já que seu principal estímulo é a obtenção de lucro e não a preservação ambiental. Para a sociedade é uma situação contraditória, pois como preservar o ambiente e estimular consumo ao mesmo tempo? Para citar um exemplo entre os educadores ambientais, uma conhecida empresa distribuidora de refrigerantes apresenta um programa direcionado às escolas no qual se estimula os alunos ao consumo de refrigerantes em latas de alumínio, para que as embalagens possam ser trocadas por um computador, impressora ou aparelho de fax para a escola participante. Neste exemplo, extraído da prática educativa, o componente reflexivo e crítico é ignorado, reproduzindo as informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa. A educação ambiental deve pertencer, portanto, ao domínio do pensamento crítico, proporcionando os meios básicos para tornar as pessoas capazes de compreender as relações econômicas responsáveis pelo estilo de vida ambientalmente predatório e excludente.

No galpão há essa instituição chamada reciclagem, cuja representação aparece, normalmente, diferente ou, em alguns casos, até contraditória. Os atores, vistos sob o ponto de vista institucional, são categorizados no espaço de acordo com o grau de conhecimento sobre o objeto, *lixo*, o que lhes confere uma posição de maior ou menor poder com relação às práticas cotidianas. Dentro deste quadro, os atores podem ser internos ou externos à instituição dependendo das relações que estabelecem, como vimos no capítulo sobre as redes. Assim, dentro do âmbito desta atividade, torna-se necessário considerar o papel dos catadores enquanto agentes fundamentais, cuja prática cotidiana concretiza essa instituição. Afinal, 90% do material reciclável que chega às indústrias recuperadores passa, inicialmente, pelas mãos dos catadores. Ao contrário dos que assumem posição estratégica no jogo do *lixo*, mesmo estando na base do processo da reciclagem, esses atores ainda lutam por reconhecimento.

No contexto do galpão, as regras dentro do grupo são invertidas com relação às hegemonicamente aceitas, tendo, até mesmo, inversão estimulada. Isto é, muitas práticas tidas como

não adequadas pela sociedade em geral, tais como remexer no lixo, transformam-se em naturais e desejáveis, sendo, inclusive, consideradas como obrigatórias, para que se tenha um bom desempenho na catação.

Análogo à reciclagem há o fenômeno da compostagem, em que se atribui a resíduos orgânicos considerados sem valor, rejeitos da reciclagem, atributo de um excelente regenerador de solos para uso agrícola. Pois, aquilo que não é *lixo*, ainda do ponto de vista da ciclagem natural, ou seja, a matéria orgânica que é facilmente incorporada ao solo, quando compostada agregando nutrientes, ganha a conotação de *lixo* orgânico, que no galpão acaba sendo compreendido como rejeito ou “aquilo que não tem jeito”(sem valor comercial), prevalecendo nesse aspecto a racionalidade econômica sobre a ecológica.

Coloca-se sob sociedade como um todo, arbitrariamente, a responsabilidade e o ônus do tratamento de materiais não atrativos comercialmente, tais como pilhas, lâmpadas fluorescentes entre outros, que apresentam, em geral, com alto potencial de agressão ambiental. Isso porque para a indústria, que comanda o jogo da reciclagem, a definição do que seja um produto passível de recuperação se dá a partir de considerações eminentemente econômicas.

Porém, antes de reciclar, é preciso repensar, criticamente, nossas expectativas de vida e de consumo. A representação social hegemônica positivada da reciclagem não está relacionada com a atividade da catação, que é somente relacionada à necessidade de sobrevivência econômica. O não-envolvimento com a reciclagem de forma direta, por boa parte da população geradora de *lixo*, piora a qualidade do material que chega ao galpão devido a contaminação dos materiais misturados na origem, assim reforça-se uma representação social negativa do *lixo*, que transborda para a atividade da catação, associando à idéia de degradação social. Uma vez contaminada simbolicamente com o *lixo*, a imagem de catador afeta a formação de sua identidade, mas esse elemento estigmatizador pode fortalecer as relações internas. Embora, para parte dos catadores, a atividade seja vista como temporária, isto é, abandonada com o surgimento de oportunidade de emprego, para a maior parte das catadoras do galpão essa atividade é considerada digna e louvável, por ser associada à preservação ambiental e por ser de interesse público. No entanto, esta associação aparece mais na fala das que tiveram oportunidades de retomar os estudos no Projeto Galpão, acompanhando encontros de formação, e ter contatos com MNCR, participando de congressos, marchas e caminhadas, que apresentam o catador como um ser na luta por seus direitos, adquirindo, portanto, uma visão mais ampliada da sua posição no jogo da reciclagem de *lixo*.

Todo espaço é valorizado segundo os atributos sociais, que refletem práticas e aspirações humanas, logo o conhecimento geográfico se inicia pela subjetividade, que permite a seleção de certos elementos desse espaço. Por isto, acredito haver uma forte relação entre a produção do território cotidiano da reciclagem e as representações sociais ambiente/reciclagem/*lixo* que dele

emergem, pelo reconhecimento entre os que atuam no galpão e nele exercem suas práticas cotidianas.

AMARRANDO OS FARDOS

Como uma das conseqüências humanas da globalização, a catação de *lixo* nas cidades constitui-se em um fenômeno complexo. Devido à dinâmica desse fenômeno, há provisoriamente nas leituras realizadas, pois a interpretação se deu tal como o acesso as memórias acerca do vivido junto às catadoras, isto é, em fragmentos. Tecer esses retalhos representa um grande desafio. A pesquisa demonstra que se pode avançar na busca de uma melhor compreensão dessa complexidade a partir da dimensão do cotidiano, empregando uma visão caleidoscópica no sentido de ser aberta as múltiplas leituras que emanam do empírico.

Aponto que concluo aqui algumas leituras do espaço de um dos galpões de Porto Alegre, entre tantas outras possíveis, juntando os fragmentos de memória, *flashes* da vivência, catando as representações e significados deste vivido, na (re)invenção do meu olhar para este microterritório que escolhi, ou que me escolheu. As reflexões emergiram ao “catar” neste cotidiano o que emana das práticas, dos possíveis e dos invisíveis, na busca por “reencantar o mundo”.

Não se constituiu aqui um mero embate entre conceitos, mas demonstra-se a possibilidade de tornar visível a “microgeografia relacional” que rege as práticas cotidianas na catação de *lixo*, que, por meio do diálogo entre as leituras, auxilia a deslegitimação de dicotomias: sociedade-natureza, material-imaterial, objetivo-subjetivo, entre outras tantas oposições que tem produzido formas de pensar que em nada favorecem a compreensão do mundo em que vivemos.

Ainda que, pela leitura das redes, aponte-se para a importância das relações institucionais entre o Estado, o mercado e a comunidade da reciclagem, a consolidação das relações se dá por meio dos vínculos entre as pessoas. Mesmo que nas relações interpessoais, se possa reproduzir as mesmas lógicas das relações de poder institucionais, há abertura para transformar essas lógicas pelas redes de intersubjetividade do cotidiano. A rede que se estabelece, a partir do galpão, é multiforme, aproxima diversos atores e possibilita o diálogo na diversidade de interesses e valores. Esse diálogo está sujeito a incertezas e constitui-se como um espaço de conflitos e disputas nas relações de poder, mas também de colaboração e de solidariedade. As dimensões individual e coletiva dialogavam revelando processos vividos pelas catadoras no âmbito da singularidade humana e na construção de relações nos espaços coletivos.

Essa rede é a teia complexa de relações estabelecidas pela Associação de Catadores do Loteamento Cavalhada, constituída pelas conexões entre as pessoas que ocupam posições no jogo no campo do *lixo*, no qual os distintos atores sociais interagem, sendo que cada nó assume uma

posição específica e interdependente das demais. A leitura dessa rede revela que os significados deste espaço, o galpão, não estão restritos a sua funcionalidade instrumental, enquanto um “equipamento público de geração de renda”, mas extrapolam esta função. As mediações culturais, nas práticas de sobrevivência material, fazem do galpão também um lugar de resistência aos “processos desterritorializantes” e expande seus efeitos para as esferas da afetividade, das relações intersubjetivas, dos laços familiares e, mais amplamente, para as redes sociais que se estabelecem nas práticas cotidianas na catação de *lixo*.

O sentido de pertença a esse este espaço como catalizador de identidades, o produz enquanto território cotidiano da reciclagem do *lixo* na cidade. Pode-se considerar que os atores no jogo relacionam-se entre si e estabelecem redes, reforçando apropriação e o controle deste espaço. A rede interna ao galpão articula-se com nós externos, tornando esse território mais dinâmico e fluído. Essa dinamicidade, por sua vez, possibilita aos atores ampliar informações e conhecimentos acerca do campo do *lixo* e seguirem sua luta por reconhecimento social.

As noções de *habitus*, como também de campo e capital, em Bourdieu, auxiliam na interpretação do jogo do *lixo*. Com base na experiência junto às catadoras percebo a relação entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas, que compõe o que chamei de *habitus* catador. Por meio dos dispositivos empregados pelas catadoras para afirmarem seu “modo de percepção legítima” do espaço urbano, isto é, pelas lutas e tensões pelo poder de nomear e se fazer reconhecer, valorizam suas identidades e vão atualizando múltiplas possibilidades de inscrever seu *habitus* no espaço urbano. A força das práticas sócio-espaciais estabelecidas neste campo, transformam as potencialidades internalizadas pelos próprios atores, que no jogo, exprimem seu mundo e o constroem, ao mesmo tempo em que são por ele construídos.

É no complexo processo de identidade e distinção, a partir e no espaço, nas relações estabelecidas pelo grupo social em questão, consciente ou inconscientemente, que surgem as idéias inovadoras. O estranhamento do que é banal e corriqueiro do agir cotidiano no galpão, as disposições incorporadas por meio do *habitus* catador e o acesso a ele por meio de táticas discursivas quanto a “preservação do ambiente” são maneiras para permanecer no jogo do *lixo* e dele, se possível, tirar algum proveito.

Captando a expressão dos saberes nos/dos fazeres no acontecer do galpão de modo espontâneo, identificam-se as representações sociais particulares aí presentes. As representações sociais se demonstram ferramentas relevantes para apreender os saberes da experiência, compartilhados nesse espaço pelas catadoras e que podem auxiliar na reflexão acerca de necessidade de rever a relação que temos com os “restos oriundos da nossa atitude cotidiana de viver”, o *lixo*.

O galpão, inserido no meio urbano, é parte integrante do mercado e espelha a sociedade de consumo. O mundo é a cidade e ela se expressa nesse espaço que contribui para a ótica de que a cidade deva se ver. Ao realizar a leitura desse espaço a cidade pode sentir-se integrada pela gestão dos resíduos, à gestão ambiental urbana e abandonando a cegueira do consumo desenfreado, vir a refletir sobre as reais necessidades, de buscarmos a nossa humanidade.

Nesse caminho recomendo, fortemente, que se incluam nas reflexões acerca do consumo, suas relações com esses territórios cotidianos da reciclagem de *lixo* nas cidades, os espaços de sociabilidade das catadoras. Não de um modo romântico, como quem vê a reciclagem como uma luz no final do túnel do consumo, mas situando esses espaços na contemporaneidade com todas as implicações urbanas e com todos os conflitos e as contradições neles presentes. Esses espaços não devem ser lidos como constituídos por um aglomerado que, passivamente, recebe os “materiais pós-consumo” que lhes são oferecidos diariamente, mas como apropriado por grupo de pessoas, que faz parte de um jogo, que compõe uma rede, que constitui um território e com representações específicas de *lixo*, inserindo-se assim de uma forma muito particular na sociedade de consumo. Acredito que vendo desta forma todos podemos vir a pensar e a agir de forma refletida, crítica e inovadora com relação ao consumo.

Considero extremamente relevante discutir as representações que as pessoas têm sobre o *lixo*, visto que estão associadas às formas como se estabelecem as relações sociais, afinal, a forma como tratamos nossas sobras diz muito sobre como nos relacionamos. Alienamo-nos de nós mesmos por meio do modo de consumo, conseqüentemente, do sistema de descarte dos objetos dos quais nos servimos, pois os objetos deixam de ser simples produtos das atividades humanas. Desta forma, na contemporaneidade, o *lixo* torna-se um forte indicativo que denuncia as relações sociais efêmeras, descartáveis e alienadas.

O estigma do *lixo* faz com que haja, por parte das catadoras, um misto de orgulho e vergonha. A conotação pejorativa que o termo carrega, chamado de material pelas catadoras, adverte quanto à existência de um processo de resignificação deste nas práticas cotidianas no galpão, extrapolando para outros espaços. Essa resignificação também é elemento fundamental na constituição do *habitus* catador que é importante no fortalecimento da identidade territorial do grupo. Nessa resignificação estão presentes elementos, tanto de conformismos, como de contradições e conflitos, tanto de dominação, como de resistência. Assim, as catadoras resignificam o *lixo*, ordenam o mundo e dele apropriam-se a partir do galpão.

Os micropoderes e seus dispositivos identificados nos processos de tomada de decisão do grupo expressos, seja no dia a dia no galpão, na participação nos congressos e encontros do MNCR, ou em outros espaços de discussão, demonstram a centralidade das redes do galpão nas mãos das mulheres catadoras. As catadoras por meio da apropriação do galpão e do controle sobre o

território, parecem apostar na força desse lugar para seu devir urbano, em princípio, negam-no, mas logo entram no jogo que aprenderam a jogar adotando certas táticas discursivas com relação a reciclagem, como as que a traz como sendo a “salvação do planeta”.

A leitura das representações pontuou a forte relação entre a produção do território cotidiano da reciclagem e as representações sociais ambiente/lixo que dele emergem pelo reconhecimento entre os atores que neste espaço atuam e exercem suas práticas. As representações de *lixo* são vistas como via de acesso ao *habitus* catador e, por conseguinte, a posição distinta no campo do *lixo*. O exercício da territorialidade faz valer estas representações, fortalecendo a identidade por meio da diferença.

As leituras interpretativas do galpão obrigam ao reconhecimento da complexidade do espaço urbano, expressa na multiplicidade da apropriação, material e imaterial, do lugar de r-existência desse grupo social na cidade. Portanto, iluminar essas outras existências que se realizam na cidade se torna fundamental, sobretudo no sentido de confrontar a idéia, amplamente difundida, da cidade do pensamento único. Abriu-se com essas leituras a possibilidade de se pensar em uma forma de “libertação territorial urbana”, pela ação no MNCR, trazendo à tona a dimensão política da pesquisa, que é contrária à homogeneização dos espaços na cidade. O território cotidiano da reciclagem ao mesmo tempo é parte e disputa deste território desconhecido e incompreensível que é a cidade. O galpão é o símbolo do esforço de participar, incluir-se, territorializar-se em um universo sempre renovado por parte desse grupo social, cujas condições sócio-econômicas e espaciais de origem são a incorporação à vida urbana, a partir da catação nas ruas.

Percebi que a territorialidade exercida no galpão é produto da existência do antigo território da Vila Cai-Cai. Mas, a identidade vai além desta herança espacial, ela se atualiza por meio das relações de força nas redes e na negociação das fronteiras desse novo território. Então, esse novo possui tanto um componente relativo ao espaço concreto, como ao vivido, conectando as esferas da habitação e do trabalho, e as demais esferas da vida social do grupo.

Após “catar leituras na esteira do galpão” interpreto que as conquistas desse grupo social, com participação de um novo movimento social urbano, vão além do reconhecimento da profissão catador e reforçam o território cotidiano da reciclagem. As identidades se vêm transformadas, nessa experiência, afinal ao buscar novas articulações, novas redes e “no reciclar das relações”, esse grupo se mantém vivo e ativo no jogo do *lixo*, na cidade.

O ambiente de um grupo que não pode por si mesmo ser, objetivamente localizado, mas é constituído pelo espaço de interação entre as pessoas que nele exercem suas práticas cotidianas. Nesse sentido, o ambiente pode ser visto como um território, a partir do qual a pessoa ou grupo se referencia. Assim, o galpão, numa perspectiva relacional, pode ser entendido tanto como “ambiente territorializado”, como “território ambientalizado” nas práticas cotidianos com o *lixo*. Reforço,

portanto, a compreensão da abordagem territorial, nas suas perspectivas materiais e imateriais, enquanto um método pertinente para a análise ambiental da temática dos resíduos sólidos.

As políticas públicas procuram incluir os catadores, enquanto que o sistema social da qual elas se originam é mantido, negando que o fenômeno abarca um caráter global. Sob este ponto de vista dos programas de coleta seletiva fica evidenciado tratarem-se de paliativos sob a ótica da justiça social, mas nem por isso devem ser desprezados, pelo contrário. É importante destacar que, por meio das leituras da rede e do jogo, foi possível identificar que a política pública pode tanto induzir ações de transformação, como de inércia ou ambas, simultaneamente. O fenômeno da catação de *lixo* em Porto Alegre, também, pode ser caracterizado, a partir do enfoque político-disciplinar, pois ao melhorar as condições de trabalho por meio da construção das UTs, incluindo os catadores em “equipamentos públicos de geração de renda”, esses, que antes circulavam, livremente, pelas ruas da cidade tendo visibilidade, com esta “reclusão territorial”, ocorre o controle da sua mobilidade e, conseqüentemente, intensifica sua invisibilidade no espaço urbano. Dessa maneira, entendo que o poder público local assume tanto o papel de auxílio e proteção, como de repressão e vigilância sob esses atores sociais.

Na busca de sentido, interpreto a relação que se constitui entre as catadoras e o poder público se dá a partir de uma dialética inclusão/exclusão, de amigo/inimigo, de protetor /sufocador, dá a vida e asfixia. As políticas públicas vinculadas ao Programa Municipal de Coleta Seletiva, por vezes, impulsionam, por vezes diminuíram a possibilidade de construir a autonomia pelas relações paternalistas e clientelistas que estabeleceram com as associações de catadores. Afinal, penso que a comunidade de catadores quer ser protagonista e não objeto de políticas públicas de gestão de resíduos sólidos; sua incorporação é fundamental nos sistemas de gerenciamento **integrado** de resíduos sólidos urbanos que se pretendem efetivamente integrados.

Os fatores favoráveis à mudança aparecem nas práticas cotidianas das catadoras que buscam ir além da mera sobrevivência. De tal forma que as relações estabelecidas no território cotidiano da reciclagem podem contribuir para dissociar a imagem do catador de *lixo* como aquele que sobrevive graças às políticas assistencialistas. As alternativas que se forjarem com relação à gestão dos resíduos sólidos recicláveis da cidade, somente serão efetivas se emergirem das próprias catadoras, representando seus anseios, aproximando-as, realmente, deste grupo social e que ultrapassem a mera necessidade de delimitação de espaços físicos para realização da atividade da catação na cidade. Afinal, enquanto modo de mobilizar-se no espaço urbano, criando territórios efêmeros e dispersos, as(os) catadoras (es) seguem numa forma ativa de apropriação da cidade, nos “territórios cotidianos da reciclagem do *lixo*” que podem ser considerados como um processo de espacialização do *habitus* catador.

As lacunas presentes se referem à impossibilidade do conhecimento de representar a totalidade da experiência vivida. Os espaços em branco, subsistem e são possibilidades que se deseja serem recheados por outros trabalhos acadêmicos inspirados na temática. Impõe-se aqui, no entanto, nesta ocasião de “amarrar os fardos” revelar-se a interação difícil entre o universo de pesquisa e esse processo de autoconhecimento. Um processo não somente externo, relativo a um “objeto de pesquisa”, mas interno da pesquisadora a respeito de si mesmo, principalmente pela trajetória de funcionária pública municipal e educadora ambiental exercendo atividades relacionadas à temática dos resíduos sólidos urbanos e a forma como me inscrevo na rede de reciclagem do *lixo* na cidade. Trabalhar com as representações provocou um efeito no plano da consciência das complexas relações intersubjetivas e nas minhas próprias representações. Continuo atenta aos significados que o território estabelecido nas práticas cotidianas das catadoras, no seu fazer com o *lixo*, adquire a cada momento e ao que ele produz em mim, a cada novo olhar para os ditos e não ditos que constroem este espaço. As tramas de pesquisa tecidas permitem a transmutação do meu olhar a cada nova descoberta teórica. Mantive-o, assim, portanto sempre novo, “reciclado”.

Ao concluir esse trabalho, pretendo dar continuidade ao processo de apresentação das idéias no meio acadêmico, processo iniciado desde sua concepção. Ao mesmo tempo, desejo divulgá-las em outras audiências. Quando optei por assumir uma reflexão ativa na busca de sustentabilidade na gestão dos resíduos sólidos, pretendi manter vivo o questionamento: Em que quero contribuir? Concluo que desejo contribuir para uma gestão de resíduos que leve em conta os saberes das catadoras, estes saberes da prática adquiridos no fazer cotidiano com o *lixo*, como forma de reconhecimento do seu papel nesta gestão. A mudança, para acontecer, demanda dos próprios catadores que assumam sua libertação, não como dádiva, mas como conquista. Na leitura do território cotidiano da reciclagem, visto a partir das redes que aí se tecem, foi possível identificar a disposição desses protagonistas, tanto para a mudança de suas próprias condições de vida e trabalho, como para provocar a reflexão acerca do modo de consumo e descarte da sociedade.

Em alguns momentos, assumi alguns consensos e logo novas discussões se iniciaram e se atravessaram, visto ter optado por uma pesquisa não linear, permaneceu aberta aos novos agenciamentos, mostrando novos problemas, pois o galpão, tal como o mundo, não se mantém o mesmo. Os universos de pesquisa são, então, reconstruídos com surpreendente regularidade. Enquanto concluía a pesquisa fatos novos surgiram no galpão. Houve o retorno das catadoras engajadas ao MNCR e com forte centralidade nas redes, em uma ocupação que foi vista como a retomada do galpão(conforme consta a reportagem no anexo), fato precisa ser refletido e interpretado.

A análise do passado, por mais profunda que seja, não pode fornecer mais do que um horizonte de possibilidades, um leque de futuros possíveis; a conversão deles em devires é uma contingência. Mas se é assim, em geral, é muito mais num período de transição paradigmática como o que atravessamos. É preciso adotar uma posição e trabalhar de acordo com aquilo que acreditamos, pelo menos, no momento. Assim, o resultado final da produção desta tese representa uma oportunidade de realização pessoal, diferentemente de alguns trabalhos às vezes produzidos por mera obrigação acadêmica de ter que escrever ou produzir algo. Com essa contribuição consolidei idéias, amadureci posições e obtive novas dúvidas e descontentamentos, buscando sempre novas interpretações. Parafraseando o poeta Thiago de Mello, não tenho caminho novo o que tenho é um jeito novo de caminhar. Quero concluir assim reforçando que não se trata de forma nenhuma uma pesquisa acabada, e que esse ponto, portanto, não é final, mas sim um ponto de partida de novas e sempre surpreendentes leituras no campo do *lixo*.

En la mañana desayuno las dudas que sobran de la noche anterior
 Luego salgo a ganarme la vida temprano, haga frío o calor
 Porque no hay tiempo de amargarse ni llorar por un pasar mejor
 La prioridad es el plato en la mesa y como sea hay que ganárselo
 Entonces veo que la cosa se pone muy brava y cada día mas
 si mi esposa va tirando del carro conmigo, juntos a la par
 y como no hay un peso para mandar a los chicos a estudiar
 también los llevamos a cartonear
 ¿Sino con quien los vamos a dejar?
 En la calle yo me recibí en el arte de sobrevivir
 revolviendo basura juntando lo que este sistema dejo para mi
 y a los que manejan el país, a esa gente le quiero decir
 les propongo se cambien de lado un momento
 y a ver si se bancan vivir mi vida de cartonero.
 Que paradoja que teniendo motivos de sobra para ir a robar
 Al delito yo lo esquivo inventando trabajo en donde no hay
 y encima de rebote soy la alternativa ecológica
 reciclando lo que todos tiran los desechos de la sociedad.
 Entonces veo a esa gente que tiene de sobra y siempre quiere mas
 con sus autos se llevan el mundo por delante hablando por celular
 y que teniendo asegurado el porvenir no paran de robar
 a esos señores les quiero gritar
 ¿Que es lo que esta pasando por acá?
 Porque en la calle yo me recibí en el arte de sobrevivir
 revolviendo basura juntando lo que este sistema dejo para mi
 y a los que manejan el país, a esa gente le quiero decir
 les propongo se cambien de lado un momento
 y a ver si se bancan vivir mi vida de cartonero.

Mi Vida de Cartonero, Ataque 77 (2007).

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho.** Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.
- ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Coleção espaços do desenvolvimento, Rio de Janeiro: DP&A Editora e CREA-RJ, 2001. 240 p.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua.** 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Ed. Humanitas, 2007. 207 p.
- ALIER, Joan Martínez. **Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.
- AMARAL, Waléria. **Uma Imagem de Curitiba-PR a partir do "olhar" dos carrinheiros.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. 2001.
- ANDRADE, Luiz Antônio. Reciclando Vidas ou Reutilizando sua Sujeição? Reflexões Sobre Produção do Espaço, Cidadania e Inclusão Social na ASMARE. **Revista Geografias**, UFMG, vol.2, nº1 (78-91), 2006.
- ASCHER, François. *Metápolis ou l'avenir des villes.* Paris: Odile Jacob, 1995.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**. Trad. M. L. Pereira. Campinas: Papyrus, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo, Hucitec. 1995.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BARNES, Jonh. Redes sociais e processos políticos. In: Feldmama-Bianco (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.
- BARON, Dan. **Alfabetização Cultural: a luta íntima por uma nova humanidade.** São Paulo: Alfarrabio, 2004. 429p.
- BARROS, Manuel de. **Livro de pré-coisas.** Rio de Janeiro: Record. 2003.
- BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica de economia política do signo.** Lisboa: Edições 70, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 145 p.
- _____. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 256 p.
-

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003. 182p.

BECK, Ulrich. **Democracia y sus enemigos: textos escogidos.** Barcelona: Paidós, 2000.

_____. **La sociedade del riesgo: hacia una nueva modernidad.** Barcelona: Paidós, 1998.

BERECIARTÚ, Gurutz Jaurégui. **Contra el Estado-nación.** En torno al hecho y la cuestión nacional. Ed. Siglo Veintiuno, 1986.

BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956.** São Paulo: Editora 34, 1996.

BEY, Hakin. **TAZ- Zona Autônoma Temporária.** Tradução Patrícia Decia & Renato Resende. São Paulo, Conrad, 2001. 88 p.

BINDÉ, Jérôme. **Les Clés du XXIe. Siècle.** Paris: Unesco, Seil, , 2000, p. 9–36.

BORGES, Carolina T. O. **Estratégias sociais de resistência aos processos desterritorializantes: redes de solidariedade – o caso da Rede Industrial de Confecção Solidária.** Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, RS, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Coisas Ditas** .São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **A Miséria do Mundo.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

_____. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão liberal.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. 151 p.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **La distinción: criterios y bases sociales del gusto.** México: Taurus, 2002.

_____. **A Dominação Masculina.** Tradução: Maria Helena Kuhner, Rio de Janeiro: Ed, Bertrand Brasil, 2005. 159 p.

_____. O campo econômico. **Revista Política & Sociedade**, nº 6, p. 15-58, 2005 a.

BRASIL. Classificação Brasileira de Ocupações. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 25 de abr. de 2007.

- BUARQUE, Chico; ENRIQUEZ, Luiz; BACALOV, Sérgio Bandotti. Todos juntos. Interprete: Lucinha Lins. *In*: CHICO BUARQUE. Os Saltimbancos Trapalhões. Rio de Janeiro- RJ: Universal Music Brasil, 1981.1 CD. Faixa 09.
- CAILLÉ, Alain, **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas, 1996.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**: Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 266 p.
- CARLOS, Ana Fani. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, Isabel Cristina. **A Invenção Ecológica**: Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2002. 229 p.
- CASTRO, Iná. *et al.* (orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto II**: o mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Catadores de vida**. Publicação do Movimento Nacional de Catadores e do Fórum Nacional de Estudos sobre população de rua. Edição 1, 2002.
- CATTANEO, Dilermando. **Identidade territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- CATTANI, Antonio David. A crítica da Economia Solidária. **Cultura Vozes**, nº 6, ano 96, 2002.
- CESAR, Chico; MESQUITA, Suely. Vira Lixo. Interprete: CEUMAR. *In*: CEUMAR. Sempre viva. São Paulo- SP: Elo Music, 2003. 1 CD. Faixa 10.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geografia**. Ano 1 , nº2, 1999.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX** (org. Gonçalves, J. R.), Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- COLETTI, Diego; ROSADO, Rosa M. Por uma cartografia da reciclagem de Porto Alegre: economia informal, dimensão socioambiental e cultural. *In*: X COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, Porto Alegre, RS, Brasil, 2007.
-

COSTA, Ana da; SATTLER, Miguel. **Catadores Informais: Elo do Processo de Coleta dos Materiais Recicláveis Presentes no Lixo Urbano da Cidade de Porto Alegre.** In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL, Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

COSTA, Cláudia Moraes da. 2008. **Reciclagem e cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo.** Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COSTA, Telmo. **Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: Assessoria de Comunicação da PMPA, 1983.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO E. (org.) **Anos 90: Política e sociedade no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 103-118.

DAGNINO, Ricardo. **Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxos e a (in)formalidade, da coleta à comercialização.** Monografia de conclusão de curso- Geografia-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em : <http://www.archive.org/download/ricardo_dagnino_um_olhar_geografico/Ricardo_Dagnino-Um_olhar_geografico.pdf> Acesso em: 2 de set. de 2007.

DE CERTEAU, Michael. **A Invenção do Cotidiano.** Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004. 351 p.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leal e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34. v.3. 1995.

DI MÉO, G. *Geographie Sociale et territoires.* Paris: Nathan, 1998.

DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério L. **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2005.

DIAS, Sônia M. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE.** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DOMINGOS SOBRINHO, Maurício. *Habitus e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas.* In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representação social.** Goiânia: Ed. AB, 1998. p.117-130.

DOS SANTOS, Simone Valdete. **Mulher: figura de desordem na ordem do emprego.** In: Produzindo Gênero. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 195-207.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais e a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 10, p. 24-30, out., 1984.

EIGENHEER, Emílio. “Lixo: morte e ressurreição”. In: GARCIA, Pedro Benjamim (org.). **Falas em torno do lixo**. Rio de Janeiro: Nova Iser e Pólis, 1992. p. 37-39.

_____. (org.). **Raízes do desperdício**. Rio de Janeiro: ISER/UFF/CVRD, 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: uma história dos costumes** (vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994.

_____. ; Scotson, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FEITOSA, Débora Alves. **Cuidado e Sustentação da Vida: a interface da Educação Popular no Cotidiano de mulheres recicladoras**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FERREIRA, Mario Lino de Souza. **Um sistema alternativo de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares executada por catadores (carrinheiros) na cidade de Cianorte/PR**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: ed. da Universidade, UFRGS, 2000. 245 p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v.2. 500p.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **Vigiar e punir: a natureza da violência nas prisões**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 16^a ed., 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: P. Rabinow, H. Dreyfus, & M. Foucault. **Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grahal, 2004.

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, 6^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. 5^a edição, Porto Alegre: Editora L&PM, 1997.

_____. **O Império do consumo**. Disponível em: <<http://www.coopgirasol.com.br/UserFiles/Leituras/O%20Imperio%20do%20Consumo.pdf>>. Acesso em: 19 de jan. de 2007.

GEORGE, Pierre. **Geografia do Consumo**. 2^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1971. 119p.

GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, Out. de 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=iso>. Acesso em: 13 Fev. de 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4^a edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 3^a Ed., 2002. 383 p.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2^a ed. , Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GONÇALVES, Polita. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 182 p.

GOYA, Francisco. *Carretadas al cemeterio*. 1863. Gravura em água forte, 376 x 271. Disponível em: <http://www.pathguy.com/lectures/goya_cartloads.jpg>. Acesso em: 01 de fev. 2009.

GRIMBERG, Elizabeth; BLAETH, Patrícia. **Coleta Seletiva**: Reciclando Materiais, Reciclando Valores. São Paulo: Instituto Pólis, 1998.104p.

_____. GOLDFARB Y.; TUSZEL. L. **Gestão Sustentável de Resíduos**: Estudo de Caso Programa de Coleta Seletiva Solidária na cidade de São Paulo. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. Competência científica e compromisso: os dilemas da pesquisa da educação em face da democratização da sociedade brasileira. In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE INSTITUTOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Brasília. **Anais do Seminário latino-americano de Institutos de Pesquisa em Educação**. Brasília: INEP, 1988.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**, São Paulo, Ano V, n° 16, 1985

_____. As novas alianças; movimentos sociais e movimentos alternativos. **Desvios**, Rio de Janeiro, n° 5, p. 31-44, 1986.

_____. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina Bittencourt. 3^a ed. Campinas: Papirus, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territotalização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdFF. 1997.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de *et al.* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 2001. p.165- 205.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: Ed.UFF, São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

_____ e ARAUJO, F. G. B. de. **Identidades e territórios**: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A (7^a edição), 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 14^a ed. São Paulo: Ed.Loyola, 2005.

HEIDRICH, Álvaro. Fundamentos da Formação do Território Moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre,1998.

_____. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: Spósito, Eliseu; Saque, Marcos A.; Ribas, Alexandre D. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste. 2004.

_____. Territorialidade humana: memória, representação e consciência. SOUSA, Adriano

Amaro de.; FERREIRA, Érica Revista (entrevistadores). **Geografia em atos** nº14 volume 2, p.

01-07, 2007. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/1_alvaro_

heidrich.pdf. Acesso em: 18 de mai. de 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4^a ed. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acessado em 23 de agos. de 2006.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill.** Londres: Routledge, 2000.

INSNA. **Rede internacional para análise de rede social.** Disponível em: < [http:// www.sfu.ca/insna](http://www.sfu.ca/insna)>. Acessado em 21 de jul. de 2006.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVICH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: **Psicologia Social: Textos em representações sociais.** 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 63-85.

JUNCÁ, Denise. Gonçalves, Marilene; Azeredo, Verônica. **A mão que obra no lixo.** Niterói: EdUFF, 2000.

_____. **Mais que sobras e sobranes:** trajetórias de sujeitos no lixo. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola de saúde Pública- FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2004.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez. 2003.

KOZEL, Salette. As representações no geográfico. In: **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea.** Mendonça, Francisco; Kozel, Salette (org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 215-232.

_____. Das “velhas certezas” a (re)significação do geográfico. In: DANTAS DA SILVA, A. A.; GALENO, A.; (Orgs.). **Geografia: ciência do complexus – ensaios transdisciplinares.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

KUHN, Marla Fernanda. **Ilha grande dos marinheiros: contexto de vulnerabilidades, riscos e resistências.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia- Instituto de Geociências- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS. 2008.

KUHNEN, Ariane. **Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS. 1996. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/smenet/seminario/seminario_pronto_jorgelarrosa.htm>. Acesso em: 24 de mar. de 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 2000. 454p.

LÉVY, Jacques. **Os novos espaços da mobilidade.** Tradução: Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_06/levy6.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2007.

LINS, Ivan; MARTINS, Vitor; BLANC, Aldir. Confins. Interprete: Ivan Lins. In: BATAOTÔ.

Rio de Janeiro-RJ: Velas Ltda, 1993. 1 cd. Faixa 11.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Editora Átomo, 2003.

MAGNANI, José Guilherme. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, Clitia. **Trabalhadores na reciclagem de lixo: Dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de pós-graduação em Sociologia- IFCH- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MELLO, Thiago de. **Mão do Lixo**. Disponível em: <http://www.partes.com.br/meio_ambiente/poesia.asp>, Acesso em: 21 de ago. de 2005.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Francisco de A. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo, Contexto. 2001. 80p.

MENEGAT, Rualdo; PORTO, Maria Luiza; CARRARO, Clóvis e FERNANDES, L.(orgs). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____. **Construção do saber interdisciplinar, educação e processo civilizatório**. Mimeo, Formação SEJA/SMED, 2004.

MENEGON, Vera. Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: SPINK, M. J. (org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Apresentações Teóricas e Metodológicas**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2004. p. 215- 242.

MESQUITA, Zilá. ; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. 206 p.

MESZÁROS, Iztvan. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MI VIDA de Cartonero, Interprete: Ataque 77. In: _____. **Karmagedon**, Buenos Aires- Argentina. 2007. 1 CD. Faixa 2.

MICHELOTTI, Fernando. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”**: Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de pós-graduação em Sociologia- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social-teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MIOTTO, Luciana Bernardo. **Ambientalismo e mercado: parceiros no desenvolvimento sustentável? Uma análise sobre o processo de reciclagem de lixo**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP, 2003.

MIURA, Paula Cerantola. **Torna-se catador: uma análise Psicossocial**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

MORIN, Edgar; Kern, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre:Ed. Sulina, 1995.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: Guareschi, Pedro & Jovchelovitch, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-16.

_____. **Natureza, para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X- Instituto Gaia, 2007. 254p.

_____. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Introducción: El Campo de la Psicología Social. In: **Psicología Social I**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1984.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404 p.

MOVIMENTO Nacional dos Catadores de materiais recicláveis: MNCR. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br>>. Acesso em 04 de mar. de 2007.

NABOZNY, Almir. **A participação política e gênero na produção dos espaços de pobreza em Ponta Grossa - PR**. Relatório Final de Iniciação Científica. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR. 2005.

NETO, João Cabral de. **Catar feijão**. In: ALMINO, João, O domador de sonhos e outras imagens da pedra. A construção da poética de João Cabral de Melo Neto de Pedra do Sono a Educação pela Pedra. Revista Colóquio/Letras. Ensaio, n.º 157/158, Jul. 2000, p. 127-158. Disponível em: <<http://coloquiogulbenkian.pt/bib>>. Acesso em: 12 de mar. de 2007.

NEVES, Maria da Graça Ribeiro das; BAHIA, Sérgio Rodrigues. De escravo a doutor: notas sobre a mão-de-obra na limpeza urbana. In: Museu do Paço Imperial. **Catálogo da Exposição: Transformando e recriando os restos: o lixo passado a limpo**. Rio de Janeiro, 1992.

NUN, José. **La rebelion del coro**. Argentina: Nova Vision, 1989.

OLIVA, Alberto. À espera da ciência: um mundo de fatos pré-interpretados. **Episteme**, Porto Alegre, n. 13, p. 17 – 43, jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, Luis B. de. 2006. **Identidade Cultural**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-ndex.php?page=Identidade+cultural>>. Acesso em 16 de dez. de 2006.

OLIVEN, Rubens George. **Antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PELUSO, Marília Luiza. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade. **Estudos de Psicologia**, N° 8, Vol.2, p. 321-327, 2003.

PORTILHO, Fátima. **Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

_____. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. *In: I CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro, 2003.15 p.

_____. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In: II CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIAIS*. Universidade de Guadalajara, México, 21-22 de nov. de 2001.

_____. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano IV, n.8, p.39-60, 2002.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre, Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Coleta Seletiva. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php>. Acesso em: 02 de mar. De 2005.

PRIGOGINE, Ylya. **O Fim das Certezas**. São Paulo: UNESP, 1996.

PROJETO Vila Cai-Cai. PMPA. Porto Alegre: DEMHAB, mimeo, 1994. 8 p.

PUCCI, Lucila. *Autogestión comunitaria asistida de asentamientos populares urbanos: un método de trabajo con la comunidad*. *In: E. Dabas. Rede de redes: Las prácticas de la intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós.1998. p. 139-162

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Fridrich. Geografia dell'uomo. *In: Moraes, Antonio C. (org.). Ratzel*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.

REICHERT, Geraldo; Dutra, Arnaldo L. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos: A Coleta Seletiva e seus desafios- Reflexões a partir de uma experiência local. *In: RECICLESHOW 2003- 4º SEMINÁRIO E EXPOSIÇÃO SOBRE OS DESAFIOS TÉCNICOS E ECONÔMICOS PARA RECICLAGEM*; São Paulo, 2003.

REIGOTA, Marcos. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

_____. **Meio Ambiente e representação social**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____, POSSAS, R., RIBEIRO, A. (orgs.). **Trajetórias e narrativas através da educação ambiental**, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006). *In: XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (ANPEPP)*, no Grupo “Cotidiano e Práticas Sociais”, Florianópolis, 2006.

RICKLEFS, Robert. **A Economia da Natureza**. Terceira Edição. Ed. Guanabara Koogan.1973. 470p.

RODRIGUES, José Carlos. **Higiene e ilusão: o lixo como invento social**. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

ROSA, Russel Terezinha. **Educação Informal na reciclagem de resíduos sólidos urbanos**.1996. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ROSADO, Rosa M.. Galpões de Reciclagem: Espaços Educativos. *In: Caderno Temático de Educação Ambiental*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, SMED. 2002.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001.

SÁ, Celso. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In: SPINK, J. M. (Org.). O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 19-45.

SACK, Robert. *The meaning of territoriality*. *In: SACK, Robert David. Human territoriality: its theory and history*. New York: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed., p.15-20.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Ed. Record, 3ª edição, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007. 200 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais no Campo**. 2.ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. *In*: DIAS, Leila e SILVEIRA, R. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Parerga and paralipomena*. Tradução de E. F. J. Payne. New York: 2000.

SCOLARI, Rosane D. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadão Amigos da Natureza do município de Erechim (RS)**. 2006. Dissertação (Mestrado de Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia- Instituto de Geociências- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS. 2006.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SILVA, Eliane Simões. **Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em Porto Alegre/RS: e os catadores?- O caso da AREVIPA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia- Instituto de Geociências- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/ RS. 2007.

SILVA, Joseli Maria. Feminização das periferias pobres: gênero e sexualidade como elementos para desenvolvimento de políticas urbanas contemporâneas. *In*: IX SIMPURB- Cidades: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus, out. de 2005.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Caio Márcio. Reciclagem, participação política e gênero: as múltiplas faces de uma experiência local Porto Alegre, RS. *In*: Camarotti, Ilka e Spink, Peter (orgs). **Governo Local e Desigualdades de gênero**. São Paulo: Ed. Anna Blume, 2002.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOSNISKI, Cristina. **Repensando Fronteiras entre o Lixo e o Corpo**: Estudo Etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. 2006.

Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Oficina do CES**, Coimbra-Portugal, n.135, jan. de 1999.

_____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 367 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 366p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná de *et al.* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 2006. p. 75-166.

_____. **Mudar a Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.9, n° 3, p.300-308, 1993.

_____(org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Apresentações Teóricas e Metodológicas**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce; Basso, Luis A.; Verdum, Roberto (orgs.) **Ambiente e lugar no urbano: A Grande Porto Alegre**. 2ed; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Critica metodológica, Investigação Social e Enquête Operária**. . 5º ed. São Paulo: Pólis, 1987.

MI VIDA de Cartonero, Interprete: Ataque 77. *In*: _____. **Karmagedon**, Buenos Aires- Argentina. 2007. 1 CD. Faixa 2.

TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. Tradução de Horário Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997. 335 p.

UEDA, Vanda e SOARES, Paulo R. R. *¿Otra globalización es posible? Porto Alegre: una metrópoli entre lo local y lo global*. *In*: **El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado. Una mirada a Europa y América Latina**. 1 ed. Barcelona: Crea Publicitat, v.1, 2003. p. 505-526.

VEIGA- NETO, Alfredo. Incluir para excluir. *In*: LARROSA, Jorge e SCLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes da Babel**: poéticas da diferença. Ed. Autentica: Belo Horizonte, 2001.

VERDUM, Roberto. Ciclo do papel, da coleta ao processamento: personagens e estrutura. *In*: Suertegaray, Dirce e Verdum, Roberto (orgs). **Ambiente e lugar no urbano: A Grande Porto Alegre**. Ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2000.

VERISIMO, Luis Fernando. **Comédia da vida privada**. Porto Alegre: L &PM Editores, 1996.

VIANA, Nildo. **O que é autogestão?** Disponível em: <<http://www.autogestao.hpg.ig.com.br/autogestao.html>>. Acesso em: 18 de mar. 2005.

VILLASANTE, Tomás. **Redes e alternativas**: Estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares, Petrópolis: Vozes, 2002.

WALDMAM, Maurício. **Meio Ambiente, reciclagem e cidadania**. Disponível em:<http://www.mw.pro.br/mw/p04_04_28.pdf>. Acesso em: 06 de out. de 2007.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.12, n. 34, p. 5-24, 1997.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ANEXOS

Anexo A- Narrativas dos Fragmentos de Memória da Experiência

Nada Cai do céu
Nem cairá
Tudo que é meu
Eu fui buscar
Aprendi viver
E caminhar
Entre bons e os maus
E me guardar
Fico me remoendo
Com meus remendos
Pra me lembrar
Que lá vem desavenças
Que eu tenho que enfrentar
[...]

Confins. Ivan Lins e Aldir Blanc.

Fazer pesquisa, na perspectiva que acredito, pressupõe compor uma narrativa na qual a pesquisadora se expõe, portanto corre risco. No entanto, parece-me que quanto maior a exposição, mais possibilidades existem de reflexões, discussões e maior a capacidade de transformar/transformar-se com/no processo. Por isto, narro aqui minha trajetória na relação com o universo de pesquisa no intuito de convencer-me a arriscar-me.

Refletir sobre sua própria trajetória é um processo difícil, no qual se faz necessário realizar autocrítica permanente, permitindo utilizar as pulsões, perturbações, inquietações e entusiasmos em prol da pesquisa. O auge da pesquisa é pôr em jogo as teorias a respeito do empírico e a realidade vivida e percebida, sem abrir mão dos valores e subjetividades da pesquisadora na digestão dos fatos da realidade e da sua própria história.

Assim, a pesquisa, principalmente no chamado “campo social”, não é um processo somente externo relativo a um “objeto”, mas interno da pesquisadora a respeito de si mesma, portanto de essência, eminentemente, humana. Como nos alerta Reigota (1999) em *Ecologistas*, as identidades do(a) pesquisador(a) são de extrema importância, no sentido de saber como ele/ela se identifica em relação às questões que deseja abordar e como é identificado(a) pelos(as) seus(suas) interlocutores(as), por meio dessas o resultado do seu trabalho será validado.

Semeando dúvidas, na busca de algo significativo, embalada por muitos questionamentos e reflexões, segui o caminho de pesquisa, até que me permitisse olhar para minhas experiências de outra forma, fazendo outras leituras possíveis. Contrabalançando a dúvida e o entusiasmo da

incerteza em uma postura de interrogação ativa, com o propósito de buscar compreender minhas inquietações quanto ao vivido junto à rede da reciclagem de Porto Alegre.

Além das anotações e as fotografias ilustram os vários momentos da experiência, o que mais me afetou é o que me interessa mais diretamente, consta nesses fragmentos de memória da vivência junto a essa comunidade. Apresento-os a seguir, sem preocupação quanto a seqüência cronológica dos fatos, que são permeados de momentos de minha trajetória de vida, na medida em que lhes fui conferindo sentidos, construindo uma visão de como se dá minha relação com o universo de pesquisa. Esses sentidos são produzidos por meio de um processo pelo distanciamento institucional e vivo. Esses fragmentos da minha trajetória de *lixóloga* explicitam experiências e vivências que me levaram a realizar certas escolhas.

O termo *lixólogo/lixóloga* foi inventado e é freqüentemente empregado por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e nas diferentes esferas que atuam na temática dos resíduos sólidos urbanos e que compõe um sub-campo do campo ambiental no qual nos reconhecemos.

Toda vez que me perguntam porque escolhi o tema da minha pesquisa de doutorado respondo: - “É uma longa história...”

Meu *Métier* de “lixóloga”

Como me inscrevo no jogo do lixo? Creio que esta relação nasceu há uns 10 anos atrás... Estava concluindo o trabalho de campo de minha pesquisa de mestrado no Departamento de Ecologia (Instituto de Biociências) da UFRGS, intitulado ao “Diagnóstico Ambiental na Baía de Ipanema/ Lago Guaíba/Porto Alegre/RS: em busca de uma avaliação integradora”¹²⁶ e assumi em 1996, por meio de concurso público, a vaga de professora da rede pública municipal de ensino na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Anísio Teixeira.

Na escola lecionava Ciências Físicas, Químicas e Biológicas (CFQB) para turmas de 6^a, 7^a e 8^a séries do ensino fundamental (ainda não havia ocorrido a reestruturação curricular para ciclos de formação). Fiquei duas horas por semana “sem turma” e, para completar a carga horária, a supervisão pedagógica me sugeriu que fizesse um projeto sobre “Ecologia”, com a justificativa – “*A nossa escola está muito suja, os alunos sujaram as classes, rabiscam as paredes e jogam lixo no chão do pátio...*”. Desde os primeiros dias de aula, havia observado o descuido com o lixo... Era meu primeiro envolvimento, pelo menos que eu me lembre, neste momento, profissional¹²⁷ com as

¹²⁶ A minha pesquisa de mestrado seguiu os “padrões tradicionais acadêmicos quantitativos” do curso de Ecologia, que assumia um enfoque naturalista (excetuando o humano de suas pesquisas). Embora ainda que tímida, a proposta de avaliação integradora foi uma tentativa de procurar romper com a perspectiva cartesiana tão presente em nossa formação em ciências biológicas.

¹²⁷ Digo profissional porque todos nós no cotidiano relacionamos com lixo (nem que seja unicamente para decidir o que deve ser ou não descartado).

questões relacionadas aos resíduos sólidos urbanos. A problemática era bem visível pelo chão do pátio, ao final de cada recreio, pelas classes riscadas, nas paredes pintadas com corretivo e pelos chicletes colados aqui e ali. Foi então que, com o professor de educação física, que também tinha “*carga horária sobrando*”, começamos a esboçar um projeto.

Nesse período, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) oferecia um Curso para professores sobre o Sistema de Gerenciamento Integrados de Resíduos Sólidos Urbanos adotado na cidade, denominado “Caminhos do Lixo”. Curso que, alguns anos depois, eu viria a coordenar várias edições, com mudanças em certos conteúdos e formas de abordagem. Inscrevi-me e fui fazê-lo na expectativa de me instrumentalizar de informações e conhecimentos sobre a questão dos resíduos sólidos. Não havia em mim o desejo de trabalhar com resíduos sólidos e confesso que tinha uma visão um tanto distanciada dessa complexa problemática. A questão se apresentava, para mim, durante as saídas de campo pelo Lago Guaíba, durante as coletas de amostras, nas quais voltava, por vezes, deprimida pela constatação de que as margens das ilhas do Arquipélago (daquela época Parque Estadual do Delta do Jacuí, hoje apenas Área de Preservação Ambiental) pareciam feitas de lixo.

No curso, além de noções gerais a respeito do manejo e destinação adequadas dos resíduos sólidos, foi apresentado o Programa de Coleta Seletiva do DMLU. Meu primeiro contato, pelo menos consciente, com as catadoras teria acontecido aí...Foi nessa oportunidade que conheci Ce., catadora da UT da Cavalhada . No curso ela relatou aos participantes como a mudança da Vila Cai-Cai para o Loteamento Cavalhada *mudou sua vida...* Antes puxava carrinho abaixo de sol e de chuva, depois as cargas da Coleta Seletiva chegavam ao galpão. Falou de uma maneira tal, emocionada, sobre um pouco da sua vida sofrida, que fiquei muito sensibilizada com suas histórias.

Na época esta catadora tinha 6 filhos biológicos e 5 adotivos. A solidariedade que expressava em seus olhos, quando falava das circunstâncias que a levaram a assumir as crianças, me tocou profundamente... No íntimo, pensava o quanto aquela mulher, com quase a mesma idade que eu, apresentava no seu corpo marcas de histórias de luta pela sobrevivência numa sociedade tão desigual e o quanto sua solidariedade que partia dela parecia ser uma forma de resistência.

Ela me achou largado numa esquina da cidade
manchado, amarfanhado, anestesiado
debaixo de um cartaz sorridente anunciando a escolha global
e doída, cansada
de puxar o carrinho cheio de caixas bem dobradas
de sacolas em ordem e engradados
tudo tão bem-arrumado como a cozinha dela
e seu jardim de temperos
com os tornozelos inchados
as veias duras de arrastar as solas dos pés
por séculos de terra não-reformada
e direitos indígenas não-desenterrados

ela apoiou sua colheita dos excessos contra a sarjeta...

Reciclagem por Dan Baron (2005)
(para exposição fotográfica sobre catadores no V Fórum Social Mundial)

Ce. falou sobre o preconceito que as pessoas tinham com relação ao seu trabalho como catadora, da invisibilidade e da indiferença demonstrada pelas pessoas nas ruas da cidade. Apesar disso, demonstrava-se muito orgulhosa do seu trabalho (da batalha diária) afirmando “não levar desaforo prá casa”, erguia a cabeça e seguia o barco, pois como ela dizia: “-Ser catadora é um trabalho digno e as pessoas que não separam seu lixo, sim que deveriam se envergonhar”. Emocionada com seu relato, fui conhecê-la melhor e nossa relação perdura até hoje.

O Curso durou 20 horas e culminou com uma visita técnica orientada a vários locais de serviço do DMLU, entre os quais a Unidade de Triagem da Cavalhada, espaço de trabalho da Ce. As possibilidades pedagógicas daquele espaço suscitaram várias idéias e perspectivas de trabalho. Penso que aí se abriu o ciclo da minha introdução no campo do lixo, como “lixóloga”, pois naqueles momentos aprendi mais do que em muitos momentos dos anos de faculdade na Biologia e depois na Ecologia. Nenhuma universidade ensina o que a Ce. me ensinou naquela tarde de primavera, durante o Curso. Sua forma de ser, marca minha vida até hoje, pois toda vez que penso que tenho um “fardo pesado demais para carregar”, lembro-me dela, do seu otimismo e da sua força.

No programa de pós-graduação em Ecologia, no período (1996/1998), não havia nenhuma disciplina que sequer tangenciasse a educação ambiental e a gestão ambiental urbana. Comecei a me interessar por estas duas temáticas, buscando leituras referentes a elas. Percebi que na escola a questão ambiental era vista como uma questão de projetos, que eram pontuais, desenvolvidos nos sábados letivos, descolados do cotidiano escolar ou por professores que tinham “carga horária sobrando”. Portanto, havia muito que fazer...

Fiquei nesta escola somente um ano, pois fui convidada a compor a assessoria pedagógica de Ciências Físicas, Químicas e Biológicas na SMED. Nesse período, o foco era a Reestruturação Curricular das escolas municipais e implantação dos Ciclos de Formação. Em meio à duras experiências com a estrutura administrativa da secretaria¹²⁸ e também aprendizagens bonitas sobre escolas, alunos, professores, seus fazeres, suas queixas e suas representações, neste período de SMED fizemos¹²⁹ inúmeras e incansáveis tentativas de inserir a educação ambiental como pauta de discussão nas formações internas da secretaria com objetivo de “*Construir uma Política de*

¹²⁸ Refiro-me às dificuldades de encaminhamentos das mais diversas ações, da organização de formações pedagógicas ao simples envio de material de apoio às educadoras, que, pelos mais diversos motivos, muitas vezes não chegavam às suas mãos.

¹²⁹ Em poucos momentos uma luta solitária, mas na maior parte do período tendo como aliada principal a militante ambientalista, educadora e amiga Teresinha Sá Oliveira, a qual permanece na luta para inserir a EA (para além dos slogans de Porto Alegre: Cidade da Educação Ambiental) como uma política municipal que, numa perspectiva rizomática, sobreviva às mudanças de gestão da prefeitura, enquanto uma política de estado e não de governo.

Educação Ambiental na Escola Cidadã”. Na secretaria, a questão ambiental, não era abordada diferentemente da escola, também era somente em eventos, principalmente durante a Semana de Meio Ambiente, em seminários pontuais.

Depois de uma passagem pela Secretaria do Estado da Educação (SEE), no primeiro ano do Governo Olívio Dutra, tive a responsabilidade de avaliar e rearticular o Projeto de Educação Ambiental do Programa Pró-Guaíba. Havia muitos entraves burocráticos, muitas vezes sem nenhuma justificativa plausível, como na situação do banquinho no quartel trazido por Eduardo Galeano (1997):

Sixto Martínez fez o serviço militar num quartel de Sevilha. No meio do pátio desse quartel havia um banquinho. Junto ao banquinho, um soldado montava guarda. Ninguém sabia porque se montava guarda para o banquinho. A guarda era feita por que sim, noite e dia todas as noites e todos os dias, e de geração em geração os oficiais transmitiam a ordem e os soldados obedeciam. Ninguém nunca questionou, ninguém nunca perguntou. Assim era feito, e sempre tinha sido feito. E assim continuou sendo feito até que alguém, não sei qual general ou coronel, quis conhecer a ordem original. Foi preciso revirar os arquivos a fundo. E depois de muito cavoucar, soube-se. Fazia trinta e um anos, dois meses e quatro dias, que um oficial tinha mandado montar guarda junto ao banquinho, que fora recém pintado, para que ninguém sentasse na tinta fresca (GALEANO, 1997, p.62).

Assim, até entender porque a “sirene toca”, ou silencia, já estava saindo da SEE...Mas, retomando a minha relação com a temática dos resíduos sólidos, no ano seguinte, em 1999, assumi o cargo de bióloga, pela aprovação em concurso público, no DMLU. Tive então oportunidades riquíssimas, em termos de aprendizagens, de contato com as catadoras de materiais recicláveis das mais diversas associações (no período eram 7, as UTs que compunham o Programa de Coleta Seletiva). Iniciei compondo a equipe de Monitoramento Ambiental dos aterros sanitários, atuando, também, com relação aos Resíduos Especiais, ficando, em determinado tempo, responsável pelo setor de gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde. Ocorriam muitas reclamações das associações de catadores com relação à presença de resíduos, potencialmente infectantes, nas cargas da Coleta Seletiva oriundas de hospitais. Algumas associações estavam até negando-se a receber essas cargas.

Em Porto Alegre, nesse período, a geração de resíduos de serviços de saúde correspondia acerca de 2% do total de resíduos aterrados, perfazendo um volume médio diário de 26 toneladas. A política de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde tentava romper com o senso comum predominante de que todo resíduo gerado no interior das instituições hospitalares deveria ser considerado “contaminado”¹³⁰. Grande parte dos resíduos gerados nos estabelecimentos hospitalares, devido as suas características físicas, químicas e biológicas, se enquadra tecnicamente

¹³⁰ Embora, no imaginário da população, seja forte a noção de que os resíduos de hospitais são contaminados, na prática menos de 5% dos resíduos hospitalares são considerados potencialmente infectantes, isto é, que podem vir a transmitir enfermidades parasitárias, virais ou bacterianas a seres humanos. Estes resíduos são provenientes de locais específicos, tais como áreas de isolamento, blocos cirúrgicos e laboratórios de análises clínicas. Os resíduos perfurocortantes são também considerados resíduos contaminados, sendo agulhas, ampolas, pipetas, lâminas de barbear e vidros que se quebram facilmente.

na categoria de comuns, por não apresentarem evidências de risco à saúde. Iniciamos um trabalho¹³¹ de caracterização dos resíduos recicláveis de 17 hospitais de Porto Alegre em novembro/99, para propor uma adequação aos Sistemas de Gerenciamento Interno desses estabelecimentos.

Minhas mãos no *lixo*

Fazia um calor intenso, principalmente no Loteamento Cavallhada, que devido à topologia do terreno, em uma baixada aos pés do Morro do Osso, onde ocorre pouca circulação de ventos. Ao chegarmos no galpão (UT do Loteamento Cavallhada), relatamos nossa intenção e “pedimos permissão”¹³² para ocupar um lugar no pátio e explicamos aos associados o que faríamos naquelas duas semanas. Esperávamos que entendessem que para além de atrapalhar a rotina do galpão queríamos, sobretudo, com o trabalho de caracterização dos resíduos vindos de hospitais, “auxiliá-los”, buscando a redução do rejeito presente nessas cargas específicas encaminhadas pela Coleta Seletiva.

Começamos o trabalho no pátio, ouvíamos, lá de fora, o barulho ensurdecedor das prensas dentro do galpão. A carga de resíduos recicláveis era despejada sobre uma lona no chão na qual procedia-se o quarteamento da amostra. Separávamos em: plástico, papel, vidro, metal, alumínio, isopor, embalagens cartonadas e rejeitos. Eram, portanto, 8 bombonas¹³³ ao redor de uma mesa.

Consideramos rejeitos os resíduos por apresentarem características de resíduos comuns, que não poderiam ser reciclados, tais como as sobras de alimentação, papel toalha e papel higiênico utilizado, bem como os resíduos contaminados tais como curativos, seringas e luvas cirúrgicas. Optamos por não fazer a distinção entre os resíduos comuns e potencialmente infectantes, considerados como rejeito, devido ao risco inerente ao manuseio de resíduos contaminados. Naquele período, os hospitais de Porto Alegre contavam com quatro coletas diferenciadas: Coleta Especial para resíduos infectantes, Coleta Especial para resíduos comuns, Coleta Seletiva e Coleta de Resíduos Orgânicos (Projeto de Reaproveitamento de Resíduos Alimentares via Suinocultura).

No primeiro dia saí nauseada do galpão, senti que os resíduos de hospitais apresentavam um cheiro mais desagradável do que os resíduos comuns. Talvez já estivesse mais acostumada com esses últimos, pois realizava, com frequência mensal, as coletas de amostras de chorume e água subterrânea para o monitoramento ambiental das áreas de destinação final. Era um cheiro adocicado

¹³¹ Neste trabalho técnico de caracterização colaboraram comigo: a colega Márcia, engenheira sanitária, e o José, estagiário acadêmico de Biologia da ULBRA.

¹³² A expressão está entre aspas para frisar que esta solicitação de permissão era um tanto simbólica, pois na verdade era o DMLU quem estava solicitando (mandando). Adiante, neste parágrafo, a palavra também entre aspas reforça esta relação de paternalista com as associações de catadores, assumida pelo departamento em alguns períodos.

¹³³ As catadoras separam cerca de 49 tipos de materiais que são colocados em tonéis de plástico azul, chamados de bombonas, nos quais os diferentes materiais são encaminhados para os boxes de armazenamento.

e os resíduos de hospitais pareciam uma mistura de plástico descartável, remédio, álcool iodado...sei lá mais o quê. Os odores misturados produziam um cheiro peculiar desagradável. Realizamos a triagem com luvas nas mãos e máscaras que escorregavam do rosto devido ao suor.

Após separados os resíduos, procedia-se a pesagem. Aprendi a manusear a balança com E., um catador da UT Cavahada, acostumado a utilizá-la cotidianamente no momento da comercialização dos fardos. Houve de início certo desconforto na ocupação deste espaço... me senti invadindo o espaço dos catadores- *nós e eles*. E ainda havia uma “segregação espacial”, estávamos do lado de fora do galpão- os *fora* e os de *dentro*. Manhãs e tardes se seguiam e os contatos foram sendo mais e mais próximos. I. e N. levavam as bombonas cheias e já pesadas para dentro do galpão. Dependendo do material, as bombonas eram triadas novamente pelas catadoras¹³⁴. Os plásticos, por exemplo, são separados por elas em mais de 7 tipos diferentes (PET, PS, PEAD, PEBD, PP, PVC e misto).

Esta percepção do *nós e eles*, apenas o fato de “estar lá”, já causava certas posturas diferenciadas, embora, ingenuamente, apostasse em uma relação de igual para igual, as posturas observadas no período talvez fossem outras sem a nossa presença no galpão. Estávamos intervindo naquele espaço e em suas relações, modificando-o e sendo por ele modificadas.

Começava a sentir no corpo o cansaço de ficar em pé para realizar a triagem. Nas paradas para o lanche, conversávamos assuntos diversos: sobre os encontros com os catadores de outras associações no DMLU, questionavam-me sobre o privilégio que algumas associações tinham em relação às outras, materiais inusitados que apareciam nas cargas dos hospitais...e é claro, futebol, música¹³⁵ e causos do galpão... Tudo isto ocorria em meio a um clima de descontração e brincadeiras constantes (debochavam e soltavam piadinhas uns dos outros) regadas a muito refrigerante sabor laranja, o preferido do grupo. Percebi que tínhamos tirado o espaço do campo de futebol improvisado onde os catadores mais jovens jogavam uma “peladinha” durante o intervalo. No outro dia arredamos a nossa mesa de triagem mais para perto do pé de aroeira miúda, deixando livre o espaço do “campo” e ainda ficando com mais sombra.

Sempre ouvia dos colegas técnicos que as paradas nos galpões eram muito freqüentes, o que justificava a baixa produção e a reduzida renda obtida pelos catadores. Começava a compreender e sentir no corpo os porquês disto. Ficava constrangida de reclamar do calor¹³⁶ e do cansaço, mas com

¹³⁴ Percebi que meus contatos durante o trabalho eram mais com os homens do que com as mulheres do galpão, pois estes têm maior mobilidade no espaço, carregando bombonas, aparecendo no pátio, enquanto as mulheres permanecem no cesto, não podendo dele se deslocar sob pena de atrapalhar a produção.

¹³⁵ Havia um grupo de Rap no galpão (Ic. fazia parte). Às vezes o grupo era chamado para apresentações como aconteceu no Lançamento do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, promovido pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) em 1999.

¹³⁶ Nesse ano tivemos em Porto Alegre um dos verões mais escaldantes dos últimos anos.

o passar dos dias fui me sentindo à vontade. Já estava, inclusive, sendo motivo de chacotas para as catadoras: “Será que tu aguenta ficá a semana que vem toda ainda, nesse calor?”.

Em um final de tarde, ao terminar a caracterização, ao jogar os sacos de rejeito no contêiner, senti que algo aconteceu em minhas costas. Fiquei parada alguns minutos que pareceram horas, pois não conseguia me movimentar. No dia seguinte, não fui ao galpão, pois “fiz” uma distensão muscular e estava abaixo de medicamentos para dor. Já valorizava muito o trabalho das catadoras e passei a valorizar também seus corpos pela resistência e imunização. Meu corpo sofreu pela minha insistência em tentar demonstrar: “Se elas conseguem por que eu não vou conseguir?”. Pensava isso após duas ou três horas de triagem em pé. Estava lá no outro dia “meio torta” e ouvindo os deboches de algumas: “Nós te falamos que isto não é prá ti gurial!(risos)”

Era a primeira aproximação mais efetiva do galpão, pois antes havia realizado somente visitas esporádicas sempre acompanhada e, geralmente, dirigidas à escolas ou grupos que queriam conhecer o galpão. Neste tempo refleti: - Será que eu o conhecia suficientemente para mostrá-lo? As apresentações do espaço de trabalho nas visitas eram feitas sempre pelas próprias catadoras. Ficava sempre atenta as suas falas e curiosa para tentar compreender seus significados.

“Aqui não trabalhamos com lixo, trabalhamos com material. O que a Coleta Seletiva traz pra cá é limpo, pois a população separa nas suas casas.” Esta fala, tal como outras, contendo o mesmo enfoque fantasioso, era expressa no cesto, em meio a uma infinidade de materiais não segregados de forma adequada na sua origem, como restos de alimentos, tocos de cigarros, fraldas descartáveis, papel higiênico usado, entre outros.

Presenciei, naqueles dias quentes, várias práticas cotidianas do galpão que me marcaram. Para citar uma cena que me impressionou foi quando uma catadora grávida fez seu lanche fazendo de mesa um fardo de material plástico. Cortou pão e o encheu de sardinha retirada de uma latinha, pegou uma garrafa plástica de água mineral da carga vinda de um hospital¹³⁷ e passou a mão no gargalo (como que para limpá-lo) e enchendo-a de refrigerante, bebeu. Iniciaram-se aí os questionamentos sobre a minha visão higienista de lixo e de que forma o discurso oficial e “politicamente correto” da prefeitura, por vezes, reafirmava o estigma e o preconceito com relação a quem com ele trabalha, afinal eu trabalhava também com o lixo. O que nos diferenciava e o que nos unia? As fronteiras da polarização limpeza/sujeira estavam naquele momento “suja” para mim, exigindo um amplo processo de reflexão sobre aquele local e minhas próprias noções de higiene. Estava me ensaiando no desejo da compreensão de algumas representações e significados do cotidiano das catadoras. Penso que começou aí a relação que me fez optar por este tema de pesquisa ou talvez bem antes...

¹³⁷ Isto era simples de saber, pois as cargas de hospital vinham em sacos verdes ou azuis transparentes com muitos frascos de soro fisiológico e outras embalagens utilizadas em procedimentos ambulatoriais de fácil identificação.

Indo mais profundamente nesse “esboço de autoanálise”, lembro quando tinha 10 anos de idade que meu pai viajava para a fronteira com Argentina, para ministrar suas aulas. No seu retorno me trouxe uma camiseta com a Mafalda, personagem do cartunista Quino, que na época anos 70 era considerado um tanto subversivo (mas quem não era assim considerado nesse período?). A imagem na camiseta dizia muito sobre a questão do consumo. Lembro-me de ter questionado muito a meu pai para saber o quê significava aquela imagem. Por que a Mafalda está tapando o nariz? No lixo só tem carro, dinheiro, televisão? Além de outras coisas que a meu ver não tinham mau cheiro. Trago-a aqui, há mais ou menos 30 anos e 14 anos após o falecimento de meu pai. Encontrei esta imagem na casa de uma amiga que, ao perceber minha reação diante da mesma, presenteou-me com a revista da personagem que admiro pelo conteúdo contestador e questionador dos seus discursos. A imagem fala por si, pois Mafaldita, até sem palavras, é crítica!



Capa do volume 4 da Mafalda (Quino, Buenos Aires, 1971)

O Ilha de Furtado

Era ano de eleições municipais e em Porto Alegre havia uma polêmica com relação à situação da Ilha Grande dos Marinheiros, em função disso fui convidada a participar de um programa da TVE, junto com Jorge Furtado. Fobias das câmeras filmadoras à parte, foi um debate interessante... A apresentadora Katia Suma fazia perguntas em torno do filme Ilha das Flores para o cineasta. Quanto a mim, como representava ali a Prefeitura, como Coordenadora da Assessoria

Ambiental do DMLU, as perguntas se direcionavam para saber se depois de transcorridos 12 anos de Administração Popular a situação descrita no filme havia mudado.

Recordei, então, a primeira vez, de tantas outras, que assisti o filme *Ilha das Flores*¹³⁸ do cineasta Jorge Furtado. Não consegui digerir tudo. Era tanta provocação que não tinha como processar. Tantos pensamentos que nem lembro. Lembro que fiquei, certo tempo, sentada na poltrona como para elaborar o que tinha se passado. Descrever o Ilha hoje no chamado campo ambiental, é como “chover no molhado”, seu roteiro é quase senso comum entre os educadores que se assumem o adjetivo “ambientais”. Mas, como apontado no filme “recordar é viver”...

O documentário é construído de forma irônica e como se narrasse para quem desconhecesse, tudo sobre os seres humanos, seu planeta, seus sistemas econômicos, suas crenças, suas prioridades. O filme contribui para refletirmos que “lixo é uma questão de julgamento”¹³⁹.

Sem sombra de dúvidas, aquela seção de cinema fez diferença na minha constituição como *lixóloga*. Não somente minha, mas suponho que de toda uma geração de ambientalistas e educadores que usaram e abusaram deste curta-metragem como recurso pedagógico para sensibilizar para as questões relativas ao lixo. Esse filme, junto com o vídeo “Tá Limpo”, a poesia “O Bicho” de Manuel Bandeira escrita muito antes de eu nascer e a crônica “Lixo” do Livro *Comédia da Vida Privada* (VERÍSSIMO,1997), talvez tenham sido os instrumentos mais utilizados para provocar um despertar crítico nas práticas pedagógicas sobre o lixo. Aqui em Porto Alegre, a maioria dos(as) *lixólogos(as)* já empregou pelo menos algum desses recursos como estratégia de sensibilização em suas intervenções.

Voltando ao curta-metragem, *Ilha das Flores* conforme afirma o próprio Furtado - “Para convencer o público a participar de uma viagem por dentro de uma realidade horrível, eu precisava enganá-lo. Primeiro, tinha que seduzi-lo e depois dar a paulada”¹⁴⁰. O mais importante, porém é que *Ilha das Flores* colocava em pauta a relação lixo e pobreza, justamente num período em que era bem presente entre os porto-alegrenses a necessidade de implantação da coleta seletiva. Já havia ocorrido uma experiência de coleta de recicláveis, por iniciativa de uma ONG ambientalista, restrita a um único bairro da cidade. Levando-se em conta que foi produzido em 1989, pode-se supor que o lançamento do filme tenha contribuído para impulsionar a implantação da Coleta Seletiva pela

¹³⁸ Ilha de Furtado: A ilha que aparece no filme de Furtado, como é alertado ao seu final, é a Ilha Grande dos Marinheiros, mas há também imagens do Antigo Lixão da Zona Norte. Ele utilizou Ilha das Flores, que fica a 2 Km da Ilha dos Marinheiros, como uma alegoria paradoxal (flores e lixo). A população residente na Ilha das Flores alega que a Ilha ficou estereotipada e mal vista após o filme. Houve fortes reclamações quanto aos efeitos discriminatórios provocados aos moradores do local que até em atração turística foram transformados por causa do tal filme reconhecido internacionalmente.

¹³⁹ Lembrei-me novamente da catadora Ce. em uma de nossas atividades com os educadores da rede municipal na qual (como era de praxe) procurávamos buscar a representação que cada uma trazia acerca do lixo. Ela estava presente, aguardando seu momento de relato. Ao receber a tarjeta disse, com aquela expressão característica nos seus olhos verdes, a todos presentes, que preferia falar a escrever. Então disse a sua palavra: -Possibilidade. Ensinou muitos presentes com esse simples gesto.

Prefeitura de Porto Alegre. Além, evidentemente, da declaração pelo então prefeito Olívio Dutra do estado de calamidade pública, devido a situação crítica no Lixão da Zona Norte, no qual viviam dezenas catadores, triando, morando e comendo, local onde foram captadas as imagens finais do referido filme.

Quanto às minhas respostas naquele programa com Jorge Furtado sobre a situação dos locais que apareciam no filme, detive-me a responder sobre a organização dos catadores na UT da Zona Norte e sobre a remediação do Antigo Lixão da Zona Norte e sua transformação em aterro sanitário. Sobre a Ilha Grande dos Marinheiros, enfatizei sobre os projetos sociais implantados na região, como os Coletivos de Trabalho, no qual foram fornecidos cursos de formação, materiais e equipamentos de proteção individual para o desenvolvimento de alternativas de renda para os criadores de suínos (que alimentavam os animais com restos alimentares, sem nenhum pré-tratamento), tendo sido encerradas, no período, essas criações na Ilha. Os Coletivos culminaram na criação de uma cooperativa de trabalho, a COOPAL, que atua, ainda hoje, na limpeza das ilhas e nos trabalhos de educação em saúde na região do Arquipélago. relatei, ao final, sobre a problemática ambiental das Ilhas, cuja situação legal da área gravada como Parque Estadual Delta do Jacuí, era de difícil solução, enquanto não fosse definido, pelo governo do estado, o zoneamento do Parque, embora a realidade estivesse bastante distinta da apresentada no filme, havia muito a ser feito para a melhoria da situação de vida das comunidades locais. Cumpri o papel, esperado enquanto representante do órgão público local, o DMLU, mas tendo oportunidade de conhecer, pessoalmente, o diretor do filme que faz parte da minha constituição, enquanto “lixóloga”.

A experiência do Galpão

Para entender o Galpão é necessário explicar como se constituiu o Loteamento Cavallhada. O Loteamento foi formado, primeiramente, pelos moradores da Vila Cai-Cai, que, a partir de 1995 foram removidos, reassentados, por estar em área considerada de risco às margens do lago Guaíba, na Avenida Padre Cacique. Há no loteamento, além da Unidade de Triagem de Resíduos sólidos recicláveis (como o galpão é denominado pela prefeitura), uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde da família e uma creche comunitária.

Hoje, no Loteamento existem mais de cinco grupos de reassentados oriundos de diferentes locais da cidade, assim se constituiu uma rixa entre “os que chegaram primeiro” e “os que chegaram depois”. Essa rixa, segundo os associados, não é entre todos os moradores, mas sim disputa pelos pontos de tráfico de drogas. Contam eles que, de vez em quando, não dá para passar para outro lado por que “dá tiro”. O marco “divisor de águas” é a Escola Municipal Neuza Goulart Brizola, onde as

¹⁴⁰ Furtado, Jorge. Um astronauta no Chipre. Porto Alegre: Artes Ofícios, 1992, p. 63

crianças brincam de “bang-bang”, exprimindo a realidade cotidiana. O acesso às vagas do galpão são restritos aos oriundos da Vila Cai-Cai, mas isto não é tão explicitado nas falas.

No entanto, quando questionada se trabalhava no galpão como seu pai, R., filha de W., que realiza no galpão a separação dos jornais, responde: “Bem que gostaria, mas não me dou com essas pessoas...eles se fecham... é só a panelinha de sempre”. O argumento para o isolamento é, geralmente, associado a experiência anterior na catação de lixo, pois muitos moradores da antiga Vila Cai-Cai, já trabalhavam “puxando carrinho”, ou seja, coletando material, principalmente papelão, nas ruas de bairros centrais da cidade. O material coletado era vendido para reciclagem (papel, papelão, jornal, latas de alumínio, até osso). Com a mudança de moradia, houve a possibilidade de organização de uma Associação de Recicladores que trabalharia em um espaço cedido pela prefeitura, separando o material trazido pelos caminhões da Coleta Seletiva que já havia sido implantada. Foi assim que, em agosto de 1996, o galpão foi inaugurado, gerenciado pela associação, tendo um estatuto, um regimento interno e vinte sócio-fundadores, entre eles vários da família da Dona E. ou parentes da Dona S.. Nesse início, o galpão recebia 2 cargas de materiais e dispunha apenas de uma prensa. No período de maior convivência no galpão, trabalhavam 38 associados, a maioria mulheres.

Boa parte do lixo produzido dos moradores da região sul de Porto Alegre termina lá no galpão da Cavalhada, inclusive o meu, sendo meticulosamente separado, pelas mãos sem luvas das mulheres catadoras. Nas primeiras visitas, as primeiras impressões. O Galpão é um espaço inacreditável. Há nele um incrível jogo de cores, cheiros, ruídos, rótulos e embalagens. No “fim da linha do consumo” com toda sua dramatização e a opulência os materiais diversos presentes naquilo que em algum momento alguém classificou como lixo, são ressignificados no dia-a-dia nesse espaço. Diariamente, cerca de 6 toneladas do lixo seco de Porto Alegre são encaminhadas para o galpão da Cavalhada, via coleta seletiva, e separadas no local. Junto à garrafas plásticas de refrigerante, alimentos em decomposição e toda sorte de objetos estão mãos das catadoras.

É inevitável o espanto inicial diante da surpresa de saber o que é considerado descartável para as pessoas. “Isso veio no lixo também?” É uma pergunta recorrente entre os visitantes. É também constante e chamativa presença de aparelhos elétricos velhos e inteiros. Como se fosse um “parque dos objetos mortos”, o galpão se recria e se renova a cada nova carga que chega impregnada de memórias das pessoas, explicitando a vida cada vez mais curta dos objetos, encurtada pela obsolescência programada, ou perceptiva.

Nesse espaço, rompe-se com a linearidade do processo produção-distribuição-consumo-descarte-destino final, e se transforma num ciclo fazendo retornar o que seria lixo, portanto associado à “morte dos objetos”, com o imaginário da “ressurreição de objetos” pela reciclagem. Nele podemos visualizar o modo de consumo, demonstrado nas diversas embalagens de várias

cores, formas e materiais; podemos perceber o desperdício, os supérfluos, os excessos cometidos pela sociedade de consumo, que se desnuda e põe a vista a sua verdadeira face, sem máscaras, desmascarada pelas ágeis mãos dessas mulheres. O lixo como possibilidade de renda para elas se transforma em matéria-prima, que vai deixar de ser retirada na natureza. A natureza disfarçada de lixo é cuidada por elas.

O galpão abriga três instalações separadas do contato com o resto do ambiente interior: dois banheiros, masculino e feminino, uma sala onde é o escritório. O restante é uma grande área comum. Atrás do galpão, espaços onde ficam os resíduos maiores de sucata (televisores, computadores, carcaças de geladeiras etc.) e onde o caminhão despeja os resíduos no cesto. Quando o cesto está cheio a carga é colocada no chão, formando um monte de lixo análogo ao relatado na cidade invisível de Leônia, reunindo um “tesouro de resíduos” (CALVINO, 1991, p.108).

Há, também, o galpão “de baixo”, o novo inaugurado em 2003 (o galpãozinho, como é chamado), que recebe somente os resíduos recicláveis de hospitais. Nesse fica a esteira elétrica de triagem, motivo de orgulho para a associação, visto ser a única UT de Porto Alegre que conta com esse equipamento. Na parte da frente, fora do galpão, ficam os cascos de vidro, os potes e garrafas que são vendidos inteiros para reutilização, para colocar compota e para pirataria de bebidas alcoólicas.

O Galpão é escuro e nele há pouco silêncio. Dependendo do período do ano¹⁴¹, é difícil o acesso ao seu interior devido à quantidade de “coisas” que há dentro dele. Do lado direito de quem entra encontram-se os banheiros. De frente, a porta principal, as prensas e a balança, onde são pesados os materiais já separados. Esse local é onde, geralmente, ficam os homens, na confecção e pesagem dos fardos. Do meio do galpão ficam os boxes de armazenamento, onde são colocados os materiais triados, aguardando a prensagem. O cesto, no fundo do galpão, pode encher ou diminuir, trazendo junto com seu inchaço ou esvaziamento manifestações de euforia ou tristeza, tranquilidade ou conflito. Quanto mais materiais, mais conversas, mais barulho, mais se mexe, remexe, separa, enfarda e amarra os fardos, para o aguarado dos compradores.

No galpão, o trabalho começa cedo, as pessoas começam a chegar às sete horas da manhã e, cada um no seu posto, começam a trabalhar. As catadoras ficam no cesto ao redor das mesas. Catando e armazenando em grandes sacos, ou nas bombonas, cada qual com um material de diferente tipo. Todas sabem o que tem que separar, cada uma separa uma quantidade de materiais, plástico de tal e tal tipo, outra vidro e metais, a outra papel branco e misto (classificação de papeis que apresentam mais de uma coloração) e assim por diante... Algumas delas falam ao telefone celular enquanto, com a outra mão, colocam garrafas plásticas de um lado, papéis de outro, latas de

¹⁴¹ Visto haver uma sazonalidade na geração de resíduos, sendo maior no período das festas de final de ano.

cerveja de outro... Vez que outra, encontram cacos de vidro, que surgem entre os outros resíduos, muitas vezes provocando cortes nas mãos das catadoras.

Os rejeitos, resíduos que não apresentam valor comercial, são depositados em contêineres ao lado do galpão e ficam no guarda da retirada pela coleta especial do DMLU. Esse recolhimento é um dos elementos de conflito com o órgão público. Quanto o contêiner lota é necessário chamar o DMLU para retirá-lo, que muitas vezes não tem possibilidade operacional de realizar a tarefa no mesmo turno, acarretando a diminuição de velocidade de triagem em virtude de não haver espaço para colocar o rejeito, há vários relatos sobre “as brigas com o F.”- coordenador deste serviço no período. Dali, os rejeitos são encaminhados a Estação de Transbordo da Lomba do Pinheiro, onde seguem em carretas a viagem até o seu destino final na Central de Resíduos em Minas do Leão, um aterro privado situado a mais de 100 km de Porto Alegre.

Há outros conflitos recorrentes com o DMLU, com relação à cobrança da qualidade da triagem, visto que em algumas associações os rejeitos chegam a 40% do material encaminhado via coleta seletiva, e também quanto à distribuição das cargas entre as UTs. Algumas associações consideram haver privilégios a outras e denunciam haver tratamento diferenciado por parte do DMLU. Esse fato, a meu ver, se relacionava com disponibilidade das associações em receber cargas que não haviam sido previstas, quando há desistência por parte de outras associações. Avalio que neste quesito a associação da Cavalhada estivesse mesmo entre as favoritas, por sua disponibilidade. “Com a Cavalhada não tem ruim”, como dizíamos, pois dificilmente negavam cargas, somente quando estavam em luto pela morte de algum parente, vizinho ou amigo.

Perto das nove e meia da manhã o pessoal geralmente fazia uma pausa para o café. Essa hora era sempre mais agradável, pois era quando eu podia conversar sem estar gritando por causa do barulho da prensa. Quanto às conversas eram de mil tipos, cada duas falam de alguma coisa, mas quando o assunto chegava em “quem matou o tal Lineu”, cada uma dava o seu “pitaco”. Era divertido, quando mesmo no cesto uma de um canto do galpão, começava a “tirar sarro” de uma outra lá do outro canto. As mais velhas, não em idade, mas por tempo na atividade de catação, geralmente são as mais folgadas e estavam sempre pregando peças e contando piadas. Elas gritavam não só para perguntar sobre o último capítulo da novela, mas também para contarem as fofocas: “Somos muito faladeiras, aqui tu só vai ter dificuldade para saber coisas nossas, por que pra saber da vila inteira é só fica ouvindo. Eu falo muito, mas tem aquelas que se acanham quando vem gente estranha”, dizia Lu.

No intervalo, o momento das brincadeiras, apesar do lúdico estar sempre presente, somente: “quando vem as otoridades, aí agente têm que se comporta, né?”(dizia Lu. rindo). Era o momento também da contação das histórias do grupo, como um episódio contado por Dona E. Ocorreu em 2000: o Galpão pegou fogo. Ela conta, com um profundo sentimento de gratidão, as pessoas que

ajudaram. A prensa foi salva e ninguém se machucou, pois foi à noite, mas o Galpão ficou em ruínas, “a prefeitura levantou o galpão novamente, mas ficamos um tempão sem trabalhar, e sem receber também, não foi fácil as gêmeas da Ce. ainda eram bebês”. No DMLU foi feita uma campanha visando arrecadar alimentos não perecíveis para a manutenção do grupo, enquanto o galpão era reconstruído. Essa história apareceu novamente em sala-de-aula (no Projeto Galpão) no momento da construção da linha de tempo do galpão que culminou na elaboração coletiva de um texto: “Nossa história começa na Vila Cai-Cai, na rua Padre Cacique, onde morávamos e trabalhávamos puxando carrinhos e em outras atividades na rua (...) Quando foi construída a avenida Beira Rio ficou muito perigoso e o local passou a ser área de risco¹⁴². Então, em 1995, começaram as remoções para o Loteamento Cavahada e as reuniões para unir o pessoal e começar um trabalho coletivo e fundar uma Associação de Recicladores. A inauguração do galpão foi em agosto de 1996, com estatuto, regimento interno e vinte sócio-fundadores. Recebíamos dois caminhões de material por dia e tínhamos uma prensa. (...). Em 2000, tivemos uma grande perda. Numa madrugada de sábado, acordamos com estouros e gritos: Fogo! Fogo! O galpão estava pegando fogo e mesmo no desespero conseguimos salvar os equipamentos. Apesar do galpão ter ficado em ruínas, tivemos apoio para sobreviver, principalmente de outros recicladores e de compradores. Conseguimos verbas para reconstruir o galpão através da ajuda da prefeitura, de moradores da vila e de compradores. (...) Temos orgulho da nossa história e do nosso trabalho e queremos passar a todos uma mensagem de luta e otimismo”.

Quando o cesto está à míngua, porém, todo o cenário agitado do galpão se transforma. As conversas e fofocas dão lugar às queixas e lamentações. As reclamações e as discussões ocupam o lugar do otimismo, do barulho das garrafas sendo quebradas, dos plásticos e latas sendo jogados no interior dos grandes sacos de armazenamento de material. Não se vê o caminhão dos atravessadores na frente do galpão comprando o material e aí vem a preocupação das catadoras com a manutenção da vida cotidiana. “Ontem o caminhão que veio estava vazio, com pouco material. Por isto hoje não há ninguém aqui”. Quando isto acontece Ce. liga para a coleta seletiva solicitando que venha uma carga, o que nem sempre acontece, em virtude da escassez de material coletado. Um aspecto que pode limitar a quantidade de vagas na associação é a relação entre entrada de material – que oscila conforme a época do ano, variando a renda final repartida entre os catadores. “Um maior número de

¹⁴² A área de risco, geralmente, refere-se a uma área passível de desmoronamento em virtude da erosão, como, por exemplo, encostas de morros e margens de corpos hídricos. Na compreensão da comunidade, o local passou a ser considerado área de risco, em razão do trânsito de veículos na Av. Pe. Cacique ser intenso, ocorrendo perigo de atropelamento.

pessoas para a partilha para dividir, reduz a partilha, a caia a renda”, diz Ce., “Sendo assim, o número de associados deve ser definido com muito critério”.

Ce. era presidente da associação no período, mas ela não é só catadora de lixo, é mulher e mãe na luta por seus direitos à cidadania e por justiça social, assim ela é antes de mais nada um ser político. Seus conflitos são a essência da vida e ir à luta seu lema, porque é preciso. A dignidade que a acompanha no seu cotidiano, em meio ao lixo, está na base do seu reciclar a vida. Sem pieguice, essa catadora não reclama por piedade, nem se enreda em queixas, mas cria astúcias...Ser livre é o mais importante, que significa, antes de mais nada, enxergar na vida as possibilidades. Suas práticas cotidianas entre a desordem e a ordem, na vida e no trabalho, são tentativas de sementes de transformação da sociedade que ao perceber-se também pode reciclar-se. Ela não é instrumento político de ninguém, só dela mesma, é uma mulher corajosa, indignada, sim, mas com muita esperança no olhar. Seu fazer reflete, como num espelho, a sociedade de consumo afrontando-a para que tire sua máscara se veja e reconheça sua face mais obscura, livre da mesquinhez e da demagogia.

No Galpão sempre era recebida pela Ce., mesmo quando não era presidente. Quando chegava perguntavam sempre: - Quer falar com a Ce.?, respondia: - Sim e contigo também! A centralidade dessa catadora na rede de relações do galpão é muito forte. Impressiona muito a visão que a maioria dos associados têm da Ce. Ela conquistou uma legitimidade e prestígio muito grande, pois todos no galpão a ouvem. Parte dessa legitimidade vem da sua trajetória de trabalho. Ce. é filha da Dona E., que igualmente tem um grande prestígio na comunidade, são de uma família “cata” desde que morava na Vila Cai-Cai. A Dona E. tem 11 filhos entre os biológicos e os “criados” e a Ce., assim como sua mãe também tem 11 filhos, sendo que biológicos são seis, os outros cinco são “criados”.

Segundo alguns associados “as coisas só funcionam aqui quando a C. mete a mão”, apesar de ser a tesoureira em certo período ela se encarregava, junto com a Lu. , que estava grávida na época, de todas as atividades administrativas. O grupo elege um presidente, um tesoureiro, um secretário, mas mesmo com a atividade administrativa, todos esses trabalham catando igualmente junto com os colegas, ou seja, há uma diferenciação por que essas pessoas respondem por essas tarefas, mas não ficam no escritório. Isto parece ser um ponto de honra para elas, afinal sair do cesto pode significar a perda da identidade de catadora (?). Elas citam exemplos de outra associação na qual a presidente “nunca põe a mão na massa”, “virou chique” e “não é mais catadora”.

Às vezes tinham reuniões fora do galpão e o pessoal não ficava sabendo o que iriam fazer, qual era o motivo de sair do galpão e muitos ficavam reclamando de ter que sair. Quando a rotina é rompida há quem reclame, mas geralmente a reclamação se dá mais pela desinformação. Foi o que aconteceu em um dia em que a saída do pessoal era para receber recursos de um projeto do governo

do Estado, denominado Coletivos de Trabalho. Era importante o pessoal ir, mas às vezes, não se divulgava pela questão da segurança, pois poderiam ser assaltados. Nesses casos, a Ce. era quem os convencia pela confiança que o grupo atribuía a ela, e somente a ela, como comenta Lu.: “O meu irmão L., que é presidente da associação agora, tinha fazer essas coisas, mas é sempre assim as coisas sempre caem na mão da Ce., não adianta ela que se dá com todo mundo, ela conversa e convence o pessoal. Até porque ela e a Dona E. são as que estão há mais tempo.”

Ce. e Dona E. podem ser consideradas pessoas fundamentais no galpão. Alguns como elas dizem, “vestiram a camisa da reciclagem”, outros não, encaram o trabalho no galpão como um “quebra galho”, ou seja, como algo intermediário até conseguirem um emprego formal, com carteira assinada. Esse foi o caso da Lu., por exemplo, “Eu não queria trabalhar na catação como meus irmãos, mas aí veio o primeiro filho...”, pretendia não seguir a trajetória da família por isso resistiu, inicialmente, ao galpão. Observei no galpão que a maioria são mães que trabalham pela necessidade de sustento de suas famílias. Cada uma dessas mulheres acorda todas as manhãs e com seus sonhos vão para o galpão rasgar sacolas e separar o nosso lixo. A diversidade neste espaço é o que considero de mais extraordinário, a humanidade que nele se expressa e a possibilidade de transformação de objetos, fazeres e pessoas.

Quando há visitas

To. é uma das eleitas para acompanhar as visitas e mostrar o galpão. Ela mostra os boxes, onde colocam os diferentes tipos de plásticos e de papéis já separados. Explica como são separados os vários tipos de plásticos, referindo-se a seus respectivos nomes técnicos (PET, PVC, PEAD, PS entre outros). Mostra todo o funcionamento do galpão, do cesto à prensagem. Em alguns casos, a prensagem é interrompida para que ela seja ouvida pelos visitantes. Quando se chega, percebe-se logo quando há visita pelo silêncio que fazem.

Ao relatar sobre seu trabalho cotidiano na catação de lixo, To. aponta: “Os homens trabalham nas prensas e como bomboneiros e as mulheres trabalham triando nas mesas, pois tem mãos mais delicadas e mais tato”, afirma To. Percebe-se que essa divisão, não é tão rígida, quando há muito material para prensar, M. é uma que vai para a prensa. Inclusive já ouvi dizer que os fardos que ela faz ficam muito melhores, mais bem feitos. “Os bomboneiros são homens que pegam as bombonas cheias das mesas de triagem e jogam o material no Box determinado, onde ficam até a prensagem. O trabalho mais pesado é o nosso, pois não podemos parar”, diz To. “Prá fica na mesa tem que sê mulhé por que elas têm a mão mais delicada prá diferenciar o tipo de material, um

plástico PET¹⁴³ de um PVC¹⁴⁴, nós home não temo esse tato”, diz seu V., enquanto prensa materiais.

Os visitantes testemunham experiências interessantes. Conforme as conversas com as catadoras: “Alguns já descem do ônibus tapando o nariz, principalmente de escola particular”. Então surge entre elas a pergunta que cheiro sentem? Por que tem este cheiro no galpão? Quais as causas? É verdade que é mais pré-definição do que cheiro realmente? O fato é que os potes de margarina vem com restos e as caixinhas de leite não são lavadas antes do descarte, o que acarreta a deterioração destes laticínios provocando mau cheiro, conforme consta na tabela abaixo elaborada pelas próprias catadoras para o Guia Lixo não é Lixo.

Orientações das catadoras para o descarte dos materiais recicláveis:

Material	Cuidado	Por quê?
vidros	embalar em caixas de longa vida ou garrafas PET cortadas	corta quem trabalha com o material
caixas de leite	enxaguar	mau cheiro
garrafas de refrigerantes	enxaguar	atrai formigas e abelhas que nos picam
potres de margarina	lavar com esponja e sabão	mau cheiro e atrai ratos e baratas
bandejas de isopor (de carne, de frango...)	retirar o material absorvente (lixo orgânico) e lavar	cheiro insuportável
Resíduo hospitalar	só deve ir o que é reciclável : frasco de soro, embalagens de medicamentos	contaminação
Latas abertas com abridor	lavar e colocar a tampa para dentro	mau cheiro e corta quem trabalha com o material

Isto quando, esses materiais não são misturados a resíduos orgânicos ou rejeitos. Embora não seja dito de maneira incisiva pelas catadoras que orientam as visitas, fica evidente que o cheiro ocorre devido aos descartes realizados de forma inadequada e impensada pelos geradores de resíduos, e nada pode ser feito por elas quando esses já estão no galpão. T. quando acompanhava insistia em falar que elas trabalhavam, não com lixo, mas com material reciclado, que vinha limpo, por que as pessoas separavam nas suas casas. Certa vez, estava conversando com To. comentei: “Por que ela (T.) não aproveita para mostrar que as pessoas não separavam direito?”. To. respondeu que provavelmente T. ficasse com vergonha de acusar as pessoas, disse que quando ela fazia o

¹⁴³ Polietileno Tereftalano, plástico usado nas embalagens de refrigerante, por exemplo.

¹⁴⁴ Cloreto de Polivinila, plástico usado nas embalagens de vinagre e algumas águas minerais.

acompanhamento das visitas e algum aluno tampava o nariz ela dizia que só tinha cheiro ali por que as pessoas não separavam direito nas suas casas: “Eu falava com jeito, não ofendia ninguém, mas chamava atenção”.

Além disso, a quantidade de resíduos recicláveis que poderiam ser aproveitados e que deixam de sê-lo, em função da mistura, fica bem evidente no momento em que os visitantes visualizam a caixa de rejeitos. “Sempre tem um que pergunta, por que tem papel branco ali?” Muitas vezes os materiais recicláveis chegam sujos, seja de café ou de erva de chimarrão, isso acaba inviabilizando sua comercialização. “As pessoas se surpreendem com o que vem na coleta seletiva”, diz To. Ilustro novamente com o trecho do guia:

O que você **NÃO** deve colocar no lixo seco:

- animal (morto ou vivo) ;
- resto de comida;
- fralda descartável, absorvente higiênico, papel higiênico ou preservativo usado;
- guardanapo ou papel-toalha usados;
- fezes humanas ou de outros animais;
- cabelo;
- toco de cigarro;
- jornal usado para as necessidades dos animais domésticos; etc.

Tá estranhando? Pois é, mas este material chega mesmo para nós e não é só de vez em quando...

Durante as visitas são apresentados dados de toneladas de diferentes tipos de materiais triados e encaminhadas para a reciclagem. “Fazendo este trabalho estamos evitando o desmatamento, poupando as árvores.” O discurso da preservação ambiental está sempre presente nas falas cotidianas em torno do lixo: “Daqui tiramos o sustento de nossas famílias e protegemos a natureza”. “Eu sei a importância que tem nosso trabalho. É simples, mas mostra na prática do trabalho e faz a pessoa que passa por aqui pensar antes de sair jogando lixo em qualquer lugar”, diz Li. aos visitantes. Mas, diferente de quando há visita nada é dito, explícita ou implicitamente, com relação ao estigma relacionado ao lixo e preconceito com aqueles que com ele trabalham: “Eu dizia para as meninas que não era lixo até hoje eu brigo com quem chama o galpão de lixo!” To. “Ser humano todos nos somos, seja catador, seja médico, é cidadão e tem que ser tratado com respeito.” C. Mesmo tendo estas falas silenciadas durante a visita, somente o fato de entrar no espaço do galpão e ter a oportunidade do contato com as catadoras, já é suficiente para rever alguns pré-conceitos a respeito do lixo e principalmente com relação as pessoas que com ele trabalham. Tenho a convicção de que a pessoa que tem essa experiência não sai “imune”, pelo menos um pouco “contaminada” ela fica e vai fazer alguma reflexão, nem que seja no âmbito mais íntimo e não revelado.

Galpão: um espaço educativo

Em 2000, coordenava a Assessoria Ambiental do DMLU e organizamos cursos de formação para educadores(as) das redes públicas de ensino. Afinal me considerava exemplo vivo de que eram realmente motivadores para o trabalho com a temática¹⁴⁵. Em 2001, soube que havia interesse da Secretaria Municipal de Educação (SMED) em realizar um projeto de educação para os catadores. Apresentei-me para colaborar e acabei assumindo a elaboração e todos os passos necessários para implantação do mesmo.

A memória do Projeto Galpão, apresentada aqui em fragmentos, aparecerá algumas vezes na forma de “discurso oficial da Prefeitura”, devido ao fato de assumir este discurso pessoalmente no período em questão¹⁴⁶. Durante a pesquisa, busco ir além do meu olhar sobre estas práticas cotidianas (discursivas), mobilizando recursos teórico-metodológicos para a compreensão do espaço do galpão.

Construímos¹⁴⁷ juntos educadores(as) e catadores(as), de forma coletiva o Projeto Galpão, na SMED, no primeiro ano da quarta gestão da Administração Popular de Porto Alegre, vinculado à política municipal de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Esse projeto caracterizou-se por constituir-se em um espaço pedagógico e de diálogo com os catadores de quatro associações, cerca de oitenta catadores, nas quais as relações construídas neste período ainda permanecem bem vivas em mim. Lembro-me dos momentos deste convívio no qual muitas vezes era necessário um “namoro pedagógico” para “seduzir” os catadores a participarem do projeto que apresentava turmas de alfabetização e pós-alfabetização. As emoções das primeiras produções textuais foram bastante significativas.

O tempo de convívio no Projeto Galpão foi, sem sombra de dúvida, o momento mais marcante de minha relação com as/os catadoras/es. Tento ilustrar as emoções desse período com a transcrição do texto coletivo das alunas catadoras da turma de pós-alfabetização presente na publicação chamada *Lixo não é Lixo* que foi lançado e autografado pelos alunas/os do projeto no II FSM (Fórum Social Mundial), em 2002:

¹⁴⁵ Soube de outras educadoras, que se autodenominam *lixólogas*, que como eu, foram estimuladas e motivadas desta forma.

¹⁴⁶ Assumir a *heterogeneidade do discurso* e deixar aflorar as contradições, as diferenças. Esta prerrogativa está de acordo com o que traz Foucault com relação ao espaço enunciativo, ora estou falando de um *lugar e de um papel* que ocupava, ora onde me situo no momento. São discursos que me atravessam e me constituem, demonstrando a “descontinuidade do sujeito em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 1986, p.662) conforme alerta o autor.

¹⁴⁷ Nestes trechos sobre o Projeto Galpão escrevo, em vários momentos, na segunda pessoa do plural por estar descrevendo momentos de uma construção que foi coletiva desde o seu início. Inicialmente éramos em três educadoras: Eliane Simões da Silva, Rosa de Fátima Pereira e eu. Somos as *galponeiras*, como o amigo Eduardo, dentista homeopata, que atuou no projeto como educador em saúde nos chama até hoje.

“Somos seres humanos, mulheres e homens, casadas(os), separadas(os), viúvas(os), bonitas(os), feias(os),
mães ou pais de família, amorosas(os), educadas(os), esclarecidas(os)...

Somos catadoras/es, trabalhadores da reciclagem, associados, pessoas da comunidade que valorizam os
materiais para não destruir a natureza, colegas de aula e de trabalho em busca de um lugar melhor para se viver.

Somos educadoras/es ambientais e também estudantes em busca de novos conhecimentos para aprendermos a
lidar melhor com nosso trabalho.

Somos pessoas que sabem muito da vida e que tem muito a ensinar.

Somos tudo isso e muito mais...”

Alguns imputam para si mesmos a culpa de continuar catando: “Eu não estudei era muito acomodado, não me esforcei, por isto permaneço aqui” V.. Numa situação que auxilia, reproduz e legitima as condições de subordinação. Há, no entanto, os que “vestiram a camiseta da reciclagem” na forma associativa: “Na realidade, se tem carteira assinada, tem patrão e se tem patrão, já dá aquele negócio de exploração”. Ta.

Assim, constava nos meus escritos na SMED sobre o Projeto Galpão: “Sendo a Educação um processo que ultrapassa os limites da escola, os vários espaços da cidade podem vir a se converter em espaços educativos. Reconhecendo o trabalho desenvolvido pelas UTs (os chamados galpões de reciclagem) pelo ganho ambiental que produzem e pela possibilidade de geração de renda a pessoas anteriormente excluídas do mercado formal de trabalho, visualizamos esses espaços, também, como educativos”.

“Tendo em vista as diretrizes do programa de governo da Administração Popular de Porto Alegre, na sua quarta gestão, no que se refere ao combate à exclusão social, o Projeto GALPÃO visa garantir a inclusão de uma maneira mais ampla, para além da geração de renda, dos catadores, que trabalham na triagem e comercialização de materiais seletivos, constituídos na sua grande maioria por mulheres[...]”. Buscávamos, assim, que esses sujeitos anônimos fossem reconhecidos como sujeitos históricos, sociais e culturais, fortalecendo a auto-estima e, também, as identidades como catadoras e como mulheres. [...] “e como agentes ambientais urbanos capazes de educar a cidade para uma gestão ambientalmente adequada de seus resíduos”.

A alfabetização e a escolarização de jovens e adultos, a partir da sua atividade de triagem, tornou-se um desafio, sobretudo pelas demandas apontadas nos oito galpões existentes na cidade. Previa-se, ainda, os que seriam organizados a partir da ampliação da Coleta Seletiva.

Os objetivos do projeto eram: “Implementar a escolarização nas UTs do município, atingindo a curto e médio prazo todos os(as) trabalhadores(as) em resíduos sólidos recicláveis interessados em concluir o ensino fundamental, que não tiveram a oportunidade de realizá-lo”. Cabe salientar que a oferta de ensino fundamental completo à todas catadoras foi o compromisso

assumido por professores da FAGED/UFRGS com a Sra. Hilma Klein¹⁴⁸ - Coordenadora da FARRGS, quando procurada no galpão do Loteamento Rubem Berta para realização das pesquisas: “- Tudo bem, podem vir aqui. Mas, quando nos catadoras iremos estudar na universidade?” Problematizava, na época, a liderança, que venho a falecer em 2002. A perda se constituiu em um grande pesar para a categoria dos catadores que dava seus primeiros passos de organização.

No discurso oficial de então, a proposta visava ainda: “Realizar projetos educacionais e culturais que incidissem sobre o processo de exclusão social, prevendo-se, nesses espaços educativos, a realização de oficinas que contemplassem temas como: educação ambiental, saúde do trabalhador, sexualidade, DST/AIDS e outros temas relevantes, enquanto instrumentais que possibilitassem uma melhor qualidade de vida a estes trabalhadores; Estimular a qualificação do trabalho, mas, sobretudo, nas relações interpessoais, baseadas na cooperação, visando o fortalecimento de uma consciência coletiva enquanto trabalhadores da reciclagem; Viabilizar a construção, por estes trabalhadores, de uma autonomia capaz de articular-se com as ações de gestão ambiental da cidade, além de possibilitar reflexões diretamente relacionadas ao mundo da reciclagem”. Estes eram os objetivos propostos para a realização do projeto Galpão, nos quais se observa a forte relação com o trabalho.

A importância de conceber a aprendizagem de jovens e adultos como um processo que se dá ao longo de toda a vida é fundamental para EJA (Educação de Jovens e Adultos) e é encarada como uma ação reparadora. O conceito de EJA já há alguns anos, vem sendo revisto na perspectiva de que a realidade representa desafios às práticas existentes, devido a uma maior exigência de relacionamento entre os sistemas formais e não-formais de educação, devendo incorporar criatividade e flexibilidade. Tais desafios devem ser encarados mediante novos enfoques, dentro do contexto da educação continuada, ao longo da vida. “O objetivo principal deve ser a criação de uma sociedade instruída e comprometida com a justiça social e bem-estar geral (conforme a V CONFINTEA -Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos- realizada em Hamburgo, em 1997). A EJA visava a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação e exclusão social, e foi com esta visão que se desenvolveu este projeto, com a utópica, mas necessária idéia de educação voltada ao exercício de uma “cidadania”. Assim, realizamos as ações educativas. Com o olhar presente, percebo o termo *cidadania*, com quaisquer adjetivos, como desgastado e corroído. Foucault já apontava a cidadania como artefato do poder disciplinar mais do que pelo conjunto dos direitos civis, políticos e sociais concedidos pelo Estado. Tenho pensado muito nessa idéia.

¹⁴⁸ Hilma era conhecida como “braço de ferro” dos catadores, reconhecida por todos como aquela que não tem *papas na língua*....

“O projeto Galpão, constituído na SMED, tem, portanto, a intenção de intervir não somente na ampliação dos conceitos relativos à reciclagem e classificação de resíduos sólidos urbanos, mas possibilitar, por meio do processo educativo, a resolução das situações problema que dificultam a vida destes(as) catadores(as), fazendo com que cheguem aos objetivos mútuos e valorizem o seu trabalho e vida. Qualificar suas relações interpessoais era outro passo pretendido, transformando-as em relações de coleguismo, companheirismo, cooperação, estabelecendo-se a confiança e, sobretudo, o respeito uns pelos outros, além da auto-estima, o sentimento de ser importante para a cidade, para outras pessoas e, sobretudo, para si mesmo”. Penso que a pesquisa permite uma maior reflexividade acerca das concepções aí presentes no sentido de destruí-las e reconstruí-las a partir de novas leituras, embora ainda com alguns “resquícios românticos” deste período.

A proposta procurava contar com a articulação de políticas sociais dos diversos órgãos da PMPA, a fim de não se limitar apenas a ações pontuais e assistencialistas, levando em conta a realidade das comunidades, buscando assegurar a equidade no acesso aos bens e serviços públicos. Não se tratava, portanto, somente de ofertar serviços, mas possibilitar o acesso de fato, atendendo as necessidades e as especificidades da comunidade em questão. O foco da discussão no período era “Inclusão social para além da geração de renda”.

“Assim, nos permitimos perceber esses espaços das UTs como espaços educativos de realização das individualidades, aproximando-nos da luta cotidiana dos/as catadores/as, concebendo a educação como um processo voltado ao universo desses jovens e adultos que tem uma prática social, um modo de conceber a vida, uma forma de pensar a realidade”. Nosso papel neste processo, como educadores(as), foi ter uma atitude indutora, mobilizatória, mediadora, criando condições para que ocorresse a educação de jovens e adultos, para que reconhecessem a si mesmos como sujeitos históricos, isto é, como protagonistas da sua própria história e, também, sua própria geografia, cartografada no seu cotidiano com o *lixo*. Com o distanciamento temporal, percebo hoje com maior acuidade, sobre nosso próprio processo de aprendizagem enquanto educadores (as) a partir deste convívio, embora raríssimas vezes tenhamos discutido sobre isso. No entanto, dizíamos que o nosso principal desafio “era reinventar nossos próprios conhecimentos para que tivessem sabor de vida e cheiro de gente”.

“O projeto contemplou (procurou contemplar) uma articulação entre o social, político, ambiental, cultural e o pedagógico, reconhecendo como legítimos os saberes que emanam da própria relação entre esses homens e essas mulheres na sua atividade cotidiana com o lixo, tendo como suporte a própria concepção de Educação Popular, na perspectiva freireana, voltado para a transformação social. Assim nos movíamos na construção do projeto inspiradas em Paulo Freire, com utopia, ousadia e paixão”. Nessa perspectiva o projeto seguiu, portanto, respeitando os espaços, os tempos, os ritmos, as histórias de vida e as necessidades de cada participante, enquanto sujeito de

seu próprio processo de aprendizagem, desacomodando saberes já constituídos e problematizando-os. “A relevância do papel dos(as) catadores(as) na gestão ambiental da cidade e a sua identidade, enquanto agentes ambientais urbanos são exemplos de questões centrais que foram abordadas dialogicamente”.

Para que o Projeto Galpão fizesse parte, de fato, da política de EJA da SMED foi necessário desafiar o que já estava consolidado, desnaturalizando o padrão de oferta¹⁴⁹, como diziam as gestoras desta política no período: - “Tem escolas perto dos galpões, é só os catadores se matricularem...”, para um no qual o “desejo de saber” estava acima de instituições. As formações dos educadores do projeto, por acontecerem juntas as formações do SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos) e do MOVA acabaram pulverizando-se em questões genéricas, não atendendo aos objetivos específicos do grupo que atuava junto às catadoras. Fizemos movimentos no sentido de fazer oficinas específicas para o grupo de educadores do Galpão em temáticas que eram demandas do próprio grupo. Essas formações, pode-se avaliar como condizentes com a realidade dos galpões.

A experiência de trabalho no SEJA nos remetia à reflexão sobre as causas efetivas da evasão dos educandos e cada vez nos deparamos com motivos que fogem à possibilidade de intervenção da escola. Quantas de nossas alunas do SEJA abandonam as aulas devido ao seu horário de trabalho? Essa avaliação nos mobilizou ainda mais a desenvolver um projeto deste cunho, dentro do horário e no próprio espaço de trabalho das catadoras. Muitas catadoras demonstravam o desejo de aprender a ler e escrever ou de ampliar seus conhecimentos, apesar da relação de exclusão escolar que foram, e muitas ainda estão sendo, submetidas, que as levou não concluírem o ensino fundamental. Algumas falas:

Eu queria aprender, mas sou burra mesmo, não tem jeito! (To., 36 a.)

Sei escrevê malemal meu nome. E é só! (Dona E., 67 a.)

Enquanto tivê viva eu quero aprender! (Dona J., 70 a.)

Desta maneira, a intervenção do educador devia se dar no sentido de identificar a história de vida de cada um, fazendo com que o que é individual identifique-se com o coletivo e assuma uma dimensão simbólica de pertencimento, que se refletiria na aceitação de si próprio e no respeito ao outro. Isso de fato se efetivou nas turmas nas quais os educadores apresentaram o devido comprometimento com a tarefa difícil, mas extremamente prazerosa, de reverter a idéia de que a

¹⁴⁹ Algumas catadoras nos relatavam experiências escolares traumáticas como alunas e como mães de alunos(as) apresentando, inicialmente, grande resistência a frequentarem o espaço da escola quando se optou por mudar as aulas do Projeto Galpão para a EMEF Neusa Goulart Brizola, que fica ao lado do galpão.

própria escola enquanto instituição fomentou na cabeça desses sujeitos, de que eram incapazes de aprender.

A necessidade de se compreender a realidade das catadoras dos galpões, fez com que se elaborasse, coletivamente, um instrumento de pesquisa. Após a elaboração do instrumento, este foi então aplicado nos diferentes espaços (305 questionários foram respondidos), a análise das falas nos serviu de subsídio para o levantamento das demandas por alfabetização e escolarização, e, ainda como suporte para pensar os primeiros passos do planejamento pedagógico. Das questões ecológicas às de gênero associadas tão organicamente a este projeto, as contextualizações políticas e históricas do trabalho nos galpões, foram temas que serviram de base para a construção das propostas de percurso formativo constituído a partir da realidade de cada local.

Cada UT, ou seja, cada uma das associações de catadores possui suas particularidades e tivemos, portanto, visões diferenciadas de como se daria, concretamente, o processo educativo em cada espaço. Diante dessa complexidade e da diversidade da demanda, se fez necessária a definição de prioridades. Optou-se em iniciar o projeto pela alfabetização. Tínhamos quatro unidades inseridas no ano de 2001, que já tinham suas aulas: do Loteamento Rubem Berta (início em 18 de abril), do Loteamento Cavahada (início em 01 de junho), Restinga (início em 21 de junho) e Vila Santíssima Trindade (início em 09 de julho) perfazendo um total de nove turmas trabalhando com catadoras que não tinham escolaridade nenhuma ou freqüentaram a escola somente até a quarta série. A proposta consistiu em trabalhar a alfabetização no seu sentido mais amplo - letramento, não se detendo somente a decodificação da escrita, mas na leitura do mundo.

O contexto exigia um currículo, mais do que interdisciplinar, transdisciplinar e transversal, em constante movimento, por meio de um processo de construção coletiva que remetesse às prioridades a serem desenvolvidas no ensino-aprendizagem. A Educação Ambiental, a Saúde do Trabalhador, a Economia Popular/ Associativismo, foram exemplos de temas que emergiram, ao longo desta caminhada, visando um despertar crítico e ativo das catadoras, rumo à construção de sua *autonomia*¹⁵⁰.

Além dos espaços de sala de aula, visava-se que os alunos se *apropriassem dos bens culturais que a cidade disponibiliza aos seus cidadãos*. Dessa forma, as turmas de catadoras, acompanhadas das educadoras, naquele ano, visitaram o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, assistiram peça Cassandra no Teatro Renascença, filme na Casa de Cultura Mario Quintana: Sonho de Rose e realizaram Passeio de Barco pelo Delta do Jacuí, além de terem participado de uma oficina sobre Gerenciamento Socioambiental dos Resíduos Sólidos Urbanos, durante o Fórum

¹⁵⁰ Havia no período forte crítica (internamente e externamente a prefeitura) a forma paternalista e assistencialista que se iniciou Programa de Coleta Seletiva de Porto Alegre, afirmando que era preciso apostar na construção na autonomia pelos catadores.

Social Mundial, entre outras atividades, conforme informações constantes no relatório de atividades do projeto Galpão. Ao longo da pesquisa re-visito esses momentos junto às catadoras, que foram ricos de significados e representações.

O Sonho das Roses

T. e da I. são consideradas as “festeiras” do grupo, arrumam-se para ir aos bailes nas boates do centro. Disse para T.: “Que bela estás!”. Ela respondeu bem humorada e dando um rodopio: “Gostou? Tudo do Shopping Cavalhada, minha nega!”. Depois explica em tom mais baixo: “Tirando a calcinha, o sutiã e a meia-calça, o resto saiu tudo do cesto!”. A I. é casada com o L., filho da T.: “Ele devia ficá feliz por que é comigo que ela sai, mas ele fica brabo! Ele se some, às vezes, a Is. aproveita quando ele tá em casa para cuidar das crianças e sai comigo”.

Essas duas são exceções a regra, pois, em geral, as mulheres do grupo não tem o costume de sair do loteamento. Os passeios são ali mesmo, quando uma vai à casa da outra tomar um chimarrão e contar as fofocas do dia.

Numa certa tarde de inverno, fomos assistir um filme que passava na sala de cinema da Casa de Cultura Mario Quintana. As catadoras do galpão e as educadoras foram prestigiar ao filme “O Sonho de Rose, 10 anos depois”, da diretora Tetê Moraes, que registra o cotidiano do assentamento de sem-terras mais de dez anos depois do filme “Terra para Rose”, premiado documentário sobre a ocupação de um latifúndio no Rio Grande do Sul, na Fazenda Annoni, por um grupo de agricultores que inspiraram a criação do Movimento dos Sem-Terra (MST). Não faltaram comentários das catadoras durante a projeção, nem no final. A história tem narração de Lucélia Santos e música de Chico Buarque, o documentário apresenta acompanhada a trajetória de famílias de sem-terras¹⁵¹.

Antes do filme, as catadoras passearam pela Casa de Cultura Mario Quintana, que é sem dúvida um dos prédios antigos mais lindos da cidade. Conversamos sobre o poeta, sobre sua história e suas poesias mais conhecidas. Após, teceram comentários sobre a beleza e imponência do prédio que foi o antigo Hotel Majestic onde morou o poeta mais reconhecido de Porto Alegre. A educadora Daniela Borsato já havia trabalhado com o poema o Mapa em sala de aula e livremente inspirada nele escreveu:

A coleta seletiva de Porto Alegre tem uma história feita de gente e de sonho
Essa história tem um pouco de tudo o que gente sente,
cada um diferente em diferentes lugares.
Espalhados na anatomia do corpo da cidade, no meio de tanta "esquina esquisita",

¹⁵¹ Rose e sua família participaram da ocupação da Fazenda Annoni em 1985. A ocupação da fazenda foi um marco para a expansão do Movimento dos Sem Terra em todo o Brasil.

há galpões construídos com suor, sorriso e lágrima de um monte de gente junta, que descobriu a natureza disfarçada de lixo e a transformou em trabalho, comida, estudo e em um mapa para uma "rua encantada" que em sonhos se sonhou.

Ao longo da projeção, entre os cochichos pude ouvir: "Elas são como nós". Fiquei pensando muito nesta fala... Principalmente, no fato das catadoras terem se identificado com as trabalhadoras sem-terra. Por serem mulheres, por serem mães, na luta por seus direitos, no sustento, identidade de gênero? O documentário ajuda a desfazer uma imagem negativa que traziam do MST. "Os sem-terra não são baderneiros, eles só querem terra para trabalhar". Quando acabou o filme o silêncio pairava no ar demonstrando o quão reflexivas as catadoras saíram da sala de cinema.

Fim do Projeto Galpão: uma análise necessária

"O ser humano deve ser o sujeito de sua própria educação, não objeto dela".

Paulo Freire (1983)

A reação contrária ao projeto Galpão por parte dos que então ocupavam cargos na coordenação pedagógica na SMED aponta para a resistência a mudanças efetivas que mexem com o modelo educacional já estabelecido e cristalizado. Esta reação nos aponta que estávamos mexendo com valores, concepções, paradigmas de sociedade, para além da educação, diferenciados, desnaturalizando padrões do que seja escola e educação. Afinal há algo inerente ao ser humano, quando se resiste a algo é porque existe algo a ser transformado.

A idéia de estudantes de graduação, principalmente os que não eram da pedagogia e sim de antropologia, medicina e outras áreas do conhecimento, sem experiência de escola, atuarem como educadores mexe com o corporativismo da categoria do magistério. Por meio "rótulos", as perseguições e retaliações tentaram, a qualquer custo, destruir a relação pedagógica construída a "duras penas", sobretudo com muita afetividade, estabelecida ao longo desse projeto com as catadoras.

Na organização e desenvolvimento do projeto havia mais do que a escuta de todos, o respeito aos diferentes posicionamentos. Era assim que se construía, de forma coletiva, o projeto. Isto era visto de forma pejorativa, como anarquia. O fato é que não estávamos fazendo de conta que mudávamos. Havia no período, por traz de um discurso radicalização da democracia, a reprodução da forma hierarquizada e burocratizada de governar, que reforça o poder dominação. Estivemos transgredindo as normas disciplinares, "chacolhando" a instituição, ousando construir algo diferente do que já estava estabelecido nos modelos propostos pelos Cadernos Pedagógicos da SMED. Isto provocou descontentamentos por parte de quem acredita que a autonomia dos educadores com relação a SMED (chamada mantenedora) deve ser "relativa", pois os educadores devem seguir a

cartilha da tendência político-pedagógica (e partidária) legitimada como sendo a vontade da população da cidade, demonstrada no pleito eleitoral municipal.

A centralidade da discussão teria que se dar na direção do direito à educação de qualidade para além da alfabetização incorporando os desafios da gestão ambiental urbana, entretanto fixaram-se nos aspectos burocráticos, como argumentos para acabar com o projeto que já estava desacomodando formas “já pensadas” do fazer educativo. Várias reflexões deveriam ter sido feitas antes da avaliação administrativo-burocrática (em nada pedagógica) a fim de que pudéssemos ter buscado alternativas mediadoras, coerentes com a concepção de educação popular e não o desfecho cruel no qual se mostrou que “aprender é bom” e se retirou a garantia a educação de cerca de 80 educandas jovens e adultas catadoras, que não estariam matriculadas nas escolas da rede municipal de ensino, se não existisse o projeto.

“Na concepção de educação que questiona o saber historicamente construído que a escola trabalha e busca trabalhar o saber que emerge da vida, da atividade cotidiana junto as sobras da nossa sociedade consumista, assim o Projeto Galpão se desenvolvia.” Buscando alternativas de forma crítica e reflexiva, por meio de ações cooperativas e solidárias, o projeto seguia na SMED. O que não é muito vivenciado e praticado nas instituições que são locais onde não se “pensa”, se “executa”, pois conforme a fala do secretário de educação, no período, “lugar de pensar é na academia”. Essa fala talvez tenha me impulsionado a retorno à universidade, após 8 anos de afastamento, para pesquisar “oficialmente”, o quê enquanto educadora nunca deixei de fazer.

“As várias dúvidas e os questionamentos que apareceram durante o processo, que a própria academia ainda não conseguia responder às demandas em termos de aprofundamentos teóricos, necessários frente às complexas transformações da contemporaneidade. As teorias não davam conta dessa realidade que se apresentava a cada momento mais multifacetada e fazia com que ora debatêssemos sobre as relações de trabalho nos galpões, buscando formas alternativas de aumento de renda, ora buscássemos resolver a questão das catadoras com dificuldades visuais, aproximando o posto de saúde do galpão, por exemplo”.

“A falta de ética na avaliação do projeto, realizada na ausência das pessoas que estavam à frente desse, reflete o descaso para com as educandas catadoras jovens e adultas que foram silenciadas, como se não tivessem suas próprias visões do projeto e as vivências a partir dele. Como se fossem meros objetos da Educação, como enfatiza Freire, ou figurantes de um programa publicitário da propalada qualidade de vida em Porto Alegre, que não se concretizará com ações desse estilo.”

“Se houve falhas? Com certeza que sim. Mas, não é negando o processo de aprender com os erros que se caminha. Afinal, a qualquer momento é possível de corrigir as rotas, pois num mundo em constante transformação a educação deve ser um canteiro de obras.” A fala das educandas

catadoras sobre as aulas, sobre seus próprios processos de aprendizagem, sobre sua relação com os colegas, com seus(suas) filhos(as) e com as educadoras, dizem muito sobre que rumo o projeto estava seguindo. Ali apareciam as dificuldades, oriundas de qualquer processo que se inicia e não se considera dado, pronto e acabado, mas também com as vitórias coletivas de resgate de auto-estima e de confiança no grupo.

“O projeto político-pedagógico encarava a educação para além da alfabetização, por entendermos que, ao trabalharmos os saberes das catadoras, produzidos no seu fazer cotidiano com o lixo, estaríamos dessa forma construindo a pré-disposição à leitura e escrita. Mas, até se mexer com a concepção de educação, enquanto escolarização, que os alunos carregam foi um processo árduo. Desmanchar a imagem daquela escola que os excluiu por vários motivos, todos injustificáveis, foi um processo lento e gradual de compreensão, acolhimento, respeito e muita afetividade. Nossa relação com as educandas catadoras sempre foi afetiva e não burocrática. Citamos isto para rebater a acusação de que tínhamos estabelecíamos uma relação emocional e não profissional para com as alunas do projeto. Realmente, as educandas não eram somente números em uma lista de chamada e sim, seres humanos com as dores e as alegrias de serem o que são, catadoras. Por mais simples que este tipo de relação possa parecer para nós ela demonstra um diferencial significativo, que vai além de visão de Política Pública que se avalia por indicadores quantitativos e que ao ignorar as singularidades, homogeneiza a todos como se fossem “jovens e adultos trabalhadores” quaisquer e igualando exclui os diferentes. A educação deve ser flexível a realidade do aluno ou é o aluno que deve se adaptar a ela? A proposta contemplava uma ampliação das horas de formação e pesquisa, processos tão necessários e fundamentais ao desenvolvimento de um projeto com esse cunho, o que foi visto na avaliação administrativo-burocrática como o não cumprimento da carga horária de aula pelas educadoras”.

Nesse último fragmento, transcrevi trechos do relatório entregue pelas educadoras do Projeto a coordenação pedagógica da SMED, no final do mesmo. A rispidez, inerente ao momento de crise, deixando os desabafos à parte, o projeto encerrou-se com todas as educadoras se desvinculando da SMED após a entrega de um Manifesto ao Secretário de Educação e a Coordenação da FARRGS, no período. O documento afirmava o quanto sentiram-se desrespeitados, repudiando a falta de diálogo da coordenação pedagógica e relata a gravidade dos fatos geraram enorme revolta entre as alunas catadoras¹⁵² envolvidos do Projeto, que se viram privadas do contato com as educadoras, sem serem consultadas. Com o parágrafo abaixo se concluía o manifesto:

¹⁵² No período as catadoras ameaçavam fazer um “panelaço” frente da SMED, mediamos a situação e foi escolhida uma comissão de catadoras para participarem da reunião com o secretário. O que não ocorreu, pois o mesmo não os recebeu. A sua alegação ao sair do gabinete era que tinha um compromisso urgente e quando interpelado pelo coordenador da FARRGS que se apresentava educadamente como tal, o Sr Secretário expressou-se grosseiramente : -“ E daí! Nem que tu fosses o presidente da República eu te receberia!”

“Como educadores de base comprometidos com o movimento social dos catadores, nós abaixo-assinados reafirmamos com todos nossas(os) alunas(os) e companheiras(os) o compromisso de com eles(as) prosseguirmos nesta empolgante empreitada de uma educação emancipatória, independente dos posicionamentos burocráticos e autoritários da atual gestão da SMED”.

Solicitei meu retorno ao DMLU. O Projeto deixou suas marcas, sua essência humana. A gestão da SMED procurou segui-lo com outras educadoras, como se nada tivesse ocorrido, em outros galpões. Mas, a tentativa não surtiu efeito, pois não houve adesão por parte dos alunos catadores. Levaram um ano para admitir oficialmente a interrupção do mesmo; era o tempo que faltava para a conclusão do mandato daquela gestão, que não se dispunha a arcar com esse ônus em um ano eleitoral. Os contatos entre as educadoras envolvidas e as catadoras continuam subvertendo a lógica institucional. Perseguimos na utopia de realizar o sonho possível de construção da autonomia com justiça social.

Sigo “catando” no passado, debruçada naquilo que houve e o que não houve, nos ditos e não ditos, como que realizando nesta pesquisa uma espécie de arqueologia dos significados da experiência marcante do Galpão, orientada para a busca do que ficou às margens do oficial.

Reinventando o Galpão

Era o momento de escolha do nome do projeto, percebemos que Galpão não era somente um espaço de trabalho, além disto que é o óbvio. Era também um espaço de relação, da socialidade e constituição de identidades, não dadas a priori, mas em processo. Ao se apresentarem em várias oportunidades do projeto as catadoras diziam : - *Eu sou do Galpão da Cavalhada*.

O galpão mostra-se como fonte de significados, que forneciam a identidade compartilhada pelo grupo. Foi a partir da percepção dessa espacialidade complexa, me motivei a buscar nexos teóricos, principalmente na Geografia, para relações estabelecidas nesse espaço. Mais tarde, comecei a compreendê-lo como um **território**, componente indispensável da existência humana.

De lá para cá foi possível trilhar outros caminhos e assumir novos olhares e, portanto, novas formas de intervenção, abrindo-se assim um leque de possibilidades de reflexões que tenho compartilhado com as catadoras de materiais recicláveis. Também havia a intenção de divulgar o invisível cotidiano dessas mulheres, como forma de reconhecimento do seu trabalho pela gestão ambiental da cidade. A atitude crítica diante do estudo é a mesma que deve ser tomada diante do mundo, da realidade e da própria existência. Com esse adentramento fui alcançando *outras leituras*

possíveis para fatos ocorridos, principalmente para as relações vivenciadas, que pretendo cada vez mais lúcidas, críticas e pertinentes.

Espero que essas inquietantes leituras sejam úteis no reconhecimento destas geografias alternativas forjadas por pela falta de oportunidades de trabalho e pelo consumo exagerado de produtos impostos pela promessa de felicidade, que não está em outro lugar senão na nossa própria capacidade de sonhar.

Outros Erres possíveis: Reunir, Resistir e Reciclar

O II Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis ocorreu entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2005, no Ginásio Municipal de São Leopoldo, cidade gaúcha situada no Vale do Rio dos Sinos. Com o tema: “Não há fronteira para os que exploram não deverá haver fronteiras para os que lutam”, o congresso foi realizado nos dias que antecederam o V FSM em Porto Alegre, contando com a participação de cerca de 1050 catadores. Mas quem eram eles? E o que queriam? Após místicas e animação com as cantigas do movimento, constuiu-se a mesa de abertura com os relatos de lideranças de catadores da Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia e Brasil. Apresentando-se como a realidade mais difícil neste momento a dos catadores do Uruguai que sofriam com a repressão policial, sendo impedidos de catarem no lixão (que foi cercado) ou nas ruas das cidades.

Houve momentos muito emocionantes no congresso de catadores, quando estes faziam questão de dizer que quem tinha que “tomar as rédeas da luta” eram eles próprios e não os “técnicos”, como chamavam a todos, como eu, que no evento não eram catadores (pesquisadores, estudantes, representantes da igreja, assessores, representantes da prefeitura, membros de ONGs, etc): “*Nós é que temos que decidir os rumos, não eles, pois esta luta é nossa*”. Os catadores do Galpão da Cavalhada ficaram juntos quase todo tempo do congresso. Algumas das catadoras vieram comentar comigo a situação precário do alojamento onde se encontravam. Outras, como a Ce, colocavam a “mão na massa”, procurando estar presente onde era necessário auxílio na organização do evento. Enxerguei-a no refeitório servindo pedaços de melancia aos participantes, para amenizar a sede, em uma das tardes escaldantes do evento.

Tive a oportunidade de participar também junto ao MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), da marcha do V FSM. Eram muitos (centenas) e participavam de um movimento social urbano novo. Ficaram para o final da marcha, quando as ruas já estavam vazias, isto ocorreu devido ao atraso das delegações para saírem da cidade de São Leopoldo e se deslocarem até o centro de Porto Alegre. A marcha iniciou às 18 horas e se estendeu dispersando no anfiteatro pôr-do-sol, às margens do Lago Guaíba. Poucas pessoas ficaram até o final. Sentimento

de que os invisíveis cotidianamente o foram também na marcha de abertura de um evento, que tem como objetivo constituir-se como: “um espaço aberto e democrático por uma globalização solidária que respeite os direitos humanos e que deva assegurar a participação de todas as entidades e movimentos que lutam contra as diversas formas de sujeição”.

Havia, no meio da marcha, algumas participações solitárias de catadores. O seu Antônio, da AREVIPA (Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeiros) “desfilou” no bloco da ONG Solidariedade, puxando seu carrinho dentro do qual performaticamente os participantes com a camiseta da ONG colocavam materiais como latinhas e garrafas PET recolhidas no trajeto da marcha. Quando questionei por que não estava junto com o Movimento, já que tem uma forte liderança entre os carrinheiros (catadores que puxam carrinhos), falou que não estava por que não tinha participado do Congresso, por que não pode parar de trabalhar e além do mais havia se comprometido com a ONG que tinha lhe ajudado muito. Mas, o que significa ajudar nesse contexto? Há diferença entre ajudar e ser solidário? Na minha visão ser solidário significa ampliar a independência e fortalecer a auto-determinação e autonomia. Não estou dizendo que esse seria o caso dessa ONG, pois não conheço o trabalho desenvolvido por ela. O interesse é alertar, para a confusão que se faz entre ajudar e ser solidário, que frequente em situações assistencialistas observadas em relação as catadoras.

Retornando ao bloco do MNCR na Marcha, todos já estavam bem cansados, afinal era o encerramento de um Congresso que durou três longos dias de calor e muita discussão e informação. Carregavam uma bandeira gigante, na qual brincavam passando por baixo dela. Pareciam demonstrar que a luta pode (e deve) também ser lúdica. Alguns materiais encontrados no caminho foram simbolicamente colocados sobre a bandeira. Uma garrafa PET e uma latinha de refrigerante. Uma moça, com trajes *dark* olhou para a bandeira com materiais e comentou: “Olha só, colocaram lixo em cima da bandeira. Que ‘sacanagem’!” A catadora, de Belém do Pará, ao meu lado olhou surpresa para moça devido a seu comentário. Olhamo-nos e paramos para explicar para a moça de São Paulo, primeiro que aquilo não era “lixo” e sim matéria-prima do ofício dos protagonistas desse movimento social novo, que surgiu com a marcha a Brasília no ano de 2001; segundo, que os catadores de materiais recicláveis atuam diariamente nas associações, cooperativas ou ainda nas ruas, nos lixões espalhados pelo país coletando esses materiais que as pessoas, como eu e ela, descartam inadvertidamente em meio ao “lixo”. Por último relatamos ainda as principais lutas do movimento entre as quais o reconhecimento, pela sociedade, do trabalho que realizam. A moça paulista ficou admirada, fez algumas perguntas e ficou observando os catadores afastarem-se.

Foi complicada a dispersão da marcha, só conseguiram reunir todos após a meia-noite quando então partiram, com seu cansaço e sua fome, para seus locais de origem ficando a imagem da marcha do FSM como um misto de carnaval, farra, grito e luta.

Concluída a marcha a grande maioria dos catadores, com exceção de dois ou três, não participou dos demais dias do V FSM, a não ser juntando o material descartado pelos participantes. Isto apesar de toda a discussão realizada nos meses que antecederam a esse evento que deveria ser o espaço para de protagonismo dos movimentos populares, como o dos catadores. Durante o fórum, vários espaços poderiam ter sido ocupados por eles, como: a mesa redonda que discutia a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Encontro e Oficina dos Fóruns Lixo e Cidadania, e outros¹⁵³. Fora a coleta de resíduos organizada por eles, circulando com seus jalecos laranjas pelo “território social mundial” com sacos verdes nas costas, os catadores não foram vistos participando dos espaços de discussão do Fórum, a não ser catando os resíduos gerados por pessoas que acreditam que em um “outro mundo possível”.

Elas e eles estavam lá, com as motivações mais diversas, mas estavam lá, fazendo parte do congresso e depois da marcha do FSM. O importante é que provocaram e questionaram. Para nós ficou a pergunta, será que existiu o reconhecimento que faz com que os indivíduos sejam também um “nós”? Como a unidade pode emergir de toda pluralidade apresentada? Os significados e relações estabelecidas convergem para os objetivos do movimento? Colocar essa questão é refletir sobre como aquilo que chamamos empiricamente de “movimento” que parece ter uma unidade que é resultante de processos individuais bem heterogêneos e de subjetividades distintas, que precisam ser compreendidas, além de respeitadas.

Por que a grande maioria dos catadores não participou do V FSM, só na Marcha de Abertura? Mesmo que não tenha uma única resposta a intenção é colocar mais interrogações para enriquecer ainda mais o debate a cerca do nosso papel enquanto educadores ambientais, no contexto da busca por alternativas a globalização e no combate ao consumismo, na construção de uma sociedade justa e solidária.

Nessa vivência fiquei com várias “dúvidas martelo”, mas a certeza de que é necessário que a luta contemple o direito à educação que foi negado as catadoras. Para que, por meio do processo educativo, não somente repitam gritos de guerra em atos e marchas, mas que sejam protagonistas de sua própria luta que tenham autodeterminação e lutem por causas compreensíveis, superando a dominação cultural que coloniza corpos e mentes.

Penso ter o papel aqui, não de porta-voz das catadoras, mas o de cidadã/pesquisadora/militante que coloca por meio da pesquisa a discussão em pauta, procurando reforçar que o lugar de educador ambiental é ao lado dos movimentos sociais, questionando não só os efeitos do modo de consumo, mas suas causas e reflexos. Recorro, para isso, a figura emblemática de Chico Mendes, sindicalista seringueiro, que afirmava que não há como defender a

¹⁵³ Dois destes momentos contaram com a participação de uma das lideranças de catadores que se apresentou relatando a existência de diversidade política no movimento nacional.

floresta sem o povo e sua cultura. Com relação à problemática dos resíduos sólidos urbanos, posso dizer que não há como gerenciar adequadamente o lixo urbano sem valorizar o povo que nele trabalha e sua cultura.

Conversas e mais histórias do Galpão

Após um longo período sem ir ao galpão, tive uma conversa com T..Ela não trabalha mais no galpão e, nestas voltas que a vida dá, acabou trabalhando no mesmo prédio em que trabalho na Secretaria da Saúde. Ela lembra do projeto Galpão com saudades dizendo que naquele período havia grande união do pessoal. Lembra que várias colegas, depois de “*chiarem*” por serem obrigadas pela direção, a Ce., a frequentarem às aulas, ficaram muito felizes em saber escrever e ler. Lembro que com relação a essa obrigatoriedade: “Depois eles irão me agradecer. Tive que aprender a ler, escrever e fazer conta com a vida”, justificava Ce. que era Coordenadora da associação. Nesse assunto, ela trazia como exemplo o movimento que fez para que todos fizessem a carteira de identidade e que depois vinham lhe mostrar felizes os carnês de loja que conseguiram abrir crediário graças ao documento.

To. e eu assistimos juntas ao vídeo do TVE Repórter sobre o Projeto Galpão: “Aquele tempo era bom!”, dizia ela. Vimos fotos desse período, ela se emocionou muito, eu também. Quando questiono porque era bom naquele tempo no galpão, ela responde que eles brigam, mas depois se entendiam e “tudo ficava tudo bem”! To. fala que o galpão sempre foi administrado basicamente por duas famílias a da Dona E. e da Dona S. Segundo ela, mesmo quando o L. e o A. eram os coordenadores, quem mandava eram as mulheres, principalmente a Ce..

Reforça a existência de fortes laços familiares e de vizinhança que controlam o acesso de outros: “Quem não era da panelinha, não tinha vez”. Disse isto tanto em relação à liberação de vales e recursos adiantados para pagamento por mês quanto com relação a saídas e retorno ao galpão. “Nunca tive oportunidade de pegar dinheiro, às vezes, as pessoas pediam até 2 mil para construir alguma coisa na casa (as casas entregues no loteamento eram de 1 piso, hoje quase todas são de dois, inclusive a da To.). A Ce. dava e depois a pessoa saía do galpão e não pagava. A gente, que não era da panelinha, se saísse do galpão para tentar outro emprego ou por outro motivo não podia voltar perdia a vaga... mas quanto era da panelinha, saía e voltava quando quisesse, às vezes, ficavam um ou três meses fora e depois voltavam, como se nada tivesse acontecido”.

“Chegamos a ganhar até 600 reais na época de natal e teve uma época que recebíamos ainda mais 90 reais dos Coletivos de Trabalho. Lembro que teve uma vez que tivemos que ir bater panela do Piratini para que liberassem o dinheiro”. Conforme To., a articulação com o movimento era feita basicamente pelo Ta., L., A. e, às vezes, pela T. Relata que eram obrigados a participar de todas as

ações do MNCR, o que para ela era sofrido. “Às vezes, tínhamos que ir a lugares e ficar dormindo no chão, sem ter segurança, não conseguíamos dormir, ficávamos acordadas até amanhecer. As crianças ficavam atiradas, dormíamos tudo amontoada, que nem bicho. Tinha medo que nos acontecesse como aconteceu com os sem-terra”. To. não concordava com as ações do movimento, mas admitia que os catadores tiveram muitas conquistas desde sua criação.

Com relação à coordenação da associação To. conta: “Uma vez fiquei de presidente do galpão. Tu acredita? (risos) Eu analfabeta, presidente do galpão, Não sabia nada daquela papelama toda, guria do céu! Como iria fazer os cálculos? Foi numa época em que a Ce. e a Dona S. não queriam mais, por que as pessoas estavam chamando elas de ladras. Então como ninguém queria eu e a T. assumimos. Já na primeira semana tinha um feriado e o cesto estava cheio. Olhei para o cesto e olhei para T. disse: ‘ Não vai dá prá parar no feriado, vamos ter que trabalhar pra baixar o cesto’. A Tânia disse: ‘ Tu tá louca mulhé, o pessoal nos mata se dissermos que vão ter que trabalhá no feriado’. Aí tava chegando mais caminhões estavam colocando a carga já no chão. Então eu disse para a Ta. dizer para todos, ela disse e todos se revoltaram. Então, nos duas dissemos que não queríamos mais ficar na coordenação do galpão que eles se ralassem... Sentamos num fardo e esfriamos a cabeça e então começamos a pensar o que iríamos fazer. Aí tive a idéia de chamar a Hilma prá conversar. Ligamos prá ela no outro dia estava lá com o E.(assessor da FARRGS). Todos ficaram envergonhados, pois levamos um xixi. O E. chamou no escritório eu, a T., a Ce. e a Dona S.. E disse que a C. ficaria de presidente eu de vice , a Dona S., de tesoureira e a T. de secretária. Eu disse que não queria, por que não sabia nada, elas disseram que eu aprenderia rápido e que era fácil. Então todas aceitamos e assim ficou mais um tempo... mas, logo as brigas recomeçaram.”

Quanto à produção, To. conta: “Às vezes, o pagamento era por quinzena, depois passou a ser mensal. Tinha um tempo que a gente trabalhava por produtividade, era pelo cesto, tinha que estar no mínimo pela metade no final do dia... Depois passou a ser pela bombona cheia e pesada. Isso foi na época do A., por que na época da Ce.. não tinha isso. A partilha era só por dia trabalhado,às vezes, a coisa da produtividade era injusta, pois mesmo quando tinha baixado o cesto a produtividade era só para a panelinha...” To. não era associada, era freelance, como chamam as pessoas contratadas temporariamente nos tempos de maior geração de resíduos (próximo ao natal). Portanto, não tem os mesmos direitos dos associados.

“Na época da Ce. era tudo pela maioria, não tinha vez. Se tu não concordava e a maioria votava a favor, tu tinha que ir junto. Às vezes, íamos em reuniões sem saber muito certo prá quê. Uma vez fomos a reuniões para pedir o galpão com esteira, só para o hospitalar. Me lembro também que fomos as reuniões do OP para pedir uma guarita policial no loteamento, pois havia muito assalto e o galpão já tinha sido assaltado em um final de semana”.

Nesse período, um rapaz do loteamento, não pertencente a Vila Cai-Cai, portador de HIV, foi expulso de casa não tendo para onde ir. Ce. viu nesse fato uma oportunidade de ajudar quem necessitava. Era necessário que alguém ficasse cuidando o galpão no final de semana. Ce. ao grupo a idéia de que este rapaz pudesse permanecer em um barraco no terreno do galpão: “Assim ele faz a segurança durante a noite e nos finais de semana”, dizia ela. O rapaz ficou morando em um barraco ao lado do galpão até que alguém do poder público exigisse do grupo sua retirada do terreno, com a justificativa de “não ser um espaço de habitação e sim um espaço de geração trabalho e renda”.

To. conta: “Eu também dizia cata lixo, mas quando entrei no galpão comecei a chamar de reciclagem... Eu dizia para as meninas que não era lixão até hoje eu brigo com quem chama o galpão de lixão! As minhas filhas não gostavam que trabalhasse lá, elas diziam que eu vinha fedendo pra casa e ainda por cima estressada brigando com todo mundo. Quando iniciei no galpão tava separada, a gente tinha brigado, ficamos 6 meses separados e depois voltamos”.

Quando questionei por que To. saiu do galpão ela disse: “Por mim eu ainda estava lá ...Eu tinha que me afastar (tirar férias) todos tiravam 1 mês. Eu ia acampar com meu marido e minhas filhas, falei para Ce.. Ela disse que tudo bem... Eu fui acampar e me ligaram de noite dizendo que eu não precisava mais voltar para o galpão, por que eu não tinha ido à uma reunião, no centro, à noite. Eu disse que estava afastada, mas Lo. disse que quem não foi, estava fora e que se eu voltasse os que não foram iriam cobrar que eu tinha voltado e iam querer voltar também. Quando voltei, foram lá em casa saber por que eu não tava indo ao galpão. Aí, eu disse que não queria mais”.

Falou também dos achados: “Nós achamos muitas coisas no cesto. Um dia achei um anel de ouro, com umas pedrinhas e vendi por 150 reais. Acho que vendi por pouco. Mas, na época eu não sabia o quanto valia. A gente tinha que dividir o que achava, mas ninguém dividia. Um dia achei no pátio de fora 150 reais e fiz a festa de aniversário da minha filha. Seguido vinha roupas boas e outras coisas. Tenho até hoje um cobertor que ganhei de um gari da seletiva. Uma vez a Dona J. achou uma carteira com todos os documento, cartão de crédito e tudo... ela me disse que queria me contar uma coisa, então eu disse prá ela falá logo. Ela disse que tinha ligado para o dono da carteira para avisar que tinha achado e ele ficou fazendo um monte de pergunta prá ela. Ela achou estranho e me perguntou se eu achava que ele ia levar os homê lá... eu disse que não sabia. Ela foi prá casa e em seguida baixou lá um carro da brigada cheio de brigadiano e desceu o cara dono da carteira dizendo que o filho dela tinha roubado a carteira dele. Disse que explicou que tinha encontrado no galpão e que tinha testemunha. Se eles quisessem ela levava eles prá falar com as pessoas. Disse que o filho dela era trabalhador e não fazia essas coisas...Foi um rolo.” Nem To., nem Dona J. jamais falaram sobre documentos e outros achados no galpão. To. disse quando achava documentos colocava logo fora.

Falamos também sobre os cortes, sobre as coisas que apareciam nos resíduos hospitalares, foi quando a To. contou que após toda a luta pela esteira, essa estava parada. “Quando a Ce. viu que tava parada disse que ia prá lá com um grupo e daí o pessoal do galpão deu jeito de ligar de novo”. Pergunto por que o pessoal que trabalhava no galpão, já que gostavam tanto de refrigerante, não levavam suas garrafas PETs de casa para a venda. Ela disse que no início todos levavam, mas depois foram deixando de levar: “Chegava em casa ninguém queria nem saber de lixo ou de material”. “Hoje tem um pessoal vizinho da minha casa que separa bem direitinho, só PET, papelão e latinha. Eu entrego as garrafas lá de casa prá eles”.

No passeio de barco que ocorreu no dia 21 de setembro de 2001, durante o projeto Galpão: “Nunca havia andado de barco.” “Como é bonita nossa cidade”. Observamos que os que tinham sido obrigados a ir (pela coordenação da associação) após um descontentamento inicial acabaram contemplando a beleza do Delta do Jacuí. Era o único grupo que estava com todos associados presentes. Uma das coisas que os impressionou foi a quantidade de lixo nas margens, trazidos pela corrente dos rios formadores do Delta: Sinos, Jacuí, Caí e Gravataí. Presenciei a Lu., repreender um colega que distraidamente lançava um canudinho de refrigerante na água do Lago: “Ô meu? Onde é que tu trabalha em?” Alguns ficaram com medo, me lembro que a Dona J. ficou da parte interna do barco. Estava apavorada fui falar com ela e ela tremia. Tentei acalmá-la: “Não tem perigo”, mas ela com os olhos cheios d’água me disse: “Fui obrigada a vir”. Aquilo me chocou, pois nossa intenção como educadoras era que aquele fosse um momento especial para todos. A maioria dos demais estava vislumbrada com as paisagens do Delta do Jacuí. Alguns diziam ao final do passeio, “bem feito os que não quiseram vir, não sabem o que perderam!”, afirmavam os catadores de outras UTs.

Dona J. é a mais velha do galpão, nascida em Barra do Ribeiro, atua no galpão ampliar a sua renda que recebe de aposentadoria. Toda vez que perguntamos: “Como vai a senhora?” Dona J. tece um rol de lamentos acerca de seus problemas de saúde ... “Vou indo! Sabe não muito bem, ando sentindo falta de ar. Tive com pneumonia, mas não pude ir para o hospital. Sabe como é a gente tem que trabalhar”.

Quando questionada sobre o projeto de escolarização Dona J. respondia: “Enquanto viver quero aprender, né?”. Havia um compartilhar das nossas humanidades na experiência educativa do galpão. O projeto de escolarização, que se encerrou após um ano, ficou marcado na vida de seus participantes, educadores e educandos. Digo isso com convicção, pelo fato de que os vínculos estabelecidos terem sido tão significativos, estando vivos até hoje. A cada momento que nos reencontramos lembramos com forte emoção de momentos difíceis e alegres de aprendizados de educadores e de educandos catadores.

Soube que Ce. e Ma. estavam catando novamente nas ruas, a To. trabalha hoje na COOTRAVIPA (uma cooperativa de serviços gerais), a Dona E. que permanece do galpão e a Dona

J. que está "afastada" por problemas de saúde. Cada uma destas mulheres seguiu seu rumo, assim como nós, mas permanecem unidas pelas lembranças do galpão.

Dona S, a tesoureira

Lembro de uma das minhas idas ao galpão, cheguei no momento em que saía uma Kombi. Dona S. estava sendo levada para o hospital, pois estava passando mal. Ela acabou tendo que ser submetida há uma delicada cirurgia cardíaca. Fiquei sabendo que a Kombi que a levava era de um dos compradores e que esse havia levado ao hospital uma criança, filha de uma catadora, que caiu de um local alto no galpão. Os compradores (atravessadores) parecem socorrer os catadores das associações em momentos difíceis, por isto são muito considerados.

Dona S. é a matriarca da família M., a família que tem maior número de membros atuam no galpão. Dona S. também é respeitada pelo grupo, que confia nela. Foi por vezes tesoureira da associação. Ela não é de falar muito. Seu J. está sempre ao seu lado, em todas as situações. Todos percebiam o afeto que nutre por sua esposa e as reações de cuidado para com ela. A educadora que ministrava aulas para o casal nos contava admirada: “Nem na sala se aula eles se desgrudam, sentam juntos e se ajudam. É lindo de se ver!”

Uma vez fui levar um documento do projeto na casa de Dona S., antes que pergunta-se alguma coisa percebi que estava muito falante. Notei então que algo a deixava apreensiva. Perguntei como estava Mi., sua filha de 15 anos que era aluna do projeto Galpão, pois não estava mais indo às aulas, nem ao galpão. Aí ela começou a contar tudo. Estava aflita porque Mi. se envolveu um dos “cabeças do tráfico” no loteamento. Foi morar com ele e agora está grávida. – “Como ele foi preso fazem 3 dias e ela não pode sair de casa”, disse ela. Não entendi de imediato, mas não perguntei, ela continuou. “É que ele fica sabendo todos os passos dela mesmo que esteja ‘baixado’ e como se olhos dele estivessem aqui. Ele não autoriza ela sair de casa, então ela não vai a lugar nenhum. Nem aqui em casa ela vem.” Mi. é uma jovem bonita e, pelo que entendi ele, é um homem mais velho. Se ela sair na rua, poderá provocar olhares de outros homens ameaçando a reputação do seu companheiro na vila. Referindo-se a outra gangue que disputa pelo tráfico Dona S. aponta: “Além disso podem fazer alguma coisa com ela para se vingar dele, sabe como é né?! A gente nunca sabe.” “Estou tentando levar ela daqui prá casa da minha irmã no interior. É uma situação muito difícil essa que Mi. se meteu!” Dona S. afirma: Quando a Mi. se deu conta da ‘burrada’ que fez (referindo-se ao envolvimento da filha com o traficante) era tarde e agora difícil reverter a situação”. Conforme outras conversas, muitas pessoas já deixam o loteamento para escapar da violência. Com relação às atividades ilícitas locais, tática adotada é o silêncio, dentro do galpão não se fala nesse assunto, pelo menos explicitamente. A tática silenciosa dá a sensação de proteção, mas quando

ocorre alguma coisa no loteamento o medo retorna a atuar. Uma menina, aluna da escola, morreu ao ser atingida por uma bala perdida, durante um tiroteio entre as gangues do tráfico de drogas. O clima ficou bastante tenso no período. Em seguida o líder de uma das gangues foi assassinado e um outro foi preso. Após os fatos ficou tudo “tranquilo” novamente, mas as disputas logo continuam e o silêncio também.

Lembranças da Organização

Na minha experiência de convívio em determinados espaços e com determinados catadores, percebo que, em certo período, o termo catador era tido como pejorativo. Denominavam assim sua profissão como reciclador, devido a implantação pelo poder público de uma lógica de “ascensão social” do catador de rua ou de lixão, enquanto catadores, para outros era uma questão de: “solidariedade aos companheiros que catavam nas ruas e nos lixões de todo país, sendo portanto relevante ponto de unificação de coletivização da luta” (A.). Para o sistema adotado pela Prefeitura de Porto Alegre, eram ex-catadores, chamados então recicladores que atuavam em galpões. A organização carregava a dimensão econômica e condições de trabalho diferenciadas dos que não estavam em unidades de triagem. Na visão da prefeitura, o apoio deveria ser na direção do empreendedorismo, ligado a um aumento da produtividade.

Somente depois do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis¹⁵⁴ realizado em Brasília em 2001, a organização venho a imprimir um caráter mais político, antes só vinculado ao empreendedorismo, via FARRGS. Ao fim do Congresso foi redigida e divulgada a Carta de Brasília, que propunha, entre outras questões, a implantação de uma política de coleta seletiva sob a gestão pelos próprios catadores de materiais recicláveis, garantia de apoio financeiro e subsídios para empreendimentos tocados por catadores (MNCR, 2001).

Os associados no galpão contam que foi um início bem difícil, foram logrados e roubados pelos atravessadores que pagavam pouco pela quantidade de material. No entanto, eles sentem-se orgulhosos por estarem sendo atualmente reconhecidos, se referem a conquista, por meio do MNCR, do dia do Catador, que passou a ser dia 25 de novembro. Para Ta., a primeira conquista do

¹⁵⁴ O evento durou três dias e foi seguido de uma marcha pelas ruas da capital federal e de um ato público em frente ao Congresso Nacional, que reuniu cerca de 1.500 catadores e mais 200 técnicos e atores sociais. O suporte ao congresso ficou por conta de entidades que apóiam a organização de associações e cooperativas de catadores de rua – como a OAF de São Paulo e a Pastoral da Rua de Belo Horizonte -, além da Cáritas Brasileira. Com seu objetivo de articular e divulgar alternativas de vida e cidadania para os catadores, na luta por seus direitos básicos de moradia e trabalho, constituiu-se no ponto de partida para o início do movimento, o MNCR.

movimento foi a denominação catador¹⁵⁵, o reconhecimento na sua dimensão cultural : catador , reciclador, carrinheiro, papelheiro, carroceiro. A diferença observada era que o grau de solidariedade entre os catadores foi maior depois do reconhecimento da profissão, assim como o processo de conscientização dos seus direitos lhes indicava as formas de melhor enfrentar as dificuldades encontradas. A. dizia com firmeza: “Aqui, em Porto Alegre, começaram a atividade no galpão sendo denominados de recicladores, para se diferenciarem dos catadores de rua, mas era preciso solidariedade entre todos os que trabalham e vivem do lixo, por isto devemos todos nos unir, o movimento é um só: seja nos galpões, nas ruas, puxando carinho ou nos lixões espalhados por este Brasil. Catador é catador.”

Nas ações do movimento no Rio Grande do Sul, é possível perceber que há diferença na forma como cada um do grupo se engaja/ou. Foi o caso da participação no Encontro Estadual de Catadores, realizado em Gravataí, no qual nem todos estavam satisfeitos em participar do mesmo, pois havia obrigatoriedade por parte da coordenação da associação. Era possível ouvir as reclamações: “*Pôxa, até no final de semana*”, mas eram poucos. Na ida a maioria estava entretida com os filhos, que perguntavam, brincavam e pulavam no ônibus. As brincadeiras, no entanto, não eram exclusivas das crianças. No encontro havia catadores de várias cidades do estado, Caxias do Sul, Cachoeirinha, Erechim, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Barra do Ribeiro, Venâncio Aires, Santa Cruz, Encruzilhada do Sul, Pelotas, Rio Grande, Uruguaiana, Santa Maria, Jaguarão, além dos catadores de Porto Alegre e Gravataí.

Particpei também de uma formação (oficina) do MNCR. Os participantes foram divididos grupos, cada catador dava seu relato sobre sua trajetória até se tornar catador, e depois discutia-se quem são os catadores hoje. Os grupos foram divididos aleatoriamente, cada um deles levava o nome de um “*lutador do povo*”: Roseli Nunes, Hilma Cardoso, Sepé Tiaraju, Chico Mendes, Che Guevara, Tupac Amaro, Camilo Cienfuegos, Zumbi dos Palmares, entre outros. O objetivo dos ministrantes era que todos relatassem um pouco de sua história como catador, assim haveria identificação uns com os outros, fortalecendo a identidade “Catador”. Em um segundo momento, pretendia-se fazer um paralelo entre aqueles relatos e a história de vida do “*lutador do povo*”, que dava nome ao grupo, no sentido de demonstrar as semelhanças e de como cada um ali também era um lutador do povo à medida que resistia ao êxodo rural, ao desemprego e forjavam alternativas a essas situações que lhes eram impostas.

Fiquei no grupo Hilma Cardoso, afinal queria saber mais sobre essa liderança que havia falecido acerca de 1 ano. O que pode-se dizer da Hilma que ela era temida. Foi perguntado qual era

¹⁵⁵ Houve o registro da profissão na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): CBO-94 , de acordo com a Portaria 397 de 9/out/2002, Ministério do Trabalho e Emprego , Catadores de Materiais Recicláveis: catam, selecionam e vendem pelos próprios catadores.

o papel da Presidente da FAARGS na Associação e ela disse que Hilma era chamada em último caso, “só quando o bicho tava pegando mesmo”, isto é, quando havia um problema de maior gravidade. Hilma tinha um temperamento forte, geria os conflitos e dificuldades no grito. O seu poder, mesmo não manifesto, estava sempre presente nas discussões “então vamos chamar a Hilma”. Pode-se observar que todos a respeitavam muito.

Foi uma experiência muito rica, pude ouvir relatos sobre a trajetória de cada um daqueles catadores. Após esses a conclusão que se chegava é que as histórias eram muito parecidas. Alguns tinham ficado sem alternativa no campo e foram tentar a vida na cidade grande, assim acharam na catação, no lixo uma forma de sustento. Outros já moravam na cidade grande, mas perderam emprego no mercado de trabalho formal, por vários motivos, entre os quais a baixa escolaridade. Enfim, todos percebiam que procuram o mesmo, seu sustento, trabalho digno, enfim Vida e Cidadania, como aponta o lema do movimento.

Era interessante notar, o que aquela dinâmica de grupo produzia realmente nas pessoas, a reflexão conduzia sem dúvida ao objetivo de identificação. Cada grupo relatou sua experiência, para o grande grupo, e chamou atenção de todos o relato pelo grupo Hila Maria, feito por Ce.. Ela relatou as conclusões que chegaram em grupo e depois contou emocionada quem foi Hilma Maria. “Muitos aqui a conheceram, eu admirava sua força e seu pulso forte. Hilma Maria foi uma catadora. Ela cresceu, viveu e sustentou seus filhos em cima do lixo. Hilma era forte e botava a boca no mundo. Foi através dela que percebi que ninguém ia fazer por mim, que teria que lutar por reconhecimento e é por isso que estamos aqui hoje por Hilma e pelos nossos direitos como trabalhadores honestos”. Fizeram um “grito de guerra” e todos gritaram: “Hilma Maria valente e guerreira; símbolo de luta catadora brasileira”. Ter um símbolo nesse momento inicial do Movimento era importante para fortalecer a organização e construção da identidade.

A identidade e reconhecimento estão relacionados às dimensões política e cultural, não somente econômica. “Tirar das ruas” é a regra que os coloca no patamar da normatização, do regimento social urbano e então do *status* social que isto implica que induz uma cisão entre os catadores do galpão e os de rua. O uso de expressões como “roubo do lixo” e a acusação de que os catadores de rua “sujam a cidade” são usadas e a imagem desse grupo perante a opinião pública é negativa, sendo isso reforçado pela mídia. No site de uma ONG de Protetoras de Animais chegam a chamar os carroceiros de “monstros”, pelo maltrato aos cavalos e, ainda, atribuindo a eles o caos do trânsito da cidade.

No episódio da Fonte Talavera¹⁵⁶, que saiu na capa de um jornal de grande circulação da cidade, referindo-se ato de “vandalismo” da quebra da bacia da fonte e não se referia a existência do MNCR que naquele dia 9 de junho de 2005 organizara um ato público contra a proibição da circulação no centro e liberação dos pontos de coleta (que tinham sido passados para o DMLU, devido ao projeto de “revitalização da coleta seletiva”). “*Dão mais bola prá um cachorro do que pro catador*” (A.). Na verdade a quebra acidental da fonte, conforme a organização do ato, teria sido feita por um cidadão embriagado, que não fazia parte do movimento. Mas, essa informação não circulou nos jornais e sim que se trata de um ato de vandalismo realizado por carroceiros.

A gestão que assumiu a prefeitura em 2004, divulgou no Seminário “Diálogos com a Cidade”, as mudanças na gestão de resíduos sólidos urbanos. As associações existentes deveriam se adequar para conveniar com a prefeitura. O convênio previa o repasse de R\$ 2.500,00 por associação, para despesas de manutenção do galpão. Nesse momento, no qual os catadores iniciavam sua organização tentando desmistificar a separação entre catadores de rua e de galpão, essa medida veio a silenciar as associações que gerenciavam os galpões. O DMLU traz a idéia de uma coleta seletiva compartilhada entre catadores de rua e empresa privada contratada. A proposta foi apresentada para os catadores que trouxeram vários questionamentos, que ficaram, na sua maioria, sem respostas. Nessa apresentação do novo modelo de gestão de resíduos sólidos, também falou-se em regionalização das atividades da catação, em “arranjos produtivos locais”, o que poderia significar que a empresa coletaria nas áreas mais nobres, deixando as áreas pobres para os catadores, numa segregação sócio-espacial da coleta do lixo.

Nessa oportunidade, os catadores também apontaram as dificuldades que estavam tendo de aumento do número de acidentes com cortes e a perda na qualidade do material devido a utilização de caminhão compactador pelo DMLU, na Coleta Seletiva. O representante do órgão, então, prometeu a retirada dos compactadores.

Quanto aos valores que seriam aferidos ao material a ser coletado pelos catadores (antiga reivindicação de movimento), são colocadas idéias superficiais de relação com o valor economizado pelo DMLU pela não disposição final dos mesmos no aterro privado em Minas do Leão. O movimento sai com desconfiança, “farão realmente o que dizem?” “Se a coleta for cara e a taxa de lixo aumentar a população pode ficar contra os catadores?” A insegurança semeada desmobilizou boa parte dos grupos, que vinham em um crescente processo de organização.

Mas, de onde surge a idéia de que os catadores podem receber da prefeitura para coletar de maneira organizada os resíduos recicláveis da cidade, tendo subsídio para fazer o que já fazem de graça? Seria possível? Tendo a responder que sim, pois existiu isso em Belo Horizonte. Os

¹⁵⁶ A Fonte Talavera, situada em frente ao Paço Municipal de Porto Alegre, foi presenteada à Porto Alegre pela Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, no centenário da Revolução Farroupilha, em 1935, portanto faz parte do

catadores da capital mineira, após vários protestos, conseguiram que o prefeito recuasse na sua intenção inicial de articular a coleta seletiva com o setor privado e a questão foi colocada para discussão pública. O processo de mobilização dos catadores, nessa cidade, se desdobrou em vitória no final do ano de 1989, na qual conseguiram incluir na pauta de discussões e depois fazer aprovar a nova Lei Orgânica do Município, que os colocava como atores privilegiados junto ao serviço de limpeza urbana da cidade. Portanto, como foi (ou ainda é) em Belo Horizonte, a coleta feita por catadores não é aceita em Porto Alegre, não se apresenta como uma alternativa interessante, pois não há vontade política por parte do poder público local, que atualmente se enreda em responder ao MP sobre as denúncias de irregularidades no processo licitatório de contratação dos serviços de coleta.

Ao encontrar o A. no seminário organizado pelo DMLU, ficamos muito contentes em ouvi-lo, pois havia sido aluno do projeto Galpão. Na sua fala no seminário demonstrava segurança e a firme identidade de catador na luta por seus direitos. Foi uma fala coerente e apropriada. Ao conversarmos durante o intervalo, lembramos o quanto para ele antes, quando era representante da FARRGS, era difícil falar em público. Então, ele nos lembra da música que fizeram em sala de aula durante o projeto: *“todos juntos somos fortes nada temos a temer; somos todos catadores alunos trabalhadores...”*. Sua lembrança parecia nos afirmar que o trabalho com a auto-estima e identidade havia surtido efeitos em seu modo de ser e de agir ou talvez essa tenha sido a nossa compreensão. De todo modo, saímos felizes pela lembrança do processo educativo que vivenciamos.

Fechando as narrativas e continuando o diálogo

Não foram relatados todos os momentos marcantes dessa vivência, mas eles estão presentes em mim e me constituem. Esses momentos de convivência junto as catadores me ensinaram (ensinam) não por meio de teorias, mas de conhecimento prático do humano que habita em cada um de nós e que nos compromete a uma **prática dialógica**. Há experiências que nos transformam substancialmente, que nos deixam ambigualmente angustiados e com prazer – a angústia pela exposição das nossas próprias fraquezas e dos dilemas que nos parecem insolúveis; e o prazer pela alegria de compreender melhor o mundo e as relações humanas e a nós mesmos como humanos que somos, em nosso lugar nesse contexto. Assim, me sinto com relação a essa experiência.

“O ser humano educa e forma, mesmo sem o propósito ou desejo. Participamos o tempo inteiro na formação – ou deformação de nossa humanidade, da humanidade das pessoas com as quais convivemos, e por implicação da nossa humanidade do mundo” (BARON, 2004, p. 23). Os que dominam a palavra escrita iludem-se em equivaler conhecimento formal e cultura. Os catadores

sem muita escolaridade (quase nenhuma), seres humanos cujas condições sócio-econômicas não lhe permitiram o acesso a educação formal, me ensinaram muito.

Para compreender esse fato singelo, sem cair na pieguice, é preciso rever a noção de cultura arraigada em nossos corações e mentes, sendo preciso indignar-se, comprometer-se e sentir. Essa noção, que confunde cultura com conhecimento formalizado, tem sido o elemento principal da colonização das nossas mentes penetrando em nosso ser no dia a dia e na nossa herança eurocêntrica, “nos deixa menos alfabetizados, até ‘analfabetos’, no que se refere às linguagens e performances de nosso corpo, às emoções, aos usos do espaço e aos relacionamentos” (BARON, 2004, p. 41).

O resultado é a cegueira da consciência, a anulação da subjetividade e da intersubjetividade. Só superando essa cegueira é que teremos condições de estabelecer o diálogo com o outro. Precisamos reconhecer que a ausência dessa alfabetização cultural que Dan Baron nos incita a pensar, que gera consequências íntimas, com profundas implicações sociais e políticas. A alfabetização cultural, enquanto um objetivo estratégico na construção de uma nova utopia que respeite a subjetividade humana e estabeleça o diálogo entre os diversos territórios e suas culturas. A cultura é definida pelo autor como: “expressão da nossa relação com a produção e reprodução da vida; por isso, o verbo cultivar. Interpreta e define nossa relação econômica, política e social com o mundo. É como nós trabalhamos, comemos, pensamos, nos vestimos, organizamos, sentimos, escolhemos nossos amores, amamos, nos divertimos, refletimos, lembramos, falamos, rimos, choramos, transamos, nos vemos, educamos nossas crianças e enterramos nossos mortos. É como entendemos a nós mesmos no mundo e como vivemos esse entendimento” (p. 56).

É preciso incorporar a nossa própria subjetividade no diálogo com o outro, uma atitude que persiga a coerência entre os meios e os fins, entre o discurso e a prática. Esse não é um processo fácil, pois os valores dominantes nos envolvem o tempo todo. Quantos de nós educadores(as), na boa fé, pretende “libertar os oprimidos, mas atua na mesma perspectiva dos opressores”.

A injustiça social se torna mais violenta exatamente quando se nega a idéia de alteridade, impossibilitando a escuta, fechando a porta para o diálogo. E, muitas vezes, os valores predominantes de competição, do “vigiar e punir”, são tão fortes e impõem barreiras à uma nova atitude solidária e dialógica. “Precisaremos empatizar e entender, não condenar. Experimentar e participar, não apressar e dominar. Valorizar a resistência (pessoal e coletiva) como conhecimento, não marginalizá-la ou ignorá-la” (p. 63-64).

Conforme Maturama: “Todo conhecer produz um mundo, na medida que todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer”. Esses conhecimentos, necessários para a interpretação da realidade, não são encontrados prontos e acabados, eles são produto do diálogo entre as diferentes visões de mundo, ou seja, são desconstruídos e reconstruídos dialeticamente. Assim sendo, não

aposto numa proposta salvadora e definitiva para a educação ambiental, mas sim na busca solidária de alternativas baseadas no diálogo entre as diferenças, aprendendo com erros, incertezas, enfim no conflito entre a racionalidade e a subjetividade. Penso que toda a pesquisa que se dispõe ao diálogo deve levar em conta esses alertas: a presença da subjetividade do pesquisado(a) e do pesquisador(a) e a relação de poder que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, sob pena de não ter validade humana.

ANEXO B- Reportagens e documentos

Lançamento de núcleo do Movimento dos Catadores

Por CMI PoA 15/11/2002 às 16:29

No próximo sábado, dia 16 de novembro às 14h, acontece o lançamento do núcleo do Loteamento Cavalhada do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR).

Este é o **segundo núcleo do movimento** a ser lançado em Porto Alegre. O MNCR é um movimento novo que vem organizando-se em vários estados do país desde o 1º Congresso dos Catadores, que aconteceu em junho do ano passado em Brasília.

A idéia agora é o movimento ir constituindo núcleos naqueles locais onde os catadores encontram-se mais organizados. O primeiro foi lançado no dia 19 de outubro e reúne integrantes do Movimento pelos Direitos dos Moradores de Rua. O movimento dos catadores luta pela aprovação de um projeto de lei a nível nacional que garanta a **inclusão dos catadores na coleta seletiva, com subsídio dos governos; pelo reconhecimento da profissão de catador e contra a privatização do saneamento**. O ato público será seguido de uma marcha pelo bairro e de uma confraternização com som mecânico e grupos musicais. O ato inicia no galpão de triagem de lixo que fica na Av. Projetada nº 4523, na Cavalhada.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/11/41844.shtml>

Estado libera mais de R\$ 400 mil para o Programa Frentes de Trabalho

O Governo do Estado liberou nesta terça-feira (15) recursos no valor de R\$ 405,5 mil para o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), através do Programa Frentes de Trabalho. O diretor do Trabalho da STCAS, Carlos Vargas, assegurou que não houve atraso no repasse, conforme alegava o MTD. "A documentação de prestação de contas do Movimento, exigida pela Secretaria da Fazenda, não foi entregue no prazo combinado." Para a Associação Carlos Dorneles, foram liberados R\$ 229,6 mil e ainda R\$ 66,6 mil para a Associação dos Recicladores Consolação, que tem sede em Caxias do Sul. **Já a Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada, de Porto Alegre, recebeu R\$ 109,2 mil.** Os recursos referem-se às duas parcelas de pagamento e que beneficiam um total de 1.231 famílias. Na segunda-feira (14) o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) foi recebido na STCAS pelos diretores Geral, João Portella e do Departamento do Trabalho, Carlos Vargas. Publicação: 16.06.04-18:31

<http://www.rs.gov.br/index.php>

Catadores e catadoras impedem votação de lei que proíbe carroças em Porto Alegre
Por RECICLAGEM 05/11/2006 às 01:00



Na tarde do dia 18 de outubro, os catadores gaúchos organizados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) saíram às ruas de Porto Alegre para reivindicar a suspensão do Projeto de Lei Nº 043/05, proposto pelo vereador Sebastião Melo (PMDB), para a extinção gradativa dos VTAs (veículos de tração animal, as carroças), que atualmente tramita na Câmara Municipal de Vereadores. A mobilização também teve como objetivo a implantação de um modelo de coleta que reconheça e valorize o trabalho da categoria, composta por aproximadamente catorze mil catadores e catadoras apenas na Capital do Estado, que recolhem cerca de 150 toneladas de material reciclável por dia, com lucro médio de dez reais para cada trabalhador.

Duzentas carroças partiram de três periferias locais seguindo trajetos diferentes e encontrando-se em frente ao prédio da Câmara com o apoio de outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e da Resistência Popular, além do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), que representa os servidores do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), vítima de sucateamento nos últimos anos em consequência das tentativas de privatização do lixo. Após quase uma hora em frente à Câmara de Vereadores, uma comissão de doze catadores foi recebida pelo presidente do órgão e alguns vereadores. A votação do projeto foi

suspensa por tempo indeterminado e ficou acordada a realização de uma audiência pública para debater o modelo de coleta a ser adotado na cidade. Também será criada uma comissão, composta pelo MNCR, pelo SIMPA e pelo poder público, para aprofundar os debates sobre o tema.

Apesar de proibir veículos de "tração animal", esta não é uma lei pró-animais, mas uma lei contra catadores. Prova disso é um item do Artigo 3º do Projeto de Lei, que afirma que "excetua-se a utilização de VTAs para passeios turísticos". Em São Paulo, recentemente foi aprovada a Lei Nº 14.146, que, em teoria, proíbe a circulação de veículos de tração animal pelas ruas da cidade. Na prática, policiais vêm usando esta lei para humilhar catadores que não usam tração animal, apreendendo suas carroças, chamando-os de "animais". Além disso, pelo simples fato da carroça ser considerada um veículo de tração animal, a lei oficializa a perseguição aos catadores e a apreensão de seu instrumento de trabalho, que já vem ocorrendo há muito tempo.

acessado pelo <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/11/364223.shtml>

Defensores dos animais e carroceiros não chegam a acordo

Representantes dos carroceiros e dos defensores do bem-estar animal não chegaram a um entendimento sobre o projeto do vereador Sebastião Melo (PMDB) que prevê a redução gradativa de veículos de tração animal (VTAs) em Porto Alegre. A proposta foi pauta do Fórum pelo Bem-Estar dos Animais, em reunião nesta segunda-feira (30/10) à noite, na Câmara Municipal. Os defensores do bem-estar animal manifestaram apoio ao projeto e reclamam dos maus-tratos impostos aos cavalos utilizados nas carroças, enquanto os carroceiros alegam que, trabalhando apenas com o material que chega aos galpões de reciclagem, terão prejuízos financeiros. "Carroceiro não quer trabalhar em galpão", disse Teófilo Júnior, da Associação dos Carroceiros de Porto Alegre. "Os carroceiros sempre foram esquecidos, agora estão sendo lembrados porque a matéria-prima com que trabalham (lixo seco) está muito valorizada."

Para Zélia Cardoso, é preciso acabar com a "política do coitadismo" em relação aos carroceiros. Ela ponderou que essa categoria tem se mostrado muito organizada e articulada, sendo capaz inclusive de desafiar as autoridades e descumprir a legislação que estabelece horários para a circulação de VTAs. "Quem tem um animal deve ter consciência de que é responsável por ele. A sociedade não pode ficar refém da vontade dos carroceiros." Para a militante da defesa do bem-estar animal, os carroceiros deveriam impedir que crianças conduzissem esses veículos.

Tanto carroceiros quanto defensores do bem-estar animal reclamaram, no entanto, da ausência do Executivo no debate. "O maior vilão não está aqui, pois caberá ao Executivo tomar decisões", disse Edna de Azevedo. Ela lembrou que o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) é o responsável pela coleta do lixo seco da cidade e, no entanto, tem delegado parte dessa tarefa aos carroceiros. O carroceiro Teófilo Júnior reclamou também que não há veterinário disponível para atender os cavalos que necessitam de tratamento em Porto Alegre. Ele garantiu, no entanto, que os condutores de VTAs já realizam trabalhos conjuntos com defensores dos animais.

Para o autor do projeto, a Capital precisa estabelecer regras de convivência. Segundo Sebastião Melo, a proposta obriga o Executivo a enfrentar o problema. "Meu projeto não é contra os carroceiros, apenas procura dar vida digna a eles e cuidar do bem-estar animal." O coordenador do Fórum, vereador Cláudio Sebenelo (PSDB), bem como os vereadores Mônica Leal (PP), Adeli Sell (PT) e Bernardino Vendruscolo (PMDB), também presentes à reunião, manifestaram apoio ao projeto de Melo. Adeli, no entanto, disse que proporá emenda reduzindo o prazo para proibição definitiva da circulação das carroças na cidade de oito anos para quatro anos.

O que propõe o projeto

De autoria do vereador Sebastião Melo (PMDB), o projeto propõe a implantação de um programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal em Porto Alegre e estabelece um prazo máximo de oito anos para a proibição definitiva do trânsito de carroças na Capital. Pela proposta, o programa deverá ter dotação orçamentária específica e será elaborado por grupo de trabalho composto por órgãos do município, Ministério Público, Batalhão de Polícia Ambiental da Brigada Militar e organizações não-governamentais ligadas a trabalhadores de veículos de tração animal e à defesa do bem-estar animal. O programa também defenderá o estabelecimento de ações e projetos que possibilitem que os condutores de veículos de tração animal ingressem em outros mercados de trabalho, como o da reciclagem de resíduos sólidos, assim como utilização e financiamento de veículos movidos por combustíveis não-poluentes. De acordo com números da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), existem cerca de 4 mil carroças emplacadas em Porto Alegre. No entanto, estima-se que 8 mil carroças circulem na Capital.

31/10/2006

<http://www.encontreaqui.com.br/carrocastemsolucao/noticias.htm>

28/02/2008

Catadores de Porto Alegre debatem política sobre carroças na cidade

Movimento Nacional dos Catadores participou de discussão sobre o futuro das carroças em Porto Alegre, na Câmara Municipal dos Vereadores. Depois da Ação Direta feita pelo MNCR, em novembro de 2006, uma das reivindicações foi a criação de uma Comissão especial para discutir as carroças, participamos pela segunda vez da reunião da Comissão, sendo que a primeira nem fomos ouvidos (matéria que divulgamos no dia 22/02/08).



Participamos com 14 companheiros coordenadores de bases orgânica do MNCR, uma companheira da Resistência Popular e duas companheiras do Uruguai. Em nossa intervenção, falamos das preocupações sobre o futuro de nossa profissão, tendo como base os acontecimentos de São Paulo (onde catar agora é caso de polícia, as últimas informações que temos, é que mais de 20 companheiros foram espancados pela polícia e 5 companheiros foram presos) e Brasília (onde máquinas passam por cima das casas dos catadores e seus cavalos estão virando comida de leões). "-Qual o futuro dos mais de oito mil cavalos, se chegar a ser aprovado este projeto??" disse um dos companheiros. Outra questão que foi amplamente discutido foi a organização dos catadores, "...em Porto Alegre coletamos mais de 250 toneladas de materiais recicláveis por dia, a custo zero para a Prefeitura, se for proibido a coleta com carroças, quem vai fazer a nossa parte? Será que a empresa vai fazer a custo zero?. Um dos Vereadores em sua fala disse "acho um trabalho muito importante, pois eles(os catadores) além de trabalharem para sua dignidade, ajudam a natureza". Se for aprovado este projeto, quem vai pagar a conta? Os trabalhadores já pagam impostos e tributos demais". Outra importante fala foi de um dos companheiros que disse: "somos mais de 50 mil pessoas que dependemos diretamente das carroças, em vilas como as Ilhas, a Divinéia, a Dique entre outras, toda a economia é baseada na coleta dos materiais recicláveis. Giramos toda uma cadeia de postos de trabalho, de nós depende o capinzeiro (que corta e vende os capins para os cavalos) o ferreiro (que faz e coloca as ferradura nos cavalos), os armazéns...entre outros". A companheira da Resistência Popular nos trouxe uma reflexão sobre o projeto, disse ela: "...este projeto é só perfumaria, pois o que está por trás é a exclusão e a expulsão dos pobres do centro, para que a cidade vire um pólo turístico, ...para os ricos, sem se preocupar com os pobres, catadores, moradores em situação de rua, flanelinhas, camelôs entre outros" e conclui: "somos contra este projeto e vamos fazer de tudo para que ele não seja aprovado".

Para finalizar, falamos sobre os projetos que discutimos a mais de 10 anos na prefeitura, em seminários, reuniões com secretários e prefeitos e com a sociedade, mas nenhum deles, depois de aprovado, foi efetivado.

O MNCR e todas as suas Bases Orgânicas são contra esse Projeto de exclusão dos catadores, queremos é ser reconhecidos e valorizados pelo nosso trabalho, seguiremos lutando até que isso se concretize, pois já nascemos lutando e não vamos nos entregar.

MNCR na Luta...

Nenhum passo atrás!!!

mncrpoa@mncr.org.br

Catadores propõem mudanças no projeto que retira carroças das ruas

Uma comissão de vereadores recebeu, na manhã de ontem, representantes do Movimento Nacional dos Catadores e Recicladores. O objetivo do grupo foi protestar contra um projeto que tramita na Casa desde 2005, que estabelece um prazo, de até oito anos, para a retirada gradativa das carroças das ruas da Capital.

No ato, manifestantes argumentaram que caso não seja encontrada uma solução para o problema, milhares de pessoas que sobrevivem da atividade ficarão sem trabalho, tendo em vista que só em Porto Alegre o número de usuários de carroças chega a 50 mil. Para que isso não ocorra foi proposta uma inversão, sendo primeiro es-

tabelecidas políticas públicas que garantam o sustento dos trabalhadores para depois serem retiradas de circulação as carroças.

O presidente da Câmara, vereador Sebastião Melo (PMDB), autor do Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal, afirmou que "nenhum carroceiro será retirado das ruas se não houver sua transposição para um melhor aproveitamento como, por exemplo, em uma central de triagem e reciclagem de lixo". O deputado Carlos Tedeschini (PT) disse não haver razão nenhuma para pressa e que o assunto deve ser discutido com profundidade. Amanhã haverá uma nova reunião para discutir a questão.

por Setor de Comunicação (MNCR)— Última modificação 12/09/2008 16:24

Prefeitura ainda procura dificultar a auto-gestão dos catadores

No dia 19/08/08, nós catadores organizados no MNCR retornamos para a base da Cavalhada, umas das primeiras bases do MNCR no estado do RS, que fica em Porto Alegre. Pela manhã, juntamente com os apoiadores dos Sindicatos dos Municípios de Cachoeirinha, dos Plásticos de Novo Hamburgo, dos Sapateiros e o sindicato dos Bancários, com a participação dos catadores de Cachoeirinha, Gravataí e São Leopoldo entramos na Associação as 8 hs da manhã e propomos uma Assembleia geral para discutir os Problemas da Associação e a volta do MNCR na Base. A Associação estava passando por sérios problemas e os catadores nos procuravam muito e nos perguntavam quando é que nós iríamos voltar para a Associação. Num primeiro momento realizamos discussões durante um mês com os catadores para ver de fato quais eram os problemas e eles nos relataram que:

Não tinha prestação de contas na Associação; o presidente da Associação desligava ou admitia quem ele queria;

Os catadores estavam recebendo de R\$ 200,00 a R\$ 250,00 por mês de trabalho e que por este motivo estavam passando fome e outras necessidades;

O presidente da associação não trabalhava, além de chegar somente uma hora depois que todos estavam trabalhando, passava o dia inteiro pressionando os catadores e os agredindo psicologicamente, além de deferir vários palavrões e xingamentos baixando a auto-estima dos catadores;

Andava de ônibus e sempre de roupa nova enquanto os catadores passavam fome entre outros.

A assembleia geral, que contou como observadores todos os apoios presentes e também com o Departamento de Limpeza Pública(DMLU), encaminhou uma eleição onde os companheiros do MNCR foram eleitos como novos coordenadores, o desligamento do antigo presidente da Associação, o retorno como Base Orgânica do MNCR e a participação efetiva dos encontros e formações assim como das lutas, a inclusão dos catadores de rua de uma forma organizada e gradual afim de contribuir na organização e crescimento da categoria, o cumprimento dos estatutos e bases de acordo, a comercialização dos materiais recicláveis com compradores que mais pagarem, entre outras. Foi um momento histórico este que vivemos neste dia, pois, em menos de 2 horas, conseguimos reverter toda esta situação, os catadores que até então não tinham o direito de se manifestarem começaram a falar e expor os problemas assim como contribuir na resolução, a alegria de ser catador e voltar "aos tempos antigos" no MNCR. Por outro lado o DMLU, ficou do lado do ex-presidente da associação, pois estava perguntando a todo momento para os catadores se esta assembleia era legítima no qual os catadores respondiam em voz alta, todos juntos, "sim!!!"

Vimos que os representantes do DMLU estavam muito nervosos pensando sobre nosso retorno a base, base esta que desde seu primeiro tijolo até seu ultimo equipamento foi conquistada a partir da luta dos catadores, e o resultado disso foi o nosso retorno. No dia de hoje, o representante do DMLU fez uma ligação para o celular de um dos companheiros, enquanto estávamos em assembleia interna para resolver os probleminhas cotidianos, o nosso companheiro ativou o viva voz do celular e todos escutamos o seguinte

(fala do representante do DMLU por celular) "tem mais (nome do companheiro catador), nós do DMLU dizemos que o ato que foi feito ontem é ilegal, e nós não reconhecemos vocês, sendo assim as cargas de caminhão da coleta seletiva foram cortadas, até que a gente (do DMLU) resolva isso."

Nós catadores, pensamos que os materiais da coleta seletiva não pertenciam ao DMLU, e sim aos catadores dos galpões de reciclagem, pois os cidadãos de Porto Alegre, não misturam os materiais orgânicos com os recicláveis acreditando que eles vão de fato para os catadores.

Queremos falar para que todos saibam: Nós somos os protagonistas e não vamos aceitar isso.

Sendo assim, a assembleia encaminhou que, vamos aguardar resposta do DMLU até amanhã(quinta feira dia 21/08) depois disso, vamos exercer nosso papel de protagonistas! Não vamos nos calar:- ch ega de catador ser escravo de prefeitura - chega de catador passar fome. Vamos lutar até o fim pelos nossos direitos!!! Viva os catadores organizados!!!

MNCR- mncrpoa@mncr.org.br

Carta à coordenação pedagógica da SMED
sobre a proposta de retorno dos alunos/as do projeto Galpão à EMEF Neuza G. Brizola

" a educação é compreendida como instrumento de libertação das classes populares , por isso é política , pois almeja ser a possibilidade prática da crítica dos sistemas dominantes e institucionalmente consagrados. " (Carlos Brandão, 1995)

Ao sermos comunicadas da decisão de retorno ao espaço escolar da EMEF Neuza Goulart Brizola, nós educadoras , discutimos a viabilidade e a necessidade de uma avaliação nossa e também dos alunos, tendo em vista fatos ocorridos desde a instalação do Projeto Galpão - que, apesar de reuniões e procedimentos para estabelecer e fortalecer os vínculos com a escola - entendemos ainda não superados , tendo em vista o impedimento dos alunos no acesso à escola no mês de abril de 2002. As aulas passaram a ter o galpão como espaço pedagógico, mobilizando inclusive os demais sócios não-alunos no sentido de facilitar a realização das aulas, fazendo uma pausa na operação das prensas e reduzindo os ruídos durante as aulas. Acrescentando-se a isso, todo o empenho dos alunos e alunas que por iniciativa própria criaram ambientes para a instalação das aulas no terraço e o escritório, utilizando recursos provenientes ou não da coleta seletiva: enciclopédias, dicionários , livros, sofás, mesas, cadeiras, bicos de luz , lamparinas, etc...apesar da pouca infra-estrutura que o galpão oferece, atitude muito representativa que mostra a autonomia, a busca de alternativas e reconstrução da dignidade do grupo. Isso comprova que o impedimento do acesso ao espaço físico da escola - local mais adequado às atividades e com todos os recursos disponíveis - não impossibilitou a continuidade das aulas pelo tamanho envolvimento que os alunos/alunas demonstraram. Estas aulas se incorporaram ao cotidiano do galpão, enriquecendo mais as relações entre todos os 44 catadores/as e a ação pedagógica, sobretudo da Totalidade 1 , que tem mostrado resultados surpreendentes de avanços na aprendizagem. Apesar destas mudanças tão importantes e mesmo com os problemas enfrentados no galpão concordamos que a escola é primordial para o desenvolvimento do trabalho educativo e pensamos que ambos se complementam e o quanto se faz imprescindível a interação , já que a própria política de educação popular tem por princípio libertar-se das " grades que a educação formal impõe" (Frei Beto).

Entretanto, é necessário que a escola , enquanto instituição perceba que a trajetória de vida destas pessoas que moram e trabalham no Loteamento Cavalhada está repleta de histórias, rupturas, mortes, conflitos, recusa e esperança, que seguem um curso transpassado por espaços, histórias e experiências de exclusão social. Com isso, nós educadoras populares que temos como proposta uma educação crítica , não podemos ser condescendentes com situações impregnadas de totalitarismo e agir como se essas pessoas não tivessem consciência da realidade, fossem isentas de memória, negligenciando os fatos ainda não superados que interrompem o processo de inclusão dos nossos alunos e alunas. Entendemos que os catadores/as já não são "corpos dóceis" ou ingênuos , mas "corpos conscientes" sujeitos pertencentes a uma comunidade - na qual a escola se constitui em espaço integrador e tem função mediadora na prática social da construção de saber. Mas, ao contrário, disso a EMEF Neuza Brizola tem tomado atitudes de exclusão. Os alunos e alunas , portanto, têm o direito de avaliar e tomar um posicionamento sobre o assunto, já que os/as mesmos/as não têm por prática aceitar comunicados , mas têm a prática de "existenciar a comunicação"(Paulo Freire) - e também, porque, não pela primeira vez, sofreram um **ato de violência moral ao serem barrados por uma instituição pública da própria comunidade sem motivo ou precedente**, na qual estão matriculados e , portanto, tendo sido violado um direito de cidadania .

Percebemos , por isso, ser inoportuna de nossa parte uma ação sem discussão anterior com as duas turmas de alunos/as para o retorno, mas esperamos que todas as partes envolvidas possam dialogar e alcançar através do entendimento resultados favoráveis para todos.

Educadoras Daniela Borssato e Rosa de Fátima Pereira
Porto Alegre, maio/2002.



Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR

Porto Alegre é com CARROÇA ORGANIZADA!

Carroceiros, carrinheiros e catadores em geral:

A Câmara dos Vereadores esta prestes a votar projetos de lei, entre eles se destaca o projeto do Vereador Sebastião Melo (PMDB), que acaba com as carroças em 8 anos e já conta com uma emenda do Vereador Adeli Sell (PT) que reduz este prazo para 4 anos. Também esta como proposta um substituto do Vereador Luiz Braz (PSDB) que proíbe a circulação das carroças nas principais ruas e avenidas de Porto Alegre, centro e bairros mais nobres, onde se concentra a maior parte dos materiais que catamos.

Também discutem a implementação de um sistema de coleta que envolve containers, tipo boca de lobo, daqueles que a população coloca os materiais e só a prefeitura pode tirar, pois eles são de aço e vem com chaves. Com isso acabaria com o trabalho dos-carrinheiros, carroceiros, catadores em geral, além dos ferros-velhos, capinzeiro, ferreiro entre outros que dependem da catação pra viver.

Se nós carroceiros, carrinheiros e catadores, deixarmos isso acontecer, o nosso trabalho irá acabar, pois ficaremos sem os materiais para trabalhar.

Eles nos acusam de lixeiros, que sujamos a cidade e que enchemos de lixo os arroios da cidade, maltratamos os animais e que atrapalhamos o transito de Porto Alegre, exploramos nossos filhos, deixando eles trabalhar no nosso lugar, além de dizer que a maioria de nós somos ladrões, lembrando que a intenção deles é acabar com o nosso trabalho. O Vereador Adeli Sell (PT) disse que somos "homens vira-latas, que tumultuam o transito além de fazermos pequenos furtos".

Para nós estes projetos representam o interesse da Máfia do Lixo, empreiteiras que usam a maquina pública para subsidiar seus lucros.

Apesar dos vários esforços, entre manifestações, debates, reuniões e articulações que fizemos, o projeto que acaba com as carroças, já esta quase em prazo de votação na Câmara dos Vereadores, e se a gente deixar isto acontecer, irão acabar com nosso trabalho, eles argumentam que vão criar "novos trabalhos" para os catadores que perderem seu ganha pão.

Nós realizamos a catação a mais de 50 anos nesta cidade, começamos a fazer isso bem antes da prefeitura e das empresas, agora eles querem nos tirar o pão para dar lucro para as empresas da Máfia do Lixo.

Queremos ser reconhecidos pelo trabalho que realizamos nesta cidade, subsídios para melhorar o nosso trabalho, só que mais organizados e com menos sofrimento para nós e nossa família.

Se este projeto fosse para a inclusão social dos catadores, não precisaria de prazo para exterminar as carroças.

O que eles não dizem e não respondem:

Se acabar com as carroças, para onde vão os mais de 8 mil cavatos?

Como realizar o serviço de coleta seletiva que hoje fizemos de graça?

Onde esta o dinheiro representado pela economia que nosso serviço gera aos cofres públicos (coletamos mais de 300 mil quilos de materiais recicláveis por dia)?

Quem ira pagar esta conta? Será que mais uma vez vai ser nós, os trabalhadores?

E depois que votarem o fim das carroças, nós catadores ainda estaremos trabalhando, o que vai acontecer? Terá trabalho para todos?

Companheiros, temos que nos organizar, lutar e resistir.

Chame seus vizinhos e amigos para resistirem, lutarem juntos conosco, sabemos que esta luta não vai ser fácil, mas para manter nosso trabalho, temos que ser grandes e fortes.

Organize debate em sua vila, para maiores informações, entre em contato com:

Fone: 81502631 com Alex



Vamos à luta companheiros!

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)